



LIDIANE SOARES RODRIGUES • MARIA
ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA • EDSON
FARIAS • MARIA ELISA CEVASCO • KARIM
HELAYEL • ANTONIO BRASIL JR. • LUIZ PHILIPPE
DE CAUX • FELIPE CATALANI • LUIZ GUSTAVO
DA CUNHA DE SOUZA • FRANCISCO ALAMBERT •
TIAGO FERRO • BRUNA DELLA TORRE • MÓNICA
GONZÁLEZ GARCÍA • PEDRO LUIZ LIMA •
FABIO MASCARO QUERIDO • LINDBERG S.
CAMPOS FILHO • MARLI GOMES DE ARAÚJO
• JOÃO PAULO PEREIRA MARCICANO • MARIA
SÍLVIA BARROS DE HELD • INGRID DITTRICH
WIGGERS • CARMEN LUCIA SOARES • SILVIO
LUIZ DE ALMEIDA • EDUARDO SOARES NEVES
SILVA • VIVIANE PANELLI SARRAF • KAROLINY
APARECIDA DE LIMA BORGES

revista



REVISTA DO
INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS

Nº. 74 / DEZ. 2019



Roberto Schwarz, Lourdes Sola e Ruy Fausto posando para a foto em uma praça;
ao fundo, um prédio, um hotel e dois coqueiros (1969)
Arquivo IEB/USP, Acervo Antonio Candido, código de referência AC-F031-023

P A R E C E R

Em atenção ao despacho do Sr. Presidente da CPG, passo a dar o solicitado Parecer.

Diz muito bem o Sr. Presidente Interino da CE que o doutorado francês de 3º ciclo "não corresponde inteiramente a nosso doutorado". Com efeito, a observação mostra que há teses de 3º ciclo de nível superior, igual ou inferior às do nosso doutoramento, como qualidade e mesmo como critério de trabalho. Daí a necessidade, assinalada no citado despacho, do estudo de cada caso. Só assim é possível recusar ou aceitar a validade do título obtido; e no segundo caso, considerá-lo como equivalente ao mestrado ou ao doutoramento.

O caso presente, a meu ver, não é de solução difícil, porque se trata da realização de elevada qualidade dum estudo excepcional, com ampla experiência de pesquisa e docência, que já teve êxito invulgar no seu mestrado, conquistado em Yale em 1963, e que a partir de então se afirmou como o crítico mais original e influente da sua geração, no Brasil, sobretudo depois da publicação de seu livro "A sereia e o desconfiado" em 1966.

A análise da sua tese de 3º ciclo, aprovada na Sorbonne e apensa ao Processo na tradução portuguesa, mostra a excelência da sua investigação e reflexão, no estudo da formação de Machado de Assis como romancista, no quadro de uma notável pesquisa sobre a "condição" da ficção brasileira nascente. O seu modo expositivo muito denso e discreto, como a deliberação de deixar quase sempre implícita a teoria, nem sempre prete, digo, permitem avaliar à primeira vista a importância e a originalidade do seu pensamento. Mas não é exagero dizer que Roberto Schwarz conseguiu realizar uma das aspirações mais difíceis da crítica do

nosso tempo: encontrar um método que atenda ao mesmo tempo às exigências da análise formal e às do estudo da ligação orgânica do texto com o contexto social e histórico.

Alguns dos conceitos desta tese, como o de "idéias fora do lugar", já se difundiram rapidamente e têm permitido rever o estudo da ideologia liberal no Brasil, sobretudo em conexão com a produção literária. E a este título vêm sendo objeto de debates vivos e produtivos, como assinalou o Professor Carlos Franchi no Ofício que abre o Processo.

Por tudo isso, estou convencido de que no caso presente há equivalência perfeita do título de "docteur de 3ème cycle" e do nosso de doutor em ciências, tal como é atribuído, digo atribuído na Universidade Estadual de Campinas. E acho oportuno acrescentar que a presença de Roberto Schwarz em nosso quadro docente constitui sem dúvida um fato importante, pela sua capacidade de orientar e inovar, que fazem prever nele um dos mestres mais notáveis das gerações novas.

Campinas, 27 de junho de 1978

Antonio Candido de Mello e Souza



Almoço com alunos, identificando-se Gilda e Roberto Schwarz sentados à mesa
Arquivo IEB/USP, Acervo Antonio Candido, código de referência AC-F028-006

Lupe;

discutimos o seu artigo, e o resultado foi o seguinte: achamos que, pelo gênero, ele deveria ser publicado em jornal e em cima do filme ainda quente, já que o propósito não é de discutir, mas de ajudar o público a ver. Quanto à revista, que sai só raramente, é claro que o interesse dela tem que ser outro, mais voltado para problemas que para ocasiões. Você naturalmente entende e não há de zangar. Já o Gianotti, que também entende, preferiu misturar as coisas e ficar zangado, isto é, retirar o trabalho dele contra Althusser. De modo que achei bom pedir a você - que afinal é a única titular legítima dessa dor que não há - que se mova, seduza e conduza o escarpado Zé Artur, back into wisdom.

Um abraço diplomático-fraternal

Roberto



Duas fotografias do lançamento dos livros *Bibliografia de Antonio Candido* e *Textos de intervenção*, organizados por Vinicius Dantas (2002)
Arquivo IEB/USP, Acervo Antonio Candido, código de referência AC-F111-020



int.

Carta com solicitação de prorrogação do vínculo de Roberto Schwarz como instrutor extranumerário contratado em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (1964)
Arquivo IEB/USP, Acervo Antonio Candido, código de referência AC-USP-537

SP-651/64
Proc. 105/63
II.

27 OUT 1964

São Paulo, de de 1964

Magnífico Reitor:

Em atenção ao pedido do Doutor Antonio Cândido de Mello e Souza, Professor Colaborador do Curso de Teoria Literária e Literatura Comparada, devidamente aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo desta Faculdade, tenho a honra de solicitar as dignas providências de Vossa Magnificência junto à Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral, no sentido estendido o Regime de Dedicação Integral à Docência e à ao Sr. ROBERT SCHWARZ, Instrutor Extranumerário Contratado, referência "62", do Curso supra citado.

Anexo termo de aditamento, "curriculum vitae", relatório dos planos de trabalho e pesquisa do referido Curso, com indicação da participação do interessado e demonstração de saldo de verba da alínea própria.

Reitero a Vossa Magnificência protestos de elevada estima e distinta consideração.

X
Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri
Diretor

Ao Sr. Prof. Dr. LUIS ANTONIO DA GAMA E SILVA
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo.

[Handwritten mark]



Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Vahan Agopyan

REITOR

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

VICE-REITOR

 Instituto de
Estudos Brasileiros

Profa. Dra. Diana Gonçalves Vidal

DIRETORA

Profa. Dra. Flávia Camargo Toni

VICE-DIRETORA

Pedro B. de Meneses Bolle

CHEFE TÉCNICO DA DIVISÃO

DE APOIO E DIVULGAÇÃO



Credenciamento e Apoio Financeiro
do: Programa de Apoio às
Publicações Científicas da USP
Comissão de Credenciamento



Instituto de Estudos Brasileiros
Espaço Brasiliana
Av. Prof. Luciano Gualberto, 78
Cidade Universitária, Butantã
05508-010, São Paulo - SP, Brasil
(11) 3091-1149
www.ieb.usp.br

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

ISSN 2316-901X · n. 74, 2019 · dezembro

COMISSÃO EDITORIAL **DARLENE J. SADLIER** (UNIVERSIDADE DE INDIANA, BLOOMINGTON) BLOOMINGTON, EUA; **FERNANDO LARA** (UNIVERSIDADE DO TEXAS, AUSTIN) AUSTIN, EUA; **FLÁVIA INÊS SCHILLING** (FE-USP) SÃO PAULO, BR; **HELOÍSA ANDRÉ PONTES** (UNICAMP) CAMPINAS, BR; **JOSÉ LUIZ PASSOS** (UCLA) LOS ANGELES, EUA; **LAURA DE MELLO E SOUZA** (PARIS IV-SORBONNE) PARIS, FR/(FFLCH/USP) SÃO PAULO, BR; **ŠÁRKA GRAUOVÁ** (UNIVERSIDADE CAROLINA DE PRAGA) PRAGA, CZ

EDITORES RESPONSÁVEIS **Fernando Paixão** (IEB-USP); **Luiz Armando Bagolin** (IEB-USP); **Monica Duarte Dantas** (IEB-USP)

PRODUÇÃO **DIVISÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO** (IEB-USP)

EDITOR-EXECUTIVO **Pedro B. de Meneses Bolle**

DIAGRAMAÇÃO **Flavio Alves Machado**

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS **Cleusa Conte Machado**

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

CAPA **Flavio Alves Machado**

CONSELHO CONSULTIVO **ADRIÁN GORELIK** (UNIV. NACIONAL DE QUILMES, BERNAL, AR); **BARBARA WEINSTEIN** (UNIV. DE NOVA IORQUE, NOVA IORQUE, EUA); **CARLOS AUGUSTO CALIL** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **CARLOS SANDRONI** (UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, BR); **ETTORE FINAZZI-AGRÒ** (UNIV. DE ROMA LA SAPIENZA, ROMA, IT); **FERNANDA ARÊAS PEIXOTO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **HELOISA MARIA MURTEL STARLING** (UNIV. FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BR); **JOÃO CEZAR DE CASTRO ROCHA** (UNIV. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **JORGE COLI** (UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, BR); **LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO** (UNIV. DE PARIS-SORBONNE, PARIS, FR); **MANUEL VILLAVARDE CABRAL** (UNIV. DE LISBOA, LISBOA, PT); **MARIA CECILIA FRANÇA LOURENÇO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LIGIA COELHO PRADO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LUCIA BASTOS KERN** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **PETER BURKE** (EMMANUEL COLLEGE CAMBRIDGE, CAMBRIDGE, RU); **REGINA ZILBERMAN** (UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **RICARDO AUGUSTO BENZAQUEN DE ARAÚJO** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO/ INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **RODOLFO NOGUEIRA COELHO DE SOUZA** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **SERGIO MICELI** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **WALNICE NOGUEIRA GALVÃO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR)

Imagem da capa

Formando Roberto Schwarz (1961)

Foto: Centro de Apoio à Pesquisa em História
"Sérgio Buarque de Holanda" (CAPH) - Projeto
Memória da FFCL/FFLCH/USP

LIDIANE SOARES RODRIGUES • MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA • EDSON FARIAS • MARIA ELISA CEVASCO • KARIM HELAYEL • ANTONIO BRASIL JR. • LUIZ PHILIPPE DE CAUX • FELIPE CATALANI • LUIZ GUSTAVO DA CUNHA DE SOUZA • FRANCISCO ALAMBERT • TIAGO FERRO • BRUNA DELLA TORRE • MÓNICA GONZÁLEZ GARCÍA • PEDRO LUIZ LIMA • FABIO MASCARO QUERIDO • LINDBERG S. CAMPOS FILHO • MARLI GOMES DE ARAÚJO • JOÃO PAULO PEREIRA MARCICANO • MARIA SÍLVIA BARROS DE HELD • INGRID DITTRICH WIGGERS • CARMEN LUCIA SOARES • SILVIO LUIZ DE ALMEIDA • EDUARDO SOARES NEVES SILVA • VIVIANE PANELLI SARRAF • KAROLINY APARECIDA DE LIMA BORGES • LIDIANE SOARES RODRIGUES • MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA • EDSON FARIAS • MARIA ELISA CEVASCO • KARIM HELAYEL • ANTONIO BRASIL JR. • LUIZ PHILIPPE DE CAUX • FELIPE CATALANI • LUIZ GUSTAVO DA CUNHA DE SOUZA • FRANCISCO ALAMBERT • TIAGO FERRO • BRUNA DELLA TORRE • MÓNICA GONZÁLEZ GARCÍA • PEDRO LUIZ LIMA • FABIO MASCARO QUERIDO • LINDBERG S. CAMPOS FILHO • MARLI GOMES DE ARAÚJO • JOÃO PAULO PEREIRA MARCICANO • MARIA SÍLVIA BARROS DE HELD • INGRID DITTRICH WIGGERS • CARMEN LUCIA SOARES • EDUARDO SOARES NEVES SILVA

13	AOS VENCEDORES, O DIREITO A QUÊ?
	DOSSIÊ • DOSSIER)
17	Leituras, leitores e lugares de Roberto Schwarz: nota da organizadora [<i>Readings, readers, and places of Roberto Schwarz: organizer's note</i> • Lidiane Soares Rodrigues
27	Apresentação - Roberto Schwarz e a interpretação crítica do Brasil [<i>Roberto Schwarz and the critical interpretation of Brazil</i> • Maria Arminda do Nascimento Arruda
33	A inautenticidade como inflexão no esquema de Schwarz [<i>Inauthenticity as an inflection in the Schwarz scheme</i> • Edson Farias
61	As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista <i>Teoria e Prática</i> [<i>The rules of subversion: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel and "Teoria e Prática" journal</i> • Lidiane Soares Rodrigues
81	O trabalho da crítica [<i>The labour of criticism</i> • Maria Elisa Cevalasco
97	Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960 [<i>Roberto Schwarz and São Paulo's sociology in the 1960s</i> • Karim Helayel & Antonio Brasil Jr.
119	A passagem do dois ao zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz) [<i>From two to zero: duality and disintegration in Brazilian dialectical thought (Paulo Arantes reads Roberto Schwarz)</i> • Luiz Philipe de Caux • Felipe Catalani
147	Usos do reconhecimento em Roberto Schwarz: tentativa de uma aproximação [<i>Uses of recognition by Roberto Schwarz: an attempt to approach it</i> • Luiz Gustavo da Cunha de Souza
162	Dois críticos, uma semana, um século [<i>Two critics, one week, one century</i> • Francisco Alambert & Tiago Ferro
178	Modelos críticos: Antonio Candido e Roberto Schwarz leem Oswald de Andrade [<i>Critical models: Antonio Candido and Roberto Schwarz read Oswald de Andrade</i> • Bruna Della Torre
197	De modernidades periféricas: feudalidad y favor en artes de la "Belle Époque" chilena [<i>On peripheral modernities: feudality and favor in arts on the Chilean "Belle Époque"</i> • Mónica González García
215	Ambivalências da derrota: lições e limites da crítica do populismo em Roberto Schwarz [<i>Ambivalences of the defeat: lessons and limits of Roberto Schwarz's critique of populism</i> • Pedro Luiz Lima

- 233 **Nacional por *negação*: ensaio e “crítica independente” no último Roberto Schwarz** [*National for denial: essay and “independent criticism” in the last Roberto Schwarz*] • Fabio Mascaro Querido

ARTIGOS • ARTICLES)

- 251 **Materialismo corticeiro** [*Slummy materialism* • Lindberg S. Campos Filho
- 270 **A obra de Jean-Baptiste Debret como fonte histórica para os estudos dos trajes usados no Brasil no início do século XIX** [*The work of Jean-Baptiste Debret as a historical source for the studies of the costumes used in Brazil in the early nineteenth century* • Marli Gomes de Araújo, João Paulo Pereira Marcicano & Maria Sílvia Barros de Held
- 302 **Recreação e vida ao ar livre em parques infantis de São Paulo na coleção de desenhos de Mário de Andrade** [*Recreation and outdoor life in São Paulo’s playgrounds in Mário de Andrade’s collection of drawings* • Ingrid Dittrich Wiggers & Carmen Lucia Soares

RESENHAS • BOOK REVIEWS)

- 324 **A história e a disputa de sentidos: sobre o autoritarismo brasileiro** [*History and the dispute of meanings: about the Brazilian authoritarianism* • Silvio Luiz de Almeida

DOCUMENTAÇÃO • DOCUMENTS)

- 330 **Schwarz-Adorno: *Unbekannt verzogen*** – endereço desconhecido. Apresentação de uma correspondência [*Schwarz-Adorno: Unbekannt verzogen – returned to sender. A letter exchange* • Eduardo Soares Neves Silva
- 345 **O pensamento intelectual e sua preservação: uma análise a partir do Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri** [*Intellectual thought and its preservation: an analysis based on the Waldisa Rússio Camargo Guarnieri Fund* • Viviane Panelli Sarraf & Karoliny Aparecida de Lima Borges

Livros indispensáveis à compreensão do presente 10

Título: Formação da Literatura Brasileira Artigo de periódico sobre o livro Formação da literatura brasileira. Apresenta na segunda folha dedicatória manuscrita "Cumprimentos de seu aplicado apostilador!" Arquivo IEB/USP, Acervo Antonio Candido, código de referência AC-CNI-491

FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA

(momentos decisivos)

Antônio Cândido

A literatura pode espelhar melhor a realidade de um país do que os próprios livros da história. Estes fornecem as datas e os lugares, a cronologia dos fatos, as biografias das personagens, mesmo as interpretações e conexões que nos permitem ter uma visão panorâmica e coerente da aventura humana. Mas a literatura, nas suas múltiplas manifestações, acrescenta à história narrada ou interpretada uma dimensão superiormente valiosa. Ou seja: a visão do artista criador, sua sensibilidade única, o calor da presença humana, dos conflitos, dos retratos de vida que são mais reveladores do que os relatos dos manuais. Aprende-se mais, por exemplo, da totalidade de efeitos e implicações das guerras napoleônicas na Rússia, lendo "Guerra e Paz", de Tolstoi, do que recorrendo a qualquer enciclopédia. Exemplos assim poderiam ser multiplicados. Para se compreender realmente o Brasil, portanto, não bastam os livros dos historiadores profissionais ou das especialistas nesta ou naquela área. É preciso saber dos romancistas e dos poetas, das escolas e tendências, da evolução do gosto, dos temas, do estilo, das preocupações dos autores. Por isso o livro de Antonio Cândido, aqui resumido, é indispensável. Por ser o autor quem é - um homem de posição ímpar no universo intelectual do Brasil - e por ser a literatura, como Shakespeare dizia do teatro, "a mirror up to nature": um espelho da natureza, da realidade, dos tempos.

EDITORIAL

AOS VENCEDORES, O DIREITO A QUÊ?

O número 74 da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* apresenta um importante dossiê em torno a um dos mais destacados intelectuais brasileiros no campo da teoria literária, Roberto Schwarz, autor de *Ao vencedor as batatas* (1977) e *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), entre tantas outras obras. A abrangência de seu pensamento dentro e além da crítica literária, com implicações no campo da sociologia, é debatida com propriedade ao longo de onze textos e uma atenta apresentação escrita por Maria Arminda do Nascimento Arruda, além de nota introdutória de Lidiane Soares Rodrigues, organizadora da seção Dossiê.

Na parte do fluxo contínuo da revista, este número apresenta uma análise da obra *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, na senda do drama burguês de Émile Zola, a partir da crítica de Antonio Candido. Em “Materialismo corticeiro”, Lindberg S. Campos Filho repropõe e analisa a hipótese de Candido sobre a presença de elementos na literatura de Aluísio Azevedo que prenunciariam o surgimento de uma crítica cultural materialista no Brasil no início do século XX.

A indumentária e as vestes, que figuram nos álbuns litográficos de Jean-Baptiste Debret e que compõem *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1834-1839), são o tema do artigo “A obra de Jean-Baptiste Debret como fonte histórica para os estudos dos trajes usados no Brasil no início do século XIX”, de Marli Gomes de Araújo, João Paulo Pereira Marcicano e Maria Sílvia Barros de Held. Os autores delimitam a análise ao campo da moda, sugerindo que os trajes usados no Brasil à época seguem de perto os “estilos” europeus do período joanino.

No artigo “Recreação e vida ao ar livre em parques infantis de São Paulo na coleção de desenhos de Mário de Andrade”, de Ingrid Dittrich Wiggers e Carmen Lucia Soares, encontra-se uma interpretação atualizada do conjunto de mais de 2 mil desenhos infantis colecionados por Mário de Andrade à época em que foi diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e guardados hoje no Instituto de Estudos Brasileiros. As autoras revisitaram essa coleção, tendo por base o inventário feito por Telê Ancona Lopez, a partir de 1984, focalizando os jogos e brincadeiras ilustrados pelas próprias crianças, assim como a relação desses jogos com o espaço urbano circunstante à época.

No espaço Resenhas, Silvio Luiz de Almeida analisa o novo livro de Lilia Moritz Schwarcz, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, que se propõe a investigar as origens do autoritarismo brasileiro. Em “A história e a disputa dos sentidos: sobre o autoritarismo no país”, o autor afirma que a disputa pelos “sentidos de óbvio humano” e pelos “processos de constituição de vida social” é política e, como

tal, constitui as bases da formação ideológica quanto às noções de liberdade e de nação, entre outras. As bases do autoritarismo presente estariam esgarçadas e entranhadas na constituição da sociedade brasileira, segundo a autora, e assentindo o resenhista, sendo fundamental analisar o passado para compreender o presente, por exemplo, quando nos deparamos com a persistência desse autoritarismo nas redes sociais atuais da internet.

Na seção Documentação, Eduardo Soares Neves Silva anuncia a existência de uma correspondência entre Roberto Schwarz e Theodor Adorno, tendo-a como basilar para a compreensão da contribuição teórica do último sobre o primeiro. Em “Schwarz-Adorno: *Unbekannt verzogen* – endereço desconhecido. Apresentação de uma correspondência”, Silva especula sobre a formação das principais teses de Schwarz, à época em que se dá o *dialogue in absentia*, abrindo a possibilidade, a título de hipótese, de a obra schwarziana ser lida à luz do pensamento adorniano do início da década de 1960. Por fim, Viviane Panelli Sarraf e Karoliny Aparecida de Lima Borges, em “O pensamento intelectual e sua preservação: uma análise a partir do Fundo Waldisa Rússio” apresentam-nos brevemente o Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri, doado ao IEB em 1992 (ABC DO IEB, 1997, p. 142). Rússio foi uma museóloga importante no decênio de 1970, e seu acervo pessoal, embora ainda não organizado ou “fora da lógica de uma produção teórica”, é de fundamental importância, segundo as pesquisadoras, para a questão da museologia e da preservação do patrimônio no país, desde que os vários e diversos níveis de informações coletados possam ser considerados à luz de seu contexto.

Fernando Paixão¹, Luiz Armando Bagolin², Monica Duarte Dantas³
Editores

SOBRE OS AUTORES

FERNANDO PAIXÃO é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).

E-mail: fernando.paixao@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-5157-1506>

LUIZ ARMANDO BAGOLIN é docente do IEB/USP.

E-mail: lbagolin@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-6513-2846>

MONICA DUARTE DANTAS é docente do IEB/USP.

E-mail: mddantas@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-1031-9408>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

3 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

PAIXÃO, Fernando; BAGOLIN, Luiz Armando; DANTAS, Monica Duarte. Aos vencedores, o direito a quê?. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 13-15, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p13-15>

Recebido em 12 de novembro de 2019

Aprovado em 19 de novembro de 2019

REFERÊNCIA

ABC DO IEB: Guia Geral do Acervo. Coordenação geral Marta Rossetti Batista. São Paulo: Edusp, 1997.

Cumprimentos de um apêndice
e para ler!

FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA

Resumo de Roberto Schwarz

Título: Formação da
Literatura Brasileira
Artigo de periódico sobre o
livro Formação da literatura
brasileira. Apresenta na
segunda folha dedicatória
manuscrita "Cumprimentos
de seu aplicado apostilador!"
Arquivo IEB/USP, Acervo
Antonio Candido, código de
referência AC-CNI-491

SOBRE ESTE RESUMO

Nada mais sem graça que dizer em outras palavras o que já foi dito com brevidade e maestria. Por isto mesmo, preferi citar a resumir. Contudo, levado pela exposição, remanejei uma parte das citações. Nestes casos, existe o dilema: colocando aspas, dou de presente ao A. os meus cochilos; não colocando, assino Schwarz embaixo da bonita prosa dele, além de aliviar a composição. Deixei sem aspas.

LINHAS GERAIS

O período estudado neste livro vai de 1750 a 1880. Do ponto de vista literário, a primeira metade é arcádica, e a segunda é romântica. Do ponto de vista político, uma pertence à Colônia, e a outra ao país independente. Esta correspondência não passou despercebida, e deu numa coleção de lugares-comuns de crítica, vivos até hoje: os arcades são menos brasileiros do que os indianistas, a estética neoclássica é alienada e portuguesa enquanto o Romantismo é nacional, o universalismo é atrasado ao passo que o localismo é progressista etc. A tese de Antônio Cândido

DOSSIÊ

o contrário a este. Arcadismo e Romantismo em princípio estético, mas no caso não têm em comum o empenho de criar uma literatura nacional, para a qual contribuem de maneira diferente e igualmente decisiva. Subordinado ao projeto da Independência, o seu antagonismo com o Romantismo até certo ponto, e tem de ser visto como uma consequência de continuidade cumulativa. O arcadismo erguer a produção intelectual ao nível do Ocidente, que tinha de ser incorporado ao mundo (universalismo neoclássico), enquanto o Romantismo, por que a necessidade de diferenciar o Brasil dos outros (localismo e exotismo românticos). "Este livro trata da formação da literatura brasileira sob o signo de tendências universalistas e particularistas (I, pág. 23).

É possível que os românticos se concebessem como os arcades (embora vissem neles os mesmos espíritos também), já que, de fato, os dois movimentos havia ocorrido a Independência, e a distância dos portugueses e afirmar que a nacionalidade eram tarefas ideológicas. O que é que esta mesma oposição fosse resolvida pelo Modernismo, e mais recentemente pelos românticos, num momento em que as questões de identidade cultural já não têm aquela urgência, e mascararam questões ligadas à economia política. Nestas circunstâncias, cabe lembrar que a valorização do localismo foi obra ela própria de estudiosos europeus de nossa literatura, de quem os românticos a tomaram, e que ela corresponde à visão exótica que se tinha de nós na Europa. Além de que, de um modo

geral, a doutrina romântica não é menos europeia que a neoclássica. Contrariamente ao que pensariam os nacionalistas de hoje, abandonar os grandes temas pelo assunto "local" equivale, no plano da cultura, a "dizer que devemos exportar café, cacau ou borracha, deixando a indústria para quem a originou historicamente" (I, 18).

Mas há outra razão para tomar como unidade de estudo os momentos arcádico e romântico. Através deles formou-se o sistema da literatura brasileira. É claro que antes de 1750 houve escritores no Brasil, alguns até grandes, como Gregório de Matos e o Padre Vieira. O que não existia era a instituição literária, formada de escritores, obras e público, interagindo e assegurando uma continuidade no tempo. Neste sentido, convém distinguir entre a *manifestação literária* avulsa (que pode ser valiosa) e a *literatura* propriamente dita, que existe só quando está presente o conjunto dos elementos mencionados. Sirva de exemplo o próprio Gregório de Matos. Embora escrevendo em meados do século 17, não terá existência nacional antes do Romantismo, quando é redescoberto e incorporado à vida literária efetiva.

Noutras palavras, uma literatura não nasce feita. Menos ainda no Brasil, em que foi criada depressa e com empenho, como parte de um projeto de autonomia nacional. Assim, a idéia de escrever uma formação da literatura brasileira responde a um problema que existiu. Trata-se da história da formação mais ou menos consciente de uma continuidade literária, que recubra e elabore os assuntos e as áreas geográficas do país, e que incorpore ao seu trabalho os recursos da literatura contemporânea —, depois do que está armada. Em segundo plano, é também uma história das condições da atividade literária, de que são parte a situação social do escritor e a configuração dos diferentes tipos de público.

ESPÍRITO DO LIVRO

"Há literaturas de que um homem não precisa sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade; outras, que só podem ocupar uma parte da sua vida de leitor, sob pena de lhe restringirem irremediavelmente o horizonte. Assim, podemos imaginar um francês, um italiano, um inglês, um alemão, mesmo um russo e um espanhol, que só conheçam os autores da sua terra e, não obstante, encontrem neles o suficiente para elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias.

Se isso já é impensável no caso de um português, o que se dirá de um brasileiro? A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas... Os que se nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo

Leituras, leitores e lugares de Roberto Schwarz: nota da organizadora

[*Readings, readers, and places of Roberto Schwarz: organizer's note*]

Organização do Dossiê

Lidiane Soares Rodrigues¹

Gostaria de agradecer especialmente, pelo apoio e encorajamento, sem os quais este dossiê não teria vindo a lume, à profa. dra. Ana Paula Cavalcanti Simioni e ao prof. dr. Alexandre Barbosa, docentes do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Agradeço também a Denise de Almeida Silva (do Acervo do IEB), a Pedro Bolle (editor-executivo deste periódico) e a todos que nos autorizaram o uso dos documentos e imagens de si próprios e/ou de seus familiares.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Leituras, leitores e lugares de Roberto Schwarz: nota da organizadora. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 17-26, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p17-26>

Recebido em 19 de novembro de 2019

Aprovado em 23 de novembro de 2019

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Paulo, SP, Brasil).

*[...]esquece-se que aquele que escreve
diz alguma coisa a respeito daquele que
o lerá [...]*
(Pierre Bourdieu).

O dossiê “Leituras, leitores e lugares de Roberto Schwarz” apresenta uma reflexão sistemática sobre a obra desse autor, realizada coletivamente por pesquisadores de diversas origens disciplinares, institucionais e geracionais. A reunião de portadores de repertórios diferenciados pôde propor tanto modos inusitados de interpelação e indagações inéditas dirigidas ao autor e à obra em questão, quanto a retomada de temáticas incontornáveis. A seguir, situo a proposta que deu origem a ele e algumas de suas particularidades; assinalo a relevância desta iniciativa; e, concomitantemente, apresento os artigos e a rara documentação que o compõem.

O presente dossiê consiste no desdobramento e na ampliação da mesa-redonda “Ideias fora do lugar: 40 anos de uma tese, séculos de um problema”, realizada no 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 2017, com o objetivo de celebrar as quatro décadas transcorridas desde a primeira edição de *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, cujo ensaio de abertura, “As ideias fora do lugar”, desde então, ganhou vida própria. Essa mesa foi composta por Maria Arminda do Nascimento Arruda, que felicita este dossiê ao participar dele como leitora crítica dos artigos, por Edson Farias, por Andrea Borges Leão e por mim mesma, Lidiane Soares Rodrigues².

A VIDA SOCIAL DAS IDEIAS

O livro *Ao vencedor as batatas* foi gestado mais ou menos desde a publicação de *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, e do início da participação de Roberto Schwarz no “Seminário Marx”, em 1958 (RAMASSOTE, 2006; RODRIGUES,

2 Agradecemos à Anpocs pela sensibilidade em aceitar nossa proposta naquela ocasião.

2018). Originalmente, foi concebido como uma tese de doutoramento, defendida em Paris, durante o exílio político do autor. O objeto dela consistia na emergência do romance no Brasil, e as análises substanciais articulavam “a forma literária romance ao processo social brasileiro”, configurados nas obras de José de Alencar e de Machado de Assis. Essa articulação pressupunha tratar da permanência da instituição *colonial* da escravidão no país politicamente *independente*, assim como das maneiras de importar bens culturais europeus – a forma literária *romance*, no centro da tese, é um deles, entre tantos outros.

O autor estabelecia as condições de possibilidade (e de necessidade) da importação e da aclimação do liberalismo de matriz europeia ocidental pelas elites escravistas brasileiras no século XIX. *Grosso modo*, tinha no centro do seu problema o desajuste entre a ideologia liberal oriunda da generalização do trabalho livre assalariado no capitalismo industrial clássico e o regime de trabalho escravo no Brasil. Por outro lado, o esquema armado extrapolava o período em questão, posto que ambicionasse articulá-lo aos problemas da formação política nacional e da floração social moderna no país e fosse acionado igualmente para crítica cultural do presente em curso. Essa conexão é evidente caso “Ideias fora do lugar” e “Cultura e política, 1964-1969” (SCHWARZ, 1978) sejam lidos lado a lado, tal como foram concebidos pelo autor no exílio (RODRIGUES, 2011, p. 452-491).

A PRODUÇÃO SOCIAL DOS CLÁSSICOS

A tese assumiu uma posição incontornável nos estudos sobre cultura brasileira, decerto por tratar de “problemas cruciais” de nossa formação (ARRUDA, 2004, p. 107)³. Entrementes, sendo essa uma condição necessária à visibilidade e à consagração de uma obra, não é condição suficiente. A evidência segundo a qual os méritos intrínsecos a uma não bastem para garantir que ela se torne um “clássico” tornou-se incontornável.

De um lado, os princípios de percepção, apreciação e depreciação do trabalho intelectual são variáveis, no tempo e no espaço – portanto, nem sequer a noção de “méritos intrínsecos” mantém-se como referência incontestada para avaliação dos bens

3 Hodiernamente, a sociologia da cultura se vincula à problemática de “Ideias...” e se diferencia da formulação teórica e metodológica dela. No léxico conceitual adotado, podem-se observar as sutis nuances no estilo de pensamento e de pesquisa, assim como o que herdamos da discussão precedente. Em geral, os estudos se autodenominam como uma investigação sobre a “circulação internacional” de “ideias, saberes, bens simbólicos”. Além disso, bebendo nos estudos a respeito do espaço linguístico e cultural global (HEILBRON, 2009; SAPIRO, 2013; CASANOVA, 2011, 2002), extrapolam o âmbito literário, multiplicam os domínios e os agentes dessa circulação. As pesquisas são numerosas e versam a respeito do intercâmbio no âmbito das artes plásticas e das elites dirigentes (MICELL, 2003; DMITROV, 2014); de repertórios da indústria cultural (ORTIZ, 1986); de mulheres nas artes plásticas (SCHWARZ; SIMIONI, 2016), de cidades e de sociabilidade intelectual (PEIXOTO; GORELIK, 2016; RIDENTI, 2012); de livros e impressos (LEÃO; FARIAS, 2016). Outro princípio de diversificação das pesquisas consiste no deslocamento dos vetores. Saindo do eixo Norte-Sul, pesquisas têm se voltado para o eixo Sul-Sul (JACKSON; BLANCO, 2014; MAIA, 2014).

culturais. No que se refere a essa dimensão, importa ressaltar que Roberto Schwarz incarnou exemplarmente o modelo de proeza acadêmica e política, assim como os padrões de intenção (BAXANDALL, 2006), de que eram portadores os membros de seus grupos de referência (RODRIGUES, 2019b). “As ideias fora do lugar” (doravante, “Ideias...”) correspondia ao tão ambicionado “ensaio interpretativo” de ampla escala, eivado de considerações teóricas, forma na qual sua geração propunha conexões de sentido entre as dimensões macro-históricas e microsociológicas. Além disso, como os demais membros do “Seminário Marx”, ele elaborava “o” capítulo orientado *pelos* e *para* as discussões desse círculo de leitura – situando-se no espaço do marxismo, de contornos antipartidários, que era gradativamente legitimado de modo universitário pelo tipo de leitura que recebera *O capital* (RODRIGUES, 2019a). Dito de outro modo, o autor correspondeu (superando, se for correta a análise apresentada neste dossiê pelo artigo “As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista *Teoria e Prática*”). Caso se queira sistematizar as condições de consagração de uma obra, pode-se afirmar que aí se encontra outra condição necessária – porém, novamente, suficiente.

Ocorre que, por outro lado, ainda que se considere uma configuração dotada de algum consenso a respeito do que sejam tais “méritos intrínsecos”, as operações práticas pressupostas para a produção social de uma obra enquanto “clássico”, assim como para sua manutenção enquanto tal, são numerosas. Dentre elas, a sociologia da consagração tem destacado: a capacidade da obra de atravessar as fronteiras disciplinares, interpelando as diversas agendas das áreas com as quais estabelece controvérsias; a posição da casa editorial por meio da qual a obra é difundida; as leituras e contraleituras, assim como os leitores e contraleitores; as distorções de leitura e o trabalho de “correção” delas, realizado por intermediários (comentadores, tradutores); as efemérides e as reedições comemorativas; a restituição constante da atualidade da obra – e, obviamente, a pedra de toque do trabalho de gestão da longevidade: a produção de gerações vindouras *interessadas* pela obra em questão (SAPIRO, 2014; RODRIGUES, 2019b). A reconstituição da recepção da obra de Roberto Schwarz constata que nada disso faltou a “Ideias...”. A título de garantir o eixo e a economia expositiva, destacam-se a seguir lances notáveis da capacidade da obra de Roberto Schwarz de interpelar diversas disciplinas em pontos sensíveis de suas respectivas agendas e debates.

Nas quatro décadas que nos separam da publicação de “Ideias...” foram incessantes as controvérsias por ele suscitadas. Não foi rara a associação do crítico – de esquerda, marxista, exilado durante os anos 1970, próximo a grupos da luta armada e de resistência à ditadura – a uma perspectiva nacionalista conservadora, na esteira do pensamento político brasileiro. Pudera! Sendo a democracia e o liberalismo peças estranhas ao desenvolvimento nacional interno, o corolário poderia ser: adotemos o Estado forte, autoritário – na tradicional vertente do pensamento autoritário da Primeira República (LAMOUNIER, 1981).

Outra vertente de reservas críticas dirigidas ao texto, com notável difusão, originou-se de Maria Sylvia Carvalho Franco – precisamene a mesma socióloga cuja abordagem embasa os argumentos mais atilados de Roberto Schwarz, como demonstram brilhantemente, neste dossiê, Karim Helayel e Antonio Brasil Jr. (“Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960”). Em que pese a inspiração

de *Ao vencedor as batatas* em *Homens livres na ordem escravocrata*, as coisas da lógica e a lógica das coisas têm suas reviravoltas próprias, e a crítica de Maria Sylvia foi particularmente fértil, sobretudo entre historiadores do liberalismo no Brasil e na América Latina. Qual seu argumento? “As ideias estão no lugar”: as sociedades adotam sistemas ideológicos que lhes são úteis. E “relação de exterioridade” e de “causalidade” entre os termos opostos da equação (Europa/Brasil; centro/periferia; capitalismo/escravismo) é fonte de equívocos (FRANCO, 1976, p. 61).

Do ângulo da crítica literária interessada na história das ideias, Alfredo Bosi (1992), matizando linhagens liberais, opôs-se ao autor, empenhando-se em situar “A escravidão entre dois liberalismos”. Conduzindo às últimas consequências o contraponto, afirmou: se o liberalismo justificava tanto a exploração do trabalho escravo quanto a do trabalhador livre, inexistiria a particularidade formulada em “Ideias...” (BOSI, 2010, p. 400)⁴.

Em contrapartida, concomitantemente à multiplicação desses leitores e dessas leituras adversárias, outro polo de recepção e de difusão de “Ideias...” se constituiu. Operando como mediadores da explicação desse texto, autores desse filão solidário à perspectiva teórica e ao argumento de Schwarz constantemente repuseram os pressupostos teórico-metodológicos do ensaio, testando a engrenagem do esquema por meio do uso dele, voltado a outros objetos.

Tendo como plataforma disciplinar a Filosofia, porém dotado de extraordinária capacidade de difusão de suas ideias em círculos cultivados situados na crítica teatral, cinematográfica e arquitetônica, Paulo Arantes é exímio representante dessa vertente da recepção. Particularmente, em *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana* e *Ressentimento da dialética* (ARANTES, 1994; 1996), trata-se de por à prova os esquemas schwarzianos, mobilizando-os na difícil tarefa de conferir inteligibilidade a experiências intelectuais diversas daquela do século XIX, tratadas por “Ideias...”, porém com afinidades estruturais – a saber, respectivamente, a importação de técnicas francesas de leitura filosófica de texto e as relações assimétricas dos intelectuais periféricos com as matrizes ocidentais das quais se pretendem caudatários. Neste dossiê, Luiz Philipe de Caux e Felipe Catalani – “A passagem do dois a zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz)” – demonstram com concisão e elegância como a obra de Paulo Arantes é tributária do modelo crítico em questão. E, ainda mais interessante, como, mais contemporaneamente, ela se move pelo diagnóstico da necessária ultrapassagem desse modelo crítico, em função do “novo tempo do mundo”.

4 Outra maneira de travar o diálogo com “Ideias...”, mantendo-se rente ao problema do liberalismo no século XIX brasileiro, porém variando o estribilho, o tom e o substrato empírico, encontra-se nos trabalhos de Angela Alonso (2002); José Murilo de Carvalho (1988; 1999) e de Wanderley Guilherme dos Santos (1978). Naturalmente, às clivagens disciplinares, condicionando os repertórios prévios e as indagações protocolares que vão alterando os sentidos de “Ideias...”, deve-se adicionar a segmentação e hierarquia geopolítica nacional, angulando modalidades de leitura e práticas preferenciais na definição de trabalho intelectual legítimo. A complexidade do ponto limita esta nota à indicação de duas análises a respeito disso: Moura, 2004; Rodrigues, 2017.

No âmbito disciplinar da crítica literária e cultural, também se identificam esforços no sentido de testar o potencial heurístico do esquema schwarziano mobilizando-o na análise de objetos diversos. Nessa esteira, encontra-se o texto de Mónica González García (“De modernidades periféricas: feudalidade e favor em artes a ‘Belle Époque’ chilena”), no qual a autora empenha-se em demonstrar a potência explicativa do esquema schwarziano, voltando-o para a sociedade chilena. Dentre outros esforços nesta disciplina, destacam-se os de Ivone Dare Rabello, Edu Teruki Otsuka, Fabio Cesar Alves e Maria Elisa Cevasco. Esta última, autora neste dossiê (“O trabalho da crítica”), discute os nexos de algumas análises recentes de Schwarz com suas concepções de crítica e de materialismo histórico⁵.

Sucinto, porém expressivo, o arrolamento acima deixa evidente que tanto os entusiastas de “Ideias...” quanto os inconformados com ele estão envolvidos numa problemática de longa duração que estrutura a produção cultural brasileira e latino-americana, conferindo a ela nítidas feições e marcada peculiaridade. Não casualmente, ao caracterizar, no tempo e no espaço, os agentes portadores das reações a esse ensaio pode-se constatar: *enquanto as leituras se diversificavam* – condicionadas pelo repertório teórico de novas gerações, pelas rivalidades disciplinares, teóricas, geopolíticas e regionais de nosso sistema acadêmico –, *as respostas do autor eram tendencialmente repetitivas*: o título não é minha tese; eu quis tratar padrão estrutural de importação dos bens culturais dos países centrais, realizado pelas elites de um país periférico; eu quis ir além da platitude a respeito do caráter ornamental da importação simbólica realizada por elas; e, coerente com minha posição teórica, minha análise incidia na *inversão* especificamente *dialética*, isto é, na negação/na contradição do sentido desses bens ao passarem do centro à periferia do capitalismo (SCHWARZ, 1979; 1986; 2009; 2012b).

À polifonia das reações não poderia suceder um retorno ao texto clássico, com uma escuta sensível ao pedido reiterado do autor, tão candente e pulsando em suas respostas? Essa foi a motivação principal da referida mesa, realizada na Anpocs, assim como deste dossiê. Por isso, esta iniciativa não poderia ignorar tópicos incontornáveis em se tratando da reflexão sobre a obra de Roberto Schwarz. Dentre eles, destaca-se sua relação com o modernismo, mediada por Antonio Candido – assunto tratado por Francisco Alambert e Tiago Ferro, em “Dois críticos, uma semana, um século”, assim como por Bruna Della Torre, em “Modelos críticos: Antonio Candido e Roberto Schwarz leem Oswald de Andrade”. De modo igualmente crucial, apresenta-se a discussão sobre as matrizes autorais do materialismo histórico que conformam o projeto crítico em questão. Partindo de trabalhos sobre a gênese dessa incorporação (RODRIGUES, 2011), Fábio Mascaro Querido elege a fase madura do autor, colocando em relevo seu modo próprio de ser “adorniano”, em “Nacional por *negação*: ensaio e ‘crítica independente’ no último Roberto Schwarz”. Em contrapartida, as análises a respeito do golpe

5 Os debates supramencionados suscitaram uma série de balanços bibliográficos que, como ensina a sociologia das obras, concorrem também para a longevidade simbólica e a consagração de “Ideias...”. Nessa direção, trabalharam Lilia Schwarcz e André Botelho (2008), Bernardo Ricupero (2013), Leopoldo Waizbort (2007).

militar de 1964 são tratadas por Pedro Luiz Lima, em “Ambivalências da derrota: lições e limites da crítica do populismo em Roberto Schwarz”.

Entrementes, tanto na celebração da efeméride de 40 anos, quanto neste dossiê, tratava-se de incentivar leituras dissonantes que interpelassem a obra e a trajetória de Roberto Schwarz de ângulos inusitados e pouco usuais. Daí a reunião de leitores e leituras tanto de gerações já consagradas e/ou voltadas a temas inevitáveis, quanto novas gerações de leitores e leituras, portadoras de princípios de percepção, apreciação e indagação distintos, não raro, oriundas de pontos diversos do espaço intelectual no interior do qual se formam os leitores (e contraleitores) típicos de Roberto Schwarz. É nesse sentido que se situa a proposta de Edson Farias (“A inautenticidade como inflexão no esquema de Schwarz”), em artigo no qual a discussão sobre a noção de “inautenticidade” catapulta uma reflexão sobre as tomadas de posição de Schwarz no interior das definições legítimas de cultura brasileira. É também no registro das conexões de sentido pouco exploradas, que Luiz Gustavo da Cunha de Souza, com a competência típica dos brasileiros germanófilos, marxistas ou não, desloca a discussão sobre Schwarz-Adorno para Schwarz-Honneth (“Usos do reconhecimento em Roberto Schwarz: tentativa de uma aproximação”). Finalmente, eu mesma assinalo um ponto cego na discussão das relações entre Antonio Candido e Roberto Schwarz, e deste com a luta armada, por meio do um exame da morfologia de *Teoria e Prática* e dos acicates que animaram a criação de “Bertha Dunkel”, personagem fictício inventado por Schwarz, às vésperas de seu exílio (“As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista *Teoria e Prática*”).

DOCUMENTAÇÃO INÉDITA VINDA A PÚBLICO

Além dos artigos mencionados, esta edição da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* reúne, nas páginas de abertura de cada seção, um raro conjunto documental, de interesse indiscutível. Em primeiro lugar, destacam-se os documentos do Arquivo do IEB. Concentrados no caderno de imagens, esses documentos se constituem de fotografias e correspondências, coletadas em primeira mão no Acervo Antonio Candido, além de apresentar achados nos acervos de Lupe Cotrim Garaúde e de Caio Prado Jr. Com efeito, alguns episódios do período compreendido entre 1964 e 1970, para além de ilustração, ganham novos sentidos. Vale a pena chamar a atenção para a fotografia em que se encontram Ruy Fausto, Lourdes Sola e Roberto Schwarz – configuração da revista *Teoria e Prática*, assim como para a carta trocada entre Lupe Cotrim e Roberto Schwarz, sobre o controverso artigo de Giannotti, “Contra Althusser”, publicado nesse mesmo periódico. Sem que ilustre o caderno, mas sendo mobilizado na construção do argumento a respeito das condições sociais das “leituras” que recebeu a obra de Roberto Schwarz, exponho no artigo “As regras da subversão...” o excerto de um relatório policial, elaborado por agente da polícia política que perseguia o autor no exílio (e que realizou a primeira tradução de “Cultura e política”). Finalmente, destaque-se, na seção Documentação, a correspondência trocada entre Roberto Schwarz e Theodor Adorno. Ela foi traduzida e comentada por Eduardo

Soares Neves Silva, o responsável por encontrá-la no Theodor W. Adorno Archiv, sendo apresentada publicamente pela primeira vez.

Sendo cada vez mais reduzidos os espaços que propiciam a formulação refletida dos elos que nos ligam aos nossos antecessores, a proposta de aproveitar a ocasião do aniversário de 40 anos de “Ideias...” tencionou surpreender a atualidade desse ensaio sem se deixar levar pela tendência à reprodução pura de sua arquitetura analítica e tampouco ao ataque a ela. Penso ser essa uma maneira digna de cumprir aquilo que a socióloga Maria Arminda do Nascimento Arruda arrematou, ao reler Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido: “apesar de débil e dependente do exterior, a nossa cultura ‘nos exprime’”, de modo que “a tarefa do intelectual brasileiro nutre-se do compromisso com a cultura do seu país, a despeito de reconhecer a sua dimensão acanhada” (ARRUDA, 2004, p. 108). Aos leitores, deixo os textos e o juízo desta iniciativa. Ao vencedor, as batatas.

SOBRE A AUTORA

LIDIANE SOARES RODRIGUES é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: lsr@ufscar.br
<https://orcid.org/0000-0003-2011-9888>

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. *Ideias em movimento*. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 2002.
- ARANTES, P. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiânica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. *Ressentimento da dialética: dialética e experiência intelectual em Hegel (antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ARRUDA, M. A. N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo social*. São Paulo, v. 16, n. 1, 2004, p. 107-118.
- BAXANDALL, M. *Padrões de intenção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 194-245.
- _____. *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- CARDOSO, F. H. As ideias e seu lugar. *Cadernos Cebrap*, n. 33, 1980.

- CARVALHO, J. M. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.
- _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CASANOVA, P. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- _____. *La langue mondiale*. Paris: Seuil, 2011.
- DMITROV, E. *Regional como opção, regional como prisão: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.
- FRANCO, M. S. Carvalho. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debates*, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- HEILBRON, J. et al. L'internationalisation des sciences sociales: les leçons d'une histoire transnationale. In: SAPIRO, G. (Org.). *L'espace intellectuel en Europe*. Paris: La Découverte, 2009.
- MAIA, J. M. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: The cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein. *Current Sociology*, v. 62, 2014, p. 1.097-1.115.
- JACKSON, L. C.; BLANCO, A. *Sociologia no espelho*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: AMARAL, J. A. A. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora UnB, 1981.
- LEÃO, A. B. ; FARIAS, E. O popular no Brasil numa fábula de costume francesa: estéticas e mediações transatlânticas. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 3, 2016, p. 631-649.
- MICELI, S. *Nacional estrangeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MOURA, F. *Diálogo crítico. Disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RICUPERO, B. Da formação à forma. Ainda as ideias fora do lugar. *Lua Nova*, n. 73, 2008, p. 59-69.
- _____. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos (2013). Rio de Janeiro, *Sociologia e Antropologia*, v. 3, n. 6, nov. 2013, p. 525-556.
- RIDENTI, M. Artistes et intellectuels communistes à l'apogée de la guerre froide au Brésil. In: ROLLAND, D. et al. (Org.). *Modernités nationales, modernités importées*. Paris: L'Harmattan, 2012.
- PEIXOTO, F. A.; GORELIK, A. *Ciudades sudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.
- RAMASSOTE, Rodrigo. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- _____. Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, sociologia e ciência política. *Urbana: Urban Affairs and Public Policy*, v. XVIII, 2017, p. 71-95.
- _____. Los marxistas brasileños: oposición e interdependencia de un espacio (1958-2014). *Políticas de la memoria*, v. 1, 2018, p. 169-185.
- _____. Ser marxista no Brasil. In: MARTINHO, F.; FREIRE, A. (Org.). *Intelectuais e marxismo no mundo lusófono*. Rio de Janeiro: Autografia; Recife: UFPE, 2019a, v. 1, p. 165-205.
- _____. Amar um autor: os marxistas nas universidades brasileiras e os intérpretes do Brasil. *Estudos Históricos*, v. 32, 2019b, p. 500-529.
- _____. Poder, sexo e línguas no marxismo brasileiro. *Repocs*, 2019c. [no prelo].
- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- SAPIRO, G. Le champ, est-il national?. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 200, 2013, p. 70-85.
- _____. Introduction. In: _____. (Dir.). *Sciences humaines en traduction: le livre français aux Etats-Unis*, au

- Royaume-Uni et en Argentine. Paris: Institut Français, 2014 (Volume disponível *online em e-pub*: <http://cse.ehess.fr/index.php?2104>).
- SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social: entrevista com Roberto Schwarz. *RBCS*, v. 23, n. 67 junho/2008, p. 147-194.
- _____.; SIMIONI, A. P. C. La colonie des artistes français à Rio de Janeiro en 1816: un passé recomposé. *Brésil*, v. 10, 2016, p. 1-10.
- SCHWARZ, R. Entrevista a Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho. *Encontros com a civilização brasileira*, n. 15, 1979, p. 97-112.
- _____. Nacional por subtração. *Folha de S. Paulo*, 7 de junho de 1986.
- _____. (1970). Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra: 1992.
- _____. (1977). *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.
- _____. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Brincalhão mas não ingênuo. *Folha de S. Paulo*, 28 de março, 2009.
- _____. Las ideas fuera de lugar: algunas aclaraciones cuatro décadas después. *Políticas de la Memoria. Anuario de Investigación e Información del Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas – CeDInCI*, Buenos Aires, n. 10-11-12, 2011, p. 25-28.
- _____. Verdade tropical: um percurso do nosso tempo. In: SCHWARZ, R. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.
- _____. Por que “Ideias fora do lugar”. In: SCHWARZ, R. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.
- WAIZBORT, Leopoldo. *Passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Roberto Schwarz e a interpretação crítica do Brasil

[*Roberto Schwarz and the critical interpretation of Brazil*]

Maria Arminda do Nascimento Arruda^I

Recebido em 5 de novembro de 2019
Aprovado em 20 de novembro de 2019

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Roberto Schwarz e a interpretação crítica do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 27-32, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i74p27-32>

^I Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Transcorridos mais de quarenta anos desde o lançamento do livro *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, cuja primeira edição data de 1977, a obra do intelectual e crítico Roberto Schwarz é novamente objeto de reflexão sistemática. Outra iniciativa similar à deste Dossiê da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* – que ora publica os trabalhos apresentados em seminário acontecido há dois anos² – teve origem em evento organizado na Universidade de São Paulo em 2004, cujas contribuições foram posteriormente reunidas em coletânea editada em 2007 (CEVASCO; OHATA, 2007). Nesse lapso de mais de quarenta anos, persistem traços comuns aos textos das duas publicações, que distinguem o papel de Schwarz no entendimento da cultura e da vida intelectual no Brasil, análises que reafirmam o caráter fundamental da sua reflexão tanto à compreensão das contradições presentes na experiência social periférica, quanto à caracterização dos dilemas e impasses que teimam desafiar o exercício intelectual esclarecido nas sociedades marginalizadas das conquistas modernas.

Na introdução do livro clássico, o autor afirma pretender “especificar um mecanismo social, na forma em que ele se torna elemento interno e ativo da cultura; uma dificuldade inescapável, tal como o Brasil a punha e repunha aos seus homens cultos, no processo mesmo de sua reprodução social. Noutras palavras, uma espécie de chão histórico, analisado, da experiência intelectual” (SCHWARZ, 1977, p. 24). Entre as duas publicações acima aludidas, artigos e comentários de vária ordem vieram à luz nos mais diversos meios, desde obras acadêmicas e especializadas, até veículos da grande imprensa. No conjunto, e independentemente da origem disciplinar dos autores, a volumosa produção do intelectual paulista é unanimemente reconhecida como sendo de grande envergadura, seja no campo da crítica da literatura, seja na área do ensaísmo crítico, seja ainda no âmbito das análises culturais e das conjunturas político-ideológicas do país. Nesse sentido, a produção multifacetada de Schwarz desborda o terreno da crítica literária e cultural, erigindo-se em

2 O Seminário “40 anos de *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz” foi organizado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) de 12 a 15 de setembro de 2017.

instrumento essencial à análise das formas assumidas pela modernidade periférica, especialmente em realizações históricas como a brasileira.

Esse caráter abrangente da sua obra, que explica, em larga medida, o constante interesse das novas gerações por sua trajetória, não parece suficiente para garantir a persistência de estudos sobre ela ao longo de quase meio século, a exemplo deste número especial da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Sintoma de atualidade da reflexão do autor e da sua capacidade de construir um modo próprio de combinar refinamento analítico, engajamento político, crítica social, sem abandonar as dimensões formais subjacentes à matéria analisada. Nos dizeres do seu mestre Antonio Candido, “Roberto Schwarz [...] é capaz de situar-se de várias maneiras e em vários níveis dentro e fora do texto, percebendo tanto a sua autonomia como construção específica quanto a sua dependência como produto cultural, além de possuir a capacidade de elaborar o estilo adequado para sugerir esta posição” (CANDIDO, 2007, p. 14-15). Mais adiante, acrescentou:

É basicamente ensaísta, mas um ensaísmo que modificou a crítica brasileira, na medida em que superou o tom de fluência jornalística, que foi sempre o nosso melhor modo de trabalhar, num país que só teve crítica universitária depois que o ensino superior de literatura começou e deu os primeiros resultados, isto é, a partir do decênio de 1940. Roberto Schwarz não embarcou na tonalidade jornalística, nem aderiu aos tecnicismos que as nossas letras universitárias adotaram frequentemente com o alvoroço dos neófitos. (CANDIDO, 2007, p. 15).

Essa qualidade de preservar a integridade do material em escrutínio, sem abandonar o seu sentido social, sugere interpretações da sua obra em múltiplas leituras, oriundas de distintas filiações disciplinares. Crítico da cultura, Schwarz é intérprete sagaz dos rumos assumidos pela ordem burguesa entre nós, presentes no descolamento entre os valores típicos da classe e os móveis efetivos das práticas sociais. O desconcerto resultante – fruto da debilidade dos atores em superar as forças do passado, que contrariamente a elas se mesclam – responde pelo desacordo permanente da história brasileira nas esferas política, social e cultural, cujo “chão social é de consequência para a história da cultura” (SCHWARZ, 1977, p. 23). Nesse andamento, por intermédio da análise da literatura de Machado de Assis, Schwarz expõe o deslocamento do ideário liberal recebido da Europa em uma sociedade escravista, criando uma “comédia ideológica *diferente da europeia*”, cujo conflito encontrava acomodação na “prática geral do *favor*” (SCHWARZ, 1977, p. 14).

A maneira surpreendente de encaminhar o problema é revelação da originalidade do pensamento schwarziano, evidente na plasticidade do manejo da teoria social, qualidade que ele próprio atribui ao seu mestre:

Entretanto, ao assumir resolutamente o valor de uma experiência cultural de periferia, ao não abrir mão dela, Antonio Candido chegava a um resultado de peso, que de periférico não tem nada: a universalidade das categorias dos países que nos servem de modelo não convence e a sua aplicação direta aos nossos é um equívoco. (SCHWARZ, 2012, p. 49).

Frente às ambiguidades do tecido social, o intelectual da periferia do mundo é compungido a despendar esforços redobrados e a reconstruir de modo autônomo as teorias, como assinalou Antonio Candido no texto de homenagem a Schwarz:

Um intelectual europeu podia ser apenas ele, encasulado na sua língua e na sua civilização, só se reportando, fora delas, à tradição greco-latina. Mas um intelectual latino-americano tinha que ser ele e mais um outro. Esse outro era a quota da cultura europeia da qual necessitava para se formar. (CANDIDO, 2007, p. 15).

Para Candido, Schwarz vivenciou de modo particular a necessidade de incorporar o externo. Dada a sua dupla condição de europeu de nascimento, formado num ambiente culto, e brasileiro por adoção e escolha, o outro está “incrustado nele” e mantido em convivência harmônica. Com tais afirmações, Antonio Candido sugere que a força do pensamento de Schwarz deriva dessa conciliação singular, trabalho difícil e penoso para os intelectuais de países periféricos, que comumente oscilam entre a assimilação acrítica de teorias forâneas e o mergulho no provincianismo reinante.

Nesse cenário, a obra de Roberto Schwarz erige-se em guia para sucessivas gerações, hodiernamente compungidas à vivência no exterior e a produzir trabalhos articulados às redes internacionais de pesquisa. Em função da sua abrangência analítica, a contribuição schwarziana faculta a formulação de perguntas provenientes de tradições disciplinares particulares e permite perscrutar problemas variados de reflexão, integrados, porém, ao todo social. A interpretação apurada instituiu uma modalidade de compreensão da sociedade moderna no país, expressa no caráter enviesado da ordem burguesa que se imiscui na cultura e ocupa a esfera ideológica de nossas sociedades, cujos efeitos deletérios reproduzem-se no tempo. Finalmente, por eleger a esfera cultural como lugar privilegiado para analisar a dinâmica do conjunto, afirma o caráter decisivo da crítica como procedimento adequado ao pensamento, mormente em contextos desafinados em relação aos centros intelectuais hegemônicos. Nesse cenário, a importância da obra de Roberto Schwarz pode ser mais bem apreciada quando se consideram as recorrentes publicações que sobre ela se debruçaram.

A presente edição distingue-se das demais por agregar, ao rol dos estudos existentes, contribuições da nova geração de pesquisadores, à exceção do trabalho de Maria Elisa Cevasco e da participação como coautor de Francisco Alambert. A despeito da diversidade dos temas e consciente do risco de arbitrariedade que ronda as classificações, creio ser possível agrupar os onze textos que compõem o Dossiê em três grandes áreas temáticas: estudos sobre a contribuição crítica; herança modernista e crítica literária; abordagens teóricas, diálogos e filiações intelectuais. Certamente, o conjunto das análises que escandem o escopo analítico e político das interpretações de Schwarz sobre o processo de formação e de reprodução da ordem capitalista no Brasil sobreleva o ponto de vista da crítica da cultura. Dessa forma, embora o seminário que deu origem aos textos em epígrafe celebrasse os quarenta anos de *Ao vencedor as batatas*, os trabalhos abrangeram outras contribuições e enfrentaram questões que ultrapassaram o universo particular da obra.

Os artigos que se dedicaram aos pressupostos da crítica salientaram a particular renovação das categorias analíticas concebidas na tradição da dialética materialista,

manifesta no seu alcance cognitivo para elucidar as contradições do Brasil contemporâneo, a exemplo do texto “O trabalho da crítica”, de Maria Elisa Cevasco. Na mesma vertente, em “Ambivalências da derrota: lições e limites da crítica do populismo em Roberto Schwarz”, de Pedro Luiz Lima, explorou-se a capacidade da produção do autor na compreensão das derrotas civilizatórias, tendo como pano de fundo o populismo na política brasileira. Embora o texto de Lidiane Soares Rodrigues – “As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista *Teoria e Prática*” – seja mais específico *vis-à-vis* os demais, pois analisou a construção da personagem-pseudônimo Bertha Dunkel, que veio à luz nas páginas da revista *Teoria e Prática*, uma espécie de *alter ego* de Schwarz, a autora elegeu esse momento pouco visitado, espécie de “ponto cego da discussão sobre a obra de Roberto Schwarz”, visto como fundamental ao andamento de futuros ensaios.

Os textos sobre a crítica literária e o modernismo são desdobramentos dos anteriores, apesar da ênfase no papel das vanguardas na modelagem da obra de Schwarz. Bruna Della Torre, em “Modelos críticos: Antonio Candido e Roberto Schwarz leem Oswald de Andrade”, tratou da herança oswaldiana no pensamento dos dois críticos, derivada das leituras sobre o modernismo. Em “Dois críticos, uma semana, um século”, Francisco Alambert e Tiago Ferro correlacionaram o tratamento da forma literária em contextos periféricos aos desdobramentos do modernismo; no artigo “De modernidades periféricas: feudalidade e favor em artes na ‘Belle Époque’ chilena”, Mónica González García aplicou as noções cunhadas por Schwarz para entender a literatura do seu país.

Em maior volume, os artigos que privilegiaram os princípios teóricos da reflexão schwarziana, os diálogos e as filiações intelectuais, compõem um conjunto igualmente matizado. “A inautenticidade como inflexão no esquema de Schwarz”, do sociólogo Edson Farias, construiu detida análise sobre a obra de Schwarz dedicada a Machado de Assis, salientando dimensões do método e as referências analíticas mais importantes. “Nacional por negação: ensaio e crítica independente no último Roberto Schwarz”, de autoria de Fabio Mascaro Querido, caracterizou os diálogos e a contribuição crítica do intelectual no tratamento dos impasses no curso do processo de formação da nação. Nessa mesma linha, Luiz Philipe de Caux e Felipe Catalani trabalharam a linhagem dos estudos sobre a formação da nacionalidade, da qual o filósofo Paulo Arantes é reconhecido intérprete, no texto “A passagem do dois ao zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz)”. Karim Helayel e Antonio Brasil Jr. chamaram a atenção para a presença da sociologia da USP na obra do crítico, especialmente do grupo congregado em torno de Florestan Fernandes, no texto sobre “Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960”. Por fim, Luiz Gustavo da Cunha de Souza, em “Usos do reconhecimento em Roberto Schwarz: tentativa de uma aproximação”, identificou a noção de reconhecimento, formulada por Axel Honneth, à categoria do favor, construída para tratar da torção ideológica dos princípios liberais aportados no Brasil escravista.

Como se vê, a recente fortuna crítica da obra de Roberto Schwarz caracteriza-se por mirar outros horizontes, mais consoantes às questões atuais das pesquisas sobre a cultura e a vida intelectual. Alguns traços persistentes podem ser, todavia, notados. Os artigos que compõem o Dossiê são ensaios que analisam o moderno ensaísmo

nascido da pena de Roberto Schwarz. Sinalizam, por decorrência, assimilação e renovação do estilo. A teoria crítica, especialmente na vertente adorniana, serviu tanto para evidenciar o tributo de Schwarz a essa corrente intelectual, quanto para frisar o rendimento derivado dessa escolha analítica. Surpreende a discreta presença de Pierre Bourdieu, reconhecidamente o autor preponderante no campo das pesquisas atuais sobre a cultura. Confirma-se, por fim, a importância da obra de Roberto Schwarz na compreensão dos impasses do Brasil contemporâneo, desvelados neste momento francamente regressivo da sociedade brasileira. Por esse e outros relevantes motivos, a visão crítica de Schwarz tem resistido ao tempo, continuando a inspirar os jovens pesquisadores que a ela recorrem, motivados pelo desejo de esclarecer os nossos dilemas e se elevarem intelectualmente.

SOBRE A AUTORA

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA é

professora titular do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

E-mail: arr@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-1609-6743>

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. Sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 14-15.
- CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social no início do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 9-32.
- _____. Sobre Adorno. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 44-51.

A inautenticidade como inflexão no esquema de Schwarz

[*Inauthenticity as an inflection in the Schwarz scheme*]

Edson Farias[†]

Versão preliminar deste texto foi apresentada no 41º Encontro da Anpocs, Caxambu (MG), 23 a 27 de outubro de 2017. A pesquisa que subsidia este artigo contou com financiamento do CNPq, na modalidade Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

RESUMO • Este artigo tem o propósito de ensaiar uma reflexão sobre o lugar-chave ocupado pela inautenticidade como termo de inflexão lógica e sociocultural na formação do regime de autoria artístico-literária no país. Assim, tal como proposto em *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, examino a contrapartida estabelecida por Schwarz entre a montagem do espaço literário no país e a peculiaridade própria à escrita machadiana, quando esta entrosa cosmopolitismo e localidade no seu discurso. Na parte final do texto rastreio sugestões a respeito das condições de possibilidade sobre a posição de autoria artística singularizada na figura do mesmo Machado de Assis. • **PALAVRAS-CHAVE** • Inautenticidade; inflexão lógica e sociocultural; regime de autoria; Machado de Assis; Roberto Schwarz. • **ABSTRACT** • This article has the

purpose of rehearsing a reflection on the key place occupied by inauthenticity as a term of logical and sociocultural inflection in the formation of the regime of artistic-literary authorship in the country. Thus, as proposed in “Ao vencedor as batatas” and “Um mestre na periferia do capitalismo”, I examine the counterpart established by Schwarz between the assembling of the literary space in the country with the peculiarity proper to Machado’s writing, when this cosmopolitanism and locality entwined in his discourse. In the final part of the text, I tracked suggestions about the conditions of possibility on the position of artistic authorship singled out in the figure of the same Machado de Assis. • **KEYWORDS** • Inauthenticity; logical and sociocultural inflection; authorship regime; Machado de Assis; Roberto Schwarz.

Recebido em 29 de março de 2019

Aprovado em 15 de novembro de 2019

FARIAS, Edson. A inautenticidade como inflexão no esquema de Schwarz. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 33-60, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i74p33-60>

† Universidade de Brasília (UnB, Brasília, DF, Brasil).

A nota curiosa nesta celebração dos 40 anos da publicação de “As ideias fora do lugar” corresponde à autonomia adquirida por um capítulo em relação ao livro do qual faz parte. No caso, o efeito metonímico obtido pelo capítulo – “As ideias fora do lugar” – o tornou bem mais comentado, mesmo mais conhecido, que *Ao vencedor as batatas*, livro editado em 1977.

O subtítulo desse livro – “forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro” – deixa patente o propósito condutor da argumentação desenvolvida em torno da primeira fase da obra literária de Machado de Assis. Neste artigo, o interesse da argumentação e análise se situa no problema posto pelo subtítulo. Mas, ao que parece, em termos da sua ampla repercussão, a autonomia do capítulo esteve – e é bem provável que ainda esteja – articulada à tensão estrutural estabelecida entre autenticidade e inautenticidade na cultura brasileira (PALTÍ, 1992).

Por certo, o legado da situação de dependência colonial sobre os vários momentos da questão nacional atravessa o argumento posto e desdobrado no capítulo; sobretudo, a mesma chave se atualizou (e atualiza-se) em muitas das expectativas que mobilizam os muitos círculos de recepção compostos em torno do texto. Em especial, pelo tratamento reservado por Roberto Schwarz ao deslocamento na tônica depositada no sistema de ideias liberais à medida que o último deixa a Europa ocidental e aterrissa no Brasil dezanovesco. De núcleo ideológico próprio à afirmação da hegemonia burguesa, em meio à afirmação do Estado-nação, este cada vez mais envolto pela cosmologia do industrialismo, à ambientação do credo liberal na antiga América portuguesa, onde se localiza como uma ideologia de “segundo grau”.

Atento a essa “impropriedade” do pensamento brasileiro, no que toca ao contexto do Segundo Reinado, Schwarz sublinha o que ele denomina – mas já em *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (editado em 1990) – de “quiproquó ideológico” (SCHWARZ, 2012a, p. 120). Fazendo coro com a célebre conclusão de Sérgio Buarque de Holanda – de ser o povo brasileiro “desterrados em nossa terra” (apud SCHWARZ, 2012b, p. 12) –, o autor retoma a “comédia ideológica” encenada numa sociedade nacional recém-saída da dependência política, sociedade onde os princípios canônicos do *Direito dos homens* contracenam com uma estrutura social agrário-ruralista cujo protagonismo, em sua estratificação social, cabia ao dueto oligarquia dos grandes proprietários de terras escravocratas e negociantes

envolvidos com o tráfico humano transatlântico, concentrados no Rio de Janeiro, Salvador e Recife (ALENCASTRO, 2000, p. 109-116).

Diante desse quadro, o recurso ao pensamento dialético faculta ao autor requisitar a mútua determinação entre o particular e o universal. Se o esquema consiste no exame de um aspecto atentando à inscrição na totalidade social, Schwarz decanta nas propriedades imanentes aos procedimentos literários machadianos a sincronia com as relações de dominação envolvendo a dimensão “livre” de uma sociedade tendo por dinamismo o trabalho escravo. A operação funciona à proporção que o autor avança em analisar como estão transfiguradas as coordenadas, tão duras quanto espessas, da totalização sócio-histórica da escravidão, capazes de preencher possíveis lacunas deixadas como abertura para o exercício de compra e venda da força de trabalho vertida à condição de mercadoria. Desse modo, a arquitetura formal das obras capta, mas recriando enquanto técnica narrativa, o contexto no qual se mantinham cerradas as oportunidades materiais de dignificação individual da pessoa. Portanto, ausentes aqueles componentes elementares ao fetichismo comodificador – tal qual apresentados por Marx no célebre primeiro capítulo de *O capital* –, os traços cênicos dos trópicos americanos também eram outros, isso ao se tomar por parâmetro tanto a Europa burguesa industrial quanto o realismo elaborado naquele continente. Nesse sentido, a composição literária machadiana pode expor as transformações nas funções das ideias liberais no Brasil, porque ela mesma está atravessada por essas alterações. Mudanças que se deram no Brasil durante o século XIX, período em que se desenvolveu um trançado socioclassista no interior do qual as “multidões de agregados” estavam articuladas às facções capitalistas escravocratas.

A função exercida pela prática do favor incidira, exatamente, no complemento contraditório do descompasso manifesto entre o funcionamento da máquina escravocrata-latifundiária e a esfera cultural comprometida com o universalismo da autonomia individual. Mais do que deixar em xeque o enraizamento da ideologia liberal no país, propõe Schwarz, a escravidão expunha as vicissitudes da aclimação daquele sistema de ideias na jovem sociedade nacional sul-americana. Em sincronia com o nexos de crenças que o definiu como um instituto fundado sobre o costume do clientelismo, o favor deformara, para atualizar, o credo liberal numa sociedade em que o familismo ocupara (e ocupa) notável primazia nos modos de organização social. Logo, bem ao contrário da experiência europeia, no Brasil teria o liberalismo se aliado ao acento no privilégio, esquivando-se assim de qualquer um dos requisitos do universalismo burguês. Sendo, o último, o arcabouço ideacional à prerrogativa da autonomia e emancipação da pessoa, fundada sobre a antropologia filosófica do ente individual dotado das faculdades cognitivas, de ajuizamento e gosto para lhe conceder autonomia e livre-arbítrio, em coalizão com a “universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc.” (SCHWARZ, 2000, p. 17). Em sua feição dúbia, aqui adquirida, as premissas liberais pactuariam com “a dependência da pessoa” à “cultura interessada” e ainda seriam cúmplices seja da “exceção à regra”, seja da “remuneração e serviços pessoais”.

Segundo ainda o exame de Schwarz, o favor se consolidou como um “mecanismo” pelo qual se reproduziu a estrutura social agrário-escravocrata sobre o esteio do capitalismo, que se tornava industrial, no compasso da sua ampliação sistêmica como

“economia-mundo” (WALLERSTEIN, 2011, p. 179-358). Com isso, a totalização obtida pelo favor, na condição de prática e instituição com penetração aguda nas implicações entre pobres livres e facções abastadas dominantes – ao focar a peculiaridade brasileira advinda do trânsito entre os regimes colonial e imperial –, singularizaria essa mesma etapa da expansão do capital em escala mundial. Algo assim, na marcha mesma da reorientação socioestrutural, ou seja, da mudança do padrão de estratificação social estamental para aquele vertical-classista, também abarcou o remanejamento pelo qual o Estado colonial fora convertido em Estado-nação, embora, importa sublinhar, o advento e a consolidação desse mesmo arranjo nacional tenham obedecido aos desígnios da subalternidade no cômputo do sistema interestatal. Desse modo, ambos fizeram dueto com a posição subordinada da formação social brasileira na ordem econômica capitalista. No plano próprio às relações econômicas, na divisão internacional do trabalho do então moderno capitalismo industrialista, a jovem sociedade nacional estava fadada à função da agroexportação e, em contrapartida, da importação de bens industriais. Para Schwarz, em se tratando da dimensão das representações e categorias de entendimento, a tradução desse posicionamento periférico do país no concerto capitalista internacional se evidenciava na “caricatura ideológica” intrínseca à maneira como se desenhou a primeira modernidade no país. Nesta, justamente a crença liberal estava atada ao tipo de dominação manifesta no esquema do favor. Afinal, mantidas as mesmas facções de poder econômico-político herdadas do “pacto colonial”, as quais foram reiteradas nos trâmites de uma economia-mundo divisada internamente entre centro e periferias, cada vez mais em referência ao domínio técnico-científico, tornara-se imperativo, de um lado, reafirmar o comando das oligarquias rural-escravocratas e dos negociantes escravagistas; do outro, reequacionar o mesmo comando em meio à atmosfera geopolítica e socioeconômica na qual os primados tanto do trabalho livre quanto da autonomia da pessoa já se antecipavam como inquestionáveis axiomas da boa consciência. Afinal, embora subordinada aos desígnios agrário-escravocratas, ainda isolada como um enclave, outra estrutura social se insinuava, tendo por padrão tanto a tônica posta na urbanização acelerada quanto na maior complexificação de uma divisão do trabalho alargada e, cada vez mais, definida pela profissionalização monetária das atividades e também pelo valor conferido à produtividade e ao trabalho metódico-racional.

Por esse viés interpretativo, enfim, Schwarz (2012c, p. 214) retoma as discussões em torno do “desenvolvimento desigual e combinado”; debate que remonta ao modo particular como se tratou do tema da articulação cepalina da questão nacional com a condição de dependência econômica (CARDOSO, 1993, p. 27-80) e política das sociedades latino-americanas, em particular o Brasil, na sistemática capitalista, durante as reuniões do círculo uspiano de leitura de *O capital*, na passagem da década de 1950 para a de 1960 (RODRIGUES, 2011; BIANCHI, 2010, p. 97-201). No prefácio do já aludido *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, ele mesmo assinala que o retorno àquelas discussões fora conduzido pela atenção à posição colonial brasileira no sistema intelectual e nos circuitos internacionais da circulação de ideias.

Assinado por Bernardo Ricupero, publicado em 2008, ano em que se celebraram os 30 anos do famoso capítulo, o artigo “Da formação à forma. Ainda as ‘ideias fora do lugar’” deixa por saldo uma razoável escuta da recepção do ensaio de Schwarz. Se

o texto envereda pelo descompasso entre as ideias liberais e o solo escravocrata, sem perder de vista a mediação exercida pelo favor, interessa a Ricupero expor que, para além de expressar um fato – a “inadequação de certas referências intelectuais a um dado contexto social” –, o famoso ensaio de Schwarz indexa o processo formativo da literatura brasileira, que alcançaria maturidade formal no romance machadiano da última fase do literato (RICUPERO, 2008, p. 64). Sob esse ponto de vista, o trajeto percorrido tanto em *Ao vencedor as batatas* quanto em *Um mestre na periferia do capitalismo* relata o movimento pelo qual a pena literária machadiana retém e representa a realidade sócio-histórica, mas igualmente a torna matéria configurada por intermédio da composição dramático-artística, portanto, obediente ao conjunto de convenções informante do fazer, logo, próprio ao artefato mimético literário, na sua dupla condição de bem simbólico e estágio de simbolização.

Quando anota a centralidade ocupada pelo movimento no qual se fazem triangularmente recíprocos o processo sócio-histórico, a formação literária e a forma estética no projeto intelectual no qual se inscreve “As ideias fora do lugar”, Ricupero aborda o que entendo ser decisivo no ensaio de Schwarz: delinear a construção metodológica apta a expor a dialética entre romance e sociedade escravagista com a sua cultura do favor. Com isso, são tecidos os nexos lógicos, da forma e dos teores, no que toca à continuidade do traço ambíguo em que se precipitam mútuos: “alheio” e “próprio”, “dentro” e “fora” (SCHWARZ, 2000, p. 31). À inflexão da inautenticidade corresponde, portanto, o ponto em que se modulam, em reciprocidade, esses *topos*; ao se dobrarem sobre o seu próprio eixo, eles se fazem afins na medida em que se opõem. Incorporada ao pensamento social, partir do interesse em torno do genuíno por parte do braço alemão da matriz romântica, mediante a perspectiva fenomenológica existencialista, com sua aplicação ao tema da essência (BADIOU, 2005; EWALD, 2008), a ideia de autenticidade remonta aos requisitos de unicidade e singularidade do ser, quer dizer, está comprometida com a permanência da não contradição na definição de algo. Desprovida do fundamento ontológico da integridade, na condição de elemento antitético, a inautenticidade instaura, na ordem do ser, a inapropriação. Em termos de validade, ela se desdobra na ilegitimidade, no espúrio, no falso (GONÇALVES JR., 2005). Eu entendo que, no esquema analítico de Schwarz, a semântica da inautenticidade é acatada no seu arsenal de categorias com fins de objetivação sociológica da correlação sócio-histórica entre literatura e estrutura social. Embora o desprenda da tônica existencialista, ele não despreza o aspecto fenomenológico, afinal se ocupa de uma forma de consciência pela qual se entrosam as dimensões pessoais e coletivas. Desse modo, o inautêntico diz respeito ao fator de mediação entre os muitos planos entretidos no problema examinado. Diria

ser o termo com o qual se expõe determinado “temperamento”². Ou seja, o padrão emocional e cognitivo que constitui a dimensão cultural de significação daquele estágio sócio-histórico intrínseco às consequências da circulação internacional das ideias liberais no contexto escravocrata brasileiro e, ainda, repercute na posição de autoria que traduz como mimese literária tal mútua modulação pela qual se relativiza a autorreferência do local e do universal-histórico.

No trecho que encerra o ensaio de abertura de *Ao vencedor as batatas*, o autor contorna as feições do método adotado na abordagem da obra machadiana. No núcleo do seu esquema analítico-interpretativo, tal qual assinalado acima, a mediação da forma literária tem por matéria e objeto o favor enquanto mediador social (“forma social”, ideológica), isso, na estrutura escravocrata brasileira, entendendo esta última no escopo da universalização histórica do capitalismo. Porém, no reverso da medalha, perscrutando a determinação macrossociológica nas texturas da sua localização nas condições da produção literária de uma específica sociedade periférica. Tomo a liberdade de citar Schwarz:

[...] ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista se mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social ao qual deve a sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada – em que imprevisível dormita a História – que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados. São relações que nada têm de automático, e veremos no detalhe quanto custou, entre nós, acertá-las para o romance. E vê-se, variando-se ainda uma vez mais o mesmo tema, que embora lidando com o modesto tic-tac de nosso dia a dia, e sentado à escrivaninha num ponto qualquer do Brasil, o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial; e que não as trata, se as trata diretamente. (SCHWARZ, 2000, p. 31).

Neste artigo, o retorno à discussão acerca do método que compõe *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo* tem o propósito de ensaiar uma reflexão sobre o lugar-chave ocupado pela inautenticidade como termo de inflexão lógica e sociocultural na formação do regime de autoria artístico-literária no país. Assim, à luz dos argumentos desenvolvidos em ambos os livros, examino a contrapartida estabelecida por Schwarz entre a montagem do espaço literário no país e a peculiaridade própria à escrita machadiana quando esta entrosa e, ao mesmo tempo, deixa em suspenso o que seriam as propriedades essenciais do cosmopolitismo

2 Tomo de empréstimo a Gregory Bateson (2008) a categoria de temperamento cultural, porque interessa sublinhar o plano da estrutura cultural no tocante às propriedades de comportamentos generalizados. De acordo com o autor, o temperamento consiste no “tom”, isto é, no “fundo emocional” de uma cultura, e é revelador do *ethos* como fator de intercessão entre instância prática e sistema de conhecimento numa sociedade. Corresponde, assim, ao “sistema culturalmente padronizado de organização dos instintos e das emoções dos indivíduos” (BATESON, 2008, p. 171). Manifesto na empiria dos comportamentos, para o antropólogo, pelo temperamento se explica a articulação entre os instrumentos classificatórios que presidem a realização de inteligibilidades (*eidós*), a coerência societária e os vínculos interpessoais.

(alheio) e da localidade (própria, autóctone) no seu discurso. Com o respaldo oferecido por esse traço ambíguo, na parte final do texto esboça sugestões a respeito das condições de possibilidade sobre a posição de autoria artística singularizada na figura do mesmo Machado de Assis.

O DESENHO DO MÉTODO NOS RASTROS DA COMPULSÃO AMBÍGUA

Leopoldo Waizbort (2007) rastreia as referências dispostas ao longo de *Ao Vencedor as batatas*. Com isso ele reconstitui os pontos da interlocução teórica que, num mesmo diapasão, se entrelaçam na construção do problema estético-literário e sociológico e também informam saídas analíticas que engendram o material sistematizado na pesquisa e suscitam as interpretações propostas no livro *Ao vencedor as batatas*. O fino esforço filológico realizado por Waizbort dispensa a tarefa de reconstruir o tramado conceitual implicado na abordagem de Schwarz. Retenho, porém, um aspecto. De acordo com Waizbort, a problemática de *Ao vencedor as batatas* dialoga com o objetivo de Erik Auerbach (1971) – em *Mimesis*³ – de abrir o pensamento para “outras configurações ‘realistas’ particulares na perspectiva geral que o livro arma” (Waizbort, 2007, p. 23). No que se refere ao texto de Schwarz, a finalidade estaria em elucidar o realismo próprio à letra de Machado de Assis. “O que equivale indagar como a literatura de Machado de Assis expõe a realidade, se e como a ‘retrata’, ‘espelha’, ‘ilumina’, ‘apresenta’, qual a relação que estabelece entre ‘realidade’ e ‘obra literária’” (WAIZBORT, 2007, p. 13).

A escalada das indagações levantadas acima parece ter motivado Schwarz – ainda seguindo os rastros de Waizbort – a evocar e, na mesma iniciativa, reciclar as formulações lukacsianas sobre o romance e a vida burguesa, mas levando em

3 O empenho de aliar o cuidado filológico à prioridade devotada pela sociologia às “forças históricas” determinantes da objetivação espaçotemporal das categorias e, com isso, levando em conta as maneiras como forma artística e forma social se atravessam, responde à aposta de Erik Auerbach no método histórico-formal, o qual é aplicado mediante o esforço comparativo em *Mimesis*. Algo assim conduz Auerbach na reflexão acerca das reciprocidades estabelecidas entre a forma literária e as nuances nas temporalidades relativas aos processos histórico-sociais. Movido pelo debate nucleado pelo realismo, o autor evoca o problema a respeito da transfiguração do processo social na composição literária. Na medida mesma que, para o autor, o realismo consiste numa categoria sobre as representações situadas espaçotemporalmente das ambientações humanas, para ele, a continuidade trans-histórica da categoria ocorre à luz dos teores adquiridos ao sabor das próprias transições e acomodamentos no espaço e no tempo das regras de exposição realizada pela escritura literária. Em lugar de recorrer a fórmulas abstratas, a seu ver, cabe ao analista imergir nas figurações próprias às específicas situações histórico-sociais referentes à concatenação de elementos estético-estilísticos com os quais uma obra literária expõe uma sociedade, de acordo com as suas coordenadas internas (WAIZBORT, 2004, p. 61-91).

consideração o desenvolvimento capitalista⁴. Igualmente o teria impelido a cotejar as contribuições sobre a forma estética em Adorno, para aquilatar o “rigor construtivo” da mimese literária machadiana, por concluir sobre a “justeza” da obra no momento em que sintoniza a técnica narrativa tanto com a vida ideológica como também com a estrutura social vigente no país durante o Império (SCHWARZ, 2012a, p. 57)⁵.

Sem recusar a relevância dessas referências no delineamento da abordagem de Schwarz, em *Ao vencedor as batatas* chamo a atenção para a sintonia metodológica com o esquema de “Dialética da malandragem” (CANDIDO, 1970), denunciada pelo próprio autor. A seu ver, no movimento de elucidação do realismo machadiano, a recuperação do esquema de Antonio Candido deixa por saldo uma abordagem apta ao exame da economia emocional das facções abastadas dominantes brasileiras no século XIX. Avançar no esboço dessa reflexão requer ser mais paciente no exame do esquema metodológico adotado por Schwarz.

Publicado após a primeira obra sobre Machado de Assis, no livro *Que horas são?*, com o ensaio “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” (SCHWARZ, 1987), o autor excursiona pelo texto de Antonio Candido (1970),

4 Motivado pelo exercício hegeliano de expor a evolução histórica do espírito, quando se impõe a tarefa de historicizar as categorias estéticas, com a excursão realizada em *A teoria do romance*, Lukács (2000, p. 13) busca empreender uma “dialética universal de gêneros fundada historicamente”. Para isso, persegue a permanência da forma estética no compasso das mudanças sócio-históricas, em meio à sucessão entre os gêneros literários no escopo da civilização ocidental. A tensão primordial que se estabelece é aquela entre essências/formas e vida/existência. Desse modo, o pensador húngaro detém-se na longa passagem da forma trágica, que se manifesta tanto na epopeia grega quanto no drama shakespeariano, desaguando no advento do romance. Alterna-se, nessa tocada, a presença do sentido na condução da vida: na antiguidade clássica, permanece imanente à vida; entre os modernos, torna-se intrínseco a uma esfera transcendente à existência. Mais tarde, atento às propriedades do gênero romanesco, Lukács se debruça ante o problema da mediação literária, interrogando o “realismo”. Se a discussão em pauta tem por objeto o “reflexo da realidade”, para ele, não se trata do mero espelhamento. Afinal, afirma, a forma literária consiste em leis universais e sistemáticas de apreensão e exposição dos episódios das coisas da vida e do mundo. Caberia à “grande arte”, conclui, representar momentos típicos da evolução histórica da humanidade, assim, acionando no leitor a autoconsciência da sua participação nessa mesma dinâmica (LUKÁCS, 2010, 149-186).

5 A contramão da ênfase kantiana na unicidade da obra, por conta da exigência de coerência entre as propriedades e momentos do artefato, para daí fazer derivar a divisão irreductível da arte em relação à multiplicidade do empírico, Adorno (1992, p. 68-71) insiste que, na obra de arte, numa negatificação recíproca, tensionam-se o imperativo da forma lógica e os momentos divergentes dos tantos particulares inscritos em sua materialidade. A seu ver, a unidade estética vem no caudal da totalização desses particulares, porque se os determina enquanto causalidade, concatenando-os, igualmente ela é determinada por essa concatenação. Para o filósofo, a arte consiste numa modalidade de conhecimento cujo esquema cognitivo recusa a instrumentalidade que impõe a identidade do sujeito e do objeto, em obediência à eliminação da heterogeneidade do empírico, para assegurar a funcionalidade dos materiais aos propósitos da razão subjetiva. Portanto, animada pela inutilidade, já que é “cega” ao objeto sobre o qual operaria, a arte contempla um ato de conhecer com mútuas implicações entre forças que não se anulam entre si e, ao mesmo tempo, não são dissolvidas, enquanto alteridades, pela atividade conceitual do espírito de esclarecer e do seu autoesclarecimento.

enfocando estar a novidade da obra em se constituir no “primeiro estudo literário propriamente dialético”. De acordo ainda com Schwarz, enfim, fora estabelecida a correlação da análise formal com a localização sociológica no esforço de, a um só tempo, “identificar, denominar e colocar em análise” o que chama de “linha de força da malandragem”. Esta última atravessaria escritos e gerações desde a Colônia, a exemplo de manifestações incorporadas ao personagem folclórico Pedro Malazarte (de Gregório de Matos), igualmente presentes no humorismo popular, na “imprensa cômica e satírica da Regência, num veio de nossa literatura culta do século XIX, e culmina no século XX, com *Macunaíma* e *Serafim Ponte-Grande*, onde é estilizada e elevada a símbolo” (SCHWARZ, 1987, p. 130).

No andamento do ensaio, Schwarz destaca como, durante a análise de *Memórias de um sargento de milícias*, romance de Manuel Antônio de Almeida, o protagonismo exercido por um “herói malandro”, segundo as convenções de um romance representativo, num realismo original, compõe a “intuição e figuração de uma dinâmica histórica profunda” (SCHWARZ, 1987, p. 131). A dialética da malandragem corresponde, portanto, à transfiguração discursiva daquele ritmo da sociedade brasileira, na primeira metade do século XIX, em que se aproximam e fustigam ordem e desordem. A proeza de Antonio Candido estaria, para Schwarz, em reconhecer nessa dialética um “*princípio de generalização* que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção (sejam ou não documentários), dando-lhes inteligibilidade” (SCHWARZ, 1987, p. 133).

Assim, a junção de romance e sociedade se faz através da forma. Esta é entendida como um princípio mediador que organiza em profundidade os dados da ficção e do real, sendo parte dos dois planos. Sem descartar o aspecto inventivo, que existe, há aqui uma presença da realidade em sentido forte, muito mais estrita do que as teorias literárias costumam sugerir. Noutras palavras, antes de intuída e objetivada pelo romancista, a forma que o crítico estuda foi produzida pelo processo social, mesmo que ninguém saiba dela. Trata-se de uma teoria enfática do realismo literário e da realidade social *enquanto formada*. Nesta concepção, a forma dominante do romance comporta, entre outros elementos, a *incorporação* de uma forma da vida real, que será acionada no campo da imaginação. Por outro lado, não se trata de um realismo espelhista, pois uma forma não é toda a realidade, além do que ela pode se combinar com elementos historicamente incaracterísticos (o aspecto folclórico das *Memórias*, que leva o romance para o lado fabuloso). (SCHWARZ, 1987, p. 141).

A identificação da qualidade artística do romance *Memórias de um sargento de milícias*, a qual o apreende como um todo em movimento, deixa por lição metodológica a ênfase na composição da obra. Contudo, algo assim não significaria apartar o estético do social, porque o efeito mimético do artefato literário estaria na “imitação de uma estrutura histórica por uma estrutura literária” (SCHWARZ, 1987, p. 135). No momento em que reconhece a realidade como “formada”, o autor aponta à dimensão significativa que, na sua permanência indiscutida, aproxima seletivamente aspectos díspares do real histórico, amalgamando-os como peças de uma mesma consciência tácita. No funcionamento do esquema analítico aplicado a *Memórias de um sargento*

de milícias, encontrar-se-ia a versão literária de um horizonte histórico das classes populares, porém este não consiste na empiricidade crua de significações, porque nela já opera uma forma que lhe confere inteligibilidade. Com isso, por apropriar-se da dialética da ordem e da desordem do mundo popular no desdobramento da dinâmica dramática do texto, a tradução realizada pela composição literária de Manuel Antônio de Almeida penetraria a intimidade dessa realidade.

Entende Schwarz que o resultado obtido pela análise empreendida por Candido teria sintetizado as linhas particularistas e universalistas na formação da literatura brasileira. Enfim, para o autor, o nexos lógico do argumento defendido em “Dialética da malandragem” ratifica a originalidade do nacional, ou seja, a particularidade (a exemplo do fabuloso “mundo sem culpa” do popular), mas o faz no movimento de reconhecê-lo como ingrediente da cena de processos contemporâneos relacionados à universalização histórica do capital. Processo histórico de unificação dos mercados com penetrantes efeitos no desmonte do ensimesmamento das culturas, vicejando um comum irreduzível aos nichos nacionais. Justamente a essa altura da explanação, na nota de rodapé número 4, Schwarz aproxima a iniciativa de Candido à postura de Machado de Assis de tornar inteligível, em lugar de instaurar (como teriam pretendido as vozes do romantismo), o sentimento de identidade patriótico, imaginativamente elastecendo o campo das suas possibilidades temáticas de manifestações e, no contraverso, o decompondo na análise. Conclui Schwarz (1987, p. 137): Machado ostenta o título de ser o “primeiro romancista não provinciano, isto é, universal e adulto” da literatura brasileira. Ele o é em razão do exercício literário realista que se consolida por investigar, tornando-a matéria-prima, a forma de mediação da inautenticidade que, simultaneamente e de maneira mútua, ratifica e coloca em xeque tanto a naturalidade do próprio quanto a necessidade universal do alienígena.

O ensaio em que o autor comenta “Dialética da malandragem” é editado em 1987, portanto, dez anos após o lançamento de *Ao vencedor as batatas*, mas três anos antes da primeira edição de *Um mestre na periferia do capitalismo*. Considerando essa localização, não me parece arbitrário supor que o ensaio faz a inflexão do percurso construído pelo autor, principalmente no que toca ao estudo e à pesquisa da forma romanesca machadiana. A escuta atenta dos pressupostos do trabalho de Antonio Candido também lhe oportunizou a reflexão acerca dos princípios que o conduzem à análise e interpretação realizada nos dois livros sobre Machado de Assis. O desenho do método de Schwarz dialoga com o repertório de ferramentas de Candido, porque lhe permite apreender a forma como se processa a transfiguração estética de um processo sócio-histórico – este mesmo possuidor de um padrão no seu desdobramento⁶. Igualmente, creio verossímil propor que o ensaio “Dialética da malandragem” fornece a Schwarz componentes teóricos acionados na elucidação das problemáticas intrínsecas a cada um dos dois livros, problemáticas essas que

6 No ensaio bibliográfico “Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura”, João Marcelo Ehlet Maia (2005, p. 63) também identifica a proximidade de método entre Candido e Schwarz, já que ambos se propuseram à análise literária examinando a correlação dialética entre forma artística e processo social. Observa que os dois intérpretes depositaram tônica na mediação exercida pela forma no tocante à relação entre a existência concreta do autor literário e o contexto no qual se inseria.

se interligam na medida em que o tema da mediação do favor (em *Ao vencedor as batatas*) contracenava com a questão em torno dos traços autoritários e perversos da “volubilidade” do narrador-autor (em *Um mestre na periferia do capitalismo*), devido à igual inflexão da inautenticidade. Com isso, sendo cada um desses aspectos os respectivos princípios informantes das fases específicas na carreira autoral machadiana, Schwarz extrai da análise de Candido a “relação de mimese” com a peculiaridade brasileira cuja silhueta ambígua faz coadunar, segundo ele, fórmulas de tolerância, desigualdade e acomodação⁷.

Nesse debate em que o foco se dirige ao problema dos modos de subjetivação (enfim, os *ethos*⁸), compartilhados entre membros de específicos segmentos de classe social, a interferência de Schwarz introduz como dado novo aquilo antes denominado de “quiproquó ideológico”. Quer dizer, insere nessa pauta de problematizações o efeito gerado pela circulação internacional de ideias, sabendo-se que essa circulação vem no caudal da expansão capitalista, a qual, por sua vez, faz dueto com a montagem

7 Nos dois autores se enfoca a peculiaridade do padrão comportamental nas linhas de conduta das extrações das classes dominantes e dos segmentos não escravizados pobres, mas ao longo da formação do Estado-nação brasileiro, em seu período dezenovesco. Creio necessária tal observação com vista a separar o que um e outro intérprete formulam do olhar lançado pelo antropólogo Roberto DaMatta (1997, p. 15-42) sobre o que denomina de o “dilema brasileiro”. Ainda que também persevere um igual esforço de totalização, para o antropólogo tal dilema diz respeito ao problema das “ideologias abrangentes” dispostas à contrapartida do perfil de uma sociedade periférica no concerto do capitalismo mundial; sociedade na qual o plano dos valores seria o palco do choque da racionalidade burguesa com um conjunto de valorações enraizadas na tradição, herdadas do passado colonial luso-católico e escravocrata. O peso do modelo durkheimiano na letra do antropólogo se revela à medida que nos inteiramos da antecedência gozada por uma espécie de moralidade-nação que, na sua condição de idealidade, se faria intransigente diante das incongruências inerentes ao cotidiano imolado pelas contradições várias, entre classes sociais, entre dominantes e dominados. Por exemplo, quando trata do carnaval brasileiro, o que estaria em pauta na análise e interpretação damattiana seria a propagação, por intermédio do ritual, de um mesmo conjunto de representações coletivas capacitadas a gerar uma solidariedade social por entre e por sobre o relevo acidentado das estratificações entre os grupos, no seio de uma estruturação devotada a reiterar seu apeço à desigualdade e à hierarquia. A situação festiva, ainda que efêmera, e à sombra das tensões que a compõem, fomentaria um concerto equilibrado ultrapassando dualidades e divisões; estaríamos diante do povo-nação na sua feição de unidade de parentesco (FARIAS, 2012, p. 60).

8 Faço uso do termo *ethos* calcado na maneira como Michel Foucault o incorpora no exame do amplo *corpus* documental do que passou a denominar de “história das práticas de subjetividade”, na virada das décadas de 1970 e 1980, nos cursos ministrados no Colégio de France. Atento ao tema helenístico do cuidado de si (*epiméleia heautou*), ele acompanha o percurso dessa fórmula que ultrapassa os muros filosóficos e se acomoda como um *ethos* e padrão cultural entre facções dos segmentos dominantes na antiguidade greco-românica, vindo a declinar já no avanço da cristandade pelo ocidente europeu. A noção de cuidado de si se estendia para bem além de uma atitude voltada a si mesmo, pois se realiza em série de práticas que eram majoritariamente “exercícios, cujo destino (na história da cultura, da filosofia, da moral, da espiritualidade ocidental) será bem longo. São, por exemplo, as técnicas de meditação, as de memorização do passado, as de exame de consciência, as de verificação das representações na medida em que elas se apresentam ao espírito, etc.” (FOUCAULT, 2004, p. 15).

do arranjo interestatal. Possível com a implantação e o acirramento das circulações interatlânticas (ABREU, 2016), mas mediante os mais diversos suportes às letras (livros, imprensa etc.), a transposição dos ideários liberais não deixou incólumes as paisagens e os cenários brasileiros, tampouco os padrões de subjetividade. Esse é um problema já focalizado por Gilberto Freyre (2000, p. 32-3830) em *Sobrados e mucambos*, no instante em que a formação do patriarcado urbano contracenava, na sua análise, com a estilização e pacificação dos comportamentos das oligarquias. A seu ver, ambas as tendências estiveram manifestas no que chama de “artificialização” das atitudes em público. Se esteve relacionada às consequências urbanizadoras e industrialistas deflagradas no compasso da expansão cafeeira no centro-sul do país, com manifestações nos planos arquitetônicos, da higiene pública e doméstica, do consumo de bens, das modalidades de diversão, decoração dos lares e embelezamentos citadinos, entre outros ambientes, no que concerne às moralidades e aos andamentos comportamentais, a artificialização se deu em relação a quê?

Nos rastros da interpretação freyriana presente em *Casa-grande e senzala* (FREYRE, 1987, p. 316-321), mas já de posse seletiva do esquema analítico eliasiano em torno da psicogênese⁹ (ELIAS, 1990), Ricardo Benzaquen de Araújo (1994) observa que o liame entre “sadismo” (dos senhores) e “masoquismo” (dos escravos) definia um padrão de relacionamento e dominação próprio aos domínios das propriedades rurais, em que prevalecia o regime escravocrata de trabalho. Para ele, esse padrão tinha por base a educação – se a entendemos como um processo de modalização das pulsões – cujo resultado se apresentava no delineamento de um eu movido pelo “gosto

9 A certa altura da argumentação desenvolvida em *A sociedade dos indivíduos*, Elias (1994) esmiúça a teoria da individualização correlata ao seu modelo de dinâmica sociocivilizatória, sobretudo elucidativa do que entende por estrutura psíquica ou economia emocional – objeto por excelência do equipamento da psicogênese como pesquisa da formação de padrões sócio-históricos de autorregulação humana. A individualização consiste no processo de diferenciação das funções psíquicas, isto é, funções de autorregulação em relação a outras pessoas, outros seres vivos e também às coisas: “O que chamamos ‘instintos’ ou ‘inconsciente’ constitui também uma forma específica de autorregulação em relação a outras pessoas e coisas, apesar de ser uma forma que, dada a nítida diferenciação das funções psíquicas, já não controla diretamente o comportamento, mas o faz em vários desvios” (ELIAS, 1994, p. 37). Resgatando a antiga concepção grega de “alma” (*psique*), Elias a define como a estrutura formada pelo tramado de relações psíquicas, compondo valências mútuas. Estrutura caracterizada pela maleabilidade própria do elemento instintual humano, ou seja, presença tênue de predeterminação hereditária que, por sua vez, pode supor a moldagem sociogenética das funções psíquicas – em outras palavras, a tendência no complexo humano do controle psíquico sobre o organismo. Isso porque, entende o autor, essa transitividade em relação ao fator hereditário atrai o constrangimento da rede social. Conclui, então, estarem em mútua complementaridade as estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana: “Uma vez que o controle relacional relativamente indiferenciado da criança recém-nascida só se torna diferenciado e regulado por meios humanos na relação com os outros seres humanos, o que emerge como ‘alma’ do indivíduo adulto não é estranho à sociedade e associada em si mesmo, mas algo que, já em sua própria base, constitui função da unidade relacional de um poder superior a que chamamos ‘sociedade’. Toda maneira como o indivíduo se vê e se conduz em suas relações com os outros depende da estrutura da associação ou das associações a respeito das quais ele aprende a dizer ‘nós’” (ELIAS, 1994, p. 37).

de mando violento e perverso” (FREYRE apud ARAÚJO, 1994, p. 50). Quadro posto no microcosmo em que a desigualdade descomunal entre os abastados terratenentes e os demais, sobretudo os escravizados, amparava-se num quadro de valores hegemônicos na vida colonial socioestruturalmente ditada pela economia agroexportadora, tocada pelos latifundiários escravocratas. Nesse mesmo cenário social, a tônica estaria depositada no excesso como índice valorativo de distinção humana e, logo, centro da eleição do que merecia dignidade e reverência. O ato excessivo revelado, seja no recurso à força bruta, seja nos prazeres obtidos mediante o coito feito só em favor daquele ocupante da posição de senhor. No emprego do conceito de *hybris* (no sentido de deformação e relacionamento), Benzaquen de Araújo (1994, p. 70) concebe aquele corpo senhorial “adulterado e amolecido pelo ócio assegurado pela escravidão”.

O deslocamento para a cidade teria estilizado, sem esterilizar, tal padrão de conduta movida pelo excesso. Para o mesmo Gilberto Freyre (2000, p. 600-659), o amortecimento esteve relacionado à intensificação do trânsito entre o Brasil e a Europa burguesa industrializada. A gradual ambientação dos segmentos patriarcais nos cenários urbanos lhes fomentou, portanto, uma transição comportamental. Isto é, da pouca parcimônia nas exposições de sentimentos contrastantes entre si em círculos familiares e paroquiais, ganharia relevo certa psicologização que se manifestara nos adiamentos daquelas mesmas exposições públicas das emoções. Estas passam, desde então, a estar sempre mais reguladas pela inserção de instâncias que requisitam a teatralização dos atos no convívio público (em espaços religiosos ou mundanos) com facções diferentes, ainda que das mesmas classes, e dessa maneira requerem o refinamento dos gestos no compasso do aprofundamento dos mecanismos de controle subjetivo das atitudes. Percepção ratificada por Schwarz.

Este último, porém, sonda a contraditória estilização da *hybris* na formalização estética do processo sócio-histórico em que a “universalização psicológica da escravidão” comparticipa da composição romanesca na obra de Machado de Assis, a qual se deu nas condições citadinas de um Rio de Janeiro que acolhe os círculos familiares do patriarcado sempre mais atravessados pelos ditames da vida burguesa industrial da Europa norte-ocidental. Sendo os mesmos ditames reciclados pelas coordenadas dos modos gerados nos trópicos coloniais luso-brasileiros.

Em *Ao vencedor as batatas*, restringindo a análise aos romances da juventude machadiana (*A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*), o autor foca-se na situação dos agregados, aqueles cuja subordinação à lógica do favor os priva da prerrogativa liberal da autonomia pessoal. Dispondo-os comparativamente, Schwarz anota a reorganização da “matéria literária” ocorrida no trânsito entre José de Alencar e Machado de Assis. No primeiro, a tônica crítica romântica se mantinha em consonância com a matriz do individualismo burguês europeu, para o qual a intransigência diante da opressão da “sociedade” respondia aos anseios de plena transcendência do indivíduo. No romance *Senhora*, de Alencar, por exemplo, destacar-se-ia o cálculo instrumental da protagonista cuja ascendência socioeconômica lhe angariou recursos para efetivar os seus anseios de justiça e dignidade, os quais lhe foram negados quando compunha o espaço social dos pobres. Entretanto, a mesma coerência ideológica interna ao modelo de um realismo europeu resultava em *déficit* da forma romanesca alencariana com a cosmologia brasileira

porque, argumenta Schwarz, suplantava a prioridade da família (e dos costumes) por uma inverossímil primazia da impessoalidade do meio de pagamento universal. Por sua vez, para manter-se em sintonia com o primado realista, embora compromettesse a fidelidade do gênero romance com o ideário individualista, a pena machadiana acolheria melhor a empiria brasileira no princípio formal que rege sua prática romanesca. Observa Schwarz que, tratando do mesmo tema da ascensão social, Machado de Assis penetra com maior sutileza no âmbito da intimidade e, dessa maneira, revela como a universalização da troca mercantil estava limitada, no Brasil, pela antecedência do respeito ao decoro, logo, reverência aos costumes relativos ao familismo estamental colonial brasileiro. Conformismo e acomodação impunham limites precisos à prerrogativa do que seria uma degradação total promovida pela unidade do dinheiro com a competição animada pela vontade individual.

A diferença ressalta bem na maneira de encarar a ascensão social: num caso aponta-se para o preço desta, ainda quando bem-sucedida, pois o carreirista transforma a si e aos outros em degraus; no outro estudam-se as condições em que ela, em si mesma desejável, se completa com dignidade, para além do próprio carreirista, mas também das boas famílias, que se beneficiam de seu talento, e finalmente de nossa sociedade brasileira, que precisa aparar as suas irregularidades e aproveitar o elemento humano de que dispõe. Em lugar da oposição absoluta de indivíduo e sociedade, da instrumentalização geral e do correspondente radicalismo crítico, estão a comunidade de costumes, de interesses e crenças, o desejo de melhorar e o arranjo. Favor, cooptação, sutilezas da conformidade e da obediência substituem, no miolo do romance, o antagonismo próprio à ideologia do individualismo liberal. (SCHWARZ, 2000, p. 93-94).

Seria equivocado derivar da interpretação de Schwarz o reconhecimento do mero cinismo por parte de Machado de Assis. Em especial quando analisa *A mão e a luva*, o autor sublinha como a composição literária machadiana guarda, no compasso em que revela, a ambiguidade dos dependentes quanto ao cosmo em que se inscrevem. Estão frustrados quanto à pretensão da individualidade afirmada como direito, em razão da subordinação à arbitrariedade familiar-estamental. Porém, na mesma compulsão dual, a frustração assinala a insatisfação com a ordem patriarcal. A um só tempo, eles ficam aquém de encenarem os valores da ordem burguesa e, no mesmo diapasão, mantêm em silêncio tenso a desaprovação moral diante dos excessos dos dominantes:

Um impasse delicado, como se vê, em que se equilibram a crítica e a posição defensiva, e cuja exigência estética é de descaracterização: reduzida a estado tácito, não sendo sequer a aspiração dos personagens, a expansão não tolhida das faculdades individuais está presente apesar de tudo, enquanto medida da renúncia, e faz parte do horizonte do livro. Em suma, os conflitos não se declaram e não se suprimem, donde o clima geral de constrangimentos, que expressa as duas lealdades de *Iaiá Garcia* às esferas paternalistas e do individualismo burguês e o sacrifício que fazem uma à outra. (SCHWARZ, 2000, p. 210).

Já em *Um mestre na periferia do capitalismo*, o polo aglutinador dramático está no representante das facções de classe dominante do Segundo Reinado brasileiro – o personagem principal do romance *Memórias póstumas* de Brás Cubas. Sobressai no protagonista dessa obra, justamente, uma vez mais, a ambiguidade dos gestos em que a visão ilustrado-romântica liberal faz par com a volubilidade engajada na atitude caprichosa de um narrador dado a toda sorte de excessos. Como explica Schwarz: “a volubilidade de Brás Cubas é um mecanismo narrativo em que está implicada uma problemática nacional”.

No capítulo “Ricos entre si” (SCHWARZ, 2012a, p. 74-95), o autor se volta ao tecido narrativo em que é encenado o convívio dos abastados no curso da trama machadiana. Observa Schwarz o uso crítico e reflexivo, a um só tempo preciso e irônico, do vocabulário do naturalismo, por Machado de Assis, quando convoca os tópicos da raça, mediante a figura da hereditariedade, e do meio – no apelo ao clima, isso em razão da discussão acerca das causas subjacentes à “deseducação de Brás”. Na contramão da tendência eclética dos círculos intelectuais do Império, ávidos em recrutar teorias europeias para explicar os fenômenos brasileiros, Machado descreditará as determinações naturais no excuro pelo qual expõe tipos humanos que, conectados, delineiam um ambiente social, um “meio”. Porém, tratar-se-ia de um meio cultural a ser explorado cientificamente levando em conta a segunda natureza humana fomentada pela persistência de instituições advindas do período colonial. Contornando a anedota moral, a “deseducação de Brás” seria explicada pela hereditariedade portada pelo personagem, a qual contracena com encadeamentos geracionais que lastreiam um padrão psíquico. Ao modo de uma psicogênese da economia emocional do patriarcado estendida do ambiente rural ao urbano, o literato desvela o entretido de valores enaltecendo a virilidade no tocante ao exibicionismo e desempenho sexual, mas também os desequilíbrios nas relações sociais de gênero, revelado no acanhamento do polo feminino, e o *status* depositado no emprego da violência, em particular com os subalternos escravizados, que informaria o que, a princípio, corresponderia apenas ao traçado singular do protagonista das *Memórias póstumas*:

Como se explica o caráter de Brás Cubas? A resposta está na infância da personagem, no meio doméstico, no temperamento herdado e na educação recebida. O pai, impermeável às exigências da moral ou razão, mira-se nas tropelias do menino com fatuidade e gozo irrestritos. “[...] e se às vezes me reprendia, à vista da gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos”. A mãe “era uma senhora fraca, de pouco cérebro e muito coração, assaz crédula, sinceramente piedosa – caseira apesar de bonita, e modesta apesar de abastada; temente às trovoadas e ao marido”. O tio João destaca-se por faltar à decência em companhia das escravas e mulheres fáceis, ao passo que o outro tio, o cônego Ildefonso, sendo irrepreensível quanto à pureza, vive mais para as cerimônias de culto que para o espírito da religião. Por seu lado, a escravaria oferece campo propício às brutalidades e caprichos de Brásinho, que aliás atinge também as visitas da casa, cuja reação complacente possivelmente se deva à proeminência da família Cubas. É óbvia em cada uma dessas relações a ofensa a certo ideal de razão, dignidade e firmeza interior. No todo, um ambiente composto só de defeitos, de que a volubilidade de Brás – insuficiência ela também – pareceria o fruto natural. “Dessa terra e desse estreme é que nasceu esta flor. (SCHWARZ, 2012a, p. 129-130).

Considerada a acomodação dessa cadeia intergeracional, disposta no meio urbano, tanto na ambiência doméstica quanto nos seus espaços de sociabilidade das frações de classe dominante, claro, no escopo da encenação literária machadiana, anota Schwarz que em lugar dos enfrentamentos envolvendo diferentes tendências sociais, à maneira da arquitetura “fabulesca” realizada nos emaranhados e sobressaltos marcantes da letra balzaquiana, em *Memórias póstumas de Brás Cubas* prevalece o traço anedótico incutido em frases pelas quais se comentam e captam ambiguidades. Desse modo, o fluxo narrativo da obra abre mão dos sobressaltos, mas recorre às alternâncias de pontos de vista, as quais revelam contradições de posturas que, porém, não suscitam conflitos exacerbados. A respeito delas, deflagram-se insinuações indulgentes porque, ainda que haja reprovação moral, os seus autores permanecem solidários ao que recriminam, e só em pensamento discriminam as inconsistências ou, quando muito, fazem um comentário dissimulado. A aliança tácita forjada entre os círculos de elite do Brasil imperial, portanto, faz cúmplice o “progresso” relacionado ao apelo de credo liberal à “barbárie colonial”, tendo por carro-chefe a continuidade do trabalho escravo e os clientelismos destacados no costume do favor. Anulavam-se, em última instância, os extremos de uma e outra direção.

Para Schwarz, a ironia, e com ela a singularidade da prosa machadiana em sintonizar forma literária e processos sócio-históricos, está em explorar essa “cor local” que fica a meio caminho do cosmopolitismo liberal-burguês e da reposição anedótica da herança viva do patriarcado escravista. Mas ela mesma compartilha essa ambivalência, portanto sua sociogênese se situa na condição de incongruências legadas pelo encontro sociocultural intercontinental da América tropical-colonial com a Europa industrial-burguesa:

A convivência dos ricos diz respeito à conservação de relacionamentos coloniais no contexto da nação independente, em contradição com o princípio do individualismo liberal. Caso nossa paráfrase tenha cabimento, a descomunal apologia e demolição de Cotrim, empreendida por seu parente e aliado, expõe as ambivalências próprias dessa situação. No nível sintético de que a literatura tem o privilégio, cruzam-se a fruição da iniquidade, em âmbito interno ao país, e o vexame do atraso, na cena internacional. Digamos então que a ironia da prosa se constitui através da referência transatlântica sistematizada. A definição do seu território não pode ser localista, nem aliás universalista, pois a relação “anômala” entre norma burguesa e anedotas configura uma *cor* definidamente nacional. O movimento da escrita diz respeito, noutras palavras, a uma situação histórica precisa, de que faz parte um polo externo. (SCHWARZ, 2012a, p. 128-129).

O olhar lançado por Schwarz deixa, assim, pistas ao exame de como a circulação interatlântica de ideais liberais interferiu nos padrões de formação subjetiva, seja dos membros do patriarcado urbano, seja das facções que lhes eram subalternas. Ao mesmo tempo, nas entrelinhas, entendo estarem sugeridas as condições de possibilidade à demarcação de um lugar de autoria como o ocupado por Machado de Assis. Lugar de autoria este que, se ratifica o regime de assinatura individualizada, em consonância com a cultura artística de forte lastro subjetivista do Ocidente,

o faz numa estrutura social emblematizada pela tônica posta na antecedência da família e do estamento. Seguindo as trilhas de Schwarz, daqui em diante se parte da seguinte pergunta: como o processo sócio-histórico de uma sociedade escravocrata que se moderniza modulou a formação de uma economia emocional que atravessa constitutivamente a psique de Machado de Assis, conjunção pela qual se delimitou a posição autoral machadiana, com todas as suas repercussões na montagem de um padrão intrínseco à posição de autoria literária no país?

A AUTORIA MACHADIANA

Antes de avançar na tentativa de esboçar não uma resposta mas, sim, uma interpretação para o problema enunciado no parágrafo anterior, abro um parêntese com a finalidade de delinear o que estou chamando de posição autoral.

No ensaio “O que é um autor”, Michel Foucault (2001, p. 264-298) interroga o *status* concedido a um grupo de discursos reconhecidos como autorais numa sociedade e, no inverso, indaga as condições de designação de indivíduos a essa posição institucional-discursiva. No exame de Foucault, é importante anotar o traço de unidade e autenticidade no perfil da posição de autoria. Nesse sentido, pode-se dizer que o autor diz respeito à identidade capaz de se autogerar continuamente a partir do núcleo irradiador que se mantém igual a si mesmo. Autoria e sujeito como criador, portanto, fazem-se cúmplices ou até nomes distintos de uma mesma coisa. O filósofo sublinha, porém, o tecido complexo da operação na qual se gera a função do autor nas suas tantas facetas, mas tendo por fio comum certa economia calçada na raridade conferida à assinatura autoral. De início, Foucault observa como são recentes a atribuição de autoria e o regime de propriedade, que teriam emergido no final do século XVIII e início do XIX, período em que são redigidas as regras sobre o direito do autor, o qual contracenou com a aura transgressora da literatura, assim, o sistema literário instaurado equilibrava-se sobre a polaridade estabelecida entre reconhecimento e risco. Em momentos anteriores e mesmo simultâneos, afirma o pensador, muitos textos atualmente classificados de literários circulavam sem a obrigatoriedade do nome próprio do autor. Para ele, o que validava esses textos era o costume, o fato de perdurarem nos decursos geracionais.

Em complemento à afirmação foucaultiana, vale lembrar: no período anterior ao da juridicização da propriedade autoral, a poética estava investida do anonimato. Por exemplo, na Antiguidade Clássica, em que prevalecia a declamação dos poemas épicos pelos bardos inspirados nas musas, embora houvesse improvisações e acréscimos, essas intervenções não requeriam identificação. Algo semelhante se deu no medievo europeu, porque o conteúdo se sobrepunha aos intérpretes, estando a poética subordinada à emanação divina (BURKE, 1995). A combinação de fatores como a expansão do comércio e o desenvolvimento da imprensa, além da expansão formidável da leitura e do advento da mídia livro, introduziu o problema do direito autoral e tornou a autonomia financeira do autor um ingrediente indisfarçável na localização desse personagem social (BURKE, 2003, p. 136-158).

Quando Foucault (1996) assegura estarem, também, as sociedades definidas pelas

específicas políticas gerais de verdade postas em vigência, as quais decorrem do efeito circular obtido pelo trançado entretendo poder e certezas¹⁰, ele denomina essa conjunção de “regime de verdade”. Os regimes de autoria podem ser entendidos como versões de regimes de verdade, quer dizer, operações discursivas cuja atuação persuasiva ocorre sobre as interdições relativas ao modo como se exerce o controle da circulação dos fluxos dos enunciados (FOUCAULT, 1996, p. 8-21). Entende-se que tais arranjos não são apenas o desvelamento persuasivo das interdições que atuam no controle social dos discursos que circulam. Sobretudo, são dispositivos espaciais em que se situam os discursos, posicionando um em relação aos outros, cujo funcionamento deixa por rastros constrangimentos, fechando as possibilidades de “dizer sobre” e “fazer algo” em relação ao que é designado objeto de conhecimento e intervenção. De um lado, ainda nos rastros do pensador francês, ratifico a proposição acerca do controle discursivo sobre a incidência continuada de falas/escritas/gestos. De outro, acrescento que os regimes de autoria compreendem o construto igualmente comunicativo que subsidia os aprendizados cognitivos e morais de pessoas envolvidas em situações de trocas públicas de sentido. E, desse modo, compartilham do fomento de estruturas mentais de ação com as quais, a um só tempo, são formado tipos de subjetivação e agenciamentos individuais e institucionais que se orientam em relação a si mesmos, aos outros e ao mundo, no tocante à delimitação de meios e fins, objetos e limites espaçotemporais.

Se for coerente conceber que os regimes de autoria (CHARTIER, 1990) não coincidem, na sua natureza fundamentalmente discursiva comunicacional, com o estatuto de um sistema social preciso, parece-me coerente especular que eles também, ao lado das ideias, circulam mundo afora como uma tecnologia discursiva de formação de subjetividades. Sob essa ótica, importa sublinhar ser o regime de autoria individualizada uma linha de força inscrita em distintas versões da modernidade, a qual é aqui entendida na sua condição bivalente de cultura histórica e civilização planetária. Resta-nos examinar a aterrissagem desse regime de autoria em iguais condições sul-americanas do Brasil pós-colonial, atendo-se aos primeiros contornos adquiridos pela esfera cultural no país em meio às peculiaridades de uma modernidade oitocentista no país.

Híbrido de estadista e poeta, José Bonifácio de Andrade e Silva é emblemático do ângulo pelo qual o problema que anima este artigo é discutido a partir de agora. Moldada em sua sensibilidade pela civilização burguesa que o penetrou na longa estada na Europa, ao voltar ao país de origem, integrando o estafe da corte de D. João VI, a postura de José Bonifácio de estrategista do Estado-nação guarda uma hesitação estrutural, bem expressiva da sua condição de classe e existência. Em momento algum, ao longo do seu *Projetos para o Brasil*, ele advoga a ruptura com os laços seculares entre o Brasil e Portugal, mas projeta o país como “uma terra

10 “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro” (FOUCAULT, 1996, p. 131).

de igualdade. Igualdade no exercício dos direitos, igualdade nas pretensões legais, igualdade perante a justiça, igualdade nos impostos, igualdade no modo de adquirir, possuir e transmitir a propriedade. Não há pois interesses e privilégios de indivíduos e de classes” (SILVA, 2000, p. 189). Consta da postulação de José Bonifácio o aparente desencontro dos moldes de país livre com a arquitetura dinástico-imperial da qual era fiel súdito, como também com a estrutura social agrário-patrimonial e mercantil-escravocrata da qual era um dileto representante. Eis os dilemas que marcavam a tentativa de soldar o país mediante o ideário liberal defensor de uma sociedade de mercado, regulada pelo contrato jurídico-civil arbitrado pelo Estado centralizado, em favor da iniciativa privada e da prosperidade calcada na competência posta no mérito e no trabalho livre. Seja o próprio Roberto Schwartz (2000), ao lado de Maria Sylvania de Carvalho Franco (1999) ou, ainda, em plano mais abrangente, Florestan Fernandes (2006), todos notam que havia no Brasil fatores heterônomos ao pleito de relações capitalistas fundadas na remuneração autoexpansiva do capital dinamizadas pela extorsão de trabalho não pago de produtores liberados, despossuídos de meios de sobrevivência, a não ser o próprio esforço e teor subjetivo, diante dos concentradores de meios de produção. Antes, o ideário de um mercado livre de trabalho estava de antemão obstado pela instituição da escravidão.

O foco das ambiguidades e ambivalências, tornando senhores patriarcais ou traficantes de pessoas em liberais, dizia respeito àquele elo umbilical estabelecido que sancionava o movimento no qual do ventre de uma estrutura patriarcal-agrária e escravocrata ganhava luz uma titubeante sociedade urbano-manufatureira, principalmente na metade final do século XIX. Entretanto, as convulsões da metade inicial do mesmo século – em Recife, a Confederação do Equador, a expulsão de Pedro I, a Revolução Praieira, a Revolta dos Malês, a Sabinada, a Cabanagem, a Balaiada, o movimento liberal em Minas Gerais e São Paulo e a Guerra Farroupilha – atestam os percalços do parto da nova estrutura social. É oportuno registrar estarem, nessa base social emergente, os elementos subjetivos e institucionais responsáveis por potencializar as repercussões do saber institucionalizado já muito comprometido, na época, com a formação daquela “literatura da independência”, de acordo com Antonio Candido (1997), a qual combinaria nativismo e patriotismo. À medida que interessa sublinhar as linhas de forças sócio-históricas que, no desenho da esfera cultural no país, delimitam um lugar de autoria literária, o que se impõe como objeto de exame é a conversão das ambiguidades acima sinalizadas na mediação da inautenticidade que, ao mesmo tempo, fomenta a forma literária machadiana e a posição de autoria em que Machado de Assis se subjetivou como autor.

Em um primeiro momento, faz-se pertinente chamar a atenção ao processo de centripetação estatal das relações sociais que ensejou uma coordenação institucional-política, nucleada pela corte composta em torno do imperador e das relações peculiares estabelecidas com as oligarquias regionais, seja mediante os acertos parlamentares, seja no recrutamento para cargos no interior do aparato administrativo-burocrático estendido com a autonomia política desde 1822. E, também, esteve conectada à delimitação da esfera cultural nos limites possíveis de um espaço público, situado no âmbito literário e jornalístico. Se parece ser esse um problema estrutural à institucionalização desse âmbito da experiência social, na formação social brasileira

a situação tem cores muito próprias no século XIX, principalmente pela interferência da instituição escravocrata em consórcio com o modelo agrário-exportador, ambos articulando os estamentos senhoriais ao mercado mundial e a burguesias europeias. De antemão, vimos, tal situação descartava a igualdade entre os homens, em termos de cidadania, e fazia da ideologia liberal-democrática ideia sem base no país quanto ao seu postulado universalista, igualitário e emancipacionista. Por outro lado, enquanto responsável pela unificação jurídico-institucional do país, tendo por horizonte ideológico o liberalismo estamental, o Estado monárquico absorveu a esfera pública e permaneceu como agente homogeneizador e também da modernização do país. As transformações que se sucederam durante o mesmo século reformulam a paisagem sócio-humana brasileira, notadamente em sua capital na época; o Rio de Janeiro é a parte mais sensível dos deslocamentos visíveis com a formação de um capital comercial e posteriormente industrial. As disparidades advindas da economia agroexportadora e da estrutura social do Império se agudizam com o advento do modelo societário vertical-competitivo e com o postulado republicano de uma nação de cidadãos universalmente equalizados. Nesse contexto, a ideia de povo-nação se expande no imaginário político e cultural. Os primeiros passos na direção da entidade povo-nacional estavam na contrapartida da sociedade inclusiva em formação e, com ela, a exigência de uma esfera regularizada pela não mercantilização e voltada à resolução dos conflitos. À maneira das soluções europeias, o policiamento dos indivíduos torna-se o dado fundador do estado de direito, justamente sob a alegação de manter as condições de sobrevivência do indivíduo autodeterminado. Porém, parcelas enormes da população rural e urbana nem sequer desfrutavam do direito à educação escolar, não pertenciam ao mercado formal das relações de produção, e prevalecia a natureza localista-oligárquica do poder governista. Desse modo, a tessitura de uma esfera pública nos marcos da sociabilidade burguesa-capitalista é marcada pela seletividade inerente ao processo sócio-histórico modernizador no país, pois o primado de uma ampla dialogia entre cidadãos iguais é desde logo frustrada. No Brasil imperial, tal espaço de visibilidade e ilustração incorpora a ordenação como âmbito capacitado a conferir visibilidade a imagens privadas que detenham lugar premente no interior da arquitetura estatal, aproximando a mercantilização dos bens culturais às vicissitudes dos esquemas burocráticos do poder político.

Sintomática a respeito é a atividade jornalística durante o Império. Em seu estudo sobre a institucionalização do jornalismo no Brasil, Lavina Madeira Ribeiro (2004) chama a atenção para a tônica prioritariamente política desse ofício na época. Por corresponder a um dos poucos canais de mobilidade em um cenário demasiadamente restrito, o exercício jornalístico não compreendia uma atividade exclusiva e estava orientado para contribuir com o ingresso na arena parlamentar daqueles não inscritos na área jurídica, setor no qual se recrutavam, em sua maioria, os membros da elite política. A ênfase parcialista na defesa das respectivas intenções como motivação para o jornalismo político, a seu ver, favoreceu o desenvolvimento do estilo opinativo, mas orientado para reiterar perspectivas defendidas pelos pares do próprio jornalista. Diante das insuficiências organizacionais e profissionais, mesmo das propriedades dos mecanismos expressivos, o âmbito jornalístico se definia como uma prática publicista interpelada pelos distintos ramos da esfera

cultural – científico e artístico. Eram acionados recursos vários na elaboração de um meio de conhecimento comum capaz de ativar o diálogo com um público leigo e culto, no combate aos ingredientes da tradição em nome do incremento da racionalização das imagens de mundo. Algo assim teria resultado, de início, em certa indiferenciação (RIBEIRO, 2004, p. 165-166). Para a autora, no decorrer do século XIX, tal convergência declinou diante da crescente delimitação de zonas especializadas em que se foram abrigar os distintos discursos com seus objetos e racionalidades próprios. Em especial, a atmosfera acadêmica propícia à ciência se aninhou nas escolas, faculdades, institutos de ensino e pesquisa, museus, arquivos e bibliotecas.

No entanto, de acordo com o próprio argumento da autora, manteve-se o vínculo entre literatura e jornalismo, em certa medida atualizando a tradição educacional herdada das escolas jesuítas (RIBEIRO, 2004, p. 167). Logo, em um primeiro entendimento, parece ter se repetido no Brasil a tendência de diferenciação entre ciência e literatura observada na Europa. Sabemos, por meio de Wolf Lepenies (1996), o quanto se deram de maneira tensa as relações entre elites intelectuais científicas e literárias europeias na passagem do século XIX para o XX, sob a esteira dos respectivos movimentos de autonomia dos campos artístico-literário e científico, definindo igualmente modos específicos de produção simbólica. Ao acompanhar os contextos francês, inglês e alemão, nota o autor como, em se tratando da sociologia, essa tensão imprimiu caracteres bem peculiares, afinal essa disciplina compareceu na figura de uma “terceira cultura”, interseccionando propriedades que seriam particulares a cada um de ambos os domínios discursivos. Porém, em se tratando do Brasil, as mesmas informações arroladas por Lavina Ribeiro assinalam aspectos merecedores de maior atenção, tendo em vista compreender os impasses à potencialização do campo científico no país e, também, a importância gozada pelo discurso literário. A autora ressalta a atualização da tradição escolar introduzida e disseminada pelos jesuítas de acordo com o projeto civilizatório da igreja católica para o Novo Mundo. Em aliança com o poder secular da coroa portuguesa, a Igreja assegurou o lugar institucional da transmissão do conhecimento; lugar renovado com a autonomia política brasileira, em 1822, e mantido no curso do Império. Observa Fernando Azevedo (1994) que, na continuidade institucional eclesiástica, adquiriu vigor a tradição fundada nos imperativos do humanismo da Contrarreforma, cujos moldes enfatizam a competência retórica, mas se calcam em sistemas preordenados, logo indiferentes à dúvida e ao experimentalismo. Um e outro traço adaptaram-se bem à estrutura socioeconômica agroescravocrata e mercantil excludente de atividades manufatureiras, mas também hostil à cientificidade, se esta última for entendida como espírito aberto à pesquisa do novo.

Argumenta ainda o autor que a chegada da família real portuguesa, liderada por D. João VI, em 1808, lançou sementes, que, no decorrer do século XIX, paulatinamente contribuíram para alterar as condições desfavoráveis à ciência no país. Sem dúvida repercutiram no plano da produção e transmissão do conhecimento, assegura Azevedo, o estabelecimento dos cursos médico-cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro, a fundação da Imprensa Régia, a inauguração da Biblioteca Nacional, das academias militares, do Real Horto e do Museu Real. No entanto, ele conclui, no instante da independência o aperfeiçoamento das elites visou tão somente equipá-las

para responder à convocação de Pedro I “a assumir a responsabilidade da imensa tarefa que tiveram de tomar sobre os ombros, de ‘constructores de nação” (AZEVEDO, 1994, p. 32). A seu ver, a bandeira da construção e defesa nacional estendeu-se no decorrer da era imperial, em meio às lutas pela conquista e manutenção da unidade nacional, e as prerrogativas internas às disputas pela rotativa entre os partidos no parlamento favoreceram a figura do tribuno motivado a “amaneirar” o estilo teatral da improvisação e do jogo retórico. Em contrapartida, faltando uma efetiva política de Estado de apoio ao desenvolvimento científico, afirma o autor, vigorou a atitude de mecenas, sintetizada no próprio imperador Pedro II, e, também, a obstinação isolada de homens movidos pelo ideário da ciência.

Por extrapolar os objetivos deste texto, deixo de lado a questão da ciência no país. Interessa indicar que, tanto em Lavina Ribeiro quanto em Fernando Azevedo, a transformação da tradição escolar jesuítica na cultura bacharelesca aponta à ênfase utilitarista do saber, para a qual o conhecimento constitui espécie de insígnia e dispositivo burocrático na preservação da ordem. Ambos igualmente desvelam o entrosamento nos quadros do Estado Imperial da esfera pública dinamizada por agentes publicistas embebidos do espírito literário-ilustrado, coparticipando da unificação institucional e cultural do jovem Estado nacional. Nesse sentido, é possível concluir o quanto tal encadeamento artístico-intelectual fomentou a esfera cultural como um fórum de modulação dos sentidos cotidianamente vividos e, assim, contribuiu com o projeto de inscrição do país no leito da civilização ocidental.

Anota Roberto Ventura (1991), por sua vez, o quanto, no decorrer de toda a metade inicial do mesmo século XIX, os esforços de uma “ilustração tropical” se definiram justamente pelo empenho de viabilizar uma civilização no Estado independente do Brasil. E algo assim se defrontara com tensões internas – raciais, sociais, falta de unidade entre as diversas regiões do país e, principalmente, ausência de história “autêntica”, quer dizer, desvinculada da metrópole portuguesa. Temos aqui indícios sobre os caminhos possíveis à emergência do debate em torno da inautenticidade da cultura brasileira, acaso se pergunte: com quais materiais operaram os “ilustrados tropicais” no cumprimento da sua missão civilizatória? Literatura e historiografia se tornaram decisivas. A historiografia devido à busca da particularidade na continuidade temporal da existência do país. Já a literatura em razão do tema da língua como fator de singularidade e unidade nacional. Não resta dúvida que, a respeito da iniciativa de nacionalizar os sentimentos mediante a literatura, destaca-se o nome de Gonçalves Dias, com a publicação dos seus *Suspiros poéticos e saudades*, em 1836. Mas, se os ilustrados ciclos literários da Arcádia, no século XVIII, foram inspiradores, as matrizes dessa postura podem ser identificadas, nas primeiras décadas do século XIX, com a transferência da família real para o Brasil (CANDIDO, 1987, p. 11-41; BOSI, 1980). O relativo progresso técnico e institucional então conhecido na sociedade teve por contrapartida o impulso de fazer do país a motivação para a prática poético-literária (CANDIDO, 2000, p. 26) e erguer desde aí um projeto literário nacional de corte nativista, dotando o país de uma civilização singular, lastreada por valores, mitos e ícones originais (FRANÇA, 1998). Repercutiram a favor as impressões de viagens reunidas pelo francês Ferdinand Denis (1980), no livro *Resumo da história da literatura brasileira*, editado em 1826. Na obra, o autor exulta que os poetas

brasileiros se inspirem nas paisagens do país. Escudado no método do romantismo alemão sobre a influência do clima de determinada região na imaginação artística de um povo, Denis traça a evolução da literatura brasileira a partir do encontro da cultura europeia com a exuberância natural da América, posteriormente acrescentando o contato com nativos e africanos (CUNHA, 2001, p. IX-LIX).

Por ter desempenhado papel decisivo tanto na promoção de uma esfera pública restrita quanto no efetivar de um imaginário nacionalista, aos moldes liberais de uma sociedade autônoma de cidadãos livres, o âmbito literário resulta heurístico à escuta da relação estabelecida entre mediação da inautenticidade e posição de autoria. O nativismo de José de Alencar é elucidativo a respeito, afinal, juntos, nele se equilibram o projeto de uma autenticidade brasileira e a participação nos efeitos da “cruzada” ocidentalizante que derivou, igualmente, do empenho de acomodar o Brasil na órbita da “civilização”, a partir da chegada da família real portuguesa (FRANÇA, 1980). De acordo com Alfredo Bosi (1992, p. 176-193), embora estivesse influenciada pelas prerrogativas do romantismo europeu de retorno ao passado, ao Antigo Regime, a prosa alencariana esteve pautada em uma tensa dualidade estrutural. Porque é verdade que o processo de independência fazia inflar as questões da identidade, mas da perspectiva do emergir do novo; porém também é factível que pesavam os vínculos com Portugal, com a Colônia, enfim, com a continuidade no presente, representada pelo Império. Nesse sentido, a figura do índio atravessando a obra de Alencar secreta uma ambiguidade, já de antemão deslocada da tônica na rebeldia. Afinal, sob a égide da aura jesuítica, o nativo é a expressão medieval do “bom selvagem”, ao mesmo tempo que está à mercê da nomeação conferida pelo senhor, comparando como descendência do colonizador português. Assim, ainda nos rastros de Bosi (1992, p. 176-181), o romance nacional – em *O Guarani* e *Iracema* – vem à luz sob o signo do sacrifício consentido do índio como que cumprindo a missão civilizatória do branco europeu. Não é difícil concluir a situação bifronte instaurada: na narrativa mítico-épica que simbolicamente a aciona, a formação nacional toma o nativismo como fator crucial, contudo, o nativo só é entronado à medida que cumpre a sanha de se dissolver no caldeamento conduzido pelo adventício, possuidor da autoridade para decidir o preparo étnico-histórico nacional da síntese cultural brasileira. Desse ponto de vista, o modelo medievalista é traduzido para os trópicos, guardando o esquema estamental e hierárquico, ou seja, senhor e servo – colonizador e índio conquistado/pacificado. O termo de referência, a terra, fora crescentemente idilizado, se inscrevendo como o país – o torrão natal, o continente. A operação ideológica nesse aspecto é notável. A arquitetura do discurso nacional recolhe o passado medieval – o signo castelo, em *O Guarani*, por exemplo. No entanto, isso se faz no mesmo andamento em que a figura do índio é conduzida aos umbrais do tempo originário, ao paraíso tal qual descreve o mito adâmico, ou seja, o nativo personifica a pureza, logo, é coerente que nele se decalque a civilização.

A obra de Alencar deixa ver como a “cruzada civilizatória” de um projeto em que se compromete a estética das letras aos desígnios políticos da construção da nação sobressai como tema e esquema de composição literária. Parece ser verdade também que a mesma cruzada, cujo denodo nacionalista sublinha a obediência da cultura às coordenadas estatais, fora imprescindível para contornar os limites da posição

de autoria, ou melhor, do lugar institucional do “gênio literário”, a partir do qual a agência subjetivada estaria incumbida de potencializar uma identidade nacional por meio da atuação pedagógica da atividade literária. Poder-se-ia concluir que a resposta positiva ao chamado dessa militância estético-política nacionalista serviria de parâmetro à inferência da verdadeira vocação para as belas-letas.

Informada pela elucidação bourdiana (BOURDIEU, 1996, p. 63-318) do problema a respeito da produção dos criadores, observa Andréa Borges Leão (2009, p. 301-302) que, no sistema cultural definido pela especialização técnica e diferenciação funcional inerente à produção, circulação de bens simbólicos descritos como obras de arte, embora estejam articulados, opõem-se valores relativos aos “regimes de singularidade” daqueles referentes aos “regimes de comunidade” (HEINICH, 2000). Assim, prossegue a autora, como criação, a literatura reitera as tensões entre a “afirmação dos valores centrados no indivíduo, a criatividade e o poder de inovação dos escritores, e as regras comuns que configuram e orientam as relações no mundo literário” (LEÃO, 2009, p. 302). A dinâmica própria aos círculos literários teria por *anima* “dependências recíprocas entre os comportamentos individuais e a organização de instituições com seus poderes de consagração e reconhecimento, a exemplo das academias de letras, dos salões, do mercado editorial, etc.” (LEÃO, 2009, p. 302). Logo, deixa ver Borges Leão, a iniciação e a afirmação autoral estão atravessadas na sua constituição pela participação em interações em que ocorrem lutas de posicionamentos e por reconhecimentos entre os pares. Com isso, conclui-se sobre a cumplicidade da tessitura da eficácia simbólica das obras e a consagração dos autores com a formação das disposições elementares e duráveis dos seus produtores e receptores, “desde os escritores que as concebem na solidão do trabalho individual e na intimidade de suas consciências, passando pelos profissionais da edição e comércio de livros, até as disposições e *habitus* de leitores especializados ou anônimos” (LEÃO, 2009, p. 302).

Com respaldo nessa lente da sociologia da produção dos autores, volto ao tema do delineamento do lugar de autoria literária no Brasil. Argumenta Martins (2002) que, na juventude, Machado de Assis não hesitou em tomar a palavra em defesa de uma literatura com explícitos compromissos inadiáveis com a construção da pátria-nação. Merecia aplausos, para o então jovem literato, a condução do ofício literário que dispusesse seu criador à tarefa pedagógica de civilizar os potenciais leitores, convertendo-os em integrantes do povo nacional. A certa altura da análise a que submete o ensaio machadiano *O passado, o presente e o futuro da literatura*, Martins (2002,) observa que o autor incorre em semelhante hábito comum aos intelectuais brasileiros do Império: apropriavam-se de obras filiadas a vertentes teóricas e mesmo de perspectivas político-ideológicas contraditórias entre si. O traço eclético dispunha-se na participação desses intelectuais da circulação transatlântica de ideias. Gerava-se, desse modo, a incongruência entre os propósitos de soerguer um pensamento nacional e as bases intelectuais sobre as quais este último deveria se pôr de pé. Volta-se, assim, ao tópico da inautenticidade da formação e dinâmica da cultura brasileira. Agora, no entanto, está em pauta a posição em que se subjetivavam falas como “autoria brasileira”, naquele momento. O traço eclético assinalado parece corresponder, a um só tempo, a uma propriedade cognitiva e estilística embasada numa moralidade tendo por fundamento de bem a nação civilizada. Ora, no movimento em que esse traço definia uma propriedade

intrínseca ao controle das falas e dos discursos que circulavam na sociedade, também funcionava como um saber tácito com implicações nos aprendizados que repercutiam na socialização dos corpos (fomentando disposições e hábitos mentais), posteriormente recrutados como partes dos quadros intelectuais do Império.

No ensaio “Duas notas sobre Machado de Assis” – também incluído em *Que horas são?* –, Schwarz (1997, p. 165-178) resgata da biografia do escritor a origem modesta e racializada pela mestiçagem, a qual o categorizou como “mulato”, mas numa família comprometida por laços de favor ao núcleo estamental abastado. A convivência com pais alfabetizados teria favorecido a sua entrada no mundo das letras; primeiro, exerceu o ofício de tipógrafo; depois, de redator. Mobilidade social posteriormente assegurada ao se fixar como parte do quadro burocrático do Império brasileiro. Situação de estabilidade socioeconômica adequada à sua consolidação como parte de um casal burguês, além de básica para levar adiante a atividade literária. Os louros da fama foram colhidos em vida. Já a celebração como herói cultural da nação deu-se com a sua morte. Não é demais lembrar que, se esse encadeamento biográfico parece deslocar Machado de Assis da posição do dependente atravessado pelo sistema social do favor àquela do autor festejado, pelo que se viu, ele emerge no espaço social de possíveis da literatura brasileira ao ser formado no caudal daquela socialização intelectual ambígua, por estar comprometida com a cruzada civilizatória ocidentalizante, em nome da construção da nação.

A celebração como romancista se fez nos desdobramentos da maneira como, nele, os saberes decorrentes dessa socialização o capacitaram a disputar posições nesse espaço literário nacional (ainda que fortemente concentrado no Rio de Janeiro) em formação. Portanto, a aura que lastreia a raridade do nome próprio de Machado de Assis como autor veio e se fixou no compasso da maneira como a formação do campo literário no país definiu chancelas de exposição e controle das falas, centrando na posição do criador individualizado a agência autorizada a transpor em letras os componentes, sejam formativos, sejam complementares, da identidade nacional. Ora, a sua maturidade como escritor é constatada na medida em que, para tematizar a inautenticidade dos segmentos abastados e dos dependentes, soube tirar partido da mesma ambiguidade entre o cosmopolitismo liberal e o localismo colonial para forjar uma forma artística e uma linguagem singular. Já Antonio Candido (1997) destacou o acolhimento por parte de Machado de Assis de todo o percurso literário brasileiro que o antecedeu, sobretudo porque se mostrou capaz de “fecundar” esse legado. Fecundou-o na medida pela qual teria colocado as letras nacionais cada vez mais em comunicação com os insumos técnicos e conteudísticos da produção literária universal. Mas o teria feito em consonância à “causalidade interna” oriunda do trajeto formativo desse espaço literário em que ascendeu como herdeiro. O saldo de tal “acumulação literária” seria a “superação” da dependência por parte da literatura brasileira (SCHWARZ, 2012a, p. 221-243; ARANTES, 1997, p. 29-32). Fundador da Academia Brasileira de Letras, com Machado de Assis a autoria brasileira atingira um grau acentuado de diferenciação sociofuncional como posição em que se subjetivam enunciados, conquistando autonomia relativa para decidir o que é ou não literário, sobretudo, reconhecer quem são os(as) herdeiros(as) continuadores(as) da cidade das letras.

SOBRE O AUTOR

EDSON FARIAS é pesquisador do CNPq, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Sociedade e Linguagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB) e editor da revista *Arquivos do CMD*.

E-mail: nilosed@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia (Ed.). *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas: Unicamp, 2016.
- ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARANTES, Paulo E. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília B. F.; ARANTES, Paulo E. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido*, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994. 2 v.
- BADIOU, Alain. Panorama de la filosofía francesa contemporánea. *Nómadas (Col)*, 2005, 23, p. 175-183.
- BATESON, Gregory. *Naven*. São Paulo: Edusp, 2008.
- BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. *Política e Sociedade*, v. 9, 2010, p. 177-204.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- _____. *Dialética da colonização*. Prefácio de Graça Capinha. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BURKE, Sean. Reconstructing the author. In: _____. *Authorship: from Plato to the postmodern*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.
- _____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 8, 1970, p. 67-89.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. 2 v. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz – Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- CARDOSO, Fernando H. *As ideias e seu lugar*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A história cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 13-28.
- COUTINHO, Afrânio (Org.) Machado de Assis. Obra completa. V. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- CUNHA, Cilaine Alves. Introdução. In: DIAS, Gonçalves. Cantos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- EWALD A. P. Fenomenologia e existencialismo: articulando nexos, costurando sentidos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 8, n. 2, 2008, p.149-165.
- FARIAS, Edson. Hoje é festa na metrópole: considerações sobre expressões lúdico-estéticas no carnaval carioca. In: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (Org.). *Estudos da festa*. Salvador: Edufba, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Livros, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. O que é um autor?. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Michel Foucault: Manoel Barros da Motta (org. e seleção de textos). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FRANCO, Maria S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio: 1987.
- _____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GONÇALVES JR., Arlindo F. A noção de inautenticidade em Heidegger e Sartre. *Reflexão*, Campinas, v. 30, n. 87, jan/jun, 2005, p. 31-41.
- HEINICH, Nathalie. Être écrivain: création et identité. Paris: La Découverte, 2000.
- LEÃO, Andréa B. Como fazer uma sociologia da singularidade? Autoria e campo literário. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, 2009, p. 301-316.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LUKÁCS, György. *A teoria do romance: ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. Narrar ou descreve. In: _____. *Marxismo e teoria da literatura*. Apresentação e tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MAIA, João M. E. Ideias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da Cultura... *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Anpocs, 2005, p. 53-72.
- MARTINS, Ricardo André Ferreira. Machado de Assis e a literatura brasileira do Oitocentos: um projeto de literatura nacional. *Revista de História Regional*, v. 7, n. 2, Inverno, 2002, p. 9-32.
- PALTI, E. J. El problema de “las ideas fuera de lugar” revisitado. Más allá de la “historia de ideas”. *Terra*, 61, 92, 1992.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.
- RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”. *Lua Nova*, n. 73, 2008, p. 59-69.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2011.

- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2012a.
- _____. Por que “ideias fora do lugar”? In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012b, p. 165-172.
- _____. Aos olhos de um velho amigo. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012c, p. 207-214.
- SILVA, José Bonifácio A. *Projetos para o Brasil*. Textos reunidos e comentados por Miriam Dolnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WAIZBORT, Leopoldo. Erich Auerbach sociólogo. *Tempo social*, v. 16, n. 1, 2004, p. 61-91.
- _____. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia e filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial III (La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850)*. México (D.F.): XXI, 2011.

As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista *Teoria e Prática*

[*The rules of subversion: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel and “Teoria e Prática” journal*

Lidiane Soares Rodrigues¹

Este trabalho resulta de uma bolsa Fapesp de pós-doutorado.

RESUMO • O artigo trata do “Grupo 2 do Seminário sobre *O Capital* de Marx”, promovido por Roberto Schwarz e Ruy Fausto em 1963, assim como de sua transformação na revista *Teoria e Prática*. Trata-se de estabelecer os nexos entre a morfologia e a produção intelectual dos membros participantes. Considerando o perfil e as posições institucionais dos “teóricos práticos” e dos autores por eles criticados, propõe uma interpretação a respeito dos ataçamentos para a “crítica da crítica”. No interior dessa configuração, Roberto Schwarz criou uma personagem geralmente tratada de modo pouco sistemático por seus comentaristas, Bertha Dunkel, demonstrando que ela encerra uma chave de leitura importante e nada anedótica.

PALAVRAS-CHAVE • Sociologia dos intelectuais marxistas; *Teoria e Prática*; Bertha Dunkel; marxismo universitário; “Seminário d’*O capital*”.

ABSTRACT • This article analyzes the “Group 2 of the Seminar on Marx’s *Capital*”, promoted by Roberto Schwarz and Ruy Fausto in 1963, as well as its transformation into the journal *Teoria e Prática*. It establishes the links between the morphology and intellectual production of the participants. Considering the profile and the intellectual positions of the “practical theorists” and the authors they criticized, it proposes an interpretation with respect to the provocations of the “criticism of criticism”. Within this configuration, Roberto Schwarz created a role which was not systematically engaged with by his commentator, Bertha Dunkel. However, it demonstrates that it concluded with an important insight that was not at all anecdotal. **KEYWORDS** • Sociology of marxist intellectuals; “*Teoria e Prática*”; Bertha Dunkel; academic marxism; *Capital Seminar*.

Recebido em 5 de março de 2019

Aprovado em 8 de outubro de 2019

RODRIGUES, Lidiane Soares. As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista *Teoria e Prática*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p 61-80, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p.61-80>

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Paulo, SP, Brasil).

*A imagem feliz é uma
utopia cifrada*(Roberto
Schwarz, *A sereia e o
desconfiado*, 1965).

A centralidade de Roberto Schwarz na crítica cultural brasileira dotou-o do controle das temáticas incontornáveis que aprisionam os estudos sobre sua obra. Eles se debruçam sobre as relações com Antonio Candido, com o “Seminário Marx” e com o modernismo em proporção idêntica à forma como Schwarz discorreu sobre esse conjunto de débitos e créditos. Ciente disso, o presente trabalho trata de experiências que tendem a ser diminuídas pelo próprio crítico, e apagadas por seus herdeiros simbólicos, não obstante sua centralidade: o “Grupo 2 de leituras d’*O capital*” e a revista *Teoria e Prática*². Valendo-se de indícios textuais, demonstra um ponto cego da discussão sobre a obra de Schwarz. Esse passo dá ensejo para assinalar a relevância da personagem-pseudônimo “Bertha Dunkel” e da experiência de *TP* – centrais para esclarecer o mencionado “ponto cego”.

UM PRESSUPOSTO, SEM ENGANO; OUTRO, SALVO ENGANO

Nos anos 1960, a crítica dividia-se em duas tomadas de posição: o formalismo e o sociologismo. Antonio Candido recusou essa dissociação entre a mensuração do valor artístico, segundo a capacidade de “expressar” “certo aspecto da realidade” ou realizar as “operações formais” (CANDIDO, 2000, p. 5). Para ele, era necessário articulá-las: “a autonomia da obra” implica “os elementos de ordem social” transformados no “nível da fatura” (CANDIDO, 2000, p. 15). Roberto Schwarz, então seu aluno, adotou a fórmula como uma de suas regras: “o crítico tem de *construir* o processo social em teoria [...] que antes dele o romancista havia percebido e

2 Doravante, *TP*. “Grupo 2 do Seminário sobre *O Capital* de Marx” e *TP* como seu “subproduto” foram empregados por Lourdes Sola (1993, p. 1), membro de ambos. As categorias nativas de classificação são incorporadas no presente texto.

transformado em princípio de construção artística (forma)” (SCHWARZ, 1979, p. 149). Essa “construção” requeria certa interpretação da história, do contrário, como (re)conhecer na forma o referente³?

Bento Prado Jr. (1937-2007) e Gérard Lebrun (1930-1999) propuseram leituras de dois livros de Roberto Schwarz, capazes de explicitar que: a) a fórmula acima não é sua única regra; b) há outros pressupostos, notadamente, uma dimensão *normativa*.

A “CRÍTICA DA CRÍTICA” X “A IDEOLOGIA BRASILEIRA DO JOVEM SCHWARZ”⁴

Bento Prado Jr. avalia *A sereia e o desconfiado* (SCHWARZ, 1981)

Que febre é essa [...] (que) considera(r) como “mal escrito” o que é escrito [...]? [...] Racionalista, [...]. O estilo de Roberto Schwarz nasce da tentativa de subverter a passividade do leitor e as expectativas normais da leitura [...] [é como se dissesse] “hei de provocar um curto circuito na tua cabeça”. (PRADO JR., 1985, p. 239 – sublinhados nossos).

[...] ao tentar dar conta da qualidade dos textos [...], Roberto nos apresenta seu ideal de linguagem literária [...] a capacidade de captar o movimento da negação no interior do mundo da experiência. [...] Se Dostoievsky fosse capaz de [...] [reconstituir] a gênese dessas contradições, ele tomaria posse plena do sentido de sua obra e se tornaria seu próprio crítico, transformando-se em Roberto Schwarz. [...]. (PRADO JR., 1985, p. 240-242 – sublinhados nossos).

A cumplicidade [...] se transforma em competição e o crítico [...] tem sempre, por definição, a última palavra. [...] Daí esta crítica aparecer como denúncia [...]. Estranho saber, esse que [...] lhe contrapõe a imagem do que ele deveria ser! O paradoxo desta crítica é que, voltada sobretudo para a literatura moderna, só se reconcilia (para além do realismo) com a obra de Brecht e com alguns manuais de natureza didática. O que ela ignora é o projeto próprio da literatura [...]. (PRADO JR., 1985, p. 245 – sublinhados nossos).

3 O modo como o crítico “construiu” esse referente tem sido analisado por: Cevasco, 2014; Rodrigues, 2011; Ricupero, 2008; Waizbort, 2007; Moura, 2004; Arantes, 1994.

4 Trata-se de categorias de recíproca (des)classificação: “crítica da crítica” foi empregado por Schwarz para se referir a Lebrun (SCHWARZ, 1980, p. 154); “ideologia brasileira de Schwarz” foi empregado pelo último para se referir ao primeiro (LEBRUN, 1980, p. 146).

GERARD LEBRUN AVALIA AO VENCEDOR AS BATATAS E O PAI DE FAMÍLIA E OUTROS ESTUDOS

Certo, a “intelligentsia” opera no interior do “establishment”. E daí? (LEBRUN, 1980, p. 150).

[...] nada nos garante que uma transformação revolucionária brusca seja capaz de modificar a condição cultural e a mentalidade dos “excluídos” [...] os bolchevistas conseguiram, nestes 60 anos, assegurar a participação política do “povo”? (LEBRUN, 1980, p. 151 – sublinhados nossos).

Resta saber *em que sentido* se tem direito de falar numa *linha de classe* quando está em questão o corte cultural. [...] as classes têm uma linguagem comum, um mínimo cultural comum que lhes permite negociar, concluir armistícios, exercer pressões políticas [...]. (LEBRUN, 1980, p. 149 – sublinhados nossos).

[ele] é mais representativo da “intelligentsia” que fustiga do que ele pretende acreditar. [para ela] [...] o socialismo do século XX não é “uma ideia fora do lugar”, mas uma ideia fora de qualquer lugar. [...] No que se refere à documentação sobre o marxismo-leninismo *existente, o Brasil é simplesmente uma ilha*. [...] [nesse] vácuo histórico, sem dúvida pode-se continuar a empregar os aparelhos de análise marxistas como se fossem evidentes. (LEBRUN, 1980, p. 148 – sublinhados nossos).

[...] não consigo compartilhar a severidade de Schwarz em relação à cultura, seja porque sou menos maldoso, seja porque sou menos marxista. (LEBRUN, 1980, p. 145 – sublinhados nossos).

[...] o que admiro em Schwarz crítico ideológico é a facilidade com que confunde critérios estéticos e critérios políticos. (LEBRUN, 1980, p. 147 – sublinhados nossos).

Os dois críticos possuíam mesmo léxico e repertório compartilhado pelos círculos do marxismo universitário. O dissenso das categorias de apreciação não se originava de matrizes bibliográficas alheias umas às outras, mas dos *sentidos* divergentes que os agentes atribuíam a elas, em função das modalidades dessa aquisição, *condicionadas* pela história social prévia ao ingresso nesses circuitos (RODRIGUES, 2011, p. 12-34; p. 421-524 ; RODRIGUES, 2019a). Bento Prado Jr. toma posição *contra* o racionalismo; *contra* o antiespontaneísmo – e preferiria a fruição gratuita ao juízo negativo (“mal-escrito”); *contra* o “dever-ser”, oriundo da regra segundo a qual a *melhor forma* artística consiste em “negação”, e a *melhor crítica*, em “denúncia” da incapacidade de exercê-la. Gérard Lebrun toma posição *contra* a combinação de “severidade”, “maldade” e “(muito) marxismo” – o que consistia em “ler e reler” e “esmiuçar” incessantemente a teoria do valor, cujo fiador de legitimidade é “vácuo histórico” a respeito da história do comunismo. Finalmente, a subordinação de materiais diversos a um único esquema analítico é reprovada por ambos, que preferem especificidades: dos gêneros (Bento Prado Jr. cobra o “projeto próprio da literatura”); das esferas

(estética e ideológica, na sardônica assertiva de Lebrun); dos períodos históricos (Lebrun aprova-o para o século XIX e duvida dele para o XX).

O estranhamento dos dois portadores de outro arbitrário cultural (Prado Jr. e Lebrun) demonstra haver não apenas um “processo social construído em teoria” pelo crítico, porém também um contrarreferente, hierarquizando as obras. Schwarz tende a silenciar a respeito desses “pressupostos negativos”⁵, salvo quando coagido a defendê-los, ocasião criada pelas provocações de Lebrun:

DOIS JUÍZOS: MODERAÇÃO X NEGATIVIDADE

[...] a moderação crítica aconselhada por Lebrun é moeda corrente no oficialismo, inclusive e sobretudo de esquerda. [...] apesar das estocadas [...] [trata-se de] uma amigável intimativa ao comedimento. (SCHWARZ, 1980, p. 156 – sublinhados nossos).

[...] desde que as classes trabalhadoras sejam reconhecidas como parte da sociedade civil, [...] o prisma ideológico deixa de ser apropriado à análise cultural. Por que não concluir o inverso? Seja como for, neste passo o tecido cultural é desvestido de sua negatividade [...]. (SCHWARZ, 1980, p. 155 – sublinhados nossos).

[...] surpreendem as advertências de Lebrun contra a disposição excessiva de desmistificar. [...] Este ponto de vista [...] faz ressaltar o movimento de conservadorismo e recuo [...] depois de tudo que se sabe [...] como propor a despolitização da análise cultural? (SCHWARZ, 1980, p. 155 – sublinhados nossos).

5 Em nítido contraste com a abundância deles, pontilhando os textos. O rastreamento dos indícios textuais na obra, sinalizando que, além do *referente* sócio-histórico identificado nas formas artísticas, haja um *antirreferente*, subjacente à apreciação e hierarquização dos materiais, foi sistematizado em: Rodrigues, 2011, p. 452-493. A reação concomitante às publicações, emitida no círculo próximo, parece ser um modo dialógico e não anacrônico de apresentar o mesmo ponto. O pressuposto de que a boa mimese é aquela que representa explicando/criticando consiste em nexos óbvios para leitores de Adorno, Lukács e Benjamin, *imersos no enquadramento da recepção do mesmo círculo intelectual do qual faz parte Roberto Schwarz*. Não por acaso, leituras dessa tríade, realizadas em outros espaços intelectuais não advogam a necessidade desse “referente negativo”: no Rio de Janeiro, por exemplo, à esquerda (tratadas por Rodrigues, 2019b); e à direita (tratadas por Felipe, 2018). Justamente pela “naturalização” da leitura do “marxismo universitário” em São Paulo (RODRIGUES, 2011), com justificativa e esteio na assim chamada “tradição do materialismo dialético”, este artigo, *deliberadamente, não discute* os empréstimos de Roberto Schwarz a esses autores. Trata-se, ao contrário, de caracterizar os condicionantes dessa leitura específica, sem os quais a apropriação dessa “tradição” seria outra (cf. adiante, no item “Um policial lê Roberto Schwarz”). Em suma, não se ignoram, obviamente, os três autores e suas “influências” sobre Roberto Schwarz; do que se duvida é da categoria “influência” (BAXANDALL, 2006). No mesmo intuito de esclarecimento, vale afirmar que esta abordagem não julga o valor e a seriedade intelectuais do que coloca em exame, pois os reputa indiscutíveis. Apenas evita tornar suas *predileções* e seu próprio *gosto* como princípio, meio e fim da pesquisa, preferindo indagar suas condições de possibilidade.

[...] na ausência de tais tensões, a reflexão sobre a cultura contemporânea fica sem assunto. (SCHWARZ, 1980, p. 154 – sublinhados nossos).

Schwarz toma posição *contra* o comedimento, a moderação, a integração salvífica da classe trabalhadora, o oficialismo, o conservadorismo, o recuo, a despolitização, e – contrapartida dessas recusas – *a favor* da contradição, da negatividade e da desmistificação como fundadoras da crítica cultural e ideológica, na qual a falta de tensão é ausência de assunto. Explicita-se o princípio último de apreciação e hierarquização: as obras (e a crítica) “politizadas” e “negativas” são superiores.

Como seria lida a crítica de Schwarz por um agente que não fosse o “leitor amigo” (portador de juízos consensuais) nem “inimigo íntimo” (portador do mesmo repertório, mas de outro arbitrário cultural)? Um agente da polícia política, que o perseguia no exílio, foi o primeiro tradutor para a língua portuguesa do ensaio “Cultura e política, 1964-1969” (SCHWARZ, 1992a), originalmente publicado em francês. Ao comentá-lo, exprimiu um princípio de apreciação do texto *tão alheio quanto ele próprio era ao espaço intelectual em que o ensaio foi concebido*. O caso é típico do paradigma segundo o qual quanto mais distantes forem autor e leitor no espaço social, mais imprevisíveis e distorcidas podem ser as interpretações de um mesmo texto; e, ao inverso, quanto mais próximo forem, mais provável o estabelecimento de consenso de leitura.

UM POLICIAL LÊ ROBERTO SCHWARZ

E é bem possível que a citação de alguns nomes, talvez no intuito de comprometé-los gratuitamente e provocar, talvez repressão tenha como móvel, prejudicar uma corrente à qual não pertencem os presentes autor e publicitário. Pois, à primeira vista parece até insensato entrar nos detalhes de planos e manobras visando combater a ditadura. Ora, ninguém acreditará que o autor Roberto Schwarz possa ser catalogado como insensato, isto após ler sua prosa que, de insensata tem pouca coisa. Pelo contrário. (TRADUÇÃO POLICIAL..., p. 168-169 – sublinhados no original, itálicos nossos)⁶.

Nesta leitura, projeto estético torna-se “plano”; na tentativa de caracterizar a qual dos grupos citados no ensaio pertencia seu autor, o policial concluía tratar-se de uma peça de luta interna à esquerda, com a intenção de entregá-la aos organismos políticos da perseguição. É como se ele indagasse: se o autor do texto não pertence a nenhum dos grupos citados, em qual ele milita? Trata-se de princípios de enquadramento oriundos da guerra psicológica típica do período da guerra fria.

É evidente, na reação a Lebrun, que Schwarz opera segundo regras que extrapolam os elos que ele estabeleceu com Antonio Candido (SCHWARZ, 1979). E seria lógico, portanto, que de modo equivalente ao que comenta como formulou “o processo social em teoria”, ele também esclarecesse em que consiste o conteúdo da “negatividade”,

6 Agradecemos a Marcos Napolitano pela indicação desse documento.

critério de eleição e avaliação das (melhores) obras. Sobretudo considerando-se que a exigência do crítico jamais é satisfeita pelas opções político-ideológicas disponíveis, e tampouco na produção simbólica a elas correspondente⁷. Porém, a tendência em celebrar o que ele aprova e depreciar o que ele reprova – num exercício contínuo de reposição de consenso em torno do arbitrário cultural compartilhado (MOURA, 2004) – não favorece essa indagação.

BERTHA DUNKEL: A FÓRMULA BEM-ACABADA DA NEGATIVIDADE

A caracterização da fórmula geradora dos juízos requer identificar *o conjunto* dos princípios *contra* os quais ele a elabora e o conteúdo resultante disso, isto é, o *antirreferente*. É estratégico analisar, para tanto: “Bertha Dunkel. Um folheto de iniciação política. Didatismo e literatura” (SCHWARZ, 1968) – texto em que se encontra a *sistemática* de suas recusas, *simultaneamente* intelectuais e políticas.

Roberto Schwarz: a) inventou um pseudônimo feminino, aludindo a seu próprio nome (Bertha Dunkel)⁸, para assinar um panfleto escrito por ele; b) o conteúdo do folheto era teórico e militante (a tarefa era explicar a mais-valia aos operários) e apresentado em frases enxutas e linguagem desembaraçada do hermetismo de iniciados em teoria marxista; c) redigiu um comentário para esse folheto (tratando do estilo do texto e do contexto histórico em que foi escrito), prática típica dos tradutores de grandes autores; d) logo, pôde apresentar-se como o tradutor de Bertha Dunkel (do alemão); e) divertiu-se, pois a “coisa teve um desdobramento engraçado porque um intelectual de renome [...] tinha lembrança de Bertha” (SCHWARZ, 2004).

A FÓRMULA DO NEGATIVO

Os anos vinte, na Alemanha, deram frutos de um radicalismo admirável, ligado à iminência da Revolução. Casais não casavam, pois antes dela não valia a pena, e depois não seria mais necessário; não tinham filhos, pois seria melhor nascer já na era socialista, na era da razão. Entre um passaporte de dois anos e um de cinco, o de cinco parecia um despropósito, pois logo se aboliriam as fronteiras. Tudo seria

7 O “movimento de cultura popular” é o único projeto político cultural que não recebe depreciação em “Cultura e política”. Quanto aos demais: o liberalismo não é ideologia, então o marxismo não é crítica; o marxismo do Partido Comunista é ideologia (resultante do populismo e da conciliação de classes que *deveria* criticar); a encenação do Arena, uma ode incongruente ao povo (cuja derrota *deveria* investigar); já seu oposto, o Teatro Oficina, consiste numa ode ao agressor (pois reproduz na forma o princípio da violência da repressão policial, que *deveria* criticar); a Tropicália justapõe, sem síntese, atraso e progresso (que *deveria* superar) (SCHWARZ, 1992a).

8 “Bertha para Roberto, e Dunkel, que quer dizer escuro, para Schwarz, que é preto” (SCHWARZ, 2004). Essa apresentação subordina-se ao propósito deste artigo, para uma exploração exaustiva: RODRIGUES, 2011, p. 494-507.

revolucionado e racionalizado: coisas, costumes, formas e o modo de produção. A Bauhaus, por exemplo, estudava e renovava desde colheres e xícaras até cadeiras, privadas e locomotivas. “Contra a mediocridade utilitária do lucro, o utilitarismo vibrante das necessidades reais [...]”. A orientação prática dava (e dá) valor poético à razão. No interior do experimentalismo, utilidade e beleza não colidiam [...]. Mesmo uma obra de teoria como *História e consciência de classe* (1923) é poética em seu élan transformador. O melhor exemplo é a prosa de Brecht, que é estranha e tem poesia justo porque é vigorosa e desabusadamente lógica. – É neste contexto – guardadas as proporções – que deve ser visto o didatismo de Bertha Dunkel, de quem traduzimos um folheto. O texto é de 1922 e ao que parece destinava-se a um curso de iniciação política. A fim de preservar o tom de cartilha do original, substituí as batatas alemãs (dos exemplos) pelo feijão nacional, e o arado pela enxada.

Antes de entrar para o PC em 1921, B. Dunkel era dona de uma certa reputação de poeta, verdade que escandalosa. Ainda colegial, mas já no pós-guerra, havia participado de um concurso [...] [com poema sobre] “Os testículos de Edgar”. Seu poema foi recusado, “pela natureza filistina do assunto”. Não obstante, foi muito elogiado pelo temido crítico vienense Karl Kraus [...] tinha rigor de filigrana mas também de epitáfio: embora desse ao seu objeto o esplendor da nitidez, não o tratava com benevolência, e tinha um traço entre ascético e assassino. Após um período indeciso, B. D. aproximou-se dos comunistas, abandonando o que o futuro stalinista ferrenho J. Prickless chamava “suas fixações pequeno-burguesas”. Desde então parece ter se dedicado inteiramente à elaboração de textos didáticos e de propaganda, nos quais conservou, entretanto, a sua antiga tendência à formalização da frase, agora a serviço de uma causa melhor. (SCHWARZ, 1968, p. 148 – sublinhados nossos).

No círculo de referência de Schwarz, os produtores simbólicos situavam-se a favor das experimentações formais *ou* da arte engajada. Porém, o dever de escolher entre uma *ou* outra parecia-lhe de “estreiteza desnecessária” (SCHWARZ, [1977] 1992, p. 49). E ele tomou uma posição de recusa dupla às posições opostas, em favor da síntese de ambas: *contra* didatismo/cartilha *ou* formalismo/vanguarda; ciência *ou* arte; lógica *ou* poesia; beleza *ou* utilidade. Bertha/Schwarz recusam a diferenciação: *contra a divisão social do trabalho intelectual* – ela é poeta e militante; ele é autor de ficção e crítico literário; tradutor e comentador da ficção, além de editor do periódico que a publica, *Teoria e Prática*. Por conseguinte, propõem síntese ao que a “deformação profissional” recomenda dividir – o gênero literário elevado (poesia) combina-se ao assunto “filistino” (os testículos); a vida, com a morte (epitáfio/assassino e esplendor)⁹. A “iminência da revolução”, pressuposto de valor assinalado por Lebrun, no antirreferente é o requisito da “melhor” combinação sintética e das condutas

9 Empregamos de modo cruzado categorias classificatórias presentes nas teses sobre Machado de Assis e nos demais textos (como “deformação profissional”, ver: Schwarz, [1977] 2000, p. 47) a fim de insistir na coerência de princípio, acima das hierarquias textuais e dos pertencimentos disciplinares. Para a sistematização deste ponto, e o levantamento sistemático desse entrelaçamento entre os gêneros em que ele se exerce (poesia, crítica, teatro, tradução e tese universitária), aqueles que analisa, além de suas matrizes nacionais e estrangeiras, ver: Rodrigues, 2011, p. 491-524.

sociais e políticas mais avançadas (*contra* o casamento; *contra* a família; *contra* a propriedade privada). A mesma “iminência” suspende o sentido das fronteiras nacionais (dispensando o passaporte de cinco anos): trata-se, portanto, de tomada de posição *contra* o nacionalismo.

Finalmente, o “severo ataque à intelectualidade” brasileira (LEBRUN, 1980) é exercido como deboche. Esse “canular” repetia a invenção de uma carta que Georg Lukács teria enviado a ele, elogiando a qualidade literária de seu alemão, e que foi apresentada no “Seminário Marx”, provocando inicialmente a inveja dos professores, e vexame aos mesmos, depois da revelação da farsa (RODRIGUES, 2019a; LOWY, 2007, p. 334). Compreende-se a graça e o drama pela inversão da hierarquia simbólica – o aluno do seminário, e não os professores, é reverenciado por Lukács. E, se a carta não era verdadeira, ela *poderia* ser, pois Schwarz possuía um capital linguístico específico (domínio do alemão, aprendido domesticamente, com os pais austríacos), de que os demais ou eram destituídos ou o tinham adquirido por meio de íngremes esforços (RODRIGUES, 2019a). Ao provocar a reação dos pares, constrangidos a afirmarem sua dignidade cultural, afirmando “lembrarem de Bertha Dunkel”, ele reforçava a investida *crítica* dirigida *contra* a cultura bacharelesca, da “ordem do relevo social, ornato, fidalguia” (SCHWARZ, 2000, p. 19), pois expunha as extravagantes ambições e as limitadas condições de realização das mesmas entre os brasileiros. Em contrapartida, reiterava sua posição de força simbólica – se podia fazê-lo, era pela posse do recurso linguístico raro e mais ambicionado por todos do espaço. Os dois “canulares” tomam posição *contra* o *modus operandi* da intelectualidade brasileira, e, particularmente, da fração marxista dela. As abundantes homologias (jamais sistematizadas) entre as contradições da importação do liberalismo e da forma romance (no século XIX) e as contradições da importação do marxismo (no século XX) são tangíveis na armadilha que montou para seu círculo. É como se dissesse: liberais ou marxistas, no Brasil, as ideias estrangeiras “degrada(m) e condecora(m)” (SCHWARZ, 2000, p. 20)¹⁰.

A inversão da hierarquia simbólica também aproveita-se do gênero e da idade: Bertha Dunkel é *mulher, jovem*, apreciada *positivamente* pelo “temido” Karl Kraus, e *negativamente* por um “futuro stalinista ferrenho”. A não realização do trabalho de reprodução social (“casais não casavam, não tinham filhos”), a ode à razão num corpo feminino e a não menção a seus atributos de “beleza-mercadoria” ligam-se ao conjunto das figurações do feminino na obra de Schwarz, recorrentemente marcadas pela oposição entre exercício da inteligência e desposseção econômica (*das*

10 “[...] el tema general de las ‘ideas fuera de lugar’ tenía proyecciones espinosas en el presente: ¿y si también el marxismo, como el liberalismo, estuviera ‘desplazado’? Es decir, ¿y si también el marxismo contuviera presupuestos sociales europeos, inhallables en la ex-colonia?” (SCHWARZ, 2009, p. 27). Trata-se de algo tão “espinhoso”, que esse trecho em espanhol não foi traduzido – o que se constata cotejando o texto original (SCHWARZ, 2009, p. 25-27) e sua versão para brasileiros (SCHWARZ, 2012, p. 165-171).

dependentes) (RODRIGUES, 2011, p. 502)¹¹. O embaralhamento dos gêneros feminino/masculino (ela ficcional/ele real), entre a autora-comentada e um autor-comentador, inverte outro princípio: o de mulheres serem objetos passivos (da representação), e homens, produtores ativos (pintores, músicos, críticos). Algo equivalente ocorre na teoria social, posto que, nela, os homens são autores dignos de reverência/comentários, e as mulheres, quando raramente ousam tomar a palavra para discutir teoria, tendem a comentar autores-homens (e não “autoras”). Nada trivial o motivo do riso: Karl Kraus e Roberto Schwarz reverenciam/comentam a obra de uma mulher recém-saída do colegial.

Nesse *alter ego*, encontra-se, portanto, a fórmula dos juízos de apreciação/depreciação, assim como o *antirreferente* – parâmetro por meio do qual se identificam as limitações estéticas e políticas das obras. De qual morfologia se origina o princípio de inversão na base dessa construção simbólica?

A REVISTA *TEORIA E PRÁTICA*: A MORFOLOGIA DO CONTRA¹²

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), desde 1958, quando José Arthur Giannotti constituiu “um seminário de Marx”¹³, multiplicaram-se círculos com propósitos equivalentes, que foram assumindo contornos próprios (RODRIGUES, 2011; FRANÇA, 2009). Diversamente do perfil deste primeiro círculo, o “Grupo 2 do Seminário sobre *O capital* de Marx”, promovido por Roberto Schwarz e Ruy Fausto, em 1963, possuía mulheres, casais

11 Sobre a cena do baile em *O pai Goriot*, afirma: “A beleza, como a descrevemos, é feminina e apela para o senso masculino de propriedade. Exibe-se aos presentes, mas destina-se a um só. Como a mercadoria, que põe gula no olhar de todos, mas responde somente à maior oferta, ela alimenta o seu brilho no desejo à volta”. A equiparação da mulher à mercadoria e seu apelo ao senso de propriedade masculino estão ligados ao entendimento de que “a articulação negativa de cabeça e coração – o progresso de uma é a mingua do outro – corresponde à existência em regime de mercado: é preciso depreciar o que se vai comprar” (SCHWARZ, 1981, p. 175-176).

12 O que segue tem o único propósito de caracterizar a lógica que preside a construção das “referências tácitas e alusões inteligíveis restritas ao pequeno círculo” (BOURDIEU, 2001, p. 49) – isto é, esquadrinhar *TP* como grupo. A condição de grupo hermético é tangível nas duas direções *de público leitor* observadas na revista: há textos orientados para os iniciados (no repertório e sentido interno ao grupo), altamente cifrados, como “Bertha Dunkel. Didatismo e literatura” (SCHWARZ, 1968); por outro lado, há textos orientados para a socialização das referências internas, por exemplo, “Notas explicativas” anexas ao artigo de André Gorz “Sartre e Marx” (CHAUÍ, 1966), um glossário filosófico, que tenta viabilizar a leitura para não iniciados (destaco alguns: o cogito de Husserl; o método regressivo-progressivo; as mônadas; a alienação; o prático-inerte; a razão analítica e razão dialética). Não haveria melhor documento da autoconsciência do hermetismo do grupo e do discurso.

13 Categoria de classificação extraída de: Schwarz, 1998.

amorosos, militância política na luta armada, e uma fração dele se orientou para o periodismo, dando origem a *Teoria e Prática (TP)*¹⁴.

TP foi editada em três números, na cidade de São Paulo, entre 1966 e 1968, quando a perseguição da polícia política obrigou seus mentores a encerrá-la. Ela reuniu 25 autores diferentes¹⁵, com dois perfis profissionais: um, predominante, vinculado ao espaço universitário; e outro, diminuto, ao das artes – havendo intensas trocas entre ambos, por meio de áreas como arquitetura, teatro, música e literatura. Assim *TP* se apresenta:

FRONTEIRAS SOCIAIS DA NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO

[nos dirigimos a] uma fração da fração alfabetizada e bem posta do País. Poderíamos escrever para uma fração maior. Entretanto, a miséria e o despreparo nacional não tornam mais simples as questões da prática ou teoria, cuja simplificação tem parte no que aconteceu em 64. Os que não sabem ou não costumam ler não serão, naturalmente, nossos leitores, mas são a nossa referência: definem limite, situação e tarefa da palavra escrita, que se não sabe deles não sabe de si nem serve. (SEM INDICAÇÃO DE AUTORIA, 1967, p. 1 – sublinhados nossos).

A intensidade das contribuições indica gradiente de pertencimento dos participantes. Por exemplo, Roberto Schwarz foi o único que escreveu em todos os números, exercitando-se em todos os gêneros possíveis (comentários, tradução, ficção e apresentação). É como se ele *encarnasse* a dinâmica da revista/grupo. Em contraste, são raros os casos em que houve mais de uma contribuição: Ruy Fausto (duas), Lourdes Sola (duas), Augusto Boal (duas). Em geral, as pessoas contribuíram uma única vez, fosse com *traduções* (Betty Milan, do inglês; Marilena Chauí, do léxico filosófico), com *artigos/comentários de livros/peças/discos* (Sérgio Ferro, Henrique Lima, Jean-Claude Bernardet, Geraldo Sarno, Anatol Rosenfeld, Ferreira Gullar, Bento Prado Jr., Eder Sader, Claudio Vouga, Gilda de Mello e Souza, Paul Singer, Emir Sader, José A. Giannotti, João Quartim de Moraes, Michel Lowy, Rui Mauro Marini) ou *textos literários* (Gullar, Zulmira Ribeiro Tavares). A divisão sexual do trabalho é notável: um número reduzido de mulheres, exercendo ou tarefas práticas “invisíveis” (por exemplo, de tradução: Sola, Chauí, Milan, Toledo) ou se situando no polo artístico/feminino (Tavares, Mello e Souza), em oposição ao universitário/teórico (como nos seminários de Marx, de domínio masculino/filosófico). A única exceção é Sola, analisando Durkheim.

Outras revistas político-culturais foram editadas concomitantemente a *TP*:

¹⁴ Remetemos o leitor interessado nas diferenças morfológicas entre os dois grupos a: Rodrigues, 2016, p. 6-10.

Os nexos de sentido abaixo baseiam-se em Pierre Bourdieu ([1971] 2003), mas evitam o emprego fácil do jargão: sacerdotes, profetas, mágicos e, sobretudo, “campo”

¹⁵ Eliminamos da contagem os autores de textos que foram traduzidos de revistas estrangeiras a fim de direcionar o estudo para o grupo local de referência social.

Revisão (de 1965 a 1967, 6 números); *aParte* (em 1968, 2 números), em São Paulo; e *Revista Civilização Brasileira* (RCB, entre 1965 e 1968, 22 números), no Rio de Janeiro. Os três periódicos paulistas (*TP*, *Revisão* e *aParte*) são social e ideologicamente idênticos: muitos colaboradores (e textos publicados) em comum, dispensam segmentação, dispondo os artigos fora da ordenação disciplinar ou temática, de modo a embaralhar os princípios de hierarquização, dos quais o leitor “pequeno-burguês” seria portador espontâneo¹⁶; são anticapitalistas e críticas do regime estabelecido em 1964¹⁷. Se comparadas à RCB, as três contabilizam *juntas* um total de números que corresponde à metade dos números dela (apenas 11). A diversidade dos colaboradores da RCB é contrastante também: enquanto, nas paulistas, eles são oriundos da própria cidade (da FFCL/USP, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, do antigo *Clima* e do que viria em breve a ser a Escola de Comunicações e Artes/ECA); na RCB, oriundos de várias regiões do país, são militantes comunistas, professores universitários, isebianos, críticos de arte, diplomatas (CZAJKA, 2010).

A densidade rarefeita e a homogeneidade sugerem que as três paulistas não apresentavam apenas quase os mesmos colaboradores, como também o mesmo público leitor; sinalizam, sobretudo, os estreitos vínculos entre os membros mais ativos¹⁸. Portanto, a lógica competitiva dinamizando o círculo pode ser caracterizada pelo nexos entre o perfil e a produção deles – de um lado, o pertencimento ao espaço universitário, e, de outro, os artigos/comentários (de livros/autores recém-publicados e de clássicos)¹⁹. A “leitura estrutural dos textos”, voltada aos textos de Marx, nos seminários, na *TP* seria aplicada a outros autores. E é particularmente interessante a relação dos autores-comentados com os autores-comentadores da *TP*. O princípio subjacente à escolha dos autores-comentadores pelos autores-comentados consiste na inversão das hierarquias do espaço escolar/universitário. Por exemplo: do ponto de vista ideológico, Roberto Schwarz, Ruy Fausto e Lourdes Sola escreveram contra

16 Elas se diferenciam visualmente: *Revisão* e *aParte* atentam à coerência entre a fatura gráfica e o conteúdo ideológico antiburguês. Diferentemente delas, contudo, *TP* possui um projeto gráfico mais convencional, aparentado ao estilo acadêmico, e talvez uma única incursão em experimentação gráfica – é factível aventar que seu modelo seja aparentado ao da RCB.

17 Os colaboradores em comum que puderam ser identificados são: a) com origem nas artes: Jean-Claude Bernardet, Augusto Boal, Zulmira Ribeiro Tavares; b) com origem no espaço universitário: Betty Milan, Roberto Schwarz (cuja tradução de “Ideias para uma sociologia da música” é publicada em *TP* e *Revisão*), Sérgio Ferro, Eder Sader, Emir Sader, Bento Prado Jr.

18 A lógica da competição interna dos minúsculos grupos vanguardistas e politicamente radicais foi finamente caracterizada em dois trabalhos que servem de base ao que se apresenta: Gottraux, 1997 (analisando *Socialismo ou barbárie*); Brun, 2014 (analisando *Os situacionistas*). Os interessados na abordagem sociológica do radicalismo político percebem invariantes, sobretudo no que se refere ao modo de aquisição do capital cultural e às atitudes com relação às autoridades simbólicas. Cumpre esclarecer: chegamos aos nomes desse núcleo “mais ativo” cotejando as diversas listas de mencionadas por eles (ARANTES, 1994; ARANTES, 2002; SADER, 1996; SCHWARZ, 1998, 2001; SOLA, 1993; FAUSTO, 2013), e considerando o pertencimento tanto ao “Grupo 2” quanto à *TP*.

19 Enquanto há 11 textos do tipo artigo/comentário, ficção e poesia contabilizam 4, “análise econômica/política”, 6, “crítica cultural”, 4, “documentos”, 4.

autores de direita; porém, do ponto de vista morfológico, tratava-se de situar-se *contra* as posições dominantes.

Roberto Schwarz e Ruy Fausto eram jovens professores assistentes, dirigiam-se a um professor catedrático, formado na turma de Ciências Sociais de 1950 e colunista d’*O Estado de S. Paulo* (FAUSTO, 1967; SCHWARZ, 1966). Oliveiros S. Ferreira tinha se empenhado em demonstrar domínio do marxismo (FERREIRA, 1964; 1966), mas não passaria na provação imposta pela dupla. O comentário dos dois, baseado na técnica e no repertório dos seminários de Marx, consistiu num exercício de *correção da leitura* do catedrático: ela se tornava ilógica e indisciplinada, de uma indignidade simbólica que demolia a honorabilidade de sua posição e da hierarquia que a tornava legítima. A mesma dinâmica orienta a escolha de Lourdes Sola por Émile Durkheim. Ela opunha-se, de modo indireto, a ninguém mais e ninguém menos do que Florestan Fernandes e a disciplina de Sociologia – figura e área dominantes institucionalmente, construídas como representantes do conservadorismo, pelas tomadas de posição teóricas diferenciais dos assistentes e alunos a seu redor, pelo menos desde 1962²⁰.

Sergio Ferro, Eder Sader, João Carlos Kfourti Quartim de Moraes, Ruy Fausto, José Arthur Giannotti, Bento Prado Jr., Emir Sader escreveram contra autores de esquerda²¹. Os três primeiros escreveram contra seus professores (respectivamente, Vilanova Artigas, Leoncio Martins Rodrigues, Giannotti). Fausto, contra Caio Prado Jr.; Giannotti, contra Althusser: célebres comunistas (MATONTI, 2005; RODRIGUES, 2018). Em operação, o mesmo princípio de escolha dos autores: a inversão da autoridade simbólica e, como resultante, a mesma implosão da hierarquia. Salvo por uma diferença.

Tomar posição contra autores de direita ou de esquerda diz respeito à lógica competitiva da segmentação interna à esquerda. O rendimento simbólico do *contra* a direita é diminuto (todos já tomaram essa posição); é na segunda estratégia que se encontra o atíçamento mais forte e mais rentável simbolicamente, posto que distingue e hierarquiza, segundo os critérios próprios ao meio, inversos ao da

20 Em 1962, Fernando Henrique Cardoso defendeu sua tese de doutoramento, com uma “introdução teórico-metodológica”, com as referências do (primeiro) “Seminário Marx” e *contra* as de Florestan Fernandes, designando-o como durkheimiano estrutural-funcionalista e, portanto conservador (RODRIGUES, 2016). Desde então, nesse espaço, escrever *contra* os clássicos da Sociologia assumiu o sentido de tomar posição *contra* a autoridade simbólica do sociólogo e dessa disciplina (então dominante). Gradativamente, a Sociologia foi passando a representar os conteúdos mais típicos do conservadorismo, e TP documentou essas representações de modo exemplar: 1) Lourdes Sola, *contra* Durkheim – diga-se de passagem, não é casual que Florestan Fernandes possuísse os três exemplares de TP intactos, salvo o artigo de Lourdes Sola, lido e sublinhado – como se constata em sua biblioteca (Acervo da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. Coleções Especiais); 2) Eder Sader, *contra* Leoncio Martins Rodrigues; 3) “Um documento estudantil” (do Diretório Acadêmico da Filosofia, TP, n. 2) ironiza os filósofos com o uso de questionários; 4) “O senso-comum e o bichinho-roedor” ironiza abertamente a disciplina, por conta da estatística e da contabilidade “única” dos bebês (TP, n. 2). Trata-se de variações típicas das investidas do marxismo e da filosofia *contra* a Sociologia (HEILBRON, 1985, p. 228).

21 O único comentador que não se exercita na “leitura estrutural de texto” à caça de incongruências lógicas ou ingenuidades epistemológicas de seu autor comentado é Paul Singer – pudera: é também o único que comenta Karl Marx. Quanto a Emir Sader, procurou defender Debray *contra* seus críticos “à esquerda”.

sociedade inclusiva: *a esquerda da esquerda, a crítica da crítica* é superior à mera esquerda da direita ou crítica do *statu quo* (vista como fácil). Daí tanto a escalada pelo expoente máximo de radicalismo, que não conhece “moderação” para a “severidade”, quanto a “negatividade” e a “desmistificação” como critério de valor. Daí “o que conta à esquerda” (SCHWARZ, [1970] 1992, p. 88) é a (corrida pela) ultrapassagem, sem limites, do “comedimento” e das divisões das artes e dos saberes (isto é, da divisão social do trabalho) e das classes sociais.

As posições de autoridade – clássicos ou professores, “estas longínquas tartarugas”²² – tornam-se corrompidas, posto que possuidoras e interessadas no usufruto dos bens mundanos, isto é, poder, dinheiro e reconhecimento. A disputa por eles condiciona interesses, determina o comedimento político e limita o radicalismo político.

No gargalo das oportunidades de ingresso no nível superior do sistema escolar e de acirramento da competição do acesso a ele – data de 1967 a primeira grande crise de “excedentes” na FFLC/USP –, as fileiras de estudantes e intelectuais dotados de alto capital cultural e de baixas expectativas de realização profissional engrossam. Eles se tornam disponíveis para mensagens proféticas antidisciplinares, cujo teor é o “culto acadêmico do antiacademicismo”²³. No combate discursivo nas páginas de *TP*, é este o tom. Os autores-comentadores vencem a luta simbólica pela mensagem superior e mais consistente contra os autores-comentados e, no mesmo passo, competem entre si – tanto por essa clientela simbólica e aliada ideológica, homóloga à falta de perspectiva que os caracteriza, quanto pelo expoente de radicalismo político. Ao denegarem o que lhes foi, e virtualmente lhes será denegado, constroem discursiva e objetivamente uma posição profética autenticada pelo *desinteresse interessado*, em oposição à postura dos dominantes²⁴. Como é sobejamente sabido, o alicerce da crença no *desinteresse* (dos bens materiais) *interessado* (nos bens espirituais) – consiste em propriedade definidora, por excelência, dos espaços de produção simbólica autônomos (BOURDIEU, 1996, p. 246 e ss.)²⁵.

22 Categoria classificatória encontrada em: Schwarz, [1970] 1992, p. 68.

23 A competição por clientela (ou aliados na militância política propriamente dita) é dedutível das propagandas encontradas em *TP, a Parte e Revisão*. As classes médias em ascensão incerta, situadas num mercado de virtual desvalorização dos diplomas, consistem, segundo vasta bibliografia, no substrato último das *disposições* heréticas e dos *investimentos* educacionais que movimentam os meios radicais (BOURDIEU, 2007, p. 122-162; 371-434; BOURDIEU, 1984; CHARTIER, 1982; CHARLE, 1990). Infelizmente, não há espaço para a análise desse fator.

24 Cf. item anterior (“Fronteiras sociais da negação da negação”).

25 A economia do artigo não permite a discussão teórica que esse ponto tangencia: a recepção fragmentada da teoria de Bourdieu, e centrada no Flaubert d’*As regras da arte*, sedimentou a ideia de que “campo autônomo” implica *alheamento* da política; apagando outros casos e práticas, nas quais o mesmo Bourdieu assinala o nexos entre alto índice de radicalismo político (em sentidos externos ao campo profissional, como é o caso de algumas das trajetórias acima, que se envolvem na luta armada) e de defesa da prática da cultura como valor em si mesmo, *desinteressada* (BOURDIEU, 1984, esp. cap. 1 e 2). Há pesquisas contemporâneas que preferem a investigação deste nexos (defesa do valor da cultura/autonomia e posições políticas mais radicais, posto que mais livres das amarras e dos compromissos com os poderes temporais) – e que inspiram a presente análise: Sapiro, 2016; Brun, 2014.

Contra as regras, esta disputa é regulada pelas regras da subversão: a) eleger autor(idades) hierarquicamente superiores; b) com a perícia de leitura dos seminários, descredita-las (por suas incongruências lógicas e/ou ingenuidades epistemológicas); c) dirigir-se preferencialmente *contra* a própria esquerda (alcançando a melhor posição, a mais avançada, a menos limitada).

MODALIDADES DE NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO

As ordens do extraordinário

Uma revista, se não é de doutrina, deve ter caráter, e não programa. Deve ser segura e imprevisível como um bom ensaio, que começa onde valha a pena, e navega e combate em curso incerto, ao sabor do interesse e do raciocínio cerrado. Nossa revista [...] tem convicções, que declara ao leitor: – A conjugação de interesse e raciocínio é subversiva [...]. Queremos raciocinar sobre o que interessa, reabilitar o raciocínio e clarificar os interesses. – Não basta saber filosofia e literatura, nem economia e política. É preciso escrever sobre umas conhecendo as outras. Só assim nos livraremos do lero-lero grã-fino de nossos literatos e da fala cifrada em que os economistas escondem as novas do capital. (TEORIA E PRÁTICA, n. I, 1966 – sublinhados nossos)

QUEM NEGA A HIERARQUIA SE AFIRMA COMO (CONTRA)AUTORIDADE

Eder Sader contra Leôncio Martins Rodrigues

Segundo o autor-comentador, o autor-comentado: “não vê a diferença”, “não se pergunta”, “não percebe alcance”, “vê sem ver”, “não se eleva acima do nível descritivo”, “suas perspectivas são monótonas e recorrentes: se tudo continuar como está, o resto também deverá se manter na mesma tendência”; “a explicação de Leôncio é bem medíocre”; “(o livro) tem as mesmas limitações populistas e desenvolvimentistas”; “não pode enxergar (esses limites, portanto)” (SADER, 1967, p. 76, 75, 82, 83, 85, 85, 86, 86 – sublinhados nossos).

Expliquemos: a análise concreta da consciência populista enquanto manifestação da consciência operária permite-nos aprofundar o conhecimento real da classe desde que não nos dobremos ante ela, desde que enxerguemos seus limites, suas funções e suas suas máscaras. Vale dizer, desde que procedamos a uma análise e não a sua reverência antes o fato examinado. Buscando uma classe operária “concreta” Leoncio acaba preso à realidade oficial. (SADER, 1967, p. 76).

Schwarz contra Oliveiros S. Ferreira

Dito de outro modo, os termos são movimentados segundo uma regra simples, superposta a eles, que não corresponde ao problema que eles mesmos propõem (SCHWARZ, 1967a, p. 100 – sublinhados nossos).

Ruy Fausto sobre/contra Oliveiros

[...] é desconcertante [...] a sem-cerimônia com que reúne num coquetel compósito as figuras e os projetos políticos mais diversos: num mesmo parágrafo, o coronel Veloso e Rosa Luxemburgo; o almirante Heck a dez linhas de Gramsci; Marx e Engels nos interstícios dos apelos à Pátria Grande [...] reunião incômoda de almas inimigas convocadas ao banquete por arte do anfitrião [...] [uma] baderna, o leitor que o diga.

[...] a lógica da desrazão, embora termine pelo mito, também tem as suas leis. Elucidemos um pouco a natureza formal dos passes teóricos, reconstituindo [...] as condições de possibilidade do ilusionismo ideológico". (FAUSTO, 1967, p. 100, 105 – sublinhados nossos).

Lourdes Sola contra Durkheim (o ingênuo e conservador)

[...] já é de senso-comum julgá-lo (Durkheim) ideólogo, apologista da ordem [...] mas seu pressuposto básico [...] não é submetido a crítica [...]. Esta atitude [...] estabelece uma ruptura entre a análise ideológica e a análise metodológica aplicadas àquele autor [...]. Durkheim deu conta dos problemas que se propôs a analisar? Se forem localizadas insuficiências e contradições, são elas imputáveis a seu método e à sua concepção de ciência social? enfim, têm ambos – método e concepção – um fundamento ideológico? (SOLA, 1967, p. 103 – sublinhados nossos);

[...] para ele (Durkheim) as correlações estatísticas são neutras, objetivas, garantem por si mesmas a legitimidade dos resultados; a tal ponto que cada uma delas é tomada por "lei". Essa confiança nos dados, sobretudo quando quantificados, não se distingue da atitude de senso-comum, porque como ela não os ultrapassa efetivamente, embora Durkheim tenha a pretensão de fazê-lo. (na exposição, advém um contraponto em que Adorno sai vencendo) [...] Por que justamente a religião, a família e os momentos de unidade nacional? Por que a ênfase abstrata na solidariedade como o fim mais alto desses meios? (SOLA, 1967, p. 118-119 – sublinhados nossos).

João Quartim de Moraes contra José Arhtur Giannotti (um comandante contra um professor de Lógica)²⁶: o (seu) pensado é (e não é) real

[...] como lembra Spinoza, o conceito de cão não late. [...] Como muitos descobridores, o prof. Giannotti se deixou levar longe demais por sua descoberta, e em vez de restringi-la ao domínio em que ela é incontestável [...] ele pretende fazê-la explicar a *relação* entre sistema pensado e o sistema real. (MORAES, 1967, p. 99-100).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de homologias entre as inversões praticadas pelo “Grupo 2/TP” e figuradas em “Bertha Dunkel” é evidente, e, dentre elas, o princípio mais elementar foi caracterizado acima: as posições dominadas dirigem-se contra as posições dominantes. Roberto Schwarz fez, dos princípios competitivos dessa configuração, o princípio de composição de seu *alter ego*. Como, historicamente, ele não reconhecia em (quase) nenhuma realização cultural ou política seu próprio ideal e projeto, somente a ficção poderia representá-los. Por isso, Bertha Dunkel consiste na realização plena das regras da subversão, tal como constituídas na dinâmica “Grupo 2/TP 2”. Encarnando de modo típico e prático a lógica desse círculo, o crítico “construiu em teoria” o conteúdo de um antirreferente, tornado parâmetro operacional para detectar limites da imaginação (e da negação) política e estética. Dito de outro modo, encontra-se aí um outro pressuposto da fatura de sua crítica – que tanto desagradou Bento Prado Jr. e Gérard Lebrun, o mesmo no qual se comprazem os gestores de sua longevidade simbólica, irmanados no consenso de gosto cultural e tomadas de posição políticas.

Esta análise nos pareceu profícua por conferir precisão ao conteúdo do antirreferente do crítico e por colocar em relevo uma dimensão ignorada de sua trajetória. Como procuramos demonstrar, o “Grupo 2” e a TP não têm papel meramente anedótico. A atenção mais fina assinala dessemelhanças de seu projeto autoral em relação a fontes reificadas pela bibliografia – particularmente, com Antonio Candido, que nem sempre opera com tal “negatividade”; e com o (primeiro) “Seminário Marx”, destituído do princípio de negatividade e promotor de uma leitura estritamente escolástica de Marx (RODRIGUES, 2011). Finalmente, a abordagem sugere novas frentes de investigação que dizem respeito a um problema mais amplo. Se a dinâmica do grupo incorporada como princípio negativo na crítica de Schwarz ficou patente, resta caracterizar os capitais específicos distintivos e as habilidades práticas que

26 Duas categorias nativas aludindo às competências militares de João Quartim de Moraes e à cadeira (mas também ao rigor) de Giannotti. Impossível trabalhar o ponto, mas não passam despercebidas nem a apresentação social da virilidade envolvida no polo lógico/duro da Filosofia e nem a alusão ao militarismo – e tampouco a necessidade de exame de como a configuração se fragmenta com o encerramento da revista em função da perseguição política. O exame fino da segmentação desses destinos merece estudo à parte.

tornam esse tipo de engajamento político-cultural socialmente tão restrito, a despeito de sua generosa orientação ideológica à revolução total e universalmente válida (BRUN, 2014; RODRIGUES, 2017) – problemática desafiante para futuras pesquisas.

SOBRE A AUTORA

LIDIANE SOARES RODRIGUES é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

E-mail: lsr@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0003-2011-9888>

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo. *Um departamento francês no ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ARANTES, Pedro. *Arquitetura nova*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BRUN, Eric. *Les situationnistes*. Une avant-garde totale. Paris: CNRS Éditions, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- _____. *As regras da arte*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: MICELI, S. (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2003. _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CANDIDO, Antonio. (1961). Crítica e sociologia. Tentativa de esclarecimento. In: _____. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CEVASCO, Maria Elisa. Modernização à brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 3, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. “Notas explicativas” anexas ao artigo de André Gorz “Sartre e Marx”. *Teoria e Prática*, n. 1, 1966.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des “intellectuels” (1880-1900)*. Paris: Minuit, 1990.
- CHARTIER, Roger. Espace social et imaginaire social: les intellectuels frustrés au XVIIe siècle. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 2, 1982.
- CZAJKA, Rodrigo. A *Revista Civilização Brasileira*. Projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, fev. 2010, p. 97-117.
- FELIPE, Kaio. *A crise da cultura moderna segundo José Guilherme Merquior*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- FAUSTO, Ruy. Sobre o raciocínio político de Oliveiros S. Ferreira. *Teoria e Prática*, n. 1, 1966.
- FRANÇA, Jacira Silva. *Sociologia da comunicação e recepção do conceito de indústria cultural: o grupo da USP nos anos 1970*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.

- GOTTRAUX, Philippe. Socialisme ou barbarie. *Un engagement politique et intellectuel dans la France de l'après-guerre*. Lausanne: Éditions Payot, 1997.
- HEILBRON, Johan. Les métamorphoses du durkheimisme, 1920-1940. *Revue Française de Sociologie*, 1985.
- LEBRUN, Gérard. Algumas confusões num severo ataque à intelectualidade. *Discurso*, n. 12, 1980, p. 145-152. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37887/40614>>. Acesso em: set. 2019
- LOWY, Michael. Ad Roberto Schwarz. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MATONTI, Frédérique. *Intellectuels communistes: essai sur l'obéissance politique*. La nouvelle critique (1967-1980). Paris: La Découverte, 2005.
- MORAES, João Quartim de. Sobre as *Origens da dialética do trabalho*. *Teoria e Prática*, n. 3, 1968.
- MOURA, Flávio. Diálogo crítico. *Disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- PRADO JR., Bento. (1968). A sereia desmistificada. In: _____. *Alguns ensaios: filosofia, literatura e psicanálise*. São Paulo: Max Limonad, 1985.
- RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. Rio de Janeiro, *Sociologia e Antropologia*, v. 3, n. 6, nov. 2013, p. 525-556.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- _____. Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964). *Intelligere – Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2016, p. 1-19.
- _____. Desinteresse interessado. *Revista de História da USP*, n. 176, 2017.
- _____. Caio Prado Jr. (1907-1990). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*, vol. 4 – dos primeiros relatos a José Honório. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018.
- _____. Poder, sexo e línguas entre marxistas brasileiros. *Revista Pós Ciências Sociais*, 2019a [forthcoming]
- _____. Ser marxista no Brasil. *Marx e o pensamento marxista no mundo lusófono*. 2019b [forthcoming]. SADER, Eder. Conflito industrial e luta de classes. *Teoria e Prática*, n. 2, 1967.
- SAPIRO, Gisèle. Le combat pour la liberté intellectuelle. In: CHARLE, Christophe; JEANPIERRE, Laurent. *La vie intellectuelle en France*. Paris: Seuil, 2016.
- SCHWARZ, Roberto. Sobre o raciocínio político de Oliveiros S. Ferreira. *Teoria e Prática*, n. 1, 1966.
- _____. Bertha Dunkel. Didatismo e literatura. *Teoria e Prática*, n. 3, 1968.
- _____. Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969. *Les temps modernes*, Juillet, n. 288, 1970.
- _____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: LAFER, Celso et al. *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- _____. Resposta a Gerard Lebrun. *Discurso*, n. 12, 1980, p. 153-156.
- _____. (1965). Dinheiro, memória e beleza (*O Pai Goriot*). In: _____. *A sereia e o desconfiado* (ensaios). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 167-188. (Literatura e teoria literária, v. 37).
- _____. (1978). Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1992a, p. 70-111.
- _____. (1978). Nota, 1977. Didatismo e literatura (Um folheto de Bertha Dunkel). In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b, p. 55-69.
- _____. Las ideas fuera de lugar: algunas aclaraciones cuatro décadas después. *Políticas de la Memoria*, n. 10-II-12, 2011/2012.

- _____. Por que “ideias fora do lugar”. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo : Companhia das Letras, 2012b.
- _____. (1977). *Ao vencedor as batatas*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.
- _____. Um crítico na periferia do capitalismo. Entrevista concedida a Luiz Henrique Lopes dos Santos e Mariluce Moura. *Pesquisa Fapesp*, n. 98, abril de 2004, p. 12-19. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2004/04/01/um-critico-na-periferia-do-capitalismo/>>. Acesso em: set. 2019.
- _____. Entrevista concedida a [autor(a) (e) (s)] 21/11/2011.
- _____. Um seminário de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, n. 50. São Paulo, março, 1998, p. 99-114.
- SOLA, Lourdes. Memorial acadêmico, 1993 (Arquivo da FFLCH. Prontuário 93.1.1530.83. inscrição ao concurso para livre-docência, disciplina Instituições Brasileiras, Departamento de Ciência Política).
- _____. Durkheim: senso-comum e objetividade. *Teoria e Prática*, n. 2, 1967.
- TEORIA E PRÁTICA. Apresentação. *Teoria e Prática*, n. 1, 1966.
- TRADUÇÃO POLICIAL do texto “Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969”. Arquivo do Estado. Processo 50K/86/82.
- WAIZBORT, Leopoldo. *Passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

O trabalho da crítica

[*The labour of criticism*]

Maria Elisa Cevasco¹

RESUMO · Este artigo pretende examinar, através da leitura de ensaios-chave de Roberto Schwarz, o poder de elucidação da crítica cultural. · **PALAVRAS-CHAVE** · Crítica cultural; Roberto Schwarz. · **ABSTRACT** ·

This article intends to examine the power of clarification of cultural criticism. This will be done presenting an analysis of key-essays by Roberto Schwarz. · **KEYWORDS** · Cultural criticism; Roberto Schwarz.

Recebido em 12 de abril de 2019

Aprovado em 11 de novembro de 2019

CEVASCO, Maria Elisa. O trabalho da crítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 81-96, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i74p81-96>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

*If you can look into the seeds of time
And say which grain will grow, and which will not,
Speak, then, to me, who neither beg nor fear
Your favors nor your hate.
(William Shakespeare).*

Em uma entrevista, falando sobre a função da crítica cultura, Roberto Schwarz explicita:

Se não for preciso adivinhar, pesquisar, construir, recusar aparências, consubstanciar intuições difíceis, a crítica não é crítica. Para a crítica dialética, o trabalho da figuração literária é um modo substantivo de pensamento, uma via *sui generis* de pesquisa, que aspira à consistência e tem exigência máxima. Seu resultado não é a simples reiteração da experiência cotidiana, a cuja prepotência se opõe, cujas contradições explicita, cujas tendências acentua, com decisivo resultado de clarificação. (SCHWARZ, 2012b, p. 287-288).

Penso que uma maneira produtiva de mostrar a relevância de sua obra para o debate cultural contemporâneo é apresentar de que modo ele cumpre à risca esse programa, que, não por acaso, é o da crítica materialista, que tem como um de seus objetivos elevar o presente ao pensamento. Com ele aprendemos todos, no Brasil e fora dele, através das traduções e publicações sobre sua obra, a pensar o mundo que nos cerca pelo ângulo da produção cultural, que concretiza os significados e valores de determinada sociedade, e os torna visíveis e disponíveis para o esclarecimento de todos.

Começando pelo mais recente. Todos sabemos que o ano de 2016 foi marcado por mais um dos surtos de polarização política que afetam as sociedades desiguais como a brasileira, recorrentemente às voltas com o difícil problema da construção, sempre abortada, de uma sociedade integrada. O cenário de uma crise econômica que, como tantas outras, bate mais forte na periferia impulsiona uma crise política que desemboca em duas correntes opostas, uma defendendo o *impeachment* da presidente reeleita por pequena margem em 2014, e outra defendendo que isso seria apenas um golpe disfarçado de procedimento jurídico-constitucional. Como também acontece

nas sociedades cujas relações são fortemente moldadas pelas simplificações tão caras aos meios de comunicação de massa, a discussão fica empacada entre as duas posições antagônicas, e tudo o que parecia interessar é quem é contra e quem é a favor do *impeachment*, sem levar em conta os pressupostos históricos e as projeções políticas, além, é claro, a concepção do país que cada posição encerra. Em uma palavra, falta o fundamental, ou seja, a relação entre a parte e o todo que a determina. Do ponto de vista do momento em que escrevo, 2019, fica evidente que estava aí germinando uma semente daninha que iria marcar o tempo. No meio do tumulto de opiniões e manifestos, um grande jornal diário resolve perguntar a intelectuais renomados de que lado cada um está. A resposta de Roberto contém, em miniatura, seus procedimentos críticos e a maneira como estes vão ao cerne dos fenômenos, desvelando por onde passam as verdadeiras correntes da história que moldam a discussão:

Vou responder indiretamente. A *Folha* e *O Estado de S. Paulo* acabam de publicar um manifesto assinado por talvez 500 associações empresariais, exigindo o *impeachment* já e afirmando que “chega de pagar o pato”. O anúncio ocupa um bloco de 14 meias páginas dos dois jornais, o que deve ter custado um bom dinheiro. A motivação é econômico-política, e não jurídica. A forma é publicitária. O tom é de quem manda. De outro lado, está na internet um manifesto das “Periferias Contra o Golpe”, assinado por cerca de 400 associações culturais. Digamos que se trata de uma fração esclarecida e auto-organizada do povão. Sem defender as políticas do governo, o documento se contrapõe à casa-grande e exige respeito ao resultado das urnas. A redação é viva e substancial. A nota é muito popular-brasileira, atravessada pela mestiçagem e pelo clima da grande periferia urbana. Para dar uma ideia da diversidade, o manifesto é assinado por coletivos pela moradia, centros de educação popular, núcleos de teatro, cinema, poesia e dança, um blog antimachista, mulheres do hip-hop, uma assessoria jurídica universitária popular, tudo em espírito libertário. É claro que o Brasil não se resume a esta oposição. Entretanto ela dá o que pensar. (SCHWARZ, 2016, p. 6).

Como sempre faz, Roberto examina as manifestações da contradição social e mostra o que as estrutura. Estamos diante de mais uma das exposições do que ele mesmo denomina de “a matéria brasileira”, a constelação formada pelo complexo peculiar de relações e posições que constituem nossa vida local. Como bom crítico literário que é, examina, ainda que da maneira breve exigida pelo jornal, a forma dos dois manifestos. O tom de um deles é descrito como “popular-brasileiro”. De fato, é aos de baixo que interessa lutar pela democracia, uma vez que a ordem instituída obviamente exclui a todos que são considerados “menos iguais”, seja por serem pobres, por viverem na periferia, por serem antimachistas, ou por serem artistas fora do circuito comercial, que tentam dar voz aos que não são ouvidos ou representados pela arte hegemônica. A eles é dada a possibilidade de ter consciência que o que está em jogo é mais do que uma disputa entre partidos políticos igualmente inaceitáveis. Os de baixo sabem o que estão fazendo com eles, por que o vivem, e é essa sabedoria que faz o tom do manifesto.

A escolha do termo “casa-grande” para designar os autores do manifesto dos graúdos nos lembra que são descendentes diretos de escravocratas, que têm muita dificuldade de abrir mão de seus privilégios, mesmo que estes não tenham sido, infelizmente, ameaçados pelo governo que eles querem encerrar. O tom é autoritário, a linguagem, a da propaganda, que evita o pensamento. Em contraposição, o outro lado reúne o povão, aqueles cuja diversidade é atravessada por um interesse comum, o de se contrapor aos que os excluem. Trata-se, como fica evidente, na escolha de palavras de Roberto, da especificação de mais um episódio da luta de classes como levada a cabo no Brasil. Perceber e nomear esse processo que estrutura a vida em nosso país é objetivo e realização central do projeto intelectual de Roberto.

Vou retomar alguns de seus ensaios centrais para mostrar qual a “adequação nacional e originalidade crítica” desse projeto. Começo com um clássico: “As ideias fora do lugar”. Publicado em 1973, é um dos textos centrais da crítica materialista contemporânea². Sabemos que o objetivo primeiro desse ensaio é desenhar o chão histórico em que se constrói a obra de Machado de Assis, o primeiro grande escritor brasileiro que foi capaz de dar forma à matéria brasileira e, também por isso, objeto de estudo constante de Roberto. O ensaio parte da intuição, que todos temos, do caráter postiço das ideias no Brasil e examina como isso se organiza no século XIX como um dos resultados do choque entre as ideias normativas (mas não postas em prática nem mesmo lá) do liberalismo europeu – a liberdade de escolher um trabalho, o indivíduo livre, a igualdade perante a lei – e a vida real do nosso país, baseada no escravismo. Explica o fundamento dessa disparidade entre as noções importadas da Europa e as práticas brasileiras descrevendo a especificidade das relações de produção nos países descolonizados: a economia, que impulsiona o processo, é, como sabemos, voltada para as exigências do capital internacional, que a sustenta e que propaga as ideias hegemônicas. O choque destas com a situação local embaralha as noções do que é estrangeiro e do que é nacional, por exemplo, o escravismo – “abominação nacional”, era uma empreitada capitalista, “abominação internacional”. Essa discrepância estrutural é a base da comédia ideológica que caracteriza o Brasil e incomoda a todos, progressistas e conservadores, nacionalistas e imitadores de ideias de fora, armando arapucas ideológicas de que poucos escapam. Roberto dá exemplos do descompasso que diz o Brasil tanto em suas manifestações da alta cultura, como na arquitetura e na própria crítica literária. Lembra casos mais corriqueiros, como o Hino da República que canta: “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país!”, isso escassos dois anos após a abolição. Ou a proclamação do governo *revolucionário* de Pernambuco em 1817, “Patriotas vossas propriedades, inda as mais opugnantes ao ideal de justiça, serão... sagradas”. No ponto de chegada, o ensaio demonstra como a boa – e hedionda – convivência dos opostos do liberalismo e do escravismo deu em obra-prima literária no Brasil, em um compasso comparável ao que se deu na Rússia. Isso confirma um dos achados do ensaio, a constatação de que “fora de seu lugar” as ideias adquirem nova potência de revelação, o que as torna de relevância geral. Para dar conta de seu material, os romancistas de países fora dos centros irradiadores de cultura e de ideologia têm que lidar com o funcionamento peculiar dos significados

2 Discuto esse ponto em “O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz” (CEVASCO, 2007).

e valores deslocados. Esse contexto faz com que as obras, sob pena de ignorar o que define o movimento da sociedade que as molda, tenham que se construir na interação do mundo particular que desenham e das conexões inescapáveis com o geral que definem seu universo. Essa interação peculiar, descoberta crítica do ensaio, lhe confere uma amplitude que ultrapassa os limites usuais da crítica literária.

O ensaio traz, ainda, uma interessantíssima renovação de categorias: uma das mais produtivas é a noção de ideologia de segundo grau, que abre a possibilidade de entendimento da história mundial franqueada por esse funcionamento peculiar. Em seus locais de origem, as ideologias pelo menos descrevem a aparência da realidade, enquanto que aqui não descrevem, nem sequer falsamente, as aparências e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria. Isso contribui para torná-las risíveis. Claro que, na medida em que se tornam ridículas, essas ideologias podem parar de ofuscar, de enganar. Podem, ainda, apontar para seus próprios limites. Em mãos de mestre, como nas de Machado ou nas de Dostoiévski, esse confronto entre ideias e lugar social acaba por possibilitar o aparecimento de um “critério para medir o desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha e impõe ao mundo” (SCHWARZ, 1977, p. 23). Em outras palavras, visto de países onde abortou a modernização, nome da ideologia mestra do Ocidente, o andar da carruagem do mundo tem outro ritmo, e esse ritmo pode ser apreendido na crítica cultural.

Não é menor o poder de revelação a respeito do país. Buscando descrever o contexto geral que forma e informa a obra de Machado, o ensaio acaba por atinar com as características fundamentais que estruturam as mais diversas manifestações da vida nacional. A fundante é a da interdependência econômica do fora e do dentro, o que as oposições entre metrópole e colônia, países atrasados e adiantados ou centro e periferia, como se diria mais tarde, e isso sem mencionar civilização e barbárie, progresso e atraso, moderno e antigo, têm como tarefa ideológica esconder. Esse ensaio contém, de forma sucinta, as preocupações e *insights* que vão moldar o modo de olhar de Roberto e torná-lo um mestre da crítica cultural contemporânea.

Veja-se como esse modo de ver está na base de sua avaliação crítica da apologia de uma estética do terceiro mundo, uma onda muito em voga nas décadas de 1970 e 1980, que preconizava uma terceira via entre os dois lados da Guerra Fria, e uma suposta superioridade da arte dos países subalternos. Como de costume, Roberto vai direto ao ponto: bobagem medir superioridades entre entidades inexistentes, ou seja, uma estética única a nenhum dos três mundos. O lugar de origem não valoriza, e nem desvaloriza, as obras. “Em estética, como em política, o terceiro mundo é parte orgânica da cena contemporânea. Sua presença é a prova viva do caráter iníquo que tomou a organização mundial da produção e da vida” (SCHWARZ, 1987a, p. 128). A força da arte está em sua negatividade, em expor a iniquidade, a opressão, o confinamento dos modos de vida que constituem a matéria incontornável das obras: “A mística terceiro-mundista encobre o conflito de classes, uma visão ingênua, ainda que violenta, dos antagonismos e sobretudo das interdependências internacionais” (SCHWARZ, 1987a, p. 128). Trata-se, então, de mais uma ideia fora do lugar, embora originária da periferia.

O central não é ficar debatendo com ideias falsas, mas, como descreveria anos mais tarde, é compreender que, nos países criados pela descolonização, vivemos

em um espaço “*diverso mas não alheio*” (SCHWARZ, 1999b, p. 95), um espaço em que as categorias que sustentam as ideologias plasmadas nos países centrais não se aplicam com propriedade e nem podem deixar de ser aplicadas. Elas, aqui, giram em falso, ainda que sejam obrigatórias. O espaço é diverso porque a colonização obviamente não criava sociedades iguais às da metrópole, e nem a divisão posterior do trabalho internacional constrói igualdades. Mas trata-se de um espaço da mesma ordem, porque também ele é comandado pela dinâmica abrangente do capital. A marcha do país, ao contrário do que dizem os ideólogos do país do futuro, ou, mais recentemente, do país membro dos já não tão promissores Brics, a caminho de se integrar ao concerto das nações desenvolvidas, deve ser pensada como determinada pelo desenvolvimento desigual e combinado, como formulou Trotsky, do capitalismo mundial. Este, como se sabe, está longe de promover igualdade. Essa característica é o que impulsiona um movimento central da vida brasileira, que é um tema, já desenhado em “As ideias fora do lugar”, que se torna fundante para a percepção de Roberto sobre o Brasil: em nosso país, a cada momento histórico em que a superação parece possível, repõe-se o atraso.

Talvez ao longo do século XX, a hora histórica mais emblemática desse movimento tenha sido o golpe militar de 1964, que colocou um freio brusco nas aspirações para a superação da desigualdade histórica no país. O ensaio “Cultura e política, 1964-1969” (SCHWARZ, 2008) aborda esse período crucial, que, para citar o filósofo Paulo Arantes (2014), cortou a história do Brasil ao meio. Não por acaso, esse período tem sido constantemente lembrado em nossos dias pelas semelhanças do embate político entre interesses de classe antagônicos que a segunda década dos anos 2000 coloca, de novo, frente a frente.

É difícil exagerar a importância desse ensaio na produção intelectual da crítica materialista. Neil Larsen, que estuda o Brasil a partir dos Estados Unidos, acha que ele pode ser comparado ao *18 Brumário de Luiz Napoleão*, na medida em que é capaz de colocar, “com toda sutileza e complexidade” (LARSEN, 1995, p. 213 – tradução nossa), uma mudança profunda nas relações sociais e no papel do Estado que o golpe põe em cena. As consequências catastróficas para os de baixo dessas mudanças não se restringem ao caso brasileiro. O golpe foi um episódio central da Guerra Fria, a derrota das forças de oposição aponta para a vitória acachapante do lado capitalista, ceifando na base os ventos de mudança que agitavam muitos países e que definem, no imaginário social, os anos 1960 como anos revolucionários.

O ensaio, publicado em 1970, analisa o caso brasileiro do retrocesso mundial, um processo que mais uma vez ilustra a exatidão de se descrever o que se dá em nosso país como algo “diverso mas não alheio” ao que ocorre nos países centrais. Aqui como lá, esse momento mostra como houve um avanço significativo das forças conservadoras, que acabam por tingir as próprias ações e produções da Esquerda, inaugurando mais uma era do compromisso. O ensaio vai contando como se caminha ao fracasso: em plena Guerra Fria, quando as “opções da história mundial” estavam abertas, o Partido Comunista acabou por fazer uma aliança com a burguesia nacionalista e modernizante, contra a burguesia latifundiária, corretamente avaliada como elemento sustentador dos aspectos arcaicos da vida nacional, que era preciso mudar. Porém, essa estratégia de aliar-se com o inimigo de classe levou

a uma “visão desdentada” de oposição de esquerda, que abraçava a problemática burguesa de democratização e de modernização nacionalista. Um dos resultados foi um marxismo atado e provinciano, “especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução” (SCHWARZ, 2008, p. 78). Os dois lados do espectro ideológico compartilham uma visão sem contradições da modernização, desejo de todos. Estava aí já armado o pacto desigual entre visões políticas antagônicas que iria culminar na derrota fragorosa da visão progressista – como sabemos, no momento do golpe, as classes dominantes se uniram em torno da bandeira do anticomunismo – repetindo, mais uma vez, o movimento central, já comentado aqui, de que, a cada momento de possível superação no Brasil, repõe-se o atraso. As possibilidades de integração social em benefício de todos são ceifadas pela instauração do governo militar, e pela reversão da ordem que repõe as forças da permanência, fechando um período que poderia ter sido de grandes avanços³.

Entretanto, esse processo não está isento de contradições. Mais uma vez, é fazendo a leitura crítica da produção cultural do período que Roberto vai especificar as peculiaridades desse momento emblemático. Ele começa por constatar uma dissonância: nos primeiros anos do Golpe, “apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda” (SCHWARZ, 2008, p. 70) com produções de grande qualidade e alcance. Roberto examina exemplos dessa produção, e penso que os dois que mais de perto cristalizam as forças que disputam a hegemonia no período são o método Paulo Freire e o Tropicalismo. Sabemos que o método, que foi reconhecido mundialmente, se notabiliza pela percepção correta de que impedir a leitura da palavra equivale a impedir a leitura do mundo, e a consequente participação nos seus rumos. É parte estrutural da exclusão social, que não dá voz aos que deixa à margem. O método inverte esse movimento. Ao partir da experiência do aluno – no caso da alfabetização nos anos 1960, no mais das vezes, um adulto –, ele já o inclui mesmo antes de ensiná-lo a ler. Parte dos alunos a escolha das “palavras geradoras” que vão nortear o aprendizado da leitura e a discussão da conjuntura que os exclui. As implicações políticas do método mostram os caminhos possíveis para a superação do atraso constitutivo do país. Ela passa pela integração social dos excluídos pela dominação do capital, que comanda a dinâmica do processo e se apresenta como a opção progressista e moderna, como se fosse aceitável o progresso de apenas alguns, apagando a imensa dívida social que o país carrega desde seus primórdios. Mais uma vez, estamos diante da oposição atrasado/moderno.

A capacidade de figurar essa dualidade constitutiva do Brasil é uma das forças artísticas do também muito conhecido Tropicalismo. Esse movimento, que abarcou o teatro, o cinema, a televisão, as artes plásticas e, de forma mais emblemática, a música, se notabiliza por juntar as imagens do país arcaico e do moderno, buscando uma fusão, na aparência bastante atraente, entre os dois Brasis. Já me referi em outra ocasião⁴ a um exemplo claro dessa figuração de opostos ao comentar o disco *Panis et circensis* de 1968, um dos marcos da produção tropicalista. O amálgama já começa na capa, um retrato posado de membros do movimento, com Gilberto Gil vestindo

3 Retomo aí ideias que já apresentei em “A crítica cultural lê o Brasil” (CEVASCO, 2016).

4 Para uma explicação mais detalhada, ver meu “A crítica cultural lê o Brasil” (CEVASCO, 2016).

uma túnica, roupa ultramoderna para a época, com motivos que remetem à estética *hippie*, então moda nos países centrais. Na mão, ele carrega um retrato de formatura, supertradicional. Caetano Veloso segura outro retrato com tons antiquados, mostrando a cantora Nara Leão; ao lado, o maestro Rogério Duprat segura um penico como se fosse uma xícara de chá. O repertório do disco se abre com uma composição de Gilberto Gil e dos Mutantes, “Miserere nobis”, com seu sugestivo refrão “Misere-re nobis/ora, ora pro nobis/ é no sempre será, ô, iaiá/ É no sempre, sempre serão”. As faixas do disco repetem a superposição do supermoderno, “Bat macumba”, de Gil, com o antigo, o “Coração materno” (1937), uma música *kitsch* que havia sido sucesso na voz do cantor brega Vicente Celestino. Os arranjos musicais ecoam a mistura: guitarras ultracontemporâneas e internacionais com batidas mais tradicionais da música brasileira. O matiz predominante no disco é o do deboche e da irreverência, mas há certo tom de familiaridade profunda com os arcaísmos da vida brasileira, que são repostos e tomam novo significado na convivência com o ultramoderno. Está tudo amalgamado na mesma geleia geral onde chafurdamos todos. Como diz uma das faixas do disco cuja letra ecoa a imutabilidade da situação nacional: “Ê bumba iê iê boi/ Ano que vem, mês que foi/ Ê bumba iê iê iê/É a mesma dança, meu boi”.

Que ponto de vista sobre o Brasil se expressa nessa construção artística? Por um lado, trata-se de uma representação bastante fiel do que se dá na vida nacional, onde o passado está sempre pronto a reaparecer. Na nota que prefacia a republicação, em 1978, de “Cultura e política, 1964-1969”, Roberto diz que sua intenção era “assumir literariamente [...] a *atualidade* de então. Assim, quando se diz ‘agora’, são observações, erros e alternativas daqueles anos que têm a palavra. O leitor verá que o tempo passou e não passou” (SCHWARZ, 2008, p. 70).

Essa última frase condensa toda uma história nacional, que reconhecemos a cada tanto. A permanência do arcaico não está apenas na música. Roberto lembra como o Golpe faz reaparecer fantasmagorias do atraso que se pensava estarem superadas. Vale a pena citar na íntegra para que salte à vista a medida de como isso se repete outras vezes na nossa história:

Agora, no rastro da repressão de 64, era outra camada geológica do país quem tinha a palavra. “Corações antigos, escaninhos da hinterlândia, quem vos conhece?” Já no pré-golpe, mediante forte aplicação de capitais e ciência publicitária, a direita conseguira ativar politicamente os sentimentos arcaicos da pequena burguesia. Tesouros de bestice rural e urbana saíram à rua, na forma da “Marcha da família, com Deus pela liberdade”, movimentavam petições contra divórcio, reforma agrária e comunização do clero, ou ficavam em casa mesmo, rezando o “Terço em família”, espécie de rosário bélico para encorajar os generais. Deus não deixaria de atender a tamanho clamor, público e caseiro, e de fato caiu em cima dos comunistas. No pós-golpe, a corrente da opinião vitoriosa se avolumou, enquanto a repressão calava o movimento operário e camponês. Curiosidades antigas vieram à luz, estimuladas pelo inquérito policial-militar que esquadrinhava a subversão. – O professor de filosofia acredita em Deus? – O senhor sabe inteira a letra do Hino Nacional? – Mas as meninas, na Faculdade, são virgens? – E se forem praticantes do amor livre? (SCHWARZ, 2008, p. 82).

Esse movimento, que Roberto chama no ensaio de “revanche da província”, corrobora um dos eixos da junção de opostos que caracteriza a imagem tropicalista. O outro é a abertura ao mundo contemporâneo, expressa no uso de modos de expressão da vanguarda internacional. Mas o modo dessa junção traz embutido um julgamento histórico: não se trata de uma contradição, que poderia ser resolvida em uma síntese que a superasse, mas de uma junção de opostos irreconciliáveis: “a imagem tropicalista encerra o passado na forma de males ativos ou ressuscitáveis, e sugerem que são nosso destino, por isso não cansamos de olhá-la” (SCHWARZ, 2008, p. 92). O destino não pode ser mudado, e, por isso, a ação política que essa concepção enseja só pode ser conformista. E, mais uma vez, a arte capta uma das sementes do tempo, na medida mesma em que o Tropicalismo concretiza em arte uma característica que marcaria muito da ação política da esquerda, cujo horizonte rebaixado não admitia mais superação, só reformas no *statu quo*. Rearma-se já aí o “sistema de conciliação” que vai imperar na esquerda e desembocar em acomodações.

O tema do nacional e do estrangeiro reaparece com força no final dos anos 1980, quando a noção de globalização começa a desconstruir essa oposição. “Nacional por subtração”, escrito em 1986, mostra como as posições mais comuns sobre a cultura nacional traduzem posições sobre os rumos da nossa sociedade e recolocam as opções de sempre, entre uma cultural nacional e outra estrangeira, agora no contexto da internacionalização do capital vitorioso. Como se situar diante dos novos termos que a nova versão da velha ordem mundial coloca? O que acontece com as duas opções, igualmente falsas, de uma via nacional e uma internacional? Por que elas ocupam tanto espaço no debate no Brasil?

A pergunta, explica Roberto, é falsa porque pressupõe que a situação internacional deixe abertas opções de não integração. Isso modifica os termos da velha discussão. Por um lado, nesta “atmosfera ‘global’, de mitologia unificada e planetária, o combate por uma cultura ‘genuína’ faz papel de velharia” (SCHWARZ, 1987b, p. 34). Fica patente seu caráter ilusório, além de provinciano e complementar, de formas arcaicas de opressão. Mas tem sempre alguém para embarcar nessa canoa furada e dizer: “então agora não seremos mais arcaicos, acabaram as formas antigas”, embora, como lembra nosso autor, as antigas formas de opressão continuem na ordem do dia, por mais que sejam escamoteadas no debate intelectual. Mais do que isso, ao descartar o lado nacional da questão, temos um argumento que parece fazer sentido, já que o de fora é sempre melhor. Claro que ninguém acrescenta que a dimensão internacional da cultura funciona muito mais como legitimação pura e simples dos mídias e suas visões estereotipadas. Arma-se aí mais um quadro de oposições simétricas: os que se dizem nacionalistas atacam o imperialismo mas se calam diante da opressão burguesa, base da nação, enquanto os antinacionalistas

[...] assinalam a dimensão autoritária e atrasada de seu adversário, com carradas de razão, o que no entanto faz crer que o reinado da comunicação de massas seja libertário ou aceitável do ponto de vista estético. Uma posição crítica e moderna, conformista no fundo. (SCHWARZ, 1987b, p. 35).

O debate, embora acirrado, não avança a discussão e serve, de fato, para esconder o essencial, ou seja, a exclusão sistemática dos pobres, tanto do mundo da cidadania,

quanto do da cultura. Essa exclusão é parte fundamental do que define nosso atraso. Como se vê, o amálgama entre o mais moderno e o mais arcaico, que Roberto já havia mostrado ao analisar o Tropicalismo, continua válido e atuante, cada vez com uma inflexão específica, mas sempre escondendo o conformismo sob roupagem modernizante. Temos aí mais uma repetição de um movimento estrutural da vida em países periféricos. Certamente que, para nosso autor, a questão não é arbitrar entre duas posições impossíveis, a questão é dar o “passo globalizante” e pensar “o nosso ‘atraso’ como parte da história contemporânea do capital *e de seus avanços*” (SCHWARZ, 1987b, p. 47-48).

Esse é o programa que estrutura seu ensaio “Fim de século”, que começou a ser elaborado em 1994, quando já se torna claro, para os que sabem ver, que se está redesenhando o velho funcionamento do mundo, que agora aparece com roupagem específica que é preciso descrever para apreender “que horas são”. Quais os impactos da terceira revolução industrial, do estabelecimento do neoliberalismo e da época de dominação global do capitalismo e da eliminação de alternativas sobre a matéria brasileira?

Roberto retoma nesse ensaio a análise da conjuntura mundial feita pelo alemão Robert Kurz. Em seu *O colapso da modernização* argumenta que a impossibilidade de viabilizar o desenvolvimento das nações (mesmo das que, como o Brasil, se mobilizaram fortemente para isso) gera sociedades pós-catastróficas, onde a integração não é mais possível. Seriam sociedades cuja dinâmica é regida pela desagregação, pelo abandono de noções de um projeto comum que se aplicasse a todos ou mesmo de uma ideia de nação coesa. Vale a pena ressaltar que não se trata de um diagnóstico de erros políticos ou de condução da economia, embora todos esses tenham existido e continuem a piorar a situação. Na leitura de Kurz, que Roberto endossa, trata-se de um problema estrutural, inerente ao funcionamento do capital. A modernização tão almejada é necessariamente excludente, somos modernos, e a parte que nos tocou no processo é esta. Nesse sentido a modernização, como o liberalismo antes dela, é uma ideia fora do lugar. Assim como no caso do liberalismo, os seus resultados na periferia abrem espaço para uma extensa crítica da ideologia da modernização. Só que não foi exatamente o que se deu.

Na academia, o pensamento teórico, cuja tarefa histórica seria contar a história real do tempo, seja do ponto de vista do centro, seja do da periferia, ou, melhor ainda, da intersecção entre os dois, era dominado pelo pós-estruturalismo, cujo braço mais influente era o desconstrucionismo. Como se recordará, esse modo de pensar se caracterizava pela destruição retórica das oposições binárias que organizam nosso discurso e interrogava a possibilidade de se chegar a uma verdade ou de se apresentar uma interpretação. Trata-se de uma crítica que se apresentava como radical, embora não se detivesse na base material que sustenta o pensamento e condenasse qualquer modelo que apresentasse relações de causalidade ou pretensões a elucidar as interligações entre fragmento e todo. Como dizia Lyotard (1983, p. 96), um dos representantes dessa vertente, nós “já pagamos bastante a nostalgia do todo e do uno, da reconciliação do conceito e do sensível, da experiência transparente e comunicável. A resposta é: guerra ao todo, testemunhemos o inapresentável, ativemos as diferenças, salvemos a honra do nome”.

Como já acontecera com o Tropicalismo, por um lado, essa crítica radical, porém inócua, capta a energia do seu tempo. De fato, o terremoto do colapso da modernização interroga todas as categorias usadas para pensar o Brasil como centro e periferia, desenvolvimento e estagnação, moderno e arcaico, progresso e atraso. O próprio Roberto lembra, em “Fim de século”, que, em especial no contexto brasileiro,

[...] a desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teleologias – especialidades [...] do exercício de leitura do pós-estruturalismo – adquiriu uma dura vigência prática. Assim o desenvolvimento nacional pode não ter sido nem desenvolvimento, nem nacional [...]. (SCHWARZ, 1999a, p. 158).

O mesmo se dá com a categoria de nação:

[...] o discurso desconstrucionista sobre os preconceitos e enganos embutidos na ideia abstrata de nação tem pouca relevância, e passa à margem do processo efetivo. A presente desintegração nacional é uma realidade material da história contemporânea, e a distância que separa as suas condicionantes técnico-econômicas dos trocadilhos filosóficos em moda, ou talvez já ex-moda, é patética. (SCHWARZ, 1999a, p. 160).

Mais uma vez a verificação recíproca entre as formulações vindas do centro e a realidade da periferia fornece uma matéria histórica densa, que abre a possibilidade de se instaurar uma perspectiva crítica sobre os limites das ideologias de dentro e de fora. Seria o caso de aparecer um pensamento que fizesse, para ficar no mais óbvio, uma extensa crítica da ideologia da modernização. Mas não apareceu nenhum Machado de Assis para amalgamar as contradições em um conjunto revelador, que iluminasse a vida ideológica como um todo.

Pode ser por isso que, quando, em mais uma das voltas da globalização, começou a circular no debate intelectual uma nova versão da modernização e de seus efeitos culturais nas trocas entre as nações, Roberto se volte, ainda uma vez, ao nosso maior escritor. Agora, a nova maneira de pensar o trânsito entre diferentes tradições literárias é a literatura mundial. O termo remete, em um primeiro momento, ao impulso de Goethe de facilitar o entendimento entre as nações através do conhecimento de suas literaturas e também, logo em seguida, a Marx e Engels que, no *Manifesto*, observam que, assim como a burguesia revolucionou a produção nacional, usando matérias-primas de diferentes países, e comercializou mercadorias por todo o globo, “[os] produtos intelectuais de cada nação tornam-se bens comuns [...], e a partir das muitas literaturas locais, nacionais, forma-se uma literatura universal” (MARX; ENGELS, 2012, p. 46). Mas, usando ainda outra expressão de Marx, ela não renasce em condições de sua própria escolha, e suas pretensões à troca e ao enriquecimento mútuos têm que se haver com as condições e os limites que a nova fase do capital lhe impõe.

Assim, os ideólogos do novo momento apressam-se a celebrar a nova moda intelectual como mais um dos efeitos benéficos de mais uma versão da ordem mundial de sempre. Por exemplo, para David Damrosch, primeiro presidente da Associação da Literatura Mundial, a nova maneira de pensar a produção literária é em termos da circulação das diferentes literaturas que enseja um modo de ler que

faz com que uma obra produzida em uma nação específica viaje para além de suas fronteiras e entre em diálogo com a cultura que a recebe. Mais um sonho liberal.

Em uma perspectiva mais realista, o crítico marxista Franco Moretti, uma das vozes centrais no debate, considera que literatura mundial não é um objeto, mas o nome de um problema. Ele propõe que a pensemos usando como base a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, que descreve o mundo sob a égide do capital como uma unidade dentro de uma única divisão do trabalho, com múltiplos sistemas culturais, constituída por um centro, uma periferia e uma semiperiferia, todos regidos pela mesma lógica sistêmica. Essa formulação remete, é claro, à do Trotsky da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, ou à de um mundo que cria espaços, na formulação de Roberto, também já citada aqui, diversos mas não alheios ao sistema que os rege a todos. Moretti se propõe a lidar com a questão da literatura mundial buscando “as semelhanças nas diferentes desigualdades e chegar a princípios gerais que lhe possibilitem ver a literatura mundial como sistema, mas um sistema de variações, que é uno e ao mesmo tempo não é uniforme” (MORETTI, 2000, p. 56 – tradução nossa). Para dar conta dessa tarefa, propõe um sistema de leitura a distância, que busca descobrir os padrões e as regras não ditas de um número grande de obras.

Em 2003, dando uma palestra na Universidade de São Paulo sobre seu método, Moretti foi confrontado por Roberto com uma questão que, ilustrando a produtividade de um debate intelectual sério, reaparece no ensaio do mesmo ano em que Moretti responde às leituras de vários críticos de seu ensaio-programa. A pergunta que é citada no ensaio é: “Será que esse tipo de história literária baseada em princípios gerais e abstrações metodológicas ainda pode ser o que a tradição demanda de seus pensadores, uma forma de crítica social?” (MORETTI, 2006, p. 84 – tradução nossa). Ou seja, será que nas novas condições do funcionamento do sistema-mundo é possível manter o trabalho da crítica? Essa é uma questão que envolve muito mais do que um debate acadêmico sobre o estado atual das diferentes literaturas, uma vez que, como diz Moretti, nossa opinião sobre o que é a literatura mundial é também uma opinião sobre o estado atual do mundo.

No mesmo ensaio-resposta, ele diz:

[...] o ponto central aqui é este: se há uma forte pressão exercida por algumas literaturas sobre as outras (e parece que todos concordamos a esse respeito), então não teríamos que ser capazes de reconhecer isso no interior da própria forma literária, na medida em que as formas são, nas palavras de Schwarz, o abstrato de relações sociais específicas? (MORETTI, 2006, p. 84 – tradução nossa).

O ensaio de Roberto, “Leituras em competição”, publicado no livro *Martinha versus Lucrecia* (2012a), pode ser lido como uma resposta esclarecedora a essas questões que a nova volta do velho parafuso do debate nacional/estrangeiro coloca. Com ele aprendemos muito sobre o estado geral do mundo de hoje. A ocasião é a recepção internacional de Machado de Assis, que em tempos de confecção de um novo cânone internacional, para constituir a literatura mundial, se transforma em um clássico universal. Uma das questões aí é resolver: quem define o que é universal ou, colocando em meus termos toscos, quem detém o poder de resolver o que é o universal?

Mas, antes, é preciso lembrar que o reconhecimento internacional de Machado poderia ser algo bastante positivo, a ser celebrado do lado de cá: afinal, o próprio Roberto já tinha chamado a atenção de como sua técnica narrativa o coloca entre os grandes das literaturas europeia e norte-americana, as representantes do tal universal que nos aceita apenas em seus próprios termos. No entanto, os modos dessa consagração nos países centrais, em especial no mais central de todos, os Estados Unidos, mostram como funcionam esses termos da integração no concerto das nações. No ensaio, Roberto dá um exemplo típico dos modos dessa consagração: em uma resenha de 2002, na *New York Review of Books*, sobre as traduções dos romances de Machado para o inglês e de obras críticas sobre ele, Michael Wood defende que não é preciso se interessar pela realidade sócio-histórica brasileira, matéria de Machado, para apreciar sua maestria. Ele elogia a capacidade de elucidação da leitura local de Roberto, que ele considera um grande crítico, capaz de demonstrar as determinantes histórico-sociais da obra de Machado e sua maneira de apreender a realidade local, mas que não é isso que torna o escritor um mestre da literatura universal. Ele defende que

Machado é nosso contemporâneo, porque suas preocupações ocorrem em todos os lugares, assim como ocorrem as formações de nuvens ou os protestos políticos, ... e certamente poderíamos encontrá-las em outros locais, e é pouco provável que um dia não as encontremos mais. (WOOD, 2002 – tradução nossa).

Falta um passo para se cair na velhíssima fórmula de neutralizar o sentido da literatura e desconsiderar seu valor cognitivo. O valor estético de Machado residiria em sua capacidade de lidar com os valores eternos da humanidade, termos, como sabemos, de muito difícil especificação. A leitura que considera a história local fica assim encolhida como acanhada e de pouco interesse.

Mas, como já aprendemos com Roberto, desde, pelo menos, o seminal “As ideias fora do lugar”, as noções de local e de estrangeiro, ou mesmo específico ou universal, são altamente complexas, e só podem ser compreendidas na dinâmica histórica que lhes dá sentido. Tanto quanto local e estrangeiro, universal e específico são categorias interconstitutivas, e só podem ser aprendidas em relação dialética. Só podem ser valorizadas, ou apequenadas, no interior do contexto sócio-histórico que as determina, e cujas linhas de força elas concretizam. O universalismo vazio defendido por Wood, e implícito em muitas das discussões sobre o novo cânone mundial, pode ser lido como figura da recusa da crítica cultural em voga em enfrentar o que torna possível esse monopólio sobre o universal e essa necessidade de ignorar o conteúdo sócio-histórico real, formalizado nas obras literárias. É curioso que esse apagamento das questões efetivas de poder e do privilégio de classe embutido nessas relações ecoe o dos protagonistas de Machado, que vão expondo sua desfaçatez solidamente apoiada na desorganização social da periferia, que potencializa as características que constituem o sistema que nos rege a todos. Com menos freios do que no centro, essa cegueira ideológica dos de cima acaba por dizer, como ensinam Roberto e Machado, a verdade da organização social burguesa em geral. Mesmo em tempos que procuram ocultar as discrepâncias reais sob o manto de termos neutralizados como “globalização”, “universal”, “diálogos entre culturas”, o ponto de vista da periferia é

ainda constitutivo e revelador. Em um contexto de opacidade generalizada, o ponto de vista da periferia ainda é o lugar que oferece a visibilidade mais acurada. A sua realidade drástica e dura demonstra as persistências no sistema que rege o globo que, estas sim, tornam Machado nosso contemporâneo.

E agora, ainda uma outra vez, é preciso interrogar as categorias que organizam a discussão entre nacional/estrangeiro, local/universal. Em uma tirada explicitamente irônica, não muito comum na sua escrita sutil e engenhosa, após elencar leituras que fazem paralelos entre Machado e os demais membros do cânone dito universal, ele pergunta: “Por que supor, mesmo tacitamente, que a experiência brasileira tenha interesse apenas local, ao passo que a língua inglesa, Shakespeare, o New Criticism, a tradição ocidental e *tutti quanti* seriam universais?” (SCHWARZ, 2012a, p. 29).

Claro que a questão não é arbitrar quem tem razão nessa polêmica falsa e sem apoio no real. Como de costume, Roberto a responde à situação através da análise de um texto. No caso, uma crônica de Machado que trata exatamente desses temas. Escrita em 1894, narra do ponto de vista universalista de um narrador típico da intelectualidade periférica: “culto e bem-posto, sócio das classes dominantes do mundo que o desabona”. Ele nos conta aí, com considerável ironia e distanciamento, uma história que teria lido em um jornal provinciano: ameaçada em sua honra, Martinha, uma moça simples porém “moderna”, natural da Cachoeira, no interior da Bahia, mata com um punhal um João que a assedia. Nosso narrador, finíssimo, compara esse episódio da Martinha da Cachoeira com a punhalada com que Lucrecia se suicida após ter sido estuprada por um nobre romano, e conclamado o pai e o marido que a vingassem, segundo a história clássica narrada por Tito Lívio. Enquanto a crônica avança, o narrador, sempre empoladíssimo, vai se questionando se Martinha, afinal, vista como bárbara e exótica, não tem lá seu valor. Os termos da comparação, sempre veiculados na linguagem cultivada e cheia de alusões recheadas de literatice e de referências à alta cultura de fora, vão se embaralhando, e o jogo de superioridade/inferioridade do local e do universal, do provinciano e do clássico vai trocando de sinal. A certa altura, o narrador, sempre usando a linguagem que exclui os não iniciados, lamenta a injustiça de a história lembrar o punhal fictício de Lucrecia e relegar ao esquecimento o punhal real de Martinha. Não lhe ocorre perceber que a própria linguagem que usa faz pacto com os que deixam de lado as Martinhas, e também os que, como o narrador, fazem uso de segunda mão dos modos de dizer que vêm de fora. Sem se dar conta de suas afinidades com os que compõem a realidade relegada, ele fecha sua crônica dizendo: “Mas não falemos mais em Martinha”.

Na leitura de Roberto fica claro que essa crônica coloca os diferentes aspectos que a questão da literatura mundial põe em funcionamento e suas implicações para o lado discursivo das disputas que definem o espaço internacional pretensamente universal, mas saturado de jogos de interesses e de poder. A prosa do narrador ilustra bem o cosmopolitanismo vazio dos que pretendem ignorar a realidade do local em favor de uma pretensa superioridade de um universal abstrato. Essa realidade é justamente o que o crítico Wood (2002), citado acima, descarta como não sendo fundamental para colocar Machado entre os grandes, evidenciando os preços a serem pagos para entrar no tal cânone universal. As iluminações mútuas que o embate

contemporâneo em torno do local e do universal joga sobre a organização geral do mundo, onde poucos decidem o que pode ser considerado universal, se expressam na leitura atenta da forma da crônica. Diz Roberto:

O frequentador carioca de Tito Lívio, que zomba dos compatriotas desfavorecidos e no íntimo se ofende com o destino que lhes cabe, à margem do mundo, não é menos pitoresco do que Martinha. Mas não se pode dizer que seja uma figura localista, pois os seus ressentimentos derivam claramente da história contemporânea em sentido amplo, a qual expressam e cujo quadro de desigualdades e humilhações internacionais não diz respeito só aos brasileiros, mas a todo mundo – embora de maneiras diferentes²⁴. Ao fazer desta personagem o seu narrador, ou, por outra, ao desuniversalizar o narrador cosmopolita – uma operação formal decisiva –, Machado dessegregava a matéria local. Esta saía de seu confinamento histórico e via-se intermediada por um vivíssimo jogo de interesses de classe atrasado-modernos, nacionais e internacionais, disfarçados de universais. Por baixo da engrenagem retórica, lógica e estética do particular e do universal, pressionando-a e dando-lhe verdade, como um imenso subentendido, há luta de classes, luta entre nações, patamares desiguais de acumulação cultural, além de luta artística e crítica. [...]

24. Sobre a textura histórico-mundial dessa ordem de ressentimentos, ver Paulo Arantes, *Ressentimento da dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (SCHWARZ, Roberto, 2012a, p. 42).

Mais uma vez, fica evidente o potencial cognitivo de uma crítica que sabe que seu trabalho é fundamental para elucidar os andaimes do mundo. De novo, como diz Roberto, a relevância da crítica está no fato de que o

[...] trabalho da figuração literária é um modo substantivo de pensamento, uma via *sui generis* de pesquisa, que aspira à consistência e tem exigência máxima. Seu resultado não é a simples reiteração da experiência cotidiana, a cuja prepotência se opõe, cujas contradições explicita, cujas tendências acentua, com decisivo resultado de clarificação. (SCHWARZ, Roberto, 2012b, p. 287-288).

Nada mais a acrescentar.

SOBRE A AUTORA

MARIA ELISA CEVASCO é professora titular do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DLM/FFLCH/USP).

E-mail: maece@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1253-5996>

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo. *Ressentimento da dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. Debate sobre “Cultura e política”, FFLCH-USP, 7 de abril de 2014.
- CEVASCO, Maria Elisa. A crítica cultural lê o Brasil. In: LOUREIRO, Isabel; SINGER, André (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 251-279.
- _____. O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz. *Terceira Margem*, v. II, n. 16, 2007, p. 9-26.
- LARSEN, Neil. *Reading North by South*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. Resposta à questão o que é pós-moderno. *Arte em Revista*, n. 7, agosto de 1983.
- MARX, Karl; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MORETTI, Franco. Conjectures on world literature. *New Left Review*, 1, January/February, 2000.
- _____. The end of the beginning. *New Left Review*, 41, September/October 2006.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977, p. 9-31.
- _____. Existe uma estética do Terceiro Mundo?. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a, p. 127-128.
- _____. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987b, p. 29-48.
- _____. Fim de século. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a, p. 155-162.
- _____. Um seminário de Marx. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999b, p. 86-105.
- _____. Cultura e política, 1964-1969, In: _____. *O pai de família e outros estudos*. (1978). São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 70-111.
- _____. Leituras em competição. In: _____. *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a, p. 9-43.
- _____. Na periferia do capitalismo. Entrevista concedida a Luiz Henrique Lopes dos Santos e Mariluce Moura. *Revista Pesquisa Fapesp*, 103, setembro de 2004, p. 105. Republicado em _____. *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p. 280-304.
- _____. *Folha de S. Paulo*. Ilustríssima, 10 de abril de 2016, p. 6.
- WOOD, Michael. Master among the ruins. *The New York Review of Books*, v. 19, n. 12, July 18, 2002.

Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960

[*Roberto Schwarz and São Paulo's sociology in the 1960s*]

Karim Helayel¹

Antonio Brasil Jr.²

RESUMO • O artigo apresenta a hipótese de que, ao identificar a “volubilidade” como princípio formal do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, Roberto Schwarz estaria se posicionando frente às divergências entre Maria Sylvia de Carvalho Franco e Fernando Henrique Cardoso em torno da mobilização da categoria “patrimonialismo”. Localizaremos o argumento de *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), de Schwarz, diante das críticas de Franco ao uso por ela considerado impropriedade da categoria “patrimonialismo” por parte de Cardoso. Discutiremos ainda as relações entre o princípio formal da “volubilidade” com a categoria “dilema”, proposta por Florestan Fernandes em seus trabalhos. • **PALAVRAS-CHAVE** • Roberto Schwarz; Florestan Fernandes; Fernando Henrique Cardoso; Maria Sylvia de Carvalho

Franco; patrimonialismo. • **ABSTRACT** • This contribution presents the hypothesis that, by identifying the “volubility” as a formal principle of *Memórias póstumas de Brás Cubas*, by Machado de Assis, Roberto Schwarz takes a position in the frame of the divergences between Maria Sylvia de Carvalho Franco and Fernando Henrique Cardoso in connection with the category “patrimonialism”. We place our argument on *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), by Schwarz, against the criticisms by Franco on the use she considers unfounded of the category “patrimonialism” adopted by Cardoso. We shall also discuss the relations between the formal principle of “volubility” and the category “dilema”, as proposed by Florestan Fernandes in his works. • **KEYWORDS** • Roberto Schwarz; Florestan Fernandes; Fernando Henrique Cardoso; Maria Sylvia de Carvalho Franco; patrimonialism.

Recebido em 12 de abril de 2019

Aprovado em 24 de outubro de 2019

HELAYEL, Karim; BRASIL JR., Antonio. Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 97-118, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p97-118>

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

Como admitido em diferentes oportunidades pelo crítico literário Roberto Schwarz, seus trabalhos sobre a obra de Machado de Assis não podem ser entendidos sem a referência ao contexto mais amplo de revisão das interpretações da sociedade brasileira, em particular ao debate que se organizou na Universidade de São Paulo (USP) entre os anos 1950-1960. É bem verdade que seus contatos, ainda como estudante de graduação, com Antonio Candido³ – quem o incentivou para migrar das ciências sociais para a área de letras (SCHWARZ, 2012b) –, bem como a incorporação precoce do repertório sociológico e crítico da “tradição contraditória” que reúne Lukács, Adorno, Benjamin e Brecht (SCHWARZ, 2000b) pesaram fortemente em suas formulações sobre os processos não lineares de acumulação literária no país ao longo do século XIX. Porém, sem levar em consideração seu acerto de contas crítico com os trabalhos produzidos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sobretudo (embora não exclusivamente) os da Cadeira de Sociologia I, não é possível aquilatar devidamente os sentidos e os alcances de suas formulações.

Nesse sentido, a ideia aqui será reconstituir analiticamente o modo pelo qual o crítico se apropria – de modo seletivo e muito próprio – do debate que estava em curso na Cadeira de Sociologia I da USP na passagem dos anos 1950 para a década seguinte. A Cadeira, comandada por Florestan Fernandes, que primeiro a assumiu como regente (entre 1954-1964) e depois como titular (de 1964 até a aposentadoria compulsória em 1969), contava ainda, entre seus assistentes, com Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Mencarini Foracchi e Luiz Pereira. Nosso intuito é mostrar como Schwarz se ligou

3 Vale a pena assinalar de passagem, como mostra Lidiane Rodrigues (2011), que a aproximação de Roberto Schwarz em relação a Antonio Candido se deu, em seu princípio, de forma indireta, através de Anatol Rosenfeld, seu tutor, que em 1956 passa a colaborar na seção Letras Alemãs do Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com Rodrigues, o próprio texto “Sobre *O amanuense Belmiro*”, publicado originalmente no suplemento literário do *Última Hora*, pode ser entendido como uma das tentativas de Schwarz de se aproximar daquele que seria seu mestre, de chamar a sua atenção, uma vez que Antonio Candido já havia se debruçado, anos antes, sobre o romance de Cyro dos Anjos. Após Candido ler o seu texto, como nota o próprio Schwarz em entrevista, convida-o para colaborar no Suplemento Literário d’*O Estado de São Paulo* (cf. SCHWARZ, 2009).

aos trabalhos produzidos na Cadeira de Sociologia I, mais especificamente aos trabalhos de Fernandes, Cardoso e Franco da primeira metade da década de 1960. Em outras palavras, o nosso objetivo é, em um primeiro momento, assinalar como Schwarz apreende a crítica de Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), ao diagnóstico de Cardoso, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), que entendia a sociedade brasileira como patrimonial. Ao invés de concedermos ênfase, portanto, no plano de suas referências sociológicas, às proximidades entre Schwarz e Cardoso, empreendimento realizado com sistematicidade por Brito (2019) na chave de uma “nacionalização do marxismo” – proximidades devidamente registradas pelo próprio Schwarz em diversas ocasiões –, sustentaremos que o crítico incorpora de modo decisivo, para a apreensão do princípio formal da “volubilidade” de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, boa parte da crítica de Franco ao diagnóstico de Cardoso a respeito da categoria “patrimonialismo”. Em um segundo momento, procuraremos registrar como a noção de “dilema social” elaborada por Fernandes no começo dos anos 1960 já colocava, em seus próprios termos, a questão da “desfaçatez de classe”, depois desenvolvida nos estudos de Schwarz sobre Machado.

Vale assinalar que Lidiane Rodrigues (2011), em trabalho de fôlego sobre os integrantes do Seminário sobre *O capital*, também se voltou para as relações de Schwarz com os trabalhos de Cardoso e Franco, mostrando como o crítico literário procurou conectá-los de modo a dar conta do nexos entre liberalismo e capitalismo no Brasil oitocentista. De acordo com a autora, Schwarz relacionaria as perspectivas de Franco e Cardoso ao empreender um movimento de abstração do referente empírico de ambos, histórico e geográfico; além disso, ela também destaca como esse mesmo movimento liga Schwarz às teses de Fernandes, mesmo que de modo enviesado e a despeito da reafirmação de referências explícitas aos livros do catedrático da Sociologia I (cf. RODRIGUES, 2011, p. 466). Se, de um lado, Rodrigues se debruça sobre as relações de Schwarz com os trabalhos de Franco e Cardoso de modo a pensar os princípios de composição do tipo de leitura do Brasil efetuada pelo crítico, nosso objetivo passa por uma discussão mais específica a respeito da controvérsia em torno da categoria “patrimonialismo”. Como procuraremos demonstrar, a divergência entre Franco e Cardoso em relação ao uso da categoria weberiana “patrimonialismo” pode ter cumprido um importante papel para a detecção do princípio formal da “volubilidade”, analisado por Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (1990). Já a aproximação efetuada entre Schwarz e Fernandes passará pela relação que destacaremos entre a “volubilidade” (e sua consequente “desfaçatez de classe”), enquanto modo de orientação da conduta das elites senhoriais brasileiras oitocentistas, e a categoria “dilema social”, desenvolvida pelo último também em notação weberiana. Ou seja, se de um lado, Schwarz extrai consequências cognitivas das críticas de Franco ao uso por ela considerado a-histórico da categoria “patrimonialismo” por parte de Cardoso para a análise da “volubilidade” senhorial, por outro, tal noção guarda um inesperado ar de família com a categoria “dilema”, construída anos antes por Fernandes.

Essa localização da reflexão de Schwarz diante dos trabalhos da Cadeira de Sociologia I também se afigura instigante ao olharmos de perto a sua relação com Florestan Fernandes. Se, por um lado, no âmbito da Cadeira de Sociologia I, Cardoso

e Franco são referências intelectuais assumidas pelo crítico literário (SCHWARZ, 2008b), por outro lado, em relação a Fernandes, Schwarz sempre procurou tomar certa distância. Ao ser indagado em entrevista se havia sido aluno de Florestan, afirma: “Não fui. Mas vou confessar um pecado. Eu implicava com a linguagem dele” (SCHWARZ, 2009, p. 229). Além disso, ao procurar Antonio Candido para conversar a respeito de sua insatisfação com a escolha pelo curso de graduação em ciências sociais, não deixaria de ressaltar o seu abatimento com o caráter empírico da investigação sociológica: “os levantamentos e as tabulações não eram comigo” (SCHWARZ, 2012b, p. 284). Entretanto, esse afastamento não seria exclusividade sua, posto que os integrantes do “Seminário d’*O capital*”, do qual Schwarz fez parte, não convidaram Fernandes para participar, o que não anularia, ainda que na sua ausência, a onipresença flagrante do mestre (RODRIGUES, 2011). Contudo, apesar da distância sustentada por Schwarz, o argumento mais geral da Cadeira de Sociologia I da USP e do “Seminário d’*O capital*” marca decisivamente os seus trabalhos, ao incorporar, nos termos de Elide Rugai Bastos (2002), a recusa de Fernandes e seus discípulos no que diz respeito a uma visão dualista⁴.

Este trabalho se beneficia enormemente da fortuna crítica mais recente de Roberto Schwarz, que vem procurando aprofundar, de modo renovado, a reflexão sobre a sua obra e perspectiva. Seja indicando, por exemplo, as suas silenciosas divergências com Antonio Candido a respeito da sociedade brasileira (cf. MELO, 2014), seja chamando a atenção para as suas relações com a teoria crítica de Frankfurt, em particular com Theodor Adorno – referencial decisivo para a construção de sua interpretação do Brasil –, bem como sua inserção nas discussões travadas no âmbito do “Seminário sobre *O capital*”, na USP (cf. QUERIDO, 2019). Podemos apontar ainda o ensejo em qualificar o sentido assumido pela modernização na interpretação do país construída por Schwarz, discussão que vem ganhando corpo (cf. BUENO, 2008; QUERIDO, 2013; CEVASCO, 2014), bem como a sistematização dos debates em torno de sua obra realizada por sua fortuna crítica (cf. CEVASCO; OHATA, 2007; MOURA, 2011; RICUPERO, 2013).

Nossa contribuição específica para esse debate pretende sugerir que, ao se debruçar sobre a volubilidade de um cavalheiro da sociedade de corte fluminense – volubilidade essa que não pode ser entendida como uma idiosincrasia da personagem narradora do romance, posto que nela se encontraria implicada uma “problemática nacional” (SCHWARZ, 2000b, p. 47) –, Schwarz igualmente estava se posicionando em relação às diferentes formulações sobre a sociedade brasileira presentes na Cadeira de Sociologia I. Para isso, localizaremos o argumento de *Um*

4 É claro que o destaque que estamos aqui conferindo aos trabalhos da Cadeira de Sociologia I não implica dizer que Schwarz foi indiferente ao contexto mais amplo das ciências sociais brasileiras. Basta lembrar, por exemplo, que, desde outra matriz de aclimatação das teses de Weber sobre o “patrimonialismo” para o Brasil, Raymundo Faoro realizava simultaneamente a Schwarz uma penetrante análise sobre a obra machadiana, que seria capaz de iluminar como poucas o mundo social do Segundo Reinado, em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (1974). O aprofundamento da ressonância de certas teses de Weber nos textos de Schwarz torna necessário o cotejamento com a obra de Faoro. Para uma análise comparativa entre Schwarz e Faoro – partindo, porém, de outras questões – cf. Waizbort, 2007.

mestre na periferia do capitalismo em relação às pesquisas de Fernandes, Cardoso e Franco, especialmente no que se refere, respectivamente, aos livros *A integração do negro na sociedade de classes* (FERNANDES, 1965), *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (CARDOSO, 1997) e *Homens livres na ordem escravocrata* (FRANCO, 1997). Nosso texto está dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira, reconstituiremos sinteticamente os argumentos de Schwarz sobre a “volubilidade narrativa” de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Na segunda, mostraremos como a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco ao uso do conceito de “patrimonialismo” por Fernando Henrique Cardoso parece ter jogado papel crucial para a construção da categoria “volubilidade”, com consequências decisivas para a interpretação da sociedade brasileira contida no exercício crítico de Schwarz. Por fim, ainda que brevemente, acentuaremos o contraste entre as formulações de Schwarz e de Fernandes sobre as camadas burguesas no Brasil e suas relações com os valores civilizatórios modernos, uma vez que, cada um a seu modo – em diferentes níveis e registros – refletiu sobre a típica “desfaçatez de classe” que informa historicamente as condutas desses atores sociais no país.

DESCONTINUIDADE E VOLUBILIDADE: MOTO-PERPÉTUO

Tomando como ponto de partida a análise de Roberto Schwarz sobre os primeiros romances de Machado de Assis, em *Ao vencedor as batatas*, podemos perceber como o intérprete parece identificar certo processo de acumulação estética em curso, que flagra o modo pelo qual a perspectiva crítica do escritor, paulatinamente, ganharia em densidade. Schwarz salienta que, malgrado os primeiros romances de Machado de Assis cortarem as conexões do Brasil patriarcal e escravocrata com o mundo, uma vez que o ideário liberal-burguês é colocado em segundo plano, a filiação conservadora e antiliberal do escritor, plasmada nesses romances, teria permitido que a matéria social local emergisse ao primeiro plano da composição. Ou seja, na leitura proposta por Schwarz, a literatura brasileira teria se beneficiado, em grande medida, do caráter antiliberal dos primeiros romances machadianos, principalmente no que se refere à construção de uma representação literária mais verossímil da sociedade brasileira do século XIX.

Ao identificar a família como o eixo de organização desses romances, Schwarz focaliza os ganhos substantivos permitidos pelo procedimento de codificação de uma dimensão fundante da experiência social brasileira, referente à dinâmica da prestação e contraprestação de favores. Retomando o fio da análise de Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, o crítico assinala, em “As ideias fora do lugar”, capítulo de abertura do livro *Ao vencedor as batatas*⁵, que a sociedade brasileira oitocentista poderia ser dividida entre três grupos sociais distintos: o dos *proprietários rurais* e o dos *escravos*, cujos vínculos socioeconômicos ligados à produção orientada para o abastecimento do

5 O artigo “As ideias fora do lugar” aparece pela primeira vez na revista *Estudos* do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), em 1973.

mercado externo tornaria os *homens livres pobres* economicamente inorgânicos. A sobrevivência desse grupo social destituído de propriedades e excluído da relação produtiva fundamental estaria cronicamente dependente do favor dos grandes proprietários rurais, algo que seria trazido à tona por Machado de Assis, em pleno *milieu* urbano, em seus primeiros romances⁶.

E não seria exagero inferir que o diagnóstico do crítico sobre os primeiros romances machadianos acabaria por aproximar o tipo de narrativa ficcional do escritor do Rio de Janeiro às formulações de Gilberto Freyre, pois a tese do patriarcalismo enfatiza justamente o papel assumido pela família patriarcal brasileira na estruturação da sociedade, o que afastaria o risco de uma resolução disruptiva para os conflitos sociais (BASTOS, 2006)⁷. Vale a pena lembrar que, nas palavras de Schwarz, os primeiros romances de Machado de Assis não apresentariam qualquer “brisa de revolta social”, tornando “sensível a estreiteza do conflito central, em que rearranjos na esfera doméstica fazem figura de solução de conflitos sociais” (SCHWARZ, 2000a, p. 85-86).

Aqui, não custa abrir parêntesis, pois, como ressalta Rodrigo Ramassote (2006), em 1951, Antonio Candido publica, no livro *Brazil: portrait of a half a continent*, organizado por Lynn Smith e Alexander Marchant, artigo intitulado “The Brazilian family”. Nele, a análise da família patriarcal brasileira constituiu uma das preocupações de Candido que, inclusive, estabeleceu diálogo direto com as formulações propostas por Freyre (cf. RAMASSOTE, 2006, p. 139). Não podemos esquecer, nesse sentido, que Schwarz cursou, em 1958, quando se encontrava no terceiro ano da graduação em ciências sociais na USP, a disciplina “Organização Social Brasileira”, ministrada por Candido (RAMASSOTE, 2006, p. 46). Ou seja, tanto o artigo de Candido quanto o fato de que Schwarz tenha cursado a disciplina lecionada por seu mestre nos permitem sugerir que a relação entre o diagnóstico do discípulo a respeito da família nos primeiros romances de Machado não se encontra talvez muito distante de uma interlocução com a tese do patriarcalismo.

A perspectiva conservadora e antiliberal de Machado de Assis teria sido a razão

6 Na interpretação de Roberto Schwarz, o favor seria “o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade [o crítico se refere aqui aos homens livres pobres], envolvendo também outra, a dos que têm [este seria o grupo social dos grandes proprietários]” (SCHWARZ, 2000a, p. 16). Radicalizando o ponto, Schwarz enfatiza que o favor seria “a nossa mediação quase universal” (SCHWARZ, 2000a, p. 16), atuando como o elemento que contribuiria decisivamente para reorientar e ressignificar o sentido das ideias, princípios, condutas e instituições liberais no Brasil, o que geraria inclusive impasses estético-formais, os quais seriam representativos no romance *Senhora*, de José de Alencar, por ele analisado em *Ao vencedor as batatas*. Na dissertação de mestrado de Karim Helayel (2015), a interpretação do Brasil de Roberto Schwarz é reconstituída, sendo concedida ênfase à sua discussão sobre as relações de favor e tendo como ponto de chegada a sua localização diante das interpretações das sociólogas Maria Sylvia de Carvalho Franco e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

7 Não podemos deixar de assinalar, obviamente, a noção de “antagonismos em equilíbrio”, presente na obra de Gilberto Freyre, tão densamente estudada por sua fortuna crítica (cf. ARAÚJO, 2005; BASTOS, 2006) e que guarda proximidade com a dinâmica familiar identificada por Roberto Schwarz nos primeiros romances de Machado de Assis.

para o profundo mergulho no complexo jogo da cooptação e das relações de favor, imersão essa que seria adensada em dois dos grandes romances de sua segunda fase, *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro* (1899). Ao constituir a “origem do impulso analítico” (SCHWARZ, 2000a, p. 92) de seus primeiros romances, Schwarz enseja evidenciar que a família seria internalizada e codificada no plano da forma literária, o que permitiria uma entrada verossímil no modo pelo qual a conduta dos atores sociais é permanentemente interpelada pela lógica das relações sociais brasileiras. Para o crítico, o que vincularia os primeiros romances de Machado de Assis entre si seria “a afirmação enfática da conformidade social, moral e familiar, que orienta a reflexão sobre os destinos individuais” (SCHWARZ, 2000a, p.88). Ainda que não disponhamos de tempo para uma análise detalhada de sua interpretação sobre os primeiros romances de Machado de Assis, gostaríamos de destacar que eles são entendidos pelo crítico como o ponto de partida do processo de complexificação do olhar do escritor, desembocando em seus romances maduros, como é o caso de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, analisado em *Um mestre na periferia do capitalismo*.

Passando a *Memórias póstumas de Brás Cubas* – romance no qual o escritor assume um ponto de vista plenamente desencantado por meio da adoção da perspectiva senhorial⁸ –, Schwarz identifica uma oscilação discursiva por parte do narrador, a qual seria representativa do andamento particular da sociedade brasileira. O narrador comporia um discurso no qual a alternância constante de perspectivas constituiria o nervo estético, com modulações que codificariam os caprichos insaciáveis de um membro pertencente às elites senhoriais brasileiras. Mobilizando os termos propostos por Antonio Candido, Schwarz assinala que as *Memórias* operariam a “redução estrutural”⁹ do modo de orientação da conduta próprio às elites senhoriais brasileiras, que se encontrariam entre dois receiptuários contrastantes: o legado pelas instituições liberais burguesas, calcadas nos princípios da autonomia individual, da igualdade, do universalismo e do trabalho livre; e aquele proveniente da sociedade escravocrata brasileira, diante do qual tais princípios forjados na aurora da sociedade burguesa saíam desautorizados.

Brás Cubas oscilaria constantemente, enquanto tipo social representativo das camadas dominantes, numa espécie de movimento pendular entre esses dois polos distintos de orientação das condutas, optando por um ou outro, a seu bel-prazer.

8 Ao concluir o seu *Ao vencedor as batatas*, Roberto Schwarz observa que Machado de Assis, tendo completado a sua ascensão social, acabaria por alterar concomitantemente a sua perspectiva, uma vez que o ponto de vista adotado em seus romances de maturidade – cuja crítica seria revestida por uma fina e ácida ironia – divergiria daquele assumido em *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). Nesses romances, o escritor teria assumido a perspectiva daqueles sujeitos que se encontravam inscritos em uma situação de dependência pessoal em relação aos grandes proprietários, vivendo de seu favor. Tais romances exprimiriam a crença e o otimismo na possibilidade de reconhecimento social dos dependentes talentosos por parte dos senhores, que seriam aureolados por um “paternalismo esclarecido que aproveita os dons naturais e a iniciativa do beneficiado, em lugar de sacrificá-los” (SCHWARZ, 2000a, p. 99).

9 O método de “redução estrutural” é qualificado por Antonio Candido (2010, p. 9) como “o processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, permitindo que esta seja estudada em si mesma, como algo autônomo”.

Assim, a volubilidade que informaria o caráter do narrador das *Memórias* não seria uma especificidade sua, mas particularidade dos grupos dominantes e privilegiados da sociedade brasileira como um todo. Acompanhando passo a passo, portanto, o caráter ambíguo do narrador, o crítico identifica na sua volubilidade o princípio formal do romance, ou seja, a codificação do modo de proceder das elites senhoriais brasileiras. A volubilidade não seria entendida, desse modo, apenas como recurso literário, uma vez que a oscilação do narrador o denunciaria como “parte *facciosa* da história” (SCHWARZ, 2000b, p. 172). Portanto, ao ter em vista a feição volúvel do narrador, Schwarz afirma tratar-se “da universalização dos esquemas de conduta da classe dominante brasileira, ou seja, da construção de seus efeitos – calamitosos – sobre as grandes linhas da civilização contemporânea, para além do contexto empírico imediato” (SCHWARZ, 2000b, p. 174).

AS RAÍZES DA VOLUBILIDADE

Não podemos deixar de notar que o diagnóstico mais sistemático da volubilidade começa a ser formulado pelo crítico em *Ao vencedor as batatas*, uma vez que a descontinuidade na conduta senhorial já seria identificada como um princípio constitutivo na narrativa ficcional dos primeiros romances de Machado de Assis. Vale a pena recuperar *Ao vencedor as batatas* para mostrar como a problemática da volubilidade é formulada por Roberto Schwarz, que, ao conferir ênfase ao caráter volúvel das elites senhoriais brasileiras, acaba por se aproximar da visão de Maria Sylvia de Carvalho Franco, que não entendia a sociedade brasileira como patrimonial.

Um bom exemplo da descontinuidade das elites senhoriais na análise procedida em *Ao vencedor as batatas* é o jogo de compensações promovido pela matriarca Valéria, personagem do romance *Iaiá Garcia* (1878), jogo esse que levaria em consideração a boa vontade de seus dependentes em relação a ela. Ainda que Schwarz saliente que o arbítrio das elites senhoriais seja informado por um moto descontínuo, não deixa de assinalar que os dependentes seriam percebidos pelas camadas dominantes como merecedores de compensações materiais ou simbólicas, o que levaria a dimensão das descontinuidades para o segundo plano. Conforme lembra o crítico, ao propor “a Estela, um homem por outro homem; a Luís Garcia, uma esposa por um constrangimento; a Jorge, a glória militar por Estela” (SCHWARZ, 2000a, p. 193), o que se encontraria em jogo seria a imposição dos ensejos de Valéria, cuja mediação seria papel das compensações concedidas a seus dependentes. Apesar de frustrar os desejos de seus dependentes, Schwarz ressalta que a matriarca não descuraria do momento da reparação, a partir do qual preservaria o bom ânimo de seu séquito. Assim, a questão que segue é fundamental para o entendimento da prestação e contraprestação de favores em *Iaiá Garcia*: “se a satisfação do dependente é negligenciável quando não vai com a outra, ela é também indispensável, pois o que vale um protetor cujos dependentes vivam insatisfeitos?” (SCHWARZ, 2000a, p. 194).

Malgrado identificar a preocupação senhorial em manter a boa vontade de seus dependentes, Schwarz constata que sua satisfação somente seria permitida desde que houvesse a anuência das elites, debate esse que assume tonalidade distinta através

do diagnóstico da volubilidade de Brás Cubas. Em *Iaiá Garcia*, “a descontinuidade não é privilégio dos dependentes. Embora diversamente, ela se encontra também do lado dos senhores – ela é da definição do arbitrário” (SCHWARZ, 2000a, p. 196). A descontinuidade operária, na interpretação proposta pelo crítico, como elemento-chave em *Iaiá Garcia*, permitindo entrever as inconstâncias da parte dominante, algo que seria plenamente assumido e exponenciado na construção do narrador machadiano da segunda fase.

Ao tratar da descontinuidade como fundamento do caráter arbitrário das elites senhoriais brasileiras oitocentistas, podemos identificar aqui a ressonância da crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco a Fernando Henrique Cardoso em relação à mobilização por ela considerada impropriedade da categoria “patrimonialismo”. Como assinalamos anteriormente, tanto Franco quanto Cardoso são duas referências intelectuais consideradas cruciais por Schwarz, conforme ele mesmo afirma em entrevista concedida a André Botelho e Lilia Schwarcz (2008). Nas palavras do crítico literário:

Havia, de um lado, Fernando Henrique Cardoso, com *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, que procurava mostrar que a escravidão – o desvio – não era o contrário do capitalismo – a norma internacional –, ao qual até certo momento ela foi útil. Portanto, a oposição entre capitalismo e escravidão não era o que parecia. Atrás da fachada liberal havia um mundo mental quase clandestino, sobretudo do ângulo europeu oficial. Ruminei bastante a tese de Fernando Henrique, mas faltava algo para chegar em Machado. Aí apareceu o livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco. (SCHWARZ, 2008b, p. 149).

Entretanto, a contrapelo do destaque conferido por Schwarz à complementariedade entre os trabalhos de Franco e Cardoso, gostaríamos de sublinhar aqui as suas divergências, principalmente no que diz respeito à utilização da categoria “patrimonialismo”. Talvez não seja descabido avançar o argumento de que é através da controvérsia explicitada pela crítica de Franco (1997), em *Homens livres na ordem escravocrata*, ao modo pelo qual Cardoso (1997) mobiliza, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, a categoria “patrimonialismo”, que podemos identificar as raízes da interpretação de Schwarz acerca da volubilidade das elites senhoriais brasileiras. Em outras palavras, a crítica de Franco a Cardoso, a qual marca uma flagrante descontinuidade entre as suas interpretações do Brasil, parece ser mais fecunda do que as suas possíveis convergências para pensarmos o diagnóstico da volubilidade.

Recapitulando, Cardoso qualifica, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, o tipo de dominação que teria se desenvolvido no Rio Grande do Sul como patrimonial. Devido aos imperativos decorrentes do processo de ocupação, povoamento e defesa territorial em uma região convulsionada por intensos conflitos, no Rio Grande do Sul teria se desenvolvido uma “estrutura patrimonialista”, haja vista que a subordinação pessoal ao “senhor” constituiria o pressuposto decisivo para a concessão de prebendas. Sua análise ressalta que a sociedade gaúcha teria se configurado como uma “estrutura patrimonialista”,

perpassada pelas especificidades do processo de formação da região, cujas marcas seriam o “arbítrio” e a “violência”, permitindo-lhe a inferência de que o “sistema patrimonialista de poder” teria sofrido uma “distorção no sentido de um tipo de poder sultanístico, embora jamais a estrutura global de dominação se tivesse configurado conforme esse poder tradicional” (CARDOSO, 1997, p. 111). Segundo Cardoso, apesar de constituir uma falácia caracterizar a sociedade rio-grandense por meio da noção de “sultanato” – levando em conta que “as normas formais imperantes e mesmo os limites impostos pela hierarquia de poder formalmente estabelecida não permitiriam tal caracterização” (CARDOSO, p. 103) –, no período em que se desenhou a configuração da “sociedade patrimonialista”, a passagem do domínio absoluto e praticamente irrestrito do chefe local para aquele que se faria em “nome da lei e de ‘El-rei, nosso Senhor’ ter-se-ia desenvolvido por meio do “arbítrio pessoal” e da “insolência” dos detentores dos “cargos de mando”. As posições burocráticas apropriadas estamentalmente pelos mandatários locais tornaram possível o uso do poder estatal para o incremento de seu prestígio pessoal e para o robustecimento de seu poderio econômico. Assim, Cardoso pondera que o sentido da “ordem patrimonial-estatal” teria sido subvertido, assentando as bases que permitiriam o desenvolvimento, no Rio Grande do Sul, de uma sociedade escravocrata e latifundiária, cuja conformação se aproximaria mais do “patrimonialismo patriarcal”.

Divergindo frontalmente do diagnóstico patrimonialista de Cardoso, em *Homens livres na ordem escravocrata*, Franco (1997) nega procedência à mobilização da categoria “tradicional” para a análise da sociedade brasileira, o que inviabilizaria a utilização do conceito de “patrimonialismo” tal como efetuado por seu colega¹⁰. A socióloga paulista afirma que a interdependência existente entre os grandes proprietários rurais e seus dependentes teria logrado vigência apenas no âmbito da política, o que tornaria improcedente a qualificação da sociedade brasileira como patrimonial. Os dependentes constituiriam uma ampla parcela de seu eleitorado, o que teria gerado obrigações, por parte dos proprietários, no intuito de garantir a subserviência daqueles homens livres pobres que compunham o seu séquito. Assim, na interpretação de Franco não teria se sucedido entre os homens livres do Brasil oitocentista uma relação com base em pressupostos que tornariam possível a sua designação como patrimonial, uma vez que os limites impostos pela “tradição”, que poderiam demarcar a esfera de atuação do arbítrio senhorial, seriam extremamente fluidos. Em decorrência dos imperativos econômicos de expansão de seus negócios, em momento algum os latifundiários teriam vacilado em expulsar os seus sitiantes e agregados de suas terras, rompendo a trama da prestação e contraprestação de favores, à qual o seu poder se encontrava atrelado. Nos termos de Franco:

10 A controvérsia entre Maria Sylvia de Carvalho Franco e Fernando Henrique Cardoso foi discutida em detalhe por trabalhos que se debruçaram sobre a obra da socióloga paulista, os quais desempenharam importante papel para que a reconstituíssemos. Para mais detalhes a respeito da crítica de Franco a Cardoso, cf.: Hoelz, 2010; Botelho, 2013; Cazes, 2013. A respeito dos desdobramentos posteriores da crítica de Franco a Cardoso, tendo em vista o modo particular pelo qual este se posicionou, cf. Helayel, 2018.

Nos estritos quadros da vida econômica nada restringia sua arbitrariedade: explorou o trabalho escravo, e a eventual privação de outras fontes de mão de obra em nada afetava seus interesses centrais. Daí resulta que entre homens livres não chegou a se constituir uma relação patrimonial típica. Nesta, o amplo e exclusivo aproveitamento da força de trabalho do dependente, que é insubstituível, torna inelutável preservar sua disposição e capacidade de bem servir, o que gera uma certa sujeição para o senhor, definindo obrigações de sua parte. No Brasil, é apenas ao se penetrar na vida política que se observa uma reciprocidade desse tipo: nela, os serviços do “cliente” eram vitais para os grupos dominantes e se conjugaram aos deveres que estes assumiram e cumpriram. Nesse caso, em que estavam em jogo objetivos básicos como apoio político *versus* auxílio econômico, consolidava-se a interdependência. (FRANCO, 1997, p. 90-91).

A socióloga ressalta, nesse sentido, que os proprietários rurais teriam sido interpelados por duas lógicas contrastantes de coordenação das relações sociais: pela do mercado – cujos interesses seriam orientados por uma perspectiva ordenada com base em princípios racionais e impessoais – e pela da dominação pessoal – à qual se encontrariam vinculadas as práticas decorrentes das relações de favor. Dessa maneira, o fio que ataria os senhores rurais aos seus dependentes seria rompido a despeito dos últimos. Tendo em vista a tensão constitutiva entre “associações morais” e “constelações de interesses”, Franco assinala que as práticas capitalistas abalariam as frágeis instituições assentadas sobre as “associações morais”. As promessas realizadas com base nas relações pessoais estabelecidas entre fazendeiros e dependentes seriam frustradas pelos primeiros, que estariam presos à lógica racionalizada do mercado, avessa à manutenção de preceitos “tradicionais”. Ou seja, não obstante o sistema autoritário de dominação entre homens livres ter sido erigido com base em “associações morais”, os grupos dominantes teriam norteado a sua conduta, sobretudo, através de “constelações de interesses”, rompendo, sempre que julgassem necessário, os compromissos contraídos com seus dependentes. Desse modo, para a autora, o alicerçamento de laços tradicionais nas relações entre homens livres no Brasil oitocentista seria inviabilizado, já que a sua dinâmica teria sido marcada por seu caráter extremamente contingente, caráter esse proveniente do sentido capitalista que orientaria a produção, tolhendo a existência efetiva de uma ordem patrimonialista.

Levando em consideração a tensão entre “associações morais” e “constelações de interesses”, que cumpre papel decisivo na formulação da crítica de Franco a Cardoso, podemos dizer que nela parece residir a chave para entendermos a ênfase de Schwarz na descontinuidade que informaria a narrativa ficcional de *Iaiá Garcia* e que seria aprofundada com a interpretação sobre a volubilidade das elites senhoriais. No entanto, na análise do livro *Iaiá Garcia*, apesar de ressaltar o arbítrio de Valéria, o crítico enfatiza o caráter interdependente entre a matriarca e seus agregados/ dependentes, dimensão que teria o seu sentido subvertido em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, no qual o poder discricionário e os caprichos de um membro pertencente à elite senhorial brasileira anulariam qualquer preocupação em preservar a boa disposição de seus asseclas.

Visto por esse ângulo, podemos dizer que o crítico literário se aproxima da crítica

de Franco em relação à perspectiva de Cardoso para a construção do diagnóstico da “volubilidade”. A crítica de Franco ao modo pelo qual Cardoso faz uso do conceito de “patrimonialismo” parece operar de modo decisivo na proposta interpretativa de Schwarz a respeito da volubilidade das elites senhoriais brasileiras. Sistematizando o ponto: se, em *Ao vencedor as batatas*, Schwarz parece se aproximar do diagnóstico patrimonialista, no sentido atribuído por Max Weber^{II} à categoria – a despeito de não o citar diretamente –, por outro lado, em *Um mestre na periferia do capitalismo*, a interdependência pressuposta pelo conceito sairia desautorizada pela volubilidade e desfaçatez de Brás Cubas. Assim, ao identificar a volubilidade como princípio formal das *Memórias*, Schwarz parece concordar com a crítica de Franco a respeito da inviabilidade do diagnóstico patrimonialista para a qualificação da sociedade brasileira do século XIX.

Como sugere o crítico, dado o acento expansionista sem fronteiras dos caprichos do narrador das *Memórias*, a volubilidade traria à tona, apesar de constantemente infringir a norma burguesa, certa “inquietação fáustica” aclimatada ao contexto brasileiro. Seguindo o argumento de Schwarz, tal redefinição da “inquietação fáustica” pela matéria local, acabaria por exonerar “a classe dominante da obrigação para com os dominados, dando-lhe latitude total à irresponsabilidade” (SCHWARZ, 2000b, p. 64). Ou seja, se nos primeiros romances de Machado de Assis vigoraria a preocupação dos proprietários com a promoção dos dependentes sobretudo os mais talentosos – romances nos quais “lealdade e compromisso” deveriam preponderar sobre a “definição burguesa do interesse, à qual no entanto os proprietários não podiam também deixar de estar submetidos” (SCHWARZ, 2000b, p. 232) –, nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, a volubilidade do narrador anularia quaisquer compromissos porventura adquiridos para com os mais pobres. Se lembrarmos aqui da leitura proposta por Milton Ohata (2007) do trabalho de Antonio Candido, intitulado *Um funcionário da monarquia*, verificaremos que a “ascensão à brasileira” de Antonio Nicolau Tolentino teria dependido, em boa parte, dos favores de seus padrinhos na burocracia, guardando, nesse sentido, afinidades com as perspectivas de Helena e Iaiá Garcia nos primeiros romances de Machado de Assis, personagens esperançosas em relação às remotas possibilidades de civilizar as práticas das relações de favor. Mas, como lembra o autor, em sua empreitada, Tolentino não deixaria de ter que lidar com a crueza do “caráter antissocial da classe dominante brasileira”, sendo, em dado momento, derrotado pelo patronato (cf. OHATA, 2007, p. 292-293).

Se colhemos alguns exemplos utilizados por Roberto Schwarz (2000b) em seu *Um mestre na periferia do capitalismo*, mobilizados para pensar o desvalimento e o

II De acordo com Max Weber, a manutenção da boa vontade dos súditos, por parte do governante patrimonial, aparece decisivamente na formulação da categoria “patrimonialismo”. Weber destaca a “exigência de reciprocidade”, por parte dos submetidos, uma vez que o senhor dependeria, em grande medida, no caso do aproveitamento descentralizado dos membros pertencentes à comunidade doméstica, de sua “boa vontade no cumprimento dos deveres e sempre da conservação de sua capacidade de prestar-lhe serviços. Também o senhor ‘deve’, portanto, alguma coisa ao submetido, não juridicamente, mas de acordo com o costume” (WEBER, 1999, t. 2, p. 237). Para uma análise sobre o modo pelo qual Maria Sylvania de Carvalho Franco se vale da categoria weberiana “patrimonialismo” em seus trabalhos para formular sua crítica a Cardoso, cf. Cazes, 2013.

trágico destino dos dependentes, poderemos lembrar de Eugênia, que, além da opção de poder conseguir um bom casamento, posto que educada na proximidade com o mundo senhorial, “pode também terminar, como termina, pedindo esmola num cortiço” (SCHWARZ, 2000b, p. 87). Há também o caso de Dona Plácida, cuja vida de “trabalho humilde e honrado” não colheria nenhum reconhecimento. Dona Plácida seria representativa da condição do pobre na sociedade brasileira, ao internalizar tanto o desvalimento quanto a sua falta de garantias, uma vez que “a vida honesta e independente não está ao alcance do pobre, que aos olhos dos abastados é presunçoso quando a procura, e desprezível quando desiste, uma fórmula, aliás, do abjeto humor de classe praticado por Brás e exposto por Machado de Assis” (SCHWARZ, 2000b, p. 107). Portanto, levando em conta a volubilidade das elites senhoriais brasileiras, os proprietários se desobrigariam em relação ao destino dos pobres, imprimindo-lhes um futuro em que a “*falta de garantia*” (SCHWARZ, 2000b, p.105) configuraria a tônica.

Para efetuar a denúncia do poder discricionário dos grandes proprietários, Machado de Assis teria operado uma mudança significativa de registro, investindo-se do figurino e do discurso dominantes ao adotar um narrador em primeira pessoa. Seria por meio dele, afirma Schwarz, que seriam desvelados os requisitos e o *modus operandi* da “volubilidade” e da “desfaçatez” das elites senhoriais¹². Ao proceder a uma “leitura a contrapelo”¹³, o crítico procura desvelar o avesso do discurso hegemônico de Brás Cubas, movimento que lhe permitiria acessar a dinâmica das relações sociais do Brasil oitocentista, que não se confinariam ao século XIX, ainda reverberando na contemporaneidade. Ao ler a contrapelo a fina e oblíqua narrativa confeccionada por Brás Cubas, o crítico identifica que as elites senhoriais se valeriam tanto do que havia de mais moderno no receituário liberal-burguês, quanto de práticas ligadas ao paternalismo e à escravidão no Brasil. Como bem assinala Paulo Arantes (1992, p. 61), “Roberto verá nas manhas narrativas do romancista uma Forma [...] a um tempo

12 Se lembrarmos de sua interpretação a respeito de *Dom Casmurro*, veremos que Roberto Schwarz sublinha a importância de uma leitura a contrapelo do discurso do narrador, tendo em vista que Machado de Assis teria construído “*situações narrativas*” ou “*narradores postos em situação*”, cujo caráter parcial e interessado constituiria o eixo da forma literária do livro, o “narrador unilateral” (SCHWARZ, 1997). Ou seja, “Machado tomara o partido malicioso de fingir, na sincera primeira pessoa do singular, um figurão marcadamente retrógrado” (SCHWARZ, 1997, p. 95). Contudo, faz-se necessário pontuar que o adjetivo “sincera” aparece em chave irônica, pois a marca dos “*narradores postos em situação*”, forçados por Machado de Assis, seria, nos termos do crítico, a sua “desfaçatez de classe” (SCHWARZ, 2000b). Ou seja: “Camuflada pela primeira pessoa do singular, que a ninguém ocorreria usar em prejuízo próprio e com propósito infamante, a imitação ferina dos comportamentos da elite criava um quadro de alta mistificação: cabe ao leitor descobrir que não está diante de um exemplo de autoexame e requintada franqueza, mas de uma denúncia devastadora” (SCHWARZ, 2000b, p. 190).

13 Para qualificarmos, brevemente, o procedimento de “leitura a contrapelo”, podemos lembrar que, em “Sobre o conceito de História” (1940), Walter Benjamin (1994, p. 225) sublinha que o imperativo analítico de “escovar a história a contrapelo” seria tarefa do crítico materialista histórico. Tal imperativo enfatiza a necessidade de encaminhar o olhar na contramão da narrativa hegemônica disseminada pelos vencedores, a fim de problematizar e contrabater a versão oficial e dominante contada sobre os desdobramentos do processo histórico. Para uma análise pormenorizada sobre as teses de Benjamin, cf. Löwy, 2005.

princípio de construção do livro e estilização de dinamismos sociais”. A asserção de Arantes permite captar como a volubilidade seria transposta estilisticamente para o plano formal, cuja narrativa seria atravessada pela dinâmica da vida social. Assim, o filósofo sintetiza a questão, explicitando que, a partir do momento no qual os potentados da sociedade brasileira oitocentista considerassem o alinhamento com o léxico da “igualdade civil”, passariam ao campo da “modernidade europeia” aclimatada ao país. Por outro lado, caso fosse de sua vontade e necessidade o estreitamento dos vínculos com os “laços morais do favor”, as prerrogativas do “país colonial” tomariam a dianteira.

Roberto Schwarz ressalta, nessa direção, que a conexão do país ao sistema capitalista e aos princípios do liberalismo não alteraria “os modos *atrasados* de produzir”, pelo contrário, colaboraria para a sua reprodução e promoção, “fundando neles uma evolução com pressupostos *modernos*, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado” (SCHWARZ, 2000b, p. 37). O procedimento volúvel mobilizado pelo narrador das *Memórias* seria convertido em técnica narrativa também volúvel, mostrando como a forma literária teria mimetizado a dinâmica e a experiência social brasileiras, por meio de sua reordenação e codificação (WAIZBORT, 2009).

Podemos dizer que a análise de Roberto Schwarz destaca uma persistente dialética sem síntese entre a norma burguesa e seu constante desrespeito, interesse discricionário e ideologia igualitária, sintetizada pelo crítico na prosa volúvel e caprichosa de Brás Cubas. O discurso confeccionado pelo narrador estaria associado à dinâmica conservadora da modernização, que se processaria repondo elementos do Brasil patriarcal e escravocrata. O processo de modernização se valeria, desse modo, do “atraso” presente em nossas relações sociais para se reproduzir, uma vez que o “arcaísmo” não seria de forma alguma excluído; pelo contrário, sua potência regressiva seria intensificada pelas formas modernas de vida.

A acomodação entre receituários distintos assumiria sentido dinâmico nas relações sociais locais, ressignificando o liberalismo e suas instituições, que passariam a operar no campo gravitacional de uma ordem social cujas coordenadas seriam designadas pela lógica pessoalizada das relações de favor. Contudo, não podemos deixar de assinalar que o movimento de acomodação entre princípios distintos de orientação das condutas comporta, na interpretação de Schwarz, um processo de aclimação que não dirimiria as tensões causadas pelas torções sofridas por ideários, instituições e práticas estrangeiras. Acomodações e tensões¹⁴, portanto, formalizadas também pela leitura de Schwarz (2008a) em relação aos primeiros anos

14 Divergindo da crítica de Alfredo Bosi ao autor de *Um mestre na periferia do capitalismo*, Bernardo Ricupero (2013) detecta certa oscilação na explicação de Schwarz no que se refere ao difícil processo de aclimação das ideias e instituições liberais importadas pelo Brasil do século XIX. Ricupero chama a atenção para as “acomodações” e as “contradições” na maneira pela qual os argumentos de Schwarz se encontrariam estruturados. Para Ricupero, ao se voltar para as tensões brasileiras, o crítico oscilaria na explicação, ora preconizando a componente da acomodação, ora se voltando para os aspectos relativos às contradições presentes na sociedade e história brasileiras.

da ditadura civil-militar brasileira, como podemos constatar em seu artigo “Cultura e política, 1964-1969” (1970)¹⁵.

Nele, o intérprete assinala que o tipo de integração promovida pelo imperialismo contribuiria, haja vista os seus interesses imediatos, para a modernização da economia brasileira, revivendo e amplificando parte do “arcaísmo ideológico e político” de que precisaria para a manutenção de sua estabilidade (SCHWARZ, 2008a). De resíduo e mera excrescência, “o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão mais moderna, como aliás a modernização, de libertadora e nacional[,] passa a forma de submissão” (SCHWARZ, 2008a, p. 87). Na leitura de Schwarz, o contexto imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964 já operaria a articulação entre elementos arcaicos e modernos, afigurando-se representativa, nesse sentido, a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, que teria dinamizado os setores conservadores tanto do campo quanto da cidade, mobilizados contra o “divórcio”, a “reforma agrária” e a “comunização do clero”. Na crítica aguda do intérprete, “o golpe apresentou-se como uma gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc.”, ressuscitando, desse modo, “o cortejo dos preteridos pelo capital” (SCHWARZ, 2008a, p. 83, 84). A despeito de tal constatação, observa que o ponteiro do relógio não teria andado para trás, uma vez que a ditadura civil-militar teria sido, sobretudo, moderna ao se encontrar alinhada e integrada, econômica e militarmente, aos Estados Unidos, promovendo a concentração e a racionalização da expansão do capital. O que estaria em jogo, portanto, assinala o intérprete, seria o caráter conservador e regressivo do tipo de modernização viabilizada pela ditadura civil-militar, que parece guardar íntima afinidade com a narrativa volúvel de Brás Cubas.

DESFAÇATEZ DE CLASSE: OUTRA VERSÃO?

Vimos, portanto, que as formulações de Schwarz sobre a “volubilidade narrativa” e a “desfaçatez de classe” a ela associada são altamente devedoras de um debate que transcorria entre Fernando Henrique Cardoso e Maria Sylvia de Carvalho Franco – e, de modo óbvio, mas indireto, também a Florestan Fernandes¹⁶ – sobre a categoria “patrimonialismo”. Vale lembrar, contudo, que Fernandes já tinha se debruçado sobre o mesmo problema da “desfaçatez”, decerto incontornável dada a crônica irresponsabilidade social e histórica das camadas dominantes no país, porém acionando outros termos e recursos. Na primeira metade da década de 1960, já no refluxo de seu protagonismo durante a Campanha em Defesa da Escola Pública – na qual atuou como um dos principais, se não o principal, intelectual público, com forte inscrição nos debates veiculados na imprensa (SAVIANI, 1996) –, e retomando os materiais da pesquisa sobre relações raciais em São Paulo para a defesa de sua tese de cátedra, Fernandes mobilizou de modo central a categoria “dilema”,

15 O ensaio foi publicado, originalmente, na revista *Les temps modernes*, dirigida por Jean-Paul Sartre, no início da década de 1970, momento no qual Roberto Schwarz se encontrava no exílio, em Paris (BUENO, 2008).

16 A esse respeito, cf. Botelho, 2013.

acionada para descrever os obstáculos estruturais e dinâmicos à plena efetivação de uma ordem democrática no contexto brasileiro (BRASIL JR., 2013).

Conforme a interpretação de Gabriel Cohn (1986), a noção de “dilema” remete a mais um problema clássico da sociologia weberiana, que é o das *opções* que se abrem aos agentes sociais em determinada constelação histórica. No caso de Fernandes, os “dilemas” são pensados em conjugação com os “padrões” (segundo ainda aqui a interpretação de Cohn), que tem a ver com os princípios de organização social que imprimem ritmo e sentido aos processos sociais. Os padrões básicos, no caso, são os da “ordem social competitiva” (termo de Fernandes), que, ao contrário de uma “ordem social estamental”, baseada na monopolização da renda, do prestígio social e do poder político, teria o potencial de abrir suas principais posições sociais à competição – quer dizer, os diferentes grupos, dotados de direitos e garantias sociais mínimas, teriam a possibilidade de disputar os principais recursos socialmente disponíveis. No caso brasileiro, de acordo com a pesquisa que resultará em *A integração do negro na sociedade de classes* – e que será crucial para as principais inovações teóricas de Fernandes¹⁷ –, o modo de organização da “ordem social competitiva” não conheceria plena eficácia na coordenação das relações sociais, combinando-se estruturalmente com o padrão social anterior, legado do “antigo regime” (outro termo de Fernandes). Ora, isso caracterizaria uma série de “dilemas”, pois o modo pelo qual se deu o processo de expansão e consolidação da “ordem social competitiva” no Brasil atualizaria permanentemente os “obstáculos à realização daquilo que seja próprio a essa forma de organização” (COHN, 1986, p. 141), notáveis sobretudo na “ausência de uma burguesia, do burguês como tipo social capaz de desempenhar adequadamente os papéis que o padrão de [...] uma ordem social competitiva [...] exige para sua plena efetivação” (COHN, 1986, p. 142-143).

Bem entendido, o ponto de Fernandes não é a ausência de setores propriamente burgueses no país, mas de um padrão de conduta desses setores que não enfrenta ativamente os “dilemas” postos pela sociedade brasileira, isto é, que não dinamiza “para a frente” a ordem social de modo a saturar historicamente (mais uma expressão do autor) os potenciais civilizatórios nela inscritos. Isso conduziria Fernandes a um tipo de análise em que a reconstrução do processo social se combina a uma espécie de avaliação ética, na aparência “quase moralista” (COHN, 1986, p. 145), mas que no fundo persegue os mecanismos pelos quais, nessa “conjugação entre atores e oportunidades”, a sociedade acaba por engendrar e conduzir a “posições de mando, a posições decisivas”, não o “burguês empreendedor, mas mais propriamente o oportunista” – resultando em um “processo que no final das contas vai aprofundar, mais do que resolver, os dilemas com que se defronta esse tipo de ordem social” (COHN, 1986, p. 146). Trocando em miúdos, a efetivação do padrão societário exige *uma tomada de decisão*, uma *opção coletiva* que enfrente diretamente os obstáculos; porém, o agente típico selecionado socialmente para tal (o burguês) não se mostra capaz de enfrentá-los – este é o núcleo duro da noção de “dilema” em Florestan Fernandes.

Um dos planos em que se manifesta o “dilema” nos modos de agir coletivamente dos setores burgueses no Brasil, e que tem uma nítida afinidade com os temas da

17 Para uma análise das principais inovações teóricas contidas nas pesquisas de Fernandes sobre as relações raciais no país, cf. Bastos, 2015; Cohn, 2015.

“volubilidade” e da “desfaçatez de classe” em Schwarz, é o do descompasso entre os valores manifestados e as formas efetivas da conduta social. Fernandes destaca, em texto escrito no contravapor da derrota da campanha pela escola pública pelos setores conservadores, a existência de “um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores básicos de determinada ordem social” (FERNANDES, 1976, p. 208). Esse seria o caso da adesão aos fundamentos morais da civilização burguesa por parte das camadas sociais dominantes. Tal adesão não passaria, a rigor, de uma forma apenas epidérmica e superficial daqueles valores, a qual não levaria às últimas consequências as exigências da “ordem social competitiva”. A despeito da verbalização de compromissos “progressistas”, o comportamento profundo dos agentes sociais continuaria se pautando em direção contrária à efetiva democratização da sociedade. Aqueles compromissos seriam simples “racionalizações”, ou, nos termos do autor:

O comportamento pode manter-se fiel a modelos arcaicos e tradicionalistas; a verbalização que dele faz o homem eleva-se a outro nível, como se o agente social fosse guiado por outros incentivos e motivações. Daí toda uma mitologia do progresso, da modernização tecnológica e do liberalismo, que condensa uma infinidade de manifestações simbólicas compensatórias, cuja função é sempre a mesma; dar-nos segurança no plano da afirmação coletiva de comunidade nacional. (FERNANDES, 1976, p. 209).

Um mecanismo análogo, destinado a destituir de eficácia prática as verbalizações pretensamente “democráticas” por parte dos setores burgueses, se manifestaria com grande nitidez no plano das relações raciais, especialmente no funcionamento do chamado “mito da democracia racial”. A aparência de uma sociedade aberta indistintamente a brancos e negros, como se não houvesse bloqueios sistemáticos no acesso a direitos e garantias mínimas para a população negra, caminhava a par com a presença lábil, mas não menos sistemática, de comportamentos racistas e práticas discriminatórias – eis um dos pontos de chegada da análise de *A integração do negro*. O funcionamento do “mito” revelaria, portanto, uma espécie de hipocrisia estrutural presente na sociedade brasileira, particularmente sensível na autocomplacência com que os brancos buscavam “salvar as aparências” democráticas em meio à enorme tolerância com o preconceito racial. A passagem abaixo, um pouco longa, condensa o argumento de Fernandes a este respeito em *A integração*:

Na verdade, os “brancos” aderem a uma ética mascarada, em grande parte, porque ainda estão sob o domínio do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Não há outra explicação para os fatos registrados, que revelam: 1º – sua extrema insensibilidade – diante dos dramas humanos provocados pelas práticas discriminativas; em face das contradições indisfarçáveis entre a estereotipação negativa e os conflitos de padrões ideais da cultura; e ante as inconsistências visíveis das atitudes, avaliações e comportamentos raciais, herdados do passado, e os fundamentos axiológicos, compartilhados conscientemente, da ordem social competitiva; 2º – sua extrema tenacidade – na defesa e na perpetuação, no plano etológico, do padrão tradicionalista de relação racial, pela qual incrementam, pelas formas possíveis, a alienação moral do “negro”

(o que está por trás de disposições do tipo “preto não é gente”, “é preciso pôr o preto no seu lugar”, “o negro não tem cabeça para se governar” etc. – senão a autonomia moral do “branco” e a mais completa heteronomia moral do “negro”?); 3º – sua extrema autocomplacência – patente no empenho de “salvar-se as aparências” (o que canaliza a crítica ou a fúria não contra o preconceito ou a discriminação, mas contra a sua manifestação ostensiva) – alimenta uma espécie de farisaísmo exemplar, francamente tolerante ao comércio com o “preconceito de cor”.

[Eis o] campo confinado da revolução do horizonte moral. Esta tende a se operar com intensidade crescente. Mas encontra uma barreira na ausência de entusiasmo com que os critérios da ordem social competitiva são aplicados ou impostos às relações raciais. Há os que perfilham desaprovações virulentas – e que representam o “preconceito de cor” como “nódoa imunda”, “coisa estúpida”, “comportamento indigno de gente civilizada” etc. Contudo, tais verbalizações não impedem, em situações concretas, que seus agentes tomem decisões morais ambíguas e por vezes chocantemente contraditórias. (FERNANDES, 2008a, p. 530-531).

Essa relação vacilante com os valores civilizatórios por parte dos setores burgueses no Brasil – mecanismo que contribuiu, ao lado de outros, para um processo de mudança social que reatualiza continuamente, ainda que em níveis crescentes de complexidade societal, o subdesenvolvimento da sociedade brasileira – foi depois retrabalhada por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), em particular na análise das “polarizações ideológicas e utópicas” do liberalismo entre nós. Como não teremos espaço para desenvolver essa questão aqui – que, aliás, configura um campo de comparações com as interpretações de Schwarz sobre o liberalismo no século XIX, salvo engano ainda não explorado pela literatura especializada –, queremos apenas frisar que a noção de “dilema”, e sua correlata hipocrisia estrutural (Fernandes usa o termo “farisaísmo exemplar”), remete a uma espécie de versão alternativa e anterior da “*desfaçatez de classe*” tão bem caracterizada por Schwarz em sua análise dos romances machadianos. Não se trata, é claro, de considerar essas formulações de Fernandes recursos fundamentais dos argumentos que seriam desenvolvidos anos depois por Schwarz, pois não temos evidências textuais a respeito – ao contrário do debate entre Cardoso e Franco, reconhecido pelo próprio crítico como fundamentais para suas teses¹⁸. Mas a noção de “dilema”, proposta por Fernandes, indica, de um lado, que o arco de problemas levantados pela noção de “*desfaçatez de classe*” já conhecia certo acúmulo nos trabalhos da Cadeira de Sociologia I da USP e, de outro, que essas formulações alternativas – a de Fernandes e a de Schwarz – levam a implicações distintas. Senão, vejamos.

Schwarz, é verdade que escrevendo já em outro contexto histórico, e mobilizando igualmente o “pessimismo” frankfurtiano, localiza a “*desfaçatez de classe*” e a

18 Como sugerido por Lidiane Rodrigues (2011, p. 466), a respeito das possíveis relações de Schwarz com a tese de Fernandes: “Schwarz cita, apropria-se, desenvolve as sugestões dela e é tão difícil encontrar registro seguro da influência que possivelmente tenha recebido d’A *integração do negro na sociedade de classes* quanto é fácil imaginá-lo: por meio do seminário com seus ledores e assistentes, conversas com Antonio Candido, buchichos pós-defesas, típicos, mesmo quando a prática delas começa a ser rotinizada”.

irresponsabilidade coletiva dos “de cima” como elementos fundamentais da marcha grotesca do capital na periferia do capitalismo, que daria uma margem de arbítrio e violência aos proprietários, impensáveis (talvez) em latitudes mais civilizadas, dando uma conotação ainda mais desalentadora ao processo histórico de neutralização dos impulsos de negação da ordem social. Já Fernandes, em sua reconstrução “quase moralista”, para retomarmos a provocação de Gabriel Cohn, da responsabilidade histórica dos agentes sociais, sinaliza em seus textos – e isso é particularmente notável em seus estudos sobre a questão racial – para a difícil (e talvez mesmo improvável) emergência do “Povo” (assim, em maiúscula) na cena histórica (FERNANDES, 2008b), que, no entanto, teria a função de levar a sério os valores civilizatórios e politicamente vencer o “antigo regime”. Quer dizer, a despeito da estreita margem de atuação das camadas populares – afinal, seriam os setores mais vulneráveis da sociedade aqueles que perseguiriam com maior denodo os compromissos com os valores da ordem democrática, outro ponto de chegada de *A integração do negro na sociedade de classes* –, caberia a eles a ruptura com a hipocrisia estrutural da sociedade brasileira e a promoção de alguma sorte de curto-circuito no interior do circuito fechado da dominação burguesa (FERNANDES, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos esboçar, ao longo deste artigo, as raízes do princípio formal da volubilidade, destacado pela leitura que Roberto Schwarz efetuou do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. De um lado, tentamos proceder a uma leitura a contrapelo da própria interpretação de Schwarz sobre suas referências sociológicas, mostrando como a divergência entre Franco e Cardoso talvez tenha sido mais decisiva do que as possíveis convergências entre suas interpretações do Brasil para a construção do diagnóstico da volubilidade. Buscamos sugerir ainda, a despeito da distância sempre aventada pelo crítico literário em relação a Florestan Fernandes, que a categoria “dilema” pode ser lida como uma formulação aparentada, embora com recursos e implicações bem distintos, da “desfaçatez de classe” discutida longamente na análise de Schwarz das *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Essas posições assumidas por Schwarz ganham igualmente ressonância nos modos pelos quais o crítico entende a mudança da sociedade brasileira dos Oitocentos até o presente: na chave das permanências. Aqui, mais uma vez, a interpretação do Brasil formalizada por Schwarz guarda bastante proximidade com o tipo de reflexão proposto por Franco, mais sensível aos nexos de permanência que às transformações estruturais – à diferença, portanto, de Fernandes e Cardoso, que, em diferentes registros, anotaram os obstáculos à mudança¹⁹. Se lembrarmos da entrevista concedida por Schwarz ao jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada “Agregados

19 Para o caso de Franco, André Botelho (2013, p. 362) observa: “As assertivas de Maria Sylvania de Carvalho Franco em estudos posteriores sobre a perenidade do seu diagnóstico sobre a sociedade brasileira em conjunturas históricas tão diferentes daquela do seu estudo empírico original, [...] [como] nos muitos artigos de conjuntura política sobre o Brasil contemporâneo, que vem publicando na grande imprensa, [...] [implicam uma visão em que a] realidade social parece deixar de ser um processo dinâmico e se torna um estado constante”.

antigos e modernos” (2007), podemos observar como sua reflexão tende mesmo a pensar diacronicamente os desdobramentos do processo social na chave das permanências. Para o crítico, a situação dos despossuídos de nossos dias guardaria estreita relação com o passado colonial, mais precisamente, com a situação dos agregados e dependentes da sociedade escravocrata, ao continuarem excluídos do processo produtivo e sem acesso à cidadania plena (SCHWARZ, 2012a). Como bem mostra Fabio Mascaro Querido (2013), o livro *Martinha versus Lucrécia* – no qual a entrevista “Agregados antigos e modernos” figura – seria representativo de uma crítica dialética forjada em estreita relação com o tempo presente, atenta à dinâmica contraditória dos desdobramentos do capitalismo na contemporaneidade.

Ou seja, a leitura levada a cabo por Roberto Schwarz dos romances de Machado de Assis, em particular, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, aqui enfatizado, não se esgota no Brasil oitocentista, uma vez que a volubilidade pode ser relacionada, como vimos, à dinâmica conservadora da modernização levada a cabo no país. Para falarmos novamente com Querido (2013, p. 233), o pensamento de Roberto Schwarz, ao não deixar de dialogar jamais com a nossa contemporaneidade, permite não somente a revitalização da teoria crítica, mas “o alargamento do horizonte político das classes subalternas no Brasil e no mundo, que ainda aguardam, a partir dos múltiplos focos de lutas de resistência [...] um novo despertar histórico”. Com essa perspectiva, não à toa podemos dizer que o crítico, assim como Florestan Fernandes, também volta a sua atenção para a situação dos egressos da escravidão, cuja integração à sociedade ainda não se processou de modo efetivo, tornando-os parte constitutiva da camada de “sujeitos monetários sem dinheiro”, o que o famoso romance de Paulo Lins, *Cidade de Deus* (1997), revelaria com toda a clareza (SCHWARZ, 1999b).

SOBRE OS AUTORES

KARIM HELAYEL é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).
E-mail: khelayel@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5680-4556>

ANTONIO BRASIL JR. é professor do Departamento de Sociologia e do PPGSA/UFRJ.
E-mail: antoniobrasiljr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8653-668X>

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARAÚJO, R. B. *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- BASTOS, E. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. v. IV. São Paulo: Anpocs/Ed. Sumaré; Brasília, DF: Capes, 2002.
- _____. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.
- _____. Sessenta anos da publicação de um relatório exemplar. *Sinais Sociais*, v. 10, n. 28, 2015, p. 29-54.
- BENJAMIN, W. (1940). Sobre o conceito da história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOTELHO, A. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova*, São Paulo, n. 90, 2013, p. 331-366.
- BRASIL JR., A. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BRITO, L. O. B. de. *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.
- BUENO, A. O arcaico e o moderno no Brasil: variações em torno de uma educação interrompida. *Trabalho, educação e saúde*, v. 6, n.2, out. 2008, p. 259-282.
- CANDIDO, A. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CARDOSO, F. H. (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CAZES, P. *A sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco: pessoalização, capitalismo e processo social*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- CEVASCO, M. E.; OHATA, M. (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CEVASCO, M. E. Modernização à brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 59, dez. 2014, p. 191-212.
- COHN, G. Padrões e dilemas no pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, R. et al. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. A margem e o centro: travessias de Florestan Fernandes. *Sinais Sociais*, v. 10, n. 28, maio-agosto, 2015, p. 11-28.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FRANCO, M. S. C. (1969). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- FERNANDES, F. *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. v. 2. São Paulo: Globo Livros, 2008a.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. v. I. São Paulo: Globo Livros, 2008b.
- _____. *Circuito fechado*. São Paulo: Globo Livros, 2014.
- HELAYEL, K. *O favor e a sociedade brasileira: a interpretação de Roberto Schwarz*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- _____. Teoria, história e comparação na sociologia de Fernando Henrique Cardoso. *Paper* apresentado no 42º Encontro anual da Anpocs, 2018.

- HOELZ, M. *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- LINS, P. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MELO, A. C. B. “Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira”. *Alea*, v. 16, n. 2, 2014, p. 403-420.
- MOURA, F. R. de. Um crítico no redemoinho. *Tempo Social*, v. 3, n. 2, 2011, p. 71-99.
- OHATA, M. Ascensão à brasileira. In: CEVASCO, M. E.; OHATA, M. (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- QUERIDO, F. Colapso da modernização: Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira. *Novos Estudos*, n. 97, 2013, p. 227-233.
- _____. Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 107, 2019, p. 235-261.
- RAMASSOTE, R. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- RICUPERO, B. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 6, novembro, 2013, p. 525-556.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SAVIANI, D. Florestan Fernandes e a educação. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, 1996, p. 71-87.
- SCHWARZ, R. (1977). *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. Um seminário de Marx. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.
- _____. Cidade de Deus. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b.
- _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000a.
- _____. (1990). *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000b.
- _____. (1970). Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a.
- _____. *Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social*. Entrevista com Roberto Schwarz a Lília Schwarcz e André Botelho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, junho, 2008b, p. 147-194.
- _____. Roberto Schwarz (Entrevista). In: Montero, P. & Moura, F. *Retrato de grupo – 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 227-245.
- _____. (2007). Agregados antigos e modernos. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a, p. 173-183.
- _____. Na periferia do capitalismo (Entrevista). In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p. 280-304.
- WAIZBORT, L. *A passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- _____. Roberto Schwarz: entre forma literária e processo social. In: BOTELHO, A.; Schwarcz, L. M (Org.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1999.

A passagem do dois ao zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz)

[*From two to zero: duality and disintegration in Brazilian dialectical thought (Paulo Arantes reads Roberto Schwarz)*]

Luiz Philipe de Caux¹

Felipe Catalani²

RESUMO • Buscamos explorar os desdobramentos da intuição básica de Roberto Schwarz em seu ensaio “As ideias fora do lugar” na obra do filósofo Paulo Arantes. O ponto de vista da periferia do capitalismo (que supera a si mesmo enquanto ponto de vista) não apenas fornece uma visada privilegiada para a compreensão do funcionamento ideológico das sociedades que se desenvolvem à margem do centro orgânico do capital, como também revela a verdade do próprio centro. Esse modelo de crítica se desdobra nos estudos de Arantes sobre a ideologia e em sua tese sobre a periferização do centro no momento do colapso. Investigamos assim se os pressupostos materiais e categoriais daquilo que dava sentido a “Ideias fora do lugar” persistem no instante em que a formação nacional se apresenta como terminada. • **PALAVRAS-CHAVE** • Formação nacional; dialética; ideologia; Roberto Schwarz;

Paulo Arantes. • **ABSTRACT** • We try to explore the repercussion in the work of the philosopher Paulo Arantes of Roberto Schwarz’s ground intuition in his essay “Misplaced ideas”. The point of view of capitalism’s periphery (which overcomes itself as a point of view) not only provides a privileged insight into the ideological operation of societies developing on the fringes of the organic center of capital, but also reveals the truth of the center itself. This model of critique is developed in Arantes’s studies on ideology and in his thesis on the peripherisation of the center of capitalism at the moment of its collapse. We investigate if the material and categorical presuppositions of what gave meaning to “Misplaced ideas” persist at the moment in which the national formation presents itself as finished. • **KEYWORDS** • National formation; dialectics; ideology; Roberto Schwarz; Paulo Arantes.

Recebido em 30 de março de 2019

Aprovado em 14 de outubro de 2019

CAUX, Luiz Philipe de; CATALANI, Felipe. A passagem do dois ao zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 119-146, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p119-146>

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, RN, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

A tarefa da filosofia não é assumir um ponto de vista, mas liquidar os pontos de vista
(ADORNO, *Zum Studium der Philosophie*, p. 325).

Assim, a vida carece de sentido porque no horizonte está o nada, ou também porque o seu horizonte é a organização social brasileira
(SCHWARZ, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, p. 64).

Não inova quem nota que “As ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2012a) constitui uma espécie de matriz produtiva que se dissemina por toda a obra de Paulo Arantes. Algo semelhante fora notado por Bento Prado Jr. (1996) no prefácio ao *Ressentimento da dialética* (ARANTES, 1996a), e o próprio Arantes parece só esconder a influência fundamental de Roberto Schwarz para poder eventualmente mostrá-la às claras. Parece, todavia, valer a pena tentar escandir aquela reverberação de um pequeno texto em toda uma obra, e para benefício de ambas as partes: não apenas para tentar levar a “fazer sistema” (o culpado da expressão é, outra vez, Bento Prado Jr.) uma obra filosófica (e não filosófica) aparentemente dispersiva como a de Arantes, nem somente para explicitar toda a dimensão do que estava contido no opúsculo de não mais de 20 páginas de Schwarz. Explicitá-lo serviria também para mostrar (o que é menos claro) a posteridade e a transformada sobrevida daquelas constatações feitas em 1972 em face dos tempos que lhe sucederam, e assim compreender sua ressonância nos escritos mais recentes de Arantes. De início, mostraremos como a descoberta de Roberto Schwarz leva Paulo Arantes, por um lado, a ler retrospectivamente o processo de formação nacional brasileiro como uma espécie de processo negativo-dialético de reemergência, em sucessivos níveis, de uma mesma dualidade irreconciliada, mostrando no mesmo passo como a peculiaridade do modo débil de funcionamento ideológico nesta nação periférica implica na necessidade

de recolocar o problema da crítica da ideologia não apenas aqui, mas em geral, e isso de uma maneira que coincide externamente com o reposicionamento, vindo de um trilho distinto, do mesmo problema à época no centro do capitalismo; e, por outro lado, como leva Arantes também a ver como o esquema explicativo de Schwarz se aplica não apenas ao caso brasileiro, mas pode ajudar a explicar o surgimento da própria dialética no começo do século XIX na Alemanha. Na sequência, de modo mais especulativo, atravessamos outros momentos da obra de Schwarz a fim de pensar a persistência ou não do modelo de crítica das “ideias fora do lugar” naquilo que Arantes chama de “novo tempo do mundo”: na nova situação diagnosticada tanto por Arantes quanto por Schwarz de uma situação prolongada de colapso do capitalismo em curso, que coincide também com uma espécie de “conclusão inacabada” da formação nacional brasileira e com o início da assim chamada “brasilianização do mundo”. Nessa reconfiguração, a relação entre centro e periferia já não se dá em termos temporais, como coexistência sincrônica e funcionalmente conectada de temporalidades distintas, mas apenas em termos espaciais destemporalizados, de modo que o modelo schwarziano de crítica da ideologia a partir do deslocamento de ideias de contemporaneidades não-contemporâneas precisa ele próprio ser repensado desde dentro.³

Segundo seu próprio testemunho na conversação fictícia registrada em *O fio da meada*, enquanto redigia em Nanterre sua tese sobre Hegel, Arantes teria “descoberto o Brasil” aos 28 anos (ARANTES, 1996b, p. 91 ss.), isto é, em 1970. Naquela virada de década, não apenas ele, mas também seus professores “Bento Prado, Roberto Schwarz e, mais tarde, Ruy Fausto” se encontravam em Paris e formavam um círculo de conversação (ARANTES, 1996b, p. 87). Exilado, Schwarz escrevia em Paris também uma tese de doutorado e, em 1972, publicou num periódico local o ensaio “Dépendance nationale, déplacement d'idéologies, littérature – sur la culture brésilienne au XIXème siècle”, isto é, o mesmo estudo que, em português, seria publicado no ano seguinte na *Novos Estudos* e mais tarde, em 1977, se transformaria no capítulo introdutório de *Ao vencedor as batatas* (SCHWARZ, 2012a), “As ideias fora do lugar”. Já em 1975, de volta ao Brasil, Arantes apresenta num encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o texto “Ideia e ideologia”, mais tarde recompilado como apêndice do *Ressentimento...*, onde apresenta aquilo que parece ter sido a sua descoberta. Falando do funcionamento das ideias burguesas nativas da Inglaterra e da França na “atrasada” Alemanha na década

3 “As ideias fora do lugar” tem como pressuposto o processo de temporalização do espaço. Salvo engano, esse é o assunto de Paulo Arantes por excelência. Já era o assunto de sua tese de doutorado, *Hegel: a ordem do tempo*: “Dizer, ao contrário, que o tempo é a verdade do espaço, como o exige Hegel, significa que o espaço, em virtude da reflexão própria a seu conceito, se torna tempo.” (ARANTES, 2000, p. 29). A teorização sobre a Era da Emergência em *O novo tempo do mundo* diagnostica o fim do processo pensado por Hegel (nada menos que a Era Moderna), seu resultado é o “tempo intemporal da urgência perpétua” (ARANTES, 2014, p. 94), anulação do passado e do futuro no Presente e tem como efeito o seu contrário, isto é, a espacialização do tempo, pois “é a própria noção moderna de Progresso – e a temporalização da história que a tornou pensável – que literalmente vai para o espaço” (ARANTES, 2014, p. 62). Adiantando algo que será desenvolvido adiante, pode-se dizer que o processo de espacialização do espaço (i.e, o momento do colapso do capitalismo) implica, como atualização do argumento de Schwarz, que agora as ideias estão fora do lugar *em todos os lugares*.

de 1840, Arantes praticamente parafraseia o ensaio de Schwarz, que ele não deixa de citar. Na passagem já célebre: “A propósito desse movimento de transposição [...], seria o caso de se assinalar uma *Verstellung* às avessas [...], um deslocamento que, ao dissimular, revela, como se as ideias fora de foco ganhassem em nitidez, deixando transparecer sua fragilidade ideológica” (ARANTES, 1996a, p. 365). É da lógica daquilo que Schwarz (2012a, p. 18-19) chamou de “ideologias de segundo grau” que se trata, mas Arantes mostra a transcendência daquele esquema explicativo em relação ao Brasil, revelando-o apto para pensar a operação descolada da superestrutura filosófica no contexto de outras formações capitalistas periféricas – possibilidade que Schwarz já indicara formalmente, sem todavia desenvolvê-la. O que Arantes descobre, com Schwarz, é que o Brasil oferece um ponto de vista específico e privilegiado para a compreensão da operação das ideias em geral e das condições de funcionamento ajustado e (ajustadamente) desajustado de base e superestrutura e, com isso, supera a si mesmo enquanto *mero ponto de vista*. Em situações históricas em que ideias transplantadas são forçadas a se reajustar em condições materiais que não as carregam do mesmo modo como as condições de seu lugar de proveniência as carregavam, o seu desajuste não precisa tanto ser descoberto pela reflexão como já é desde sempre um sentimento cotidiano do homem comum.

UM SENTIMENTO DIFUSO DE QUE ALGO ESTÁ FORA DO LUGAR

Schwarz já nota que o “desconcerto”, a sensação de estar “fora de centro”, constituiu o ponto de partida de nossa vida ideológica. O Brasil dá “a *sensação* [...] de dualismo e factício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, conciliações e o que for” (SCHWARZ, 2012a, p. 21 – grifo nosso). Vigora entre nós, por outro lado, desde sempre um ceticismo em relação ao ideário normativo burguês, ceticismo que não precisou advir de uma reflexão sobre o modo de operação da ideologia liberal ou de uma complexa crítica da economia política, mas antes nos veio de um “ponto de partida intuitivo, que nos dispensava do esforço” (SCHWARZ, 2012a, p. 26), e isso justamente em razão do nosso peculiar arranjo produtivo (inserção de um país escravista no sistema global de trocas fundado no trabalho livre), de nossa singular divisão de classes (escravos, senhores e homens “livres” não proprietários) e de sua mediação normativa universal própria, *o favor*, que não substitui, mas convive em paralelo com a troca de equivalentes e sua normatividade correspondente. A ideologia liberal clássica nunca teria nos enganado, sempre a teríamos sentido como quem sente estar a usar uma roupa apertada, para usar outra metáfora de Schwarz. O ensaio de Schwarz assinala, portanto, a vigência, no Brasil, de duas espécies de sentimentos ou sensações (*i.e.*, de apreensões pré-reflexivas) de conteúdos que em outra parte só teriam podido se tornar conscientes como resultado de uma *conceituação*, de uma *teorização*: o dualismo, ou seja, a existência ou validade compatibilizada de princípios ou estados de coisas incompatíveis, e a conseqüente desautorização daquilo que, em cada um dos lados do dualismo, é normativamente válido. *Tudo se passa como se no Brasil a crítica da ideologia fosse um sentimento do homem comum, mas, justamente por não haver qualquer distância entre ela e a prática que todavia lhe contradiz, ela não opera como negação da realidade ideológica, mas como seu amparo.* Ora, a ideia de que no Brasil vigora certa estrutura dual cujos

polos se desautorizam mutuamente e que é objeto de uma apreensão intuitiva serve a Arantes como chave de leitura para virar ao avesso a noção tradicional de um processo de formação nacional. Essa é a tese do *Sentimento da dialética*.

Arantes constata, no *Sentimento*, que a presença de estruturas duais, seja no conteúdo, seja na forma, atravessa toda a série de trabalhos, de distintas disciplinas, dedicados a pensar o Brasil, sua especificidade nacional e seu processo formativo. As ideias de Schwarz oferecem a Arantes uma posição retrospectiva desde onde ele pode conceituar criticamente o processo de formação nacional. Por um lado, Arantes interpreta aquele processo como uma espécie de processo dialético no qual a experiência de uma consciência nacional constitui a si mesma (e para o qual o modelo, como se poderia sugerir, seria a *Fenomenologia do espírito* de Hegel)⁴; por outro (ou melhor, em sobreposição àquele primeiro nível da exposição), apresenta o mesmo processo como uma série de sucessivas sínteses cuja falsidade é revelada a cada vez pela repetida presença de um mesmo estado de coisas cindido, o dualismo, que expõe agora não a evolução de uma consciência, mas a sua inércia estrutural, sua paralisação, o bloqueio de seu movimento por ela mesma (cuja correspondência, agora, é antes com a dialética negativa adorniana). Para formulá-lo em todo seu teor de contradição: “As ideias fora do lugar” opera ali de certo modo como o ponto de chegada de um processo de formação, uma tomada última de consciência de si mesmo desse processo, que descobre nisso tão somente que ele não saíra do lugar. Se um modo de entender a formação é pela tentativa de superar o dualismo, a formação acaba (sem se completar) quando sabe que é idêntica ao próprio dualismo.

Mas de que se trata, afinal, no dualismo que marca os estudos de formação? Como os caracteriza Arantes⁵, eles consistiram em estudos dedicados à compreensão da formação do país como a de algo que é estruturalmente incapaz de se completar. A

4 No ensaio “Nação e reflexão”, Arantes (2004, p. 83) diz que “foi precisamente tal imaginação nacional que nos permitiu começar a pensar”.

5 Sobre os estudos de formação, cf. a caracterização de Otilia e Paulo Arantes: “Salvo em casos flagrantes de autoengano deliberado, todo intelectual brasileiro minimamente atento às singularidades de um quadro social que lhe rouba o fôlego especulativo sabe o quanto pesa a ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*. Que se trata de verdadeira obsessão nacional dá testemunho a insistente recorrência do termo nos principais títulos da ensaística de explicação do caso brasileiro: *Formação do Brasil contemporâneo*, *Formação política do Brasil*, *Formação econômica do Brasil*; *Formação do patronato político brasileiro* etc. – sem contar que a mesma palavra emblemática designa igualmente o assunto real dos clássicos que não a trazem enfatizada no título, como *Casa-grande e senzala* e *Raízes do Brasil*. T tamanha proliferação de expressões, títulos e subtítulos aparentados não se pode deixar de encarar como a cifra de uma experiência intelectual básica, em linhas gerais mais ou menos a seguinte: na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele *corpus* de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução. Noção a um tempo descritiva e normativa, compreende-se além do mais que o horizonte descortinado pela ideia de formação corresse na direção do ideal europeu de civilização relativamente integrada – ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem formado” (ARANTES; ARANTES, 1997, p. II-12).

formação do Brasil é ao mesmo tempo a sua não formação, o seu não-ser-capaz-de-se-formar. Está implicado em geral naqueles estudos, como lidos retrospectivamente por Arantes, que o Brasil é ao mesmo tempo o país cuja formação, se completada, aponta potencialmente para uma forma de sociabilidade utópica, reconciliadora do esclarecimento e, de seu outro, é o país cuja essência consiste em não realizar sua essência. E é típico daqueles ensaios e estudos que interpretam a constituição do país o fato de sempre trabalharem com pares contrapostos. Isso está expresso já no título das três obras centrais de Gilberto Freyre: *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Ordem e progresso*. O conhecido conceito do “homem cordial” de Sérgio Buarque é um par clandestino para o agente racional orientado a valores e a fins de Weber. Trabalho e aventura, cidade e campo, método e improvisação, dominação pessoal e impessoal são alguns dos pares conceituais a partir dos quais Sérgio interpreta as peculiaridades da formação tensa do país. Ainda cheio de expectativas quanto a uma conclusão vindoura da formação na forma de uma “suprassunção” moderna de nossa combinação local da modernidade e de seu outro, o weberiano Sérgio Buarque fala em surpreendente tom hegeliano: “a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 180). Exprime assim uma representação presente não apenas eventualmente nos intérpretes do Brasil, mas também em nossas correntes artísticas em geral, como na Bossa Nova ou na Tropicália: a de que nossa peculiar convivência de elementos modernos e “pré-modernos” nos dá a singular oportunidade de criar uma outra modernidade.

Enquanto Gilberto Freyre oferece uma imagem já reconciliada e pacificada, completamente ideológica da convivência dos contrários, e Sérgio Buarque projeta essa reconciliação para o futuro, Caio Prado investiga antes a produção funcional recíproca daqueles pares duais. O dualismo agora não é mais *explanans*, mas *explanandum*. Numa polêmica com a posição à época do PCB, sustenta a tese de que nunca vigoraram no Brasil relações de produção feudais ou semifeudais (*i.e.*, pré-modernas, pré-capitalistas), mas, antes, que a colonização do país havia sido desde o início orientada à instituição de determinado regime de acumulação capitalista pela exploração da natureza. É verdade que à luz das então mais avançadas relações de produção e mais desenvolvidas forças produtivas, o regime de acumulação instaurado na colônia parecia pertencer ao passado (escravidão, latifúndio, monocultura para exportação), mas ele correspondia justamente ao regime mais lucrativo e que disponibilizava os recursos necessários para a rápida industrialização da Europa. O determinante não eram as relações diretas de poder pré-capitalistas, mas, tanto aqui quanto no centro do capitalismo, a economia. O Brasil nunca foi pré-moderno, embora sua “modernidade” nunca tenha sido a mesma dos países europeus e norte-americanos. As distintas ondas de modernização que viriam não apagariam os elementos pré-modernos, mas se valeriam deles, os fomentariam e perpetuariam a fim de melhor se implementarem. Isso se exprime então em distintas estruturas duais.

Antonio Candido intui essa dualidade como uma “base real” que se exprime enquanto *forma* de nossas obras literárias; os sociólogos e historiadores disputam

se essa dualidade é real ou apenas ideológica; recuperando Candido, Schwarz descobre o viés crítico da dualidade ao mostrar que ela é ambas as coisas, *realidade e ideologia*; e Arantes compreende criticamente todo esse debate intergeracional como o desenvolvimento de uma crítica negativo-dialética não apenas da parte, que é como o Brasil se encaixa em uma totalidade, mas da própria totalidade cuja verdade ora aparece naquela parte sua. A dialética se mostra como o ponto de vista da totalidade, que só é acessível por um deslocamento da visada em sua periferia.

Segundo Schwarz (1987, p. 129), Antonio Candido escreveu “o primeiro estudo literário propriamente dialético” do Brasil. Trata-se do ensaio “Dialética da malandragem”, no qual Candido decifra determinada lei formal em operação no romance de Manuel Antônio de Almeida, as *Memórias de um sargento de milícias*, que ele chama ali de “dialética da ordem e da desordem”. Candido já havia publicado então fazia onze anos sua obra principal, a *Formação da literatura brasileira*, na qual reconstrói a formação de um sistema literário nacional que se constitui a partir do momento em que é capaz de se referir a si mesmo. Essa tradição literária só pôde se formar tardiamente e se tornar uma parte diferenciada e integrada da literatura mundial à medida que foi capaz de alcançar um equilíbrio compensatório entre o local e o mundial, o particular e o universal, de tal modo que o universal pudesse se desvelar no particular e o particular se alçar ao universal. Arantes interpreta essa formação exposta por Candido como um processo dialético, pois

[...] se pode falar em dialética onde há uma integração progressiva por meio de uma tensão renovada a cada etapa. No caso da cultura brasileira, marcada pela tensão própria da dupla fidelidade ao dado local e ao molde europeu, um processo dual portanto de integração e diferenciação, de incorporação do geral para se alcançar a expressão do particular. Uma integração que também ocorre em plano local, na forma de uma acumulação de resultados estéticos que dá continuidade e unidade a esse processo de constituição de um sistema articulado de obras e autores. (ARANTES, 1996a, p. 17).

Mas se o estudo literário anterior de Candido já é notoriamente dialético, por que Schwarz só reconhece propriamente esse caráter na “Dialética da malandragem”? Há de fato algo qualitativamente distinto nesse ensaio. Não se trata mais da formação positivo-dialética de uma tradição, mas da descoberta de uma lei profunda de movimento da realidade brasileira que se exprime esteticamente como forma literária. A ação do romance transcorre no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, onde vige a escravidão. Apesar disso, praticamente não se encontram em sua trama vestígios dela, ou ao menos que se mostrem de maneira imediata; mas seus indícios como mediadora da sociabilidade estão em toda parte. Encontramos homens livres, mas não exatamente livres no duplo sentido marxiano: “de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (MARX, 2013, p. 244). Há um porém: como se integram nas relações de produção de senhoria e servidão homens que não são nem senhores nem escravos? Esses homens livres não têm ninguém a quem vender sua força de trabalho. Como

podem simplesmente se sustentar? Esse é o ambiente no qual se desenvolve a malandragem, “essa arte brasileira de usar o ambíguo como instrumento de vida” (DA MATTA, 1979, p. 70). Eles poderiam trabalhar autonomamente, mas a simples existência da escravidão impede a instituição de uma verdadeira sociedade burguesa, de um mercado interno integrativo e de uma divisão do trabalho de maior grau de funcionalização. Na medida em que são incapazes de vender sua força de trabalho, os “homens livres na ordem escravocrata” (FRANCO, 1997), esses predecessores do “malandro”, precisam em última instância se tornar dependentes do favor dos proprietários, senhores de escravos. Dois princípios contrapostos, duas inteiras ordens normativas antinômicas (ou melhor, a ordem e a desordem) vigoram ao mesmo tempo e dizem respeito em particular a essa classe. É mérito de Manuel Antônio de Almeida ter sido capaz de apresentar no romance o modo como “os pares antitéticos [...] lícito ou ilícito, verdadeiro ou falso, moral ou imoral, justo ou injusto, esquerda ou direita e assim por diante [...] são reversíveis, não estanques, e que fora da racionalização ideológica as antinomias convivem num curioso lusco-fusco” (CANDIDO, 1970, p. 84). A malandragem é uma espécie de síntese de ordem e desordem, mas uma síntese desordenada, negativa: trata-se, diz Arantes, de “uma dialética inconclusiva portanto, que não parece ter fim, acomodando os campos opostos num sistema de equivalências e contaminações recíprocas” (ARANTES, 1992, p. 44). É verdade que há uma síntese dos extremos desse silogismo, mas dela não resulta uma superação ou um movimento de qualquer espécie, e sim a imobilização e a perpetuação da dualidade⁶.

O tema do ensaio de Candido não era exatamente uma novidade na autorreflexão brasileira nas ciências sociais. Ele talvez fosse, na verdade, o ponto mais controverso à época. As explicações dualistas vinham sendo recusadas crescentemente como ideológicas. A interpretação da identidade do país pela composição de dois princípios heterogêneos servia normalmente para fixar normativamente um desses princípios como ponto de vista da crítica do outro. Uma das ordens sociais vigentes no Brasil seria, é claro, normativamente superior à outra e deveria aos poucos ocupar-lhe o lugar. Essa era uma ideia fundamental na própria esquerda. Seria necessário que

6 Ao buscar recuperar a dimensão produtiva (e por que não dizer, *positiva*) da dialética pensada no Brasil, Vladimir Safatle precisa revisar certos aspectos da tradição crítica brasileira, de modo que, em sua interpretação, torna-se necessário afirmar que “*não há dialética na malandragem*, pois a malandragem não pode se tornar uma figura possível da dialética, a não ser de uma dialética cujas interversões constantes entre ordem e desordem produzam apenas uma estabilização na anomia [...]”. Ou seja, não se trata aqui de uma energia negativa que impulsiona a estrutura a rupturas e a transformações revolucionárias de situações” (SAFATLE, 2019, p. 263). O que para Safatle caracteriza o elemento não dialético na dialética da malandragem é o próprio bloqueio do movimento, o alijamento do momento produtivo da contradição. No limite, apesar de não nomear desse modo, o autor (SAFATLE, 2019, p. 273 ss.) acusa a ausência de síntese produtiva. O mesmo vale para sua leitura de que em Machado de Assis não há dialética. A acusação não deixa de soar habermasiana, uma vez que o problema dessa dialética é ela apontar um bloqueio e assumir uma forma aporética, independentemente do fato de ela ser a expressão adequada do movimento do real (no caso, da essência da formação nacional). Para Safatle, o problema está na formulação; para nós, ele está no mundo (isto é, na objetividade social do capital).

o Brasil primeiro se formasse completamente como uma nação burguesa para que apenas então as condições objetivas da revolução estivessem postas. O país estaria simplesmente retardatário no processo espontâneo e unilinear a que se dá o nome de progresso. Uma formulação clássica é encontrada no assim chamado “dualismo estrutural” da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). O economista brasileiro Ignácio Rangel desenvolveu uma de suas versões. Segundo Rangel, a economia brasileira é uma economia mista, ao mesmo tempo feudal e capitalista, como se aqui estivessem de fato instituídos dois modos de produção. A legalidade própria capitalista vigoraria nas relações exteriores, enquanto para as relações internas valeria a ordem feudal. O país se estruturaria então de modo dual em um interior arcaico e inerte de latifúndios e agricultura e em um litoral moderno e dinâmico que se industrializava rapidamente.

Dois anos depois do ensaio de Candido, Francisco de Oliveira fez a crítica definitiva desse paradigma econômico dualista. Oliveira resumiu e desenvolveu criticamente o problema a partir de um argumento da teoria da dependência. Na periferia do capitalismo, como fica claro no caso do Brasil, a permanência de forças produtivas e relações de produção “atrasadas” (por exemplo, trabalho informal, ilegal, semiartesanal, ao modo da “gambiarra”, mas também a necessidade de, juntamente à atividade empregatícia, trabalhar em casa de modo precário para completar o sustento do lar, por exemplo, construindo a própria casa, plantando uma horta ou criando animais) desempenha um papel funcional para a extração suplementar de mais-valor. “A expansão do capitalismo no Brasil”, diz Chico de Oliveira,

[...] se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Em tais condições periféricas, a acumulação primitiva, na qual “ainda” vigora a “violência extraeconômica, direta” (MARX, 2013, p. 808-809), não é um elemento apenas genético, mas permanente, estrutural (OLIVEIRA, 2003, p. 43). *A teoria da dependência relida criticamente vai dar na descoberta independente de uma dialética do esclarecimento na qual os processos de racionalização se valem de relações irracionais e se misturam com elas*. Revela-se assim a face ideológica do dualismo como pano de fundo teórico do desenvolvimentismo nacional. Há uma afinidade entre dualismo e medidas políticas de modernização conservadora. Toda intenção de reformar ou corrigir se converteria então “no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir” (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Mas, apesar da revelação do “notório equívoco sociológico” do dualismo por sua crítica (ARANTES, 1992, p. 31), ele voltaria sempre a entrar em cena, em particular nas artes. Não é por acaso que, à mesma época da ditadura militar, o movimento de vanguarda e afirmativo da Tropicália recoloca esteticamente o dualismo. “A dualidade é sobretudo forma de experiência social”, diz Arantes (1992, p. 41), e ela

se exprime obstinadamente nas obras de arte, como Candido descobriu. Mas ela precisa ser compreendida corretamente. Não se trata de uma dualidade simples, mas de uma “unidade contraditória” de dualidade e não dualidade (ARANTES, 1992, p. 71). É verdade que há “dois Brasis”, mas apenas sob a pressuposição de “um nexo contraditório que os sintetize numa unidade maior, sem contudo apagar o sistema de ambiguidades de que tal unidade se alimenta” (ARANTES, 1992, p. 74).

Chegamos por fim à contribuição de Schwarz. Enquanto, por exemplo, na Tropicália essa dualidade se exprime de modo apologético e hipostasiado, Schwarz descobre nas obras principais de Machado de Assis uma elaboração crítica sem paralelos desse sentimento dialético. Nas obras de maturidade de Machado, o crítico literário lê pela primeira vez o modo incomum como a ideologia opera sob essas condições. É como se na periferia do capitalismo o “nexo de ofuscação” se impusesse de maneira mais fraca, de modo que ele se destaca como um ponto de vista privilegiado (para a sua crítica, claro).

Sem ser propriamente uma vantagem, o atraso reproduzido pela modernização (e que não é portanto qualquer) confere à experiência brasileira, quer dizer, ao sentimento diferencial de uma sociedade em permanente confronto com seu duplo de além-mar, uma espécie de ponto de vista próprio, e o que é mais importante, convergindo com os efeitos que nos países centrais decorriam do colapso da tradição burguesa. (ARANTES, 1992, p. 100).

Que as ideias do esclarecimento se convertam em seu contrário, isso é um *sentimento* que já se tem desde sempre nas peculiares condições brasileiras. Isso é aqui a própria forma da experiência social cotidiana. Uma teoria crítica que extraia todas as consequências disso não pode por nenhum dos extremos dessa dualidade como critério da crítica, pois eles se fomentam reciprocamente e formam, na verdade, uma mesma coisa unitária. Sua relação dialética só pode ser uma negativa: o todo é o não verdadeiro, para usar os termos de Adorno. “Estava assim lançada a base de uma *Ideologiekritik* original”, diz Arantes (1992, p. 89). O momento crítico consiste em não reprimir na teoria a má infinitude da formação brasileira, mas em compreendê-la como índice não apenas da própria falsidade, mas também da falsidade do todo ao qual ela pertence enquanto parte periférica.

DESLOCAMENTO E DIALÉTICA

Quem lê também o *Ressentimento da dialética* com o ensaio de Schwarz em mente vê sua presença por toda parte a instruir a interpretação de Arantes sobre o renascimento da dialética na transição da estrutura de classes feudal à burguesa na Europa. A posição social do intelectual europeu na França do século XVIII e na Alemanha no fim do XVIII e início do XIX é caracterizada por Arantes, com recurso ao conceito de Karl Mannheim, como a de uma “inteligência oscilante”, *i.e.*, oscilante entre as classes, não enraizado exatamente em nenhuma delas (nem mesmo na sua respectiva classe) e forçado a lidar com o pensamento como uma mercadoria que

não admite equivalente (ou melhor, não vale nada) em busca de um “comprador” generoso. Esse intelectual, figura inédita até então na história e típica do momento em que a filosofia se torna parte especializada na divisão do trabalho, em razão de seu desenraizamento e de seu livre pairar sobre a estrutura de classes, apresenta uma “disponibilidade social [que] *configura uma certa predisposição para a dialética* [...] [e] que impele a classe dos cultos a experimentar a incoerência eventual das ideologias concorrentes sobre a cena social, as ideias conflitantes que atravessam a representação de um mesmo objeto social” (ARANTES, 1996a, p. 29).

Se a dialética pode ser também compreendida como um sentimento pré-teórico que se apresenta em determinados contextos de dissonância real entre ideia e realidade, não é casual que o intelectual apresentado no início do *Ressentimento*, aquele mesmo cuja experiência subjetiva o irá predispor à dialética, seja caracterizado de maneira não muito distinta daquela classe de homens livres num regime escravocrata: “Nessa idade de ouro para os intelectuais (e responsável pela primeira manifestação moderna da Dialética, como se está tentando sugerir) que foi o classicismo francês, *autonomia (até a marginalidade) e vínculo orgânico (até a existência de favor)* complicam-se mutuamente num conflito nem sempre infeliz” (ARANTES, 1996a, p. 27 – grifos nossos). O intelectual europeu está para as classes do capitalismo central como o malandro brasileiro está para nossa estrutura periférica. A anatomia do malandro é, para Arantes, a chave para a anatomia do intelectual: “A dialética própria dos intelectuais [...] também é a da vadiagem ilustrada” (ARANTES, 1996a, p. 30).

Em certo momento, tão ou mais irônico do que a específica ironia alemã de que se tratava, naquela passagem, de reconstruir, Arantes se propõe a “imaginar” o que pensaria “um letrado alemão que timbrasse em não transigir com o atraso do meio acanhado” (1996a, p. 125), isto é, com o atraso de seu país na virada do século XVIII ao XIX em relação ao ambiente intelectual parisiense, de onde se importavam ideias. O discurso “imaginado” que se segue, cuja fonte Arantes omite de propósito, não é senão um enxerto clandestino de um trecho de Sílvio Romero em seu *A filosofia no Brasil*, de 1878, no qual o intelectual periférico deste lado do Atlântico protesta contra a “falta de seriação de nossas ideias”, que as distinguia, justamente, do que se passava na França (ROMERO, 1878, p. 35)⁷. Arantes leva um intelectual alemão do início da primeira metade do século XIX a proferir o discurso do intelectual sergipano da sua segunda metade, e isso passa de modo inadvertido para leitor desprevenido; que Arantes está a pensar o Brasil por meio desse desvio pelos ciclos da inteligência europeia, não deve haver dúvidas. É que, a leste do Reno, as ideias que revolucionaram o lado oeste também estavam “fora de lugar”, em sentido schwarziano. Por isso, “quando passamos do ciclo francês para o ciclo alemão da inteligência europeia, passamos também do *radicalismo à ironia*”, isto é, da “convicção de que é preciso agir” à “desconfiança do ideal” (ARANTES, 1996a, p. 109-112, passim). A leste do Reno, as modernas ideias burguesas não têm o *mesmo* lastro material e enraizamento na estrutura das relações de produção, mas isso não quer dizer que não tenham

7 A pista para a descoberta da citação propositalmente mal disfarçada é dada pelo próprio Arantes. O mesmo trecho de Romero aparece citado convencionalmente no *Sentido da formação* (ARANTES; ARANTES, 1997, p. 15).

nenhum. Enquanto do lado francês o desacerto e a flutuação das ideias sentida pelo intelectual o levavam a se engajar na transformação do mundo em prol das ideias, do lado alemão (a então “periferia” da França), a carência das condições de efetivação daquelas mesmas ideias criava antes a sensação de sua impotência objetiva, de que elas não podiam querer dizer o que diziam. Na Alemanha da periferia do capitalismo, as ideias já chegam “ironizadas” (como, aliás, Machado de Assis também as percebeu por aqui). Lá “as ideias pareciam mudar de registro, perder o pé, como se perdia a confiança na seriedade delas, tornavam-se mais leves, por assim dizer inúteis ou indiferentes, embora fossem rigorosamente as únicas coisas que contassem para os homens sem convicções que foram os românticos” (ARANTES, 1996a, p. 229)⁸. Há uma situação “um tanto anômala no concerto das ideologias contemporâneas [que] condena[...] à dialética” (ARANTES, 1996a, p. 225), e as condições que fizeram com que ela tenha sido *sentida* entre nós ajudam Arantes a explicar por que ela pôde ser também primeiro *sentida* (pelos românticos) e depois *conceituada* (por Hegel, embora não até seus últimos pressupostos)⁹ na Alemanha. “Funcionando como um filtro, a circunstância geral do atraso histórico não só dissociava ideia e interesse, obscurecendo a índole cognoscitiva da primeira, como abreviava, por assim dizer, o ciclo natural da desilusão burguesa” (ARANTES, 1996a, p. 235). Na periferia, as “ideias caducam precocemente” (ARANTES, 1996a, p. 240), e Marx, não mais residente, mas escolado na Alemanha, não precisa esperar até a repressão sangrenta das jornadas de junho em Paris para desconfiar que a relação dos ideais racionais burgueses com a realidade recalcitrante não é a de uma progressiva “efetivação”, de uma “aproximação infinita” ou coisa que o valha. Algo semelhante se passa do lado de cá do Atlântico: por uma via totalmente distinta da adorniana (agora localizada numa Alemanha que se tornou centro do capitalismo), Schwarz concebe a totalidade como falsa e a via da crítica da ideologia como algo distinto da tentativa de realizar ideias apenas unilateralmente realizadas.

Lembremos que Adorno argumentou que, se “só é possível falar com sentido de ideologia na medida em que do processo social emerge algo espiritual de modo autônomo e substancial e com pretensões próprias”, isto é, apenas na medida em que é possível distinguir claramente entre base real econômica e formas de consciência ideológicas superestruturais que se apresentem como portadoras de uma autonomia relativa, então “hoje”, isto é, em 1954, “a assinatura das ideologias é antes a ausência dessa autonomia do que o engodo de sua pretensão. Com a crise da

8 De forma análoga, Schwarz dirá em seu segundo estudo sobre Machado (a partir de um comentário deste sobre Sílvio Romero, que fustigava ironicamente as recém-chegadas ideias modernas no país): “Ideias modernas aqui são tudo – não há nada além delas – e nada – como indicam as execuções sumárias. Abrangência e irresponsabilidade da crítica, ambas totais, mal ou bem desenhavam um tipo de estudioso e uma situação cultural” (SCHWARZ, 2000, p. 153). Mais adiante, ainda em consonância com os estudos de Paulo Arantes sobre os alemães: “A virtualidade *apologética* de pontos de vista *críticos* é uma destas complicações engenhosas em que brilha o senso machadiano do real” (SCHWARZ, 2000, p. 161).

9 Pois “o que Hegel nem sempre via eram os nexos locais menos aparentes que impunham tamanho desprazer: para que o jogo irônico dessa ‘sublime insolência’ pudesse se armar, era preciso que as injunções da malformação nacional se encarregassem de lastrear o seu capricho à toa” (ARANTES, 1996a, p. 234).

sociedade burguesa”, isto é, do capitalismo liberal, “o próprio conceito tradicional de ideologia parece perder o seu objeto” (ADORNO, 2003, p. 474). No centro do capitalismo, as formas ideológicas tiveram historicamente de colapsar na realidade nua e crua para que fosse possível perceber que mesmo o modelo clássico de crítica da ideologia já havia caducado. Nossa via até a mesma percepção é antes um atalho. Mas ainda que Arantes tenha querido afastar aquilo que encontrou em Schwarz da dialética negativa em sentido adorniano – “eu poderia dizer: no fundo, não há dialética” (ARANTES, 2004, p. 284)¹⁰ –, parece que suas razões estão antes ligadas aos desdobramentos daquela relação entre “ideias” e “lugares” após o que tanto Arantes quanto Schwarz entendem como o atual colapso em processo do capitalismo.

AJUSTE IDEOLÓGICO

Uma das intuições básicas de “Ideias fora do lugar”, e que atravessa os estudos de Schwarz sobre Machado e sua interpretação sobre o processo de formação nacional, consiste na transformação de uma contingência em necessidade – um truque dialético por excelência. Isto é, trata-se de uma consideração científica (no sentido hegeliano do termo) sobre aquilo que está “fora do sistema da ciência”, a saber, o Brasil (SCHWARZ, 2000, p. 11). Se por um lado a periferia não se reproduz segundo as regras do centro (que fornecem, por sua vez, a regularidade ao sistema da ciência), por outro, essa exceção à regra não é mera exceção, pelo contrário: ela diz uma verdade muito precisa sobre a regra. Ou seja, *revela-se o vínculo entre a norma e a exceção*. No Brasil as “anomalias são o arranjo sociológico-político em cima do qual se processa a inserção do país na economia internacional, e nada mais *normal* do que elas, portanto” (SCHWARZ, 1999, p. 101). A impropriedade das categorias europeias para a explicação do funcionamento social na periferia não significava, entretanto, dizer que tais categorias eram simplesmente *falsas* e que deveriam ser descartadas como eurocêntricas e inadequadas para a Diferença Brasileira. Pelo contrário, a formação da periferia constitui-se como algo “*diverso mas não alheio*”, como diz Schwarz (1999, p. 95) comentando as discussões sobre a relação entre capitalismo e escravidão no

¹⁰ Apesar do reiterado uso da noção de uma “dialética negativa” tanto no *Sentimento* quando no *Ressentimento da Dialética* para caracterizar a forma assumida pela dialética nas condições em que “ideias estão fora do lugar”, Arantes explica numa entrevista: “É uma boa ilustração, mas não guarda afinidade com Adorno. Uso, de vez em quando, o termo ‘dialética negativa’ para lembrar que o esquema evolutivo progressista, o que se entende por dialética o marxismo clássico, não funciona no Brasil. Isto é, Lukács não funciona. Explicando o Roberto, num determinado momento do *Sentimento da Dialética*, relembro porque o Machado não é realista no sentido lukacsiano. Como eu não tinha outro termo, acabei usando ‘dialética negativa’ [...]. Então eu uso ‘dialética negativa’ para caracterizar uma alternância, um certo girar em falso entranhado na lógica da sociedade brasileira. [...] a imaginação balança de um lugar para o outro e não produz nenhum resultado, não avança. No caso de Machado, foi isso o que eu quis dizer. Se eu quisesse ter complicado minha vida, poderia ter dito que não tinha nada a ver com a dialética negativa de Adorno, que não é propriamente alternância indefinida que não se resolve” (ARANTES, 2004, p. 283-284). Retomamos essa discussão oportunamente na nota de rodapé n. 29.

“Seminário Marx”, que se organizou na Faculdade de Filosofia da USP a partir de 1958 (e do qual participavam Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth e Fernando Henrique Cardoso e, na condição de estudantes, Bento Prado Jr., Weffort, Michael Löwy e o próprio Schwarz (SCHWARZ, 1999, p. 87). O desajuste na aplicação das categorias sociais europeias ao Brasil é “um procedimento que leva ao equívoco, ao mesmo tempo que é inevitável e indispensável”, pois “aquelas categorias nem se aplicam com propriedade, nem podem deixar de se aplicar, ou melhor, giram em falso mas são a referência obrigatória [...]” (SCHWARZ, 1999, p. 95). O Brasil não era nem não capitalista nem capitalista em termos europeus, mas aquela particularidade anômala dizia uma verdade a respeito da norma universal. Assim, nos termos de Paulo Arantes, Schwarz identificou o “alcance mundial de nossas esquisitices nacionais” (ARANTES, 1992, p. 89). Aquilo que aparecia como contingente, sem sentido e deslocado (tal como o liberalismo em uma sociedade escravocrata), revelava-se como necessário, isto é, *o Brasil era a um só tempo maluco e racional*, de forma que “o ornamental, sem deixar de sê-lo, tornava-se indescartável” (ARANTES, 1988b, p. 204). As ideias (mesmo que alienígenas) ganham uma dimensão funcional na realidade que elas não descrevem. Portanto, há de ser desfeita certa confusão a respeito da tese de Schwarz, pois, como afirma Arantes (1988b, p. 204), “perdeu-se de vista a ironia do título de Roberto, quase sempre tomado ao pé da letra: ora, ele sugeria justamente que, no Brasil, *as ideias fora do lugar nunca estiveram de fato fora do lugar*”¹¹.

Como dissemos no início, tal “lente bifocal do comparatismo” (ARANTES, 1991, p. 161) trazida por Schwarz, que divide o olhar em dois, torna-se instrumento dileto de Paulo Arantes com o qual ele analisa tanto a *Verstellung* do iluminismo para um país atrasado (no caso, a Alemanha do XIX, em que o ressurgimento moderno da dialética já é uma “dialética da *Aufklärung*”, contudo em sentido diverso do frankfurtiano), como a criação de um departamento de filosofia à moda francesa em uma ex-colônia (ARANTES, 1994). Este último estudo, inspirado nos moldes da *Formação da literatura brasileira* de Candido¹², transforma aquela dialética entre o local e o cosmopolita na mediação entre o universal e o *muito local*, fazendo ao mesmo tempo leitores como Oswaldo Porchat duvidarem da existência efetiva de rastros da história do mundo (ou da formação nacional) naquele particular do particular: “A produção filosófica brasileira ainda é muito pobre”, comenta Porchat a respeito do livro, “embora crescente. A paulista é parte dela, a uspiana é parte da paulista, a departamental é parte da uspiana. É certamente uma parte respeitável, parte da parte da parte da parte” (PORCHAT, 1994, p. 252). Efetivamente, a visada é tão particular que, “pelo assunto e à primeira vista, o livro de Paulo Arantes não podia ser mais caipira”

11 Roberto Schwarz comenta esses equívocos de interpretação em seu último livro, *Martinha versus Lucrecia*, no ensaio “Por que ‘ideias fora do lugar?’”.

12 “Folha – Até agora você deu apenas indicações de que o livro não é. Qual o sentido da palavra ‘formação’ que figura no subtítulo? É uma referência conceitual à ‘Formação da Literatura Brasileira’, de Antonio Candido?// Arantes – Sem dúvida, aliás um segredo de polichinelo. Em nenhum momento deixo de aludir ao fato (deveria até ter sido mais discreto, como seria do gosto do pai da ideia) de que o meu esqueminha está inteiramente apoiado na ideia de ‘formação’ que Antonio Candido, encerrando um ciclo de ensaios clássicos de interpretação do Brasil, desenvolveu para o caso particular da literatura brasileira” (ARANTES, 1994).

(SCHWARZ, 1999, p. 207). Porém, Schwarz reconheceu ali um procedimento que era também o seu: “a crônica de um episódio universitário local se inscreve no processo secular de formação e modernização do país, e pode revelar facetas inesperadas do próprio padrão ‘alheio’ que tratávamos de interiorizar” (SCHWARZ, 1999, p. 208). Ou seja, as anomalias dos “primeiros passos bizonhos” de um departamento de filosofia importado eram bastante particulares mas eram também o contrário disso¹³, assim como as contradições da importação do romance que se sedimentaram na forma literária, que eram o objeto de Schwarz. Tanto num caso como no outro o desajuste tem efeito cômico (afinal, aqui a ironia é objetiva). No caso de Machado, “este deslocamento afeta os motivos ‘europeus’, a grandiloquência séria e central da obra alencarina, que não desaparecem, mas tomam tonalidade grotesca” (SCHWARZ, 2000, p. 50). Nesse desajuste entre matéria local e forma europeia – lembremos que “incompatibilidade é um fato formal, e não geográfico” (SCHWARZ, 2000, p. 51) –, em que a forma estética carece dos pressupostos sociais que a fizeram surgir, a matéria produz uma tensão em um processo que “é uma variante complexa da chamada dialética de forma e conteúdo: nossa matéria alcança densidade suficiente só quando inclui, no próprio plano dos conteúdos, a falência da forma europeia, sem a qual não estamos completos” (SCHWARZ, 2000, p. 74). Machado, ao tentar compor um romance realista, teve que colocar como narrador um defunto autor. O *absurdo* machadiano não é simplesmente “fantástico”, mas mimetiza a realidade brasileira no nível da forma literária.

No caso de Paulo Arantes, além do interesse por nossa “incapacidade criativa em copiar” (como dizia Paulo Emilio Salles Gomes a respeito da “situação colonial” do cinema brasileiro), o comparatismo daquela lente bifocal, atenta aos deslocamentos, serviu ainda a uma crítica da ideologia que funcionava quase como uma geopolítica das ideias contemporâneas. É esse o caso sobretudo nos estudos sobre a ideologia francesa, que mirava ao mesmo tempo no neopragmatismo americano e na teoria alemã da ação comunicativa (basicamente as três principais vertentes do *establishment* filosófico universitário nas últimas décadas do século XX). Também ali era crucial o famigerado ponto de vista da periferia, com sua vantagem cognitiva (a única) e seu *superávit* em ceticismo, que não era outra coisa senão o ponto de vista dos vencidos, que não levaram as batatas (a proximidade com Benjamin, com seu recurso à “tradição dos oprimidos” em sua crítica ao progressismo diante da falsa Exceção, não é casual). Por isso, é de se imaginar que, quando um intelectual (de esquerda) na periferia observa o ameno *playground* filosófico dos vencedores no centro, certa fúria se converte em agressividade estilística (*pero* sem perder a elegância, *jamás*) que se expressa na caneta pesada (e não por isso menos precisa, muito pelo contrário) ao descrever o engodo *chic* do rondó internacional das ideologias. Nesse contexto, eleva-se o nível de acidez irônica da “crítica impiedosa de todo o existente” – como exigia Marx –, unida agora à malícia machadiana (cuja razão de ser, a essa altura,

13 O movimento do livro, que não é isento de uma dimensão sentimental ao falar dos próprios ex-professores, é o de elevar o anedotário ao âmbito do conceito, como bem descreveu um amigo, Eraldo Santos. O estilo ensaístico não deixa de ter analogias com aquele da *Minima Moralia* de Adorno, sobre o qual Marcuse disse uma vez em carta: “Penso que o mais impressionante é o jogo que tece sem atritos o que é muito pessoal e o universal”. Carta de Marcuse a Adorno, 6/2/1948, Theodor W. Adorno-Archiv.

já era bem clara), que não perdoa ingenuidades. Vejamos por exemplo como começa uma resenha de um livro de Richard Rorty que Paulo Arantes escreve para a *Folha de S. Paulo* em 1995, na qual Machado, aliás, aparece na primeira linha:

Como o famigerado influxo externo – o mesmo de que falava Machado de Assis a propósito das idas e vindas de escolas literárias europeias e demais panaceias científico-sociais prestigiosas – não só continua preponderante mas parece estar ingressando numa fase aguda de excitação nestes tempos de desmanche nacional acelerado, é muito provável que a tradução brasileira do principal livro de Richard Rorty, “A Filosofia e o Espelho da Natureza”, mesmo atrasada de 15 anos, desencadeie um novo surto de conversões fulminantes, desta vez ao neopragmatismo americano. É que, ao lado de uma velha amiga da casa, a Ideologia Francesa da Transgressão e assemelhados, regularmente fustigada no seu flanco (direito? esquerdo?) pelo ameno cosmopolitismo ético da Teoria (alemã) da Ação Comunicativa, a Alta Conversação, prática social sucedânea da enferrujada investigação filosófica dos fundamentos, preconizada por Richard Rorty para coroar em grande estilo a era de Esclarecimento absoluto em que já vivem as prósperas democracias industrializadas do Atlântico Norte – como nosso Autor prefere se exprimir, não por cinismo, mas com certeza por considerar que é assim mesmo, sem rebuços essencialistas, que deve falar um nominalista conseqüente –, representa sem dúvida uma excelente ocasião para sacudir a poeira do atraso e do dogmatismo, como nos conclamam insistentemente a fazê-lo nas altas esferas da República, sobretudo nesta hora decisiva em que também o país intelectual procura seu lugar na nova divisão internacional do trabalho. (ARANTES, 1995).

O procedimento da crítica é portanto mostrar que aquilo que aparece como desajustado e impróprio, tal como o Liberalismo na sociedade escravocrata, *produz um ajuste* à sua maneira – e é nesse movimento de ajuste que se encontra o cerne do engodo cujo funcionamento deve ser desvelado. Esse viés de análise está presente até mesmo na crítica que Paulo Arantes faz à interpretação de Gerard Lebrun sobre Hegel, nos ensaios “Ideias ao léu” (1989) e “Hegel, frente e verso” (1993). Se *La patience du concept*, de 1972, é um livro que Arantes lê com entusiasmo e, apesar das discordâncias, do qual incorpora questões levantadas pelo professor franco-uspiano à sua própria interpretação da obra hegeliana, já *O avesso da dialética*, de 1988, aparece como uma “adesão por extenso ao anti-hegelianismo militante da Ideologia Francesa (alimentado no entanto com recursos próprios e nenhuma concessão à terminologia em voga)” (ARANTES, 1993, p. 153-154). Também ali haveria a função de *ajuste*, pois, no final das contas, “nada mais brasileiro que a luz nietzschiana sob a qual o Prof. Gérard Lebrun retomou a leitura de Hegel” (ARANTES, 1989, p. 74). Em suma, também aqui, ideias fora do lugar, no lugar.

DA IRONIA OBJETIVA AO CINISMO

Há uma outra dimensão do funcionamento ideológico da periferia que se torna evidente sobretudo no segundo estudo de Schwarz sobre Machado, a saber, o *cinismo*, que aparece ligado a uma violência bruta e a uma negatividade propriamente

catastrófica, que permite que os opostos saiam de mãos dadas. É como se em Brás Cubas, um especialista em desmanchar expectativas no nascedouro (SCHWARZ, 2000, p. 71), Schwarz descobrisse a matriz constitutiva do nacional, que se reproduz segundo a “lógica da desintegração” (o conceito é de Adorno, e a fórmula geral, de Arantes). Uma descoberta retrospectiva, e não por isso menos verdadeira, seguindo o melhor estilo da *Nachträglichkeit* dialética. Afinal, como diz Paulo Arantes:

Roberto Schwarz, segundo ele mesmo conta, só atinou com a atualidade desnorteante de Machado depois do golpe de 1964 [...]. Pois a Ditadura – militar apenas no que concerne ao trabalho sujo encomendado – inaugurou o novo tempo brasileiro regido por essa lógica com a qual estamos nos defrontando agora, a do sinal fechado num presente inesgotável, aliás profeticamente anunciado pela Tropicália, outra comissão de frente a nos levar às cordas. (ARANTES, 2014, p. 348).

A lição machadiana é a aniquilação de toda inocência e ingenuidade, de modo que, como dizia Adorno (2008, p. 21), “nada mais é inofensivo”. Um paralelo entre *Um mestre na periferia do capitalismo* (cujo título alternativo seria, segundo conta Arantes, “O nada na acepção brasileira do termo”) e a *Minima Moralia* de Adorno não é infrutífero. Tanto num livro como no outro há uma sensibilidade moral que se transforma em instrumento de reflexão sobre a estrutura social. Certamente não é o caso de uma “moralização” da crítica: “Em lugar de insistir no disparate moral, para descartá-lo, melhor examinar-lhe a realidade e o sentido histórico, o que desloca a questão. Voltando às condutas de Cotrim, além de impróprias de um indivíduo esclarecido *elas são próprias da sociedade colonial*, como é fácil notar” (SCHWARZ, 2000, p. 126). Também a reflexão moral adorniana é sobretudo uma *investigação sobre o mundo social* e, mais especificamente, sobre seu horror objetivo¹⁴. Assim como os gestos da vida cotidiana revelam teor histórico na *Minima Moralia*, Schwarz observa em Brás Cubas:

[...] a pancada periódica no direito dos pobres; os arrepios deliciosos causados por elogios injustificados; o embevecimento do patriarca diante das tropelias do filho; tipos abjetos de convivência de classe; o tédio devido à vacuidade dos projetos em pauta; e também a plenitude singular de um adultério longo e rotineiro. (SCHWARZ, 2000, p. 163-164).

Schwarz (2000, p. 162) observa que aqui “a suspensão do remorso tem funcionalidade de classe”, identificada na “filosofia nasal” de Brás, a saber, a do próprio nariz – Machado escreve: “Nariz, consciência sem remorsos” (apud SCHWARZ, 2000, p. 162). Qual a relação entre essa sociedade sem remorso que surge na periferia e a análise adorniana da eticidade do mundo liberal civilizado no instante de sua queda? Ora, Adorno estava visando justamente o declínio daquilo que *faz sociedade*, de modo que “o cimento entre os homens é substituído pela pressão que os mantém juntos” (ADORNO, 2008, p. 37). A periferia, entretanto, antecipa o

14 Sobre o nexa entre reflexão moral e teoria crítica em Adorno, cf. Catalani (2019), sobretudo capítulo 3.

horror de uma *sociedade dessocializada*, em que o laço social se dá como a violência do interesse econômico sem fachada – Celso Furtado dizia: “Poucas vezes na história humana uma formação social terá sido condicionada em sua gênese de forma tão cabal por fatores econômicos” (apud ARANTES, 2004, p. 59). O que revela então uma sociedade que surge na vanguarda de um sistema internacional de produção de mercadorias? Nos termos de Caio Prado Júnior: “o observador encontrará de essencial na sociedade da colônia [...] um estado, ou antes *um processo de desagregação mais ou menos adiantado*” (PRADO JR., 1961, p. 343 – grifos nossos). É curioso notar que a distância temporal entre a publicação do livro de Caio Prado, de 1942, e a redação daquelas linhas da *Minima Moralia* sobre o desfazimento do “cimento entre os homens” em meio à catástrofe europeia é de apenas dois anos. Antecipando Adorno, Caio Prado analisa a sociedade colonial em sua “falta de nexo moral”¹⁵, compreendido este como o “conjunto de forças de aglutinação, complexo de gerações humanas que mantêm ligados e unidos os indivíduos de uma sociedade e os fundem num todo coeso e compacto” (PRADO JR., 1961, p. 344).

O regime cínico de reprodução social e ideológica corresponde a uma relativa transparência da violência econômica e extraeconômica como motor da realidade que ironiza a si mesma, de modo que o vazio daquelas normas morais que deveriam produzir vínculo social torna-se igualmente evidente. Na *Minima Moralia* de Adorno, isso aparecia como uma crise da ironia, em que a mentira declara que “é assim mesmo”: “Na rocha do existente nenhuma fenda dá apoio à mão do irônico” (ADORNO, 2008, p. 208). Algo semelhante ocorre no Brasil, já que por aqui os liberais faziam uma “defesa progressista do tráfico negreiro” (SCHWARZ, 2000, p. 43), o que complica as coisas para a crítica imanente que visa contrapor a coisa àquilo que ela pretende ser. Ou seja, o gesto cínico do “é assim mesmo” está na base da

15 Podemos dizer que há uma analogia entre essa suspensão do remorso (analisada por Schwarz), a “falta de nexo moral” identificada em viés sociológico por Caio Prado Júnior, e o “mundo sem culpa” conceituado por Antonio Candido em sua “Dialética da malandragem” – as três abordagens serão retomadas por Paulo Arantes (2004) em “A fratura brasileira do mundo”, ao discutir a brasilianização do centro em termos de flexibilização das normas, que, ao invés de produzir uma sociedade mais livre e aberta, produz o desrecalque total da lógica mercantil que a passa a operar sem barreiras, tal como ela funciona na colônia desde seu surgimento. Assim, a flexibilização da norma veio com sinal trocado, como diz Paulo Arantes (2004, p. 62): “Antonio Candido também era da mesma opinião acerca do déficit de humanidade de uma organização social comandada pela introjção da Lei e correspondente extroversão da violência interiorizada sobre os não eleitos, e da respectiva vantagem civilizatória de uma sociedade que ganha em ‘flexibilidade o que perde em inteireza e coerência’. Em resumo, a lável alternância entre a norma frouxa e sua infração sem remorso, que amaina as tensões e dá lugar a toda sorte de acomodações, ‘nos fazem [sic] parecer por vezes inferiores ante uma visão estupidamente nutrida de valores puritanos, como a das sociedades capitalistas’, mas com certeza haverá de facilitar ‘nossa inserção num mundo eventualmente aberto’. Esse mundo aberto, no qual se destacaria a contribuição milionária de nossas idiossincrasias, obviamente não veio. E, se acaso chegasse, encontraria a *dialética brasileira da malandragem de ponta-cabeça*”.

formação nacional¹⁶, que Schwarz encontra naquela volubilidade cínica do narrador machadiano, um princípio formal com força mimética. Um narrador que opera um “constante desrespeito de alguma norma” (SCHWARZ, 2000, p. 29) e que regularmente “se afirma espirituoso, além de vencedor”. Inerentemente flexível, “o narrador não permanece igual a si mesmo por mais de um curto parágrafo, ou melhor, muda de assunto, opinião ou estilo quase que a cada frase” (SCHWARZ, 2000, p. 30).

Em uma situação em que, “além de infração, a infração é norma, e a norma, além de norma, é infração, *exatamente como na prosa machadiana*” (SCHWARZ, 2000, p. 43), a ironia machadiana em relação ao liberalismo escravista não poderia seguir aquele modelo por assim dizer clássico e europeu de ironia, que funcionava como *denúncia* em relação aos interesses econômicos que eram ocultados, uma vez que, diante do caráter sistêmico das infrações, não faz sentido recorrer à norma liberal para denunciar sua incompatibilidade na realidade. Podemos arriscar dizer que por aqui, tal como a dialética, estava em operação uma ironia *negativa*, mais mórbida que satírica. Como diz Schwarz, trata-se de um humor particular, “mais amigo da insinuação venenosa que da denúncia” (SCHWARZ, 2000, p. 112). De certo modo, é algo distinto da “sanguínea seriedade” (ADORNO, 2008, p. 208) exigida por Adorno diante da falência da ironia denunciadora, mas ao mesmo tempo lhe é próximo em seu teor de *veneno*.

BRASILIANIZAÇÃO: EXCEÇÃO E VERDADE

Se na gênese do espaço colonial está a lógica dessocializadora da mercadoria em seu estado puro (enquanto na metrópole existia ainda uma fachada civilizatória de contenção¹⁷), o horror surge no centro como uma lógica colonial que o próprio centro produz à sua margem – aparece portanto no centro como algo que lhe é externo, mas que é seu próprio âmago. Ou dito de outra forma: o horror aparece como uma anomalia, que, entretanto, é a verdade da norma. O primeiro momento na história ocidental em que a verdade colonial do centro é revelada para si, como sugerido acima no paralelo Schwarz-Adorno, é o fascismo. Segundo uma anedota vez

16 Tal cinismo constitutivo é retomado por Paulo Arantes em um texto de 1998, no auge da era FHC e do “Eslarecimento de mercado”: “Não quero parecer ufanista, mas em matéria de cinismo também estamos na frente. Ou melhor, continuamos. [...] Para se ter uma noção de nossa espantosa atualidade no capítulo, bastaria recordar a luminosa franqueza com que nossos pais fundadores advogavam a causa ultramoderna do liberal-escravismo. Enquanto na metrópole um espesso véu vitoriano ainda recobria o interesse nu e cru do pagamento em dinheiro, numa longínqua sociedade colonial a exploração prosperava a céu aberto, direta e seca. Na metrópole, todos faziam, porém a rigor não sabiam de nada, ao passo que na periferia todos sabiam muito bem o que estavam fazendo” (ARANTES, 2004, p. 109).

17 Aqui o sentido preciso de *vanguarda do capitalismo* na experiência colonial: “Enquanto a Europa ainda se enredava no cipoal de restrições e particularismos do Antigo Regime, despertávamos para o mundo quimicamente puro da forma-mercadoria, a um só tempo periférica e hipermoderna. Fizemos a experiência extrema do que significa o vazio social no qual se reproduz um território comandado integralmente pela violência da abstração econômica” (ARANTES, 2014, p. 321).

por outra lembrada por Paulo Arantes, um cidadão europeu (liberal e esclarecido, decerto) teria afirmado diante da ascensão hitlerista: “Mas estão nos tratando como se fôssemos nativos africanos!”. Ou seja, “a anomalia selvagem do Terceiro Reich ocupante consistiu em tratar como povos coloniais os ocupados europeus.” (ARANTES, 2014, p. 307). Aqui torna-se literal o dito de Benjamin presente em sua oitava tese sobre o conceito de história, segundo o qual “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral” (BENJAMIN, 1994, p. 226). A relação centro-periferia entendida sob a relação entre norma e exceção (e não como moderno e atrasado, tendo o progresso como régua) significa precisamente a *inversão* da relação entre o normal e o excepcional¹⁸. Não é acaso que Paulo Arantes tenha intuído que o processo de colonização da “invasão originária” possa ser lido com apoio em Carl Schmitt, o que ele ensaia algumas vezes em falas públicas, embora sem fixar no papel¹⁹.

Se fôssemos tentar glosar essa hipótese, ela seria mais ou menos o seguinte: de forma análoga ao que a tradição crítica brasileira tende a afirmar, para Schmitt (1974), a consolidação do *nomos* da terra europeu, que significa uma territorialização do direito (e vice-versa: uma juridificação do espaço), isto é, uma ordenação do território europeu a partir da delimitação de fronteiras e linhas de amizade, consiste na criação simultânea desse espaço *beyond the line*, do continente ultramar como terra livre (isto é, terra sem lei e sem Estado), onde a guerra, pacificada no continente, poderia fluir livremente. Ou seja, *sem expansão colonial não há Europa e vice-versa*, de modo que a colônia é esse subsolo europeu de territorialização da anomia e do estado de exceção (enquanto terra onde rege a rapina, a pilhagem, a pirataria e o genocídio), do qual depende o funcionamento normal da metrópole²⁰. Ou seja, por que não há pecado do lado de baixo do Equador? Nas palavras de Arantes, lendo Schmitt com Caio Prado e Schwarz na cabeça e recolocando mais uma vez tal dualidade constitutiva de modo dialético, “a ordem europeia tem como pressuposto uma desordem mundial colossal”. Ainda aqui se trata de por meio da “nossa anomalia expor a fratura constitutiva da normalidade moderna” (ARANTES, 1992, p. 89). Vale também para o mundo a intuição de Freud segundo a qual é nas feridas da psique que a estrutura do normal se revela.

É precisamente nessa esteira que Paulo Arantes irá interpretar o debate sociológico em torno da *brazilianization* no ensaio “A fratura brasileira do mundo”,

18 É também sob esse viés que Chico de Oliveira afirma no *Ornitórrinco*: “O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 131).

19 Algo realizado, por exemplo, na conferência “O mundo-fronteira” de 2004(?), registrada no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=wDgFP-cx7e4&t=375s>). Uma versão ultrassintética do argumento, que vincula exceção e colonização (e que vira de ponta-cabeça o *sentido da formação*), pode ser encontrada em uma entrevista de 2007 republicada em *O novo tempo do mundo* (ARANTES, 2014, p. 321-326).

20 Na *Crítica da razão dualista*, Chico de Oliveira (2003, p. 43) afirmava que o “capitalismo cresce por elaboração de periferias”.

em que uma nova simultaneidade histórica é produzida no momento do colapso – entendido esse não como crise cíclica, mas como uma crise da produção real de valor desencadeada a partir de uma crise do trabalho²¹. Essa nova simultaneidade não significa o *catching up* da periferia em sua “modernização retardatária” (Kurz), mas antes a periferização do centro, que passa a desenvolver “uma *dualização* tamanha da sociedade que só encontra paralelo no país clássico das clivagens inapeláveis” e fraturas de “proporções brasileiras irreversíveis” (ARANTES, 2004, p. 34; p. 55). A *brasilianização* ou a periferização do centro significa, entretanto, não uma “invasão bárbara” de um padrão civilizatório inferior (e alheio) no centro orgânico do capitalismo, mas o contrário: a brasilianização do centro é o reverso da “manchesterização” da periferia, quer dizer, no momento do colapso “não é trivial que o mundo ocidental confessadamente se brasilianize, depois de ter ocidentalizado a sua margem” (ARANTES, 2004, p. 30)²². A periferização do centro do capitalismo não é uma “regressão”, entendida como um impasse contingente do progresso e do processo modernizador, mas é a revelação de sua própria verdade.

A interpretação da relação centro-periferia que estamos abordando aqui está vinculada aos pressupostos da teoria de Trotski do desenvolvimento desigual e combinado, tal como desenvolvida no primeiro capítulo de sua *História da Revolução Russa*. A referência em “Ideias fora do lugar” é explícita, e podemos dizer que tais pressupostos permanecem na obra de Paulo Arantes (daí também o interesse latente por um estudo comparado entre Brasil e Rússia, sendo que em um dos lados deu em revolução, e no outro, deu no que deu). Por um lado, podemos pensar na ideia de “desigual e combinado” ao pé da letra, quer dizer, trata-se de certa estrutura *dual* (desigual), mas que é dialética (combinada), ou seja, é algo dual e uno ao mesmo tempo, na medida em que o “atrasado” é produzido e reproduzido pelo moderno – no caso de Trotski, tratava-se de compreender como a modernização reforçava o

21 É sempre bom lembrar, como o faz Daniel Feldmann (2019, p. 15), que “o bloqueio da valorização embutido na contradição em processo do capital não implica na suspensão da lei do valor”, muito pelo contrário: “a lei do valor torna-se na realidade ainda mais implacável, colonizando todas as instituições e âmbitos da vida em grande medida porque torna-se escassa sua ‘matéria-prima’. Se, como já dizia Cervantes, ‘o melhor tempero é a fome’, a insaciabilidade e a incontrolabilidade inerente ao próprio conceito de capital só pode[m] crescer quando se torna mais rara a possibilidade efetiva de novas frentes sustentáveis e perenes de valorização”. Algo não ignorado por Paulo Arantes (2014, p. 320), que reconhece que “a lei do valor continua vigorando, embora tenha perdido sua base objetiva”.

22 “Será preciso ainda acrescentar (nunca se sabe) que brasilianização global não quer dizer que o futuro do mundo seja o “atraso” ou alguma variante tropical de capitalismo selvagem [...] ao contrário, matriz colonial aqui é sinônimo de vanguarda num sentido muito preciso [...] quando éramos fronteira avançada do *désenclavement* planetário da economia-mundo capitalista, ocupávamos o extremo quimicamente puro de uma configuração social propriamente monstruosa, na qual se exprimiria o sentido mesmo da colonização, e, como estamos vendo, um passado de muito futuro. Refiro-me à prevalência (e transparência) absoluta da razão econômica na gênese de uma ‘sociedade’ que, por isso mesmo (se Mauss e Durkheim têm alguma razão...), dificilmente poderia atender por esse nome” (ARANTES, 2004, p. 58-59).

tsarismo e sua forma de trabalho servil, ao invés de derrubá-lo²³. Por outro lado, o “privilegio do atraso histórico” (TROTSKY, 1961, p. 4 – tradução nossa), do qual fala Trotski no primeiro capítulo de sua *História da Revolução Russa*, era uma forma de explicar as possibilidades revolucionárias na Rússia, que seria uma espécie de grande salto adiante, pulando de uma vez só “do arco e flecha para o rifle” (TROTSKY, 1961, p. 4 – tradução nossa), sem percorrer os caminhos intermediários – que o progresso seja medido pelo desenvolvimento militar não é nenhuma idiossincrasia, afinal, afirmava Adorno (2009, p. 266) em sua *Dialética negativa* que “não há nenhuma história universal que conduza do selvagem à humanidade, mas há certamente uma que conduz da atiradeira até a bomba atômica”. De todo modo, *o atraso aparece como uma grande chance de modernização*²⁴ – surge daí também toda a série de grandes expectativas em relação ao *Brasil, país do futuro*. Assim, as elaborações teóricas sobre o subdesenvolvimento estiveram quase sempre atreladas a um “tempo nacional”, digamos assim, em que se vive a expectativa de superação dessa condição subalterna e vergonhosa – não importa se tais expectativas tivessem uma coloração progressista-reformista ou francamente revolucionário-socialista. De todo modo, chegaria a hora de *tirar o atraso* – não é acaso também que Schwarz escreva no prefácio à *Crítica da razão dualista* de Chico de Oliveira (2003, p. 19) que “a pobreza e a sua superação eram a nossa chance histórica!”. A temporalidade nacional segue então como uma sequência mais ou menos alternada de expectativa e frustração. Ora, a originalidade de Schwarz, no interior da tradição de interpretações do Brasil, foi mostrar que tal frustração está traçada como destino na constituição mesma daquilo que chamamos de *nacional*. Nos termos de Arantes:

A formação nacional é de fato vista como uma tarefa inconclusa de apropriação da normatividade burguesa encarnada pelos países que nos servem de modelo, agora, depois da Queda, como um trabalho de Sísifo empulhado pela ladainha da modernidade incompleta [...]. E assim, de eufemismo em eufemismo, apenas um esforço suplementar nos separaria do concerto das nações evoluídas, e por aí afora desde a Independência. Deu no que deu, como sabemos: quer dizer, a modernização já se completou faz tempo (não nascemos modernos?), não há nada para realizar, ou por outra, ela é a repetição dessa promessa sem futuro, repetição prática e ideológica [...]. Extrapolação? Acho sinceramente que não. Penso até que sem nenhum arbítrio esse destino está escrito na compulsão à repetição que anima o narrador machadiano decifrado pelo Roberto, como já disse. (ARANTES, 1996b, p. 134-135).

Ou seja, *não há nenhuma formação inconclusa, a formação está terminada*. E aqui Paulo Arantes opera uma ruptura radical com toda a tradição crítica brasileira

23 “[...] a introdução de certos elementos da técnica e do treinamento, principalmente militar e industrial, do Ocidente sob [o czar] Pedro I levou a um fortalecimento da servidão como a forma fundamental de organização do trabalho” (TROTSKY, 1961, p. 5 – tradução nossa).

24 “O fato de a Alemanha e os Estados Unidos terem agora ultrapassado economicamente a Inglaterra tornou-se possível pelo próprio atraso de seu desenvolvimento capitalista” (TROTSKY, 1961, p. 4 – tradução nossa).

(pois não se projeta o Estado-nação moderno como horizonte de emancipação²⁵) e se mantém fiel a ela ao mesmo tempo, empregando suas categorias de análise. Se o pressuposto latente de tal tradição crítica é pensar *uma saída para o Brasil* (já Schwarz identificara o contrassenso de uma leitura d'*O capital*, no “Seminário Marx”, com a finalidade de resolver os impasses da industrialização brasileira e não de elaborar uma teoria crítica do capitalismo a fim de superá-lo), trata-se de assumir de uma vez por todas que “Brasil” é um projeto distópico e genocida, momento intrínseco ao processo de imposição das relações sociais fundadas na produção de mercadorias forjada sob a violência do governo da ralé colonial e da integração nacional. A *revolução*, se ela ainda tem alguma atualidade, deve perder seu célebre predicado de “brasileira”.²⁶ Se a periferia sempre foi a *exceção normal*, trata-se então ainda de quebrar o feitiço da norma capitalista:

Seja como for, a Revolução, uma vez acionado o alarme de incêndio que a máquina infernal do capitalismo não deixa de trazer instalado no seu sistema de válvulas de escape, é a única Saída de Emergência, e por mais assombroso que pareça, pela porta estreita e altamente ambivalente da Exceção. Há razões para essa bifurcação trágica, e elas não são banais nem filosoficamente neutras [...]. Pois a Exceção [...] tanto anuncia a redenção quanto o fundo que uma parcela da humanidade tocou. (ARANTES, 2014, p. 271).

Resolver o problema evocando a Revolução pode parecer um retorno cômico às boas coisas de sempre, ignorando as coisas novas e ruins. Entretanto, o sentido da Revolução como *Exceção* (grafada com maiúscula tal como outrora escrevia-se *História*) deveria ser esmiuçado. A reflexão sobre a atualidade da Revolução em *O novo tempo do mundo*, última obra de Paulo Arantes (até o momento da redação deste texto), aparece de forma quase escondida, e no entanto ela é central, de modo que o leitor desatento pode muito bem passar despercebido por ela, retendo somente certo “pessimismo” em relação às “expectativas decrescentes”. Entretanto, trata-se precisamente do contrário, pois não há nenhuma melancolia nostálgica frente

25 “Se a esquerda intelectual brasileira pretende mesmo algum dia despertar do coma profundo em que se encontra, creio que a primeira providência seria repassar os grandes lugares-comuns de nossa tradição crítica por um prisma teórico e político à altura da ruptura de época que estamos atravessando às cegas. A começar pelo espantoso sentido ultramoderno da colonização [...]. Aqui uma primeira revisão. De tempos em tempos, algum sábio entra em campo para anunciar que a reviravolta salvadora de que o país carece mesmo é um choque cavalariço de capitalismo. Síndrome análoga na esquerda progressista, que ato contínuo apresenta sua candidatura para fazer a mesma coisa. Ocorre que é bem possível que a verdade esteja na contramão dessa fantasia punitiva. A desgraça nacional não decorre de uma carência originária, mas de uma demasia monstruosa; a rigor padecemos desde sempre de um excesso de capitalismo, se é que se pode falar assim” (ARANTES, 2014, p. 321).

26 “Por essas e outras é que a eleição de um operário metalúrgico para a Presidência da República derruba de vez a teoria crítica brasileira, como a eleição anterior de um sociólogo desnudava a dimensão afinal afirmativa daquela mesma tradição. Como observou um jovem historiador, *cum grano salis*, um retirante presidente supera de uma vez por todas os ‘impasses do inorgânico’ e arremata a obra-prima de Caio Prado Jr., virando com uma pá de cal sua última página: então era isso a Revolução Brasileira?” (ARANTES, 2014, p. 350).

ao esgotamento do processo social que servia de lastro para o moderno horizonte progressista da história, embora a contraposição entre duas temporalidades (a moderna “clássica”, orientada para o futuro, e a nossa, a do futuro presentificado) seja um recurso crítico constante. Entretanto, a exceção a que Paulo Arantes se refere é ambivalente (tal como em Benjamin) pois

[...] não está excluído que a saída abra para o abismo. Ou para o círculo vicioso do colapso sem fim: basta imaginar o mundo como um único campo de refugiados de catástrofes humanitárias, ou a famigerada sociedade global finalmente alcançando seu ideal, [...] sendo o *capitalismo de desastre* enfim apenas a última palavra nos negócios da fronteira. (ARANTES, 2014, p. 271).

Ora, o que significa pensar a exceção tanto como a regra (como o horror contemporâneo do capitalismo de desastre) quanto como “aquilo que salva”? Seria necessário, antes de tudo, considerar uma *negatividade intrínseca à exceção* de modo que, para além da constatação da interdependência entre exceção e normalidade, da análise da continuidade entre Paz e Guerra (objeto de análise do livro *Extinção*), trata-se de pensar a revolução como a exceção não normal, o Acidente que vai para além dos *acidentes normais* do capitalismo de desastre. Apesar de o autor vez por outra anunciar a obsolescência da negação determinada (e no limite, da própria dialética), essa perigosa ambiguidade da exceção não deixa de ser uma negatividade imanente que aponta tanto para o Nada (uma *passagem do dois ao zero*, em que a dualidade se resolve como desintegração), quanto para a possibilidade de saída do círculo infernal. Em um outro registro, ainda vale o verso de Hölderlin (que para Bloch é a síntese da própria ideia de dialética): “Onde há perigo, cresce / também o que salva”. A utopia portanto não é o alicerce positivo em um *fora*, mas, pensada como ruptura do curso histórico, deve encontrar o antídoto da Revolução no veneno fornecido pelo presente. “Só se sai a partir de dentro” (ADORNO, 2012, p. 411). Essa ambivalência demoníaca da exceção é a própria ambivalência dialética do *mal*²⁷. Apesar de anunciado que “nenhum futuro será parido por esse círculo infernal, nenhuma gestação imanente movida a quantas negações da negação se queira” (ARANTES, 2014, p. 398), podemos

27 O demoníaco e a dimensão fáustica da dialética (que chegou a ser acusada de satanismo filosófico) são fato conhecido e ponto de partida para o ensaio “Origens do espírito de contradição organizado” (ARANTES, 1996a). Portanto, não é nada filosoficamente neutro e tampouco somente gracejo estilístico que em seu ensaio “Depois de junho a paz será total” o “demoníaco” seja predicado tanto dos “porcos endemoniados” (os “demônios fardados”), quanto daquela “legião sem nome [que] começou a mostrar a cara em Junho” (ARANTES, 2014, p. 458 ss.).

arriscar dizer que a “verdadeira exceção” (a exceção revolucionária) é uma espécie de negação determinada do normal, é a *exceção da exceção*²⁸.

A Revolução não é, portanto, uma *necessidade histórica* inscrita na realidade tal como um destino, ela é antes o contrário: a contingência radical que quebra o nexo causal do desenvolvimento lógico das coisas. Assim, ao mesmo tempo que Arantes anuncia que não há “nenhum milagre dialético disponível que desentranhe alguma etapa superior do que quer que seja desse último círculo da religião capitalista”, ele diz que esse “*milagre ameaçou acontecer em Junho [de 2013]*” (ARANTES, 2014, p. 398, p. 455) – no caso, porém, o milagre da Recusa, e não a superação como uma *Aufhebung* de um processo acumulado. Pensar a Revolução como ruptura histórica e como Exceção (que não deixa de ser uma forma de negação) significa retirar dela todo seu teor progressista, de modo que a própria ideia de acúmulo de experiência histórica (que está na base da própria ideia de formação) muda de sentido, *pois no momento do colapso reconhece-se retroativamente o verdadeiro “sentido da formação”* – e no limite, o sentido da dialética. A proximidade com o Horkheimer de *O Estado autoritário* (1942), com sua crítica da ideia de *maturidade* (do processo histórico), é latente. Se Horkheimer via naquela formação social do terror a forma final do desenvolvimento capitalista, é porque não há nada ali sendo “maturado” ou “gestado”, de modo que naquele momento tornou-se necessário afirmar que “a dialética não é idêntica à

28 Retomando, portanto, a discussão marginal introduzida na n. 10, acima, a questão, no fundo, é se, diferentemente do modo não dialético, ou, se se quiser, *pós-dialético* como Arantes interpreta a sua própria obra, aquilo que é analisado no *Sentimento da dialética* é de fato apenas a oscilação aparentemente descolada entre extremos antinômicos, e não, talvez, a própria totalidade antinômica negativa que põe as condições do comportamento oscilante; em outras palavras, não a “alternância indefinida que não se resolve”, mas aquilo que ela, como comportamento intelectual necessário, revela sobre a realidade sobre a qual oscila: a sua estruturação não apenas dual, mas verdadeiramente antinômica, na qual cada extremo imobiliza o outro e paralisa o movimento da totalidade. Em todo caso, em Arantes já não há nada de dialético nesse “presente perpétuo” que Adorno interpreta como “dialética paralisada”, isto é, como uma acumulação de tensão que permite prever uma superação imanente, de que tipo for, adiada *sine die*, mas ainda assim posta. Ao contrário, a experiência brasileira, conceituada por Schwarz, de que a coexistência da dualidade *não tende a nada*, mostraria antes a verdade de uma destemporalização do tempo histórico que ainda viria a ser experimentada no centro do capitalismo. Dando nome aos bois, a dialética que não dá em nada (*i.e.*, uma dialética desdialetizada) não é outra coisa senão a dialética do capital, ou seja, uma dialética que não produz o “*totum* utópico-concreto”, como esperava Ernst Bloch, mas sim o grande Nada (também Günther Anders se referia ao apocalipse nuclear como o “Nada total”). Isso significa dizer que o capitalismo já não permitiria mais alguma espécie de “negação determinada”, isto é: não está gerindo nenhuma forma de vida superior a partir de suas contradições imanentes. Nas palavras do próprio autor: “Convenhamos que parece não haver ainda milagre dialético disponível que desentranhe alguma etapa superior do que quer que seja desse último círculo da religião capitalista: um século de guerra social pode ter mostrado que nenhum futuro será parido por esse círculo infernal, nenhuma gestação imanente movida a quantas negações da negação se queira. A tarefa da nova geração agora é outra: como se livrar desse sistema de normas, práticas, dispositivos, de todo esse cerimonial de acumulação, de sofrimento alimentado por seus próprios adoradores? Numa palavra, como sair?” (ARANTES, 2014, p. 398). A *saída* (a exceção da exceção) significa, no limite, a desativação da própria dialética.

evolução” (HORKHEIMER, 1987, p. 307). Do mesmo modo como Arantes defende que não há “nenhum futuro” a ser “parido” a partir de uma “gestação imanente” (a crítica é dirigida aos dialéticos “científicos” e progressistas), também para Horkheimer (1987, p. 307) “a doutrina da obstetrícia rebaixa a revolução a mero progresso”. A partir daquele momento histórico (prestemos atenção à data do texto de Horkheimer) já não se pode compreender o futuro como um bebê do presente (a não ser que se trate do bebê de Rosemary ou de um filhote de ornitorrinco). Afinal, “a ideia da obstetrícia corresponde exatamente à história da burguesia” (HORKHEIMER, 1987, p. 306). Portanto, no caso de Arantes, qual a relação entre o diagnóstico sobre o fim da formação, em que não há mais nada a ser *gestado* e *amadurecido*, e a ideia de Revolução que é sugerida nas entrelinhas? Nos termos de Horkheimer (1987, p. 305), “para o revolucionário o mundo sempre esteve maduro”. Portanto, não há nada a esperar, salvo que a desesperança se torne produtiva.

Uma hipótese sobre como Walter Benjamin interpretaria o presente (que se encontra estrategicamente nas linhas finais do ensaio introdutório de *O novo tempo do mundo*) nos dá uma imagem do possível:

Se Walter Benjamin pudesse incluir postumamente um parágrafo na entrada “Alarme de Incêndio” de sua *Rua de mão única* – entrada na qual redefiniria a luta de classes, não como correlação de forças sopesadas numa gangorra sem fim, mas como urgência de apagar o incêndio geral que de qualquer modo os dominantes já atearam –, é bem provável que reconhecesse nesse aparente eterno retorno de uma conjuntura em que campo de experiência e horizonte de expectativa voltaram a se sobrepôr, depois de seu longo divórcio progressista, a fisionomia mesma da Revolução, o Acidente original, em suma. (ARANTES, 2014, p. 97).

SOBRE OS AUTORES

LUIZ PHILIPPE DE CAUX é professor de Filosofia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CCHLA/UFRN).

E-mail: luiziphilipedecaux@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2458-5563>

FELIPE CATALANI é doutorando em Filosofia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

E-mail: felipecatalani@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5133-3145>

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Soziologische Schriften I* (= Gesammelte Schriften, Bd. 8). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.
- _____. Zum Studium der Philosophie. In: _____. *Vermischte Schriften II* (= Gesammelte Schriften, Bd. 20.1). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, p. 318-326.
- _____. *Minima Moralia*. Trad. Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.
- _____. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- ARANTES, Otilia; ARANTES, Paulo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARANTES, Paulo. Para onde caminha o bonde da filosofia?. Entrevista concedida a Vinicius Torres Freire e Fernando de Barros e Silva). *Folha de S. Paulo*, 6 de fevereiro de 1994.
- _____. O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu. *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, julho de 1988a, p. 185-194.
- _____. Manias e campanhas de um benemérito: breve nota sobre o Dr. Pereira Barreto e o positivismo no Brasil, em resposta a Luiz Antonio de Castro Santos. *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, outubro de 1988b, p. 199-204.
- _____. Ideias ao léu. Digressão a propósito de “O avesso da dialética”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 25, 1989, p. 61-74.
- _____. Tentativa de identificação da ideologia francesa. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 28, 1990, p. 74-98.
- _____. Ideologia francesa, opinião brasileira: um esquema. *Novos Estudos Cebrap*, n. 30, 1991, p. 149-161.
- _____. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Hegel, frente e verso: nota sobre achados e perdidos em História da Filosofia. *Discurso*, n. 22, 1993, p. 153-165.
- _____. *Um departamento francês de ultramar: Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. A transformação da filosofia. *Folha de S. Paulo*, 1º de maio de 1995.
- _____. *Ressentimento da dialética: dialética e experiência intelectual em Hegel (antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996a.
- _____. *O fio da meada: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.
- _____. *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004. (Coleção Baderna).
- _____. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. (Coleção Estado de Sítio).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (= Obras escolhidas, I). 7. ed. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem (caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 8, 1970, p. 67-89.
- CATALANI, Felipe. *Filosofia moral no mundo do pós-guerra: estudo sobre Adorno*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). São Paulo: USP, 2019.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- FELDMANN, Daniel. A crise permanente do capital e os sentidos do novo nacionalismo autoritário no século XXI (manuscrito), 2019.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997.
- HORKHEIMER, Max. Autoritärer Staat. In: _____. *Gesammelte Schriften*, Bd. 5. Frankfurt am Main: Fischer, 1987, p. 293-319.
- LYRA, Frederico. A propos du Nouveau Temps du Monde. *Jaggernaut*. n. 1, Paris: Crise et critique, 2019.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MENEGAT, Marildo. Prefácio: Um intelectual diante da barbárie. In: ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. (Coleção Estado de Sítio).
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Pedro Rocha de. The primitive accumulation of Frankfurtianism: notice on Brazilian critical theory. London, *Culture, Theory and Critique*, v. 3, n. 53, 2012, p. 305-322.
- PORCHAT, Oswaldo. Um ensaio brilhante de um intelectual maduro. *Novos Estudos Cebrap*, n. 39, 1994, p. 251-254.
- PRADO JR., Bento. Prefácio – O pressentimento de Kojève. In: ARANTES, Paulo. Ressentimento da dialética: dialética e experiência intelectual em Hegel (antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-17.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- ROMERO, Sílvio. *A philosophia no Brasil: ensaio crítico*. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1878.
- SAFATLE, Vladimir. *Dar corpo ao impossível: O sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SCHMITT, Carl. *Der Nomos der Erdeim Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*. Berlin: Duncker & Humblot, 1974.
- SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 129-155.
- _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2000.
- _____. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012a. _____. *Martinha versus Lucrécia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.
- TROTSKY, Leon. *The history of the Russian Revolution*. Chicago: Haymarket Books, 1961.

Usos do reconhecimento em Roberto Schwarz: tentativa de uma aproximação

[*Uses of recognition by Roberto Schwarz: an attempt to approach it*]

Luiz Gustavo da Cunha de Souza¹

Em “As ideias fora do lugar”, Roberto Schwarz usa a ideia de reconhecimento em passagens definidoras do texto, mas o conceito nunca recebe um tratamento formal e acabado. Curiosamente, por vezes o emprego se aproxima daquele feito por Axel Honneth. O artigo propõe, então, uma aproximação entre os usos do reconhecimento em Schwarz e Honneth. Para isso, são considerados, em primeiro lugar, usos que Schwarz faz dessa categoria também em outros textos. A seguir, é buscada uma aproximação com o uso recente dado por Honneth à categoria. Por fim, retomando a ênfase na sociedade brasileira, é sugerida uma leitura do conceito de reconhecimento como categoria analítica da sociedade brasileira, devido à sua capacidade de articular certas continuidades sociais próprias à estrutura de arbítrio e dominação de classe no

país. • **PALAVRAS-CHAVE** • Reconhecimento; favor; crítica; Roberto Schwarz; Axel Honneth. • **ABSTRACT** • In “The ideas out of place”, Roberto Schwarz uses the idea of recognition at defining moments. Yet, this category is never fully worked out. Curiously, some of the usages he gives to that concept are similar to those given by Axel Honneth. So, this paper proposes a connection between both authors. In order to do that, first, Schwarz’s essay and some other ones are where he discusses recognition are exposed. After that, a connection between his ideas and Honneth’s recent theory of recognition is posed. Finally, with the eyes turned to Brazilian society, a reading of the concept of recognition is proposed, one that accounts for arbitrariness and class stratification in this country. • **KEYWORDS** • Recognition; arbitrariness; critique; Roberto Schwarz; Axel Honneth

Recebido em 4 de abril de 2019

Aprovado em 18 de outubro de 2019

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. Usos do reconhecimento em Roberto Schwarz: tentativa de uma aproximação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 147-161, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p147-161>

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil).

A recepção da assim chamada teoria crítica da Escola de Frankfurt no Brasil tem uma história já bastante consolidada. Seja no que diz respeito à apropriação das ideias de autores como Theodor W. Adorno e Walter Benjamin na crítica da cultura, seja no que se refere à teoria democrática de Jürgen Habermas no âmbito da ciência política ou ainda que se trate da discussão dos modelos críticos de Max Horkheimer ou Herbert Marcuse. Recentemente, a continuidade da tradição de pensamento associada à Escola de Frankfurt tem sido levada a cabo por Axel Honneth, inicialmente sob a forma de uma teoria do reconhecimento (2003) e posteriormente como uma teoria da eticidade democrática (2011). Contudo, o projeto de uma teoria crítica da sociedade desenvolvido por Honneth nesses termos de uma teoria do reconhecimento se constitui ao mesmo tempo em um afastamento das intenções crítico-descritivas primeiro formuladas por Horkheimer na década de 1930 e em uma revalidação – atualizada, é óbvio – das premissas analíticas então expostas. De acordo com Honneth, o que caracteriza a teoria crítica da sociedade nesse sentido restrito ao grupo de pensadores reunidos ao redor de Horkheimer é a intenção de realizar um tipo específico de crítica normativa em que não apenas se observe criticamente a realidade social com a qual o teórico se defronta, mas que, ao fazê-lo, ele possa identificar uma instância pré-científica de ancoramento prático para a crítica. A essa dimensão, Honneth (2018b, p. 22) chama de “interesse empírico ou experiência moral”. Ora, essa dimensão de um interesse prático, que fora inicialmente identificada por Horkheimer com a experiência de opressão vivenciada pelas classes proletárias e, posteriormente, por Habermas com a constituição de regras sociolinguísticas de interação, é identificada por Honneth em um nível ainda mais fundamental do que o da comunicação: para ele, se a utilização deste último conceito como paradigma da teoria crítica oferece a vantagem de acessar uma dimensão de experiência formativa de modo mais seguro do que o paradigma do trabalho, ela sofre com o problema de ser regulada antes por padrões externos aos indivíduos envolvidos e, logo, não pode ser caracterizada como uma esfera de ação cujo conteúdo é intrinsecamente moral. Daí que o apoio para uma crítica normativa deve ser buscado não no momento formativo em que os indivíduos estabelecem um procedimento de reciprocidade, mas naquele em que eles criam expectativas quanto à sua identidade. Na medida, porém, em que essas expectativas assim desenvolvidas quanto à própria personalidade necessitam ser confirmadas por outras pessoas

envolvidas na interação social, é a expressão de demandas pelo reconhecimento das características associadas por uma pessoa à sua individualidade que fornece o tal interesse empírico de que Honneth fala. Essa demandas, de acordo com ele, são demandas por reconhecimento (HONNETH, 2018b, p. 32 e ss.), e a maneira como se expressam é uma tentativa de dar feição prático-institucional a um princípio de reconhecimento recíproco.

É a partir dessas considerações que Honneth irá desdobrar uma teoria segundo a qual o movimento de expressar publicamente demandas sociais e políticas pode ser compreendido como uma maneira de lutar por reconhecimento. Nas sociedades modernas, segundo essa concepção, vige uma separação entre esferas de ação social nas quais o princípio do reconhecimento recíproco assume diferentes feições. Não interessa para o presente artigo explorar o desenvolvimento da teoria do reconhecimento e nem suas modificações ao longo da trajetória de Honneth², mas sim notar que o mencionado princípio de reconhecimento recíproco, que é pensado como o núcleo estruturante das lutas sociais em seu livro *Luta por reconhecimento* (2003), originalmente publicado em 1992, gradualmente deixa de ocupar esse lugar em seus trabalhos posteriores e, em sua próxima grande dissertação, o livro *O direito da liberdade*, publicado em 2011, se transforma em uma condição implícita para a legitimação das sociedades modernas porque dá origem a uma forma social de liberdade. Essa nova feição será defendida, além da mencionada monografia, em dois outros livros: em um Honneth procura associar o potencial crítico da liberdade social às premissas normativas de uma doutrina socialista (2015); em outro, fazendo um exercício de história das ideias, o autor pretende demonstrar “como certa ideia, a saber aquela do reconhecimento, por, de certa forma, ‘estar no ar’, foi desenvolvida em diferentes direções e nos respectivos caminhos percorridos assumiu novos significados” (HONNETH, 2018a, p. 16-17)³. E é justamente esse o ponto que interessa aqui.

Na sequência de seu argumento, Honneth afirma desejar, nesse estudo, investigar com especial atenção a possibilidade de que as condições socioculturais de um país tenham contribuído para “a coloração específica” (2018a, p. 17) assumida pela ideia de reconhecimento naquele local. Essa questão, que é melhor tomada como uma questão da cultura política local, é a que pretendo responder com relação ao Brasil. Para isso, evidentemente, seria necessário que o tema do reconhecimento tivesse sido tratado como um elemento da cultura política local – como Honneth identifica nas tradições de pensamento da França, da Grã-Bretanha e da Alemanha. E curiosamente esse foi, sim, um tema de relevo em um clássico ensaio a respeito da cultura política nacional: “As ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz. Ainda que

2 A esse respeito também já existe considerável literatura crítica, em cujo âmbito os trabalhos mais exaustivos são, entre os estrangeiros, os de Jean-Philippe Deranty (2009) e Danielle Petherbridge (2013) e, em língua portuguesa, o livro coordenado por Rúrion Soares Melo (2013) e os trabalhos de Thiago Simim (2018) e Thor Veras (2019). Da mesma forma, a recepção e a discussão da obra de Honneth por pensadores sociais no Brasil já há muito tempo se tornaram comuns, de modo que gostaria de me referir a apenas duas coleções de artigos de dois sociólogos que se utilizam da obra de Honneth para a fundamentação de análises sobre diversos aspectos da sociedade brasileira: Josué Pereira da Silva (2008) e Emil Sobottka (2015).

3 Essa e todas as outras traduções do texto foram feitas por mim.

esse seja um elemento que não recebe atenção permanente em sua obra, nesse ensaio o conceito de reconhecimento desempenha, para Schwarz, um papel central em um momento central do argumento: o das relações de compensação simbólica presentes no favor (SCHWARZ, 2000, p. 20)⁴. Mais do que mera coincidência vocabular, o reconhecimento aparece ali – e também em outros trabalhos de Schwarz – de forma categorialmente similar à que Honneth utiliza n’*O direito da liberdade*, isto é, a de um princípio implícito de organização das relações práticas. Mais ainda: na medida em que em seu trabalho mais recente de história das ideias a respeito do conceito de reconhecimento Honneth procura demonstrar as especificidades socioculturais por trás do uso dessa categoria como discurso filosófico, a questão da cultura política nacional ganha proeminência. Finalmente, e este é o interesse específico do presente artigo, no uso que Schwarz faz da categoria de reconhecimento, é possível encontrar um nexo entre a organização da vida ideológica brasileira dos finais do século XIX e sua conformação em práticas e rotinas institucionalizadas naquela sociedade. Ou, colocado de outro modo, é possível escavar um significado conceitual próprio não apenas à categoria analítica do reconhecimento, mas às próprias práticas organizadas a partir desse princípio no Brasil.

A fim de realizar essa tentativa de aproximação entre as ideias de Schwarz e Honneth, o artigo inicia por uma exposição de alguns textos do austro-brasileiro em que essa categoria é utilizada como elemento da cultura política nacional. Na seção seguinte, será retomada a discussão feita por Honneth sobre os diferentes caracteres nacionais do conceito de reconhecimento, com o que se espera pavimentar o caminho para que na terceira parte do artigo se realize a aproximação entre a cultura política da qual o reconhecimento é elemento central e o princípio normativo do reconhecimento. Finalmente, nesse último passo, serão discutidas algumas possibilidades abertas pela obra de Roberto Schwarz para que se pense em um entendimento especificamente brasileiro do conceito de reconhecimento.

4 Afirmar que o tema do reconhecimento não recebe atenção permanente na obra de Schwarz não quer dizer que o conceito apareça acidentalmente, mas que seu uso não é central como no caso de quem, como Honneth, queira traçar linhas de uma eticidade nacional. Aliás, já em *Homens livres na ordem escravocrata*, Maria Sylvania de Carvalho Franco, da qual Schwarz se vale diretamente para construir sua interpretação da ordem do favor, o tema do reconhecimento recíproco pode ser identificado no tratamento dispensado aos agregados pelos proprietários como “afirmativa cordialidade” (FRANCO, 1997, p. 100) ou ainda no caso exemplar do fazendeiro que, a despeito de sua implicação no assassinato de um agregado, providencia os arranjos para seu velório, de modo que “Passada a crise, faltar aos deveres de solidariedade seria frontalmente transgredir um imperativo social” (FRANCO, 1997, p. 102). Essa estrutura de um imperativo social, por exemplo, é a mesma que se deixaria encontrar do outro lado do espectro social, segundo a interpretação de Modesto Carone (2007, p. 112-114), em um artigo de Schwarz de que o presente texto tratará adiante.

RECONHECIMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA EM ROBERTO SCHWARZ

O tema central do ensaio “As ideias fora do lugar” não é, evidentemente, o reconhecimento, mas o favor, “*nessa mediação quase universal*” (SCHWARZ, 2000, p. 16). Esse tema, o da mediação das relações práticas e simbólicas como relações de compensação recíproca, o autor trata como expressão daquilo que, seguindo a socióloga Teresa Sales (1994, p. 26), aqui se irá chamar de cultura política, ou seja, “uma espécie de cimento das relações de mando e subserviência”. Não somente porque Sales procura incluir o tratamento que Schwarz dá ao tema do favor em sua própria descrição da cultura política da desigualdade, mas porque é disso que se trata quando este último autor descreve em seus termos as relações entre as classes sociais no Brasil do século XIX: uma justificação para as relações de dominação.

Antes de tratar da categoria do reconhecimento, então, é preciso voltar à questão do favor a fim de entender por que o primeiro é um instante-chave do segundo. E, de fato, é preciso compreender que o problema tratado por Schwarz sob o signo do favor possui duas dimensões: por um lado, a da organização da vida ideológica nacional, exemplarmente tratada na primeira metade de “As ideias fora do lugar” e, por outro, a da inserção do país na ordem mundial de produção, como tratada na conclusão daquele ensaio, mas também de modo exemplar no ensaio chamado “Nacional por subtração” (SCHWARZ, 2009). Esses dois polos, o da organização interna e o da inserção externa, seriam os limites do quadro dentro do qual se estabelece a topografia social específica da integração social no Brasil. Assim, de acordo com Schwarz, se na relação do favor, por um lado, o capitalismo assume uma forma específica ao relevo social do país, por outro lado, o faz justamente para corresponder à entrada do Brasil como nação autônoma na história contemporânea (SCHWARZ, 2009, p. 132). O ponto de partida de Schwarz, portanto, é o de um situar duplo e integrado, uma vez que à necessidade de inserção externa corresponde a demanda por uma forma de organização interna que não ataque diretamente a fisionomia capitalista própria do lugar⁵. Essa fisionomia capitalista, por sua vez, já é em si tributária de uma má-formação, já que o país era agrário, assentado sobre latifúndios nos quais a mão de obra escravizada era a força de trabalho (e a relação de produção) fundamental, e independente, devendo direcionar sua economia para o mercado internacional onde vigiam os corolários “do raciocínio econômico burguês”

5 A importância da passagem ao lugar da análise sem que com isso se perca o aparato da crítica é notável por permitir que se retome um tributo pago por Schwarz à atualidade de Adorno. Na entrevista “Sobre Adorno”, do volume *Martinha versus Lucrécia* (SCHWARZ, 2012a, aqui, p. 48 e ss.), quando, ao compará-lo com Antonio Candido, o autor nota que o esforço adorniano com sua teoria estética era o de sondar o destino da civilização burguesa por meio do estudo das formas efetivas assumidas pela arte. Nesse sentido, um dos temas de Adorno seria, para Schwarz, expresso de modo não dissemelhante ao de Candido: “a discussão sobre o funcionamento da forma, de sua substância sócio-histórica” (SCHWARZ, 2012a, p. 48). Esse tributo à teoria crítica é notado também por Jorge de Almeida, que, ao comentar o prefácio a *Um mestre na periferia do capitalismo*, nota que Schwarz é um típico representante daquela tradição, com a ressalva de que o autor se liga antes à geração de Adorno dado que as gerações de autores recentes, como Honneth, aqui tratado, “abandonaram, orgulhosas, o espírito crítico dialético” (ALMEIDA, 2007, p. 47).

(SCHWARZ, 2000, p. 13). Ainda que o autor enfatize exatamente o estabelecimento da tensão formativa entre princípios científicos e relevo social, o objeto de análise aqui ainda não é a inadequação, mas seu resultante, o favor. Daí a importância de notar que há uma descontinuidade histórica entre a posição do Brasil e a da Europa: “não estávamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda linha” (SCHWARZ, 2000, p. 17). Ou seja, o favor não é uma etapa prévia da racionalização capitalista – aliás, pelo contrário: a ordem social brasileira depende de sua conexão com o capitalismo europeu na fase em que esse se encontra – e, por isso mesmo, não pode ser superado por meio do combate entre universalismo e privilégio que marcou a vitória dos ideais burgueses sobre os da nobreza feudal no outro continente. Ocorre, porém, que, ao contrário do escravismo, que nega as ideias liberais, o favor “as absorve e desloca, originando um padrão particular” (SCHWARZ, 2000, p. 17). Novamente, então, nos deparamos com uma análise dos efeitos que práticos (o favor) de uma causa material (as relações de produção nacionais e internacionais) para os quais a linguagem das ideias (os corolários científicos) deveria servir como mediador. Desse modo, as referências à constituição científica de ao menos um dos polos da tensão constitutiva do situar-se brasileiro no século XIX – como também o é a frase de abertura do ensaio, aliás: “Toda ciência tem princípios, de que deriva seu sistema” (SCHWARZ, 2000, p. 11) – estão longe de ser artifício retórico; antes, ressaltam exatamente aquele movimento de conexão entre princípios normativos e práticas sociais.

Nosso leitor já terá notado que Schwarz se ocupa aqui dos princípios da economia política, e não das normas e ideais que organizam a vida social. E justamente aqui repousa uma diferença metodológica central para com o projeto de Axel Honneth: para esse último, o motivo pelo qual um procedimento de reconstrução normativa⁶ deve se orientar pelo valor ético da liberdade enquanto autonomia é que esse ideal é o único capaz de articular demandas por justiça de nível individual e coletivo (HONNETH, 2011, p. 38). Ora, evidentemente esse é um ponto de partida na dimensão normativa das práticas sociais, e é esse ponto de partida que Schwarz muito explicitamente afasta ao afirmar “a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu” (SCHWARZ, 2000, p. 12). Atente-se, porém, ao fato de que a oposição aqui não é *principalmente* de caráter normativo, mas metodológico. Isso porque Schwarz não aponta seu aparato crítico para a falsidade do liberalismo, mas para o fato de que seu funcionamento no Brasil se deve a circunstâncias próprias do lugar, como explicado em um recente texto de esclarecimento a respeito do ensaio original (SCHWARZ, 2012b, p. 165)⁷. Mais especificamente, diz o autor, a importação do liberalismo pelas elites nacionais que desejavam se inserir no concerto das nações chocava-se com a reprodução das antigas formas de exploração do trabalho. Se, porém, essa era a causa de um mal-estar ideológico próprio do país, isso não era tudo: “Noutro plano, a dissonância vexatória integrava-se ao contexto mais abrangente, dizendo respeito à nova divisão do trabalho ou à própria ordem mundial que se estava implantando, de que era uma verdade” (SCHWARZ, 2012b, p. 168). Consequentemente,

6 Apresentarei esse conceito com um pouco mais de atenção na próxima seção do texto.

7 Aproveito essa referência para agradecer ao parecerista que me propiciou a correção e esclarecimento de algumas ideias, como essa, por exemplo.

o traço de mal-estar identificado não se deixa entender pela história e pela ideia de evolução, mas pela economia política da “atualidade periférica” (SCHWARZ, 2012b, p. 169), que, no mais não dizia respeito apenas ao Brasil. Retomando, então: o ponto de partida no modo de produção próprio da sociedade brasileira do século XIX não é contraposto formalmente ao ideário liberal; antes, a relação possível entre ambos os polos, o da ciência (ou das normas) e o das práticas (as relações de produção), é escrutinada tendo como mediador a vida ideológica do país. Desse modo, ao invés de assumir ideias como valores e ideais, Schwarz as toma como mediadoras de relações sociais. É esse papel que ele dará à ideia de reconhecimento, ainda que aparentemente – e apenas aparentemente – não desconfiado da riqueza de implicações daí derivadas.

Em nenhum outro lugar a impropriedade resultante da relação possível entre os polos da ciência e das práticas aparece de modo mais marcante do que na ideia de “nacional por subtração”, pois ali Schwarz parte da “generalidade social de uma certa experiência”, que seria “o sentimento da contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo” (SCHWARZ, 2009, p. 110) para demonstrar que, ao longo da história da cultura brasileira, diversas interpretações afirmam que a vida cultural do país tem sido experimentada como caráter inautêntico, postiço ou imitado. Ao mesmo tempo, porém, em que esse espelho ideológico “determina a direção do movimento”, numa citação de Machado de Assis, a construção de problemas na esfera da cultura é repetidamente derrubada e reiniciada de outro ponto, rompendo assim a retomada de trabalhos predecessores. Em oposição a essa tendência, o afastamento do “influxo externo”, seja em sua forma de direita ou de esquerda, busca revelar a descaracterização da cultura nacional e resgatá-la, mas essa operação era realizada como mera subtração (SCHWARZ, 2009, p. 114). Uma vez que é mera subtração, então, a desconstrução das influências não seria a resposta à comédia ideológica exatamente por responder à questão errada (SCHWARZ, 2009, p. 123); de fato, ao final do ensaio, Schwarz (2009, p. 134) enumera os inconvenientes da crítica ingênua que, entre outras coisas, dá ao mal-estar da classe dominante uma feição nacional e, desse modo, “impede de notar o que importa, a saber, a dimensão organizada e cumulativa do processo, a força potenciadora da tradição, mesmo ruim, as relações de poder em jogo, internacionais inclusive” (SCHWARZ, 2009, p. 136). Curiosamente, nesse movimento, “o argumento oculta o essencial, pois concentra a crítica na relação entre elite e modelo” (2009, p. 133) e assim parece revelar que lhe falta alguma medida capaz de expressar categorialmente a transformação do modelo naquele padrão particular mencionado antes.

De novo: Schwarz se interessa pelo mecanismo que, utilizado pelas elites, as coloca em posição de organizar o modo de produção em seu proveito, ainda que para isso tenham sido obrigadas a reorganizar também a vida cultural: na tarefa de atribuir “independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio” (SCHWARZ, 2000, p. 19), o método utilizado deixa

implícita a atribuição de riqueza aos já ricos⁸. Trata-se, afinal, antes do relevo social do que da “intenção cognitiva e de sistema” (SCHWARZ, 2000, p. 19). E no relevo social se encontravam inscritas a relação fundamental da escravidão e também a dos homens livres com os patrões. Daí que o mecanismo do favor deve ser aquele “através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que possuem” (SCHWARZ, 2000, p. 16). É nesse ponto que, apesar de todos os riscos, talvez seja possível dar um passo em direção a uma interpretação normativa do argumento de Schwarz⁹. A descrição que o autor faz do mecanismo do favor continua marcada por sua função prática – é uma “*justificação, nominalmente “objetiva”, para o momento do arbítrio*” (SCHWARZ, 2000, p. 18) – mas seu resultado é uma “coexistência estabilizada” na qual os envolvidos das diferentes classes antagônicas, ao invés de encontrar “motivo para desmerecer” o arbítrio, legitimam-no e, assim, estabelecem uma “compensação simbólica” sustentada em que “todos reconheciam – e isso sim era importante – a intenção louvável, seja do agradecimento, seja do favor” (SCHWARZ, 2000, p. 18). No Brasil do final do século XIX, pois, o liberalismo se torna um mecanismo de compensação simbólica do arbítrio, já que à prática personalizada do favor se adiciona o penhor do reconhecimento do prestígio individual, de modo que se cria uma relação na qual o favorecido (ou o reconhecido) justifica o favor recebido com argumentos racionais, dado que mediados pela ideologia do universalismo burguês. Nessa relação, em primeiro lugar, a compensação simbólica permite que todos reconheçam a intenção louvável que há no favor e também no agradecimento, tornando-a um ornato; mas até esse ponto o reconhecimento pouco difere do que se poderia depois apresentar como um paradigma da dádiva – como, aliás, o faz Teresa Sales. Seria preciso, portanto, para sustentar o argumento deste artigo, demonstrar se o reconhecimento de que fala Schwarz tem a mesma característica de reciprocidade que nele vê Honneth.

RECONHECIMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA EM HONNETH

Que o mecanismo do favor é, para a sociedade brasileira do século XIX, uma mediação necessária entre o liberalismo e o arbítrio já se tornou visível; que esse mecanismo depende de uma força legitimadora, também; que essa força é o reconhecimento é onde paramos no final da última seção. E que esse reconhecimento pode ser entendido

8 No mencionado ensaio de esclarecimento já mencionado, Schwarz afirma que, a despeito da “dissonância vexatória” no plano ideológico, isto é, a imprecisão descritiva de um estado de coisas, ideias sempre têm um lugar e cumprem uma função. No caso do liberalismo, essas vão desde aquelas que propiciam às elites se integrem ao concerto das nações até aquelas outras que “menos hipocritamente (...) pode[m] ser um ideal de igualdade perante a lei, pelo qual os dependentes e os escravos lutam” (SCHWARZ, 2012b, p. 171). A questão é justamente que, em um plano, essa ideia não descreve o cotidiano de modo verossímil e no outro não o faz para patrocinar a nova ordem mundial (cf., OLIVEIRA, 2007).

9 E, ao fazê-lo, necessariamente terei de deixar de lado o segundo plano constitutivo do argumento de Roberto Schwarz, o dos desdobramentos da lógica do favor para a inserção do Brasil no “concerto das nações”. Deixo de lado, assim, uma provocação feita por Edson Farias, que considero que deveria (deverá) ser tratada em outro artigo, inclusive porque aqui não seria capaz de fazer jus à complexidade da pergunta.

nos termos que Honneth posteriormente viria a usar é o que a presente seção pretende demonstrar. Para isso, é preciso notar que, logo após afirmar que, para a legitimação do arbítrio, era preciso que se reconhecessem as intenções louváveis deste último, Schwarz utiliza o termo de modo aparentemente menos coloquial – e, logo, mais carregado de implicações categoriais. De acordo com ele, além da coexistência estável, a prática do favor propicia o surgimento de uma “cumplicidade permanente” entre os envolvidos que contribui para o acochamboamento do conflito social: “No momento da prestação e da contraprestação – particularmente no *instante-chave do reconhecimento recíproco* – a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo” (SCHWARZ, 2000, p. 20 – grifos meus). Notável! De resultado das relações de produção, a necessidade de compensação se torna o pendor da reprodução social! Assim como o capitalista de Marx encontrara na esfera da circulação o segredo da produção, Schwarz parece ter encontrado na vida ideológica um mecanismo mais profundo de reprodução social, pois esse segundo uso do reconhecimento não é mais o mesmo que uma dádiva – por exemplo, o batismo de uma criança camponesa com o nome e sob os auspícios do senhor de terras que depois lhe servirá de patrono e protetor. O que está em jogo aqui é o aspecto normativo segundo o qual a sociedade, ou essa ordem social em questão, somente poderia se reproduzir na medida em que as partes envolvidas a legitimassem a partir de baixo.

Essa ideia, que pode ser escavada tanto em Durkheim quanto no próprio Marx, ganha em Honneth, porém, uso muito similar, ainda que em direção oposta, àquele de que Schwarz, de maneira aparentemente incidental, se vale na sua descrição do mecanismo de manutenção social e contenção do conflito. A curiosidade se torna ainda mais acentuada porque Schwarz conclui a discussão sobre o tema afirmando a respeito da dinâmica das relações pessoais que “este reconhecimento é de uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho, da razão” e que “o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, *sua livre pessoa*” (SCHWARZ, 2000, p. 20 – grifos meus). Sendo, então, em sua forma simples, um elemento de reforço da dominação, ao assumir caráter de reciprocidade, o reconhecimento ganha em Schwarz o *status* de legitimador¹⁰ de arranjos sociais aceitos por todas as partes envolvidas.

Não é outra a função que Honneth atribui a essa categoria logo no início de seu extenso estudo sobre a vida democrática moderna. A introdução a *O direito da liberdade* é, de fato, uma exposição do método da “reconstrução normativa”, isto é, a intenção de derivar dos pressupostos institucionais da sociedade presente uma teoria da justiça, ao invés de derivá-la de princípios abstratos (HONNETH, 2011, p. 17). Para isso, é preciso, acima de qualquer outra coisa, supor que a reprodução social está ligada a uma orientação coletiva por valores e ideais institucionalizados como práticas e rotinas sociais expressas em normas éticas de conduta que, por sua vez, condensam as considerações normativas pelas quais os indivíduos se orientam (HONNETH, 2011, p. 19-20). Em outras palavras, há uma série de pressupostos éticos que são compartilhados em um nível muito básico pelos indivíduos envolvidos

¹⁰ Legitimação, aliás, não é o mesmo que aceitação, como se verá.

a respeito de quais valores são socialmente aceitáveis e perseguíveis. Quando, então, Honneth atribui ao valor ético da liberdade como autonomia o lugar central entre os valores normativos, ele apenas está assumindo conceitualmente que os acordos implícitos entre sujeitos de diferentes conflitos e momentos históricos nunca conseguiram contornar esse valor, ao contrário daqueles da igualdade ou da fraternidade, por exemplo (HONNETH, 2011, p. 35).

Isso, aliás, parece bem expresso na última citação de “As ideias fora do lugar”, segundo a qual é o ver-se como “livre pessoa” que permite legitimar uma ordem social desigual. Do mesmo modo, essa passagem também permite notar que, ao contrário da forma simples do reconhecimento como dádiva, na pressuposição da reciprocidade do reconhecimento como legitimador de um nível pressuposto de reciprocidade, o espaço de contestação dos arranjos sociais e de consolidação de demandas por rearranjo da ordem de reconhecimento fica implícito – quando não aberto; de todo modo, nunca ignorado, exceto em situações nas quais a reciprocidade é plena. Se para Schwarz, como se verá na próxima seção, essa abertura é um tanto quanto restrita, para Honneth, ela é outra premissa incontornável da reconstrução normativa. Uma vez que esse procedimento se dedique antes à crítica do que à justificação ou aceitação da sociedade presente, é preciso que os valores reconstruídos sejam tomados como critérios de avaliação das práticas realmente existentes (HONNETH, 2011, p. 28) – e, logo, como parâmetros da crítica social naquele sentido imanente da Escola de Frankfurt. Assim, para o caso da citação mencionada, por exemplo, há uma distância real entre a ideia de liberdade implicitamente aceita – e aspirada – por todos e a prática da liberdade pessoal; nesse sentido, o caráter de reciprocidade do reconhecimento faz com que ele se torne categoria de crítica mais do que de harmonização. É isso, por exemplo, que está em jogo quando ele afirma que a liberdade proposta pelo primeiros defensores do socialismo não apenas visava defender a herança dos princípios da revolução francesa de uma apropriação puramente instrumental e egoísta, como no capitalismo nascente do século XIX, mas também visava tornar a sociedade plenamente social (HONNETH, 2015, p. 86-87). Mais importante para o argumento aqui desenvolvido, porém, é retomar aquela ideia de que a separação proposta por Schwarz entre as ideias e as práticas sociais só se completa quando mediada pela linguagem das ideias. A isso que ele criticamente chamava de ideologia, Honneth poderia chamar de ideais socialmente reconstruídos.

Antes de passar à aplicação crítica que se poderia encontrar da ideia do reconhecimento em Schwarz, faz-se necessário um último passo a respeito da obra recente de Honneth. É o de expor sua “história das ideias de reconhecimento” (HONNETH, 2018). Ali, numa tentativa de tratar o conceito de reconhecimento em termos de história das ideias a partir de três diferentes tradições de pensamento (francesa, inglesa e alemã) no século XIX, ele afirma que as diferentes versões do conceito de maneira alguma se devem a disposições espirituais ou mentalidades nacionais, mas antes à corresponsabilidade das condições socioculturais sobre a maneira como pensadores de determinado local se associam a determinadas ideias ou a estas dão determinada coloração. Em seus próprios termos, o que Honneth tem diante dos olhos é a pergunta sobre se, “na tradição filosófica de um país qualquer, certos motivos, temas e estilos de pensamento predominam justamente porque ali

pressupostos institucionais e sociais estão dados, que o diferenciam claramente de outro país” (HONNETH, 2018a, p. 17-18). Seu objeto de estudo, ao tratar dessas tradições nacionais da história conceitual, não tem nenhuma relação com a história da formação da sociedade (muito menos com a brasileira): ele se ocupa em demonstrar que na França a ideia de reconhecimento se orientou fundamentalmente pelo amor-próprio conceitualizado por Rousseau, na Grã-Bretanha, pelo autocontrole moral preconizado por Smith, e, na Alemanha, pela autorrealização no sentido dado por Hegel. Consequentemente, no contexto intelectual francês, o reconhecimento intersubjetivo e as demandas individuais a ele associadas aparecem fundamentalmente como tendências à perda do senso de realismo a respeito da própria personalidade, resultando em patologias do amor-próprio (cf. HONNETH, 2018a, p. 69-70; 78). No contexto intelectual inglês, por sua vez, a influência da ideia do observador interno neutro marca de tal forma o desenvolvimento do pensamento moderno que a noção de reconhecimento recíproco – como, exemplarmente, na *Teoria dos sentimentos morais*, de Smith – aparece frequentemente como elemento da perspectiva internalizada de um outro generalizado (cf. HONNETH, 2018a, p. III; II4-II5). Finalmente, no contexto intelectual alemão, é o sistema de Hegel que virá a dar forma a um conceito cuja tarefa é expressar a conquista da autoconsciência por meio da presença de outra pessoa (HONNETH, 2018a, p. 177). Todavia, e essa é a segunda parte de sua hipótese, Honneth quer associar o desenvolvimento presente no contexto intelectual francês e sua ênfase no risco da perda da autenticidade com as lutas por distinção simbólica e prestígio social (HONNETH, 2018a, p. 79), o desenvolvimento no contexto britânico e sua ênfase na necessidade do autocontrole com os riscos de atomização trazidos pelo desenvolvimento econômico resultante da revolução industrial (HONNETH, 2018a, p. 127) e o desenvolvimento no contexto alemão e sua ênfase na noção de reciprocidade com a necessidade de autodeterminação coletiva (HONNETH, 2018a, p. 190).

O que se deixaria perguntar aqui, em primeiro lugar, é se é possível associar os usos da ideia de reconhecimento com as condições socioculturais do Brasil. Todavia, uma primeira dificuldade emerge imediatamente: quem faz uso da categoria reconhecimento é Roberto Schwarz, e não os intelectuais do período em questão. Essa questão, porém, talvez seja contornável justamente através da referência a que este último faz aos trabalhos de literatos do período, em especial Machado de Assis. Em segundo lugar, Honneth se deixa guiar pela hipótese metodológica de que diferenças interpretativas no conceito de reconhecimento geraram diferentes efeitos tanto sobre aqueles a quem se reconhecia quanto sobre quem as reconhecia (HONNETH, 2018a, p. 188). Como conclusão deste artigo, seria possível se apropriar dessa hipótese e relacioná-la ao projeto de Schwarz em dois pontos adicionais: por um lado, identificando no uso que ele faz da noção de reconhecimento algo especificamente relacionado à sociedade brasileira e, assim, introduzindo a pergunta sobre se essa categoria pode funcionar como categoria analítica e crítica *da sociedade brasileira*; por outro lado, seria possível retomar aquela intenção de ler no empreendimento de Schwarz, a despeito dos arrepios, um ponto de vista normativo capaz de expressar a ordem própria da forma capitalista no Brasil, nos moldes em que Honneth mostra que conceitos normativos são rearranjados em relação a certos pressupostos

institucionais e sociais. Com isso, seria possível se apoiar no trabalho de Schwarz para afirmar que há uma dinâmica específica das relações de reconhecimento no Brasil, dinâmica que se deve ao nexos particular das relações de reconhecimento e seus efeitos sobre os concernidos por aqui. Finalmente, como, no Brasil, a ideia de prestação e contraprestação – as quais geram cumplicidade permanente quanto à desigualdade ao mesmo tempo que permitem a reciprocidade na afirmação da individualidade – deriva das consequências da dinâmica do reconhecimento, Schwarz monta um tabuleiro no qual o reconhecimento pode servir tanto de acochambramento como de denúncia e crítica do caráter arbitrário (e arbitrário como caráter de classe) das relações de reciprocidade no Brasil.

RECONHECIMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Em sua crítica às interpretações do caráter da cultura nacional, Roberto Schwarz, como há de ter visto a leitora abstrata, afirma que não se trata de discutir a cópia, pois o sentido impróprio das ideias europeias no Brasil é um traço constante da reprodução social do país. Só que esse sentido impróprio não se deve à ausência de originalidade que acompanha o pastiche cultural, e sim à imprecisão com que os mecanismos sociais aqui presentes recorrem ao sistema científico que pretendem reproduzir. Daí a comédia ideológica na combinação prática entre liberalismo e escravidão, mas daí também os efeitos que essa comédia gera sobre aqueles que a representam. Em outro ensaio, chamado “Complexo, moderno, nacional e negativo”, Schwarz (1989) procura demonstrar como as artimanhas narrativas do Machado de Assis de *Memórias póstumas de Brás Cubas* expõem, em sua forma, dinâmicas centrais da realidade nacional. Em um registro “fora do esquadro” do romance realista tradicional, o narrador das *Memórias* alterna-se rapidamente entre diversas facetas, aparentando uma volubilidade que, a respeito da personagem, destaca sua vontade de participar, seguindo sua vaidade e bel-prazer, de várias dimensões da vida burguesa, como a atividade produtiva (ao fixar-se na criação de um emplastro), a política (ao se orgulhar de um discurso no parlamento sobre o comprimento do fardamento dos guardas) ou a reflexão intelectual (ao realizar digressão a respeito da vida e da morte após presenciar uma briga de cães). No entanto, esse “feito de construção” narrativo revela, quanto ao relevo social brasileiro, que as etapas acima mencionadas são antes advindas do capricho individual do que da sistematização de um sentido da vida burguesa, como no romance realista europeu (SCHWARZ, 1989, p. 122)^{II}. Nesse sentido, as etapas formativas ou expressões individuais próprias da vida burguesa oferecem certa satisfação imediata, porém sem aquele sentido maior.

II De acordo com Bernardo Ricupero, essa presença do capricho ecoa ainda um permanente conflito interior do narrador-personagem das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, na medida em que este balança entre as normas burguesas com que se identifica e as regras paternalistas em que foi criado. Ao contrário do herói do realismo europeu, como em Balzac, aqui “A descontinuidade seria a outra face do capricho [...]. Ela não seria própria só dos homens livres pobres, submetidos ao arbítrio, mas também dos senhores, que o realizariam” (RICUPERO, 2013, p. 535). Conferir, ainda, Carone, 2007, p. 115.

Ao ser jogada nas circunstâncias brasileiras do final do século XIX, nas quais a camada organizadora da vida ideológica, a classe dominante, equilibra o pedido de reconhecimento dos países centrais e o desprezo por seus valores, a satisfação imediata ganha no romance o sentido de um “vaivém ideológico” ao qual a realidade brasileira e sua *correspondente* vida cultural estavam submetidas ao participar da história contemporânea (SCHWARZ, 1989, p. 124-125). Ao mesmo tempo, porém, que esse vaivém ideológico é um traço de caráter da classe burguesa, a busca da satisfação imediata e geniosa é o que marca a postura do sujeito dessa classe. Não por acaso, o defunto Brás revela, já no além, que a criação do emplastro, vendida ao governo como nascida de intenção cristã e aos amigos revelada como cobiça – naturalmente aceitável – pelo lucro, fora também a eles dissimulada, pois que a intenção maior era a fama. Assim, o capricho de classe ganha seu correlato nos costumes individuais, e “a busca da vantagem econômica dá cobertura ao desejo de reconhecimento pessoal, e não vice-versa” (SCHWARZ, 1989, p. 117). Novamente nos deparamos com o vocabulário do reconhecimento. Aqui, então, quero retomar a primeira parte de minha hipótese, a de que existiria uma dinâmica de reconhecimento própria às relações sociais no Brasil. Entretanto, se a dinâmica das relações pessoais assume uma forma particular no Brasil, isso se deve – e esta é a segunda parte da minha hipótese – aos pressupostos institucionais e sociais de realização dessas relações, como dizia Honneth, de modo que, mais do que diagnosticar a presença do favor e suas continuidades sociais, importa notar com Schwarz que o despropósito das ideias liberais no Brasil se deve antes ao fato de que “a ordem burguesa no seu todo não se pauta pela norma burguesa” (SCHWARZ, 1989, p. 125), ou seja, ao deslocamento de um sistema ideológico que é também científico, mas que aqui revela a volubilidade das próprias normas dessa ciência. Mais ainda: ao fazê-lo, revela que, entre a ciência (ou as normas) e as práticas mais efetivamente acochambradas e acochambradoras, há um espaço de mediação no qual os ideais normativos podem servir de contraponto às práticas, desde que deles não se derivem novos ideais deslocados da realidade em questão, mas possibilidades concretas de crítica. É nesse sentido que quero concluir alertando para a passagem em que Schwarz, aparentemente – e apenas aparentemente – de forma desavisada, sai do registro do reconhecimento simples – como uma dádiva atribuída pelos possuidores e ambicionada pelos despossuídos – para o registro do reconhecimento recíproco – agora como um critério de julgamento, justificação e reprodução social. A esse aparente caráter conservador corresponde, porém, que as continuidades sociais aqui encontradas demandam que a esse conceito seja atribuído um caráter de denúncia do arbítrio e do classismo. Ou seja, nas “continuidades sociais” dessa mesma relação de cumplicidade, o caráter de classe da sociedade brasileira aparece com todo seu peso. Portanto, quanto à segunda parte da hipótese, o que se deixaria dizer é que a forma da sociabilidade, a dinâmica mesma das relações de reconhecimento recíproco (que estão na base tanto do liberalismo europeu reconstruído por Honneth quanto da ordem brasileira do favor reconstruída por Schwarz) e a forma como elas geram efeitos sobre os envolvidos vão muito além da vida cultural: a elas corresponde uma forma própria do reconhecimento no Brasil, que, como bem sabe Schwarz, por um lado, é apenas uma forma social que dá sustento à “atualidade periférica” do país, mas é também, por outro lado,

uma mediação concreta e específica entre os princípios, dos quais a vida ideológica nacional deriva seu sistema, e a legitimidade prática dessa mesma forma social. O detalhe é que essa forma já contém em si o germe da crítica.

SOBRE O AUTOR

LUIZ GUSTAVO DA CUNHA DE SOUZA, com pós-doutorado no Institut für Sozialforschung e na Goethe Universität em Frankfurt am Main (Alemanha), é professor de Sociologia do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: gustavo.cunha.s@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0002-1323-8347>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jorge de. Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 44-53.
- CARONE, Modesto. Complexo, moderno, nacional e negativo. Sobre o ensaio de mesmo nome de Roberto Schwarz. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 108-116.
- DERANTY, Jean-Philippe. *Beyond communication: a critical study of Axel Honneth's social philosophy*. Leiden/Boston: Brill, 2009.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- _____. *Das Recht der Freiheit: Grundriß einer demokratischen Sittlichkeit*. Berlin: Suhrkamp, 2011.
- _____. *Die Idee des Sozialismus: Versuch einer Aktualisierung*. Berlin: Suhrkamp, 2015.
- _____. *O direito da liberdade*. Tradução de Saulo Krieger São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2015b.
- _____. *Anerkennung: Eine europäische Ideengeschichte*. Berlin: Suhrkamp, 2018a.
- _____. A dinâmica social do desrespeito. Para a situação de uma teoria crítica da sociedade. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, set.-dez., 2018b, p. 21-42. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n4op21>.
- MELO, Rúrion Soares (Coord.) *A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013.

- OLIVEIRA, Francisco de. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 149-152.
- PETHERBRIDGE, Danielle. *The critical theory of Axel Honneth*. Lanham/Boulder/New York/Toronto/Plymouth, UK: Lexington books, 2013.
- RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 2013, p. 525-556. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752013v368>.
- SALES, T. Raízes da desigualdade na cultura política brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 9, p. 26-37, 1994.
- SCHWARZ, Roberto. Complexo, moderno, nacional e negativo. In: _____. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 115-126.
- _____. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades/Editora 34, 2000, p. 9-31.
- _____. Nacional por subtração. In: _____. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 109-136.
- _____. Sobre Adorno (Entrevista). In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a, p. 44-51.
- _____. Por que “Ideias fora do lugar”? In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p. 165-172.
- SILVA, Josué Pereira da. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- SIMIM, Thiago Aguiar. *Da crítica ao reconhecimento: a teoria da justiça na teoria crítica*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.
- SOBOTKA, Emil Albert. *Reconhecimento: novas abordagens em teoria crítica*. São Paulo: Annablume, 2015.
- VERAS, Thor João de Sousa. *Fisionomia da vida patológica: crítica ao capitalismo em Axel Honneth*. 2019. 263 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Centro de Filosofia e Humanidades, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

Dois críticos, uma semana, um século

[*Two critics, one week, one century*]

Francisco Alambert¹

Tiago Ferro²

RESUMO • Não é comum, em lugar algum, que dois críticos literários surjam entre os melhores explicadores de uma nação por quase um século. Partindo da análise schwarziana do método crítico de Antonio Candido, o ensaio explora as relações de afinidade e de diferenciação dos dois críticos literários confrontados em dois momentos decisivos: o modernismo e o legado de 1930 e o desenvolvimentismo (e seu fracasso) desde o Golpe de 1964. • **PALAVRAS-CHAVE** • Roberto Schwarz; Antonio Candido; intérpretes

do Brasil. • **ABSTRACT** • It is not ordinary anywhere that two literary critics emerge among the best explainers of a nation for nearly a century. Starting from the schwarzian analysis of Antonio Candido's critical method, the essay explores the affinity and differentiation relations of both critics confronted at two turning points: modernism and the legacy of 1930, and developmentalism (and its failure) since the coup d'état of 1964. • **KEYWORDS** • Roberto Schwarz; Antonio Candido; Brazil's explainers.

Recebido em 28 de março de 2019

Aprovado em 23 de outubro de 2019

ALAMBERT, Francisco; FERRO, Tiago. Dois críticos, uma semana, um século. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 162-177, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i74p162-177>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

A teoria dialética – caso não queira cair em mero economicismo e numa mentalidade segundo a qual a modificação do mundo se esgote em aumentar a produção – está obrigada a assumir para si a crítica de cultura [...]. Se a teoria dialética se mostra desinteressada pela cultura enquanto um mero epifenômeno, então ela contribui para que o desconcerto cultural continue a se propagar e colaborar na reprodução do que é ruim
(Adorno, 1982, p. 85).

“Só em 1970 [...] é que seria publicado no Brasil o primeiro estudo literário propriamente dialético”, firmou Roberto Schwarz (2006a, p. 129) a respeito de “Dialética da malandragem”, de Antonio Candido. A citação está no ensaio “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” (1979), que nos guiará nesta tentativa, também ela algo ensaística, de situar certas especificidades dos lugares históricos dos dois críticos para além da mera “continuidade” entre mestre e discípulo, professor e aluno³.

As afinidades entre mestre e discípulo costumam constar na maioria das análises da trajetória do segundo. E o próprio Schwarz nunca deixou de confirmá-las, tanto em artigos como em entrevistas. Seguindo essas pistas, é possível afirmar que dois momentos da produção de Antonio Candido são particularmente importantes para Schwarz: o livro *Formação da literatura brasileira* e o ensaio “Dialética da malandragem”. O primeiro, por sua investigação das formas de adaptação da cultura universal em ambiente local, abrindo caminho para especulações sobre o comportamento de culturas em situação pós-colonial; o segundo, pela aplicação

3 Por “ensaio” entendemos, com Adorno: “O ensaio não quer captar o eterno nem destilá-lo do transitório; prefere perenizar o transitório. A sua fraqueza testemunha a própria não identidade, que ele deve expressar; testemunha o excesso da intenção sobre a coisa e, com isso, aquela utopia excluída na divisão do mundo entre o eterno e o perecível. Naquilo que é enfaticamente ensaio, o pensamento se libera da ideia tradicional de verdade. Com isso ele suspende ao mesmo tempo o conceito tradicional de método. [...] [O ensaio] não começa com Adão e Eva, mas com aquilo que quer falar; diz o que lhe ocorre, termina onde ele mesmo acha que acabou e não onde nada mais resta a dizer” (ADORNO, 1986, p. 175, 168).

prática da dialética entre forma literária e processo social, ideia-chave da melhor produção schwarziana. Na apresentação da coletânea *Antonio Candido 100 anos*, de 2018, Schwarz menciona o livro e o ensaio, e também “Literatura e subdesenvolvimento” e “De cortiço a cortiço” (SCHWARZ, 2018, p. 12-13). Reflexões sobre o trabalho de Antonio Candido aparecem em diversos momentos da produção de seu ex-aluno, com destaque para os quatro textos que abrem o livro *Sequências brasileiras* (SCHWARZ, 1999).

Se a geração de Roberto Schwarz buscou mergulhar em Marx (cf. RODRIGUES, 2011) e na necessidade de adaptá-lo para a realidade terceiro-mundista com o intuito de encontrar as mediações pelas quais a ordem mundial molda as realidades periféricas do capitalismo, o crítico, em entrevista de 2009 para o livro comemorativo de 40 anos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), deixa claro que Antonio Candido, no campo estético (e sem se preocupar com filiações teóricas rígidas), estava lado a lado com as mesmas questões. Sobre uma suposta quebra geracional, Schwarz afirma:

A geração é anterior, a referência teórica é outra, mas o momento é o mesmo. Em “Dialética da malandragem”, por exemplo, você tem a descrição de uma especificidade brasileira que é confrontada, sem preconceitos, a uma forma canônica de literatura ocidental, sendo que a discrepância ajuda a interrogar o presente do país e do mundo. Quer dizer, é a mesma preocupação de colocar as peculiaridades nacionais na atualidade do mundo e de fazer que um âmbito se espelhe no outro a bem da reflexão. O Antonio Candido não faz isso a partir de um esquema marxista – e isso mostra que talvez o esquema marxista não fosse tão importante –, mas as preocupações eram comuns a todos. (SCHWARZ, 2009, p. 233).

As declarações reiteradas de Schwarz sobre sua relação intelectual com Antonio Candido evidenciam o esforço do único crítico literário do grupo do “Seminário Marx” de se situar na linhagem dos primeiros “críticos puros” do país: os do Grupo Clima, constituído, segundo o próprio Antonio Candido, por “Críticos, críticos e mais críticos” (CANDIDO, Antonio apud PONTES, 1998, p. 13). Cabe acrescentar que tal esforço recebia acolhida de Antonio Candido ao eleger o seu grupo de influência (comparando com o grupo que orbitava Florestan Fernandes na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – FFCL/USP): “[Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Davi Arrigucci Jr., João Lafetá, José Miguel Wisnik] esses são os meus Fernando Henriques, os meus Otávio Iannis” (entrevista de Antonio Candido a Mariza Peirano apud RODRIGUES, 2011, p. 16).

Por seu turno, o discípulo mais proeminente do “Seminário”, Fernando Henrique Cardoso, incorporou, segundo seus interesses de intérprete e problematizador da teoria do desenvolvimento cepalina, sua ligação com o duo Candido-Schwarz:

Entre os críticos da cultura na América Latina existe um debate intermitente, mas não desinteressante, a respeito dos efeitos da dependência sobre a produção das ideias. Alguns dos mais argutos teóricos da literatura brasileira (como Antonio Candido de Mello e Souza e Roberto Schwarz) vêm procurando mostrar que a *mesma* ideia, uma vez transferida dos centros de produção internacional de cultura para a periferia, vira *outra coisa*. (CARDOSO, 1980, p. 17).

Após trazer para o mesmo campo de problemática a pioneira análise de João Cruz Costa sobre o transplante do positivismo no Brasil, o sociólogo retoma a polêmica ainda muito quente das “ideias fora do lugar”, diante da qual seu livro de ensaios também pretende se posicionar. Cardoso apreende a análise de Schwarz (entendida como parte e continuidade do trabalho de Antonio Candido) como uma espécie de teoria do “consumo das ideias importadas”, usando para explicá-la uma metáfora biológica: “Uma espécie de ecologia cultural interessada nos efeitos dos transplantes de hábitat sobre as delicadas hastes da ideologia” (CARDOSO, 1980, p. 18)⁴.

Como veremos, as afinidades e desejos de reconhecimento mútuo entre os dois críticos estudados neste ensaio, sempre buscando em alguma medida controlar a recepção futura da própria obra, acabam por se embaralhar quando nos aproximamos da história e do arriscado jogo de estabelecimento de grupos pelos agentes interessados.

O ensaio de Antonio Candido sobre *Memórias de um sargento de milícias* realiza o projeto dialético da forma artística e do processo social que orientará as pesquisas de Schwarz sobre Machado de Assis, e também ilumina suas preocupações em relação ao realismo literário. Apesar de pobre quanto às descrições das especificidades do local histórico no qual se passa a trama das *Memórias*, o romance ainda assim cria um sentido forte de realismo. Acompanhando e desvendando o método de Antonio Candido, Schwarz explica como se dá o processo:

Usando as expressões de Antonio Candido, esta forma é tanto um esqueleto de sustentação do romance, quanto a *redução estrutural* de um dado social externo à literatura e pertencente à história. Trata-se, noutras palavras, da *formalização estética* de um ritmo geral da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX. (SCHWARZ, 1987a, p. 132).

E ainda: “[...] a dialética de ordem e desordem é um *princípio de generalização* que organiza em profundidade tanto os dados da realidade quanto os da ficção (sejam ou não documentários), dando-lhes inteligibilidade” (SCHWARZ, 1987a, p. 133)⁵.

O que está em jogo no ensaio de Antonio Candido é a descoberta, na forma literária, de um dado organizador do processo social que, por sua vez, é também formal. Ou seja: a dialética da ordem e desordem é um achado duplo, e não apenas o encontro na obra artística de algo já conhecido da vida em sociedade.

As implicações da descoberta são profundas. Em recente trabalho, Nicholas

4 Lidiane S. Rodrigues (2011, p. 517) entende que Fernando H. Cardoso “a rigor, defende seu ex-aluno, não a interpretação dele, posto que do *approach* que compartilharam anteriormente, o sociólogo já se enfatiou e se distanciou”.

5 O próprio Antonio Candido refletiu longamente sobre seu “método” e as relações entre literatura e processo social em *Literatura e sociedade* (2017).

Brown, pesquisador marxista norte-americano estudioso da obra de Schwarz, se debruça sobre o assunto:

By “emancipated” form, Schwarz means that in a successful work the link between literary and social form is not itself a directly social process. It neither takes place through the development of preexisting generic forms (which, in relation to self-legislating form, are merely raw material), nor through a “political unconscious” that insists behind the back of the novelist. [...] The creation of literary form is a cognitive act, even though, as we shall see, it is a cognitive act of a peculiar sort. Before it was intuited and made objective by the novelist, the form that the critic studies was produced by the social process, even if nobody was aware of it. (BROWN, 2018, p. 466)⁶.

Portanto, o realismo intuído nas *Memórias* tem a ver com certa forma social pertencente ao real, mas que não é um fato evidente do texto (e nem da sociedade). A soma de acontecimentos, como já havia mostrado a Nova História (cf. NOVAIS; SILVA, 2011), não cria sentido ou amplia a inteligibilidade de um período histórico. É preciso encontrar as linhas de força *subterrâneas*. E essa procura representará boa parte do projeto das humanidades durante o século XX. No plano do pensamento franco-europeu, de Braudel a Lévi-Strauss, todos procuram o que não pode ser visto a olho nu⁷. Mais adiante, o devir deleuziano e os mecanismos de poder descritos por Foucault também legariam o que está *dado* na realidade ao segundo plano. Aqui é possível começar a compreender a complexidade do que foi realizado por Antonio Candido e sua importância em *âmbito mundial*. E também por Schwarz em seus estudos sobre Machado de Assis, principalmente nos dois livros: *Ao vencedor as batatas* (1977) e *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990).

Em “Pressupostos”, Schwarz dissecou ponto por ponto o método de Antonio Candido. Não cabe acompanhar todo o processo neste breve ensaio. No entanto, a operação sugere a construção de seu próprio lugar intelectual, o encaixe das peças de um espelho no qual as pesquisas do discípulo estariam refletidas na obra do mestre que deixou para as próximas gerações diversas vias abertas.

Com o resumo feito até aqui, parece evidente e localizada a dívida metodológica (dialética) entre aluno e professor. Entretanto, avançando nos “Pressupostos”, vamos

6 Em tradução livre: “Por forma ‘emancipada’, Schwarz afirma que, em um trabalho bem-sucedido, o vínculo entre forma literária e sociedade não é em si um processo diretamente social. Não se dá através do desenvolvimento de formas genéricas preexistentes (as quais, em relação à forma autolegislativa, são apenas matéria-prima), nem através de um ‘inconsciente político’ que insista por trás do romancista. [...] A criação da forma literária é um ato cognitivo, contudo, como veremos, é um ato cognitivo de tipo peculiar. Antes de ser intuída e objetivada pelo romancista, a forma que a crítica estuda foi produzida pelo processo social, mesmo que ninguém tivesse consciência disso”. A referência ao “inconsciente político” remete ao conceito operacionalizado por Fredric Jameson para analisar, à sua maneira (quer dizer, distante da problemática das peculiaridades da condição moderna na periferia do capitalismo), a relação entre mimese e realidade na narrativa literária entendida como uma prática coletiva que sedimenta no texto “soluções imaginárias ou formais para contradições insolúveis” (JAMESON, 1992, p. 72).

7 Já nos anos 1930, o olhar culturalista antropológico de Franz Boas compreendia que, quando se olha para algo, o que se vê é o efeito da tradição: “o olho que vê é órgão da tradição” (apud BOAS, 1987).

encontrar nas páginas finais pontos de *deslocamento* entre ambos que, acreditamos, repousam não na análise das *Memórias*, mas em outro momento da cultura brasileira. Schwarz inicia a virada do ensaio assim: “é certo que em “Dialética da malandragem” a forma literária recebe um tratamento mais estruturado que a realidade social. Esta diferença não aparece na exposição que fizemos, pois procuramos salientar o jogo entre as estruturas literária e histórica” (SCHWARZ, 1987a, p. 149).

Ao não marcar no plano da história os limites precisos da dialética da ordem e desordem, Antonio Candido teria sugerido uma constante cultural que o aproximaria de intérpretes modernistas da história do Brasil – como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre – e suas tentativas de identificação de certo “caráter nacional”. Ou seja, ao generalizar um suposto modo de ser do brasileiro, partindo de características de uma classe social específica e a dissolvendo para todas as demais, sem exemplos concretos do funcionamento do mecanismo na história, a dialética da ordem e desordem corria o risco de operar como ideologia. Isto pelo fato de Antonio Candido ter dado (ainda segundo Schwarz) muita atenção para o funcionamento da forma no objeto estético e pouca especificidade dessa forma na estrutura social. Uma “ideologia” muito especial, uma vez que tinha em sua origem não a visão de mundo produzida pelas elites (que Antonio Candido aprendeu com Sérgio Buarque), mas, inversamente, a da “sociabilidade desenvolvida pelos homens pobres” (SCHWARZ, 1987a, p. 150).

Schwarz (1987a, p. 151) prossegue investigando o que caracterizaria como a “originalidade ideológica” do ensaio. Para o crítico, ao abrir mão de investigar historicamente a descoberta feita entre padrão universal e ambiente local da composição estética do romance, Antonio Candido teria interrompido o processo dialético, tomando partido da visão de mundo do livro. O “mundo sem culpa” criado pela dialética da ordem e desordem ganha sinal positivo no ensaio e valor a-histórico como possibilidade de desenvolvimento para o país.

A “dialética da malandragem”, da maneira como é conceituada/descoberta nas *Memórias*, segundo Antonio Candido (2010c, p. 46), “facilitará a nossa inserção num mundo eventualmente aberto”. Ou seja, e resumindo: superado o capitalismo, algo profundamente brasileiro – cômico, irreverente, amoral – deixa de ser desvantagem e passa a nos colocar com menos dramas de consciência nesse mundo mais aberto. Ressalte-se que Antonio Candido (2017c, p. 46) sugere rapidamente uma genealogia estética dessa ideia que “se manifesta em Pedro Malasarte no nível folclórico e encontra em Gregório de Matos expressões rutilantes, que reaparecem de modo periódico, até alcançar no Modernismo as suas expressões máximas, com *Macunaíma* e *Serafim Ponte Grande*”. Guardemos essa referência aos modernistas de 22.

Roberto Schwarz expõe o que há de ideológico no argumento apontando o que ocorre quando o processo dialético é congelado e transportado no tempo:

[...] a repressão desencadeada a partir de 1969 – com seus interesses clandestinos em faixa própria, sem definição de responsabilidades, e sempre a bem daquela mesma modernidade – não participava ela também da dialética de ordem e desordem? É talvez um argumento indicando que só no plano dos traços culturais malandragem e capitalismo se opõem... (SCHWARZ, 1987a, p. 154).

A malandragem, nem precisaria ser repetido, era “coisa nossa” e estava figurada na cultura em uma larga tipologia (do “vagabundo” ao “revolucionário”). Entre a publicação de “Dialética da malandragem” e “Pressupostos”, Chico Buarque (artista que se tornaria cada vez mais importante para as reflexões de Roberto Schwarz, tanto como compositor de canções quanto como romancista) lançaria sua *Ópera do malandro* (1977). A canção “Homenagem ao malandro” também iria captar de modo flagrante o casamento feliz entre malandragem e capitalismo, ou seja, a realização do “mundo sem culpa do capital”. Aqui, o que sugere deboche e ironia toma pé da realidade sem qualquer tipo de deslocamento. Em um país sempre em formação, a aproximação abusada de termos geralmente distantes tende a criar um senso de realismo forte⁸. Diz o trecho da letra:

Agora já não é normal
O que dá de malandro regular, profissional
Malandro com aparato de malandro oficial
Malandro candidato a malandro federal
Malandro com retrato na coluna social
Malandro com contrato, com gravata e capital
Que nunca se dá mal.
(grifos nossos).

Outro discípulo de Candido, José Miguel Wisnik, entra no debate com um precioso *insight* em livro de 2008:

Ao roubar a cena da “dialética da malandragem” que enformou a imagem do Brasil na primeira metade do século [XX] por meio do samba e do futebol, a *dialética dura da marginalidade*, sem síntese, sem folga e, afinal, sem dialética, marca a atmosfera geral do país com a lembrança surda e recalcada de um custo social não redimido. (WISNIK, 2008, p. 421).

Schwarz encerra o ensaio novamente valorizando o tamanho do feito operado por Antonio Candido em “Dialética da malandragem”, classificando-a como “a melhor peça da crítica dialética brasileira” (SCHWARZ, 1987a, p. 154). Assim, não resta dúvida da importância do que foi realizado em termos teórico-metodológicos para futuras pesquisas de crítica materialista. Quanto ao problema ideológico levantado por Schwarz, cabe uma ressalva: a aposta de Antonio Candido no traço descoberto nas *Memórias* como *vantagem* para o país dependeria de um devir socialista, o que o afastaria de intérpretes que condicionaram o presente a partir de investigações

8 A questão está aprofundada na comparação entre Schwarz e Fredric Jameson feita por: Larsen, 2007.

culturais e históricas do caráter nacional brasileiro (por exemplo, a já muito discutida e criticada, mas ainda viva e operando ideologicamente, “democracia racial” de Freyre)⁹.

Certos traços valorizados no trabalho crítico de Antonio Candido podem ser espelhados de forma sumária em alguns “compromissos” dos modernistas oriundos da Semana de Arte Moderna de 1922 – o que obviamente está longe de esgotar as diversas influências decisivas do crítico, principalmente a formação em ciências sociais na USP. Arriscamos dizer que tais compromissos (ou acordos) seriam os seguintes: linguagem direta e clara, valorizando a importância da comunicação; uso livre (o que não significa sem critério) das referências estrangeiras; investigação do “ser” do Brasil num mesmo movimento que procura inseri-lo no andamento do mundo, do qual seríamos parte integrante (e ativa). E, claro, uma preponderante visão de mundo humorística, sempre tão bem lembrada por aqueles que conviveram com Antonio Candido e em saborosos textos como o manifesto “O grouchismo” (CANDIDO, 2009). Salvo engano, a aposta de Antonio Candido no “mundo sem culpa” descoberto nas *Memórias* como projeto de país deita raízes nas obras dos modernistas Mário de Andrade e Oswald de Andrade, como citado anteriormente. Principalmente na deste último. Como se sabe, de Oswald a Caetano, Schwarz vai dedicar boa parte de seu trabalho a apontar as ambiguidades e os limites ideológicos do projeto modernista, sem jamais desqualificar o nível estético e as profundas reflexões sobre o Brasil alcançados por boa parte dessa produção.

É possível encontrar, de forma indireta, esse ponto de desencontro entre Roberto Schwarz e Antonio Candido nas análises que os dois realizaram sobre Oswald de Andrade.

Em “Digressão sentimental de Oswald de Andrade”, de 1970, Antonio Candido revê suas posições do artigo “Estouro e libertação” publicado no livro *Brigada ligeira*, de 1945, numa tentativa de dar conta de toda a obra do modernista. Em ambos os ensaios o crítico lança mão de dados biográficos para analisar os diversos livros e as fases nas quais classifica a produção oswaldiana. Apenas para efeito de contraste, em 1945 Antonio Candido escreveu:

Seu [de Oswald] entusiasmo iconoclasta valeu como poucos para desabafar a literatura brasileira de uma série de anteparos e ilusões; sua crítica irreverente foi arma fecunda de derrubada; como agitador sua importância foi primordial.

Mas a obra, todavia, não correspondia exatamente à fama. (CANDIDO, 2017a, p. 22).

9 Cf. dois estudos centrais, no debate da época, sobre ideologia, cultura e caráter nacional: Mota, 2008; Leite, 2017. Sobre o primeiro, Antonio Candido o definiu como uma obra modelar do estilo do “pensar contra”: “Este livro é muito mais da geração dos senhores alunos do que de nós, velhos professores; é um livro muito curioso, muito vivo, onde eu vejo uma proposição extremamente fecunda para a tendência desmistificadora que é a base do contra, quer dizer, não aceitar as coisas como elas aparecem e questionar incessantemente” (CANDIDO, 2002, p. 379). Evidentemente, Candido colocava Schwarz dentro da mesma linhagem “do contra”.

Já no texto de 1970 está selada na análise a aproximação entre crítico e autor. Lembrando que Antonio Candido foi amigo, compadre e testamentário de Oswald, o que não implica perda de juízo crítico. A biografia do escritor aparece então repleta de passagens bem-humoradas e tiradas de gênio, as quais Antonio Candido vivenciou diretamente ou por meio de colegas de geração. Uma certa história oral (ou *memorabilia*) entra em cena no ensaio. Vale destacar a emoção do episódio em que Oswald toma conhecimento da morte de Mário de Andrade, durante uma viagem de trem. O sentimento por Oswald está aberto e a serviço da crítica. Diferentemente de 1945, agora, biografia e obra ganham melhor encaixe: “De um homem assim, pode-se dizer que a existência é tão importante quanto a obra” (CANDIDO, 2017d, p. 77).

O estilo dos melhores romances oswaldianos – segundo Antonio Candido *Memórias sentimentais de João Miramar* e *Serafim Ponte Grande* – estaria afinado à personalidade do “homem”. As dúvidas sobre o acerto de *Marco Zero* são justificadas também acionando o criador: “o mal de Oswald foi ter forçado a sua natureza artística, sacrificando a composição sincopada em benefício das sequências coesas” (CANDIDO, 2017d, p. 81). E ainda: “o Oswald divinatório enfraquece em proveito de um Oswald mais disciplinado e cinzento, corroído pelo ‘realismo social’ pouco ajustado às suas melhores tendências” (CANDIDO, 2017d, p. 83). Observar o crítico rever suas posições e valorizar a empatia como método analítico, sem com isso perder o rigor com o objeto estético, criando uma nova forma de crítica com forte valor literário, estabelece novas sugestões para futuros pesquisadores.

É cabível argumentar que a adesão de Antonio Candido ao lado espiritualoso do projeto modernista teria um corte geracional. Como vimos, em sua análise da obra oswaldiana, o uso de dados biográficos e a sua proximidade do objeto analisado reafirmam essa ideia, que só pode ser compreendida quando, passado o tempo, cristaliza-se um perfil geracional. Também quanto a Roberto Schwarz, certo “perfil”, de caráter “biográfico”, também pode ser colocado em cena como hipótese do jogo de afinidades e afastamentos entre os dois críticos que remonta ao modernismo de 22.

Roberto Schwarz, nascido em 1938 na Áustria, chegou com um ano ao Brasil. Seus pais, judeus e militantes de esquerda, fugiram das perseguições nazistas em 1939, que logo resultariam na Segunda Guerra Mundial. O fato biográfico é relevante, uma vez que nosso autor cresceu no Brasil envolto por um ambiente cultural europeu traumatizado com os horrores do Velho Mundo em pleno século XX. É o próprio Schwarz quem fala sobre o local de seu círculo familiar de imigrantes: “Também o dono da casa era judeu alemão, e combinava o piano com a representação de uma firma de relógios. Digo isso para indicar que era um ambiente de imigrantes, em que o progresso no domínio do português, bem como o acesso à intelectualidade brasileira, eram problema” (SCHWARZ apud MICELI, 2007, p. 61).

Sobre o trecho citado, Sergio Miceli afirma que:

Essas características de sua peculiar inserção na sociedade brasileira – como a experiência de sentir-se prensado entre o alemão e o português, entre dois universos culturais de expressão e pensamento – me parecem bem mais esclarecedoras do feito assumido por seu projeto intelectual do que a toada de filiações teóricas e sintonias militantes. (MICELI, 2007, p. 61).

Antes de seguirmos para a maneira como Antonio Candido fala desse lugar schwarziano destacado por Miceli, cabe um passo atrás.

A situação de origem particular de sua Áustria natal pode ter tido consequências para a percepção dialética do futuro crítico. Alguns historiadores demonstraram que a Áustria *fin-de-siècle* representava uma situação muito particular dentro do contexto europeu¹⁰. O decadente Império Austro-húngaro, na virada do século XIX para o século XX, era de fato um polo fraco no continente modernizado. Ali, a burguesia liberal fora incapaz de se impor diante de uma aristocracia moribunda, neuroticamente presa ao drama de sua crescente dependência e inferioridade diante da Alemanha unificada que era, para a maioria dos intelectuais e artistas vieneses, o modelo (ou não) de sua “identidade”. Como resumiu Jacques Le Rider (1993, p. 29), tudo isso traduzia “a dificuldade de ser um inovador, um ‘moderno’ num meio cultural reputadamente conservador e hostil às menores audácias”. Último bastião da cultura da fantasia aristocrática – onde, segundo Schöenberg, bailava-se “a dança fúnebre dos princípios” (apud SHORSKE, 1989, p. 15) –, berço de Hitler e do antissemitismo como política de Estado, Viena foi também o palco no qual algumas das mais eminentes vanguardas artísticas e intelectuais (Freud, Wittgenstein, Escola de Viena, o expressionismo, o austro-marxismo) armaram alguns dos princípios de resistência culturais e políticos mais notáveis e influentes do século XX. A contradição animava particularmente o processo, e a agitação intelectual não escapava ao olhar perspicaz de Robert Musil, que escreveu sobre aquele momento:

Quem não viveu naquela época vai achar difícil acreditar, mas o fato é que, mesmo então, o tempo estava passando mais rápido do que um camelo de montaria. [...] Mas, naqueles dias, ninguém sabia para onde ele andava. Nem ninguém conseguia distinguir entre o que estava em cima e o que estava embaixo, entre o que estava indo para a frente e o que ia para trás. (MUSIL apud SCHORSKE, 1989, p. 125).

O berço cultural de Schwarz é portanto esse império sacudindo simultaneamente *dentro e fora* da Europa moderna. Uma espécie de ponto de partida bastante significativo para quem iria se dedicar a entender os ajustes ideológicos e culturais de uma sociedade particularmente atrasada e inserida desde o início no concerto capitalista. Um lugar onde também os princípios bailavam e o meio cultural hegemônico era “conservador e hostil às menores audácias”.

Em 2004, Antonio Candido abriu o seminário na Universidade de São Paulo dedicado à obra de seu ex-aluno. O discurso se transformou no “Sobre Roberto Schwarz”. Candido reconhecia ali o valor do discípulo: “Roberto Schwarz, amigo que estimo e colega que admiro como um dos críticos mais bem-dotados e mais originais que a literatura brasileira já teve” (CANDIDO, 2007a, p. 13). Em alguns apontamentos rápidos e precisos, o mestre salienta o dado biográfico: “Eu diria que Roberto construiu lentamente um estilo crítico revelador das suas posições, a partir

¹⁰ Dentre os vários livros sobre a vida cultural vienense do princípio do século XX, destaque-se o belo estudo de Carl Schorske, 1989. Ver também o estudo mais aprofundado sobre a influência da cultura austríaca na formação de Roberto Schwarz em: Alambert, 1998.

de um olhar duplo, de dentro e de fora. E mais: que este duplo olhar talvez esteja ligado à sua história pessoal de brasileiro que é ao mesmo tempo de fora e de dentro” (CANDIDO, 2007a, p. 15).

Adiante, Antonio Candido tratará da situação do crítico em países periféricos de forma geral, que, diferentemente do crítico europeu, que pode se bastar nas referências de sua própria cultura, tem que ser sempre ele mesmo e um outro. Assim, a perspectiva de dentro e de fora, segundo Antonio Candido, estaria na própria constituição, como experiência formativa, de Schwarz: “isso lhe permite ver o Brasil como quem é de dentro e de fora por natureza, o que produz uma combinação *sui generis* de estranhamento e familiaridade, a qual deve ter contribuído para o cunho singular da sua lucidez analítica” (CANDIDO, 2007a, p. 16)¹¹.

Em “A carroça, o bonde e o poeta modernista”, de 1983, Roberto Schwarz (1987) buscou expor o que haveria de ideologicamente problemático na obra de Oswald. É nos temas mobilizados no poema “pobre alimária” que o crítico encontra a contradição e a ambiguidade de um projeto modernizador que segue preso a aspectos arcaicos da sociedade brasileira. A indústria que surgia e prometia nos inserir no mundo de forma inédita mantinha lastro nas relações de trabalho com ares de escravidão da cafeicultura. O atrasado convivendo com o progresso como dado empírico da realidade brasileira daria o tempero realista ao projeto modernista que não cumpriria o mesmo papel que na Europa. O universo colonial insistia em dar as caras em meio às operações formais modernas. E era, de diferentes maneiras, figurado em suas esquisitices.

Paulo Arantes, em livro que tem como figuras centrais justamente Candido e Schwarz, tratando do ensaio de 1983 do segundo, sintetiza assim a descoberta crítica: “Roberto se encarregará de mostrar que é ao modernismo que devemos a transformação da convivência entre primitivismo e modernidade em álibi de classe” (ARANTES, 1992, p. 101).

Em síntese, no ensaio em questão, o crítico analisa a configuração de “mundo sem culpa” encontrada no poema “pobre alimária”, de Oswald. Schwarz escreve:

Pessoas, bichos, coisas e lugares, além de se oporem, suspiram em uníssono por uma forma de vida superior, um lugar menos atrasado, onde carroças fossem veículos, motoneiros fossem autoridades e advogados não sofressem contratempos. Contudo, pelo paradoxo central à poesia pau-brasil, o desterro será o paraíso. (SCHWARZ, 1987, p. 16).

Se Oswald insere nosso atraso no mundo com ar de piada, Caetano Veloso, que no mesmo ensaio é citado indiretamente por Schwarz (1987, p. 13) – “Ainda há pouco o Tropicalismo lhe [o poema ‘pau-brasil’] deu a versão correspondente ao pós-64” –,

11 É preciso lembrar, mais uma vez, que esse “olhar” a que o crítico se refere (bem como outros comentadores) não é exatamente aquele apreendido, em tradição familiar, na cultura “avançada” da Europa liberal e moderna. Antes o contrário: “sempre causou grande surpresa o contraste existente entre um estilo de governo neoabsolutista carregado de sobrevivências arcaicas e uma sociedade largamente modernizada” (LE RIDER, 1993, p. 37).

no andamento eufórico da canção “Tropicália”, recoloca a questão: “Viva a bossa, sa, sa/ Viva a palhoça, ça, ça, ça, ça, ça”¹². Celebra-se assim (ou não?) o que há de mais odioso no passado brasileiro que nunca passa, a vida miserável na palhoça que convive lado a lado na letra da canção (e na realidade) com outro grande feito de nossa cultura, a bossa nova, ela também herdeira da solução modernista.

No poema oswaldiano, Schwarz (1987, p. 26) nota que o desfecho que resolve a confusão do animal empacado sobre o trilho do bonde que transporta os advogados atrasados significa “a intervenção do chicote que restabelece a ordem”. Chicote que vai passar de uma geração a outra em *Leite derramado*, romance de Chico Buarque, identificando o mando e a violência como baixo-contínuo de nossa história, apesar de tantos avanços¹³.

No belo ensaio “O ato crítico”, de 1978, Antonio Candido fala da influência de Sérgio Milliet sobre ele e o grupo de intelectuais ao qual pertencia. Ao chamar Milliet de “homem-ponte”, estabelece um corte e ao mesmo tempo *cria* um grupo geracional para seu pertencimento: “nós estávamos na casa dos vinte e ele na dos quarenta” (CANDIDO, 2017e, p. 148). (Aliás, coincidência boa, o mesmo intervalo entre Candido e Schwarz.) Ao longo do ensaio o crítico distingue encontros e desencontros teóricos e políticos para costurar, consciente das dificuldades e perigos do estabelecimento rígido de influências, (“terreno falível e perigoso das influências”), o lugar de sua própria geração. Nesse jogo especular, encerra o ensaio com Milliet resumindo Gide, que para Candido “se ajusta perfeitamente a ele [Sérgio Milliet] próprio”. Assim, o caminho das influências e construções de locais intelectuais e cristalizações geracionais pode seguir indefinidamente para o passado nesse tipo de genealogia intelectual.

Mas avancemos: após o caminho percorrido neste ensaio, seria possível classificar Antonio Candido como “homem-ponte” para a geração de Roberto Schwarz, que em grande medida é definida pelo projeto do grupo do “Seminário Marx”. Se Candido *permitiu* as aventuras dialéticas de Schwarz em uma cultura periférica que ele tão bem reconheceu, este, a partir daí, trilhou caminho próprio, com as preocupações e ferramentas de seu tempo (além das que ele mesmo foi criando). Não seria portanto nem arbitrário nem obtuso sintetizar a fórmula: Antonio Candido teria sido um

12 No mais recente livro de Roberto Schwarz, é justamente o ensaio sobre Caetano Veloso, analisado a partir da autobiografia do músico, que gerou mais debate e repercussão. Consolida-se assim a importância do artista tropicalista para as reflexões do crítico, que têm início com o ensaio de 1970 “Cultura e política (1964-1969)” (cf. VELOSO, 2008; SCHWARZ, 2012a; 2008a).

13 Ao tratar dessas persistências históricas arcaicas a partir da leitura de *Leite derramado* (BUARQUE, 2009), Schwarz capta o efeito deletério desse traço da nossa “modernização conservadora”: “É como se o presente continuasse a informalidade do passado patriarcal, multiplicando-a por mil, dando-lhe a escala das massas, para melhor ou para pior. Talvez seja isso o *leite derramado* que não adianta chorar: persistiu a desigualdade, desapareceram o decoro e a autoridade encasacada, e não se instalaram o direito e a lei” (SCHWARZ, 2012, p. 150).

dos grandes intérpretes do Brasil no contexto da revolução de 1930 até o Golpe Civil-Militar de 1964; Roberto Schwarz também o foi, sobretudo a partir do contexto do Golpe. Se a formulação parece simplista, fiquemos então com um espanto que deriva dela: *não é comum, em lugar algum, que dois críticos literários surjam entre os melhores explicadores de uma nação por quase um século.*

Roberto Schwarz foi um duplo exilado. Cruzou o Atlântico recém-nascido com sua família fugindo da perseguição nazista aos judeus (que em sua cidade natal já era um fato político real desde antes do fim do século XIX) e depois voltou para a Europa por conta da perseguição às esquerdas no Brasil da ditadura civil-militar. Gestado na Europa e publicado pela primeira vez em francês em 1972, seu ensaio mais famoso – “As ideias fora do lugar” – foi sua principal elaboração crítica da “ideologia brasileira”, uma espécie de método para análise de objetos estéticos na periferia do capitalismo, fundamento teórico da análise cerrada da primeira fase do romance machadiano, revelando o ritmo da realidade brasileira que permitiria que o gênio da segunda fase irrompesse. O projeto schwarziano em grande medida acompanharia como as torções, distorções e contradições dessa “esquisitice brasileira” enformariam nosso campo estético e cultural para nos trazer entendimentos históricos e sociais fundamentais do Brasil pós-1964. Mesmo quando o descompasso entre ideias e chão histórico permitiu nossas melhores realizações estéticas, o crítico nunca aderiu a elas como projeto para o país. Com tantos deslocamentos em sua biografia, e sempre pensando em como as ideias operam travessias e se acomodam em realidades estrangeiras periféricas e pós-coloniais, para Roberto Schwarz, a história (sempre) foi a prova dos nove.

SOBRE OS AUTORES

FRANCISCO ALAMBERT é professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).
E-mail: alambert@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-3167-369X>

TIAGO FERRO é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da FFLCH/USP.
E-mail: tiago-ferro@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8574-3166>

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: COHN, G. (Org.). *T. W. Adorno: sociologia*. São Paulo: Ática, 1986, p. 167-187. (Grandes Cientistas Sociais).
- _____. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- _____. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ALAMBERT, Francisco. Lugar da dialética, dialética do lugar: três notas sobre filiações, finalidades e afinidades na formação intelectual de Roberto Schwarz. In: LOUREIRO, Isabel; MUSSE, Ricardo (Org.). *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp/Fapesp, 1998.
- ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Globo, 2004.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDRADE, Oswald de. *Pau Brasil*. São Paulo: Globo, 2000.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Um departamento francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BROWN, Nicholas. Roberto Schwarz: mimesis beyond realism. In: BEST, Beverley; BONEFELD, Werner; O'KANE, Chris (Ed.). *The Sage Handbook of Frankfurt School Critical Theory*. Sage Publications, 2018, p. 465-478.
- BOAS, F. *Anthropology and modern life*. Nova York: Dover Publications, 1987.
- BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CANDIDO, Antonio. O tempo do contra. In: *Textos de intervenção/Antonio Candido*. Seleção, apresentações e notas de Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2002, p. 369-380. (Coleção Espírito Crítico).
- _____. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2007.
- _____. Sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a, p. 13-17.
- _____. O grouchismo. *Serrote*, n. 2, São Paulo, IMS, 2009, p. 166-169.
- _____. *Brigada ligeira*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2017a.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2017b.
- _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2017c.
- _____. *Vários escritos*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2017d.
- _____. O ato crítico. In: _____. *A educação pela noite*. São Paulo: Ouro sobre azul, 2017e.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A originalidade da cópia: a CEPAL e a ideia de desenvolvimento. In: _____. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 17-56.
- _____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DANTAS, V. (Org.). *Textos de intervenção/Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2002. (Coleção Espírito Crítico).
- GLEDSON, John. Roberto Schwarz: *Um mestre na periferia do capitalismo – um guia para leitores anglófonos*. In: _____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 236-278.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- JAMESON, F. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: _____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LARSEN, Neil. Por que ninguém consegue entender Roberto Schwarz nos Estados Unidos?. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 18-22.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Unesp, 2017.
- LE RIDER, J. *A modernidade vienense e as crises de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MICELI, Sergio. O chão e as nuvens: ensaios de Roberto Schwarz entre arte e ciência. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOTA, Carlos Guilherme. Vanguarda e conformismo, segundo Roberto Schwarz. In: _____. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1994, p. 245-249.
- _____. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- NOVAIS, Fernando Novais; SILVA, Rogerio F. (Org.). *Nova história em perspectiva*. v. I. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- SALES GOMES, Paulo Emílio. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. (1979). Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a, p. 129-159.
- _____. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Editora 34, 2000a.
- _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000b.
- _____. *O pai de família*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. Cultura e política (1964-1969). In: _____. *O pai de família*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a.
- _____. Entrevista. In: MONTERO, Paula; Moura, Flávio (Org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- _____. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Verdade tropical: um percurso de nosso tempo*. In: _____. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.
- _____. Cetim laranja sobre fundo escuro. In: _____. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.
- _____. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. Antonio Candido 1918-2017. *New Left Review*, Londres, 107, set.-out. 2017.

- _____. Antonio Candido 100 anos. In: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto (Org.). *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Editora 34, p. 12-13.
- VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Modelos críticos: Antonio Candido e Roberto Schwarz leem Oswald de Andrade

[*Critical models: Antonio Candido and Roberto Schwarz read Oswald de Andrade*]

Bruna Della Torre¹

RESUMO · Este artigo visa discutir as interpretações da obra de Oswald de Andrade urdidas por Antonio Candido e Roberto Schwarz, tendo em vista as diferenças entre elas, bem como os contornos que cada um dos “modelos” de crítica literária assume ao debruçar-se sobre o mesmo autor. · **PALAVRAS-CHAVE** · Antonio Candido; Roberto Schwarz; Oswald de Andrade; teoria crítica. ·

ABSTRACT · This article aims to discuss the interpretations of the Oswald de Andrade’s work devised by Antonio Candido and Roberto Schwarz, considering the differences between them and the figurations that each of the “models” of literary criticism assume regarding the same author. · **KEYWORDS** · Antonio Candido; Roberto Schwarz; Oswald de Andrade; critical theory.

Recebido em 15 de fevereiro de 2019

Aprovado em 31 de outubro de 2019

TORRE, Bruna Della. Modelos críticos: Antonio Candido e Roberto Schwarz leem Oswald de Andrade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 178-196, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p178-196>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

*Quem conta com a posteridade é como quem conta
com a polícia.*
(Oswald de Andrade, *Objeto e fim da presente obra*,
1926).

Theodor W. Adorno (2009, p. 33) define o pensamento dialético como um “pensar em modelos”. A dialética negativa, nesse sentido, apresenta-se como um “*ensemble* de análises de modelos”. O modelo deve ser capaz de estabelecer relações sem erigi-las em sistema, debruçar-se sobre o que é específico sem diluí-lo num conceito genérico supraordenado. Trata-se de permitir que “a totalidade resplandeça em um traço parcial, escolhido ou encontrado, sem que a presença dessa totalidade tenha que ser afirmada” (ADORNO, 2003, p. 35). Partindo dessas reflexões, este artigo visa contrastar os modelos críticos de Antonio Candido e Roberto Schwarz construídos a partir da leitura que os autores fizeram de Oswald de Andrade. Modelos críticos esses que se transformam conforme variam os objetos sobre os quais se debruçam. Trata-se de demonstrar, em diálogo com parte da fortuna crítica desses autores, como os pressupostos teóricos e políticos de sua crítica literária apresentam certa dissonância nesse caso específico.

Ao escrever os textos “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” e “Dialética da formação”, Schwarz (1987d; 2009) pautou, de certa forma, a recepção de Candido, alinhando-a a seu projeto crítico, próximo de Adorno. Uma parte da fortuna crítica de Candido segue a sugestão de Schwarz, incluindo aquele na tradição da teoria crítica (cf. ARANTES, 1995; COSTA, 2018). Outra parte inclui Candido e Schwarz num projeto mais amplo de “estudos culturais” (CEVASCO, 2003). Tanto em um como noutro caso, os autores são tratados em conjunto, o que torna as fissuras entre eles mais difíceis de perscrutar. Se é verdade, no entanto, que a crítica de Antonio Candido se aproxima da teoria crítica de Adorno em alguns momentos – e não cabe aqui contestar a leitura de Schwarz quanto a esse ponto –, em outros, ela se distancia, como é possível notar nos ensaios sobre Oswald de Andrade. Nesses momentos, Antonio Candido parece se aproximar mais uma vez da vertente do marxismo ocidental que passa por autores como Raymond Williams, tanto no âmbito da análise formal, quanto no âmbito dos pressupostos políticos, enquanto a análise

de Schwarz permanece alinhada com a teoria crítica de Adorno. O objetivo deste artigo consiste, portanto, em mostrar as fissuras e descontinuidades de dois modelos críticos normalmente lidos de maneira mais homogênea e ressaltar os ganhos e perdas analíticas de cada um deles.

Este artigo é a tentativa de elaborar uma questão que surgiu em minha dissertação de mestrado sobre Oswald de Andrade e que continuou de certa forma em minha pesquisa de doutorado sobre Theodor W. Adorno. Embora, como exposto acima, a fortuna crítica tenda a apresentar as críticas literárias de Candido e Schwarz como projetos consoantes, quando se trata da obra de Oswald de Andrade, elas são consideravelmente dissonantes. Ambos os autores atribuem à obra de Oswald de Andrade uma série de problemas de construção estética, mas seus caminhos de análise são diversos. Candido valoriza a experimentação formal de Oswald, mas vê neste a ausência de um projeto estético coeso e bem realizado. Schwarz, por sua vez, defende que a experimentação formal de vanguarda funciona como uma espécie de cobertura para um conteúdo político conservador. Ainda que ambos permaneçam no campo do marxismo, suas orientações teóricas divergem substancialmente nesse caso. Trata-se, portanto, de explorar, em diálogo com essa fortuna crítica, os pressupostos teóricos das análises de Candido e de Schwarz quando se debruçam sobre Oswald de Andrade.

A LEITURA DE CANDIDO

Até hoje é difícil perscrutar qual foi a avaliação que Antonio Candido fez da obra de Oswald de Andrade. Além de inúmeras aparições esporádicas de Oswald na obra de Candido, os textos de maior destaque no que se refere à fortuna crítica do modernista são: “Estouro e libertação”, de 1945 (por sua vez, síntese de outros três textos, a saber, “Romance e expectativa”, “Antes de Marco Zero” e “Marco Zero”, publicados em 1943); “Oswald viajante” (1956); “Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade” (1970); “Oswaldo, Oswald, Ôswald” (1982); “O diário de bordo” (1987) e “Os dois Oswalds” (1992). Esse conjunto de textos em torno do tema, produzido ao longo da vida de Candido, varia, assim como se transformou o crítico ao longo do tempo, mas mantém em linhas gerais o mesmo fio condutor que leva da vida à obra e da obra à vida. Também os ensaios “Literatura e cultura de 1900 a 1945” (1953-1955) e “A literatura na evolução de uma comunidade” (1954), de viés mais histórico-sociológico, compõem a fortuna crítica do modernista, e é deles que é possível extrair uma teoria mais ampla a respeito do modernismo de Oswald de Andrade.

Tendo em vista esse primeiro apanhado, este artigo comenta três aspectos presentes na avaliação de Candido sobre Oswald de Andrade: a correspondência entre vida e obra, na qual se assenta a avaliação crítica da produção narrativa de Oswald (especialmente em “Estouro e libertação” e na “Digressão...”); a contraposição a Mário de Andrade, derivada desse mesmo procedimento de pensar a produção estética em correspondência com a vida e presente em quase todos os textos supracitados; e uma leitura mais generalizante do modernismo como processo de modernização e alargamento da cultura presente nos ensaios mais panorâmicos sobre o desenvolvimento da literatura no Brasil no século XX.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE VIDA E OBRA

Ao invés das densas análises que encontramos, por exemplo, em “De cortiço a cortiço” e em “Dialética da malandragem”, cujo traço distintivo é a reversibilidade entre análise literária e análise social, os textos de Candido sobre Oswald mobilizam muito mais a experiência pessoal do que uma crítica de cunho imanente que está presente em outros textos, de modo que “a literatura oswaldiana se apresenta como a transfiguração do vivido [...] a antropofagia como palavra-chave que explica o homem e a obra” (CHALMERS, 1992, p. 220). Esses ensaios combinam de maneira muito específica a análise e o depoimento.

Vera Chalmers chama nossa atenção para o fato de que vários desses ensaios tratam das memórias do escritor, buscando estabelecer vínculos entre a obra e seu autor, textos esses que possuem também um forte traço biográfico do próprio Antonio Candido. Na “Digressão...”, por sua vez, Candido (2011) retoma a discussão a respeito dos romances de Oswald, tendo em vista o artigo “Estouro e libertação”, publicado pela *Folha da Manhã* em 1944.

Os romances em questão – escritos “fora da ordem” da publicação – são os seguintes: a *Trilogia do exílio* composta por *Os condenados* (1922), *A estrela de absinto* (1927) e *A escada vermelha* (1934); *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924) e *Serafim Ponte Grande* (1933); e *Marco Zero I A revolução melancólica* (1943) e *Chão* (1945). O fato de serem “fora de ordem” não constitui uma informação editorial ou mesmo biográfica, pois diz respeito ao argumento de Candido referente à convivência do escritor vanguardista e do escritor passadista/decadentista na mesma pessoa. Daí Antonio Candido insistir na convivência entre um bom e um mau escritor em Oswald de Andrade, que produziu ao mesmo tempo livros maiores e menores. Esses textos acompanham a produção narrativa do autor, salientando, de modo geral, a qualidade do par *Miramar/Serafim* e acusando os problemas de construção dos restantes. Esses problemas seriam advindos da dificuldade de Oswald de manter certa coerência e estabilidade na sua produção literária, ou seja, os romances do escritor vanguardista se alternam no tempo com os romances passadistas, piores, segundo Candido, do ponto de vista formal².

Antonio Candido destaca dois traços que seriam característicos da personalidade do escritor: devoração e mobilidade, sendo que “devoração não é apenas um pressuposto simbólico da antropofagia, mas o seu modo pessoal de ser, a sua capacidade surpreendente de absorver o mundo, triturá-lo para recompô-lo” (CANDIDO, 2011, p. 51). Essa reunião sucederia na “utilização desmesurada de tudo” e num “certo anarquismo”. Por isso, o recurso ao choque, o rompimento com o realismo, o inconformismo e o trânsito entre a poesia e a prosa seriam os pontos altos de sua obra. Na avaliação de Candido (2011, p. 54),

2 Se o Candido do período da escrita de “Estouro e libertação” era um autor inclinado a favorecer obras literárias de cunho mais social, por assim dizer (cf. RAMASSOTE, 2011; ERRÁZURIZ, 2018), no caso específico da obra de Oswald de Andrade, ele tende a favorecer as obras mais experimentais como o par *Serafim/Miramar*.

Oswald produzia coisa boa nos escritos de redação contínua e descontínua. Prefiro estes, que representam a sua contribuição mais original sob o ponto de vista da estrutura e do estilo, concentrando a maior soma das suas capacidades de expressão. Aí se enquadram os poemas *Memórias sentimentais de João Miramar*, o *Serafim Ponte Grande*, muitas notas, artigos, polêmicas que andam dispersos...

A simultaneidade da realização de obras bem e obras malsucedidas seria equivalente a essa oscilação própria da personalidade de Oswald: “de um homem assim”, diz Candido (2011, p. 50), “pode-se dizer que a existência é tão importante quanto a obra”, e alguém poderia acrescentar, forçando um pouco o argumento, que uma espelha a outra. Nesse ponto, ganha proeminência um argumento que tende a salientar a homologia entre a personalidade, a posição social e obra literária, tendo como fundamento central de sua orientação crítica uma certa sociologia (cf. RAMASSOTE, 2011).

“Digressão...”, que foi escrito em 1970 – posteriormente à retomada de Oswald de Andrade pelo tropicalismo na década de 1960 – para compor o livro *Vários escritos*, insere-se no contexto pós-golpe de 1964, passando um pouco ao largo das questões que seriam, alguns anos à frente, centrais nas análises de Roberto Schwarz³. No ensaio, Candido conta um pouco a história da recepção carente de *Marco zero* e de sua decepção com o romance. Candido tenta retratar-se diante do equívoco de juventude por ter esperado que Oswald de Andrade escrevesse algo que o colocasse definitivamente como um dos grandes da nossa literatura, como se, reforça Candido, ele já não houvesse feito o suficiente com o par *Serafim/Miramar*, com a antropofagia, com a poesia etc. Mas sempre reiterando que “a palavra estava dita” (CANDIDO, 2011, p. 38) com o par supracitado. O tão prometido *Marco zero* permanece avaliado como uma obra menor, na qual se sobressai a matéria – a descrição/julgamento da sociedade paulista – ao invés da maneira.

As qualidades de sua obra residiriam, ao contrário, na fusão da experimentação estética com o humor, no seu “sarcasmo-poesia”, bem como se destacava na sua personalidade o vanguardista *blagueur*, capaz de protagonizar as maiores polêmicas do modernismo (cf. ANDRADE, 1992), injetando vida no movimento. O riso aparece, então, como elemento libertador aliado ao anticonvencionalismo do poeta. Esse “anarquismo”, contudo, seria também a razão dos seus problemas, da instabilidade de seu projeto em relação ao de Mário⁴.

3 Com exceção de um ponto: nesse ensaio, Antonio Candido reconsidera a avaliação de *Serafim Ponte Grande* – corrigindo a proposição de que *Serafim* seria um fragmento de livro em “Estouro e libertação” – à luz dos estudos de Haroldo de Campos sobre Oswald. Daí Candido ressaltar que o último teria lhe chamado a atenção para a caracterização de Oswald como um grande agressor do princípio de unidade de composição do texto.

4 Candido enxerga em Mário de Andrade maior consistência no âmbito da concepção e realização de um projeto estético definido. A questão da “formação” guiaria Mário de Andrade na poesia, no romance, na crítica literária e em todo seu projeto cultural (cf. CANDIDO, 2011).

OS DOIS ANDRADES

A figura de Mário corresponde, na obra de Antonio Candido, a uma espécie de contraponto a Oswald de Andrade. Os ensaios sobre Oswald são marcados sobretudo por uma espécie de insatisfação com a “falta de sustentar projeto”, que o diferencia de Mário de Andrade e é explicado por meio de sua personalidade, o que aparece na ideia do “Oswald viajante” e no par “devoração e mobilidade”. As contradições da vida e da personalidade, no caso de Oswald de Andrade, estariam mantidas em suspenso enquanto em Mário elas teriam alcançado uma síntese estética:

[...] há divisão e divisão. Mário de Andrade disse num verso conhecido: “eu sou trezentos, sou trezentos e cinquenta, [...] mas um dia afinal eu toparei comigo”, e procurou cumprir esse programa. De fato, o seu esforço foi sempre buscar unidade na vida e na obra, podendo-se dizer que tentou arduamente a coerência sem desconhecer as incoerências, como convinha a homem tão lúcido e reflexivo. Oswald, ao contrário, era espontâneo e intuitivo, mentalmente brilhante, mas pouco ordenado. Por isso, nunca procurou domar racionalmente o jogo das contradições. Viveu com elas e elas formaram os dois blocos opostos a que aludi e que indicam certa incoerência, que, aliás, parecia não perturbá-lo. Com sua enorme força de vida, ele sempre arrastou tumultuosamente as contradições não solucionadas. (CANDIDO, 2004a, p. 40).

A avaliação da experiência intelectual de Mário de Andrade, a qual leva igualmente em consideração a relação entre vida e obra, rebate na leitura de Oswald de Andrade como um escritor que, apesar de algumas ressalvas feitas pelo próprio Candido, não se realizou na plenitude de suas potencialidades, como é possível aferir pelo seguinte comentário escrito por ocasião da morte de Mário de Andrade: “Os homens que se constroem amadurecem lenta, mas seguramente. O que foi obtido no plano da arte e no plano da existência com rigor persistente brilha depois com fulgor também intenso e duradouro” (CANDIDO, 2004e, p. 95).

Oswald é caracterizado como “mais ousado, mais viajado, mais aberto” (CANDIDO, 2011, p. 43) que Mário, e sua obra seria, na acepção de Candido, ela também uma expressão do cosmopolitismo característica da elite do café da década de 1920. Antonio Candido confere importância significativa para o papel da viagem na obra de Oswald, na medida em que o par *Serafim/Miramar* se ocupa do conflito do novo com o velho mundo, mas também chama a atenção para a viagem como meio de conhecer o próprio país. Também a estética, nessa chave, torna-se uma “estética transitiva do viajante” que devora as influências de todos os lugares para onde vai, porém, com menos disciplina, por assim dizer. Mais uma vez, é Mário quem leva a vantagem. Nas palavras de Candido,

E toda a vocação dionisíaca de Oswald de Andrade, Raul Bopp, Mário de Andrade; este haveria, aliás, de elaborar as várias tendências do movimento numa síntese superior. A poesia *Pau brasil* e a *Antropofagia*, animadas pelo primeiro, exprimem a atitude de *devoração* em face dos valores europeus, e a manifestação de um lirismo telúrico, ao mesmo tempo crítico, mergulhado no inconsciente individual e coletivo, de que *Macunaíma* seria a mais alta expressão. (CANDIDO, 2008a, p. 130).

Dessa forma, apesar de tanto a produção de Oswald, quanto a de Mário serem compreendidas como variações em torno do primitivismo e do choque de dois mundos culturais, do embate entre o mundo primitivo e a civilização⁵, a obra de ficção de Oswald, principalmente *Serafim Ponte Grande*, é remetida por Antonio Candido a *Macunaíma*, uma espécie de *Macunaíma urbano*, “pelo seu caráter de temas e tíques nacionais” (CANDIDO, 2004f, p. 21). *Serafim* é entendido, nessa chave, como “primitivo na era técnica, que se dissolve no mito” (CANDIDO, 2011, p. 61). A obra de Mário parece servir quase sempre como uma espécie de régua para medir as realizações da de Oswald.

A avaliação de Candido aponta, em geral, para essa caracterização de Oswald de Andrade como uma força pulsante do modernismo que, apesar de tudo, não resultou numa obra no sentido de um conjunto relativamente homogêneo da produção artística. Essa tensão entre Candido e Oswald de Andrade resulta também de uma espécie de disputa, no interior do campo intelectual, pela prerrogativa da crítica. Como se sabe, Oswald de Andrade e Antonio Candido prestaram o mesmo concurso de livre-docência na Universidade de São Paulo, do qual ambos saíram livres-docentes. O grupo Clima (cf. PONTES, 1998) disputou com os modernistas a tarefa da crítica e lançou as bases de sua institucionalização. Candido retoma igualmente a relação ambígua, de tensão e admiração, do poeta com o grupo Clima, no qual o domínio era de Mário. O comentário, presente em “Digressão...”, sobre o amálgama de agressividade e carinho que permeava essas relações sugere – outro traço distintivo de sua análise afetiva de Oswald – a voltagem derivada do choque entre o modernismo e a crítica em vias de institucionalização.

MODERNISMO, MODERNIZAÇÃO, DEMOCRACIA

A fisionomia da crítica de Antonio Candido a Oswald de Andrade é marcada por uma mescla entre o juízo crítico e o depoimento pessoal em diversos níveis. Conforme destaca Vera Chalmers,

Deste modo, o conhecimento da intimidade de uma amizade literária oferece os elementos para a análise dos aspectos constitutivos da obra, superando o anedotário formador do mito oswaldiano, pela integração do episódico numa caracterização abrangente, que procura dar nome ao processo de apreensão da realidade pelo romancista, formulando a síntese explicativa “devoração e mobilidade”, que serve para compreender não apenas o conceito oswaldiano de “antropofagia”, mas uma forma de experiência de vida. (CHALMERS, 1992, p. 219).

5 Vale salientar, no entanto, que o conjunto da obra de Mário, especialmente *Macunaíma*, é lido na chave do problema da formação e da construção nacional que Candido enxergava no modernismo. Se mobilizarmos, porém, a interpretação de Gilda de Mello e Souza, que segue as pistas de Mário quando este sugere que *Macunaíma* não serve como síntese do modernismo na direção da constituição de uma espécie de síntese da cultura nacional, isto é, *Macunaíma* não é nem brasileiro e se aproximaria mais de uma alegoria do homem moderno, a comparação muda de figura. Deparamos assim, com a leitura de um Mário de Andrade tão cosmopolita e contraditório quanto Oswald (cf. MELLO E SOUZA, 2003; LOPEZ, 1978; ANDRADE, 1978).

À ocasião da publicação de “Estouro e libertação”, Antonio Candido ressaltava que Oswald de Andrade era um problema para a crítica literária e, como tal, ele permeou a obra de Candido até o final de sua vida, pois este último constrói ao longo de sua trajetória uma série de tentativas de acertar contas com a obra do modernista. Mas, se deixarmos um pouco de lado os textos que tratam especificamente de Oswald, encontramos na obra de Candido uma outra leitura do modernismo, a partir de sua vocação democratizante. No âmbito dessa interpretação, a leitura de Candido muda um pouco seu foco.

Mobilizando a tensa dialética entre “localismo e cosmopolitismo” (cf. CANDIDO, 2008a; ARANTES, 1992; SCHWARZ, 2009) para analisar a dinâmica da vida intelectual na periferia do capitalismo, Antonio Candido define o modernismo a partir de sua emancipação completa em relação a Portugal e à literatura portuguesa. Mais ainda, defende que no âmbito do impulso que alimenta o movimento estaria um deslocamento mais geral, que inverteria os sinais da nossa realidade colonial pensada apenas na chave negativa da falta e da ausência em relação ao centro. A partir daí, “nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades” (CANDIDO, 2008a, p. 127). Trata-se do conhecido “desrecalque localista” promovido pelo modernismo.

O movimento envolve a incorporação do negro, do mulato e do primitivismo na literatura e nos ensaios de interpretação do país e encontra, segundo Candido, em *Macunaíma* sua realização mais central e característica. Essa incorporação está ligada a uma espécie de “redenção das componentes recalçadas da nacionalidade” (CANDIDO, 2008a, p. 128). Candido associa o modernismo às agitações sociais, às diversas greves operárias no segundo decênio do século XX e à fundação do Partido Comunista em 1922, e destaca o surgimento de uma “solidariedade cultural”, compreendida no âmbito de uma tomada de consciência do advento das camadas populares: “Não se ignora o papel que a arte primitiva, o folclore, a etnografia tiveram na definição das estéticas modernas, muito atentas aos elementos arcaicos e populares comprimidos pelo academicismo” (CANDIDO, 2008a, p. 129). No eixo desse modernismo alargado, essa nova aliança é ampla:

Por isso, embora os escritores de 1922 não manifestassem a princípio nenhum caráter revolucionário, no sentido político, e não pusessem em dúvida os fundamentos da ordem vigente, a sua atitude, analisada em profundidade, representa um esforço para retirar à literatura o caráter de classe, transformando-a em bem comum a todos. [...] O admirável TUPI OR NOT TUPI, do *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade – mestre incomparável das fórmulas lapidárias –, resume todo esse processo, de decidida incorporação da riqueza profunda do povo, da herança total do país, na estilização erudita da literatura. Sob este ponto de vista, as intuições da Antropofagia, a ele devidas, representam o momento mais denso da dialética modernista, em contraposição ao superficial “dinamismo cósmico” de Graça Aranha. (CANDIDO, 2008b, p. 172).

A partir da perspectiva de Candido, ligada a uma militância socialista que se

opõe à política do Partido Comunista e visa construir-se pela via popular (cf. LAFER, 1992; KONDER, 1992; AGUIAR, 1999)⁶, o modernismo constitui um avanço em relação ao período anterior, justamente devido ao seu caráter inclusivo. Veremos a seguir como Schwarz identifica justamente nessa intenção generalizante um movimento ideológico do modernismo.

A leitura do modernismo urdida por Candido, bem como sua atuação na formação de um campo de estudos no Brasil, o aproximaria dos estudos culturais britânicos. É possível notar em Candido, conforme o argumento de Maria Eliza Cevasco (2003), um precursor dos estudos culturais de vertente materialista no Brasil. Sua atitude antistalinista e pró-proletariado bem como seu projeto de crítica da sociedade a partir da cultura seriam, nessa chave, análogos à atuação de Raymond Williams e de E. P. Thompson na Grã-Bretanha. No entanto, mais importante do que isso, seria salientar a mobilização da noção de “estrutura de sentimento” para avaliar o modernismo no Brasil. É nesse sentido, como colaboração de uma geração (cf. NICODEMO, 2018), que o modernismo é avaliado por Candido como uma espécie de sismógrafo capaz de adiantar e de configurar um devir histórico de um projeto popular delineado a partir da conjunção daqueles que “não têm lugar”. A associação com Williams pode ser lida também no âmbito da forma. Candido busca captar nas obras de Oswald de Andrade, porém sem se deter numa análise imanente delas, essa tentativa de construção nacional.

A LEITURA DE SCHWARZ

Em “A carroça, o bonde e o poeta modernista”, único texto que Schwarz dedicou a Oswald de Andrade, o modernista está em boa companhia; é colocado ao lado de Lenin e de Brecht. O horizonte comum aos três diz respeito, segundo o crítico, à crise da sociedade burguesa e às possibilidades de rompimento com a tradição e de ampliação radical da democracia trazidas por ela. Para Lenin, o Estado pós-revolucionário deveria ser racionalmente organizado a tal ponto que uma cozinheira poderia administrá-lo; para Brecht, a arte deveria consistir num pensamento sem requinte e mobilizar “protótipos artísticos” para serem imitados e também variados; Oswald,

6 A ideia deste artigo é mais relacionar as diretrizes políticas mais amplas a partir das quais é possível contrastar Candido e Schwarz do que fazer conexões com o contexto social e político imediato. Por isso, não se trata de atribuir especificidade à militância socialista de Antonio Candido, que, aliás, sempre foi mediada, e o próprio crítico escreveu e falou pouco sobre suas filiações políticas e partidárias, bem como sobre suas preferências teóricas (cf. SOARES, 2011, p. 186). A crítica à URSS, absorvida por meio da leitura de Trotsky e de Victor Serge, bem como pelo antistalinismo do amigo Paulo Emílio Salles Gomes e que se concretizou com a sua participação na “Esquerda democrática” na década de 1940, se expressa em sua obra numa defesa de âmbito mais geral de um socialismo revolucionário, indisposto a abrir mão da democracia (cf. LÖWY, 2018). A valorização da aliança entre as classes no modernismo está ligada a essa posição política. Trata-se ainda da defesa de uma aliança entre grupos “desprovidos de lugar” (isto é, que não se apresentam segundo uma classe social definida segundo o modelo das teorias marxistas europeias), os negros, os indígenas, o caipira etc., para comporem uma classe com força de transformação (cf. JACKSON, 2002).

por sua vez, apresenta sua *poesia pau brasil* sob um conjunto de fórmulas fáceis, que atestam o impulso democrático do modernismo.

O mundo que gestara o comunismo, o teatro didático e o modernismo, no entanto, era passado quando Schwarz escreveu seu ensaio, em 1983. E, se de fato as obras literárias e as ideias políticas não passam apenas porque passa o seu tempo, é legítimo levantar a questão a respeito das razões que tinha o crítico de retornar à idílica *poesia pau brasil*. Ainda mais considerando que esse ensaio está presente num livro que carrega o título *Que horas são?* e que busca justamente acertar os ponteiros com o presente histórico⁷.

Tratava-se de retomar a obra de Oswald de Andrade com vistas à situação de então, na qual os “objetivos libertários que animavam as vanguardas política e artística [...] acabaram funcionando como elementos dinâmicos de uma tendência outra, e hoje podem ser entendidos como ideologia” (SCHWARZ, 1987a, p. 12). Schwarz ressalta o triunfo em larga escala do modernismo na mídia e sua integração ao discurso da modernização conservadora: em parte à revelia, diz o crítico, em parte por *disposições internas*.

Ora, mas no que consiste, em primeiro lugar, esse triunfo do modernismo na mídia? Schwarz não discrimina de maneira explícita, mas mira no tropicalismo e na poesia concreta⁸. Se são esses os modernismos em voga, por que não ir direto ao ponto? Vale lembrar, no entanto, que a absorção do modernismo pelo discurso da modernização conservadora dependia de disposições internas. Seria preciso ir até a raiz da questão.

O ensaio passa a investigar, então, quais são essas disposições internas à obra de Oswald de Andrade, suas ambiguidades e suas inconsistências. Schwarz é claro neste ponto: a característica principal da poesia pau brasil corresponde à justaposição entre os elementos do Brasil-colônia e do Brasil-burguês, isto é, “a elevação do produto – desconjuntado *por definição* – à dignidade de alegoria do país” (Schwarz, 1987a, p. 12)⁹. Esse procedimento resultaria num “ufanismo crítico”, obtido a partir da junção sugerida por Schwarz entre a matéria local e a forma emprestada das vanguardas europeias.

Numa nota de rodapé, Schwarz contrapõe-se à interpretação de Antonio Candido: “Empenhada em firmar a seriedade do poeta, por oposição à fama do piadista, a

7 “A carroça, o bonde e o poeta modernista” foi um texto apresentado nas comemorações do centenário de Karl Marx a um público estrangeiro. Oswald de Andrade, no entanto, era e permanece um autor pouco conhecido fora do Brasil. Uma hipótese – na linha do argumento levantado acima – para a escolha de tomar a obra de Oswald de Andrade como objeto para apresentar num seminário sobre Marx pode ser a intenção velada de combater uma visão tropicalista do Brasil, considerando que esse movimento foi imediatamente transformado em artigo de exportação durante o período da ditadura militar.

8 Esse ensaio pode ser lido em conjunto com “Marco histórico”, presente no mesmo livro, sobre o poema “Póstudo” de Augusto de Campos, no qual é observada a transformação da arte em ideologia do consumo e em elemento pop da cultura pós-moderna.

9 A justaposição de contrários e sua edificação à alegoria do país está presente na caracterização que Schwarz ensaia em “Cultura e Política” sobre o tropicalismo e que ele desenvolve posteriormente em “*Verdade Tropical: percurso de nosso tempo*”. Parece que o crítico busca na raiz do modernismo aquilo que via como problemático no tropicalismo. Julga, assim (sem dispensar o brilhantismo que lhe é característico) a obra de Oswald pelo uso que os tropicalistas fazem dela. Não fosse a mobilização da crítica imanente, utilizada de maneira muito astuta no ensaio, poderíamos questionar sua escolha, afinal, se fôssemos, por exemplo, julgar a obra de Marx pelos usos que fizeram os marxistas...

crítica sublinhou a identidade entre as soluções oswaldianas e as inovações hoje clássicas das vanguardas internacionais” (SCHWARZ, 1987a, p. 14). Um dos traços da leitura de Candido consiste em pensar o papel do modernismo na democratização da cultura. Contudo, não deixa de ser curioso que, para Candido, a qualidade mas também os defeitos de Oswald estejam aliados justamente à sua experimentação formal, e que, para Schwarz, o problema consista não numa experimentação mais errática e inconsistente – como defende Candido – mas na presença excessiva desse esforço de formação. Se não é possível servir a deus e ao diabo ao mesmo tempo, no caso de Oswald de Andrade parece que este não agrada a nenhum dos dois lados. A experimentação formal sem projeto estético desagrade o crítico da formação, e a preocupação com a formação nacional desagrade o teórico crítico.

Schwarz propõe uma alternativa diferente da de Candido: “o trabalho formal realizado pela poesia pau brasil se pode analisar também noutra perspectiva, em função da matéria que trata de organizar, a qual obriga a repensá-lo a uma luz historicamente mais especificada” (SCHWARZ, 1987a, p. 14), o que não diminuiria a estatura de Oswald, mas o tornaria diferente. Para isso, Schwarz (1986a, p. 14) seleciona o poema “Pobre alimária”:

O cavalo e a carroça
Estavam atravancados no trilho
E como o motorneiro se impacientasse
Porque levava os advogados para os escritórios
Desatravancaram o veículo
E o animal disparou
Mas o lesto carroceiro
Trepou na boleia
E castigou o fugitivo atrelado
Com um grandioso chicote.

Temos, assim

De um lado, o bonde, os advogados, o motorneiro e os trilhos; do outro, o cavalo, a carroça e o carroceiro: são mundos, tempos e classes sociais contrastantes, postos em oposição. A vitória do bonde é inevitável, mas[,] como a diferença de tamanho entre os antagonistas não é grande, e a familiaridade das suas presenças é igual, o enfrentamento guarda um certo equilíbrio engraçado. Espero não forçar a nota imaginando que, no espaço exíguo do cromô da província, algo do empacamento de uma parte se transmite também à outra. (SCHWARZ, 1987a, p. 15).

O material do poema, organizado dessa maneira, revelaria, então, uma questão de classe: o incômodo com o atraso, não porque ele é ruim, mas porque afeta seu oposto, o progresso, impedindo os advogados de cumprirem com os seus compromissos e

o trânsito de se racionalizar¹⁰. Sendo assim, o Brasil da convivência dos contrários da poesia pau brasil estaria ancorado, na realidade, numa posição de classe muito específica. Do poema, Schwarz deriva a identificação do trabalhador (motorneiro) com os de cima, a postura importante do eu lírico que não se dá nem ao trabalho de especificar quem ajudou a desatrapalhar o veículo (provavelmente, diz Schwarz, os populares), bem como o sistema hierárquico do sistema colonial: os advogados que exercem sua violência sobre o motorneiro, que por sua vez desconta no carroceiro, que, por fim, desconta no cavalo – um mundo que, no final das contas, se resolve na base do chicote. A cena seria trágica, se não fosse cômica:

[...] a modernidade atua integrada ao esquema da autoridade tradicional, que se compraz, por sua vez, em adotar a fachada dos novos funcionamentos pessoais. Esses servem como elemento de distinção e destaque, mais que como regra, o que contribui para a coloração antiquada do bloco adiantado [...]. Os avançados não abrem mão do atraso, e os atrasados, longe de serem retrógrados convictos, gostam também de um “solzinho progressista”: um quadro cujas noções dominantes funciona de maneira inesperada, à qual voltaremos e que faz rir. (SCHWARZ, 1987a, p. 17).

O procedimento ao qual recorre Oswald de Andrade é de vanguarda, mas seu resultado não é exatamente o esperado. Os poemas de Oswald têm feição rudimentar e primitivista, afirma Schwarz, uma espécie de “poesia dos fatos nus”. Esse tipo de recurso vanguardista permite descontextualizar os objetos, deslocando-os de seu sentido original. Ao justapô-los, no entanto, em termos opostos, entre o arcaísmo e o progresso (carroça *versus* bonde; carroceiro *versus* advogados), defende Schwarz, Oswald os põe novamente em contexto. Isso significa que a relativização alegre entre os opostos no poema é apenas de superfície. Pois “o mundo sem data e rubrica, proposto no Manifesto Antropófago, é datado e rubricado” (SCHWARZ, 1987a, p. 19).

A sociedade é percebida no seu movimento contraditório, sugere Schwarz, a tal ponto que o poema de Oswald pode ser compreendido como um romance em

10 Em “Nacional por subtração” Schwarz explora esse mesmo problema por outro viés. Ao comentar a crítica de Sílvio Romero a Machado de Assis, Schwarz (1987c, p. 41) repara que o problema da arte no Brasil, para o crítico, não se resumia ao problema da cópia, mas ao fato de que apenas uma classe social copiava. O problema do atraso seria, nessa chave, o fato de que este atrasa também as classes superiores. Ou, em “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”: “Contrariamente ao que sustentam os nacionalistas, a reflexão dialética depende da análise formal, cujo referente não é o país do coração, mas o país verdadeiro (o das classes sociais)” (SCHWARZ, 1987d, p. 136).

miniatura. “Pobre alimária” é uma história¹¹. No final das contas, entretanto, o riso final implicado no poema, seu efeito relativizante, daria ensejo às afinidades eletivas que o modernismo de Oswald tem com a modernização conservadora; sua graça reconcilia.

Nesse ponto Schwarz e Candido divergem. O primeiro, mais receptivo à intenção democrática do modernismo, ou seja, à aliança entre os “grupos sem lugar” que ele busca promover, a despeito de suas contradições, é em certo sentido mais generoso com a obra de Oswald de Andrade. Se é bem verdade que ele escreve em outra época, sua leitura afina com seu projeto de crítica literária ligada à apreciação do modernismo a partir de uma “estrutura de sentimento” de um socialismo de cunho popular. Antonio Candido, seja na sociologia com o seu trabalho sobre o caipira, por exemplo, seja na crítica literária, absorve do modernismo uma certa inclusão do pobre, do indígena, do negro, da fala “do povo”.

Schwarz, mais próximo de um marxismo oriundo da teoria crítica, observa com olhos desconfiados a atitude modernista. Ele comenta o poema de Oswald: “Dê-me um cigarro/ Diz a gramática/ Do professor e do aluno/ E do mulato sabido/ Mas o bom negro e o bom branco/ Da nação brasileira/ Dizem todos os dias/ Deixa disso camarada/ Me dá um cigarro”. Condescendência de Oswald, defende Schwarz, bem como de Mário em outros momentos. Essa distância, de acordo com Schwarz (1987a, p. 21), “que permite passar *por alto* os antagonismos e envolver as partes contrárias numa mesma simpatia, naturalmente é um ponto de vista por sua vez”. Um ponto de vista de classe, certamente. Schwarz sugere a presença de uma homologia entre a estética de Oswald e a experiência de classe da elite cafeeira e de seu desejo de internacionalização. Basta lembrar que um dos motes da *poesia pau brasil*, que reforça a tese de Schwarz, é a de “poesia de exportação”. Vale notar ainda que Schwarz (1987a, p. 23) ressalta que “um poeta não melhora nem piora por dar forma literária à experiência de uma oligarquia”.

Não há, diferentemente dos nortistas – ressalta Schwarz –, nenhum tipo de saudosismo do período colonial na poesia de Oswald. Sua atitude, reveladora da posição de classe, está ligada a uma posição cosmopolita e internacionalizante da elite

11 Schwarz oscila durante o ensaio em chamar a poesia pau brasil de alegoria e de símbolo do Brasil sem maiores consequências. Se fôssemos retomar as diferenças que essas noções apresentam para Walter Benjamin, por exemplo, poderíamos sugerir uma ou outra leitura. Para Benjamin, a alegoria é um meio de expressão de característica enigmática. Para cada ideia, ela pode representar uma grande erupção de imagens e, por esta razão, seu sentido permanece sempre aberto. “Cada personagem, cada coisa, cada relação pode significar qualquer outra coisa. [...] Do ponto de vista externo e estilístico – no caráter exuberante da composição tipográfica e excessivo da metáfora – a escrita tende para a imagem. Não é possível conceber contraste maior com o símbolo artístico, o símbolo plástico, a imagem da totalidade orgânica, do que essa fragmentação amorfa que é a escrita visual do alegórico. [...] No campo da intuição alegórica a imagem é fragmento, runa” (BENJAMIN, 2004, p. 188-191). Se, por um lado, a noção de alegoria benjaminiana diz respeito ao drama barroco alemão, as noções de “fragmento” e “trapo” a ela ligadas permanecem em diversos momentos de sua obra – na análise de Proust, Kafka, do dadaísmo e do surrealismo – e fornecem pistas de interpretação da arte modernista. Sendo assim, poderíamos sustentar que a interpretação do poema como uma narrativa (cf. BENJAMIN, 2004), que deixa a moral da história aberta a várias interpretações, favorece a leitura do último como alegoria – o que é reforçado pelo fato de que, assim como a narrativa para Benjamin, o poema mobiliza o registro oral da língua.

cafeira (ligada também à “financeirização” das classes altas brasileiras – vira e mexe vislumbrada nas menções à bolsa de valores na poesia de Oswald). Sua poesia aponta para a superação da situação colonial e subalterna, baseada na crença num “*progresso inocente*” (SCHWARZ, 1987a, p. 24). Seria Oswald uma espécie de poeta pós-colonial satisfeito em eleger a especificidade brasileira como via alternativa de modernização?

Se o atraso pode ser atraente para quem não sofre dele (cf. SCHWARZ, 1987b, p. 128), não se trata apenas de relativizar a pobreza, o analfabetismo, a violência colonial. Ao sugerir que a poesia de Oswald configura uma experiência de classe, a interpretação de Schwarz dá ensejo para pensar o projeto de país sustentado por uma burguesia que ainda possuía aspirações de autonomia econômica e cultural diante do resto do mundo. A alta do café, aos olhos dos modernistas, parecia colocar o país na ordem do dia, e era preciso um projeto cultural que estivesse à altura. A diferença é que esse projeto se assentava, como nota Schwarz, em novas alianças de classe presentes na literatura modernista em várias configurações. A diferença para o pós-1964 residiria, no entanto, no fim das ilusões do “pacto nacional”, solapada de vez por uma burguesia que preferia manter a condição subalterna diante do capitalismo internacional, em nome da manutenção de seu domínio em âmbito nacional¹². Sendo assim, a retomada da poesia de Oswald de Andrade pelo tropicalismo só poderia ser ideológica num momento de esgarçamento completo do projeto nacional que ainda sustentava esse modernismo.

A disposição interna que permitia que a poesia de Oswald de Andrade afinasse com o discurso da modernização conservadora já era, por assim dizer, problemática, de acordo com a interpretação de Schwarz (1987a, p. 22), pois reunia, numa ideia alegre e provocativa, que “tudo isso é meu país”, embora o Brasil nunca tenha deixado de ser uma sociedade fundada na dominação de classe. Essa poesia, no entanto, tinha, por assim dizer, lastro na realidade e encontrava nesse lastro um momento de verdade: ela revelava uma burguesia cosmopolita que queria tirar o país da menoridade econômica e cultural, valorizando as formas autóctones¹³.

12 Esse tema seria retomado em “Cultura e política”, ensaio, aliás, próximo, não apenas temporalmente, mas tematicamente de “O bonde, a carroça e o poeta modernista”. Em ambos, Schwarz tira as consequências culturais e políticas da teoria da dependência (cf. ARANTES, 1992).

13 Uma crítica semelhante é feita a Brecht. Em “Altos e baixos da atualidade de Brecht”, Schwarz busca demonstrar como uma modalidade de crítica da ideologia, contida nos procedimentos mobilizados pelo teatro de Brecht, torna-se ideológica após a derrocada do socialismo e da vitória neoliberal mundo afora. A forma muda de função de acordo com o contexto em ambos os autores tratados: “Com os meios da literatura mais radicalmente anti-ilusionista, ou antiaurática, para falar com Walter Benjamin, Oswald buscou fabricar e ‘auratizar’ o mito do país não oficial, que nem por isso era menos proprietário. Hoje todos sabemos que as técnicas da desidentificação brechtiana são usadas na televisão para promover a nossa identificação com marcas de sapólio” (SCHWARZ, 1987a, p. 25-26). Ou seja, o tratamento dialético dos procedimentos estéticos impele ao tratamento dos últimos sempre com vistas ao contexto histórico ao qual estão relacionados. A mobilização dos procedimentos estéticos de justaposição dos contrários da poesia pau brasil e da antropofagia pelo tropicalismo transforma a função desses procedimentos, que, ao invés de se relacionarem de maneira crítica com seu contexto (ainda que seja um ufanismo crítico), servem para reforçar as contradições presentes no contexto da ditadura militar e, posteriormente, do neoliberalismo: “O mundo cheio de diferenças e sem antagonismos toma a feição de um grande mercado” (SCHWARZ, 2012, p. 99).

A poesia de sinal invertido tenta suprimir uma falta e inverter a unilateralidade das relações coloniais. A questão de fundo trata da possibilidade de se pensar uma modernidade alternativa. Algo muito em voga atualmente com o discurso pós- e descolonial. A teoria crítica de Schwarz, no entanto, é mais radical:

A mística terceiro-mundista encobre o conflito de classes e traz uma visão ingênua, ainda que violenta, dos antagonismos e sobretudo das interdependências internacionais. A estética que ela inspira existe, e é herdeira dos aspectos retrógrados do nacionalismo. [...] Assim, se[,] mesmo em países cuja realidade é bem mais aceitável, o trabalho artístico deve a sua força à *negatividade*, não vejo por que logo nós iríamos dar sinal positivo, de identidade nacional, a relações de opressão, exploração e confinamento. Estas são a realidade do terceiro mundo, mas não constituem superioridade. (SCHWARZ, 1987b, p. 128).

Nesse sentido, não se trata de pensar uma modernidade alternativa, cuja especificidade é relativizada ou positivada, mas de contestar a existência de um sistema gerador da oposição centro/periferia – uma oposição real, que não se resolve apenas no plano das ideias, como quer muitas vezes o discurso pós-colonial (cf. COCCO, 2010; ROCHA, 2011).

A ausência de uma “crítica negativa” em relação ao modernismo, contudo, teria consequências problemáticas, para dizer o mínimo, no novo contexto:

A voga dos manifestos oswaldianos a partir da década de 60, e sobretudo nos anos 70, ocorre em contexto muito diverso do primitivo. O pano de fundo agora é dado pela ditadura militar, ávida de progresso técnico, aliada ao grande capital, nacional e internacional, e menos repressiva que o esperado em matéria de costumes. [...] Nas novas circunstâncias, o otimismo técnico tem pernas curtas, ao passo que a irreverência cultural e o deboche próprios à devoração oswaldiana adquirem conotação exasperada, próxima da ação direta, sem prejuízo do resultado artístico muitas vezes bom. [...] O que era liberdade em face do catolicismo, da burguesia e do deslumbramento diante da Europa é hoje, nos anos 80, um alibi desajeitado e rombudo para lidar acriticamente com as ambiguidades da cultura de massa, que pedem lucidez. (SCHWARZ, 1987c, p. 38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antonio Candido e Roberto Schwarz são expressões de uma crítica literária voltada para a compreensão da experiência brasileira, do mesmo modo que havia sido o modernismo, mas com uma variação importante no ângulo de abordagem.

A crítica literária de Antonio Candido se assentava numa noção abrangente de modernismo, “tomado o conceito no sentido amplo de movimento das ideias, e não apenas das letras” e compreendido como “a tendência mais autêntica da arte e do pensamento brasileiro”. Nele

[...] fundiram-se a libertação do academismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário; as tendências de educação política e reforma social; o ardor de conhecer o país. [...] Em consequência, manifestou-se uma “ida ao povo”, [...] onde foi o coroamento natural da pesquisa localista, da redefinição cultural desencadeada em 1922. (CANDIDO, 2008a, p. 132)¹⁴.

Esse projeto de modernismo, no qual o próprio crítico se inseria e que perdeu parte de seu fôlego com o Estado Novo, como o próprio Candido ressalta nesse texto, perderia o pé de vez com o golpe de 1964, que deixava para trás todas as afinidades entre o modernismo, a modernização e a reforma social do país. Assim, mudam na trajetória de Roberto Schwarz dois elementos presentes na trajetória de Candido: a crítica literária assentada numa noção ampliada de modernismo, e a avaliação da obra de Oswald de Andrade, integrada, no novo contexto, ao discurso conservador da modernização. Não poderia ser diferente, uma vez que nisso Schwarz segue Candido, ancorando sua análise na relação que uma obra literária estabelece com o seu contexto – de onde deriva sua relevância estético-literária.

Quase três décadas depois da escrita do ensaio sobre Oswald, Schwarz (2012, p. 102) retomaria a crítica ao par modernismo/tropicalismo, insistindo no fato de que, “com sentidos diferentes, sempre com força e inserção histórica, digamos que tanto a antropofagia quanto o tropicalismo foram programas estéticos do Terceiro Mundo”. Assim,

O paralelo entre o tropicalismo e a poesia antropófaga de Oswald de Andrade, quarenta anos mais velha, é evidente. Esta última canibalizava soluções poéticas do vanguardismo europeu e as combinava a realidades sociais da ex-colônia, cuja data e espírito eram de ordem muito diversa. O resultado, incrivelmente original, era como que uma piada euforizante, que deixava entrever uma saída utópica para o nosso atraso meio delicioso, meio incurável. Nessa hipótese do antropófago risonho, o Brasil saberia casar o seu fundo primitivo à técnica moderna, de modo a saltar por cima do presente burguês, queimando uma etapa triste da história da humanidade. (SCHWARZ, 2012, p. 101-102).

Se a crítica literária de Candido bem como a de Schwarz estão assentadas numa relação dialética entre literatura e sociedade, suas leituras sobre o modernismo de Oswald de Andrade não revelam apenas a interpretação de obras literárias específicas, mas igualmente considerações sobre a realidade política brasileira, bem como opções teóricas diversas no âmbito da própria crítica literária. A apreciação do modernismo por Candido permite vislumbrar sua opção por um socialismo popular democrático, enquanto a crítica de Schwarz a Oswald e ao tropicalismo chama a atenção para o caráter estruturante da luta de classes, que, no final, deve se

14 Conforme afirmou Schwarz numa entrevista recente, esse era um diagnóstico partilhado do pré-1964, período no qual “esta aspiração convergia com o espírito meia-oito internacional, com tendências profundas do Modernismo brasileiro, que a seu modo havia visado a algo parecido na década de 1920, além de responder à realidade social do país, à qual dava visibilidade, com resultado artístico muito bom. Sem prejuízo da derrota política, o movimento cultural do período, com as suas ousadias formais e temáticas, tornava presente o valor da radicalidade estética e extraestética” (SCHWARZ, 2018-2019, p. 199).

resolver com um só vencedor. Schwarz buscaria, assim, demonstrar como a ideia de construção da nação, tão cara a seu mestre, poderia escamotear fraturas e cisões em seu guarda-chuva, sob o qual todos pareciam caber.

Embora Schwarz (2009) compare Antonio Candido a Adorno¹⁵, a leitura dos ensaios sobre Oswald de Andrade revela as fraturas de um modelo de crítica literária (não o único mobilizado por Candido, mas um modelo) ligada à relação entre vida e obra e à mobilização de uma “estrutura de sentimento” democrático-popular para pensar a literatura. Nesse contexto, Candido tende a pensar a mudança social a partir da cultura, algo muito mais próximo de um Raymond Williams do que da teoria crítica de Adorno – tanto no âmbito do tipo de modelo crítico, quanto no espectro político. Ademais, a necessidade, vocalizada por Schwarz, de uma “crítica negativa” necessária tanto na periferia do capitalismo como no centro o distancia desse projeto da “Formação” levado a cabo por seu mestre.

A despeito dessas diferenças, na realidade brasileira atual, na qual a história dá mais um giro, as duas críticas podem convergir: na periferia do capitalismo, onde o chicote tem a última palavra, qualquer traço democratizante já é revolução.

SOBRE A AUTORA

BRUNA DELLA TORRE é pós-doutoranda no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DTLLC/FFLCH/USP), com apoio da Capes, editora-executiva da revista *Crítica Marxista* e autora de *Vanguarda do atraso ou atraso da vanguarda? Oswald de Andrade e os teimosos destinos do Brasil* (Alameda, 2012).

E-mail: bruna.della.lima@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4472-8848>

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: _____. *Notas de literatura*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2003, p. 15-46. (Coleção Espírito Crítico).

_____. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

¹⁵ Raul Antelo (2009) segue essa comparação e ressalta o parentesco entre a crítica negativa de Adorno e de Candido. Do outro lado, Cevalco (2003) aproxima Candido e Schwarz como praticantes *avant la lettre* dos estudos culturais materialistas no Brasil. No entanto, ao menos no que se refere à leitura do modernismo de Oswald de Andrade, há fraturas importantes entre os autores, conforme busquei mostrar.

- AGUIAR, Flávio (Org.) *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- ANDRADE, Mário. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Simões, 1978.
- ANDRADE, Oswald. *Estética e política*. São Paulo: Globo, 1992.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- _____. *A origem do drama trágico alemão*. Lisboa: Assirio e Alvim, 2004.
- CANDIDO, Antonio. (1992). Os dois Oswalds. In: _____. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004a, p. 35-42.
- _____. (1982). Oswald, Oswald, Oswald. In: _____. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004b, p. 43-46.
- _____. (1987). O diário de bordo. In: _____. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004c, p. 47-49.
- _____. (1956). Oswald viajante. In: _____. *O observador literário*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004d, p. 91-96.
- _____. Lembrança de Mário de Andrade. In: _____. *O observador literário*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004e, p. 94-96.
- _____. (1945). Estouro e libertação. In: _____. *Brigada ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004f, p. 11-30.
- _____. (1953-1955). Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008a, p. 117-145.
- _____. (1954). A literatura na evolução de uma comunidade. In: _____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008b, p. 147-176.
- _____. (1970). Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade. In: _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 35-63.
- CHALMERS, Vera. O fio da meada: um estudo da crítica de Antonio Candido sobre Oswald de Andrade. In: SCARABÓTOLO, Eloísa Faria; D'INCAO, Maria Angela (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992, p. 218-228.
- CEVASCO, Maria Eliza. *As dez lições sobre os estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- COCCO, Giuseppe. "Mundobraz": a brasilianização do mundo. Entrevista especial com Giuseppe Cocco. Reportagem de Moisés Sbardelotto e Márcia Junges. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, janeiro de 2010.
- COSTA, Iná Camargo. Dois mestres do contra e a passagem ao terceiro. In: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto (Org.). *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- ERRÁZURIZ CRUZ, Rebeca. Un crítico en formación: los primeros años de la crítica de Antonio Candido. *Revista Chilena de Literatura*, n. 9, 2018, p. 15-42.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- JAMESON, Fredric. *A singular modernity*. Londres/Nova York: Verso, 2002.
- KONDER, Leandro. A sabedoria humilde na firmeza do engajamento. In: SCARABÓTOLO, Eloísa Faria; D'INCAO, Maria Angela (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992, p. 319-324.
- LAFER, Celso. As ideias e a política na trajetória de Antonio Candido. In: SCARABÓTOLO, Eloísa Faria; D'INCAO, Maria Angela (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992, p. 271-296.
- LOPEZ, Telê Porto Ancona (Coord.). *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Edição crítica. São Paulo/Rio de Janeiro: SCCT/LTC, 1978.
- LÖWY, Michael. *Teresina etc.: o socialismo de Antonio Candido*. In: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto. *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Editora 34, 2018.

- MELLO E SOUZA, Gilda. *O tupi e o alaúde*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- NICODEMO, Thiago Lima. Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda: esboço de uma biografia cruzada. *Revista USP*, São Paulo, n. 118, 2018, p. 105-116.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RAMASSOTE, Rodrigo. Inquietudes da crítica literária militante de Antonio Candido. *Tempo Social*, v. 23, n. 2, 2011, p. 41-70.
- ROCHA, João Cezar de Castro e Jorge Ruffinelli (Org.). *Antropofagia, hoje?: Oswald de Andrade em cena*. São Paulo: É Realizações, 2011.
- SCHWARZ, Roberto. A carroça, o bonde e o poeta modernista. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a, p. 11-28.
- _____. Existe uma estética do Terceiro Mundo?. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987b, p. 127-128.
- _____. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987c, p. 29-48.
- _____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987d, 129-156.
- _____. Antonio Candido (um verbete). *Revista USP*, n. 17, 1993, p. 176-179.
- _____. Altos e baixos da atualidade de Brecht. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 113-148.
- _____. Dialética da formação. In: PUCCI, Bruno et al. (Org.). *Experiência formativa e emancipação*. São Paulo: Nankin, 2009.
- _____. *Verdade tropical: um percurso de nosso tempo*. In: *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 52-110.
- _____. Roberto Schwarz. Cultura e política, ontem e hoje. Entrevista concedida a Bruna Della Torre e Mónica González García. *Meridional – Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos*, Santiago, v. 11, out./2018-mar./2019, p. 189-199.
- SOARES, Lidiane. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. 565f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

De modernidades periféricas: feudalidad y favor en artes de la “*Belle Époque*” chilena

[*On peripheral modernities: feudality and favor in arts on the Chilean “Belle Époque”*]

Mónica González García¹

RESUMO • Neste artigo utilizo “As ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz, para estudar a sobrevivência da feudalidade e o favor, herdados do colonialismo ibérico, na “*Belle Époque*” chilena. No período, as desigualdades sociais adquiriram proporções hipertróficas pelo capital que as elites locais receberam da sua incursão na mineração do carvão e na exploração do salitre – a última como resultado da Guerra do Pacífico (1879-1883). Examinando as discrepâncias da modernidade periférica chilena do fim do século XIX e começo do XX em três obras “bellespoquistas”: o conto “El rey burgués” (1888), de Rubén Darío, o filme *Julio comienza en Julio* (1979), com roteiro de Silvio Caiozzi e Gustavo Frías, e a coleção de contos *Sub terra* (1904), de Baldomero Lillo.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Roberto Schwarz; periferia; feudalidade; favor; *Belle Époque* chilena. • **ABSTRACT** • In this work I use

the essay “Misplaced Ideas: Literature and Society in Late-Nineteenth Century Brazil”, by Roberto Schwarz, to study the survival of feudality and favor inherited from the Iberian Colonialism, during the Chilean “*Belle Époque*”. At this period, social inequalities acquired hypertrophic proportions due to the capital local elites received for their incursion in coal mining and saltpeter exploration – this last one as a result of the Pacific War (1879-1883). I examine the discrepancies showed by the Chilean peripheral modernity at the end of the 19th century and the beginning of the 20th, in three works: the short story “El rey burgués” (1888), by Ruben Darío, the film *Julio comienza en Julio* (1979), with a script by Silvio Caiozzi and Gustavo Frías, and the short story collection *Sub terra* (1904), by Baldomero Lillo.

• **KEYWORDS** • Roberto Schwarz; periphery; feudality; favor; Chilean Belle Époque.

Recebido em 1^a de março de 2019

Aprovado em 15 de outubro de 2019

GONZÁLEZ GARCÍA, Mónica. De modernidades periféricas: feudalidad y favor en artes de la “*Belle Époque*” chilena. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 197-214, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p197-214>

¹ Pontificia Universidade Católica de Valparaíso (PUCV, Valparaíso, Chile).

I

En “As ideias fora do lugar”, Roberto Schwarz describe en los siguientes términos los hondos efectos de la producción agrícola esclavista en las estructuras sociales brasileñas:

Esquematisando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. (SCHWARZ, 2012, p. 16).

Pese a tratarse de una institución que escapa a los principios modernos del trabajo libre, el sistema esclavista, recuerda el crítico, se basa en la premisa capitalista del lucro, razón por la cual los intereses de sus defensores decimonónicos no distaban de aquellos de la burguesía emergente, cuyo lucro comenzaba a deducirse de la menos costosa y más eficiente fuerza laboral asalariada. Y acaso porque a América Latina los primeros ensayos económicos que la insertaron en el orden occidental llegaron junto a la estricta jerarquía social impuesta por monarquías ibéricas y dogmas religiosos, entre los efectos de la agricultura esclavista se cuenta el que los desiguales patrones de relacionamiento de ella derivados no acabaran con la abolición de la esclavitud ni con el fin del colonialismo. Una burguesía en buena parte nacida de la propia clase terrateniente no podía sino reproducir sus seculares modos de sociabilidad en las interacciones surgidas de la producción moderna.

Lo expuesto contribuye a explicar que una república que busca construir una sociedad moderna sobre la jerarquía vertical legada por la era colonial, sea una falacia recurrente en las Américas. Aunque en la hispana se dio temprano el debate sobre el vínculo legal de los nativos con la corona española, quienes debido a los alegatos de Bartolomé de las Casas pasaron a ser súbditos del rey, es importante recordar que en la práctica esta regulación, determinada tras la Controversia de Valladolid (1550-1551), no significó que fueran dispensados del trabajo forzado. La

mita y la encomienda fueron fórmulas mediante las cuales los nuevos dueños de la tierra sometieron laboralmente a los nativos para su lucro y el del rey. Sylvia Wynter (2017, p. 29) especifica que los teólogos de la corona adoptaron la concepción aristotélica de la esclavitud basada en la no-homogeneidad de las especies humanas para determinar que los nativos, “pese a ser vasallos libres de la corona, debían mantenerse bajo el pupilaje o tutelaje de los españoles, tal como los niños están bajo el de sus padres” (WYNTER, 2017, p. 30). Sintomático resulta también el corolario adicional de no-homogeneidad articulado por Las Casas para evitar el letal trabajo nativo en las minas sin mermar las arcas reales, es decir, su propuesta de 1531 de importar esclavos africanos de manera temporal². La consecuente pirámide socio-económica del mundo colonial hispano, en principio distinguible según la raza de sus habitantes, fue con los años hibridando estratos y agregando europeos en las capas inferiores a las de los dueños de la tierra. Pero en la medida que los últimos traspasaron sus posesiones, el monopolio de la tierra – en muchos casos inalterado hasta algunas reformas agrarias del siglo XX – auspició la reproducción de modos de relacionamiento que, como los títulos de propiedad, derivaban de un universo colonial y que, siguiendo a Schwarz, también podían identificarse según los arbitrarios enlaces del favor.

En consecuencia, podemos reformular la frase inicial del párrafo anterior citando lo que José Carlos Mariátegui (2002, p. 49) afirmara en 1928: “Sobre una economía semifeudal no pueden prosperar ni funcionar instituciones democráticas y liberales”. Pero antes de detenernos en Mariátegui, vayamos más atrás. A pocas décadas de la independencia, los chilenos Francisco Bilbao y Santiago Arcos discutían ideas similares. En “Sociabilidad chilena”, ensayo de 1844, Bilbao criticaba el legado “medieval” de la colonización española en el Chile republicano identificable en la feudalidad y el catolicismo. Allí señalaba que no era raro que si la propia España se “afirma[ba] en sus castillos y sus claustros para resistir el torrente del mundo que [en Europa] se desplomaba” (BILBAO, 2007, p. 154) con la Ilustración, fuerzas similares obstruyeran los beneficios que la revolución independentista buscaba extender a los nuevos ciudadanos chilenos – beneficios que debían partir por la universalización de educación y propiedad (BILBAO, 2007, p. 172). En el Chile colonial, la feudalidad medieval se había traducido en el régimen monopólico y autoritario de la tierra localmente denominado “inquilinaje”, y cuyas secuelas republicanas incluían la subordinación de las autoridades administrativas a su dueño. “El criado o siervo, no puede defender su derecho”, dice Bilbao porque, “si lo defiende... comete un atentado, una rebelión. ¿Cómo podría perseguir a su amo ante la justicia? El juez no comprende semejante petición. El testimonio del pobre no vale” (BILBAO, 2007, p. 160). La fuerza

2 En una carta al rey escrita desde Santo Domingo, Las Casas señala: “El remedio de los cristianos es este muy cierto: que S.M. tenga por bien de prestar a cada una destas islas quinientos o seiscientos negros, o los que pareciere que al presente bastaren para que se distribuyan por los vecinos que hoy no tienen otra cosa sino indios, e que se los fien por tres años apotecados los negros a la mesma vida; que al cabo de dicho tiempo sera S.M. pagado e terná poblada su tierra e habrán crecido mucho sus rentas así por el oro que se sacare de las minas como por las aduanas e almojarifazgos e otros intereses que mucho crecerán” (apud PÉREZ DE LA CRUZ, 2000, p. 136).

mancomunada del hábito, la religión y los gobiernos conservadores de las primeras décadas independientes permitieron que el patrón, cabeza de lo que Bilbao llama “feudalismo chileno”, se comportara como un soberano cuyo despotismo siguió regulando el entramado económico, administrativo y social de la República:

El pobre necesita que comer y busca trabajo. El trabajo no puede venir sino del que tiene industria o capital. La industria o capital son las tierras: luego los hacendados son los dueños del trabajo, de aumentar o disminuir el salario. La riqueza o regalía puede pasar algún tiempo sin el trabajo del pobre. Pero el hambre no admite espera: luego el rico es dueño de fijar las condiciones del salario: he aquí el despotismo feudal. (BILBAO, 2007, p. 160).

Por su parte, Arcos coincidía en que el inquilinaje volvía imposible la promesa republicana de igualdad ante la ley. Y tal verticalidad se manifestaba desde la presidencia, según le dice a Bilbao en 1852: “nuestro Gobierno no quiere tan solo mandar sin que lo incomoden [...]; quiere más, quiere satisfacer sus caprichos, quiere que le paguen [...] los malos ratos que le han hecho pasar” (ARCOS, 1852, p. 1). Arcos habla de los atropellos injustificados contra opositores liberales que, como él, están presos sabiendo que “toda tentativa de fuga [sería] justificar la arbitrariedad”, “sabiendo lo inútil de toda queja, de todo reclamo”. Y especifica: “de estas arbitrariedades sin objeto pudiera citarle mil” (ARCOS, 1852, p. 2), situación que le hace preguntarse: “¿Podemos sin faltar al respeto que nos debemos a nosotros mismos, como hombres nacidos libres, [...] mirar con indiferencia la triste suerte de nuestro pobre país?” (ARCOS, 1852, p. 4). Y concluye:

Mientras dure el inquilinaje en las haciendas, mientras el peón sea esclavo en Chile como lo era el siervo en Europa en la Edad Media, mientras exista esa influencia omnímoda del patrón sobre las autoridades subalternas, influencia que castiga la pobreza con la esclavatura, no habrá reforma posible; no habrá gobierno sólidamente establecido. (ARCOS, 1852, p. 7).

De lo anterior se desprende la tutela, en este paradójico universo de feudalidad que caracterizó la república chilena del siglo XIX y buena parte del XX, del arbitrio y el favor surgidos del monopolio de la tierra y llevados, como dice Arcos, a esferas gubernamentales. Las palabras de Schwarz (2012, p. 18, subrayado del autor) para el caso brasileño – “Aí a novidade: adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbitrio que é da natureza do favor” – cobrarán sentido para el hispanoamericano en el análisis de algunas obras bellepoquistas chilenas. Pero vamos antes a Mariátegui. En *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (1928), adopta una mirada económica para evaluar la situación de los indígenas de su país, quienes, conformando cuatro quintos de la población nacional, experimentaban una marginalidad mayor que la sufrida durante la Colonia. Mariátegui (2002, p. 35) responsabiliza a la desigual distribución de la tierra, por lo cual “[c]ualquier intento de resolverla con medidas de administración o policía, con métodos de enseñanza o con obras de caridad,

constituye un trabajo superficial o adjetivo, mientras subsista la feudalidad de los ‘gamonales’”. Pese a que su texto dista unos ochenta años de los dichos de Bilbao, es interesante constatar la recurrencia al concepto “feudalidad” para describir las relaciones emanadas del monopolio de la tierra. Para ilustrar la omnipotencia terrateniente, el peruano explica:

El “gamonalismo” invalida inevitablemente toda ley u ordenanza de protección indígena. El hacendado, el latifundista, es un señor feudal. Contra su autoridad, sufragada por el ambiente y el hábito, es impotente la ley escrita. El trabajo gratuito, y aun el trabajo forzado, sobreviven en el latifundio. El juez, el subprefecto, el comisario, el maestro, el recaudador, están enfeudados a la gran propiedad. (MARIÁTEGUI, 2002, p. 35).

Es posible hacer dialogar lo que señala Mariátegui respecto del Perú gamonalista, cuya economía, en su opinión, distaba mucho de la eficiencia probada de la agricultura incaica y la prometida por el capitalismo liberal, con algunas apreciaciones de Schwarz para el Brasil esclavista. Refiriéndose a los inicios de la colonización, el peruano dice que “[el] trabajo del agro, dentro de un régimen naturalmente feudal, hubiera hecho del indio un siervo vinculándolo a la tierra” (MARIÁTEGUI, 2002, p. 53), pero el trabajo de las minas hizo de él “un esclavo”. Por ello, uno de los primeros errores del colonialismo español fue el trabajo forzado de las mitas porque “arranc[ó] al indio de su suelo y de sus costumbres” y propició, por su mortandad, la adopción del “sistema más antisocial y primitivo de colonización: el de la importación de esclavos” (MARIÁTEGUI, 2002, p. 52). Extinguidos los yacimientos mineros y siguiendo el ejemplo portugués, los esclavos serían destinados a las plantaciones agrícolas, ocurriendo lo que Schwarz (2012, p. 14) comenta citando a F.H. Cardoso: “que ‘economia’ não se destina aqui [...] a fazer o trabalho no mínimo de tempo, mas num máximo”. La ineficiencia del colonialismo ibérico en estas formas incipientes de capitalismo se prolongaría por siglos y arrastraría a la república las paradojas de un extractivismo en muchos sentidos premoderno, mas inserto en una economía mundial. “Era inevitável”, dice Schwarz (2012, p. 13), “a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada”.

Habiendo señalado que en el mundo hispanoamericano la jerárquica distribución colonial de la tierra estableció una autoridad despótica que pervivió en las relaciones sociales hasta avanzada la historia republicana, a continuación analizo sus expresiones desde lo que Roberto Schwarz (2012, p. 27) llama “as idas e vindas de arbítrio e favor”. Con el estudio de obras pertenecientes a tres corrientes artísticas de diverso modo cuestionadoras de la sociedad, y basando mi reflexión en la premisa de Fredric Jameson (1982, p. 17) en torno a “the priority of the political interpretation of literary texts” que extiendo a obras no literarias, comento variaciones y representaciones de arbitrio y favor en lo que, en el disonante afrancesamiento de las élites de la época, llamo la “*Belle Époque* chilena”. Este es un período en que las desigualdades sociales adquirieron dimensiones hipertróficas debido al capital que las élites recibieron por su incursión en la minería del cobre y del salitre – esta última como resultado de la apropiación de territorios peruanos y bolivianos tras la

Guerra del Pacífico (1879-1883). En este contexto analizo el cuento “El rey burgués” publicado por Rubén Darío en *Azul...* (1888), su primera obra modernista; el film *Julio comienza en Julio* (1979), del director Silvio Caiozzi y el guionista Gustavo Frías, perteneciente a una etapa tardía del Nuevo Cine Chileno; y *Sub terra* (1904), obra realista social de Baldomero Lillo. A la luz de “As ideias fora do lugar”, me centro en fenómenos paralelos manifestados en espacios diversos: el traslado de la feudalidad terrateniente a la ciudad moderna en Darío, la fuerza del inquilinaje en una hacienda que busca modernizarse y secularizarse en Caiozzi y Frías, y la adopción de prácticas feudales en el asfixiante capitalismo minero de Lillo.

II

Cuando Rubén Darío llegó a Chile en 1886, la modernización urbana se había producido principalmente por la inyección económica del capital minero, contándose entre otros momentos: la explotación de plata en el Norte Chico, las primeras décadas del siglo; la extracción de carbón en el Bío Bío, desde 1850; la labor de Benjamín Vicuña Mackenna como intendente de Santiago, hacia 1870; y el salitre del Norte Grande, principal botín de la Guerra del Pacífico (1879-1883) contra Perú y Bolivia. Además de vías férreas para la exportación del mineral, esta actividad auspició, especialmente desde 1860, la construcción de paseos y palacios en las principales ciudades de entonces: Copiapó, Valparaíso y Santiago. En la capital, el “Barrio Dieciocho” o “Barrio París” recreó en sus manzanas la arquitectura de la metrópolis francesa, estimulando a las élites a dejar sus antiguos solares coloniales. Pero el tratamiento más riguroso provino del liberal Vicuña Mackenna (1873, p. 82), quien quiso convertir a Santiago en “una gran capital” con reformas sanitarias y arquitectónicas cuyo hito fue el Paseo Santa Lucía, el “más hermoso recinto de toda la América del Sud” (VICUÑA MACKENNA, 1873, p. 78). Además, afirmó que, “[e]ra una obra esencial de democracia” (VICUÑA MACKENNA, 1873, p. 90) porque se convertiría en “el paseo favorito de las clases medias”, o sea, “de las familias que no pueden tener siempre un carruaje a la puerta o que prefieran un ejercicio hijiénico i agradable al placer del lucimiento de un traje [...] en el Parque” (VICUÑA MACKENNA, 1873, p. 83). En busca de un entorno intelectual como el otrora animado por figuras como Andrés Bello y Domingo Faustino Sarmiento³, el poeta nicaragüense halló un escenario extremadamente lujoso y mercantil que inevitablemente sintomatiza en su primera obra modernista, *Azul...* (publicado en Valparaíso, 1888)⁴. Concordamos con Ángel Rama en que el periodismo permite a

3 Su compatriota Juan José Cañas le recomendó a Darío viajar a Chile porque lo había visitado cuando numerosos intelectuales extranjeros trabajaban contratados por el gobierno para contribuir a organizar la vida cultural nacional.

4 Arturo Marasso (1954, p. 16) dice que el poeta “encuentra en Chile la amplitud de la literatura europea. Oye más de cerca el rumor del mundo. Ve cuadros, estatuas, bronces, porcelanas, joyas. Lee los grandes diarios recién llegados a la mesa de redacción, las obras científicas, las bellas revistas ilustradas, los libros que acaban de aparecer en Francia; hojea viejas ediciones españolas; no se le oculta nada”.

Darío incorporar el contexto socioeconómico en giros estilísticos modernos⁵, pero nos interesa más proponer que en dicha obra el poeta tiene la agudeza de capturar subjetividades hiperbólicas y temporalidades divergentes propias de una modernidad periférica en que la feudalidad del colonialismo coexiste con la mundanidad del capitalismo. Teniendo en cuenta que “hombre libre” descrito por Roberto Schwarz depende siempre del favor “de un grande”, analizamos la crítica rubendariana al despótico orden social del Chile finisecular a partir de la desigual disputa entre un poderoso y un poeta en el cuento “El rey burgués”.

Esta pieza ironiza el entorno material y la visión de mundo del patrón decimonónico, personaje híbrido de señor feudal y capitalista internacional que subsiste hasta avanzado el siglo XX. El título alegoriza la oximorónica superposición de órdenes sociohistóricos excluyentes: la monarquía, proveniente de una tradición europea premoderna intelectualmente vencida por la Ilustración – pero que en la América republicana persiste como inquilinaje, gamonalismo o feudalidad; y la burguesía, clase empresarial y financiera que en Chile surge poco después de la independencia con una extracción minera principalmente destinada al mercado internacional. El protagonista es un patriarca que con su poder adquisitivo busca, por un lado, reproducir la sofisticación de los escenarios cortesanos de los momentos más rutilantes de las monarquías europeas y, por otro, aglomerar en su entorno la cultura universal. “El rey tenía un palacio soberbio donde había acumulado riquezas y objetos de arte maravillosos” (DARÍO, 1970, p. 68), y que contaba además con “el salón griego, lleno de mármoles: diosas, musas, ninfas y sátiros; el salón de los tiempos galantes, con cuadros del gran Watteau y de Chardin; dos, tres, cuatro, ¿cuántos salones?”, por todos los cuales “Mecenas se paseaba... con la cara inundada de cierta majestad” (DARÍO, 1970, p. 69, 70). El anhelo de acumulación abrazado por el monarca para no dejar dudas sobre su gusto europeo, es expresado por Darío en la enumeración vertiginosa de elementos ornamentales que invade al menos cinco de los seis fragmentos que componen el cuento y que nos sugiere una intención crítica que denomino “estética de la aglomeración”. Un ejemplo de ella es el extenso párrafo que abre uno de los segmentos, en el que hay apenas un punto en contraste con un sinnúmero de comas y punto y comas:

¡japonerías! ¡Chinerías!, por lujo y nada más. Bien podía darse el placer de un salón digno del gusto de un Goncourt y de los millones de un Crespo; quimeras de bronce con las fauces abiertas y las colas enroscadas, en grupos fantásticos y maravillosos; lacas de Kioto con incrustaciones de hojas y ramas de una flora monstruosa y animales de una fauna desconocida; mariposas de raros abanicos junto a las paredes; peces y gallos de colores; máscaras de gestos infernales y con ojos como si fuesen vivos; partesanas

5 En *Rubén Darío y el modernismo*, Rama busca superar las corrientes críticas que interpretaban parcialmente la obra del nicaragüense, ya fuera subrayando solo sus logros formales o desmereciendo estos debido a su supuesto escapismo. Rama compara su aporte a la poesía continental a la renovación temática de Andrés Bello y afirma que su modernismo acoge las circunstancias socioeconómicas del capitalismo finisecular mediante “dinámicas estilísticas epocales” que no solo “pertenecen al nuevo mercado” sino que son “formas de penetrarlo y dominarlo” (RAMA, 1970, p. 77).

de hojas antiquísimas y empuñaduras con dragones devorando flores de loto; y en conchas de huevo, túnicas de seda amarilla, como tejidas con hilos de araña, sembradas de garzas rojas y de verdes matas de arroz; y tiboires, porcelanas de muchos siglos, de aquellas en que hay guerreros tártaros con una piel que les cubre hasta los riñones, y que llevan arcos estirados y manojos de flechas. (DARÍO, 1970, p. 69).

Si se considera lo afirmado por el crítico Armando Donoso respecto a que el monarca de Darío se inspira en su propio patrón Eduardo McClure – director del diario *La Época* donde el nicaragüense trabajó⁶ –, podemos sugerir que “El rey burgués” es una parodia mordaz de las varias versiones de patriarca que el nicaragüense conoció en Chile, todos ellos poderosos, ricos, orgullosos y cuyas actividades se dividían entre el latifundio, los yacimientos, la bolsa y los periódicos. El anhelo patriarcal de acumulación, irónicamente representado por Darío, deriva de lo que, adaptando el uso del concepto psicoanalítico en *The Political Unconscious* de Jameson, llamo “inconsciente subalterno” y que explico como la expresión hipertrófica del deseo de ser europeo en un contexto demográfica, arquitectónica y económicamente divergente del Viejo Mundo – y que inevitablemente frustra el deseo aunque se habite el “Barrio París”⁷. De allí que al pasearse por sus salones, Mecenas manifieste apenas “cierta majestad” pues la aglomeración nunca es suficiente para alcanzar el modelo europeo. No extraña que, como dice Stuart Hall (2010, p. 409) sobre las élites creadas por el colonialismo, “la gente siempre es más victoriana cuando está tomando té en el Himalaya que cuando está tomando té en Leamington”. Tampoco extraña que, junto con la desproporcionada acumulación de objetos, el deseo busque ser satisfecho con la mantención del despotismo feudal que, abalado por el dinero y una subjetividad entendida como europea, también funciona como potestad absoluta para juzgar las artes. Así, el “Buen gusto” (DARÍO, 1970, p. 68) y el “Refinamiento” del patriarca son, como sugiere la dogmática puntuación, incuestionables tras décadas de dirigir el país con la verticalidad exhibida a los peones de la hacienda:

6 Juan Loveluck (1970, p. 25) explica que “El rey burgués” es una “sátira, según dice Armando Donoso, corroborada por el propio Darío, contra el director de *La Época*, Eduardo MacClure”. Otra fuente posible para el monarca dariano es la amistad con Pedro Balmaceda Toro, hijo del presidente, cuya vida y obra “estuvo rodeada de un aura de decadente belleza, propia del simbolismo que lo inspiró: amaba los libros clásicos y las revistas francesas, *Nouvelle Revue* y la *Revue de deux mondes*, las obras de arte originales, la seda y los biombos chinos así como la lengua griega y sus diosas; había leído la crítica de Gautier, Musset y Saint Victor; conocía en detalle la pintura francesa, sin haber estado jamás en Francia; su músico predilecto era Chopin”. En “Pedro Balmaceda Toro” del sitio *Memoria chilena*.

7 Este hiperbólico patrón decimonónico de consumo de textiles ingleses, suntuarios franceses, chinerías y japonerías cumplió la función de reforzar en los grupos conosureños esa *esquiva identidad moderno europea*, cuestionada a cada momento por la disonancia del entorno y por la propia hibridez racial. El sobreconsumo y la hipereuropeización son compensaciones sintomáticas de la carencia que exponen, en su desarrollo hipertrófico, la naturaleza subalterna del gesto.

A más de los cisnes, [el rey] tenía una vasta pajarera, como amante de la armonía, del arrullo, del trino; y cerca de ella iba a ensanchar su espíritu, leyendo novelas de M. Ohnet, o bellos libros sobre cuestiones gramaticales, o críticas hermosillescas. Eso sí: defensor acérrimo de la corrección académica en letras y del modo lamido en artes; alma sublime amante de la lija y de la ortografía. (DARÍO, 1970, p. 68).

Es la premisa del conflicto pues un poeta hambriento llega a desafiar, con su genio espontáneo, la estudiada pose artística e intelectual del monarca capitalista: “¡Señor, el arte no está en los fríos envoltorios de mármol, ni en los cuadros lamidos, ni en el excelente señor Ohnet! ¡Señor! El arte no viste pantalones, ni habla burgués, ni pone los puntos en todas las íes” (DARÍO, 1970, p. 71). Pero “en su Babilonia llena de músicas, de carcajadas y de ruido de festín” (DARÍO, 1970, p. 67-68), y además dominada por el juicio soberano del patrón, el talento creador es ignorado o asfixiado. El poeta se subordina dejando de lado su verso natural, reproduciendo una música mecánica y convirtiéndose en una entretención más de los jardines feudales: “Daréis vueltas a un manubrio. Cerraréis la boca. Haréis sonar una caja de música que toca vals, cuadrillas y galopas, como no preferiréis moriros de hambre. Pieza de música por pedazo de pan” (DARÍO, 1970, p. 72).

La consecuente muerte del poeta traduce la denuncia de Darío por códigos estéticos arbitrarios derivados de la intromisión de la feudalidad en el trabajo y las artes modernas, y por los hipertróficos hábitos de consumo de élites acumuladoras de suntuarios y perpetuadoras de la miseria de sus subordinados – como elabora en el relato “El fardo”, también incluido en *Azul...* Entendemos la estética de la aglomeración de “El rey burgués” como una subversiva crítica a la modernidad periférica chilena mediante el reflejo de una subjetividad de clase que busca, con su consumo hipertrófico, aproximarse al evasivo horizonte identitario impuesto por Europa. El oxímoron del título tal vez busca sugerir la torcida continuidad implícita entre órdenes que se tocan en un horizonte de adquisición siempre esquivo porque “o lucro como prioridad subjetiva é comum às formas antiquadas do capital e às mais modernas” (SCHWARZ, 2012, p. 14). La anhelada temporalidad europea insinuada por Darío es comentada y refutada en el eterno retorno de la feudalidad propuesto por el film *Julio comienza en Julio*.

III

El poder económico del rey burgués para apatronar el arte, cosificar personas y aglomerar el tiempo de la modernidad se observa en el patriarca Julio García del Castaño, personaje del film *Julio comienza en Julio* (1979) que guarda parentesco con la figura ficcionalizada por Darío. Dirigida por Silvio Caiozzi y basada en el guión escrito con Gustavo Frías, la obra comenzó a ser filmada en 1976, en Chile, poco después de iniciada la dictadura de Augusto Pinochet. Criticando indirectamente el autoritarismo contemporáneo, el film se sitúa en 1917 y trata sobre la perpetuación de la tradición patriarcal, la secularización de las oligarquías y los acomodados de

la feudalidad chilena en la segunda década del siglo XX – temas entretejidos en la historia de iniciación sexual del heredero, también llamado Julio, por sus quince años. Y aunque la representación del poder patriarcal requería la presencia de la institución militar (ver: SCHWARZ, 2012, p. 14), el director explica que la idea de incluirla fue desechada: “Está la Iglesia, los políticos, pero falta el militar, que era uno de los poderes que el latifundista usaba, y lo sacamos porque sabíamos que si lo poníamos, sencillamente no podía hacerse la película” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 6).

La historia comienza con un simbólico paneo nocturno por una serie de retratos de los antepasados de los García del Castaño: “gruesas matronas inexpressivas, señores de barba con bigotes encolados y patillas grises, elegantes mujeres” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 11), dice el guión para indicar luego que, junto a la música, se escucha la respiración agónica de la madre del patriarca y el rezo de las monjas que velan sus últimos días. Una tradición en el ocaso y que podría incluso extinguirse con la muerte de la matriarca, es, en parte, perpetuada por don Julio según veremos al comentar la principal línea argumental. Frías y Caiozzi alegorizan lo que describí como “inconsciente subalterno” en el decorado del comedor, cuarto donde el patriarca acumula ansiosamente la temporalidad europea con la mantención de un “aparador de los relojes” que ofrecen la hora exacta de las metrópolis modernas. En el cumpleaños número quince del descendiente, día en que el “hijo deja de ser niño y pasa a ser un hombre” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 57), don Julio lo cita al comedor y, contemplando el aparador, declara con solemnidad: “¿Sabías que naciste a mediodía? O sea eran las seis en París, las ocho en San Petersburgo, la una en Buenos Aires”. Con Schwarz (2012, p. 19) podemos señalar al respecto que “[a] novidade no caso não está no carácter ornamental de saber e cultura, que é da tradição colonial e ibérica; está na dissonância propriamente incrível que ocasionam o saber e a cultura de tipo “moderno” quando postos neste contexto”⁸.

La imposibilidad del patriarca latinoamericano de habitar la temporalidad europea es alegorizada desde el título, el cual sugiere un tiempo que se mueve en espiral, pues la iniciación sexual del heredero significa el aprendizaje de una masculinidad feudal destinada a repetir en el hijo el hábito del padre para perpetuar el orden social. La iniciación del “patroncito” es programada para su fiesta de cumpleaños, a la que asisten los hombres de la familia y las mujeres del burdel de Doña Elisa. Pero el plan se complica porque la consumación del encuentro ocurre fuera del tiempo patriarcal de Don Julio y del espacio capitalista del burdel, sin mediación ni de autoridad ni dinero. Julito se enamora de María, la prostituta que lo inicia, sentimiento que coloca en riesgo la tradición. Cuando María le pide explicaciones sobre el dinero y el rosario que le deja en su cabaña (este último un regalo de su abuela para su futura esposa), él le dice: “¿Sabes lo que podrías hacer con esa plata? Podrías dejar de trabajar”, y agrega: “Nos podríamos ir a vivir juntos a un lugar” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 131, p. 132). María rechaza el dinero

8 Esta escena recuerda también lo que Hall (2010, p. 76) dice respecto a los efectos del colonialismo en “las Pequeñas Inglaterra, las Pequeñas Españas, las Pequeñas Francias”. Aunque Hall piensa en el Caribe, su reflexión aplica a lo que describo como “*Belle Époque* chilena”: “uno tiene la sensación de que el pueblo caribeño constantemente está inclinándose hacia delante, casi a punto de caerse, esforzándose por alcanzar otro lugar”.

y con un sacerdote envía el rosario al hogar patronal. Cuando interrogado al respecto el hijo guarda silencio, el padre inicia las verdaderas lecciones de masculinidad feudal. La primera tiene lugar cuando una empleada les lleva una merienda: Don Julio le da un manotazo a los objetos y le dice a la mujer: “¡Saca estas mugres de aquí!” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, 156), y mirando al hijo: “¡Así hay que tratar a estas chinas Julio! ¡Chinas! ¿Entiendes?” Pero la lección definitiva ocurre con la ayuda de Doña Elisa, quien llama al joven al burdel. Allí lo hace pasar a su dormitorio, levanta un cuadro de la pared y le pide que observe por un orificio, diciendo: “Perdone don Julito, usted sabe quién manda” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 160). El aprendizaje de los protocolos de clase se consume cuando Don Julio le enrostra al hijo la omnipotencia del padre y la crudeza de la costumbre haciéndolo testigo de su propio uso de los servicios de María. El guión concluye: “Julito galopa y sus espuelas hieren los flancos del caballo. No para de gritar y llorar” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 161).

Y mientras Julito aprende a conservar la pirámide social, el abogado Torres acomoda sus principios para escalarla con la ayuda de don Julio. Cuando este le pide asesoría para recuperar ilegalmente las tierras que su abuela donara a la Iglesia, Torres replica: “para eso no necesitas un abogado” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 24). Don Julio es tajante: “Lo que yo quiero, Torres, es que usted retire de la Notaría, todos los documentos que digan relación con tales límites de la hacienda”; y persuasivo: “Tú y yo podemos hacer una excelente yunta...tú me ayudas, yo te ayudo”. El favor del grande es solicitado en la fiesta de cumpleaños de Julito, cuando, entre copas, Torres anuncia su campaña política y le pide el voto a otro patriarca: “Oiga, supongo que usted va a apoyar mi candidatura” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 66). En lugar de responderle a Torres, aquel mira a don Julio y dice: “¡Oye! ¡Julio!... ¿Vamos a apoyar la candidatura de este hombre?”, pero don Julio no responde y Torres se desespera: “Oye... ¿Qué significa? Tienes que apoyarme...” Entonces el patriarca accede a concederle su favor y el de su círculo: “Sí, hombre, te vamos a apoyar” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 67). Ya conseguido el escaño de diputado, Torres cumple con otorgar los créditos a don Julio, quien está de viaje: “Lo único que empaña el brillo de este día, es la ausencia del verdadero artífice de este triunfo Julio García del Castaño” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 102). Estos intercambios evidencian que “[o] favor [...] pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais” (SCHWARZ, 2012, p. 17).

Otro subordinado de don Julio es Maturana, un poeta y erudito que trabaja como tutor de “don Julito”. Su lugar ante el patrón es representado en su primera aparición, cuando, persiguiendo una mariposa, cae justo frente a don Julio, quien se acerca a caballo. Su mirada severa obliga a Maturana a explicarse: “Era una ‘alicensa’, señor, una mariposa muy extraña en esta época del año” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 16). Pero el conocimiento del empleado es motivo de burla para don Julio, quien se aleja gritando: “Maturana... por allá anda su mariposita” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 17). Su posición es ilustrada también durante la fiesta de cumpleaños, a la que Maturana, por carecer de propiedades, no es invitado. Borrachos, los patriarcas deciden sacarlo de la cama para que los entretenga con una clase: “Pero, clases de qué, señor?” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 70), pregunta confundido, “¡De lo que se le ocurra, hombre!”, responde un invitado. Maturana no entiende la demanda y los borrachos pierden la paciencia: “No sirve para nada...” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 71),

dice uno mientras Torres lo condena “a volar, como si fuera una paloma”. Entre todos lo llevan a la puerta y lo lanzan hacia afuera, cerrando la puerta tras ellos. Cansado de las humillaciones, el poeta decide huir de la feudalidad de don Julio y entrar en el capitalismo de la prensa trabajando como periodista. Cuando el patrón regresa de un viaje, Maturana galopa eufórico por los jardines del palacio para anunciar la entrada del carruaje: “¡Atención todos!... salgan vasallos, ¡vayan a atender a su rey, que llegó ahí!” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 138). En el último intercambio con don Julio, el poeta murmura: “Castaño, García del Castaño... estos son unos gitanos, gitanos eso es lo que son, hace trescientos años estaban en las Cuevas de Granada” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 142), pero aquel le dice: “Se está pasando de la raya, Maturana, ¡yo tengo muy poca paciencia!” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 143), y este replica: “No me amenace, señor, yo soy periodista!” Maturana no escucha, pero un peón se ofrece para “darle una lección” al poeta-profesor. Y si seguimos la experiencia de Darío en los diarios chilenos, es necesario deducir que, si el periódico también es propiedad del patrón, Maturana en algún momento rendirá cuentas por desafiar a la autoridad.

Pero él no es el único poeta que en la película se enfrenta al poder patronal. Está también el payador Juan Merejo, peón que improvisa versos en toda circunstancia, por lo cual el patrón recomienda: “Yo no necesito poetas, Juan, necesito gente de trabajo” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 15). El discurso de igualdad ante la ley y el trabajo (SCHWARZ, 2012, p. 20), aunque solo efectivo en el papel, también media el vínculo entre don Julio y Merejo. Cuando el patrón le dice que debe correr los cercos de la hacienda porque los curas desperdician las tierras, Merejo, tras persignarse disimuladamente, afirma: “lo mismo digo yo, pa’ qué van a querer tierras los curas, si la tierra debe ser pa’ los que la trabajan, así como usted y como yo” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 16). El golpe de gracia al talento de Merejo ocurre en un duelo de paya con otro García del Castaño. Torres, juez de la disputa, advierte al oído del último: “Lleva dos de López y tres de Góngora, ¡cuidado!” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 110). Pero cuando Merejo deja el lugar, renunciando además a sus octosílabos espontáneos, Torres no duda: “Bueno, entonces doy por vencedor a Aurelio García del Castaño” (CAIOZZI; FRÍAS, 2008, p. 110). El silenciamiento de Merejo producto de la arbitrariedad que regula el lazo entre el clan familiar y sus subordinados, sugiere que el espacio rural en vías de secularización sigue reproduciendo, a un siglo de la independencia, la desigualdad ante la ley característica de la feudalidad denunciados por Bilbao y Arcos. En el comentario de los cuentos de *Sub terra* veremos las formas en que ellos fueron incorporados a las relaciones asalariadas de la mina.

IV

Baldomero Lillo conoció la vida minera de fines del siglo XIX porque nació en Lota, ciudad austral cuya actividad principal fue la extracción de carbón entre 1840 y 1997, año de cierre de las minas. Su padre José Nazario, quien participó sin éxito en el *gold rush* de California, regresó a Chile buscando nuevas aventuras mineras y arrastrando a su familia a los yacimientos carboníferos de Lebu y Lota. Según Raúl Silva Castro (1968, p. 8), José Nazario acostumbraba llevar a sus hijos a las galerías subterráneas, las

que se adentraban por debajo del océano porque “seguían hallándose vetas del carbón fósil”. Aunque desde la independencia hubo iniciativas británicas para examinar los yacimientos de la zona, el auge comenzó con su compra por el chileno Matías Cousiño y el inglés Tomás Bland Garland en 1852. Leonardo Mazzei de Grazia (1997, p. 137) explica que, aunque las extracciones de plata, cobre y salitre eran dominadas por empresarios ingleses y estadounidenses, la calidad del carbón extraído no era competitiva, razón por la cual el rubro quedó abierto al capital nacional. Además, la empresa “no requería de grandes capitales” porque “las adquisiciones de terrenos se hacían a pequeños propietarios, principalmente indígenas, en condiciones muy ventajosas” (MAZZEI DE GRAZIA, 1997, p. 142) – muchos de quienes entraban a la faena como mineros. Entre los frutos del carbón se cuenta la construcción, a partir de 1870, de uno de los palacios más suntuosos del “Barrio París” de Santiago, el “Palacio Cousiño”; del edificio de los Cousiño en Lota Alto; y del parque “Isidora Cousiño” en el mismo lugar, descrito por Astorquiza y Galleguillos como una “gigantesca mansión de las flores” (MAZZEI DE GRAZIA, 1997, p. 159). No extraña que “[l]a sociedad del carbón se estructur[ara] en forma fuertemente jerarquizada”, como dice Mazzei (1997, p. 160), quien cita un testimonio de 1864 sobre Lota Alto: “Las casas han sido edificadas sobre una plataforma artificial y [poseen] cuatro frentes” en los que “hay dos [...] torreones” de “aspecto grave e imponente, asemejándose en algo a aquellos castillos feudales de la Edad Media”. Los “castillos” estaban a poca distancia de las habitaciones de Lota Bajo, donde “la vida transcurría en medio de la miseria, la insalubridad, la promiscuidad y el hacinamiento” (MAZZEI DE GRAZIA, 1997, p. 160).

Este último es el escenario de *Sub terra*, por cuyas páginas desfilan, en palabras de Silva Castro (1968, p. 16), “inválidos, huérfanos y viudas, miembros todos del ejército de un trabajo brutal y agotador”. Pero como muchos críticos de la época, Silva Castro dudaba de la crudeza del retrato de Lillo, explicando que “la queja por el esfuerzo físico”, frecuente en la literatura chilena, “nac[er] ... en seres que carecen de la potencia muscular adecuada”. Junto al inapropiado comentario que alude a la delgadez del escritor, el crítico cita a Pedro N. Cruz, para quien los cuentos de mineros buenos y patrones crueles le hacían “sentir cierto airecillo socialista” (apud SILVA CASTRO, 1968, p. 20). La publicación del libro en 1904 resultó del premio que Lillo obtuviera el año anterior por el cuento “Juan Fariña”. Esta historia de venganza ganó el primer lugar en un certamen de la *Revista Católica* acaso por influjo de la reciente encíclica *Rerum Novarum* (1891), donde el papa León XIII diagnostica que “los aumentos recientes de la industria” (1931, p. 17) estaban derivando en “haberse acumulado las riquezas en unos pocos y empobrecido la multitud”. Tales extremos son ilustrados en “El pago”, cuento en cuyo inicio el protagonista Pedro María realiza una fatigosa labor:

Apoyado en el codo, con el cuello doblado, golpeaba sin descanso, y a cada golpe el agua de la cortadura le azotaba el rostro con gruesas gotas que herían sus pupilas como martillazos. Deteníase entonces por un momento para desaguar el surco y empuñaba de nuevo la piqueta sin cuidarse de la fatiga que engarrotaba sus músculos, del ambiente irrespirable de aquel agujero, ni del lodo en que se hundía su cuerpo, acosado por una idea fija, obstinada, de extraer ese día, el último de la quincena, el mayor número posible de carretillas. (LILLO, 1973, p. 54).

El objetivo de la obstinación era ganar un poco más de dinero para evitar que su mujer e hijos se acostaran sin comer. El narrador explica que “en ese apartado lugarejo no existía otra tienda de provisiones que la de la Compañía, en donde todos estaban obligados a comprar mediante vales o fichas al portador” (LILLO, 1973, p. 57). Pero el escaso salario, la necesidad de víveres y el daño ocasionado a las herramientas aumentaba sistemáticamente una deuda que los mineros nunca podían pagar, ni llevando al extremo sus fuerzas físicas – de treinta y cinco años, Pedro María parecía de cincuenta debido a “su rostro demacrado, sus ojos hundidos y su barba y su cabello entrecanos” (LILLO, 1973, p. 58). La deuda era un arma de sometimiento pues los mineros acababan trabajando gratis para la compañía, y esta, con la amenaza denunciarlos a las autoridades, hacía parecer como un favor la posibilidad de devolver el dinero supuestamente adeudado. Cuando al día siguiente Pedro María fue a cobrar su sueldo, el capataz le dijo: “Tienes diez pesos de multa por cinco fallas y se te han descontado doce carretillas que tenían tosca. Debes, por consiguiente, tres pesos al despacho” (LILLO, 1973, p. 64). La sentencia es inapelable, al igual que la posibilidad de cuestionar el deterioro de las herramientas. Pero, como él, “todos los que se acercaban a [la ventanilla de pago] se separaban... con rostro pálido y convulso, los puños apretados, mascullando maldiciones y juramentos” (LILLO, 1973, p. 65). Demasiado abrumado para regresar a casa, el minero se recuesta en el suelo y, vencido por el cansancio, sueña su toma de conciencia. Al atacar una veta de carbón, encuentra en su lugar “una masa rojiza, blanda, gelatinosa” que en realidad “e[s] el sudor, la sangre y las lágrimas vertidas por las generaciones de mineros, sus antepasados, en los corredores de la mina” (LILLO, 1973, p. 66). Luego ve una cascada dorada que sale de la piedra y hace brotar a su paso “palacios y moradas espléndidas en cuyas estancias resplandecientes como el día, innumerables parejas se entrelaza[n] al acompasado son de voluptuosas danzas” (LILLO, 1973, p. 66). Pero las fiestas adquieren ribetes terroríficos: “Los diamantes que brilla[n] en los cabellos y gargantas de las mujeres... r[ueda]n como lágrimas”, “[l]os rubíes deja[n] al caer manchas sangrientas” y “las paredes, las escalinatas, los bronce y los mármoles [...] toma[n] un tinte rojo [...] de sangre coagulada”. La alegórica pesadilla concluye con la destrucción de “esos templos de la fortuna y del placer”, quedando apenas “una mucedumbre de viejos, de jóvenes y niños tiznados y sucios” (LILLO, 1973, p. 66-67).

Los palacios del carbón retratados por Lillo recuerdan el habitado por el monarca capitalista de Darío. De hecho, para Silva Castro (1968, p. 17), el sueño de Pedro María tiene una marcada influencia del *Azul...* identificable en dos instancias: “la descripción de la gruta llena de pedrerías, en *El Rubí* [sic], y [...] el sueño de la tigresa cuando le matan al tigre, en el poema *Estival*”. Aunque el modernismo rubendariano fue repetidamente tildado de escapista, su posible influencia en la prosa de Lillo, pionero del realismo social en Chile, insinúa una coincidencia en la fuente de inspiración: las élites bellepoquistas chilenas. Lillo, no obstante, dedicó casi todas las piezas de *Sub terra* a retratar uno de los lados más oscuros de esa grotesca Belle Époque: las condiciones de trabajo y vida creadas por la feudal minería chilena. Y como sugiere la última imagen de “El pago”, no solo jóvenes sino también niños y viejos debían sudar sus vales y fichas al portador en los túneles del carbón. Lillo muestra el infantil inicio del minero en “La compuerta número 12” y el ocaso de su labor en

“Los inválidos”. El primer cuento narra cómo la escasez obliga a los niños a descender a la mina. Con ocho años, Pablo debe ayudar a alimentar a los seis de su hogar trabajando como portero en un túnel. Al llegar frente al capataz, el narrador señala: “su corazón endurecido por el espectáculo diario de tantas miserias, experimentó una piadosa sacudida a la vista de aquel pequeñuelo arrancado a sus juegos infantiles y condenado... a languidecer miserablemente en las húmedas galerías” (LILLO, 1973, p. 18). Y aunque pensando en su propia vida el padre se compadece del pequeño, asaltándole el “deseo imperioso de disputar su presa a ese monstruo insaciable, que arrancaba del regazo de las madres los hijos apenas crecidos para convertirlos en esos parias”, la miseria del hogar le convence que “[l]a mina no soltaba nunca al que había cojido” y que, “como eslabones nuevos que se sustituyen a los viejos [...], allí abajo los hijos sucedían a los padres” (LILLO, 1973, p. 24-25). A la súplica de Pablo por regresar a casa, el padre lo amarra a la compuerta y corre para no oír sus gritos. El narrador concluye que nada supera la prisión generacional del carbón porque el minero carece de “la esperanza que alienta y fortalece al prisionero: hallar al fin de la jornada una vida nueva, llena de sol, de aire y de libertad” (LILLO, 1973, p. 26).

“Los inválidos” compara el declive del minero con el de un caballo obligado por años a arrastrar carretillas al interior de la mina: “¡Qué cambio se había operado en el brioso bruto que ellos habían conocido! Aquello era solo un pingajo de carne nauseabunda” (LILLO, 1973, p. 7). El espectáculo angustia a los presentes, especialmente a los mayores, quienes dirigen su mirada hacia un minero respetado por su inteligencia, en espera de un discurso que recoja el sentir de todos: “¡Pobre viejo, te echan porque ya no sirves! Lo mismo nos pasa a todos. Allí abajo no se hace distinción entre el hombre y las bestias” (LILLO, 1973, p. 8). Su prédica busca, no obstante, infundir fuerza entre los compañeros de labor, por la cual afirma: “Si todos los oprimidos [...] marchásemos contra nuestros opresores, cuán presto quebrantaríamos el orgullo de los que hoy beben nuestra sangre” (LILLO, 1973, p. 9). Sin entender todas las palabras, un viejo que lo escucha visualiza una ola humana que, como “el océano que arrastra el grano de arena”, es capaz de convertir en “cenizas los palacios y los templos [...] donde el egoísmo y la soberbia han dictado las inicuas leyes que han hecho de la inmensa mayoría de los hombres seres semejantes a las bestias” (LILLO, 1973, p. 9). El mar como símbolo redentor, cuyo movimiento repetitivo puede ser interrumpido por tempestades de ira, se repite en “Juan Fariña”, cuento sobre un misterioso y fornido ciego que pide trabajo en una mina de carbón y que, por su productividad y respeto a los jefes, gana la enemistad de sus compañeros, “quienes no podían comprender que aquel ciego prefiriese los trabajos y miserias del minero a la vida libre y sin afanes del mendigo” (LILLO, 1973, p. 115). Por el contrario, cada madrugada Fariña

[...] se hallaba junto al pique listo para bajar y era siempre de los últimos en tomar el ascensor para regresar a su solitaria habitación en la falda de la colina.

Durante aquellas quince horas de ruda faena arrancaba del filón un número de vagonetas superior al *minimum* reglamentario. Aquello desconcertaba a los más esforzados barreteros, pues en aquel sitio el mineral era duro y consistente y el mejor de ellos jamás había alcanzado un éxito semejante. (LILLO, 1973, p. 116).

Especulaciones fantásticas se tejen a su alrededor, como que podía ver en la oscuridad o que era el mismo diablo “que vagaba de día y noche en las profundidades de la mina” (LILLO, 1973, p. 116). A un año de su llegada, algunos viejos recordaron una antigua tragedia desatada con la muerte de un minero en una explosión, en la que el hijo adolescente salió herido: “A consecuencia de aquella desgracia la mujer del infeliz y madre del niño perdió la razón, ignorándose en absoluto el destino del muchacho” (LILLO, 1973, p. 119). Luego el narrador advierte: “En la semana que precedió a la gran catástrofe, Fariña obtuvo la plaza de vigilante nocturno de aquella sección de la mina donde trabajaba” (LILLO, 1973, p. 119-120), una galería situada debajo del océano cuyos pilares eran constatemente vigilados por los ingenieros. El día en cuestión, “[e]l mar estaba agitado y tumultuoso y la resaca elevaba su ronca voz entre los arrecifes de la costa” (LILLO, 1973, p. 120). Fariña “cogió de un armario cierto [...] número de paquetes pequeños y cilíndricos”, y “con la calma y seguridad del que ejecuta una operación largo tiempo meditada, introdujo en cada uno de [los pilares] un cartucho de dinamita con su correspondiente guía” (LILLO, 1973, p. 121-122).

Segundos después una terrible explosión empujaba violentamente el aire y un enorme montón de maderos destrozados interceptó la galería. Por unos instantes se oyeron los chasquidos de la roca, seguidos de bruscos desprendimientos: primero trozos pequeños que rebotaban sordamente en la derribada mampostería, y luego después, como el tapón de una botella vacía sumergida en aguas profundas, cedió de un solo golpe la techumbre del túnel: lívidos relámpagos serpentearon un momento en la oscuridad y algo semejante al galope de pesados escuadrones resonó con pavoroso estruendo en los ámbitos de la mina. (LILLO, 1973, p. 122-123).

Mientras arriba “la tempestad [...] bramaba con furia”, abajo “[e]l mar llenaba toda la mina y subía por el pozo hasta quedar a cincuenta metros de los bordes de la excavación” (LILLO, 1973, p. 123-124). A diferencia del cuento de Darío y de la película de Cariozzi y Frías, “Juan Fariña”, como muchos de los cuentos de Lillo, busca darle al subordinado la justicia poética de una reivindicación que es la base de su protesta literaria ante las desigualdades extremas provocadas por esta versión de capitalismo minero. “La compuerta número 12” participa, en tanto, del padecimiento inevitable del más débil y la perpetuación generacional de la desproporción de clases que vemos en “El rey burgués” y *Julio comienza en Julio*. La “*Belle Époque* chilena” no por periférica resulta menos moderna pues, si seguimos a Trouillot, lo moderno nos viene de habitar “las caras escondidas de una modernidad necesaria para la hegemonía del Atlántico Norte” (TROUILLOT, 2017, p. 69). Se puede concluir que los disparatados patrones de consumo de las élites bellepoquistas chilenas y las exacerbadas desproporciones sociales por ellos generadas – asimetría sometida a diversas formas de juicio artístico en las obras comentadas – se deben al gran colapso que la modernidad experimenta en sus bordes o “caras escondidas”, “choque” que, como dice Schwarz (2012, p. 28), es “experimentado como inferioridade e vergonha nacional” y que en la exorbitante miseria de sus habitantes muestra el “desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha e impõe ao mundo”.

SOBRE A AUTORA

MÓNICA GONZÁLEZ GARCÍA é professora associada do Instituto de Literatura e Ciências da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso (PUCV), no Chile, e doutora em Linguagens e Literaturas Hispânicas pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

E-mail: monica.gonzalez@pucv.cl

<https://orcid.org/0000-0002-0367-0689>

REFERÊNCIAS

- ARCOS, Santiago. Carta de Santiago Arcos a Francisco Bilbao. Mendoza: Imprenta de la L.L., 1852.
- BILBAO, Francisco. Sociabilidad chilena. In: BRAVO, José Alberto (Ed.). *El autor y la obra*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007, p. 153-176.
- CAIOZZI, Silvio; FRÍAS, Gustavo. *Julio comienza en Julio*. Colección Guiones Cinematográficos Chilenos. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Mayor/Ocho Libros Editores/Cineteca Nacional, 2008.
- DARÍO, Rubén. El rey burgués. In: _____. *Azul...* Santiago de Chile: Editorial Zig-Zag, 1970.
- HALL, Stuart. Negociando identidades caribeñas. In: RESTREPO, Eduardo et al. (Ed.). *Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Quito: Envión, Instituto de Estudios Peruanos, Pensar, Universidad Andina Simón Bolívar, 2010, p. 405-418.
- JAMESON, Fredric. *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1982.
- LEÓN XIII; PÍO XI. *Las enseñanzas sociales de la Iglesia. Rerum Novarum. Quadragesimo Anno. 1891-1931*. Santiago de Chile: Imprenta Chile, 1931.
- LILLO, Baldomero. *Sub terra: cuadros mineros*. Santiago de Chile: Editorial Nascimento, 1973.
- LOVELUCK, Juan. Rubén Darío. Años en Chile. In: DARÍO, Rubén. *Azul...* Santiago de Chile: Editorial Zig-Zag, 1970.
- MARASSO, Arturo. *Rubén Darío y su creación poética*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1954.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México D.F.: Ediciones Era, 2002.
- MAZZEI de Grazia, Leonardo. Los británicos y el carbón en Chile. *Atenea*, Concepción, n. 475, 1997, p. 137-167.
- PEDRO Balmaceda Toro (1868-1889). *Memoria chilena*. Disponible en: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-123806.html>>. Consultado: 27 feb 2019.
- PÉREZ de la Cruz, Rosa Elena. *Historia de las ideas filosóficas en Santo Domingo durante el siglo XVIII*. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.
- RAMA, Ángel. *Rubén Darío y el modernismo (Circunstancia socioeconómica de un arte americano)*. Caraces: EBUC, 1970.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades/ Editora 34, 2012, p. 9-31.

- SILVA CASTRO, Raúl. *Baldomero Lillo*. Santiago de Chile: Editorial Nascimento, 1968.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Ficciones del Atlántico Norte: transformaciones globales 1492-1945. In: ROMÁN-MEDINA, Giselle; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Lina. *Poéticas, archivos y apuestas: estudios del Caribe*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2017, p. 49-70.
- VICUÑA MACKENNA, Benjamín. *El paseo de Santa Lucía, lo que es i lo que deberá ser*. Santiago de Chile: Imprenta de la Librería del Mercurio, 1873.
- WYNTER, Sylvia. La incompleta “victoria verdadera” de 1492 y el humano no-homogéneo: hacia una nueva poética del *Propter Nos*. In: ROMÁN-MEDINA, Giselle; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Lina. *Poéticas, archivos y apuestas: estudios del Caribe*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2017, p. 21-48.

Ambivalências da derrota: lições e limites da crítica do populismo em Roberto Schwarz

[Ambivalences of the defeat: lessons and limits of Roberto Schwarz's critique of populism]

Pedro Luiz Lima¹

Esta versão final deve muito aos comentários e críticas minuciosas dos pareceristas e à leitura atenta de Tomás Rosati e Jorge Chaloub. As eventuais lacunas e fragilidades do texto são de exclusiva responsabilidade do autor.

RESUMO • O presente artigo busca elaborar uma interpretação dos ensaios e passagens da obra de Roberto Schwarz em que o populismo e o golpe de 1964 são tratados. A partir da ênfase no tema da derrota política, argumenta-se que Schwarz desenvolve dois modos distintos, ainda que por vezes entrelaçados, de tratamento da questão: um afim à linguagem e aos pressupostos da crítica marxista do populismo, e outro que ultrapassaria tais pressupostos, tendo como eixo-chave a noção de democratização. Da análise de ambos os modos e de suas dissonâncias, ressalta-se uma compreensão ambivalente da derrota, em que a ambivalência é índice de uma maior aproximação com as contradições objetivas da vida política nacional. • **PALAVRAS-CHAVE** • Roberto Schwarz; crítica; populismo; derrota; golpe de 1964. • **ABSTRACT** • The article proposes

an interpretation of the essays and passages of Roberto Schwarz's work which deal with the subjects of populism and the 1964' coup d'état in Brazil. Through an emphasis on the meaning of political defeat, we argue that Schwarz develops two distinct and intertwined ways of treating the matter: one familiar with the Marxist critique of populism, and the other going beyond those assumptions and founding itself on an openness characterized by the notion of democratization. Analyzing those two ways and its dissonances, we reach an ambivalent understanding of political defeat – ambivalence that operates analytically as an index of a closer reading of the Brazilian political life's objective contradictions. • **KEYWORDS** • Roberto Schwarz; critique; populism; defeat; 1964' coup d'état.

Recebido em 14 de abril de 2019

Aprovado em 28 de outubro de 2019

LIMA, Pedro Luiz. Ambivalências da derrota: lições e limites da crítica do populismo em Roberto Schwarz. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 215-232, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i74p215-232>

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

In history, indeed, the negative and the positive seem fatally to assume the form of success and failure, triumph and defeat, as though these categories, above and beyond the superficial, allegedly Hegelian illusions of teleology, offered the only ways in which biological human individuals could imagine the destiny of their collectivities. The dialectical union of these opposites is then a social rebuke as well as a political lesson. It reminds us, not only that 'success' was never really in the cards for mortal beings in the first place, but also that history progresses, not by way of victory but by way of defeat: and that if our eyes are trained to see it, we can find this dialectic at work everywhere in the record of our collective existence. (Fredric Jameson, 2010, p. 41).

Se o povo, como antípoda do privilégio, não é portador virtual de uma nova ordem, esta desaparece do horizonte, o qual se encurta notavelmente. (Roberto Schwarz, 2012d, p. 79).

“O leitor verá que o tempo passou e não passou” (SCHWARZ, 1978, p. 61). “De lá para cá, muita coisa mudou, mas nem tudo” (SCHWARZ, 2014). Roberto Schwarz possui célebre trajetória na dissecação da coexistência contraditória entre continuidade e descontinuidade na periferia do capitalismo. Essa tensão objetiva aparece na sua obra em diversos planos, seja em referência ao ritmo descompassado das ideias, seja com relação à persistência da escravidão em formas modernas de sociabilidade, seja ainda no que concerne às reviravoltas no sentido político de projetos de modernização, ora potencialmente emancipatórios, ora efetivamente autoritários. As frases citadas de início, enunciadas respectivamente em 1978 e 2014, expressam esse ambíguo modo de experimentar o tempo. Tendo como referência o contexto que circunda o golpe de 1964, ambas as frases põem ênfase numa *continuidade perversa* que amarraria o

presente ao passado, em leitura que salienta a persistência de um conteúdo opressivo subjacente à variedade aparente de formas históricas.

Não à toa, o último livro de ensaios de Schwarz, *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas* (2012), foi amplamente interpretado nessa chave, e à sua aparente desconexão da conjuntura política imediata, depois de oito anos de governo Lula, muitos opuseram a versão de que se tratava de abordar o presente através de um *passado renitente*. Sob a aparência de inatualidade, a obra se inscreveria num plano mais profundo do presente, aquele em que se articularia a longa continuidade iniciada em 1964. Assim, a partir de sugestão de Paulo Arantes, resenhistas afirmaram que os ensaios e entrevistas do livro permitiriam “pensar a ditadura como o momento em que se iniciou a contemporaneidade” (GONÇALVES; OTSUKA; RABELLO, 2013, p. 332). Segundo outro leitor, em diapasão idêntico, “os ensaios de Roberto Schwarz reencontra[ria]m [...] o futuro estático que seu autor já vislumbrava após 1964” (OHATA, 2012).

Para além da perspicácia do *insight* creditado a Arantes e do eventual acerto das resenhas mencionadas, escritas a quente logo após a publicação de *Martinha versus Lucrecia*, há ainda outra leitura possível, que, contando com a vantagem de algum distanciamento histórico, pode talvez apreender uma faceta menos enaltecida das (re) investidas de Schwarz sobre o contexto de 1964. Em suma, trata-se de voltar os olhos para o *elemento da descontinuidade*. Afinal, o tempo não passa, mas passa; e algo, ou muita coisa, termina por mudar. Em 2019, voltar aos ensaios de Schwarz que revivem 1964 implica identificar ali não apenas o tão conhecido marco inaugural da “gênese de nosso presente” (GONÇALVES; OTSUKA; RABELLO, 2013, p. 333), mas também os efeitos de uma *luta política perdida*. Em outros termos: 1964 não mais como mero ponto de partida da vitória de vencedores que jamais teriam cessado de vencer desde então (início do tal “futuro estático” que nos acometeria há mais de 60 anos); antes, 1964 como derrota de vias alternativas, como tentativa de apagamento de outros caminhos possíveis. Restituir, pois, *o nervo político da derrota* – o que exige um olhar mais detido, e menos unilateral, para o lado derrotado. Não tanto uma descontinuidade, que, no fim das contas, apenas marcaria outra vírgula na longa marcha da modernização autoritária – descontinuidade que, assim assinalada, persistiria em subordinação macro-histórica à continuidade. Antes, buscar compreender a efetividade (e as virtualidades concretas) daquilo que se descontinua.

Parece-nos que a ênfase na derrota de 1964 serve tanto ou mais aos propósitos dialéticos de compreensão da história do país do que a reiteração de uma *longue durée* amplamente negativa e quase sempre idêntica a si mesma. Como afirma uma autoridade em assuntos dialéticos, “*totality is not something one ends with, but something one begins with*” (JAMESON, 2010, p. 15). E, do ponto de vista da história política contemporânea, marcada pela escalada de derrotas do campo popular desde o golpe parlamentar de 2016 (SANTOS, 2017; SINGER, 2018), entender a derrota na chave da descontinuidade parece mais condizente com (e mais proveitoso para) a experiência presente daqueles que se posicionam politicamente contra os retrocessos do nosso tempo.

No que segue, pois, trata-se de acompanhar os ensaios e passagens ao longo da obra de Schwarz em que foi tematizada a derrota de 1964 para, a partir de seus próprios termos, *restituir as ambivalências* inscritas na prática (e, eventualmente,

na teoria) dos derrotados. Como o crítico, em grande medida, filia-se desde o primeiro momento ao que alhures chamamos de “paradigma do populismo” (LIMA; MEDEIROS, 2018), interessará notar como sua leitura da política populista num passo reproduz o tratamento eminentemente negativo típico das obras canônicas do paradigma (WEFFORT, 1978; IANNI, 1968), enquanto noutra passo transcende essa unilateralidade revelando maior capacidade de apreensão da valência positiva da experiência política suprimida com o golpe. A fim de destacar os passos em que Schwarz logra ultrapassar aqueles limites paradigmáticos, apesar (ou por causa) de sua manifesta filiação à escola uspiana de crítica do populismo, trataremos primeiro dos passos em que os limites da ênfase negativa marcam presença na prosa do crítico, atentando para o aparente endosso de certos pressupostos do paradigma; na sequência, veremos como se expressa em sua obra, *ao mesmo tempo*, uma perspectiva mais propriamente ambivalente com relação às potencialidades da democratização intrínsecas ao fenômeno dito populista.

Cabem, a esta altura, duas breves notas metodológicas. A combinação da unilateralidade antipopulista com o tratamento dialético da derrota histórica atravessa os ensaios de Roberto Schwarz sobre o tema desde 1970. Precisamente porque não identificamos consideráveis inflexões nos diversos momentos de sua obra em que o tema é tratado, optamos por uma leitura combinada das passagens, malgrado terem sido escritas ao longo de mais de 40 anos. Quando se fizer necessário, anotaremos eventuais especificidades do contexto desta ou daquela passagem mencionada – mas nossa ênfase incidirá mais detidamente sobre a reprodução/superação de *pressupostos* legados pelo paradigma do populismo. Enquanto análise de pressupostos, o presente texto opta por prescindir de um minucioso enquadramento histórico dos contextos originais de cada um dos ensaios abordados. Ademais, tampouco se trata, no que segue, de um exercício de mera anteposição da já extensa linhagem de crítica da “teoria do populismo” (GOMES, 2001; FERREIRA, 2001; GUIMARÃES, 2001; BARBOSA FILHO, s. d.). Ainda que tal bibliografia fundamente a perspectiva aqui esposada, o trabalho de reconstrução interna dos argumentos de Schwarz requer acompanhamento cerrado de sua prosa para o qual a contraposição contínua com perspectivas alheias seria despropositada e extrapolaria os limites deste artigo. Mesmo porque, no fim das contas, o propósito aqui será o de destacar os elementos que permitem identificar na própria crítica do populismo de Schwarz alguns dos antídotos contra automatismos e unilateralidades do paradigma que ele mesmo, contraditoriamente, reproduz e ultrapassa.

PRIMADO DO INVIÁVEL: OS RIGORES DA CRÍTICA DIANTE DO COLAPSO

Uma das perspectivas, talvez a dominante, que atravessa a abordagem de Schwarz sobre o populismo no pré-64 é eminentemente negativa e tematiza aquele contexto histórico a partir de um balanço dos equívocos do que chama de “esquerda populista” (SCHWARZ, 1978, p. 66). O tom por vezes oscila entre a ironia, quando trata do “populismo mais ou menos malandro que dava o tom ao grosso da esquerda brasileira da época” (SCHWARZ, 20012b, p. 211), e a depreciação aberta, como ao

mencionar que “a deformação populista do marxismo esteve entrelaçada com o poder” (SCHWARZ, 1978, p. 66). Em geral, trata-se, como se sabe, de dar continuidade à linha de interpretação aberta por Fernando Henrique Cardoso (1964) em sua tese de livre-docência (*Empresário industrial e desenvolvimento econômico*) e consolidada nas obras clássicas de Francisco Weffort e Octavio Ianni sobre o período. Linha de interpretação que, longe de ser apenas um achado das “longínquas tartarugas” da USP (SCHWARZ, 1978, p. 68), veio sendo formulada e desenvolvida desde o início dos anos 1960 por atores políticos que se formavam à esquerda do Partido Comunista (Partido Comunista do Brasil – PC do B; Organização Revolucionária Marxista Política Operária – Polop; Ação Popular – AP etc.). Também em Schwarz, portanto, a disputa entre um marxismo autoproclamado “mais rigoroso” e a deformação populista do marxismo ocupa uma posição destacada quando se trata de suas análises sobre o período. Voltaremos a essa oposição entre rigor e deformação mais adiante.

Por ora, ainda que um inventário de todas as limitações da crítica do populismo esteja fora de nosso alcance, importa reparar na maneira como, nesse caso, o *alinhamento* de Schwarz ao “marxismo renovado da ciência social uspiana” (ARANTES, 1992, p. 52; RODRIGUES, 2011) implica reproduzir ao menos *quatro pressupostos fundamentais* que podem ser entendidos como um pano de fundo comum às formulações clássicas daquela escola. Derivará daí uma noção de derrota relativamente abstrata e unilateral que toma a esquerda dita reformista como alvo prioritário – noção que será, ela mesma, superada pelos momentos mais *desalinhados* da interpretação schwarziana, objeto da segunda parte adiante.

Tratar do período pré-1964 na chave do populismo requer, em primeiro lugar, que se uniformize sob esse conceito unitário um período histórico repleto de evidentes distinções. Assim, forma-se um *campo geral de indistinção* quando se lança mão do populismo como categoria proeminente na análise da República de 1946. Passa-se, tácita ou explicitamente, a entender que a “deformação populista do marxismo” teria sido “parte em grau maior ou menor do arsenal ideológico de Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart” (SCHWARZ, 1978, p. 66). Que o crítico anteponha o reconhecimento de uma diferenciação de grau (“maior ou menor”) não exime a análise de um achatamento das diferenças qualitativas que separam um governo de outro, um presidente de outro, um partido de outro etc.

Correlata desse achatamento é a descontextualização histórica do processo de formação de algo como uma hegemonia reformista no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sua “fumaceira teórica”, “irresponsabilidade” e “cegueira” perdem o lastro histórico e tornam-se mera predileção estratégica de atores equivocados, quando em verdade ao longo do “período populista” a linha política do partido sofreu radicais transformações, sempre em respostas, ainda que tardias ou questionáveis, a mudanças na conjuntura. Se todos desde Vargas teriam sido populistas, deriva-se daí a falsa impressão de que também o PCB teria sido desde sempre “populista”. Ocorre que a história das duas almas do partido comunista, narrada por Gildo Marçal Brandão (1997) e tantos outros, é crucial para a compreensão da inflexão reformista do partido. Assim, para ficarmos nos momentos mais célebres dessa história, enquanto o Manifesto de Agosto de 1950 exhibe um partido aferrado à via revolucionária, “realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à

frente” (PRESTES, 1950), a Declaração de Março de 1958, por sua vez, já mostra um partido que teria aprendido com a crise do suicídio de Vargas a mediar, para o bem ou para o mal, o apelo revolucionário e as estratégias reformistas.

A “espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico” zombada por Schwarz (1978, p. 63) era, portanto, efeito de lutas e de mutações internas ao “período populista”. Mas, absorta na imagem dessa falsa unidade, a narrativa crítica fala de um socialismo forte em anti-imperialismo e fraco na luta de classes como derivação da “estratégia do Partido Comunista, que pregava aliança com a burguesia nacional” (SCHWARZ, 1978, p. 63). A estratégia aliancista, ancorada, mal ou bem, numa história cheia de idas e vindas do PCB, entre reforma e revolução, é assim tematizada como o objeto de uma *pregação equivocada*. Tudo se passa como se, por obra de uma sagaz engenharia de cooptação, a “burguesia populista” tivesse conseguido instrumentalizar os comunistas para seus próprios propósitos, visto que ela “precisava da terminologia social para intimidar a direita latifundiária, e precisava do nacionalismo, autenticado pela esquerda, para infundir bons sentimentos nos trabalhadores” (SCHWARZ, 1978, p. 64). É curioso, aliás, constatar a oscilação no modo como aparece caracterizada essa encarnação brasileira da burguesia: ora ela apresenta uma existência meio ilusória, posto que já estaria associada aos fluxos do capitalismo, que, segundo argumento de Fernando Henrique Cardoso, já funcionava internacionalizando mercados internos; ora ela comparece como principal beneficiária das deformações geradas pelo populismo na esquerda, o que pode sugerir protagonismo incompatível com aquela meia existência. Ora coadjuvante local de um processo macro-histórico que a ultrapassa e determina a impossibilidade concreta de sua hegemonia, ora sujeito oculto de engenhosas artimanhas manipulatórias. O marxismo de “tintura rósea” (SCHWARZ, 1978, p. 66) que servia aos interesses de setores das classes dominantes é, assim, mais facilmente alvejado quando os múltiplos planos das distinções históricas são encobertos pela turva amplitude de uma indistinta “manipulação populista” (SCHWARZ, 1999b, p. 156). E também quando, depois do golpe, questões práticas relativas à ação política, falível por sua própria natureza, passam ao plano seguro das infalíveis certezas científicas *ex post facto*.

Nesse sentido, um segundo pressuposto onipresente na crítica do populismo diz respeito à distinção cerrada entre *povo* e *classe*. Desdentado e deformado, aos olhos do crítico, o marxismo local confundia-se com a própria “atmosfera ideológica do país” (SCHWARZ, 1978, p. 66) tamanha era sua abrangência e seus limites – dentre os quais o mais evidente seria o esvaziamento da luta de classes. Utilizar-se do conceito de populismo implica, via de regra, compreender um complexo período histórico em chave unívoca e, no passo seguinte, alçar ao primeiro plano a diferença entre os vícios da política de massas e a virtude da luta de classes propriamente dita.

“Contrariamente ao que sustentam os nacionalistas, a reflexão dialética depende da análise formal, cujo referente não é o país do coração, mas o país verdadeiro (o das classes sociais)” (SCHWARZ, 1987a, p. 136). Nessa passagem, em que a querela com os nacionalistas extravasa para o registro da análise da dialética da malandragem de seu mestre Antonio Candido, a distinção cerrada entre país do coração e país verdadeiro aparece como uma expressão direta da utilização pouco permeável do conceito de

classe. A radicalidade antinacionalista opõe a razão das classes aos sentimentos da nação, em movimento frequente que, nos seus momentos menos dialéticos, parece apelar a uma partilha dualista entre o verdadeiro e o falso. Situando-se entre os “setores mais radicalizados” da esquerda, ou seja, dentre os atores à esquerda da esquerda, Schwarz (2012d, p. 90) vincula o “nacionalismo superficial” à “idealização atrasada da vida popular que o Partido Comunista propagava”. Aquém das classes, uma política simplesmente direcionada ao povo, como deve ser a política populista, terminaria sempre *fora do lugar*, posto que a nação não é e não pode ser a instância decisiva de definição de identidades políticas, e *fora do tempo*, posto que o atraso das idealizações manteria o sujeito político coletivo alheio a suas verdadeiras e contemporâneas determinações.

Aqui a crítica do populismo é ciosa das distinções sociológicas, e no país do coração apenas poderia emergir uma “noção de ‘povo’ apologetica e sentimentalizável, que abraçava indistintamente as massas trabalhadoras, o lumpesinato, a *intelligentsia*, os magnatas nacionais e o exército” (SCHWARZ, 1978, p. 65). Mais uma vez, o povo do populismo é caracterizado pelo excesso de *sentimento*, a que se opõe a dinâmica objetiva dos *interesses* de classe. Ao buscar reunir e ao acreditar na união entre setores tão distintos da sociedade, o populismo e sua política de massas dependeriam de um sujeito cuja unidade seria impraticável – “Porque a composição das massas não é homogênea, parece-lhe [ao populismo] que mais vale uni-las pelo entusiasmo que separá-las pela análise crítica de seus interesses” (SCHWARZ, 1978, p. 84). No país verdadeiro das classes sociais, os sujeitos agem prioritariamente segundo seus interesses, que podem ser objetivamente identificados, enquanto no país do coração predominaria a crença na indistinção sentimental e na vitória pelo entusiasmo. Em um retrato de 1964, eis o resultado da primazia da ideologia sobre a crítica: “o povo, na ocasião, mobilizado mas sem armas e organização própria, assistiu passivamente à troca de governos” (SCHWARZ, 1978, p. 61). O povo do populismo é sujeito passivo por excelência (a atividade pertence à classe), e pode no máximo estar vagamente mobilizado, o que não desfaz seu amorfismo e sua heteronomia característicos.

Nesse quadro, outro pressuposto básico da escola crítica do populismo, o terceiro a ser elencado aqui, deriva da assunção da classe como ator verdadeiro e impoluto da história e diz respeito à compreensão da *conciliação* como um modo de atuação política enganoso por excelência. Assim como o povo ou as massas terminariam por esconder e confundir a real linha de demarcação da luta de classes, a conciliação não poderia ser outra coisa senão um *engodo*, algo análogo ao que Fernando Henrique Cardoso identificou, em chave lukacsiana, como uma passagem da “falsa consciência” para a “falsidade da consciência” (CARDOSO, 1964, p. 91). Razão pela qual o populismo será “mais ou menos malandro” de acordo com o ardor com que iludiu ou foi iludido. Na prosa schwarziana, não há qualquer margem de abertura para que a conciliação possa ser uma tática válida para conjunturas específicas. Pelo contrário, os termos a ela vinculados são eloquentes em sua reprovação: a conciliação aparece, via de regra, como efeito de ideologia, engano, ilusão, ingenuidade, fantasia ou falta de rigor.

“Só na medida em que nalgum ponto rompesse com o sistema de conciliações então engrenado, que não obstante lhe dava o impulso, a produção de esquerda escapava de ser pura ideologia” (SCHWARZ, 1978, p. 67-68). A consideração dialética de

que era precisamente o sistema de conciliações o fator que impulsionava a produção de esquerda cede passo, em uma só frase, à afirmação categórica de que a não ruptura equivaleria à “pura ideologia”, em movimento exemplar daquilo que argumentamos aqui: a melhor leitura dialética do período, empreendida pelo próprio Schwarz, não necessariamente se coaduna com esses momentos de negatividade radicalizada. O corolário de que a ruptura seria a verdade inaudita (e jamais praticada) daquele período histórico conta, afinal, com a segurança das afirmações contrafactuais.

Como mesmo a pura ideologia não escapa de se vincular à realidade, a esquerda populista, “que era moderadíssima”, promovia e se alimentava de “um engano bem fundado nas aparências” (SCHWARZ, 1978, p. 65-66). Aparências deceptivas por definição. O eixo *conciliação-moderação-engano* é, pois, determinante para a compreensão de 1964 como o cemitério de um “conjunto impressionante de ilusões” (SCHWARZ, 1999a, p. 159), dentre as quais se destacam a “ilusão própria ao nacionalismo populista” e a ilusão de que o socialismo “representava a tendência real das coisas” (SCHWARZ, 1987c, p. 32-33; 2012d, p. 66). Ingenuidade e euforia também complementam o panorama de uma esquerda que parecia fantasiar possibilidades socialistas, “quase como se o capital não existisse” (SCHWARZ, 2012d, p. 67), enquanto na prática conciliatória “a ideologia socialista servia à resolução de problemas do capitalismo” (SCHWARZ, 1978, p. 66).

Nesse quadro, pode-se entender a derrota política de 1964 como *o colapso do populismo*, em fórmula clássica que se apoia em todos os passos que acompanhamos acima e funciona como um quarto, derradeiro, pressuposto. Enquanto unidade indiferenciada de governos e efeito de opções equivocadas da esquerda, enquanto fenômeno de reprodução de uma política de massas baseada no engodo da conciliação de classes, restaria ao populismo apenas o colapso, figura que *subtrai* da derrota seu nervo político em favor de certo naturalismo necessitarista. A queda se revelaria, enfim, quase como a realização de uma tendência natural em que se interrompe o curso daquilo que sempre havia sido, de partida, inviável – confirmação de uma necessidade inscrita na cadeia mais profunda de determinações da história. Parece haver, como consequência, uma relativa epistemologização da derrota, em que se confundiriam os planos da *eficácia política* com os do *erro ou acerto científico*. Ou ainda, em outros termos, a derrota passa a ser compreendida na chave de um maquiavelismo bambo, em que a *virtù* dos contendores se vincula mais a erros/acertos de concepção do que à correlação de forças – e a fortuna desaparece de cena. Assim, *a derrota se deve ao erro* – e o colapso de um erro, em última instância, deveria ter algum potencial revelador.

Pode-se então falar na “inviabilidade do reformismo e de seu caráter mistificador” como se a derrota fosse necessariamente uma lição da história – e até mesmo, paradoxalmente, como se ela fosse um tipo de vitória do “rigor marxista” contra os compromissos dos dirigentes comunistas (SCHWARZ, 1978, p. 68). Esse tom – ainda que não desacompanhado de perspectivas diversas – pode ser encontrado amiúde nas elaborações da crítica marxista do populismo sobre 1964 e, por consequência, também nos escritos de Schwarz sobre o período. Daí as constatações, enunciadas e reiteradas ao longo de quatro décadas, de que os “compromissos e [...] ilusões do Partido Comunista” haviam “conduzido à debacle” (SCHWARZ, 2012c, p. 179-180) e

de que a “razão do desastre futuro de 1964” residia no “conjunto de teses duramente desmentido pela história” (SCHWARZ, 1978, p. 64; 1999c, p. 99). A ideia de que pelo crivo da história se estabelece uma partilha entre equívocos e acertos de atores políticos pode derivar, bem sabe o crítico, na reiteração de uma história dos vencedores. Não é este, evidentemente, o propósito da crítica do populismo, não obstante possa ser considerado como um dos efeitos não intencionais da carência de empatia com a esquerda derrotada – com relação à qual os partidários do rigor demarcam segura distância.

Diante do “quadro claro de inconsequência”, não restariam dúvidas de que “a falta de rigor existia, e que em 64 foi preciso pagar por ela” (SCHWARZ, 1999c, p. 92). Ainda que a “crítica de esquerda”, à qual se incorpora o próprio Schwarz, tentasse desfazer os enganos e ilusões da “esquerda populista”, consertando o que estaria *deformado*, o “sucesso prático” desta na arregimentação das massas impedia o acerto e o rigor (SCHWARZ, 1978, p. 64-65) de se afirmarem com maior abrangência na esfera pública, condenando-os aos guetos da universidade e de grupelhos políticos minoritários. O colapso do populismo seria então um lento devir da verdade em contraponto à continuada afirmação, teórica e prática, dos enganos e ilusões da esquerda nacionalista. A leitura de 1964 como um acerto de contas entre a história e a “falta de rigor” reaparece também na síntese formulada trinta anos depois: “No essencial, a facilidade com que em 64 a direita iria desbaratar a esquerda, em aparência tão aguerrida, demonstrou o infundado das alianças desta, acabando por dar razão aos paulistas” (SCHWARZ, 1999c, p. 92). Nada na prosa de Schwarz aparece, como se sabe, por acaso – e neste caso específico, interessa sublinhar a distinção entre essência e aparência e o modo como se vinculam, respectivamente, à razão e ao infundado. A razão dos paulistas, no caso, dos críticos de esquerda à esquerda majoritária da época, seria atestada pela facilidade da vitória da direita, pressupondo que, se a prática política da esquerda pecebista tivesse algum fundamento minimamente sólido, teria podido resistir aos ataques dos antagonistas. Mais uma vez, a derrota é sintoma de equívoco – o que, formulado em outros termos, nos sugere que a vitória (da direita) seria sintomática da ressurgência de algum tipo de verdade (da luta de classes? da dominação? da condição periférica? da inviabilidade do reformismo?) que correria sempre num leito mais profundo da história.

Em seu polo negativo, a dialética de Schwarz parece dar pouca margem para “saídas imprevistas”, estando o imprevisto sobredeterminado pelo inviável. O giro em falso da luta de classes na periferia do capitalismo parece sempre redundar na recriação de “outra modalidade de atraso” (SCHWARZ, 1999c, p. 103), o que é constatado com ainda mais gravidade no momento em que o crítico escreve sob a nomeada influência de Robert Kurz, em meados dos anos 1990. Mais um *autor do colapso*, aliás, ainda que tratando de processos de modernização em escala ampliada (KURZ, 1995). Em geral, é nesse registro que se desenrola a interpretação da obra de Schwarz levada a cabo por Paulo Arantes (dentre tantos outros intérpretes). Sendo nossa história “um enorme girar em falso de animação e fastio, agitação e melancolia, sofreguidão e inapetência” (ARANTES, 1992, p. 94), o colapso do populismo pode, sem distorção das premissas do crítico, ser encarado como mais uma atualização da mesma sina. Há, contudo, para além desse fatalismo pós-lapsário, outro viés no tratamento de Schwarz da derrota de 1964 – e é este outro registro que nos parece

mais afim a um olhar retrospectivo apto a recuperar na derrota passada algumas lições válidas, ao menos em parte, durante a ressaca da derrota atual.

SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO E DESPROVINCIALIZAÇÃO: DOS LIMITES INTRÍNSECOS DO POPULISMO ÀS VIRTUALIDADES INTERROMPIDAS PELA DERROTA

Muito além da prosódia do colapso, e em convívio mais ou menos tenso com ela, pode-se depreender da obra de Roberto Schwarz um acento de relativa empatia no tratamento da experiência social e política do “populismo”. Em estrita relação com essa modulação comparece uma concepção da derrota política que exprime de modo mais vivo seu violento caráter de descontinuidade. Esta, sob o primado espesso de uma noção eminentemente negativa de populismo, permanecia encoberta pelo ritmo contínuo da passividade do povo, da indistinção histórica, das conciliações sobranceiras e das derrotas que exprimiriam um plano de necessidade perceptível apenas a olhos bem treinados. Mas nem só desse andamento monótono viveu o período populista – e não é só dele que trata o crítico. Vejamos, pois, como se *reconstitui a ambivalência* de uma noção de derrota que parecia emparedada pelos aspectos mais unilaterais da crítica do populismo.

Ressalte-se que esse movimento de desobstrução das virtualidades e dinâmicas antes enclausuradas na linearidade do colapso é prenhe de valiosas distinções na prosa do ensaísta. Assim, se a República de 1946 significou “dois decênios de democratização” (SCHWARZ, 1978, p. 89), ou ainda se nela foi possível emergir “um vasto processo de democratização, que vinha de longe” (SCHWARZ, 2012d, p. 76), há distinções relevantes em meio a esse plano mais geral, como a que demarca um período particularmente “explosivo”, referente ao governo de João Goulart. No contexto de um amplo processo de democratização, portanto, os anos imediatamente anteriores à ruptura do golpe são enfatizados como “um período de acontecimentos extraordinários, com experimentação social e realinhamentos democráticos em larga escala” (SCHWARZ, 1987c, p. 32).

Que a noção de democracia e suas variantes sejam utilizadas sem muita parcimônia importa para já percebermos que a crítica do populismo não implica desconhecer ou subtematizar os momentos de democratização constitutivos dos períodos históricos ditos populistas. A despeito de eventuais limites objetivos que se antepõem a sua plena concretização, é de um “aprofundamento da democracia” (SCHWARZ, 2012d, p. 109) que se trata – e os momentos mais expressivos da memorialística de Schwarz dão conta dessa percepção, como neste trecho de 1994: “Para o professor cinquentão de hoje não é fácil explicar aos alunos a beleza e o sopro de renovação e justiça que na época se haviam associado à palavra democracia (e socialismo)” (SCHWARZ, 1999b, p. 174).

Para a apreensão de uma tessitura histórica complexa como aquela, cumpre reconhecer que nem só do jogo de tudo ou nada do revolucionarismo vivem os processos de ampliação democrática. Certa habilidade para detectar combinações produtivas de contrários e alianças entre desiguais, não apenas e

nem tendencialmente manipulatórias, é condição indispensável na identificação, por exemplo, de “uma problemática explosiva mas burguesa de *modernização e democratização*” (SCHWARZ, 1978, p. 65). Interessa também perceber o crítico ultrapassando a camisa de força de uma concepção demasiado estrita da luta de classes, quando menciona a complementaridade das aspirações entre o ativismo estudantil e a “luta dos pobres” (SCHWARZ, 1987b, p. 73). Falar em democratização, a despeito (ou por causa) do populismo, evidencia a multiplicidade de formas pelas quais se trava a luta de classes. A dinâmica das aspirações complementares põe no horizonte a possibilidade de algo como uma “superação civilizadora” (SCHWARZ, 2012c, p. 177), e mesmo a derrota não será suficiente para desfazer de imediato a nova “autocompreensão do país”, uma vez que esta havia sido modificada a fundo pela temática do subdesenvolvimento (SCHWARZ, 2014). A célebre tese da hegemonia cultural da esquerda nos anos subsequentes ao golpe, que nubla ainda mais as linhas de demarcação entre continuidade e descontinuidade, será retomada décadas depois – e podemos então ver reiteradas as ambivalências do saldo cultural de uma derrota política: “As aspirações daquele momento, de legitimidade quase irrecusável, deram substância crítica e subversiva à vida cultural brasileira durante decênios, muito depois de desmanchada aquela convergência” (SCHWARZ, 2012a, p. 217). A derrota não impediu a hegemonia no plano da cultura e consolidou um patamar elevado de consciência crítica – ainda que fosse relativamente restrita a abrangência do público dessa hegemônica cultura de esquerda. De todo modo, resta claro por esse ângulo que pensar o golpe na chave da derrota, longe da imagem de terra arrasada sugerida pela noção de colapso, potencializa a apreensão de efeitos não antecipáveis de largo alcance.

As aspirações legítimas da “esquerda populista” terminam então por acelerar o processo descrito por Schwarz através de um de seus conceitos diletos: a *desprovincianização*. Em meio à relação contraditória entre centro e periferia, importa à consciência crítica desta última saber-se parte da totalidade do capitalismo e, ao mesmo tempo, entender as especificidades de sua condição. No cenário mais avançado possível, chega-se a reconhecer o quanto essas especificidades guardam vínculos, sempre mediados, com o centro, a ponto de permitir pontos de observação privilegiados para contradições da totalidade dificilmente vistas a partir do centro. Embaralham-se assim as noções de atraso e moderno, e afia-se a crítica que mira a um só tempo na parte, a periferia, e no todo, o capitalismo. Interessa notar que, em boa medida, é do avanço do nacionalismo, e não apesar dele, que deriva a descompartmentação da consciência nacional (SCHWARZ, 1978, p. 69). Os termos empregados sublinham como, na conjuntura do pré-golpe, nacionalismo e luta de classes não necessariamente se repelem: “foi um momento forte de tomada de consciência contemporânea, nacional e de classe, que se traduziu por uma notável desprovincianização do pensamento” (SCHWARZ, 1999a, p. 158).

Essa forma de emancipação, ou esse “lance forte de desalienação” (SCHWARZ, 2014), para além do ambiente restrito em que depois iria se reproduzir a hegemonia cultural da esquerda, implicava desde logo uma transformação profunda na sociabilidade, pela qual “aclimatizou-se na fala cotidiana, que se desprovincianizava, o vocabulário e também o raciocínio político da esquerda” (SCHWARZ, 1978, p. 64). Essa inscrição no cotidiano é central para o “sucesso prático” do nacionalismo

populista de que fala Schwarz (1978, p. 63-64). Ademais, a desprovincianização vem de dentro, pela amplitude do movimento, e de fora, quando se atenta para o fato de que a reação da província – consubstanciada no golpe de 1964 – constitui “um dos momentos cruciais da Guerra Fria” (SCHWARZ, 1978, p. 73; 2012c, p. 177). Somos alçados ao patamar da história mundial pela desalienação e, talvez de forma ainda mais evidente, pelo golpe de realiação patrocinado pela potência do Norte e seu grande porrete.

Mesmo alinhando-se estritamente à crítica marxista do populismo formulada por seus professores e colegas ao longo dos anos 1960, e jamais deixando de enfatizar (como vimos) o engano e as ilusões da política populista de alianças e conciliações, Schwarz ultrapassa a unilateralidade daquela crítica quando formula a relação entre as contradições objetivas da realidade nacional e a ascensão de uma esquerda nacionalista de modo mais propriamente dialético do que o fazem Cardoso, Weffort e Ianni, por exemplo². Porque a ambiguidade do Estado no conflito “em parte era efetiva” (SCHWARZ, 1999c, p. 92) e porque o “engano” das alianças “tinha a tenacidade de seu sucesso prático” (SCHWARZ, 1978, p. 65), o crítico reconhecerá com bastante frequência, em tom de autocrítica, que a eficácia do movimento populista deixava a esquerda da esquerda em *relativa desconexão com a concretude* daquele tempo histórico. A “crítica de esquerda não conseguia desfazer” (SCHWARZ, 1978, p. 65) as ilusões populistas devido a sua maior aderência à realidade. Nesse sentido, talvez porque São Paulo e seu capitalismo mais ortodoxo (se comparado ao restante do país) provocassem um desvio de percepção, talvez pela transplantação ainda carente de mediações de uma teoria formulada fora do lugar, aquele marxismo permanecia restrito à dimensão acadêmica, a despeito de suas eventuais postulações de intervenção na política nacional (e do eventual reconhecimento posterior da validade de algumas de suas teses).

Schwarz apresenta lição de longo alcance, que diz muito ao contexto presente, quando aponta para as dificuldades, teóricas e práticas, de uma concepção cerrada

2 Eis algumas passagens, escolhidas dentre tantas outras, que exemplificam a unilateralidade antipopulista dos autores supracitados: “A liderança intelectualizada e pequeno-burguesa dos movimentos nacionalistas e os comandos partidários da esquerda não podiam obviamente conduzir o processo de desenvolvimento em nome de uma abstração como os interesses da Nação. Faltava-lhes, por outro lado, a transformação das ‘massas’ em ‘classe’ para tentar impor uma política concreta” (CARDOSO, 1964, p. 91); “O nacionalismo, que tanto entusiasmo provoca entre os homens de esquerda, está marcado pela fragilidade inerente a toda ideologia pequeno-burguesa e destinado a desaparecer rapidamente da cena política” (WEFFORT, 1965, p. 188); “Não há dúvidas [de] que o nacionalismo obscureceu gravemente o sentido de classe da emergência política das massas, a formação do proletariado no bojo do desenvolvimento capitalista. E pagou por isso, como as próprias massas populares, com a fragorosa derrota de 1964” (WEFFORT, 1978, p. 39); “Simbolizando e sintetizando essas confusões, a esquerda não se deu conta de que massa e classe não são expressões cambiáveis. [...] Não se dedicou à análise da realidade, para perceber que a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a consciência de massa que a consciência de classe [...]. Enquanto permanecia ao nível da consciência e atuação das massas, nos moldes estabelecidos pela democracia populista, ficava-se ao nível das reificações. [...] Por isso, ela se condenou a assistir impotente à modificação drástica do quadro histórico no Brasil” (IANNI, 1968, p. 114-115).

que se formula apartada das lutas políticas do país. Não se trata, evidentemente, de afirmar o imperativo, em si mesmo também unilateral, de subordinação da teoria à prática – antes, importa ressaltar a fecundidade, para ambas, de tal vinculação. Assim como, segundo ele, não se deve pressupor que a transplantação do marxismo para a periferia do capitalismo possa se realizar sem que se combinem conceitos clássicos e formulações próprias, heterodoxas diante do cânone – “pensar a experiência histórica com a própria cabeça” (SCHWARZ, 1999c, p. 96) –, tampouco seria frutífero assumir no presente, sem mais, a perspectiva esposada no passado. Daí uma autocrítica que funciona, em suma, como antídoto contra adesões apressadas a esta ou àquela escola.

As passagens seguintes, em primeira pessoa, explicitam o ponto: “as nossas objeções pouco saíam do plano trancado das posições de princípio” (SCHWARZ, 1999c, p. 92), diz o crítico, porque, afinal, “tínhamos franca antipatia” pelas “correlações de força reais” (SCHWARZ, 1999c, p. 89). Abstratas, as objeções forjavam um sistema cuja coerência interna prescindia, no limite, da realidade circundante. Sem “um contato natural com os problemas da massa”, advém “um marxismo especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução” (SCHWARZ, 1978, p. 67). Vale notar que esse marxismo, de nervo político rebaixado, poderá depois facilmente transmutar a suposta inviabilidade no seu avesso, numa viabilidade quase infinita em suas formas de manifestação. Mesmo porque o “subcapitalismo” (CARDOSO, 1964, p. 187), aludido celeberramente por Fernando Henrique Cardoso em 1964, logo passará a ser “desenvolvimento dependente e associado”, em cujo âmbito se travarão as disputas efetivas. Entendemos que é também a essa transmutação que se refere ironicamente Schwarz quando afirma, sobre o “Seminário Marx” de sua juventude: “ao aprofundar a análise de classe, o seminário especificava a imensa e desconcertante liberdade de movimentos da riqueza em face dos oprimidos no país (o que não deixava de ser um resultado paradoxal para um grupo de estudos marxistas)” (SCHWARZ, 1999c, p. 98). Um marxismo, afinal, em que o projeto de superação da exploração se deixa determinar (ou teria sido plenamente suprimido?) pela liberdade quase sem limites do capital. Imaginamos que este acento específico, em que a derrota (situada e reversível por definição) se torna o contexto possível da ação política e termina por mudar de qualidade, pode talvez conferir inteligibilidade às “deduções amalucadas” que, segundo Schwarz, acometeriam quem se aventurasse a “reconstituir um caminho que levou da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia e daquele grupo de estudos à projeção nacional e ao governo do país” (SCHWARZ, 1999c, p. 86).

Aqui não se trata, por óbvio, de esboçar essa reconstituição, mas sim de extrair algumas implicações, para a história do passado e do presente, do olhar ambivalente que o crítico lança aos derrotados de 1964 – contexto em que importa esta nota sobre a formação de um marxismo cujas formulações originais, mais ou menos abstratas, viriam a ter efeitos duradouros na vida política do país, com a inserção de antigos derrotados “nos termos do processo vencedor” (SCHWARZ, 2012a, p. 221). A “recusa abstrata do compromisso populista” era, pois, absolutamente inapta para se contrapor à “primazia teórica” de certo socialismo populista (SCHWARZ, 1978, p. 64). Como já notado, longe de uma distinção estática em que, de um lado, se veriam os acertos teóricos e a incapacidade prática, enquanto de outro lado restariam os enganos teóricos associados a certa astúcia política, Schwarz aproxima os âmbitos

da teoria e da prática. Ao desmanchar o “bovarismo endêmico” e convidar a reflexão a “tocar terra” (SCHWARZ, 1999a, p. 156), o complexo populista extrapola sua proeminência prática para o âmbito da consciência crítica. Aqui, em contraponto a outros momentos de sua própria obra analisados acima, a derrota não mais se explica pelo erro, pelo engano ou pelas ilusões da esquerda. É possível e necessário, afinal, que as lições da derrota não venham apenas das lacunas, do que não foi feito ou pensado; há que se reter, portanto, a possibilidade de extrair lições positivas das ações e formulações dos derrotados. Em suma, derrota política não mais precisa significar inaptidão intelectual: a “derrota da esquerda foi tão completa, primeiro pelo golpe militar, depois pelas armas e enfim pelo curso das coisas, que hoje parece extravagante valorizar a sua contribuição intelectual” (SCHWARZ, 2012c, p. 179).

Se o que houve foi um processo efetivo, ainda que contraditório, de democratização no pré-1964, um de seus índices mais explorados por Schwarz é a “radicalização social” do contexto imediatamente anterior ao golpe (SCHWARZ, 1999a, p. 157). Estamos distantes das massas passivas e manipuladas da crítica marxista do populismo. O circuito de desprovincianização, desalienação e radicalização permite que se observe um “engajamento intenso” de cima para baixo, com estímulos governamentais, e de baixo para cima, nas movimentações de trabalhadores e estudantes (SCHWARZ, 1999b, p. 173). Tratado em diversas chaves, como “radicalização do populismo” ou “radicalização desenvolvimentista” (SCHWARZ, 1978, p. 67; 1999c, p. 98), o próprio desse fenômeno seria a abertura para a superação de seus próprios termos originais. Isto é, o populismo, enquanto democratização, teria uma dinâmica que impulsionaria sua própria crítica e superação – esta sim, abortada com o golpe. O contexto de radicalização não foi, como se sabe, de mão única, e a “repolarização dos pontos de vista” (SCHWARZ, 1999c, p. 100) revelou uma ida aos polos desfavorável, em seu desfecho, à esquerda (fosse ela populista ou revolucionária).

A esta altura, o sentido da derrota, nesta nova acepção que vimos se delinear acima, pode ser assinalado. O encerramento violento da “fase mais interessante e alegre da história brasileira” (SCHWARZ, 1978, p. 70) representou a “derrota do campo popular” e o “truncamento da revolução social” (SCHWARZ, 2012d, p. 96). À luz de toda a discussão precedente, é digna de nota a caracterização do *campo popular* como *sujeito da derrota*. Abrangente e difusa por definição, a utilização indireta da noção de povo termina por aproximar o crítico do imaginário da esquerda populista – algo que, mais uma vez, expressa a superação do registro unilateral frequente nas clássicas e contemporâneas críticas do populismo.

A derrota significa, ainda, *retrocesso*. Mesmo que a ditadura tenha depois revelado seu projeto de modernização autoritária, turvando as fronteiras que associavam desenvolvimento, progresso e industrialização a democracia e liberdade – mesmo assim, a sensação de *vitória do atraso* impôs-se, sem engano. A “regressão” implica “uma gigantesca volta do que a modernização havia relegado: a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc.” (SCHWARZ, 1978, p. 71). A reação expressa, adaptando termos schwarzianos, *reprovincianização* – o afundar-se novamente no vício e na irrelevância do anacrônico. Mas o atraso vence sem que o moderno saia, por isso, derrotado, quando certo reavivamento das “formas tradicionais e localistas de poder” mostra-se

funcional aos propósitos do arranjo modernizador, e assim “o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão mais moderna” (SCHWARZ, 1978, p. 73-74). A reiteração de termos como “dessolidarização social” e “país antissocial” (SCHWARZ, 1999a, p. 157; 2012d, p. 76) indica, porém, que importa ao crítico sublinhar o quão destrutiva pode ser essa reencarnação do arcaísmo.

A ênfase na ideia da regressão indica, sobretudo, a distância de quaisquer elementos naturalistas que, como vimos, constituem determinadas concepções da derrota política. Para além de colapsos, com sua causalidade imanente, e para além das noções de “esgotamento” e de “ciclo político”, com seu esvaziamento intrínseco do componente agonístico das lutas sociais, a apreensão do caráter regressivo da derrota leva-nos a restituir a irresolução da esfera da política, em pelo menos três linhas convergentes entre si. Por um lado, desconfiar do progresso e de qualquer linearidade histórica. Por outro, manter em mente que não há nada tão aparentemente atrasado que não possa reestabelecer sua hegemonia no futuro mais ou menos próximo. E ainda, em angulação menos trágica, que não há derrota que se imponha indefinidamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Noutras palavras, ficava interrompido um vasto movimento de democratização, que vinha de longe, agora substituído pelo país antissocial, temeroso de mudanças, partidário da repressão, sócio tradicional da opressão e da exploração, que saía da sombra e fora bisonhamente subestimado. As desigualdades internas e a sujeição externa deixavam de ser resíduos anacrônicos, em vias de desaparecimento, para se tornarem a forma deliberada, garantida pela ditadura, do presente e do futuro. No mesmo passo, para uma parte dos brasileiros a realidade acabava de tomar uma feição inaceitável e absurda. (SCHWARZ, 2012d, p. 76).

O trecho acima, de atualidade retumbante, ilustra a experiência da derrota vivida pela geração de Roberto Schwarz com o golpe de 1964. Diante do devir absurdo da realidade, compreender os sentidos da derrota foi (e deve ser) parte não menosprezável do processo de recomposição das forças democratizantes. A obra de Schwarz, como procuramos destacar ao longo de nossa leitura, constitui fonte riquíssima para um estudo daqueles sentidos. São inúmeros os ensaios que revisitam a experiência de 1964 no Brasil, e ainda que estejam espalhados pelos últimos 50 anos, há neles notável consistência no tratamento que o crítico dispensa àquela derrota. Para o que nos concerne, seu valor de conjunto apresenta algo como uma *consistência na ambivalência*, o que não seria de espantar vindo de um dos maiores mestres dialéticos de nosso horizonte intelectual. Como ensina Fredric Jameson ao tratar das valências da dialética, a ambivalência, longe de ser defeito, é traço fundamental da realidade e pode funcionar, segundo o trecho que serve de epígrafe a este texto, como *lição política*. A história progride através de derrotas e não de vitórias, diz Jameson, e interessa perceber naquelas os elementos que nos

permitam ir além, para o passado como para o futuro, da paralítica sensação de devastação diante da vitória do absurdo e do inaceitável.

À luz da busca por uma anatomia da derrota, a obra de Schwarz revela, a um só tempo, a *reprodução* de alguns pressupostos caros à tradição de crítica marxista do populismo no país e a *superação* de sua unilateralidade. Em uma palavra, trata-se de duas perspectivas que se combinam e se criticam mutuamente, pensando a derrota de 1964 ora na chave do colapso do populismo, ora como suspensão de um processo de democratização. Vimos que essa diferença de angulação, sutil na aparência, guarda relevantes efeitos para a compreensão dialética da derrota. Mesmo que os dois eixos possam coexistir no mesmo argumento, não sem tensões, alteram-se em muito os aspectos da derrota quando se acentuam as inconsistências internas do arranjo derrotado, o potencial emancipatório ao menos parcialmente abortado pela derrota ou ainda o componente de ilegitimidade do golpe perpetrado pelos vitoriosos de ocasião.

Há um *topos* comum da história das ideias praticada no país, retomado a certa altura por Schwarz, segundo o qual “a cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero” (SCHWARZ, 1987c, p. 30). O mesmo pode ser dito da história da esquerda no país. São corriqueiras as tentativas de inaugurar uma trajetória isenta das contradições do passado – assim como corriqueiro é o retorno, cedo ou tarde, de tais contradições para assombrar o cérebro dos vivos. A obra de Roberto Schwarz alerta que um dos caminhos da *renúncia à negatividade*, trilhados por alguns a partir de 1964, culminava na postura de suposta isenção segundo a qual “a esquerda passava a ser considerada, talvez por força da derrota, como um obstáculo à inteligência” (SCHWARZ, 2012d, p. 88). Com todas as insuficiências que a derrota política possa revelar acerca dos vencidos, não convém adotar como ponto de partida uma homologia entre ineficácia política e equívoco intelectual. Nem tampouco pressupor ponto de observação alheio a polarizações socialmente objetivas. A crítica da derrota em contexto tão carente-de-crítica deve enfim transitar no espaço tênue que a salvasse da condescendência excessiva com os vencidos, da renúncia à negatividade e, não menos importante, do fatalismo da inevitabilidade da derrota. Para tanto, algumas coordenadas imprescindíveis encontram-se espalhadas pelos ensaios de Roberto Schwarz, de forma assistemática e consistente. Cabe, ainda e cada vez mais, buscar interpretá-las.

SOBRE O AUTOR

PEDRO LUIZ LIMA é professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: pedrollima@ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0001-7830-5136>

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.
- ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BARBOSA FILHO, Rubem. *Teoria do populismo: uma revisão*. Dissertação de Mestrado. UFFJ, 1980.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.
- GONÇALVES, Anderson; OTSUKA, Edu; RABELLO, Ivone. O retratista e os intelectuais às voltas com 1964. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 57, dez. 2013, p. 327-348.
- GUIMARÃES, Cesar. Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília. In: CARVALHO, M. A. Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 155-175.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- JAMESON, Fredric. *Valences of the dialectic*. Londres: Verso, 2010.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LIMA, Pedro Luiz; MEDEIROS, Josué. Aquém do lulismo: notas críticas sobre a atual reprodução do paradigma do populismo por filósofos políticos brasileiros. *Revista Estudos Políticos*, v. 9, n. 1, 2018, p. 177-189.
- OHATA, Milton. Progresso à moda brasileira. *Piauí*, n. 69, junho de 2012.
- PRESTES, Luiz Carlos. Prestes dirige-se ao povo. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n. 63, 5 de agosto de 1950, p. 1-6.
- RODRIGUES, Lidianne Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SCHWARZ, Roberto. (1970). Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978, p. 61-92.
- _____. (1979). Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a, p. 129-156.
- _____. (1985). O fio da meada. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987b, p. 71-78.
- _____. (1986). Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987c, p. 29-48.
- _____. (1994). Fim de século. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a, p. 155-162.
- _____. (1994). Nunca fomos tão engajados. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b, p. 172-177.

- _____. (1995). Um Seminário de Marx. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999c, p. 86-105.
- _____. (2005). Saudação a Sérgio Ferro. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a, p. 215-222.
- _____. (2007). Aos olhos de um velho amigo. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p. 207-214.
- _____. (2007). Agregados antigos e modernos. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012c, p.173-183.
- _____. (2011). Verdade tropical: um percurso de nosso tempo. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012d, p. 52-110.
- _____. A lata de lixo da história: prefácio inédito a uma chanchada de 1968. *Piauí*, n. 91, abril de 2014. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-lata-de-lixo-da-historia>>. Acesso em: set. 2019.
- SINGER, André. *O lulismo em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: IANNI, Singer; COHN, Weffort. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 161-198.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Nacional por *negação*: ensaio e “crítica independente” no último Roberto Schwarz

[*National for denial: essay and “independent criticism” in the last Roberto Schwarz*]

Fabio Mascaro Querido¹

RESUMO • O objetivo do artigo é apresentar e analisar a reflexão crítica de Roberto Schwarz sobre os impasses do processo de formação nacional, em particular o modo como esta se apresenta em alguns dos seus ensaios publicados nas últimas três décadas, a partir da virada para os anos 1990. À época, em meio às transformações pelas quais passavam o Brasil e o mundo, Schwarz radicalizou e ampliou o escopo da negatividade já presente nas suas reflexões precedentes, contrapondo-se às visões “positivas” da questão nacional, inscritas no horizonte da modernização capitalista. A hipótese central é a de que essa “negatividade periférica” pode ser apreendida por meio da compreensão do modelo de crítica (ensaística) cultivado pelo “último” Schwarz, modelo que define a sua posição singular no cenário intelectual brasileiro. • **PALAVRAS-CHAVE** • Roberto Schwarz; crítica; ensaio; negatividade;

periferia. • **ABSTRACT** • The aim of this paper is to present and analyze Roberto Schwarz’s critical reflection about the impasses of the national formation process, especially the way it presents itself in some of his essays published in the last three decades, since the turn to the 1990s. At the time, in face of the transformations that Brazil and the world were undergoing, Schwarz radicalized and broadened the scope of negativity already present in his previous reflections, as opposed to the “positive” views of the national question, inscribed on the horizon of capitalist modernization. The central hypothesis is that this “peripheral negativity” can be seen through the understanding of the (essayistic) critique model cultivated by the “last” Schwarz, a model that defines his unique position in the Brazilian intellectual scenario. • **KEYWORDS** • Roberto Schwarz; criticism; essay; negativity; periphery.

Recebido em 31 de março de 2019

Aprovado em 18 de novembro de 2019

QUERIDO, Fabio Mascaro. Nacional por *negação*: ensaio e “crítica independente” no último Roberto Schwarz. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 233-249, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p233-249>

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

O caráter destrutivo tem a consciência do homem histórico, cujo sentimento básico é uma desconfiança insuperável na marcha das coisas e a disposição com que, a todo momento, toma conhecimento de que tudo pode andar mal. (Walter Benjamin, “O caráter destrutivo”, 2000b, p. 237).

NO CRUZAMENTO DOS CAMINHOS

Roberto Schwarz não é daqueles intelectuais a quem se define com facilidade. Como Walter Benjamin, uma dentre as suas várias fontes de inspiração, ou Michael Löwy, seu velho amigo benjaminiano, Schwarz sempre transitou pelas bifurcações intelectuais e políticas, resistindo aos enquadramentos confortantes. Tal como o “caráter destrutivo” descrito por Benjamin (2000b, p. 237), o crítico “está sempre na encruzilhada”: judeu austríaco de origem, tornou-se brasileiro, de fato e não apenas de direito, somente no exílio francês, já depois dos 30 anos de idade; sociólogo de formação, fez da crítica literária o núcleo de sua inserção intelectual; marxista num país da periferia do capitalismo, rejeitou desde cedo os esquemas modernizadores nos quais muitos dessa tradição se deixaram embarcar².

É da confluência dessas encruzilhadas que decorre a singularidade de Roberto Schwarz na vida intelectual brasileira da segunda metade do século XX, singularidade que se condensa, no plano das ideias, em seu modo de abordagem da problemática da nação periférica, tomando-a em chave negativa, ou seja, antes como problema a ser decifrado do que como horizonte positivo a ser alcançado. Schwarz se distanciou, assim, tanto da aposta na modernização como caminho para a efetiva

2 Sobre as trajetórias cruzadas de Roberto Schwarz e Michael Löwy, cf. Querido (2019a). M. Löwy (1989) se utilizou do aforismo benjaminiano sobre “o caráter destrutivo” para definir o próprio Benjamin como alguém que se encontra no “cruzamento dos caminhos”. Löwy combina essa designação com a definição adorniana de Benjamin como estando “distante de todas as correntes”.

formação nacional, acalentada notadamente no período anterior ao golpe de 1964, quanto do puro e simples abandono da problemática nacional-periférica, como se a mera referência à questão já levasse a um nacionalismo teórico e político – é o que se verifica, por exemplo, no acerto de contas dos intelectuais paulistas com o nacional-desenvolvimentismo nos anos 1970 e 1980³.

Da década de 1960 aos dias que correm, Roberto Schwarz consolidou-se, portanto, como expoente brasileiro de um modelo de crítica que, mesmo oriundo da dialética negativa adorniana, não deixou de ser modulado pela especificidade da sociedade criticamente referenciada. É dessa tensão entre modelo teórico e realidade “objetiva” que resulta o que poderíamos chamar de *negatividade periférica*, cuja densidade vai aumentando simultaneamente ao declínio do horizonte de expectativas fundado na possibilidade de uma resolução integradora do problema nacional *por dentro* do concerto capitalista das nações. Se já anos 1970, quando o desenvolvimento nacional se torna eixo programático da própria ditadura militar, esse espírito do tempo sofre o seu primeiro tropeço, é sobretudo na década de 1980, e ainda mais na de 1990, que o tombo será consumado. Na trajetória de Schwarz, esse horizonte nebuloso começa a ser assimilado no final dos anos 1980: *Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo*, sua obra magna publicada em 1990, pode ser lida como a primeira expressão da radicalização dessa negatividade periférica.

O objetivo deste artigo é justamente analisar a forma como tal reflexão crítica sobre os impasses do processo de formação nacional se apresenta nos ensaios mais recentes do crítico austro-brasileiro, redigidos a partir da virada para os anos 1990, ensaios que retomam o legado negativo-machadiano, por assim dizer, mas agora num contexto marcado pelo que ele entenderia – na linha de Robert Kurz – como “colapso” das estratégias terceiro-mundistas de modernização. Busca-se notadamente apreender o modelo de crítica (ensaística) que ampara a reflexão schwarziana, modelo que define a posição singular do autor de origem austríaca no cenário intelectual brasileiro.

ENTRE MACHADO, ADORNO E KURZ: IMPASSES DA MODERNIDADE PERIFÉRICA

Um dos (poucos) alunos convocados a participar do chamado “Seminário d’*O capital*” (1958-1964), grupo de jovens professores interessados na leitura exegética, cerrada, da obra máxima de Karl Marx (RODRIGUES, 2011), Roberto Schwarz – então estudante de Ciências Sociais na USP da Maria Antônia – não demoraria a se demarcar de seus pares: indisposto com a sociologia à la Florestan Fernandes, já antes do Seminário havia decidido migrar para a teoria literária, sob a órbita de Antonio Candido. Além das evidentes consequências institucionais – depois de fazer o mestrado nos EUA, atuaria como professor assistente na equipe de Candido na USP –, a escolha teria implicações não menos decisivas no plano teórico, na medida em que lhe abriria o leque para referências que não estavam no horizonte dos sociólogos, historiadores

3 Cf., para ficar apenas em dois exemplos, Franco (1978) e Chauí (1984).

e filósofos do “Seminário d’*O capital*”. Uma figura como Adorno, por exemplo, com quem Schwarz na época já flertava – tanto que cogitou com ele fazer o mestrado na Alemanha –, passava longe dos interesses dos “seminaristas” em matéria de marxismo, limitados a Lukács (2002), de *História e consciência de classe*, e a Sartre (2002), o da *Crítica à razão dialética*⁴.

Como não poderia deixar de ser, a escolha teria consequências perceptíveis no modo como, mais tarde, Schwarz analisaria – por meio do exame da literatura – os dilemas da modernização e do processo de construção nacional no país. Se nos ensaios compilados no seu primeiro livro, *A sereia e o desconfiado* (SCHWARZ, 1981), ainda se observa a ausência de uma interpretação específica da formação social brasileira, a análise da obra de Machado de Assis, empreendida a partir da década de 1970, ou seja, após a experiência da ditadura militar a um só tempo reacionária e modernizadora, o levaria a elaborar uma visão própria da história do país. Tanto na sua tese de doutorado, defendida no exílio parisiense e depois publicada com o título *Ao vencedor as batatas* (1977)⁵, quanto, sobretudo, em *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990) – dedicado ao último Machado, isto é, àquele que logrou elaborar uma forma literária adequada aos impasses do Brasil oitocentista –, Schwarz desenvolveu essa percepção crítica dos impasses da modernização à brasileira. É como se, para ele, o escritor carioca tivesse descortinado um mal de origem da nossa modernidade, versão periférica daquele *eterno retorno do sempre-igual* que Benjamin (2000a), via Baudelaire, apontara como uma das características do capitalismo moderno.

Essa perspectiva ganharia contornos ainda mais negativos a partir dos anos 1990. É nesse contexto que Roberto Schwarz se deparou com o “livro audacioso”, como ele diria, do crítico alemão Robert Kurz (2001), *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, publicado em 1991 na Alemanha e, no ano seguinte, no Brasil, pela Companhia das Letras. Schwarz leu o livro em alemão e escreveu para a *Folha de S. Paulo*, em maio de 1992, um texto (depois publicado como prefácio à tradução brasileira) resenhando o ensaio, por ele saudado como “inteligente e incisivo [...], que arrisca uma leitura inesperada dos fatos”, isto é, da derrocada dos países socialistas do leste europeu. Para Kurz, conforme o interpreta Schwarz, “a mencionada *débâcle* representaria, nada menos e pelo contrário, o início

4 Cf. Querido (2019), artigo no qual sustento a hipótese de que a singularidade da visão schwarziana da sociedade brasileira decorre em grande medida dessa transição precoce das ciências sociais para a crítica literária/cultural, transição que lhe permitiu pensar o passado e o presente da formação social brasileira à luz das experiências intelectuais e/ou artísticas de uma época determinada – donde a “imagem de pensamento” adormida de um “pensamento ao quadrado” (JAMESON, 1985, p. 41). Em certa medida, o presente artigo dá continuidade a esse anterior, mas agora com foco no modelo crítico sobressaliente a partir dos anos 1990. Se lá o objetivo era mais amplo, aqui o desafio está centrado na elucidação da modalidade de crítica e de trabalho intelectual defendidos por Schwarz nas últimas três décadas.

5 A importância da experiência do exílio na trajetória de Schwarz não pode ser menosprezada. Foi no exílio que ele efetivamente deu o pontapé inicial da sua interpretação singular – via análise da forma literária – do processo de formação da sociedade brasileira. *Et pour cause*: foi no exílio que, ele, judeu austríaco de origem, no contato com os exilados brasileiros e latino-americanos, se “abrasileirou” de fato, como chegou a dizer.

da crise do próprio sistema capitalista, bem como a confirmação do argumento básico de *O capital*” (SCHWARZ, 1999e, p. 182).

Ao mesmo tempo que confirmava certo pessimismo adorniano quanto ao destino do progresso capitalista contemporâneo, atualizando-o, o livro de Kurz sinalizava, para Schwarz, a possibilidade de uma crítica radical do sistema estabelecido, entendendo-o nas suas articulações complexas, das quais não escapavam os países socialistas – eles também, assim como os do chamado Terceiro Mundo, compreendidos como partes do sistema mundial de produção de mercadorias, de sorte que a quebra daqueles “explícitas tendências e impasses deste” (SCHWARZ, 1999e, p. 183). Esses países são um capítulo do “colapso da modernização”: a nova produtividade, derivada da integração crescente entre investigação científica e processo produtivo, seria a eles financeiramente inalcançável, abrindo-se a época das “sociedades pós-catástrofe”, onde o desmoronamento dá a tônica” (SCHWARZ, 1999e, p. 185). Na mesma perspectiva, as novas forças produtivas seriam incapazes de absorver o conjunto dos “sujeitos monetários desprovidos de dinheiro” (SCHWARZ, 1999e, p. 185), como diz o crítico alemão, gerando um decrescimento em termos absolutos da classe trabalhadora, que deixa assim de estar em posição de propor a superação do sistema em crise. Por isso, se, para Kurz (e Schwarz), o “Marx do fetichismo” permanece mais atual do que nunca, o mesmo não poderia ser dito do “Marx da luta de classes”.

Aplicado ao plano nacional, diagnóstico semelhante foi apresentado por Schwarz na conferência “Fim de século”, ministrada na Universidade de Yale, em 1994, e depois compilada em *Sequências brasileiras* (1999c). Para Schwarz, o fim de século se apresentava sob o signo do impasse: o caráter inconcluso da modernidade se revelara um dado estrutural da formação nacional brasileira, sem que se tivesse aberto, por outro lado, qualquer perspectiva de ruptura com a ordem capitalista global. Não apenas as expectativas vinculadas ao ciclo nacional-desenvolvimentista não se realizaram, como o que tinha sido construído era agora objeto de um “desmanche”. O país do futuro já era presente, e era isso mesmo: uma sociedade cindida por níveis abissais de desigualdade, que viu a sua esperança integradora se desagregar antes mesmo de chegar perto de se efetivar. Nesse cenário, “progresso” e integração nacional já não seguem pelo mesmo caminho, o primeiro como que inviabilizando de vez a possibilidade da última.

É esse o contexto sob o qual Schwarz fará seus reparos retrospectivos ao “Seminário d’*O capital*”, como que disputando o legado do grupo, tarefa para a qual supunha como necessária a ênfase na negatividade crítica contra a “positivação” levada a cabo por aqueles colegas que, almejando salvar o país, acabaram “salvando” o capitalismo neoliberal à brasileira, emprestando-lhe legitimidade intelectual. Em meio a essa situação no mínimo paradoxal, em que um dos líderes do Seminário, Fernando Henrique Cardoso, estaria à frente de um governo cujo principal objetivo declarado era colocar o Brasil na órbita da globalização em curso, depois de findada a esperança socialista ou social-democrata dos anos 1980, Schwarz se engajou na rememoração da experiência a fim de demarcar a importância fundadora do grupo e, ao mesmo tempo, defender a atualidade da perspectiva intelectual que ele inaugurou, contra os seus próceres ora convertidos ao neoliberalismo. A ponto de, talvez, sobrevalorizar a experiência, conferindo-a mais peso do que ela efetivamente teve.

Não por acaso, a crítica schwarziana aos limites do Seminário, manifestada em conferência de 1994 e depois publicada como ensaio, girará em torno da ideia de que, malgrado o avanço dos trabalhos dos “seminaristas” em relação às perspectivas “dualistas” frequentes nos anos 1950 e 1960, ainda seria possível observar neles um certo déficit de negatividade, engajados que estavam (e como poderia ser diferente?) em encontrar solução para o país, “*pois o Brasil [tinha] que ter saída*” (SCHWARZ, 1999f, p. 104). Como diria Giannotti (2009, p. 55), presumivelmente o mais apartado entre eles em relação às questões políticas e econômicas, “o problema [para os seminaristas] era pensar o Brasil, o que estava acontecendo no país, como seria possível engatar o desenvolvimento”.

A ênfase nos impasses do desenvolvimento, obsessão compreensível da *intelligentsia* moderna no Brasil, favorecia por consequência o desinteresse pela crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria e, mais ainda, pela crítica dos frankfurtianos ao “lado degradante da mercantilização e industrialização da cultura” (SCHWARZ, 1999f, p. 104)⁶. A esse desprezo pela dimensão cultural, em especial pelo seu “lado degradante”, se junta uma previsível indiferença pelo “valor de conhecimento da arte moderna, incluída a brasileira, a cuja visão negativa e problematizadora do mundo atual não se atribuía importância” (SCHWARZ, 1999f, p. 104). De onde também uma despreocupação deliberada com a questão da forma de redação, quer dizer, com o “acabamento literário” das obras, entre os expoentes do “Seminário d’*O capital*” (SCHWARZ, 1999f, p. 104; 2009, p. 231).

CRÍTICA E ENSAIO: À PROCURA DE UMA “SOCIOLOGIA NOVA”

Escapar a esses impasses retrospectivamente sistematizados parece ter sido um dos móveis subjetivos da trajetória de Roberto Schwarz, toda ela situada no âmbito de espaços sociais “objetivos”, isto é, atravessado por condições que ultrapassam os atores nele inseridos. Daí a tentativa de, na década de 1990, refazer o percurso daquela experiência intelectual “fundadora” (para os participantes) que foi o “Seminário d’*O capital*” a fim de se situar como o seu legítimo herdeiro. Afinal, quem, senão ele, se preocuparia não apenas com o lado positivo do desenvolvimento nacional, mas também com o seu lado “degradante”? Quem, senão ele, se preocuparia não apenas com a difusão truncada de um conteúdo, mas também com a forma em que este era comunicado? E quem, senão ele, faria bom proveito do “valor de conhecimento da arte moderna”?

Como se imagina, o único modo de cumprir esses requisitos era por meio da crítica em sentido forte, da crítica como modelo de atividade intelectual, cujo corolário quase que necessário é a escrita ensaística, entre a arte e a ciência, nos moldes da

6 Comentando – e defendendo – a ausência dos frankfurtianos no Seminário, Giannotti (2009) questiona de modo retórico: “Roberto Schwarz não comete um anacronismo quando aponta nosso desinteresse por aqueles autores?”. Em grande medida, sim, se poderia acrescentar, mas o anacronismo é revelador, em todo caso, não apenas da posição “adorniana” de Schwarz a partir dos anos 1990, senão também de algo do próprio crítico na sua juventude, cujo mal-estar ainda não lograra dizer seu nome.

tradição alemã. Sob o permanente risco da sobrevalorização do papel do crítico – cujo estofo cultural deve ser amplo o bastante para lhe permitir estar dentro e fora do objeto a um só tempo –, foi esse o caminho seguido por Schwarz, desde o final da década de 1950, de início na esteira aberta por Candido, depois em voo próprio, sem o didatismo do mestre, que mais tarde assim caracterizaria o pupilo herético:

[Schwarz] não é um autor simples, sendo daqueles que requerem leituras muito atentas para serem compreendidos. Apesar de ter sido professor universitário desde sempre, nunca se dedicou à pesquisa propriamente dita, nem à erudição, nem às obras didáticas. É basicamente um ensaísta, mas um ensaísta que modificou a crítica brasileira, na medida em que superou o tom de fluência jornalística, que foi sempre o nosso melhor modo de trabalhar, num país que só teve crítica universitária depois que o ensino superior da literatura começou e deu os primeiros resultados, isto é, a partir do decênio de 1940. (CANDIDO, 2007, p. 11-12).

Uma tal concepção do trabalho intelectual, como não poderia deixar de ser, entra em rota de colisão com algumas das exigências da pesquisa acadêmica. Coube a Sérgio Miceli, não por acaso, explicitar o incômodo com o modelo crítico encampado por Schwarz, contrapondo-o ao bom método científico.

Enquanto o ensaísta adota a postura de empatia apaixonada e incondicional para com as feições estéticas das obras, como se fosse possível resgatar do tecido de recursos estilísticos a serviço da *mimese* um modo único e singular de ela autoral, de magia artística, por assim dizer, o cientista social jamais lhe concede um estatuto a tal ponto estanque dos demais produtos da prática social, ainda que possa explorar o véu de encantamento que a envolve. A atividade literária ou artística é um trabalho socialmente construído, como qualquer outro, não lhe cabendo foros privilegiados de tratamento ou sequer um *status* especial de vigência. (MICELI, 2007, p. 57).

Se “o ensaísta ou crítico literário que se preza aspira à condição de escritor”, afirma Miceli, “de artífice de uma prosa original, fluente, macia, persuasiva, digna de merecer uma apreciação estética”, o cientista social, por seu turno, subordinado à objetividade,

[...] reclama o acerto do seu argumento, a densidade de conexões inesperadas mobilizadas pela trama interpretativa, o vigor documental de suas fontes, a força explicativa das evidências trazidas à baila, em suma, reitera a procedência de uma leitura historicamente situada em detrimento do estilo inerente ao intérprete. (MICELI, 2007, p. 57).

Difícil não lembrar aqui da severa condenação bourdieusiana do modelo crítico adorniano. Em *La distinction, critique sociale du jugement*, Bourdieu (1979, p. 598 – tradução livre) vê em Adorno a “arrogância do teórico que se recusa a sujar as mãos

na cozinha da empiria e que permanece visceralmente vinculado aos valores da cultura para estar capacitado a transformá-la em um objeto da ciência”⁷.

Ora, de fato, a crítica ensaística resiste à objetivação científica, mas não porque se entrega ao irracionalismo, e sim porque se recusa a dissolver a complexidade contraditória do objeto nos limites do conceito. No ensaio, escreve Adorno (2003a, p. 27), o “pensamento é profundo por se aprofundar em seu objeto, e não pela profundidade com que é capaz de reduzi-lo a uma outra coisa”. A crítica ensaística renuncia à certeza dos conceitos científicos. O seu procedimento de totalização se dá através do – e não contra o – fragmento: o ensaio “encontra a sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplainar a realidade fraturada” (ADORNO, 2003a, p. 35). É nesse sentido, escreve Adorno (2003a, p. 30), que a relação do ensaísta com os conceitos poderia ser “comparável ao comportamento de alguém que, em terra estrangeira, é obrigado a falar a língua do país, em vez de ficar balbuciando a partir das regras que se aprendem na escola”.

Estamos diante, portanto, de duas modalidades distintas de trabalho intelectual: de um lado, a defesa bourdieusiana/miceliana da objetividade científica, na qual a configuração artística ou intelectual é tomada menos naquilo que ela diz ser, e mais no modo como se tornou possível a sua sociogênese, no interior de um campo ou de campos determinados; de outro, a predileção adorniana/schwarziana pela crítica (e pelo ensaio, uma coisa remetendo à outra) como forma de modulação não violenta do objeto, explorando aquilo que escapa à objetividade vigente. Para Adorno, nessa recusa a subjugar o objeto, o ensaio se aproxima da arte, mas dela se diferencia “tanto por seu meio específico, os conceitos, quanto por sua pretensão à verdade desprovida de aparência estética” (ADORNO, 2003a, p. 18).

No caso específico de Schwarz, a crítica das configurações artísticas e intelectuais brasileiras poderia levar a uma “sociologia nova”, apoiada naquele “valor de conhecimento” da arte que notara a ausência entre seus colegas de “Seminário d’O *capital*”. Num país em que a literatura foi, por muito tempo, o principal instrumento de revelação da experiência nacional, a crítica literária estaria no núcleo dessa “sociologia nova”. Não é difícil enxergar nessa contraposição ecos da disputa velada, na sociologia da USP nos anos 1950, entre Florestan Fernandes e Antonio Candido (2000). Enquanto o primeiro sustentava um ideal científico de sociologia, assentado no rigor metodológico e na pesquisa empírica (FERNANDES, 1958), o segundo se caracterizava por uma concepção mais ampla e flexível da disciplina, em articulação com a crítica literária/cultural⁸.

7 Antecipando-se a críticas como a de Bourdieu, Adorno (2003a, p. 17) escreveu: “Por receio de qualquer negatividade, rotula-se como perda de tempo o esforço do sujeito para penetrar a suposta objetividade que se esconde atrás da fachada. Tudo é muito mais simples, dizem. Quem interpreta, em vez de simplesmente registrar e classificar, é estigmatizado como alguém que desorienta a inteligência para um devaneio impotente e implica onde não há nada para explicar. Ser um homem com os pés no chão ou com a cabeça nas nuvens, eis a alternativa”. Esta é a alternativa, aliás, replicada por Miceli já no título de seu texto sobre Schwarz.

8 Por certo, nem Schwarz é Candido, ou Adorno, nem Miceli é Florestan Fernandes, tampouco Bourdieu. A referência algo arbitrária permite, porém, delinear duas vertentes distintas que se originaram das Ciências Sociais da USP nos anos 1950.

Para Candido, Adorno, o jovem Lukács ou Schwarz, o social está na própria forma, e não nos condicionantes sociológicos externos que determinariam os rumos tomados pela elaboração formal. A dimensão social ou sociológica do último Machado de Assis da maturidade, por exemplo, estaria, para Schwarz, muito mais na forma dos seus romances, que figuravam a “desfaçatez de classe” das elites oitocentistas, do que na origem social e/ou na trajetória escolar do escritor, que determinariam o seu modo de inserção no campo literário brasileiro em formação, ou mesmo do que no próprio conteúdo retratado nas obras machadianas. Sem a imposição de uma moldura sociológica rígida, os romances de Machado de Assis podem ser lidos, então, como objetos de uma mirada sociológica heterodoxa, “impura”, instável⁹.

A “CRÍTICA INDEPENDENTE” OU A TORRE DE MARFIM MATERIALISTA

Reticente em relação aos excessos cientificistas da sociologia uspiana, Schwarz nem por isso se aproximou, sem mais, da crítica engajada à maneira sartriana. Entusiasta de primeira hora do Partido dos Trabalhadores (PT), o intelectual de origem austríaca não hesitou em defender, em particular a partir da virada para os anos 1990, a independência da crítica diante das pressões políticas conjunturais. É o que se pode ver, por exemplo, num pequeno mas sintomático ensaio publicado em junho de 1994 no antigo caderno *Mais!* da *Folha de S. Paulo*. Intitulado “Nunca fomos tão engajados”, o ensaio antecipava a consolidação de certo tipo de engajamento intelectual que viria com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República. Um engajamento diferente daquele que, desde Joaquim Nabuco e seu mandato abolicionista, vinha definindo o relevante papel social dos intelectuais brasileiros.

Mas a virada brasileira acompanhava também, e era reforçada, pelos ventos internacionais, com a lógica da mercadoria triunfando aparentemente sem oponentes, conforme a análise de Fredric Jameson citada por Schwarz. Para Jameson (2007), aliás, a lógica cultural pós-moderna – expressão de uma nova e mais pura etapa do capitalismo – se define exatamente, entre outras coisas, pelo esgotamento do processo de modernização e dos esforços de superação dos traços “arcaicos” ainda presentes ao longo do século XX. Modernização para a qual, em especial em países de matriz colonial como o Brasil, os intelectuais haviam sido chamados a participar, a fim de conferir forma “moderna” à nação em construção permanente – até ser “interrompida”. O próprio modernismo pode ser caracterizado, segundo Jameson,

9 O sociólogo argentino Elias Palti (2014) criticou o que considera “um limite definitivo da teoria de Schwarz”, a saber: a arbitrariedade de uma perspectiva para a qual o desajuste entre ideias e lugar se dá sempre com as teorias concorrentes, liberais ou conservadores, e não com a sua própria, pressuposta como perfeitamente ajustada à realidade em questão. Na verdade, para Schwarz, até mesmo as “ideologias libertárias” se encontram “fora do lugar”, deixando de sê-lo “quando se reconstróem a partir de contradições locais” (2008b, p. 143). É o que ele tentou fazer com o seu marxismo machadiano, ao preço, talvez, da sobrevalorização do papel da crítica e do crítico, visto como capaz de operar por si só esse movimento de ajustamento.

como “subproduto da modernização incompleta” – quando ainda havia um “passado” pré-capitalista a ser superado¹⁰.

Ora, é essa relação entre intelectuais e vida pública que vem abaixo com o “colapso” das estratégias de modernização na periferia do sistema. No caso brasileiro, já com a emergência do novo movimento operário a partir da segunda metade da década de 1970, as condições do engajamento dos intelectuais haviam se transformado de modo significativo. É o que se veria, segundo Schwarz, na “resposta intelectual decepcionante” à abertura democrática nos anos 1980, com o primado da inserção institucional quebrando o “ânimo crítico abrangente” presente no início do processo. Nas suas palavras: “O aprendizado do realismo e dos segredos de ofício, ou do negócio, poderia valer muito à pedagogia política. Mas acabou limitando a liberdade de escrita” (SCHWARZ, 1999d, p. 175). O universalismo democrático dos anos 1980 havia se transformado na “universalização” neoliberal dos anos 1990.

O “empenho intelectual” chegava, assim, a um novo patamar, associado e dependente da “acomodação ideológica” correspondente, frente à qual – argumenta Schwarz – apenas a postura “crítica independente” seria capaz de opor uma resposta plausível. Aqui, a petição de princípio adorniana é explícita, chegando à defesa de um retorno à “torre de marfim” – materialista, bem entendido. Escreve o autor:

Pensando melhor, veremos que a intelectualidade nunca esteve tão engajada. Rara mesmo, em nossos dias, é a *torre de marfim*. Acredito aliás que a *crítica independente*, sem patrocinador nem interesse direto à vista, é o que mais nos está fazendo falta. Quase todos estamos empenhados, suponhamos, na administração pública, nalgum partido, num departamento da universidade, numa firma de pesquisa, num sindicato, numa associação de profissionais liberais, no ensino secundário, num setor de relações públicas, numa redação de jornal etc., com o objetivo nem sempre muito crível de usar os nossos conhecimentos em favor de alguma espécie de aperfeiçoamento e modernização. Assim, um dos impulsos essenciais à ideia de engajamento, que mandava trazer a cultura dita desinteressada ao comércio dos interesses comuns, se realizou plenamente. O que não ocorreu foi a esperada diferença democrática que esta descida à terra faria. Na falta dela, o compromisso social dos especialistas, incluída aí a dose normal de progressismo, é o mesmo que ir tocando o serviço, e a combatividade do engajamento pode ter algo de um *lobby* de si próprio. (SCHWARZ, 1999d, p. 176 – grifos nossos).

Em entrevista à revista *Der Spiegel* realizada em 1969, ano de sua morte e do auge dos seus conflitos com o movimento estudantil, Adorno afirmara: “Jamais ofereci em meus escritos um modelo para quaisquer condutas ou quaisquer ações. Sou um homem teórico, que sente o pensamento teórico como extraordinariamente próximo de suas intenções artísticas”. Ao que o entrevistador replica: “Ciência como torre de marfim, portanto?”. Em resposta, diz Adorno:

10 Schwarz menciona com frequência, em particular em conferências, debates ou bate-papos, o texto “Periodizando os anos 60”, de F. Jameson (1992). E não por acaso: como indica o título, Jameson toma os anos 1960 como uma espécie de década de transição para o que depois ele próprio chamaria de pós-modernismo. No caso brasileiro, essa transição se relaciona ao esgotamento do ciclo nacional-desenvolvimentista.

Não tenho temor algum da expressão *torre de marfim*. Essa expressão já teve dias melhores, quando Baudelaire a empregou. Contudo, já que o senhor fala de torre de marfim: creio que uma teoria é muito mais capaz de ter consequências práticas em virtude da sua própria objetividade do que quando se submete de antemão à prática. O relacionamento infeliz entre teoria e prática consiste hoje precisamente em que a teoria se vê submetida a uma pré-censura prática. (ADORNO, 2003b, p. 132 – grifos nossos).

Essa defesa da autonomia da produção intelectual frente às contingências da “prática” é ainda mais marcante, em Adorno, como se sabe, quando se trata da objetivação específica encontrada na (“forma” da) arte. Na esfera da produção estética, a defesa prévia de uma perspectiva “engajada”, seja através de uma tomada de posição política ou da prescrição dos assuntos a serem enquadrados, seria um despautério com consequências artísticas nefastas, como ele argumenta no ensaio “*Engagement*” (em francês, no título original), de 1962. Questionamento as estratégias político-literárias de (sobretudo) Sartre e de Brecht, Adorno vê na defesa da perspectiva “engajada” um “primado da doutrinação” sobre a *forma*, que acaba por anular aquilo que a arte necessita – isto é, sua autonomia – para a um só tempo se distanciar e plasmar em outra chave (“negativa”) a realidade empírica.

Final, sem a necessidade da prescrição “engajada”, mesmo quando se opõem à empiria, “as obras de arte estão obedecendo às forças dessa empiria” (ADORNO, 1991, p. 66 – tradução levemente modificada), como no caso da lírica, ou de autores “vanguardistas” como Kafka e Beckett, que na sua negatividade “provocam uma reação frente à qual as obras oficialmente engajadas desbancam-se como brinquedos” (ADORNO, 1991, p. 67). Até mesmo a “verdade política” buscada por Brecht através da atitude reflexiva proveniente do efeito do distanciamento requer mediações que desautorizam a posição “engajada” na arte, uma vez que a “verdade” nesta está sempre mediada pela “forma”. Quando se acentua o “*engagement* político”, para além das intenções louváveis do autor, o resultado é o “pouco peso [conferido] à realidade política: isso reduz também o efeito político” (ADORNO, 1991, p. 60).

Ainda que mediado pela especificidade brasileira, esse debate atravessa a reflexão schwarziana, dos anos 1960 até tempos mais recentes. Desde muito jovem interessado em Brecht, Schwarz acalentou, durante algum tempo, uma visão relativamente positiva do engajamento artístico e intelectual. Basta lembrar de sua peça *A lata de lixo da história* (SCHWARZ, 2014), redigida em 1968, ou seja, em meio aos últimos suspiros da articulação entre experimentação estética e luta política que vinha desde os anos 1950. Publicada apenas nove anos depois, quando essa atmosfera já havia se esfumado, a peça não esconde a sua intenção brechtiana, mas o tempero machadiano – inspirado em *O alienista* – acrescentava a dimensão do impasse brasileiro, sob o signo de mais uma rodada de articulação entre o moderno e o “atrasado”, entre a norma proclamada e a exceção reiterada.

No fim das contas, é como se, já aqui, a voltagem machadiana bloqueasse algo da propensão progressista da forma brechtiana. Seria apenas nos anos 1990, porém, que Schwarz tematizaria os limites do teatro (e do modo de engajamento estético-político) brechtiano, na periferia como no centro do sistema.

O MOMENTO DO NEGATIVO

O acerto de contas viria num ensaio redigido a partir de uma leitura pública de *A Santa Joana dos Matadouros*, organizada pela Companhia do Latão, intitulado “Altos e baixos da atualidade de Brecht”. O argumento central do ensaio é o de que a busca pela “desnaturalização”, por meio do distanciamento, como modo de superação do obscurantismo – eixo das preocupações brechtianas –, pressupõe um conjunto de condições que não mais existiriam na história recente, ao menos não do mesmo modo.

Entre outras coisas, a “transformação brechtiana do teatro” implicava como correlato a atualidade do comunismo, entrevisto como saída *positiva* – “ponto de fuga prático” – à mediocridade então desvelada do capitalismo. Segundo Schwarz, se já em meados dos anos 1930, quando a almejada “sociedade superior” era palco da ascensão stalinista, essa perspectiva já era questionável, tornou-se ainda mais nos tempos contemporâneos, quando a passagem da *crítica à superação* parece bloqueada. Nas suas palavras:

O vínculo entre o experimentalismo acintoso e a luta pela transformação política da sociedade conferia à literatura de Brecht um tipo peculiar de pertinência, para não dizer autoridade. Pelas mesmas razões, ela ficaria mais vulnerável que outras ao desmentido que a história infligiu a suas expectativas. (SCHWARZ, 1999a, p. 125).

No Brasil, esse “vínculo” entre “experimentalismo” e “luta pela transformação política” parecia possível no período entre a virada para os anos 1950 e 1964-1968, ainda que sob impulso nacional-desenvolvimentista, que impunha barreiras à plena incorporação da desmistificação *classista* almejada por Brecht, tal qual se pode ver nos “paradoxos” do Teatro de Arena, “representativ[os] em sua inconseqüência” (SCHWARZ, 1999a, p. 121)¹¹. Mesmo no Brasil, porém, com o avanço da mercantilização da cultura, tais condições definharam, interpondo novos dilemas e desafios à relação entre arte e política. A partir de então, os próprios impulsos vanguardistas – voltados, segundo a análise clássica de Peter Bürger (2012), para a quebra da distância entre arte e vida – é que eram recuperados pelo capitalismo, sob a égide da primazia quase absoluta do “ponto de vista da mercadoria” (SCHWARZ, 1999a, p. 130)¹².

Nesse contexto, afirma Schwarz, é como se o “progresso” mudasse de lado, para desalento da esquerda *progressista*, para a qual crítica e a superação do passado andavam juntas e bem articuladas na boa direção, seja no horizonte nacional ou propriamente socialista. Mesmo o “materialismo da autorreferência brechtiana” parece comportar, no mundo contemporâneo, em meio ao avanço a passos largos da indústria cultural, “utilizações apoloéticas”: o “ganho em inteligência representado pelo distanciamento, concebido outrora para estimular a crítica e liberar a escolha social, troca de sinal sobre o novo fundo de consumismo generalizado” (SCHWARZ, 1999a, p. 130).

11 Schwarz já havia tratado das ambivalências do Teatro de Arena no seu primeiro ensaio escrito no exílio, “Cultura e política, 1964-69” (SCHWARZ, 2008a).

12 Mais uma vez, aqui, é possível notar a presença do argumento de Fredric Jameson em torno da “lógica cultural pós-moderna”.

Na perspectiva sustentada por Schwarz (1999a, p. 132), se há ainda alguma atualidade na proposta brechtiana, esta se situaria menos nas suas elaborações teórico-doutrinárias do que nos traços da composição formal de suas obras, desde que o “prognóstico [aí] embutido” seja tomado como “parte do problema, e já não como lição”. O diagnóstico é semelhante ao de Adorno no “ensaio capital sobre a literatura engajada”, assim descrito por Schwarz, para quem as “objeções” adornianas a Brecht são “incisivas”, mas “certeiras” (SCHWARZ, 1999a, p. 133)³³. Com efeito, para Schwarz, uma peça como *A Santa Joana...*, por exemplo, é mais atual quando trata do capital do que quando o assunto é a edificação do sacrifício e do heroísmo das “fortes figuras de *ativista*”, típicas de uma “posição bolchevique” e que se expressam nas falas do dirigente comunista (SCHWARZ, 1999a, p. 134, 136, 134).

Mais uma vez, observa-se aqui a perspectiva adorniana/kurziana para a qual, se os temas do fetichismo, da mercadoria, enfim, do capital, permanecem atuais, talvez ainda mais do que no passado, o mesmo não se pode dizer da “positivação” (e, portanto, da idealização, quase sinônimos para Adorno) de um *proletariado* entendido como válvula de escape dos impasses e/ou antinomias teóricas e práticas da modernidade burguesa. Por isso mesmo, em *A Santa Joana...*, escreve Schwarz, visto de hoje,

[...] há mais evidência na configuração do impasse e de seu aprofundamento que na saída revolucionária, limitada à determinação de vencer, ou de resistir e talvez morrer, para que outros trabalhadores vençam mais adiante. Digamos que falta substância específica à perspectiva de superação, o que não desmancha nem atenua as irracionalidades a que respondia, as quais na ausência de alternativa tangível tomam feição de desastre em permanência, para retomar a expressão de Walter Benjamin. (SCHWARZ, 1999a, p. 146- 147).

Para Schwarz, essa “catástrofe em permanência” evocada por Benjamin em seus ensaios sobre Baudelaire e, depois, no seu testamento (inacabado) político-filosófico, as “teses sobre o conceito de história”, se articula a um “marxismo sombrio”, como o de Adorno, que “resistiu ao tempo”, conforme diz em entrevista de 2003. Segundo Schwarz, “o bloqueio da solução revolucionária e a esterilidade da política eleitoral”, constatados por Adorno, são “diagnósticos, e não preferências. Pode-se discordar, mas as razões para concordar são consideráveis” (SCHWARZ, 2012b, p. 50). Destituída do “proletariado”, central em *História e consciência de classe* e, até certo ponto, sob roupagem messiânico-profana, em Benjamin, o que resta, em Adorno e Schwarz, é a “negatividade” da crítica cuja irredutibilidade não significa imobilismo, mas sim um passo – hoje ainda mais fundamental – na resistência sem horizonte de futuro pressuposto (QUERIDO, 2013).

O NACIONAL POR NEGAÇÃO: A ATUALIDADE DA NEGATIVIDADE PERIFÉRICA

Para Schwarz, é essa ancoragem negativa que, hoje em dia, garante a atualidade da crítica elaborada na periferia. Num momento em que mesmo países do centro do

capitalismo passam por processos visíveis de desintegração social, a crítica da nossa congênita má-formação nacional ganha uma potência global (ARANTES, 2004). Daí porque, na visão schwarziana, não se trata de abandonar a problemática nacional em nome da universalidade (abstrata) da crítica, mas sim de tomá-la como refração particular do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, refração da ótica da qual este último pode ser visto na sua “exceção”, que, cada vez mais, se torna regra. Definitivamente, a “*Minima moralia* do subdesenvolvimento” (ARANTES, 1992, p. 97) se tornou um capítulo central da trama capitalista contemporânea.

É nesse sentido que se pode falar em “*nacional por negação*”: mais do que nunca a questão nacional, sendo *ainda* indescartável, se revela na sua faceta propriamente “negativa”, sem possibilidade de final feliz nos seus próprios termos e, por isso, como expressão particular e sintomática de um processo de “desmanche” mais geral¹³. Sem ser mais um horizonte positivo de emancipação, tal como, por exemplo, no interlúdio entre 1962-1964, a nação se define então pela negativa, o que abre, por outro lado, numa pequena *vantagem do atraso*, um novo flanco crítico de alcance global. É nessa *negatividade periférica* que reside a atualidade intempestiva de Machado de Assis. A sua universalidade se dá por causa – e não apesar – dessa imersão nacional. “Foi no ambiente saturado de injustiças nacionais e de história que o achado universalista [de Machado] adquiriu a densidade e o impulso emancipatório indispensáveis a uma ideia forte de crítica” (SCHWARZ, 2006, p. 72).

Escrevendo sobre Machado de Assis, é como se Schwarz estivesse pensando também em si mesmo: assim como Benjamin tomou Baudelaire como uma mediação estética para a compreensão da emergência da modernidade europeia na Paris capital do século XIX, Schwarz fez da análise dos romances de Machado um caminho para o enquadramento crítico dos impasses da modernidade periférica. Tal como o Baudelaire pós-benjaminiano de Dolf Oehler, porém, o Machado de Schwarz aparece sob uma roupagem antiburguesa, como uma espécie de “traidor de classe”¹⁴ responsável pela primeira grande “autoanálise” da modernidade periférica na sua vertente brasileira¹⁵.

13 A ideia de “desmanche” serviu de inspiração, a partir do final da década de 1990, a Francisco de Oliveira e aos pesquisadores do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Cenedic/FFLCH/USP). Em Oliveira, em particular, a reflexão do último Schwarz foi importante para a composição do ensaio “O ornitorrinco” (2003).

14 Numa carta de 16 de abril de 1991, redigida logo após a leitura de Um mestre na periferia do capitalismo, Michael Löwy encarna a figura de Machado de Assis e, desde o purgatório, felicita Roberto Schwarz pela interpretação dos seus romances. Escreve Machado/Löwy: “Aqui no purgatório, onde estou passando férias nos últimos cento e tantos anos, tive a grande satisfação de encontrar alguns dos personagens com os quais você me compara: Flaubert, Baudelaire, Brecht [...]. Fiz circular uma cópia de seu livro entre meus companheiros de vilegiatura, que o leram com muito entusiasmo. Brecht foi o único que fez alguns reparos – é materialismo isso? – mas você sabe bem como ele é difícil de contentar”. Curiosamente, a imaginação de Löwy não deixa de anotar um distanciamento real de Schwarz em relação à referência brechtiana.

15 Dolf Oehler (1999) aborda Baudelaire e Flaubert da ótica de uma “autoanálise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris”. Embora inspirado na leitura benjaminiana, Oehler não hesita em sustentar o componente antiburguês da estética baudelaireana.

Por certo, como se viu aqui, a contrapartida dessa negatividade radical é a sobrevalorização do papel da crítica, alçada à condição de refúgio último da razão “contra a boçalidade do mito”. Crítica cuja legitimidade, portanto, não radica na explicitação de um conjunto de preceitos teórico-metodológicos, em torno dos quais seriam realizadas pesquisas empíricas, mas sim na explicitação dos seus próprios pressupostos normativos, assim como do modo como estes se articulam com o conhecimento “objetivo” do objeto. A garantia contra os eventuais arroubos arbitrários da crítica reside, portanto, em última instância, na capacidade de discernimento intelectual do próprio crítico, sob o constrangimento dos pares e receptores. É essa aparente liberdade subjetiva do crítico que é questionada pelos defensores da superioridade da ciência social acadêmica: mas, no final das contas, em Bourdieu, por exemplo, não é a capacidade reflexiva do sociólogo a garantia última contra as ilusões científicas às quais se entregam os agentes do campo científico?

Crítico na periferia do capitalismo, Schwarz adicionou à perspectiva adorniana a preocupação com o lugar das ideias, não apenas o lugar social em uma sociedade determinada, mas também o lugar geopolítico, por assim dizer, em meio ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. A condição periférica exige um esforço reflexivo redobrado, o que permite, por outro lado, afinar a reflexão sobre os vínculos entre crítica e realidade. Embora a ele não se reduzam, as ideias têm sempre um lugar, e o reconhecimento dessa relação é o primeiro passo para transcendê-lo teoricamente e, quiçá, transformá-lo politicamente. Mesmo porque, a “última palavra não pertence à nação, nem à cultura hegemônica internacional, mas ao presente conflituado que as atravessa” (SCHWARZ, 2012a, p. 42). É esse “presente conflituado” que interessa ao crítico, sempre guiado pela questão a partir da qual mesmo o passado é abordado: *que horas são*, afinal?

SOBRE O AUTOR

FABIO MASCARO QUERIDO é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

E-mail: fquerido@unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1648-5615>

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Engagement. In: _____. *Notas de literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991, p. 51-71.
- _____. O ensaio como forma. In: _____. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003a, p. 15-46. (Coleção Espírito Crítico).
- _____. A filosofia muda o mundo ao manter-se como teoria. *Lua Nova*, 2003b, p. 131-138.
- ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. A fratura brasileira do mundo. In: _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004, p. 25-78.
- BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000a.
- _____. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 2000b.
- BOURDIEU, P. *La distinction, critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.
- BURGER, P. *Teoria da vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- CANDIDO, A. Crítica e sociologia. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 5-16.
- _____. Sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, M. E.; OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 13-17.
- CHAUÍ, M. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, F. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. In: *Coleção Estudos Sociais e Políticos*, 3, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1958. FRANCO, M. S. C. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, M.; FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, p. 151-209.
- GIANNOTTI, J. A. Recepções de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, n. 50, 1998.
- _____. Entrevista. In: MONTEIRO, Paula; MOURA, Flávio (Org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 81-126.
- _____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.
- KURZ, Robert. (1992). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- LÖWY, Michael. Distante de todas as correntes e no cruzamento dos caminhos: Walter Benjamin. In: _____. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 85-109.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MICELI, S. O chão e as nuvens: ensaios de Roberto Schwarz entre arte e ciência. In: CEVASCO, M. E.; OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 54-65.
- OEHLER, Dolf. *O velho mundo desce aos infernos: autoanálise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

- _____. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, M. E.; OHATA, M. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 149-152.
- PALTI, E. O problema de “As ideias fora do lugar” revisitado: para além da “história das ideias na América Latina”. In: MAIA, João Marcelo Ehlert et al. *Ateliê do pensamento social: ideias em perspectiva global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 57-84.
- QUERIDO, Fabio Mascaro. Colapso da modernização: Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, n. 97, 2013, p. 227-233.
- _____. Michael Löwy e Roberto Schwarz: trajetórias cruzadas. *Margem Esquerda*, n. 32, 2019.
- _____. Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil. *Lua Nova*, n. 107, maio-agosto 2019, p. 235-261.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-78)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- SARTRE, J. P. *Crítica da Razão Dialética*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro RJ: Ed. DP&A editora, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. *A sereia e o desconfiado: ensaios críticos*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____. Altos e baixos da atualidade de Brecht. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a, p. 113-148.
- _____. Conversa sobre *Duas meninas*. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b, p. 227-238.
- _____. Fim de século. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999c, p. 155-162.
- _____. Nunca fomos tão engajados. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999d, p. 172-176.
- _____. O livro audacioso de Robert Kurz. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999e, p. 182-188.
- _____. Um seminário de Marx. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999f, p. 86-105.
- _____. (1977). *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000.
- _____. (1990). *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo: Duas cidades/Editora 34, 2000.
- _____. Leituras em competição. *Novos Estudos Cebrap*, n. 75, 2006, p. 61-79.
- _____. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a, p. 70-111.
- _____. Cuidado com as ideologias alienígenas (Respostas a *Movimento*). In: _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b, p. 136-145.
- _____. Entrevista. In: Paula Monteiro & Flávio Moura (Org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- _____. Leituras em competição. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a, p. 9-43.
- _____. Sobre Adorno. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p. 44-51.
- _____. *A lata de lixo da história: chanchada política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Luiz Felipe de Alencastro, identificando-se como amigo de Roberto Schwarz, pede que Caio Prado Jr. leia um manuscrito seu e informa sobre seus esforços em apresentar as pesquisas sobre a história do Brasil na França (1976) Arquivo IEB/USP, Acervo Caio Prado Júnior, código de referência CPJ-CP-ALENCAS003

Paris, 2 de Janeiro 1976

meu caro próprio

Onto dia a Danda apareceu na minha casa e conseguiu o seu endereço e São Paulo. É-peso que você não tenha se esquecido de mim nem da nossa conversa aqui em Paris, continuei contando com você para dar ~~uma~~ ^{uma} lição no ~~meu~~ manuscrito da minha tese sobre as "consequências da supressão do tráfico de escravos". Fui nomeado leitor na Universidade de Rouen, de modo que vou me aguentando por aqui dado a péssima volta da situação no Portugal e as ruins negociações que pairam nos Trópicos.

Modestamente tenho ~~tentado~~ tentado ~~mostrar~~ apresentar por aqui os resultados das minhas pesquisas sobre a nossa história para resistir à gingualhização que ~~tem~~ invade a nossa Universidade. Ena carta é só para mandar o abraço grande e paternal, de quem se identifica com você nos briga, que você decidiu comprar.

Feliz Ano Novo.

Luiz Felipe. (o amigo do Roberto Schwarz com quem você foi ao Museu da Legação d'Honneur)

S. Mando meu novo telefone e endereço ~~de~~ para você aparecer por aqui.

tel. 548 2273

Luiz Felipe de Alencastro
75, Bd du Montparnasse
Paris, 75006

P.S. (você)

Materialismo corticeiro

[*Slummy materialism*]

Lindberg S. Campos Filho¹

RESUMO • Este é um breve exercício de leitura do romance emblemático do naturalismo brasileiro *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, levando em consideração a crítica produzida por Antonio Candido em “De cortiço a cortiço” (1974; 1991), ao mesmo tempo que levanta a hipótese de que alguns dos métodos de construção dessa narrativa podem ser lidos, em certa medida, como antecipações, ora mais ora menos conscientes, dos paradigmas de determinação social que guiarão a crítica cultural materialista ao longo do século seguinte.

• **PALAVRAS-CHAVE** • *O cortiço*; Aluísio Azevedo; materialismo cultural; Antonio Candido. •

ABSTRACT • This is a brief reading exercise of the emblematic novel of Brazilian Naturalism “O cortiço” (1890) of Aluísio Azevedo, taking into account the criticism produced by Antonio Candido in “De cortiço a cortiço” (1974; 1991) at the same time which raises the hypothesis that some of the methods of constructing this narrative may be read, to some extent, the anticipations, sometimes more, sometimes less conscious, of the paradigms of social determination that would guide materialist cultural criticism over the next century. • **KEYWORDS** • “O cortiço”; Aluísio Azevedo; cultural materialism; Antonio Candido.

Recebido em 10 de outubro de 2018

Aprovado em 5 de novembro de 2019

CAMPOS FILHO, Lindberg S. Materialismo corticeiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 251-269, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p251-269>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

ANTES DE QUALQUER OUTRA COISA

Apesar de nós podermos, no estudo de um período passado, separar aspectos particulares da vida, e tratá-los como se fossem autossuficientes, é óbvio que isto é apenas como eles podem ser estudados, não como eles foram experienciados.

Nós examinamos cada elemento como uma substância precipitada, mas na experiência viva do tempo todo elemento está em solução como uma parte inseparável de um todo complexo. E isso parece ser verdadeiro a partir da natureza da arte, já que é a partir de tal totalidade que o artista se referencia; é na arte, primeiramente, que o efeito de toda uma experiência vivida é expresso e incorporado.

(Raymond Williams, *Drama from Ibsen to Brecht*, p. 10 – tradução nossa).

Poderíamos começar afirmando que as análises de obras particulares, por parte de Antonio Candido, são instantes privilegiados de sua trajetória intelectual, pois é precisamente através delas que enxergamos suas teses teóricas em pleno funcionamento. “De cortiço a cortiço” (1974; 1991) é, nesse sentido, um escrito exemplar e seminal, principalmente uma vez que opera aquela unidade entre teoria e prática que é tão almejada quanto difícil de ser executada. De fato, as linhas gerais de seus paradigmas de teoria e crítica literárias ficam evidentes logo de início: trata-se de um procedimento que não se contenta em apenas listar os materiais e arranjos, isto é, em operar, por melhor que fosse, uma mera descrição da estrutura técnica das obras. Candido, em vez disso, propõe que prestemos atenção também ao próprio processo de estruturação das obras, salientando as feições sociais dessa estrutura. Isso se deve ao fato de ser na reconstrução desse movimento preliminar que teremos acesso ao que Candido chama de redução estrutural ou formalização estética dos dados externos – ou sócio-históricos –, tornando-os, desse modo, também internos, já que seriam submetidos a leis próprias à obra. Ou seja, essa seria a maneira pela qual poderíamos compreender

a formação da obra, explicitando a relação não manifesta entre forma literária e processo social. Talvez seja produtivo passar a palavra para o professor:

De fato, antes procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão.

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*. (CANDIDO, 2006, p. 13-14).

Uma conclusão inicial, que se pode extrair de tal modo de ler e de interpretar, repousa sobre a preocupação de conferir à obra um *status* de relativa autonomia em relação ao todo social. É justamente por isso que, apesar de seu processo de estruturação contar essencialmente com conteúdos e formas externos, ao serem articulados e organizados internamente, eles acabam por se subordinar a leis próprias à obra, desenvolvendo, assim, a semiautonomia da qual falávamos.

Caso olhemos agora para o objetivo primordial deste escrito – que é a identificação de correspondências na transição das escolas literárias realistas e naturalistas do século XIX para a crítica cultural materialista subsequente –, podemos enxergar nesse pressuposto um edifício crítico usado para conduzir as leituras que faremos a partir de agora. Talvez seja possível adiantar que o “método”, caso ainda não tenha ficado evidente, é menos intuitivo do que dedutivo, pois ele é dado pelo objeto de análise – os materiais, e as suas disposições correspondentes, são eles mesmos imanentes e direcionam a crítica. Isso equivale a dizer que é a partir da configuração formal de uma dada obra que se encontra o caminho para enxergar o seu processo de estruturação; a sua aparição fenomênica, desse ponto de vista, conteria traços ou reminiscências da sua formação ou estruturação. Esses pressupostos parecem buscar certo equilíbrio dialético com o intuito de não ignorar não apenas condicionamentos, mas também imprevisibilidades inerentes ao fazer artístico, bem como de produzir uma análise que abarque tanto o projeto (obra) quanto a sua respectiva formação (circunstâncias sócio-históricas) indissociavelmente.

Vejamos agora como a caracterização do naturalismo é realizada por seu intérprete brasileiro mais conhecido, Aluísio Azevedo, e pelas lentes de Antonio Candido ao se aproximar da obra.

NATURALISMO À BRASILEIRA

Mas então, ele, Miranda, que se supunha a última expressão da ladinagem e da esperteza; ele, que, logo depois do seu casamento, respondendo para Portugal a um ex-colega que o felicitava, dissera que o Brasil era uma cavalgada carregada de dinheiro, cujas rédeas um homem fino empolgava facilmente; ele, que se tinha na conta de invencível matreiro, não passava afinal de um pedaço de asno comparado com o seu vizinho! Pensara fazer-se senhor do Brasil e fizera-se escravo de uma brasileira mal-educada e sem escrúpulos de virtude! Imaginara-se talhado para grandes conquistas, e não passava de uma vítima ridícula e sofredora!... Sim! No fim de contas qual fora a sua África?... Enriquecera um pouco, é verdade, mas como? A que preço? [...] Arranjara a vida, sim, mas teve de aturar eternamente uma mulher que ele odiava! E do que afinal lhe aproveitara tudo isso? Qual era afinal a sua grande existência? Do inferno da casa para o purgatório do trabalho e vice-versa! [...] A virtude, a beleza, o talento, a mocidade, a força, a saúde, e principalmente a fortuna, eis o que ele não perdoava a ninguém, amaldiçoando todo aquele que conseguia o que ele não obtivera; que gozava o que ele não desfrutara; que sabia o que ele não aprendera. E, para individualizar o objeto do seu ódio, voltava-se contra o Brasil, essa terra que, na sua opinião, só tinha uma serventia: enriquecer os portugueses, e que, no entanto, o deixara, a ele, na penúria. (Aluísio Azevedo, O cortiço, p. 29).

Na epígrafe acima vemos como uma das personagens centrais de *O cortiço* (1890), o português Miranda, é apresentada, mobilizando algumas das características mais típicas da “internacional naturalista”, tal como a zoomorfização (o Brasil é uma cavalgada, Miranda é um pedaço de asno), a forte determinação do meio e dos processos materiais, o desencantamento do mundo através da linguagem crua e direta, a qual muitas vezes beira o baixo calão etc. Percebemos ainda um movimento não incomum nesse romance que é o deslocamento da narração onisciente para o ponto de vista de uma personagem, deixando-a desabafar diretamente para o leitor, o que termina por produzir uma espécie de monólogo interior extremamente revelador e relevante para o eixo da obra. Primeiramente porque mostra o grau de consciência – ou seria melhor dizer pragmatismo, desfaçatez e cinismo por parte do europeu em relação a este lugar? – e, em segundo lugar, porque demonstra que as ilusões a serem perdidas por aqui dificilmente seriam da mesma ordem que aquelas a serem perdidas na Europa; tais coordenadas, portanto, exigiriam do romancista local todo um rearranjo da *forma* recebida. Isso pode ser dito porque é exatamente essa relação de Miranda e de João Romão com o Brasil que fará com que a obra de Aluísio Azevedo se coloque em um outro patamar, especialmente caso a comparemos

com *L'assommoir* (1877), de Émile Zola. Em suma, o naturalismo europeu não poderia continuar o mesmo ao desembarcar na jovem nação periférica, apenas virtualmente independente e que havia passado por ao menos 300 anos de colonialismo; aqui o materialismo naturalista jamais poderia ficar cativo da sua expressão metropolitana, porque, como diz a sabedoria popular, o buraco é mais embaixo.

Desse modo, não é à toa que Aluísio Azevedo seja comumente visto como uma espécie de artífice da escola naturalista no Brasil. No entanto, se o naturalismo for entendido estritamente como uma rebelião contra os princípios mais específicos da estética romântica herdada pelo século XIX, difusamente dominantes até então – como, por exemplo, a sua preocupação com o abandono da idealização, do supernatural e do sentimentalismo por um maior apego à materialidade, certo cientificismo e racionalidade –, será fatalmente redundante revisitar um conjunto de características autoevidentes, principalmente do ponto de vista contemporâneo. Nesse sentido, por mais sedutor e, em certa medida, verdadeiro que seja esse esquema, ele não nos leva muito longe na compreensão do romance, pois nos permite fazer pouca coisa além de buscar a confirmação daqueles parâmetros gerais já sabidos de antemão. Pior ainda: irremediavelmente caímos na posição de enxergar a produção brasileira sempre de um prisma subalterno à produção metropolitana.

Dito isso, da nossa perspectiva, o que mais confere interesse à análise de Antonio Candido de *O cortiço* é precisamente que ele declara desde o início que, em vez de meramente reafirmar as convergências entre a matriz europeia e a realização local, o crítico também vai verificar certa originalidade no que antes poderia aparecer como simples imitação; é essa pista deixada por ele que vamos seguir. De fato, Candido vai desenvolver uma dialética concebendo a obra emblemática do naturalismo à brasileira como, a um só tempo, texto primeiro e texto segundo: “texto primeiro na medida em que filtra o meio; texto segundo na medida em que vê o meio com lentes tomadas de empréstimo, *O cortiço* é um romance bem realizado [...] pelo encontro feliz dos dois procedimentos” (CANDIDO, 2015, p. 109). Diga-se, só de passagem, que a genealogia desse ensaio de Candido em si revela um dado no mínimo curioso: se por um lado nos anos 1970 – quando ele primeiramente surgiu – seu objetivo principal era contrapor a dialética ao método estruturalista de análise de obras, notadamente aquele de *Análise estrutural de romances brasileiros* (1973) de Affonso Romano de Sant’Anna, problematizando a fidelidade aos respectivos contextos dos textos, por outro lado o escrito que aparece nos anos 1990, e que sofre algumas alterações nos anos 2000, enfatiza o problema da filiação, sempre colocando no centro menos a transposição geográfica do que a relação indissociável entre produção literária e formação social. Isto é, na evolução da escrita de Candido, à medida que a polêmica com o estruturalismo perde força, ganha energia o confronto ideológico no qual Zola e Azevedo estavam inseridos, a saber, a “exploração do trabalho urbano e a mercantilização do espaço físico, em particular da habitação” (SEREZA, 2012, p. 28-29).

Feita esta breve nota, voltemos à reconstrução do argumento de Candido, já na sua última versão. Ao se deixar guiar pela dinâmica da matéria social brasileira, diz nosso crítico, ainda que lançando mão de ferramentas estrangeiras para fazê-lo, Azevedo acaba construindo um ponto de vista mais particular, o que redundava em um ganho em especificidade. Além disso, talvez seja possível afirmar – e muito

provavelmente esta seja a possível contribuição singela que este breve estudo possa fazer no caso de ser bem-sucedido – que tanto os paradigmas mais gerais da matriz europeia do naturalismo quanto os seus desdobramentos brasileiros nas mãos de Aluísio Azevedo colocaram em movimento muitos dos assuntos e dos métodos a que a crítica de pretensões materialistas se dedicou ao longo do século seguinte. Evidentemente que não somente em termos do que se poderia e deveria fazer, mas também em relação ao que se deveria rejeitar e superar, estabelecendo, portanto, uma espécie de marco referencial no trato da matéria social.

Pensemos, em primeiro lugar, algo que é de fundamental importância para o naturalismo de Azevedo e igualmente para a crítica materialista que se forma mais tarde: as dinâmicas específicas do processo de acumulação do capital em um país como o Brasil e da estrutura de classes desse determinado meio social. Com efeito, parece que é levando em consideração isso que Candido reconhece que

Aluísio foi, salvo erro meu, o primeiro dos nossos romancistas a descrever minuciosamente o mecanismo da riqueza individual. Basta comparar o seu livro com as indicações sumárias de Macedo, Alencar ou Machado de Assis, nos quais o dinheiro aparece com frequência, mas adquirido por herança, dote ou outra causa fortuita. Pesando, determinando, é certo, mas como um dado já pronto no entrecho. N’*O cortiço* ele se torna implicitamente objeto central da narrativa, cujo ritmo acaba se ajustando ao ritmo da sua acumulação, tomada pela primeira vez no Brasil como eixo da composição ficcional. (CANDIDO, 2015, p. 113-114).

Do ponto de vista da arte ocidental subsequente do século XX, o naturalismo, incluindo o que chamamos de naturalismo à brasileira de Aluísio Azevedo, tem como legado não apenas aspectos da ordem da tematização das situações dos pobres, mas também os experimentos de como representar essas situações de maneiras mais adequadas. Afinal, cabe lembrar, a forma do diálogo interindividual eloquente no quadro da vida privada ou a da tomada de decisão do indivíduo quase que completamente dono do seu destino não pareciam apropriadas para representar os de baixo, sobretudo tendo em vista a praticamente ausência de propriedade, de margem de manobra, e uma vez que estavam em grande medida política e economicamente dependentes do arbítrio dos de cima em meio a uma sociedade onde o trabalho assalariado livre ainda começava a se articular. É nesse sentido que *O cortiço* ensaia inúmeras possibilidades de representação da classe – enquanto classe não organizada, é bom que não se esqueça –, que nem ao menos tinha o direito à representação, pensando-a dentro do quadro da acumulação do capital e seus integrantes como pouca coisa além de meros joguetes desse mesmo processo. Isso sem mencionar que é perfeitamente plausível defender que o romance conseguiu captar uma tendência de crescente desumanização generalizada, alçando até mesmo o proprietário à condição de objeto da propriedade, ou objeto do objeto, gerando a reificação ou “coisificação” típica da estruturação de classes sob a égide da dominância da forma mercantil. Em outras palavras, Azevedo procura não apenas estudar os pobres, mas também reproduzir literariamente o processo de aburguesamento disponível para certos indivíduos no contexto brasileiro oitocentista, que conseguiram “se fazer” por aqui.

A trajetória de João Romão é paradigmática nesse sentido, porque através dele vemos que, diferentemente da “formação” mais ou menos tradicional do burguês europeu, incluindo aí suas ansiedades e expectativas, no Brasil tudo isso sofria um rebaixamento que estava em sintonia com a menor circulação de capital em uma ex-colônia não industrializada, mas que, mesmo assim, passava por uma onda de modernização conservadora. João Romão e até mesmo o mais bem afortunado Miranda são ilustrações de como por aqui os meios e os resultados do aburguesamento poderiam ter como solução estética uma espécie de “caricatura da caricatura”, já que se tratava de uma caracterização de segundo grau; isto é, o arquétipo do burguês avarento europeu sofreu uma mutação local, tendo em vista que grande parte do excedente propiciado pela estrutura econômica colonial e baseada no trabalho escravo tinha como destino preferencial os fluxos de capitais que desembocavam nos países metropolitanos: não deve ser visto como acaso o fato do romance não ser ambientado em uma fábrica, mas em um cortiço, e ele mesmo ser o meio de produção econômica central no romance, o que, de certa maneira e ao mesmo tempo, repõe e antecipa a dilatação de modos de acumulação especulativa onde há ausência ou menor presença de modos de acumulação mais propriamente produtivos. Mais ainda: o final trágico para a escravizada Bertoleza bem como a “expulsão” dos corticeiros para dar lugar a uma avenida com pessoas um pouco acima na escala social não são desfechos propriamente hiperbólicos ou alegóricos, mas precisos e literais caso usemos as dinâmicas da realidade brasileira como régua e compasso.

No que diz respeito à figuração de classe dos pobres, pode-se argumentar que o romance se apegue às determinações sociais que envolvem o indivíduo: isso significa que para representá-los também seria fundamental reconstruir o meio de onde eles emergiam mesmo que fosse indiretamente e emulando as condições subalternas que essa menor quantidade de valor para distribuir ensejava. Ou seja, a centralidade do meio e da propriedade recoloca determinações históricas da ascensão do proletariado, a qual dependeu, tanto no Brasil quanto na Europa, justamente da concatenação entre o primado da propriedade privada e da acumulação de capitais, ainda que fosse em estado muito primitivo por aqui nos anos 1890. No romance de Azevedo a origem do grosso do povo brasileiro tem uma ambientação que troca as praias paradisíacas e as matas virgens por onde flutuava a Iracema de José de Alencar pelo olhar atento e premonitório da união entre miséria e natureza tropical:

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. E durante dois anos o cortiço prosperou de dia para dia, ganhando forças, socando-se de gente. E ao lado o Miranda assustava-se, inquieto com aquela exuberância brutal de vida, aterrado defronte daquela floresta implacável que lhe crescia junto da casa, por debaixo das janelas, e cujas raízes, piores e mais grossas do que serpentes, minavam por toda parte, ameaçando rebentar o chão em torno dela, rachando o solo e abalando tudo. (AZEVEDO, 2016, p. 27-28).

Acima vemos como o materialismo do naturalismo se mostrou sensível à

determinação da configuração do meio social e natural na formação de uma nova classe. Uma classe social não proprietária e que tinha como atributo embutido no seu próprio nome a sua “multiplicação” na forma da prole. Igualmente é possível perceber como a miséria dessa classe é, contraditoriamente, atrelada à prosperidade da acumulação de capitais que, no caso, se dá a partir do arrendamento da propriedade por parte de João Romão. Porém, ao mesmo tempo, não é difícil enxergar que a expansão do mundo dos pobres sem propriedade gera uma contradição crescente e que termina por representar um grave perigo para os proprietários, fazendo-os, literalmente, perder o sono. É óbvio que, por mais verdadeira que seja toda a construção acima, ela não deixa de padecer dos males advindos do fato de ela ser deveras alegórica, o que, portanto, a faz não somente perder especificidade, mas também sucumbir à primazia da *descrição* em detrimento da *explicação*. Em outras palavras, embora esse procedimento seja extremamente louvável e profícuo, sobretudo se for localizado dentro do quadro maior de luta dos trabalhadores por representação na literatura – da qual o naturalismo é um capítulo –, não se deve perder de vista as suas insuficiências em relação à complexidade da matéria histórica.

Daí uma tensão tipicamente oitocentista de idealizar ou de objetificar excessivamente o pobre na sua representação genérica e que, a bem da verdade, o naturalismo procurou superar ainda que com sucesso parcial, pois a evidente objetificação dos indivíduos primeiramente conduzia a certa hipervalorização de uma solidariedade humanista e pouco consequente no que tange à superação daquela dada situação dos pobres, recriando condições do inflacionamento da passividade das vítimas, de idealização delas ou até mesmo de certo paternalismo ou de tolerância em relação à miséria. Dito em outros termos, a concepção mecânica a partir da qual pobres, proprietários e seus respectivos espaços no todo social são produtos de processos impessoais e materiais se mostrou imensamente ambivalente porque, se por um lado há verdade na premissa de que, especialmente no capitalismo, seres humanos e coisas são da mesma natureza e portanto têm seus atos de vontade individual reduzidos em alcance e em possibilidade, por outro lado, não se pode perder de vista que este é somente o ponto de chegada do positivismo (descrição e explicação mecânicas da realidade tal como ela se apresenta), o qual não consegue enxergar que essa relação é muito mais complexa tanto na sua heterogeneidade quanto na sua homogeneidade. A propósito, vale lembrar, a crítica da economia política marxista não buscou superar meramente o liberalismo clássico, mas também a visão cientificista reificada do positivismo: não seria o segredo da mercadoria e, portanto, da produção de capital, justamente o dispêndio de energia vital ou trabalho humano? Isto é, o trabalho e o trabalhador são, sem sombra de dúvida, vítimas, mas também agentes do fetichismo da mercadoria que, por sua vez, objetiva e subjetivamente sustentam a ordem moderna.

O que é discutível, como pontuado acima, embora um pouco compreensível, é o caráter passivo das massas trabalhadoras, as quais aparecem como meros objetos apáticos da acumulação, apesar de já terem demonstrado alguma capacidade organizativa na época. Isso também esbarra na ausência do capital industrial tanto no romance quanto na efetividade brasileira, o que impõe uma dinâmica ainda mais desfavorável aos pobres no processo de acumulação permeado por arcaísmos

e relações fortemente pessoais. Aqui vemos, por mais inconsciente que seja, uma determinação da base sobre a superestrutura ou do ser social sobre a consciência, porque é de uma teia de relações sociais produtivas atrasadas e semicoloniais que emergem relações interpessoais igualmente abusivas e com pouca ou nenhuma possibilidade de reação por parte dos que partem de uma condição imensamente desfavorável na corrida pelo acesso às mercadorias e ao dinheiro. Do suicídio de Bertoleza em 1890 até o suicídio de Joana em *Gota d'água* (1973) de Chico Buarque e Paulo Pontes, vemos mais a vitória massacrante do capitalismo subdesenvolvido e dependente brasileiro sobre indivíduos vulneráveis, mas que nem por isso deixaram de ousar lutar, do que a simples impossibilidade ou inexistência de uma rebelião por parte dos pobres.

É nesse bojo que surge outra dimensão dessa problemática representacional e que seria, sem sombra de dúvida, atualizada e sofisticada nos materialismos vindouros: a típica passividade dos pobres enxergados como objetos dos proprietários cada vez mais cederia lugar para a organização do proletariado contra os desmandos e o assalto da produção social da riqueza por parte da burguesia, ao mesmo tempo e indivisivelmente, organizada no estado e no dito mercado. Na segunda metade do século XIX isso já era uma realidade crescentemente consolidada na Europa, ao passo que, no Brasil, esse nível de articulação da luta de classes moderna ainda era muito incipiente, uma vez que o trabalho escravo era predominante. Aliás, vale insistir, este é um dado socioeconômico – o uso quase indiscriminado de mão de obra escrava por aqui – que distingue em larga medida a formação das classes fundamentais do capitalismo brasileiro e do capitalismo europeu metropolitano. Tal dado externo é tão crucial que se tornará dado interno dentro daquele processo de estruturação das obras do qual falávamos acima; isto é, o materialismo corticeiro teria como uma das suas características mais marcantes exatamente esse déficit organizacional por parte do proletariado local, o que, às vezes, representaria perdas de ordem política, teórica e estética, mas, por outro lado, muitas vezes se traduziria em um fôlego crítico maior esse materialismo que se forma por aqui, que teria muito menos ilusões a serem perdidas a respeito da harmonia da ordem social implementada tanto lá quanto cá.

Em relação ao processo de acumulação do capital, é necessário que seja dito que *O cortiço* tem a vantagem de conferir ao fenômeno a importância devida tanto nas suas dimensões subjetivas quanto objetivas, podendo até ser sugerida uma síntese dialética desses aparentes polos que acabaria produzindo uma imagem mais abrangente do processo como um todo. Ele se concentra nos meandros do calculismo e da avareza – “Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. Das suas horas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria” (AZEVEDO, 2016, p. 23) –, nas dinâmicas da competição, do desejo de melhoramento da propriedade, das superstições em relação ao que de fato significaria aquela modernização do bairro do Botafogo e da então capital do país, da racionalidade perversa do empréstimo de dinheiro a juros, da suspensão da pose da moralidade pequeno-burguesa através do roubo sistemático que caracteriza a acumulação primitiva (João Romão anexando Bertoleza, por exemplo) e por aí vai – “Para se livrar e poder realizar o seu projeto de

enriquecimento e ascensão social, o português do tipo João Romão precisa despir o sexo de qualquer atrativo, recusar o encantamento das Ritas Bahianas e ligar-se com a pobre Bertoleza, meio gente, meio bicho” (CANDIDO, 2015, p. 124).

O ritmo narrativo ditado pelas artimanhas do dinheiro é outro aspecto da figuração do processo de acumulação do capital. O impasse de representar o dinheiro, ou o equivalente universal, em toda a sua abstração e subterrâneos causais, parece ser solucionado através do enquadramento dos seus efeitos; isto é, o dinheiro seria um nexos social ausente que só se revelaria de maneira adequada nos seus efeitos fosse na sua ausência, no seu excesso ou na busca obstinada por ele, como vimos mais acima no comportamento de João Romão:

Sempre em mangas de camisa, sem domingo nem dia santo, não perdendo nunca a ocasião de assenhorar-se do alheio, deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e nas medidas, comprando por dez réis de mel coado o que os escravos furtavam da casa dos seus senhores, apertando cada vez mais as próprias despesas, empilhando privações sobre privações, trabalhando e mais a amiga como uma junta de bois, João Romão veio afinal a comprar uma boa parte da bela pedreira, que ele, todos os dias, ao cair da tarde, assentado um instante à porta da venda, contemplava de longe com um resignado olhar de cobiça.

Pôs lá seis homens a quebrarem pedra e outros seis a fazerem lajedos e paralelepípedos, e então principiou a ganhar em grosso, tão em grosso que, dentro de ano e meio, arrematava já todo o espaço compreendido entre as suas casinhas e a pedreira, isto é, umas oitenta braças de fundo sobre vinte de frente em plano enxuto e magnífico para construir. (AZEVEDO, 2016, p. 16).

Nesse excerto é evidente como os longos períodos compostos pela listagem das tarefas que haviam sido realizadas obedecem à necessidade de narração de como João Romão foi acumulando capitais. É interessante observar como o trabalho, e até mesmo as “privações”, estão por todo lado, mas, ao mesmo tempo, são secundarizados quando colocados lado a lado das manobras e das “espertezas” do português. O *dictum* capitalista, que versa sobre a diversificação de investimentos, igualmente marca presença e impõe a concentração de diversas atividades sob a mesma égide dos longos períodos, emulando o diverso a serviço de um todo que se automatiza sem deixar de se subordinar ao senhor que vai expandindo os seus negócios; lembremos que o cortiço é uma, embora imensamente importante, das fontes de renda de João Romão e que no final ele continua a ampliar essa já diversificada “carteira de investimentos” ao se casar com a filha de Miranda e atender um público acima daquele expulso após o incêndio do cortiço.

Mudando um pouco de assunto e avançando nos modos como esse materialismo corticeiro deixou um legado ambíguo. Pensemos agora sobre a retomada e a reinterpretação da determinação do meio coletivo em relação à agência individual. Evidentemente que tal determinismo mecanicista é tão problemático quanto soa aos nossos ouvidos do século XXI. No entanto, enquadrado no seu contexto, encontra alguma justificativa na batalha ideológica contra o idealismo romântico e todo o

seu respectivo recurso à superstição, ao suprassensível, ao acaso, à primazia da espontaneidade e ao mito. Há ainda pelo menos mais uma requalificação a ser feita nessa determinação, pois, em *O cortiço*, segundo Candido, o que era para gerar uma objetivação das relações causais que regem a vida social contraditoriamente termina por retornar a uma mistificação calcada na essencialização das ideias atribuídas às raças, bem como a uma concepção do meio não como um ambiente social, mas como um ambiente natural dado e possivelmente imutável. Com efeito, se a literatura do naturalismo poderia ser vista como uma espécie de continuadora do projeto do iluminismo humanista e liberal, no qual “as tradicionais ideias de destino, de uma ordem absoluta, de um desígnio além dos poderes humanos foram substituídas por uma confiança na razão e na possibilidade de uma capacidade continuamente ampliada para a elucidação e o controle”, a verdade inconveniente é que essa “nova ênfase na observação e na descrição exatas do mundo social contemporâneo” não raramente se tornou “uma descrição mecânica dos homens como criaturas do seu meio ambiente, que a literatura registrava como se homens e coisas fossem da mesma natureza”, representando uma “deliberada restrição”, para não dizer decadência, do projeto inicial do liberalismo ao rejeitar “uma prioridade humana geral, acima do processo como um todo” e junto com isso a própria possibilidade de uma revolução, de uma ruptura que saísse do esquema da observação e descrição (WILLIAMS, 2002, p. 97-99).

Isso poderia ser traduzido como uma determinação unilateralmente cultural ou, pior ainda, biológica, em relação às dinâmicas sociais, enquanto o correto seria imaginar que uma não vai sem a outra. O que estamos querendo dizer é que muito provavelmente o naturalismo tenha percorrido – e tombado diante deles – os problemas de uma leitura essencialmente empírica da efetividade e que, precisamente graças a isso, tenha desenvolvido uma visão fortemente mecanicista e arbitrária das relações interpessoais sob os auspícios da dominação do capital; se por um lado a primazia da contingência era repleta de problemas, por outro lado a primazia da necessidade também o é. É claro que esse erro deve ser visto dialeticamente e que ele não apenas pode, mas deve ser enxergado como uma lição necessária para os materialistas que vieram depois e que estavam interessados nas objetivações do intelecto. Recordemos como Candido monta o problema:

O leitor d'*O cortiço* fica duvidando se ele é um romance naturalista verdadeiro, que não deseja ir além da realidade observável, ou se é nutrido por uma espécie de realismo alegórico, segundo o qual as descrições da vida quotidiana contêm implicitamente um outro plano de significado. Lukács diria que isto se dá por causa daquilo, e que o mal do Naturalismo foi não “espelhar” de modo correto a realidade, mas usá-la para chegar a uma visão reificada e deformadora, que a substitui de maneira indevida e é alegórica. Não creio que assim seja e registro que a alegoria não ocorre no Naturalismo em geral. Nós não a encontramos, por exemplo, na obra de Verga nem nos romances naturalistas de Eça de Queirós; mas a encontramos sem dúvida nos de Zola, cabeça-de-turco de Lukács, que a partir deles procedeu a uma extrapolação. Talvez por influência de Zola nós a encontramos também nos de Aluísio, sendo em ambos os casos, a meu ver, elemento de força e não de fraqueza. [...]

Talvez a força do livro venha em parte desta contaminação do plano real e do plano alegórico, fazendo pensar imediatamente numa relação causal de sabor naturalista, que na cabeça dos teóricos e publicistas era: Meio Raça Brasil; e que no projeto do ficcionista foi: Natureza tropical do Rio Raças e tipos humanos misturados Cortiço. Isto é: no intuito de Aluísio a natureza que cerca o cortiço de todos os lados, com o sol queimando no alto, condiciona um modo de relacionamento entre os diversos grupos raciais, que por sua vez fazem do cortiço o tipo de aglomerado humano que é. E esta série causal encarnaria o que se passava na escala nacional, segundo as concepções do tempo. (CANDIDO, 2015, p. 118-119)

Não se pode, é claro, de jeito nenhum ignorar as determinações naturais do meio no que tange às relações sociais correspondentes. Com efeito, isso é algo que Caio Prado Júnior, como bom materialista, nos lembra ao afirmar que a nossa área tropical e subtropical da América nos relega uma realidade de colonização e exploração qualitativamente distinta daquela encontrada na América temperada: “é que tais condições proporcionarão aos países da Europa a possibilidade da obtenção dos gêneros que lá fazem falta. [...] Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao século XVI, isolada dos trópicos, só indireta e longinquamente acessíveis” (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 28). Isto é, até certo ponto, a determinação naturalista do meio presente na obra de Azevedo faz todo sentido, pois ela condicionou as relações intersubjetivas e produtivas entre as diferentes classes que se instalaram aqui. De fato, “se vamos à essência da nossa formação”, continua Caio Prado Júnior (1973, p. 31), “veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto”, e termina por concluir que é “com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras”.

Desse modo, encontramos algumas sobre a razão de o meio se impor aos comportamentos retratados no romance funcionar mais na sua versão brasileira do que na sua matriz europeia. Não é coincidência, então, que, quando Piedade de Jesus, a portuguesa esposa do português Jerônimo, é trocada pela mestiça Rita Bahiana, ela levante “os punhos cerrados para um céu que não é instância divina, mas a Natureza excitadora, tão diversa como diz, da paisagem tranquila de sua terra, que não favorecia os sentimentos desvairados” (CANDIDO, 2015, p. 122). Obviamente que há um prejuízo determinista, o qual interpreta os efeitos do meio nas raças e quase que automaticamente transfere para as relações sociais. Essa determinação é, a propósito, objeto de profunda reflexão por inúmeros críticos culturais, materialistas ou não, ao longo do século XX, procurando, cada um a seu modo, produzir uma síntese dessas múltiplas determinações e levando, às vezes, os erros naturalistas e tudo o que eles representavam em consideração, fosse direta ou indiretamente. Novamente chamamos atenção para o fato de que a crítica não conservadora ao naturalismo deve levar em conta o que estava por trás das necessidades representacionais da literatura naturalista em relação à ascensão do proletariado como classe e à sua respectiva luta pelo direito à representação em oposição à afetação do idealismo burguês. Isso, é claro, não extingue a crítica, mas a qualifica.

Há que ser retomado, contudo, que para Antonio Candido esse determinismo

gerou um ganho em termos de particularidade em relação ao romance de Zola, especialmente porque *L'assommoir* teria ambicionado desvendar o subterrâneo do “significado humano geral” da pobreza e da exploração, enquanto *O cortiço* teria se aproveitado da natureza extremamente exótica, exuberante e enormemente produtiva do ponto de vista agropecuário, conseguindo chegar mais perto de um equilíbrio particular ao maximizar o papel desse meio natural. Isso significa que no Brasil, apesar dos problemas, o naturalismo encontrou um terreno fértil da perspectiva da explicação causal exatamente porque, graças a questões de ordem social, histórica, geográfica e econômica, nosso território se moldou bastante em função do seu meio natural e da diversidade de raças que aqui se alojaram; processos mais ou menos análogos, mas que sem dúvida eram muito mais recentes e contavam com menos mediações, sobretudo políticas, do que na Europa, que ainda se debatia contra as persistentes amarras feudais. Há aqui um traço de grande importância para a crítica materialista nacional: não negligenciar o papel de colônia tropical exportadora do nosso país na formatação da sua história social e política. A solução representacional dessa determinação encontrada por Aluísio Azevedo em *O cortiço* foi um tipo de processo de autonomização do meio, conferindo não só à natureza fluminense papel determinante, mas também à própria habitação dos pobres e fonte de renda de João, uma proeminência espantosa até o ponto de ela se tornar uma personagem: “Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas. Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo” (AZEVEDO, 2016, p. 40).

Há ainda outra sustentação para a causalidade mecânica empregada pelo naturalismo em geral e pelo naturalismo à brasileira em particular, sem retirar a validade da crítica. Com efeito, a expansão da reificação, desumanização ou coisificação do indivíduo dentro do processo de acumulação do capital possibilita um alcance excessivo desse tipo de causalidade que transforma aspectos complexos da ordem da subjetividade e do indivíduo mais suscetíveis às determinações mecânicas de uma causa externa. Trocando em miúdos, a generalização da forma mercadoria impôs uma universalização do reino da necessidade qualitativamente distinta e que tornou o sujeito ainda mais subordinado às causalidades mecânicas da ordem da privação econômica – o exemplo mais típico desse processo foi a gradual e complexa mecanização da agricultura, que fez com que populações inteiras ficassem mais e mais dependentes do dinheiro do que do próprio trabalho como em modos de produção anteriores. Isso significa que a “a categoria da efetividade mecânica retém uma validade puramente local nas análises culturais”, sobretudo se tivermos em mente “as categorias ‘extrínsecas’ de nosso pensamento quando estas continuam a comandar realidades objetivas a respeito das quais planejamos pensar”; mais ainda: “a causalidade mecânica é, portanto, menos um conceito que pode ser avaliado a partir de seus próprios termos do que uma das várias leis e subsistemas de nossa vida social e cultural especialmente reificada” (JAMESON, 1992, p. 22-23). O que ele parece querer dizer é que, enquanto persistir a pré-história humana sob o reino da necessidade, a causalidade mecânica sempre terá uma verdade parcial e uma validade local.

Dentro do quadro do que temos chamado de materialismo corticeiro, isso se

amplia bastante, pois aqui o naturalismo se revela ainda mais forte em termos explicativos, já que a barbárie da modernização dos ciclos de acumulação do capital somada à menor presença de ilusões a respeito do próprio sistema de dominação social propicia um grau de nitidez da realidade moderna significativamente mais apurado do que a sua versão pretensamente universal, ou europeia. Mais ainda: descrever a classe trabalhadora brasileira do final do século XIX como objeto faz muito mais sentido e ajudou Azevedo, ao passo que prejudicou Zola em *L'assommoir*, principalmente tendo em vista o nível organizativo muito mais elevado do proletariado francês. Se por um lado o capitalismo francês tinha uma série de variáveis que dificultava o alcance do determinismo naturalista, por outro lado a pura violência e o desmando de uma sociedade que já nasceu como fruto do desenvolvimento capitalista deram força ao materialismo corticeiro de Azevedo. Uma das vantagens desse naturalismo, como perspectiva local, reside em demonstrar os momentos de inverdade da matriz universal explicitamente, porque recoloca aquela problemática em outros termos ainda mais difíceis de se observar uma saída. Nota-se esse tipo de achatamento nas condições de vida e nas perspectivas de luta dos mais pobres onde reina a pura violência, bem como na estreiteza dos processos de aburguesamento locais. O materialismo corticeiro, então, poderia desestruturar as assim vistas como agruras do naturalismo francês, exatamente em função de ele ser uma espécie de devir negativo onde a cristalização do regime do capital e do seu autoritarismo vai desmontando uma a uma das alternativas e encurtando cada vez mais a possibilidade de agência humana – a pergunta que fica é até quando?

REPRESENTATIVIDADE E CONTRADIÇÃO

– É esta! disse aos soldados que, com um gesto, intimaram a desgraçada a segui-los. – Prendam-na! É escrava minha! A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar. Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com o ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado. E depois emborcou para frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue. João Romão fugira até ao canto mais escuro do armazém, tapando o rosto com as mãos. Nesse momento parava à porta da rua uma carruagem. Era uma comissão de abolicionistas que vinham, de casaca, trazer-lhe respeitosamente o diploma de sócio benemérito. Ele mandou que os conduzissem para a sala de visitas.
(Aluísio Azevedo, *O cortiço*, p. 292).

Há que ser dito, contudo, que há uma contradição de fundo e que hoje em dia se faz sentir com muita força: a questão da representação, ou melhor dizendo, dos altos e baixos da ênfase na representatividade de uma determinada classe social. Esta problemática importa porque funcionou como uma espécie de legado ambivalente para uma série de formações ideológicas no século XXI, para certa crítica cultural materialista do século XX e para uma parte das principais frações políticas do século XIX, que se filiavam, de diferentes maneiras e com incontáveis consequências práticas, ao ponto de vista da luta do proletariado contra a ordem burguesa, que ia se consolidando. Ambíguo porque, embora tenha sido reconhecido positivamente, notadamente por Bertolt Brecht, que já na década de 1920 dizia que muitos dos assuntos e dos temas do teatro épico ligados à vida e à luta dos trabalhadores haviam sido trabalhados pelo naturalismo, ele também foi injustamente criticado por estabelecer algum idealismo romantizado no que tange à pauperização, à índole dos de baixo, certas causalidades arbitrárias, uma confiança demasiada nas teorias que predicavam comportamentos para certas classes, etnias, raças, identidades desviantes e assim por diante. A questão é que o naturalismo parece ter sido um momento de experimentalismo estético que buscou inovar a convenção tacanha e privatista da burguesia oitocentista, colocando assuntos sociais, políticos e econômicos fundamentais para as grandes majorias, e uma das razões daquela escola ter se mostrado sensível a essas questões é porque, como já dito anteriormente, o naturalismo é causa e resultado da luta do proletariado europeu por uma representatividade não só política, mas também estética.

Se pensarmos que a luta social e política de uma classe inevitavelmente cria as condições de possibilidade para um *front* também no campo da construção simbólica, logo, a luta, a conquista e a consolidação da representação estética da burguesia enquanto classe ao longo do século XVIII e do proletariado ao longo do século XIX também podem ser vistas dentro desse quadro. Não se trata de uma luta completamente consciente, mas de um dado da realidade que se impõe aos intelectuais e artistas nos seus respectivos processos de estruturação de suas obras. Isto é, a proeminência que determinados atores sociais ganham ao longo da expansão qualitativa e quantitativa de suas ações, com toda certeza, os coloca no horizonte das formalizações do pensamento de outrem e deles mesmos.

Esquemáticamente falando, um romance como *Dom Quixote* (1605; 1615), de muitas maneiras, estrutura o enfraquecimento das práticas, modos de ver, valores e significados que sustentavam os romances de cavalaria de que ele se apropria para ridicularizá-los, bem como a ascensão do romance inglês, especialmente com a publicação de *Robinson Crusóé* (1719), também está, de diferentes modos, ligada ao ganho de importância do que eram até então as classes médias através das suas variadas revoluções políticas, religiosas, sociais e industriais. De modo mais ou menos semelhante, o surgimento da multidão metropolitana, das massas cidadinas, do proletariado industrial foi incorporado como elemento interno das obras desde os contos de Edgar Allan Poe, dos poemas de Baudelaire (BENJAMIN, 2015, p. 117-127) e das pinturas dos impressionistas franceses (CLARK, 1999, p. 147-148) até o naturalismo, passando pelo romance social inglês. Todos, não por acaso, oitocentistas.

Essa tese, brevemente exposta, diz respeito às relações entre lutas de classe e

as suas correspondentes representações, sejam elas pictóricas, sejam dramáticas ou narrativas. Contudo, apesar da representação ser uma etapa fundamental na compreensão de qualquer fenômeno, ela também enseja uma série de problemáticas que não são absolutamente secundárias, principalmente no advento de se transformarem em bandeiras políticas pela representação em si e para si. Com efeito, Antonio Candido em “De cortiço a cortiço” já havia notado muitos problemas dessa atividade e destaca um em particular que se concentra na quase caricatura de tipos sociais, como a mulata permissiva, o português ganancioso e por aí vai. A representatividade de grupos sociais, ou da realidade empiricamente observável, não garante em si um ganho estético ou crítico; muito pelo contrário, pois, caso não sejam muito bem pensadas, podem terminar por jogar água no moinho até mesmo de expressões ideológicas que buscava combater.

É nesse sentido que devemos nos indagar: até que ponto o conhecimento das condições da situação dos pobres, de um ponto de vista dessa mesma situação, significa necessariamente um ganho da perspectiva estética ou política e não está passível de se transformar em um simples apelo à representatividade em si e para si? O projeto naturalista de observar e retratar as dinâmicas de acumulação e de estruturação de classes, tal como elas pretensamente eram, e preferencialmente a partir da dinâmica unilateral entre necessidade do meio e agência humana, fosse ela individual ou coletiva, é sem dúvida um ganho na ampliação do cabedal de materiais e formas de representação. Entretanto, no instante em que se instaura um regime de verdade pretensamente científico ou, melhor dizendo, de realismo social, psicológico e fotográfico, limita-se fatalmente os meios representacionais, como se uma tematização dos conflitos sociais ou de determinados extratos em situação de penúria fosse em si a garantia de uma solução estética e crítica satisfatória sem maiores problemas. Isto é, nota-se uma retração do ímpeto de explicação para a mera descrição das situações.

O que queremos dizer é que um autor como Machado de Assis, por exemplo, alcançou resultados artísticos e críticos muito mais ambiciosos, segundo Roberto Schwarz, justamente quando trocou o ponto de vista do qual narrava – a conhecida “viravolta operada nas *Memórias*” –, transitando do olhar conformista do mais pobre que manobrava para subir para quem estava de fato com a palavra na sociedade, isto é, do branco dependente do favor para o proprietário caprichoso em meio ao escravagismo brasileiro (SCHWARZ, 2008, p. 226-228). Provavelmente foi tendo também isso em vista que críticos literários como Walter Benjamin e Raymond Williams perceberam os riscos de uma concepção de realismo essencialmente calcada na representatividade. Na década de 1930, Benjamin percebeu que a “nova objetividade” na esfera da fotografia, bem como seus correspondentes literários, acabavam por “transformar a miséria num objeto de consumo... objetos de distração, do lazer... um objeto de prazer contemplativo” (BENJAMIN, 2017, p. 94-95), já que simplesmente enquadrar a pobreza e as suas mazelas não se traduzia em uma atitude crítica e com conhecimento de causa. Já nas primeiras décadas do século XX se podia notar uma tendência do mercado cultural capitalista de absorver esses temas, sobretudo caso se limitassem à simples e pura representatividade, excluindo a ligação daquelas imagens com os negócios, os valores e as práticas burguesas. De

modo semelhante, Raymond Williams, nos anos 1950, caracterizou o foco narrativo do romance industrial inglês *Norte e sul* (1855) de Elizabeth Gaskell como um típico “observador solidário” de uma sulista, filha de um clérigo e chocada com os horrores sociais causados pelas fábricas do norte, deslocando a exploração capitalista quase que para um nível essencialmente moral e redentor ao se envolver com um industrial e persuadi-lo a humanizar ou “melhorar as relações humanas na fábrica”, o que ele termina por aceitar, pois já estava “afetado pela delicadeza e humanidade superiores do sul” (WILLIAMS, 1975, p. 103). Essa ilustração demonstra como a maneira pela qual certo conteúdo é enquadrado importa e muito, uma vez que é na forma como se retrata algo que se repõem, se rejeitam ou se inauguram modos políticos de ser e de ver.

Mais ainda: será mesmo que é somente a partir de uma construção de objetividade das relações que se alcançam uma compreensão e um desafio para as mesmas? Ao analisar a poesia lírica de Charles Baudelaire e ao destrinchar os procedimentos da memória involuntária de Marcel Proust, Walter Benjamin nos demonstra que uma aposta na subjetivação e na abstração estéticas também pode ter um enorme potencial de realizar uma crítica dura à concretude burguesa como a ordem natural das coisas e como objetividade que se apresenta como dinâmica, mas que é, no seu âmago, profundamente estática de inúmeras maneiras. Por mais que a modernização capitalista goste de ver a si própria como pura diferença, heterogeneidade, contingência e inovação, aquele lirismo – apesar de qualquer eventual crítica que sem sombra de dúvida possa e deva ser feita contra ele – mostra da maneira mais dolorosa como o que há no capitalismo é mesmice e homogeneidade, porque o reino da necessidade da luta pela sobrevivência material e o correspondente fenecer do espaço do lírico são sempre cinicamente repostos.

Tudo isso nos leva à conclusão de que o naturalismo europeu e o brasileiro são momentos da maior importância para os materialismos que têm se consolidado ao oferecer explicações de mundo para os incontáveis fenômenos da sociedade regida pelo dinheiro. Esse legado parece ser inegável inclusive sob a luz dos erros, ingenuidades e exageros naturalistas, pois eles terminaram por possibilitar uma série de discussões de cunho teórico, estético e analítico que com certeza auxiliaram na formação dos materialismos que conhecemos hoje.

Por fim, não se pode perder de vista que, em razão da importação dos paradigmas representacionais europeus por parte de um país de economia dependente, acontece um fenômeno não muito incomum que é a exposição dos momentos de verdade e de falsidade do protótipo do país central. Isso equivale a afirmar que o respeito ao conteúdo sócio-histórico brasileiro necessariamente implica uma exacerbação da forma forjada na realidade metropolitana, principalmente uma vez que ela acaba por jogar luz em uma faceta daquela mesma realidade que é invisível naquele lugar; o ponto de vista da periferia preenche as lacunas das bases de sustentação daquela sociedade que se tornaram, por alguma razão ou por outra, invisíveis, gerando, assim, um olhar ainda mais crítico e com menos ilusões a respeito das falsas alternativas produzidas no centro. Claramente que isso não se traduz em um tipo de privilégio epistemológico inato, mas, em vez disso, em uma visão quase que necessariamente comparatista e mais habituada com um tipo particular de negativo. Temos chamado tal perspectiva particular do naturalismo à brasileira de materialista, porém um

materialismo que, além de filosófico e cultural, é socialmente corticeiro e que fabrica seus melhores momentos não na mera efetivação do direito à representação, mas no exame crítico e menos idealizado da vida sob o regime do capital.

SOBRE O AUTOR

LINDBERG S. CAMPOS FILHO é doutorando em Letras no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DLM/FFLCH/USP).

Email: lindberg.filho@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-0087-0295>

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aluísio. (1890). *O cortiço*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2016.
- BENJAMIN, Walter. Sobre alguns motivos na obra de Baudelaire. In: _____. *Baudelaire e a modernidade*. Trad. João Barreto. São Paulo & Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 103-149.
- _____. O autor como produtor. In: _____. *Ensaio sobre Brecht*. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 85-99.
- BUARQUE, Chico e PONTES, Paulo. *Gota d'água: uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.
- CANDIDO, Antonio. Crítica e sociologia. In: _____. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 13-26.
- _____. De cortiço a cortiço. In: _____. *O discurso e a cidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015, p. 107-132.
- CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Trad. Ernani Ssó. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- CLARK, T. J. The environs of Paris. In: _____. *The painting of modern life: Paris in the art of Manet and his followers*. New Jersey: Princeton University Press, 1999, p. 147-148.
- DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. London: Penguin, 2003.
- JAMESON, Fredric. A interpretação: a literatura como ato socialmente simbólico. In: _____. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 15-103. (1981)
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SCHWARZ, Roberto. (1990). *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2008.
- SEREZA, Haroldo C. *O Brasil na internacional naturalista: adequação da estética, do método e da temática*

naturalistas no romance brasileiro do século 19. 271 f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

WILLIAMS, Raymond. (1958). The industrial novels. In: _____. *Culture and society 1780-1950*. London: Penguin, 1975, p. 99-119.

_____. *Drama from Ibsen to Brecht*. London: Pelican Books, 1983.

_____. Tragédia e revolução. In: _____. *Tragédia moderna*. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac Naify, 2002, p. 89-114.

A obra de Jean-Baptiste Debret como fonte histórica para os estudos dos trajes usados no Brasil no início do século XIX

[*The work of Jean-Baptiste Debret as a historical source for the studies of the costumes used in Brazil in the early nineteenth century*]

Marli Gomes de Araújo¹

João Paulo Pereira Marcicano²

Maria Sílvia Barros de Held³

RESUMO • O artigo apresenta uma visão da moda usada no Brasil no início do século XIX à luz da obra do pintor francês Jean-Baptiste Debret. Sua obra constitui um *corpus* iconográfico com litografias feitas a partir de suas aquarelas e pranchas que comporiam os fascículos de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Os trajes retratados por Debret foram analisados sob o olhar de historiadores da moda, concluindo-se que a moda usada no Brasil no período joanino e no Brasil de Pedro I seguiu as tendências europeias da época, o estilo Império e o estilo Romântico. • **PALAVRAS-CHAVE** • Debret; vestimenta; D. João VI; D. Pedro I; Brasil. • **ABSTRACT** • The

article presents a view of fashion in Brazil in the first decades of the nineteenth century in the light of the work of the French painter Jean-Baptiste Debret. His paintings constitute an iconographic corpus with lithographs made from his watercolors and canvas that would compose the collections of “Picturesque and historic voyage to Brazil”. The costumes portrayed by Debret are analyzed in contrast to the reports of the fashion historians, concluding that the fashion in Brasil in the Johannine Era and the D. Pedro Era followed the European trends of the time, the Empire style and the Romantic style. • **KEYWORDS** • Debret; clothing; D. João VI; D. Pedro I; Brazil.

Recebido em 14 de dezembro de 2018

Aprovado em 29 de setembro de 2019

ARAÚJO, Marli Gomes de; MARCICANO, João Paulo Pereira; HELD, Maria Sílvia Barros de. A obra de Jean-Baptiste Debret como fonte histórica para os estudos dos trajes usados no Brasil no início do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 270-301, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p270-301>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

3 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil); Universidade de Lisboa (ULisboa, Lisboa, Portugal).

Variadas são as fontes utilizadas pelos historiadores para estudo e reconstituição de vidas e fatos passados: fontes imateriais; fontes visuais, como pinturas, gravuras, filmes e fotos; fontes materiais, vestígios de civilização, como monumentos, utensílios diversos, vestimentas e outros (REIS, 2000). A vestimenta tem despertado interesse de estudo para a historiografia, tomando-se a premissa de que a roupa é um objeto dotado de significados individual e social que acompanham as primeiras civilizações humanas, estando inserida em culturas diversificadas.

Nesse sentido, a história da vestimenta é intrínseca à história humana, o que a configura como mais um campo de estudo da historiografia, denominado História do Vestuário. Muitos historiadores recorreram aos trajes como fontes históricas para estudo de civilizações e sociedades antigas, dado o intercruzamento de elementos simbólicos que possibilitam identificação social e individual em uma época específica. A partir do reconhecimento do vestuário como fonte histórica, pesquisadores têm voltado seus olhares para os estudos da indumentária como fonte material para estudos da própria história, da sociologia e do comportamento humano, abrangendo áreas diversas como a psicologia e a psiquiatria, permeando questões sociais, políticas, econômicas e religiosas.

Havendo raras fontes de vestuário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, a obra de Debret colabora com os estudos da vestimenta usada no Brasil naquele período. De acordo com Borges (2003), professora pesquisadora na área de iconografia, historiadores consonantes com o pensamento da escola metódica têm utilizado imagens visuais conjuntamente com o texto escrito em suas pesquisas. Além de confirmarem os documentos escritos, as imagens ajudam a entender as fontes textuais. Dessa forma, as imagens como fonte de pesquisa histórica apenas confirmam os documentos escritos.

Em Reis (2000), vê-se que os *Annales* foram engenhosos com relação às fontes históricas, posto usarem escritos de todos os tipos e, inclusive, objetos, utensílios, pinturas, fotografias e outros analisados com novas técnicas que não eram tradicionalmente usadas na pesquisa histórica. Nesse prisma, a história podia ser feita com todos os documentos considerados sinais da passagem do homem em determinado tempo e local.

Panofsky (1976) propôs um método que pode contribuir grandemente em uma

análise sistemática de fontes imagéticas em pesquisa histórica, em que a iconografia e a iconologia são, normalmente, usadas na história da arte para estudar o significado das obras de artes. Em seu método, na análise de uma obra de arte podem-se distinguir três níveis: tema primário ou natural, que consiste na identificação das formas puras, relações mútuas e motivos artísticos; tema secundário, que depreende as histórias e alegorias – a ligação do tema artístico com assuntos e conceitos constitui a iconografia; e significado intrínseco ou conteúdo, no qual a análise de atitude de uma nação, período, classe, convicções religiosas e filosóficas sob a ótica do artista constitui a iconologia.

Na presente pesquisa, as imagens de Debret foram utilizadas como fonte de pesquisa para a História do Vestuário, analisadas parcialmente à luz da iconografia e da iconologia propostas por Panofsky (1976). As imagens aqui apresentadas para análise, em sua maioria, acompanham textos descritos do pintor, cuja importância é destacada em Borges (2003).

Como fonte histórica visual, a iconografia de Debret tem adquirido respeito para os estudos da sociedade brasileira do século XIX, sendo analisada por variados prismas sociais. Dias (2006) analisa os retratos de D. João VI e D. Pedro I contrapondo as imagens dos retratados para verificação de suas descrições físicas a fim de detectar os modelos empregados pelo artista francês. Para isso, tomou como parâmetro a formação francesa de Debret e as relações dessa formação com os fatos históricos sobre os dois importantes momentos políticos da história brasileira, a Monarquia e o Primeiro Império no Brasil. Para a autora, o trabalho de Debret se traduz em uma “composição narrativa que transmite uma mensagem histórica”.

Mott (1979) analisa cerca de 80 obras de autores que estiveram no Rio de Janeiro entre 1800 e 1850, destacando dados das crianças negras vindas da África ou nascidas no Brasil, e dentre essas obras analisadas encontra-se a de Debret. A autora transcreve diversos trechos dos relatos do pintor e também reproduz duas aquarelas que auxiliam no entendimento dos relatos. Monteleone (2016) investigou os trajes usados no Rio de Janeiro do século XIX e recorreu a duas aquarelas de Debret para estabelecer a moda usada pelos escravos de famílias ricas e mulheres da sociedade. Viotti (2016) faz uso de relatos de Debret, dentre outros autores, para caracterizar os trajes usados pelos escravos nos séculos XVIII e XIX.

Embora a iconografia de Debret seja usada como fonte visual para estudos históricos e sociais, observou-se, na revisão de estudos existentes sobre os trajes em Debret para este artigo, que as poucas abordagens relacionadas à vestimenta no Brasil do início do século XIX restringiram-se aos trajes de escravos e aos trajes reais de D. João VI e de D. Pedro I. Assim, esta pesquisa pretende contribuir para os estudos dos trajes usados no Brasil do início do século XIX, tendo como parâmetro os registros das roupas nas obras do pintor, considerando a diversidade de tipos sociais descritos nos relatos e retratados em aquarelas por Debret.

Jean-Baptiste Debret (1768-1848) chegou ao Brasil em uma comitiva de artistas franceses para a Missão Francesa, os quais foram especialmente contratados pelo príncipe regente português para, além de outras missões, registrar o cotidiano e os momentos solenes da Família Real no Brasil. As cenas criadas por Debret carregam marcas dos seus quinze anos de presença no Brasil, de 1816-1831. Sua obra constitui

um *corpus* iconográfico com litografias feitas a partir de suas aquarelas e pranchas, que comporiam os fascículos de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*⁴, os quais se traduzem em relato e interpretação do Brasil, segundo a ótica do artista francês. As imagens coletadas são testemunho visual das cenas urbanas vivenciadas durante a permanência do pintor no Rio de Janeiro.

Lima (2004, p. 18) ressalta que a obra de Debret não pode ser analisada como representação fiel dos fatos, como se procede no realismo naturalista, mas, como pintor que seguia os modelos neoclássicos, pelo “realismo empírico, em que a observação é o início do processo de composição. Poder testemunhar o fato que dá origem ao quadro, eis o elemento legitimador do realismo neoclássico”. Acrescenta Lima (2004, p. 20) que Debret “seguiu os princípios de uma pintura que precisava trazer em si a força do testemunho”, por isso que suas imagens são acompanhadas de textos, e “deixa clara em suas imagens a sugestão de veracidade das cenas. Trata-se, portanto, de reconhecer a sua verossimilhança, mais do que a de um realismo de cunho naturalista”.

Debret (1989, p. 24), na condição de pintor histórico, como ele próprio se intitulava e afirmou: “cheguei ao Rio de Janeiro na qualidade de pintor histórico” –, é reconhecidamente um dos primeiros pintores a retratar o início da sociedade brasileira. Anterior a Debret e de acordo com Levy (2018), ainda no período colonial, as pinturas tinham caráter religioso e os retratos eram parcos, já que a produção de retratos dependia da situação econômica da família. Além disso, a maioria dos retratos era do sexo masculino; o segmento feminino apenas apareceu nos retratos com o surgimento dos salões da alta sociedade brasileira.

O artista não só pintou retratos da Família Real e das damas da Corte, mas também da sociedade em geral. Lima (2004, p. 39) define que “tudo surge do fino traço de Debret, preenchido pelas cores suaves e diluídas da sua aquarela”. A partir da sua experiência de pintor histórico e sua cautelosa observação, com testemunho histórico o francês registrou o cenário urbano do Rio joanino e seu conjunto arquitetônico, bem como o dia a dia de variados grupos sociais que habitavam a cidade, considerando sua diversidade, revelando aspectos físicos, hábitos, costumes, práticas diárias e, inclusive, os trajes em voga à época.

Reitera-se, aqui, que os trajes e acessórios usados no Brasil até a década de 1830 procediam da moda europeia, já que ainda não se podia falar em moda brasileira no século XIX. Esta, com traços próprios, foi criada no século XX, por volta de meados da década de 1940, informa Neira (2008). Embora não houvesse moda brasileira no período, o termo moda já era usado no Brasil. Efetivamente, o termo, como é entendido até os dias atuais, é versado desde a segunda metade do século XVIII em revistas femininas europeias. A primeira revista feminina que apresentou o termo e gravuras de roupas foi a britânica *Lady's Magazine* (1770-1837). Na França, o termo e o conteúdo análogo podem ser verificados na revista *Journal des dames et des modes*, de 1798.

O historiador de moda James Laver (2008) ressalta que o termo, na verdade, já era utilizado em 1666 por Samuel Pepys, que escreveu em seu *Diurnal* sobre a moda do rei

4 *Voyage pittoresque et historique au Brésil* – título original.

Carlos II. Ainda a esse respeito, Craik (1994, p. 205), professora pesquisadora da área de têxtil e moda na Universidade de Melbourne, Austrália, revela que o termo já era reconhecido no século XV na Corte de Carlos VII, para o qual foi solicitada a criação de um ministério para a moda, tamanha era sua relevância na Corte desse período.

A moda europeia chegava e reinava no Rio de Janeiro desde a chegada da Corte de D. João VI, padrão copiado pelas elites das principais províncias do Brasil. Poucas mudanças, quando eram efetivadas, destacavam os costumes regionais pela ornamentação, conforme observado em desenhos e pinturas de artistas como Johann Moritz Rugendas, em *Costumes de São Paulo*; de Charles Landseer, com as pinturas *Woman of Pernambuco* e *Figures of St. Pauls* 1822; de Henry Chamberlain, *A pleasure Cart* –1822, dentre outras pesquisadas na *Brasiliana Iconográfica*.

É importante ressaltar que, nas telas de Debret, a maior representação social concentra-se nos negros, já que estes aparecem em grande escala no cenário populacional da cidade. Mesmo assim, o pintor registrou a indumentária em todas as classes sociais, como a vestimenta dos escravos e cidadãos comuns, os trajes de gala da Corte, o traje real, o imperial, dos religiosos, da guarda real, dos ministros, entre outros. Posto isso, toma-se a obra do pintor como fonte visual para análise dos trajes usados no Rio de Janeiro nas primeiras três décadas do século XIX, mais precisamente até 1829, ano do segundo casamento do imperador D. Pedro I.

Esse período coincide com as grandes mudanças registradas na História do Vestuário, que por sua vez colidem com o período dos principais eventos sociais franceses que refletiram na Europa de 1789 à década de 20 dos anos oitocentos. Dessa forma, a pesquisa considerou a contextualização da indumentária nas mudanças sociopolíticas do Brasil advindas da Europa após a Revolução Francesa, as quais resultaram na chegada de D. João VI ao Brasil, quando, então, chegaram os novos estilos europeus de roupas, bem como foi criada a sociedade brasileira, até então considerada insípida.

Na sequência, como desdobramento desses fatos, também foram analisadas as pranchas do período do Primeiro Reinado, o governo de D. Pedro I, já que esses registros apresentam importantes alterações comportamentais da sociedade advindas da Independência do Brasil e do segundo casamento de Dom Pedro I, último evento solene dessa primeira fase do Brasil Império. A análise da obra de Debret desses grandes momentos permitiu a verificação da correlação das roupas com esses episódios e a consequente ruptura dos padrões sociais antigos e a instauração de novas regras e padrões que convergiam para as características da nova nação. Os estilos aqui analisados que correspondem aos dois grandes momentos históricos brasileiros são o Império: Pós-Revolução Francesa e chegada de Dom João VI; e o Romântico: Pós-Independência do Brasil.

A fim de entender os aspectos e estilo dos trajes em voga à época nessa fase, faz-se necessário retomar importantes acontecimentos que antecederam à reforma social que afetou o homem como um todo. O principal evento desse período, a Revolução Francesa, culminou em importantes transformações sociais que reverberaram também na indumentária do final do século XVIII e das três primeiras décadas do século XIX. Isso significa que não se deve considerar a contagem cronológica do final de um século para o início do século seguinte, já que a inspiração para as

mudanças nos modelos das roupas não possui uma linha divisória entre os séculos, mas sim a clara menção de datas por acontecimentos sociais ocorridos entre 1789 e 1830, o que corrobora a intrínseca relação da vestimenta com os eventos franceses e, consequentemente, mudanças nos padrões sociais.

Os registros dessas mudanças na vestimenta ratificam o esclarecimento do renomado historiador Arnold Hauser (2003), segundo o qual o século XIX iniciou-se, de fato, a partir de 1830 devido ao grande número de acontecimentos sociopolíticos que ecoaram até as primeiras décadas desse século. Ainda que não se deva considerar a História do Vestuário por datas rígidas e cronológicas, preconizaram-se, neste artigo, as célebres pesquisas na área do historiador Carl Köhler (2005).

Köhler (2005) ratifica que as roupas acompanharam o período das manifestações e revoluções de 1786 a 1830, ou seja, os novos modelos de roupas surgiram na Revolução Francesa e obtiveram pequenas mudanças até 1830, quando a moda toma outro rumo e ganha novas alterações até o final da Era Oitocentista, sempre acompanhando as mudanças sociais. Cronologicamente, na História do Vestuário, as importantes mudanças no século XIX foram classificadas em Império, Romantismo, Vitoriana e *Belle Époque*.

O primeiro período da grande transformação da indumentária ocorreu com o declínio da aristocracia francesa, quando os ideais dessa classe foram derrubados e difundiu-se grande repúdio aos ricos, dando início à caça aos aristocratas, que precisaram despojar-se de todo o luxo e extravagância com o intuito de se misturarem ao povo e não serem reconhecidos. Para obterem êxito no disfarce, os ricos abandonaram todo o luxo e extravagância do estilo Rococó – estilo anterior ao Império – e adotaram o máximo de simplicidade nas roupas, já que objetivavam ser reconhecidos como cidadãos comuns. Segundo Köhler (2005), o apego à vida fez os aristocratas e ricos saírem às ruas vestidos como operários e jacobinos, cuja identificação se dava pelo uso de pantalonas azuis, jaqueta curta e gorro vermelho.

Como a palavra de ordem era a simplicidade total e ostentar não era um ato republicano, os modelos neoclássicos foram escolhidos para reportar esse período, dando início à primeira classificação histórica, o estilo Império, permanecendo até a década de 20 do século XIX. Esse estilo influenciou sobretudo o guarda-roupa feminino, cuja peça de maior destaque foi a túnica, peça que eliminou as vestes de baixo e colocou à mostra peito e braços. Para se conseguir o efeito dos trajes neoclássicos, os brocados e os vivos tecidos luxuosos deram lugar aos tecidos finos, claros e pálidos com cores claras, como a cor branca e a rosa-claro, em musselina ou cambraia para o dia a dia e em seda para ocasiões festivas (CHATAIGNER 2010). Esse modelo pode ser descrito como uma camisola solta de cintura alta até a região abaixo do busto, decote quadrado e comprimento até as canelas, sendo usado com sapatilhas. Para acompanhar o modelo, entram em moda as luvas longas e os variados estilos de xales (KÖHLER, 2005).

Devido à leveza do tecido, o estilo era adequado ao clima brasileiro e foi difundido e amplamente usado pelas damas da Corte, Dona Leopoldina e Dona Carlota, registrado por Debret nos momentos solenes da Corte, como analisado nas pranchas da chegada de Dona Leopoldina ao Brasil, da coroação de Dom João VI e em outros

eventos solenes. Os cabelos femininos eram penteados à moda grega e usavam plumas de avestruz presas como ornamento de cabeça.

O vestuário masculino, após o luxo do Rococó e o exagero nos trajes simples à época de caça aos aristocratas, volta ao normal. Os modelos permanecem por mais tempo, a sobriedade das cores primárias dita as regras no estilo masculino e os trajes passam a ter cortes impecáveis e de muito bom gosto. Enquanto o guarda-roupa feminino segue influenciado pelos ideais franceses, o masculino segue os padrões ingleses ditados pelo costureiro britânico Beau Brummel, cujo estilo privilegiava a sofisticação do modelo inglês de caça, composto de tipos de casacos variados, casacas de golas altas, fraques, coletes de cetim ou seda. Por baixo, usavam camisas impecáveis de tecido fino, como a casimira, com colarinho duro e pontas viradas para cima em direção ao rosto. Ao redor do pescoço, Laver (2008) esclarece que se usava o *plastron*, um lenço amarrado ao pescoço cuja sofisticação se concentrava nos nós que contribuíam para o aspecto dândi de arrogância, uma das principais marcas dos dândis.

Para completar esse estilo dândi, o guarda-roupa masculino acompanhava calções justos usados com botas de cano alto de montaria ou meias de seda com *scarpins* e calças compridas impecáveis, as *pantalons*. Procurava-se usar as roupas bem justas ao corpo, sem nenhuma ruga, sobretudo os calções. Como acessórios, usavam bengala, cartola ou o chapéu bicorne.

O historiador Köhler (2005) acrescenta que os calções foram aperfeiçoados; eram muito justos e, com a nova moda que introduzia o uso de botas, as fivelas que os prendiam cederam lugar às fitas e laços. Em 1800, com a adesão das botas de cano alto, os calções tornaram-se mais compridos, ficando a parte de baixo escondida nas botas, como se verá na gravura de D. Pedro I. Os calções foram aos poucos substituídos pelas calças, mas foram usados até 1830, quando saíram definitivamente da moda. Em relação às botas, sobretudo a de cano alto, é importante ressaltar que seu uso, em conjunto com a casaca inglesa, foi padrão colocado em evidência pela Revolução Francesa e foi uma tendência amplamente adotada no guarda-roupa masculino.

Corroborando com o historiador Laver (2008), Debret (1989) registra o uso da moda Império no Brasil com a retratação das damas da Corte e a importância do uso de luvas longas com vestidos de mangas curtas, sobretudo quando usados durante o dia, conforme as gravuras representadas nas figuras 1, 2, 3, e 4. Na Figura 1, Debret registrou o desembarque da princesa Leopoldina vestida em um modelo de seda branca, mangas curtas, com a parte posterior em rosa. Conforme os padrões da época, a princesa usava ornamento de cabeça com plumas e luvas brancas até os cotovelos. Interessante observar na gravura que, à exceção da Imperatriz, que usa plumas brancas como adorno de cabeça, as demais damas usam as vermelhas.

O uso de plumas vermelhas deveria ser prática comum em cerimônias importantes, já que o historiador francês descreve as mesmas cores de adornos de cabeça também na festa de aclamação de D. João VI: “Via-se a Rainha, em primeiro lugar, mais perto do trono; em seguida a princesa real e mais adiante as princesas filhas do rei; todas essas senhoras usavam penas vermelhas, à exceção da princesa real, que as usava brancas” (DEBRET, 1972, v.3, p. 60). Embora Braga (2005) traga as cores claras como as preferidas, na tela de Debret nota-se a cor vermelha em

evidência, principalmente nos trajes das damas da Corte, à direita da imperatriz, em uma composição de vermelho e azul, cores da realeza portuguesa segundo o pintor.



Figura 1 – Desembarque da Princesa Real D. Leopoldina. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 84)

Com a passagem do Brasil em 1815 à categoria de reino (Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves), em 1818 Dom João VI foi aclamado rei no Rio de Janeiro e Dona Carlota Joaquina, rainha do Reino Unido. A litografia de Debret traz o traje de Dona Carlota para a sua aclamação, cujo modelo seguia os padrões da época com formato cônico, decote quadrado, comprimento às canelas, bordado no barrado, mangas curtas e luvas longas brancas, conforme Figura 2.

Como explicado anteriormente, o vermelho e o azul no traje de D. Carlota representavam as cores da tradição portuguesa. Nota-se também que, no geral, conforme análises das gravuras e aquarelas, à época de D. João VI as mulheres usavam plumas vermelhas como adorno de cabeça, como já mostrado na Figura 1, gravura da chegada de D. Leopoldina ao Brasil. De acordo com Italiano et al. (2015), o traje compunha-se de blusa, saia e um manto. A saia é costurada no corpo, na altura abaixo do busto, onde o manto também é preso. O manto começa, então, pela parte da frente e é amarrado no centro das costas.



Figura 2 – Retrato de corpo inteiro de D. Carlota Joaquina com vestido usado na sua aclamação como rainha do Reino Unido, em 1818. Fonte: Debret (1989, p. 142)

O traje de gala que D. Leopoldina usa na coroação de Dom Pedro I, gravura representada na Figura 3, acompanha capa real em verde com bordado dourado. O vestido vem na cor branca com detalhes em verde e dourado, cintura alta abaixo do busto, decotado e mangas curtas. O modelo do traje data de 1818, ainda moda Império, mas com alterações para o modelo cônico, não totalmente solto como era no início do século XIX.

O historiador inglês da moda James Laver (2008) esclarece que essa transformação se deu após a Batalha de Waterloo, 1815, quando os vestidos perdem a característica clássica, adquirindo aspectos da moda seguinte. Sendo o modelo em mangas curtas, acompanha luvas brancas e longas. Debret, em seu texto explicativo, destaca o elaborado adereço de cabeça, imprescindível para as damas da alta sociedade.



Figura 3 – Traje da Corte de S. M. I. Carolina Leopoldina, primeira Imperatriz do Brasil. Fonte: Debret (1989, p. 142)

Esse vestido de Dona Leopoldina foi pintado primeiramente em aquarela (Figura 4), na qual o pintor desenhou detalhes do traje composto de vestido, manta real, luvas e adereço de cabeça – plumagem branca com pontas em verde. Ao lado da pintura aquarelada, à direita, Debret faz questão de colocar o esboço do manto da princesa; à esquerda, os desenhos da capa da Imperatriz, descrevendo a riqueza dos detalhes do bordado dourado evidenciando os ramos de trigo. Essa aquarela foi posteriormente transformada em uma litografia da obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.



Figura 4 – Aquarela do traje da Imperatriz Leopoldina. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 330)

Na obra *Dom João VI no Brasil*, o historiador Oliveira Lima (1945) descreve que havia poucos momentos para as mulheres de posses mostrarem seus luxuosos trajes. Os eventos solenes e as procissões religiosas eram uma das únicas oportunidades que as mulheres tinham em exibir suas vestimentas e elegância. Tamanho era o espetáculo que o historiador chegou a comparar as procissões com as corridas de Longchamps em Paris, local onde as mulheres estreavam novos vestidos e novas galas.

Durante esses eventos, Lima (1945, p. 1.003; 1.022) também descreve que nas janelas das casas “se debruçavam princesas e damas da corte com turbantes de gaze, diademas de brilhantes e grandes plumas no toucado [...]. Vestiam-se as senhoras com seda, decotadas à luz do dia e pesadas de joias”. A descrição fornecida pelo historiador conflui com a representação das vestimentas da Corte na aquarela de Debret (1972, v. 3, p. 235) intitulada “Vestimentas das damas de honra da corte”, conforme Figura 5 e seu texto descritivo.

No texto dessa aquarela, Jean-Baptiste Debret explica a adoção do verde e amarelo nos trajes da Corte. Símbolos do Império, essas cores também foram adotadas na decoração dos ambientes reais. Até então, as cores usadas eram o vermelho e o azul, símbolo do reinado português, portanto, de D. João VI. A plumagem usada como adorno na cabeça, antes vermelha, passa a ser branca. Nesse sentido, a representação dos trajes nas aquarelas e gravuras e o realce às suas descrições evidenciam que as roupas constituem marca histórica das grandes mudanças ocorridas no Brasil com a chegada de D. João VI e sua posterior

aclamação em terras brasileiras, bem como as mudanças advindas da Independência e o nascimento do espírito nacionalista, representado nas cores da jovem pátria.

O pintor francês dispensa especial atenção às novas cores e bordados dos trajes usados na ocasião da coroação de D. Pedro I, como se pode ver na Figura 5 e na descrição abaixo:

Junto ao trono de D. Pedro I, o verde e o amarelo, símbolo do novo império brasileiro, sucederam as cores nacionais brasileiras: o vermelho e azul. As penas vermelhas das princesas reais cederam às penas brancas de ponta verde a honra de coroar o diadema da Imperatriz Leopoldina; as demais damas da corte usavam penas todas brancas, e a combinação de ouro e verde aparecia somente na composição de seu turbante, juntamente com o manto verde bordado a ouro e a saia branca bordada de prata que constituíam a vestimenta de gala para os dias solenes. (DEBRET, 1972, v. 3, p. 235).



Figura 5 – Vestimenta das damas de honra da corte. Fonte: Debret (1989, p. 162)

O guarda-roupa masculino joanino acompanhava o estilo inglês de caça em voga na Europa, adotados após a Revolução Francesa. Nas gravuras das figuras 6 e 7, respectivamente, Debret registra Dom João em seu traje de gala, usado exclusivamente no dia de sua aclamação, e em seu traje do dia a dia. Em ambos os momentos, D. João usa calções presos abaixo dos joelhos, meias de seda branca e *scarpins* pretos com fivelas. Embora as botas de equitação tivessem entrado na moda e fossem aderidas pelos homens, os indivíduos mais tradicionais preferiam os *scarpins* para uso formal e à noite, conforme determinava a regra social.

Apesar de Braga (2005) esclarecer que os culotes ou calções tenham sido substituídos pelas calças compridas, o historiador Carl Köhler (2005) elucida que, mesmo com a chegada destas, os calções ou culotes continuaram em uso até 1830, quando então saíram de moda. Os calções foram melhorados para o uso com botas de cano alto, tornando-se mais compridos para usar por dentro das botas, mas continuavam bem justos, embora conservando a modelagem da última década do século XVIII.

Italiano et al. (2015) apontam que os calções possuíam uma abertura com aba frontal e, nas costas, uma tira com fivela para ajuste da largura. Abaixo dos joelhos também havia uma tira para ajuste de largura, conforme mostram as gravuras das figuras 6 e 7.

É importante destacar, na Figura 6, os ricos detalhes do traje real, caprichosamente registrados por Debret, cujo texto descritivo relata os pormenores do manto real, elogiando o luxo, o bom gosto e a precisão da confecção do traje:

Os brasileiros admiravam D. João VI vestido pela primeira vez com o soberbo manto real de veludo carmesim semeado de castelos e quinas, emblemas das armas de Portugal e guarnecido com a esfera celeste, emblema do Brasil; o manto era seguro por uma presilha de brilhantes [...]. O manto real que vimos em casa de pessoa de confiança encarregada de sua guarda, pareceu-nos de uma execução tão perfeita quanto os europeus. Tem a forma de um manto de cauda com gola dobrada; é de veludo vermelho forrado de pano prateado. Magnífica presilha enfeitada de enormes diamantes fecha o manto no peito. O fundo de veludo vermelho enriquece-se, à maneira espanhola, de quantidade de pequenos escudos alternados, acessórios emblemáticos de três reinos unidos: a torre bordada a ouro, a esfera celeste também bordada a ouro sobre o fundo azul-celeste e o escudo de igual fundo sobre o qual se veem as cinco quinas. Uma larga barra ricamente bordada contorna o enorme manto e ostenta de um modo agradável para o espectador, o ouro, a prata e as pedras de aço polido aplicadas com toda a perfeição da agulha nesse veludo e no pano de prata do forro. (DEBRET, 1972, v. 3, p. 59).



Figura 6 – Retrato de Dom João VI. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 78)

Italiano et al. (2015) esclarecem que o modelo da casaca usada por Dom João na gravura da Figura 7 era ainda ao estilo dos casacos do século XVIII. O abotoamento era um detalhe importante para a casaca; os botões eram dispostos na parte frontal, cujas casas maiores evidenciavam a função única de ornamentos, posto que a casaca fosse fechada por colchetes frontais. A parte de trás é composta por uma saia pregueada.



Figura 7 – Dom João VI. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 79)

Ao pintar o retrato do Imperador Pedro I (Figura 8), Debret evidencia o momento político do Brasil destacando as mudanças de cores nos trajes da Corte e a mudança de estilo no traje imperial de D. Pedro. Para o pintor, o espírito nacional estava representado não só nas cores que traduziam o espírito de nacionalidade, mas também nos detalhes de fundo do manto imperial, como os desenhos e a seda no forro do manto. Também o palácio, por ocasião do importante evento, estava ricamente decorado, “cujos detalhes de gosto moderno exibiam muito ouro, dominando com elegante magnificência a cor verde” (DEBRET, 1972, v. 3, p. 74).

Debret descreve que D. Pedro I vestia seu uniforme militar, revestido de todas as insígnias imperiais. Por cima do uniforme, o manto do imperador apresentava nova modelagem, diferente dos convencionalmente usados nos reinos europeus e do manto de D. João. Ao modelo de um poncho usado no Sul,

descrito por Debret como manto usado na América do Sul, o manto imperial era de veludo verde, bordado a ouro e forrado com seda amarela para evitar o calor do Rio de Janeiro. Nos ombros, uma pequena capa de seda amarela coberta com plumas de tucano. A borla do manto era bordada com “grupos de folhas de palmeira e frutos da mesma árvore; grandes estrelas de oito pontos semeadas no fundo” (DEBRET, 1972, v. 3, p. 161).

Em relação ao estilo usado por Dom Pedro I, ressalta-se o uso de calções brancos com ramos de palmeira bordados a ouro, as mesmas do manto imperial, e as botas de cano alto, modelo montaria, usadas com a casaca inglesa, moda colocada em evidência pela Revolução Francesa e também pela ascensão de Napoleão Bonaparte, que usava trajes militares e botas de montaria, conforme discorrem os historiadores Laver (2008) e Köhler (2005). Dias (2006), em uma de suas análises, destaca que as botas de cavaleiro, assim como o diferente manto, são símbolos do Brasil Império. No entendimento da autora, as botas estariam relacionadas à personalidade ativa do imperador e ao seu espírito militar. Essa hipótese não é refutada, mas deve-se também considerar o período que sucedeu à Revolução Francesa, que colocou em evidência a moda inglesa de caça com uso dos calções justos e botas de montaria.



Figura 8 – Coroação de D. Pedro I. Fonte: Debret (1989, p. 106)

A comparação da gravura de Dom Pedro I com a de D. João VI e as respectivas descrições detalhas dos trajes real e imperial feitas por Debret, de cores, modelo e bordados, elucidam o contraste dos dois governos, importantes momentos históricos para o Brasil. O traje de D. João VI remete para as tradições portuguesas, e seu manto, para o Antigo Regime, com destaque para a cor vermelha com detalhes em ouro, refletindo a majestade dos reis, como bem coloca Dias (2006) em sua análise da retratística de D. João VI e D. Pedro I feita por Debret.

A década de 1820 marca um período na história brasileira de muitas mudanças advindas de 1822, mudanças essas evidenciadas nos trajes usados no Brasil de então, sobretudo na alta sociedade, que aderiu às novas cores e padrões nas roupas,

inspirada pelo espírito de construção da nacionalidade brasileira, que perpetuou pelo século XIX. A essa época, procurou-se valorizar os elementos nacionais, a natureza brasileira e o índio como representante da terra. Por essa razão, os elementos da natureza estão ricamente representados nos trajes de D. Pedro I pelas cores verde, amarelo e ouro, e, nos desenhos de seu manto imperial, pela palmeira e seus frutos no bordado dourado e estrelas no fundo do manto de veludo verde.

O crítico literário Antonio Candido (2006) reforça a febre do espírito nacionalista impulsionada pelo Pós-Independência em todas as camadas sociais, sobretudo nas artes e na literatura. Além da natureza, o índio era o símbolo nativo do Brasil, remetendo a consciência popular para o nativismo. Com todo esse ânimo de valorização dos elementos nacionais, sobretudo do índio e da natureza, nomes e pseudônimos indígenas eram adotados por jornais, na literatura e em festas, inclusive D. Pedro I, como Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, adotou o pseudônimo Guatimozim⁵.

A exaltação dos elementos da pátria, o sentimento de afeto ao país, o patriotismo, o orgulho da jovem nação e o amor pela natureza brasileira marcaram a entrada do espírito de renovação da sociedade brasileira, a construção da própria identidade do país enquanto nação independente. Esse período que antecede a década de 1830 é, na literatura brasileira, chamado de Pré-Romantismo. Enquanto no Brasil o Romantismo estava nas suas origens, na Europa já estava a todo vapor. O romance, novo gênero literário que representava a ruptura da tradição, estava em alta e era símbolo do movimento romântico. O Romantismo influenciou a sociedade como um todo, sobretudo pelas formas de representação social, dentre elas a literatura e as roupas.

Na indumentária, a partir de 1822, a Era Romântica provocou grandes mudanças em relação ao estilo Império, sobretudo no guarda-roupa feminino. Agora, o vestido é composto de corpete comprido e decotado, que até então era bem curto, à altura do busto, com decote quadrado ou redondo, e a cintura retorna para seu lugar. A saia torna-se mais volumosa, usada acolchoada ou bem engomada, e recebe barra de babados e outros adornos. As mangas passam a ter enchimento nos ombros, recebendo o formato bufante. Em 1825, a manga novamente recebe outra alteração com a adesão de outra manga sobreposta, que podia ser em gaze transparente. Os vestidos de gala e de noite eram bem decotados, e os ombros ficavam totalmente à mostra. Esses modelos permanecem em voga até 1835, quando então entra o estilo Romântico propriamente dito, de acordo com Köhler (2005).

Em Debret, o estilo Romântico foi marcado com a gravura do segundo casamento de D. Pedro I, em 1829, com Amélia de Leuchtenberg, segunda Imperatriz do Brasil (Figura 9). Na gravura nota-se a nova tendência romântica no vestido de noiva da Imperatriz, cujo decote acompanha o modelo em voga e o barrado com babados e ricamente bordado com fios de prata. As mangas são bufantes e a cintura já se apresenta bem marcada e em seu devido lugar. Diferentemente do manto real usado por D. Carlota e do manto imperial usado por D. Leopoldina, o de D. Amélia

5 Esse nome exprime a inclinação dos iluministas pelos nativos mais adiantados da América Espanhola, que ofereceram resistência efetiva ao conquistador.

apresenta-se na cor branca e com fino barrado bordado na cor verde, cor também do manto imperial de D. Pedro I. Chama-se atenção para a representação no adorno do vestido à altura do busto, uma flor verde, que complementa a simbologia dos ícones que representam o novo Brasil.

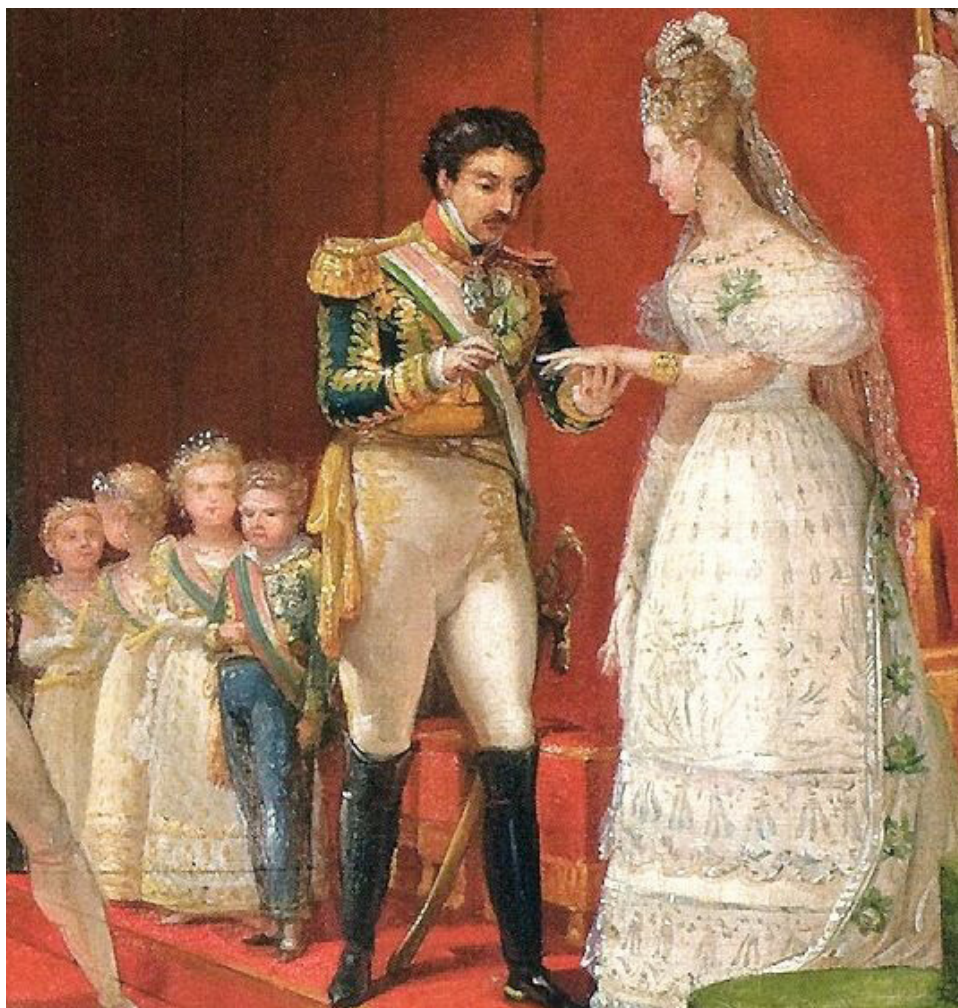


Figura 9 – Casamento de S. M. D. Pedro I com a princesa Amélia de Leuchtenberg. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 98)

Fora dos eventos reais e imperiais, dos momentos festivos e de gala, a indumentária do dia a dia da classe alta também foi registrada por Debret. A Figura 10 traz um grupo reunido para o assentamento da casa da duquesa de Cadaval. Na imagem, a duquesa aparece com um vestido preto de mangas compridas justas, com altura às canelas, segurando um xale, acessório que entrara para o guarda-roupa feminino no início dos Oitocentos, conforme descreve Braga (2005), e sapatilhas sem salto. Para

os homens, o estilo inglês, com cartolas, às vezes chapéu armado, e botas. Na Figura 10, observa-se o uso de casacos de gola alta, colete de cetim ou seda, camisa com colarinho virado para cima e pontas projetadas para o rosto, com acompanhamento do *plastron* amarrado ao pescoço. Para a moda da época, era indispensável o uso da cartola ou do chapéu bicorne. Alguns homens usam calça comprida meio justa com *scarpins*, e outro usa calções e botas de cano alto. Os cabelos são bem curtos, moda à *la Titus*, conforme descreve o historiador de moda James Laver (2008).



Figura 10 – Assentamento da pedra fundamental do palácio da duquesa de Cadaval em Laranjeiras. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 71)

Segundo o pintor histórico, as mulheres do período joanino, em seu clausuro, tinham como suas companhias, na maioria das vezes, os filhos e os escravos e, como única ocupação, o trabalho manual com agulhas. Em detalhes ricos, na gravura da Figura 11, Debret registrou o dia a dia de uma dona de casa em companhia de filhos e escravos, na qual se verifica o traje simples, um vestido no estilo greco-romano no modelo solto, usado no início do século, auge da moda Império, acompanhado de xale, conforme traz Braga (2005).

Nota-se que a filha traça um vestido do mesmo modelo da mãe. Provavelmente a mulher apresentada na tela fosse de família abastada, pois a escrava à esquerda apresenta-se de vestido azul, também no modelo em voga à época, cintura abaixo do busto, tal qual a dona da casa e sua filha, o que indicia inclusive a existência de hierarquia entre os escravos, comparando com os demais na gravura.



Figura 11 – Uma senhora de algumas posses em sua casa. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 176)

A Figura 12 mostra uma mulher comum usando vestido modelo Império solto, com xale, chapéu e sapatos baixos. O modelo não acompanha a forma cônica dos vestidos usados na Corte, mas sim o modelo Império, que se estendeu até cerca 1814, solto e mais leve, pois, conforme Braga (2005), o período de 1815-1820 foi uma época de transição entre a moda Império e a Romântica. Assim, os vestidos permeavam entre a forma solta e cilíndrica, que evidenciava a silhueta feminina e a forma cônica, escondendo o formato do corpo, que, para Italiano et al. (2015), era o modelo ideal para as menos privilegiadas de corpo. Na mesma figura, para o guarda-roupa masculino, observa-se que os homens vestidos de amarelo e marrom já usam calças compridas, as *pantalons*.



Figura 12 – Mercado de escravos. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 102)

Embora o conceito de moda no século XIX envolva a classe alta, a classe média não ficava de fora de um costume tão importante. Em uma família de classe média, o esmero da vestimenta ia do chefe da família ao escravo. Os escravos possuíam posições entre eles e, quanto mais próximos da família, melhores eram seus cuidados com a aparência e melhor se vestiam. A Figura 13 traz a apresentação da indumentária de uma família inteira com seus escravos, e notam-se as diferenças dos trajes dos escravos, de acordo com sua hierarquia na casa. A roupa do homem compõe-se de casaca preta, colete, calção até os joelhos, botas e chapéu armado, conforme o costume da época.



Figura 13 – Empregado do governo saindo a passeio. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 169)

O Brasil era um país submetido às hierarquias civis e militares. Havia variados tipos de uniformes oficiais, dentre eles o da guarda pessoal de Dom João VI. Debret, em seu texto descritivo, esclarece que os oficiais eram nobres designados ao serviço pelo rei. Suas fardas encontram-se ainda à moda do Antigo Regime, em vermelho com detalhes dourados, cores representativas da tradição das majestades europeias. O artista descreve em sua pintura que a farda é “vistosa de ouro e carmesim, calções de seda e escarpins [...] o resto de seu uniforme no ombro traz a pesada e anacrônica arma medieval de cerimônias” (BANDEIRA; LAGO, 2009, p. 255), conforme aquarela da Figura 14.



Figura 14 – Oficial da Corte indo ao palácio. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 255)

Na Figura 15 o artista, a partir do título, traz o destaque para a indumentária dos ministros e secretários de Estado. Havia muita semelhança na indumentária dos ministros e dos camareiros, mas Debret explica que os camareiros, na verdade,

[...] eram súditos da mais alta nobreza, diplomatas ou militares de mérito, designados para a função de camareiro do rei. [...]. O pequeno uniforme aqui representado apresenta bordados apenas na gola e nos enfeites, com o mesmo caráter de desenho desse grau, ao passo que o grande uniforme possui babados em todas as costuras. A casaca é de lã verde, forrada com seda; a calça, de casimira branca; as meias, de seda branca; e o chapéu, guarnecido de plumas. (DEBRET, 1989, Tomo 3, p. 182).

Os homens nas laterais esquerda e direita da figura representam os contínuos do gabinete. Debret assim os descreve:

Outrora, cada ministro tinha um soldado de cavalaria a seu serviço, mas [...] os soldados foram substituídos por contínuos de gabinetes, trabalhando como correios dos ministros. Seu uniforme consiste de casaca azul e adornos vermelhos, enaltecidos em ouro, calça azul guarnecida de couro, botas de montaria e chapéu encerado. (DEBRET, 1989, Tomo 3, p. 182).



Figura 15 – Indumentária dos ministros e secretários de Estado. Fonte: Debret (1989, Tomo 3, p. 146)

Outro importante aspecto da sociedade carioca oitocentista era a proporção de escravos e negros livres que viviam na cidade do Rio de Janeiro. O historiador brasileiro Oliveira Lima (1945, p. 129) declara que “era certo afirmar que 2/3 do total dos habitantes eram formados por gente de cor, livre ou escrava [...]”. Nesse contexto, na iconografia de Debret os negros também aparecem em maior número devido ao cenário populacional da cidade exposto por Lima (1945), o que ratifica a composição populacional da sociedade do Rio oitocentista. Assim, sendo os escravos grande parte do corpo social, justifica-se a observação de seus trajes levando-se em conta a hierarquia existente nesse grupo, a condição social e financeira da família à qual pertenciam e sua procedência.

Debret pintou em suas telas a diversidade do africano no Brasil, muitas vezes representada pelo vestuário dos escravos. Italiano et al. (2015) descrevem que as roupas dos escravos eram confeccionadas de forma muito simples, visando sempre à economia; os escravos usavam uma calça simples, modelo solto com faixa amarrada à cintura. Não há muitas descrições de roupas de escravos do sexo masculino, mas Debret (1972, v. 3, p. 80-81), em seus textos descritivos das gravuras, explica que “seu costume constitui-se, em geral, de um amplo calção de algodão, apertado na cintura por uma cinta de sarja de lã, e de uma camisa, enrolada em volta do corpo e amarrada por detrás de modo a deixar pendentes as mangas”.

As análises das gravuras e aquarelas de Debret demonstram que as roupas dos escravos não variavam muito e eram todas muito próximas da descrição acima do pintor e de Italiano et al. (2015). Contudo, pode-se observar que havia alguma variedade nas roupas; os escravos usavam calções largos, conforme expõem Italiano et al. (2015) acima; calças justas e um tipo de macacão, podendo ser de algodão cru em

única cor ou listrado. Muitos escravos enrolavam suas calças até o joelho de forma a parecerem os calções, então em voga à época, usados pelos seus proprietários e por pessoas de posses e mesmo por D. João VI e D. Pedro I, conforme mostra a Figura 16. Além disso, conforme relata Debret, muitos escravos livres e de ganho usavam peças de roupas e acessórios doados por militares, como jaquetas, chapéus e gorros de lã.



Figura 16 – O regresso de um proprietário. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 175)

O traje das escravas era composto de duas peças avulsas, saia e blusa. Na descrição do historiador Oliveira Lima (1945, p. 162), as africanas usavam “turbante, saia de algodão branco ou cru, transpassada com um pano listrado de cores variadas e a blusa com decote que caía pelos ombros”. Observando as telas de Debret, é possível notar que os escravos procuravam manter traços de suas culturas, usando, por exemplo, faixas listradas, turbantes e outros adornos que remetiam aos seus costumes.

Algumas gravuras estavam acompanhadas de textos explicativos, nos quais o artista francês chama atenção para os trajes das escravas, como na apresentação da tela das vendedoras de refrescos no verão (Figura 17).

Assim Debret descreve sua obra:

Há, como se pensa, sem dúvida, no Rio de Janeiro, durante o excessivo calor do verão, um grande consumo de bebidas refrescantes, principalmente do aluá, arroz macerado e açucarado, o néctar da classe pouco abastada [...]. Essas vendedoras de aluá se destacam pela elegância de seus trajes, necessariamente proporcionais à fortuna de seus senhores [...]. (BANDEIRA; LAGO, 2009, p. 212).



Figura 17 – Vendedoras de aluá, limões doces e cana-de-açúcar: os refrescos usuais nas tardes de verão. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 212)

Assim, havia um grande sortimento nas vestimentas das escravas conforme a família à qual pertenciam, sobretudo em relação às suas origens. Notoriamente, as escravas provenientes da Bahia possuíam melhor esmero do que as locais do Rio de Janeiro. Na opinião de Debret, as negras provenientes da Bahia (Figura 18) eram as que mais chamavam atenção devido aos trajes mais elaborados do que os das demais negras, o que as tornava facilmente reconhecíveis pelas características da indumentária. Isso atesta que, mesmo na simplicidade dos trajes dos escravos e dentro da classe deles, encontra-se um dos fatores essenciais da moda no século XIX, a distinção ou diferenciação, que permite identificar indivíduos ou grupos por meio da vestimenta, conforme teoria do filósofo Thorstein Veblen (2009).

As negras baianas usavam saia de algodão, camisa de musselina, turbante e manto listrado, marca regional, além de muitos acessórios, como brincos, colares e pulseiras. Debret descreve a diferença da escrava baiana para as demais africanas:

A presença de uma nova população transferida ao Rio de Janeiro se deve às perturbações políticas surgidas em 1822, na província da Bahia. Desde então, distinguem-se, entre as quitadeiras espalhadas pelas ruas da cidade, as negras baianas, notáveis por sua vestimenta e a sua inteligência, umas mascateando xales e tecidos importados. Outras, menos comerciantes, oferecem como novidade algumas guloseimas importadas da Bahia cujo sucesso não se deve duvidar [...]. É fácil reconhecer a negra baiana pela forma de seu turbante, assim como pela altura exagerada da faixa da saia; quanto ao resto de sua vestimenta, é composta por uma camisa de musselina bordada muito clara, sobre a qual ela coloca uma baita faixa, cujo riscado indica a fabricação baiana.

A elegância de sua camisa e a multiplicidade de suas joias de ouro são os objetos sobre os quais se exercem os galanteios. (BANDEIRA; LAGO, 2009, p. 201).



Figura 18 – Mocotós pelados, bolos da Bahia e polvilhos de forma. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 201)

Os escravos das famílias importantes usavam roupas muito próximas de seus patrões e alguns usavam roupas doadas pela família. Na Figura 19, Debret registrou os trajes de gala dos escravos em um casamento entre escravos de família rica. Destaca-se, nessa gravura, o uso de calçados e roupas de luxo, diferentes da vestimenta de escravos livres e de ganho, os quais, conforme representado em Debret, normalmente não usavam sapatos. Os escravos usam *scarpins* com meias brancas, e os colarinhos das suas camisas encontram-se projetados para o rosto, com os nós e os laços do *plastron* devidamente arranjados, consoante com os modelos usados pelos nobres da Figura 10 e com a descrição do historiador James Laver (2008).



Figura 19 – Casamento entre escravos de família rica. Fonte: Bandeira e Lago (2009, p. 163)

Como se pode observar neste estudo, os anseios pela moda existiam também nas classes dos escravos, sobretudo para aqueles cujos senhores dispunham de condições mais abastadas; seus trajes eram “necessariamente proporcionais à fortuna de seus senhores”, como traz Debret em seu texto descritivo da Figura 17. Ao lado dos cativos de vestimentas pobres e simples e pés descalços, residiam os escravos cujas vestimentas eram dignas de observação. O valor de seus trajes e adornos chegava a ser “mais caros do que a compra de mais de dois escravos”, e muitos senhores de escravos mostravam sua condição social e financeira pelo modo como seus escravos se trajavam, informa Viotti (2006, p. 151-153).

Essa autora, em seus estudos sobre os trajes dos escravos nos séculos XVIII e XIX, destaca que no período joanino o luxo e a extravagância nos trajes dos escravos eram preocupantes, sobretudo nas escravas, posto que estas eram comumente confundidas com as senhoras abastadas no Recife, daí o título de sua pesquisa realçar “entre trapos e rendas”, já que os trajes pobres e simples de algumas escravas andavam lado a lado com o luxo e com as rendas de outras escravas. Essa preocupação com trajes luxuosos dos escravos precede o século XIX, mais precisamente no século XVII, quando “a demasia do luxo, de que usam no vestir as escravas desse Estado, eram assunto” (VIOTTI, 2006, p. 153).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises das ilustrações de Debret apresentadas neste artigo, verificou-se que o padrão de trajes utilizado pelas diferentes classes sociais no Rio de Janeiro corresponde à moda europeia vigente à época descrita pelos historiadores do vestuário, então o estilo Império e o estilo Romântico.

A indumentária era de extrema importância para apresentação social, fosse nas solenidades da Corte, em reuniões e eventos sociais e religiosos, fosse para apresentar ou identificar grupos específicos, como oficiais, clérigos, ministros da justiça, inspetor de pesos e impostos, ministros, guardas reais, cavaleiros e outros. Debret, em algumas explicações de suas telas, ressalta a importância da indumentária descrevendo-a ou trazendo-a para o título da ilustração, como exemplo apresentado nas figuras 2, 3, 4, 5, e 15. Esse destaque para as vestimentas no título denota que, além da representação do momento histórico-social, o artista também intencionou representar os trajes desses personagens apresentados nessas gravuras.

Enquanto pintor de história, o testemunho de Debret registrado talentosamente em suas telas proporciona não só a análise social e urbana do Rio de Janeiro e o registro da marcha progressiva do país, como ele mesmo esclarece seu dever durante sua estadia no Brasil, mas também oferece material de pesquisa para a História do Vestuário no Brasil desse período, permitindo a compreensão dos hábitos, costumes e comportamento da sociedade brasileira das primeiras décadas do século XIX. As análises também apontam a contextualização dos trajes com os dois importantes momentos históricos para a fundação da nacionalidade brasileira.

No primeiro momento, a vestimenta da Corte, estilo Império, adotada em momentos solenes como a aclamação de Dom João VI e a chegada da Imperatriz Leopoldina, associa-se, pelos moldes, às mudanças advindas da Revolução Francesa. As cores azul e vermelha adotadas nas vestimentas femininas e adornos de cabeça com plumagens remetem a Portugal, elemento associado à exploração e ao padrão antigo; e a cor vermelha, com detalhes dourados e desenhos de escudo e castelo, do manto de D. João VI remete ao Antigo Regime.

No segundo momento, a vestimenta adotada para a coroação de D. Pedro I, sobretudo o traje do imperador, associa-se ao momento político nacional e ao espírito de patriotismo advindos da Independência do Brasil, em 1822. Em conformidade com os ideais ideológicos que procuravam a exaltação e valorização de símbolos brasileiros, como a natureza e o índio, o traje imperial apresenta elementos da terra, como a palmeira e a plumagem do tucano, ave nacional, sobressaindo as cores adotadas para a nova pátria, o verde e o amarelo.

Outro evento que merece destaque na obra de Debret como representação de progresso é a gravura do segundo casamento de D. Pedro I. Os detalhes no vestido de noiva de D. Amélia também se associam à nova nação, bem como à entrada do Romantismo no Brasil, período de estabelecimento de profundas mudanças sociais, não só no país, mas também na Europa.

No caso dos escravos, Debret dispensa especial atenção para as negras provenientes da Bahia, posto que os trajes diferenciados fossem portadores de signos que permitiam identificar a origem das escravas, segundo o pintor. Também Debret destaca as roupas

de luxo usadas no casamento entre escravos de família rica (Figura 19) e as roupas das escravas que vendem refrescos no verão (Figura 17) para as quais descreve que a elegância nos trajes é proporcional às condições financeiras de seus senhores.

Para os escravos comuns, negros livres e pessoas da classe baixa, a maioria das telas exibem roupas simples, de aparência bem usada, algumas até mesmo rasgadas. Mesmo para essas telas pode-se dizer que Debret foi fiel às suas observações, pois, de acordo com Italiano et al. (2005), a confecção das roupas dos escravos visava o máximo de economia possível, o que indica o uso de tecidos simples e baratos, obviamente não importando o fator moda. Os padrões dos tecidos geralmente eram os listrados e o branco, o que remete para o algodão cru. As peças eram túnicas, camisas sem mangas e calças ou calções. Essas peças não possuíam botões ou qualquer tipo de fecho adequado, sendo presas apenas à cintura com cordões de tecidos. Em algumas gravuras os escravos não utilizavam nenhum tipo de camisa ou túnica, mas tão somente uma faixa de tecido cruzada no corpo.

Em resumo, a análise comparativa entre a História do Vestuário e os registros de Debret comprova que a moda no Brasil seguiu as tendências da moda europeia da época, envolvendo grandes eventos sociais como o Pós-Revolução Francesa, a chegada de D. João VI e a Independência do Brasil, o que demonstra a importância da análise da iconografia do pintor francês como fonte histórica para os estudos sociais e dos trajes.

SOBRE OS AUTORES

MARLI GOMES DE ARAÚJO é mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo.

E-mail: gomes.mga@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8406-7821>

JOÃO PAULO PEREIRA MARCICANO é professor associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).

E-mail: marcican@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-8509-8259>

MARIA SÍLVIA BARROS DE HELD é professora associada da EACH/USP e pesquisadora do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (Ciudad/FA/ULisboa).

E-mail: silviaheld@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4373-4955>

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Correa. *Debret e o Brasil*. Obra completa 1816-1831. 3. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.
- BIBLIOTECA BRASILIANA. Catálogo de obras da Brasileira Iconográfica. Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/p/30>>. Acesso em: jul. 2019.
- BORGES, Maria Elisa Linhares. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BRAGA, João. *História da moda: uma narrativa*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.
- CALMON, Pedro. *História social do Brasil: espírito da sociedade imperial*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CHATAIGNER, Gilda. *História da moda no Brasil*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.
- CRAIK, Jennifer. *The face of fashion: cultural studies in fashion*. Londres: Routledge, 1994.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo I. – v. I e II; Tomo II – v. III. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira, Edusp; Editora Itatiaia Ltda, 1989.
- _____. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1989.
- DIAS, Elaine. A representação da realeza no Brasil: uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret. *Anais do Museu Paulista. São Paulo*, v. 14, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 243-261. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-47142006000100008>. Acesso em: 1 out. 2018.
- DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/opas>>. Acesso em: 2 set. 2017.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ITALIANO, I. et al. *Para vestir a cena contemporânea: moldes e moda no Brasil do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.
- KÖHLER, Carl. *História do vestuário*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- LEVY, Hannah. Retratos coloniais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 9, 1945, p. 251-290. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPato9_m.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.
- LIMA, Valéria. *Uma viagem com Debret*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MONTELEONE, Joana de Moraes. A tirania da moda: roupas, comércio e consumo no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Maracanã*, n. 15, jul./dez. 2016, p. 240-269.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 31, 1979, p. 57-68.
- NEIRA, L. A invenção da moda brasileira. *Caligrama (São Paulo. Online)*, v. 4, n. 1, 27 abr. 2008.
- PANOFKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- VEBLEN, Thorstein. *The theory of the leisure class*. UK: Oxford University Press, 2009.
- VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Impressões sobre os trajes dos cativos no Brasil dos séculos XVIII e XIX: entre trapos e rendas. *Portuguese Studies Review*, v. 24, n. 1, 2016, p. 149-163.

Recreação e vida ao ar livre em parques infantis de São Paulo na coleção de desenhos de Mário de Andrade

[*Recreation and outdoor life in São Paulo's playgrounds in Mário de Andrade's collection of drawings*]

Ingrid Dittrich Wiggers¹

Carmen Lucia Soares²

Nossa pesquisa, realizada em 2014-2017, foi beneficiada pela experiência e dedicação de Bianca Dettino, Elisabete Ribas, Maria Itália Causin e suas respectivas equipes do IEB/USP. Agradecemos também ao CNPq.

RESUMO • O Projeto Parques Infantis, implantado na década de 1930, propôs a criação de instituições que configurassem a fusão entre o movimento pedagógico renovador e a estética modernista. Entre as atividades desenvolvidas pelas crianças estão os desenhos, que compõem uma coleção formada por Mário de Andrade. O artigo examina os itens desse acervo, tomando-os como fontes e debruçando-se sobre aqueles que representam brincadeiras e jogos. Foram ilustradas brincadeiras tradicionais, equipamentos dos parques, jogos esportivos e manifestações folclóricas. Ressalte-se, ainda, a presença da natureza na composição dos desenhos, bem como traços de um desenvolvimento tecnológico. • **PALAVRAS-CHAVE** • Desenho infantil; parques infantis; brincadeiras; natureza; São Paulo.

• **ABSTRACT** • Implemented in the 1930s, São Paulo's playgrounds were institutions that illustrated the fusion of the education renovation movement and the aesthetics of modernist. Drawings are among the activities developed by the children, and make up a collection assembled by Mário de Andrade. This article examines this collection, considering the drawings sources and looking into those that represent play and games. Children drew children's traditional play, the park's equipment, sports games and folkloric manifestations. In the composition of the drawings, the presence of nature is also noteworthy, and so are traces of a technological development. • **KEYWORDS** • Children's drawing; playground; play; nature; Sao Paulo.

Recebido em 12 de dezembro de 2018

Aprovado em 18 de novembro de 2019

WIGGERS, Ingrid Dittrich; SOARES, Carmen Lucia. Recreação e vida ao ar livre em parques infantis de São Paulo na coleção de desenhos de Mário de Andrade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 302-322, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i74p302-322>

¹ Universidade de Brasília (UnB, Brasília, DF, Brasil).

² Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

A COLEÇÃO DE DESENHOS INFANTIS

Na década de 1930, foram implantados em São Paulo os chamados parques infantis, criação do Departamento de Cultura e Recreação, sob a direção de Mário de Andrade. Essas instituições estavam articuladas a um projeto político, cultural e educacional mais abrangente, representando iniciativa de destaque no âmbito tanto de uma nova visão urbanística como do movimento pedagógico renovador. Os parques repercutiram na construção de uma pedagogia da educação infantil, mas, sobretudo, se tornaram verdadeiros territórios da meninada paulista. De acordo com Fonseca (1981; 1985) e Faria (1999a; 1999b), esses parques foram edificados como alternativa às pré-escolas e aos espaços filantrópicos, e, para além disso, Mário de Andrade fez deles palco da produção artística infantil por acreditar na criança como portadora de cultura. Também Dias (2017) evidenciou que o interesse na infância gerou uma tendência importante na literatura modernista, marcada por imagens contraditórias, que oscilaram entre o rural e o urbano, entre a tradição e a vanguarda. Como observou Gobbi (2006, p. 176), “Mário de Andrade representará no modernismo brasileiro o papel do artista que encontra nas crianças alguns de seus interlocutores, capazes de despertar sua curiosidade através das próprias criações”.

Esses espaços, portanto, serviam ao atendimento dos filhos de famílias das classes populares, que lá recebiam assistência médica e alimentação e ao mesmo tempo desenvolviam atividades voltadas à arte, consolidando um projeto de educação integral. As atividades artísticas presentes foram amplamente registradas por meio de fotografias de autoria de Benedito Junqueira Duarte³ no período de implantação dos parques (BRITO, 2016). Ao ar livre, as crianças foram captadas ao redor de mesas, sentadas em pequenas cadeiras, desenhando; muitas vezes se encontram sem camisa, desfrutando, assim, de sensação de “liberdade corporal”, em geral por elas tão apreciada (Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, Tombo DC/0000237/A).

Entre as atividades realizadas pelas crianças estão os desenhos, expressão gráfica

3 As fotografias de Benedito Junqueira Duarte encontram-se disponíveis para consulta *on-line* no Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

que, naquelas instituições, ocupou lugar de destaque, conforme atesta a realização de um concurso promovido pelo Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo. Naquele evento, cada criança poderia escolher o que desenhar, bem como a forma de fazê-lo⁴. No verso das folhas as instrutoras escreveram: “Foi respeitada a expressão da criança quando disse o que fez”, sugerindo espontaneidade da produção gráfica⁵. Os desenhos que fizeram parte do referido concurso compõem o acervo disponível na Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e constituem as fontes deste artigo. O acervo é composto de 2.160 obras, sendo a maior parte identificada pelo nome do autor, idade, instituição de origem, nacionalidade dos pais e “cor”. Os trabalhos que participaram do concurso foram produzidos tanto nos parques infantis como também na Biblioteca Infantil, outra divisão daquele departamento. O acervo ainda guarda uma pequena parcela produzida em escolas e outra, ainda menor, produzida por filhos de amigos de Mário de Andrade. Trata-se da única coleção de desenhos infantis conhecida no Brasil aberta à consulta de pesquisadores, o que sugere sua importância como fonte para estudo da história da infância brasileira⁶.

Mário de Andrade de fato se interessou pelos desenhos infantis, inaugurando historicamente a valorização do tema entre intelectuais brasileiros (AMIN; REILY, 2008). Isso pode ser constatado em sua biblioteca, que reúne oito livros sobre o assunto, incluindo obras clássicas⁷, bem como manuscritos⁸ e numerosas anotações para o Curso de Filosofia e História da Arte, ministrado na Universidade do Distrito Federal, em 1938 (Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-MMA-037-0090 a

4 As bases do concurso foram redigidas pelo próprio Mário de Andrade (Coleção de Artes Visuais do IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-2258).

5 Apesar desses registros, Brito (2016) problematiza esse aspecto da produção gráfica das crianças, sugerindo influência das instrutoras.

6 Em 1988, pela primeira vez, a coleção foi objeto de exposição do Museu de Arte Contemporânea da USP, sob a coordenação de Ana Mae Barbosa. Em 2005, outra exposição de caráter interativo foi organizada no Serviço Social do Comércio (Sesc – Pinheiros), também em São Paulo, dessa vez coordenada por Marcia Gobbi.

7 Entre as obras destaca-se um exemplar do original em francês, *Le dessin enfantin*, de Georges Henri Luquet, publicado em 1927, uma referência para os estudos do desenho infantil.

8 Um exemplo é o “Estudo sobre o desenho infantil entre as crianças de São Paulo sob o ponto de vista da beleza” (Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-MMA-037-500 a 547).

MA-MMA-037-1498). Há também muitas correspondências⁹, trocadas entre Mário e outros intelectuais, além de diversos artigos por ele publicados em jornais da época¹⁰.

Estudos anteriores já exploraram a história dos parques infantis de São Paulo¹¹. Contudo, apenas dois se detiveram especificamente sobre a coleção. De caráter pioneiro, a tese de Coutinho (2002) realizou exaustiva catalogação informatizada desse acervo, a fim de apoiar uma análise iconográfica, situando Mário de Andrade na gênese do estudo dos desenhos infantis. A autora buscou reconstruir e reinterpretar as intenções dele ao colecionar essas obras. Assim, os parques são destacados pela arte-educadora como instituições privilegiadas, onde se configurava a fusão entre o movimento pedagógico renovador, que concebia os espaços extraescolares de educar, e a estética dos projetos modernistas.

Posteriormente, Gobbi (2011) destacou que cada desenho dessa coleção da década de 1930 era considerado por Mário de Andrade como resultado de soluções estéticas das crianças, o que as aproximava do campo das artes. Desse modo, o modernista convocou os referenciais da arte como bases para o estudo do desenho infantil, pois para ele esse tipo de produção típica das crianças seria provido de sensibilidade estética. O autor compôs uma etnografia dos desenhos e procurou “conhecer e revelar os assuntos, os traçados, as formas e outros elementos ao descrever, dialogar e levantar dados diversos sobre os desenhos em si, associando a isso a data de criação, o sexo, a idade, a nacionalidade dos pais de quem os criou” (GOBBI, 2006, p. 178).

Os desenhos infantis não são espécie de fonte comumente utilizada na pesquisa em história. Meda (2007; 2014) apresenta razões culturais e materiais para a sua ausência na historiografia. Entre elas se destacam a dificuldade de interpretação, por sua natureza icônica, o fato de serem um produto da expressão de crianças, sujeitos tradicionalmente considerados passivos para a história e, por fim, a escassez desse tipo de material em arquivos e museus, que, geralmente, não é guardado por muito tempo.

Todavia, os desenhos infantis possuem uma heurística particular quando se leva em conta uma orientação metodológica adequada para a sua apreciação e

9 Algumas correspondências foram trocadas com Nicanor Miranda, diretor da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação. Em data anterior a novembro de 1937 se abordam relações entre a motricidade e o desenho (Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-C-CPMVA5151). Outra carta, de 4 de dezembro de 1937, foi enviada por Lenyra Camargo Fraccaroli, diretora da Biblioteca Infantil, sugerindo a realização de uma exposição pública dos desenhos (Coleção de Artes Visuais IEB/USP, Fundo Mário de Andrade MA-DI-1684). Outras de cordialidade também foram encontradas, do mesmo remetente, como, por exemplo, de 14 de julho de 1938, em agradecimento pelo apoio à premiação do concurso de desenho infantil (Arquivo IEB/USP, Fundo Mário de Andrade MA-C-CPL5978). Uma curiosidade é que essa última contém mensagens das próprias crianças premiadas.

10 Artigo intitulado “Pintura infantil” foi publicado no *Diário Nacional*, em 23 de novembro de 1930 (ANDRADE, 1930).

11 Um conjunto de 25 trabalhos foi localizado – incluindo monografias, dissertações e teses produzidas no período compreendido entre 1978 e 2016 –, por meio de busca sistemática feita a partir da palavra-chave “parques infantis”, nos catálogos das bibliotecas da USP e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (FERREIRA; WIGGERS, 2019).

interpretação histórica. Durante cinco missões científicas ao IEB/USP, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, cada uma delas com cerca de duas semanas de duração, sob o acompanhamento de arquivistas e bibliotecários dessa importante instituição dedicada à memória da cultura brasileira, apreciamos detalhadamente a coleção completa. Examinamos cada uma das 17 caixas guardadas na Coleção de Artes Visuais. Folheamos os 2.160 originais um a um, tendo como base o inventário da “Série: Desenhos Infantis”, coordenado pela profa. dra. Telê Ancona Lopez, a partir de 1984¹². Boa parte da coleção está identificada com informações de que, segundo Meda (2014), precisamos dispor para interpretar adequadamente a história nela contada, como idade, orientações recebidas, nível de espontaneidade, data e local. Os trabalhos foram descritos considerando, inicialmente, temas representados, buscando-se observar especificamente as brincadeiras e jogos realizados ao ar livre. Essa escolha se justifica na identificação dos parques infantis como espaços projetados para recreação e divertimentos.

Foram examinados também documentos, imagens e livros do Fundo Mário de Andrade, além de outros correlatos, como o Fundo Fernando de Azevedo, a fim de suprir informações relativas ao contexto histórico e cultural em que se insere a coleção. Desse modo, a pesquisa combinou fontes localizadas nos principais setores do IEB, abrangendo a Coleção de Artes Visuais, o Arquivo, bem como a Biblioteca. Complementarmente, conforme recomenda Gobbi (2012) para uma adequada interpretação iconográfica, exploramos fotografias dos parques, da década de 1930, disponíveis no acervo do Museu da Cidade de São Paulo¹³, produzindo um diálogo entre elas e os desenhos. Esse conjunto de vestígios favoreceu uma perspectiva da história cultural, observando-se indissociabilidade entre representações e práticas (CHARTIER, 2002; CERTEAU, 2014). Esse tratamento teórico-metodológico visa apoiar o caráter introdutório e ao mesmo tempo desafiador da pesquisa, levando em conta o esforço de realizar uma interpretação dos desenhos infantis de forma articulada ao projeto dos parques.

Abordamos a seguir a proposta pedagógica do Projeto Parques Infantis. Esta valorizou a natureza e seus elementos, bem como uma educação do corpo ao ar livre. Por outro lado, ressaltamos também sua dimensão de controle social da infância paulista. Destacamos, ainda, brincadeiras e jogos ilustrados pelas crianças em seus desenhos e, por fim, realçamos outros elementos que se destacaram na coleção, como as referências à natureza e seus elementos, além do desenvolvimento tecnológico, enquanto partes de um mesmo contexto.

12 O inventário “Série: Desenhos Infantis” é constituído de um rol de 2.262 desenhos e documentos que compõem a coleção, incluindo número, autor e tema, sendo formado por 86 páginas. De acordo com a profa. dra. Telê Ancona Lopez, foi mantida a mesma ordenação dos desenhos, tal como havia sido disposta por Mário de Andrade, seguindo orientações atuais da arquivologia. Para compreender detalhes desse inventário, entrevistamos também a pesquisadora Maria Izilda C. Nascimento, que colaborou diretamente na elaboração do mesmo.

13 Uma seleção dessas fotografias foi publicada em formato de um álbum, pelo Departamento de Recreação e Cultura, em 1937. Além das fotografias, contém belas ilustrações de Anita Malfatti e está disponível no acervo do IEB/USP, merecendo estudo detalhado empreendido por Silva (2008).

PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO: ILHAS DE NATUREZA

O processo de implantação dos parques infantis na cidade de São Paulo teve início na gestão do prefeito Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello¹⁴, com a inauguração em 23 de dezembro de 1930 do então denominado “*play-ground*” como uma área reservada no interior do Parque D. Pedro II (INAUGURA-SE..., 1930). Esse foi um reflexo de uma tendência de alcance internacional, orientada pelo *playground movement*, que teve início nos Estados Unidos da América em fins do século XIX. Trata-se de uma política de integração e assistência à infância no novo ambiente urbano que se formava naquela época, ao mesmo tempo que se intensificava o processo de industrialização (MERO, 1908; MIRANDA, 1941; CAVALLI, 1981). No Brasil, essas ideias encontraram terreno fértil no Rio de Janeiro, logo no início do século XX, por meio da ação de instituições como a Associação Cristã de Moços (ACM), Rotary Club e Associação Brasileira de Educação (ABE), propagando-se gradativamente para outras regiões (FEIX, 2003; LINHALES, 2009; SILVA, 2009).

Em São Paulo, foi na gestão de Mário de Andrade no Departamento de Cultura e Recreação, ou seja, entre 1935 e 1938, que se observou um impulso dessa política, favorecendo a implantação de mais três parques localizados em bairros povoados por famílias de operários e imigrantes: do Ipiranga, da Lapa e de Santo Amaro. Deu-se, assim, elevada atenção aos parques infantis no cenário urbano emergente de São Paulo, integrados a um projeto político de alcance mais amplo.

O planejamento do Parque Infantil do Ipiranga foi delineado por Fernando de Azevedo, à época professor de sociologia no curso de aperfeiçoamento da antiga Escola Normal, depois Instituto Pedagógico Caetano de Campos (PENNA, 2010), e que também coordenou a comissão designada para produzir um documento publicado sob o título “Praças de jogos para crianças: ensaio de hygiene social” (AZEVEDO, 1930)¹⁵. O trabalho dessa comissão, além de contemplar as bases filosóficas e educacionais dos parques infantis, também apresenta detalhadamente as soluções urbanísticas, paisagísticas, arquitetônicas, bem como os equipamentos, atividades pedagógicas e seus respectivos objetivos, enfim um programa completo para orientar a sua implantação e funcionamento. Nesse sentido, Filizzola (2002) destacou a liderança de Fernando de Azevedo no projeto original dos parques, consolidando essa iniciativa como parte do movimento de renovação educacional das décadas de 1920 e 1930, no Brasil.

No bairro do Ipiranga o terreno disponível para a construção do parque era um

14 Anhaia Mello foi um pioneiro da divulgação e promoção das novas tendências urbanísticas do período e, embora tenha sido prefeito de São Paulo por um curto intervalo, atuou desde cedo na implementação dos parques infantis. Em 1929, publicou um texto em que disse: “O conceito de parque evoluiu. [...] Eles agora destinam-se ao recreio ativo de todas as classes da população e de todas as idades, desde a criança na idade pré-escolar até o adulto. O tapete de relva transformou-se no *play-ground*, no *play-field*; o lago, na piscina ou no *skatinpoun* [sic]” (MELLO, 1929).

15 Segundo a publicação de 1930, trata-se do resultado do trabalho de uma comissão constituída pela municipalidade de São Paulo, incluindo o próprio Fernando de Azevedo, Mário Cardim e Domício Pacheco e Silva. Esse texto foi publicado, posteriormente, em 1960, como parte da terceira edição do livro intitulado *Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*, compondo os apêndices dessa obra.

quadrado de 100 x 100 m, a ser equipado com um edifício central contendo um pátio de duchas, salas de administração e de espera, varanda e pérgula; outro pequeno edifício lateral, com sala de ginástica e depósitos; tanque de vadar de 20 m de diâmetro de água corrente, para brincadeiras; três abrigos junto ao tanque de vadar; dois campos para jogos, sendo um de relva e outro de areia; quatro grandes pátios de areia batida para suportar balanços, cordas de nós, escadas de cordas, carrossel, escorregadores, escada horizontal, paralelas e gangorras, sendo que um desses deveria conter caixas de areia e brinquedos de dimensões adequadas a crianças menores (AZEVEDO, 1930).

O padrão das plantas arquitetônicas dos parques infantis em seu período inicial previa uma área coberta discreta, ocupando em torno de 15% do terreno, de acordo com a planta baixa desenhada por José Wash Rodrigues (AZEVEDO, 1930). A maior parte seria de espaço livre para a instalação de extenso gramado e generoso *playground*, envolvendo a meninada num amplo ambiente “natural”¹⁶.

Para além desse detalhamento arquitetônico e de indicação de atividades, “o plantio de árvores e arbustos em linha junto às cercas divisórias buscava amenizar o calor do verão e caracterizava espacialmente a praça” (NIEMEYER, 2005, p. 12). Os parques infantis, portanto, viriam a se caracterizar como verdadeiras “ilhas de natureza” cercadas pela cidade por todos os lados,

Pois, á medida que o surto maravilhoso da industria vae determinando o congestionamento dos bairros, os campos, os bosques e os riachos afastam-se do alcance das crianças, a que a valorisação crescente dos terrenos concorre para subtrahir o espaço, cada vez mais reduzido de pateos e dos pittorescos quintaes de arvores frondosas e carregadas de anos. (AZEVEDO, 1930, p. 59-60).

A representação da natureza nos parques foi igualmente exaltada por Nicanor Miranda, o primeiro diretor da Divisão de Educação e de Recreios do Departamento de Cultura e Recreação.

A cidade vê-se assim, quer queira quer não, obrigada a resolver o problema da recreação e da juventude. As crianças e os adolescentes não devem ficar privados de suas necessidades biológicas. Sol, ar livre, companheiros, logradouros, apropriados para jogar, são elementos imprescindíveis à vida juvenil. Os Parques Infantis oferecem-lhes as oportunidades que teriam se vivessem no campo. A criança parqueana não escala montanhas, mas sobe nas escadas verticais. Não trepa em árvores – porque a ela se deve ensinar também o amor e o carinho para com as árvores – mas equilibra-se e caminha nas escadas horizontais, como se passasse de galho a galho nas árvores do campo. Não monta a cavalo, mas balança-se nos aparelhos e gira nos carrosséis. (MIRANDA, 1945, p. 49).

De maneira mais contundente, a natureza é justificada no documento elaborado

16 Uma perspectiva do terreno e da vegetação de um parque infantil pode ser apreendida em fotografias do livro *O significado de um parque infantil em Santo Amaro*, de Miranda (1938), disponível na Biblioteca do IEB.

por Fernando de Azevedo, o qual considerava a necessidade de promoção de educação higiênica. Para isso uma das medidas sugeridas era “a instalação de modesto estabelecimento balneario e de pequena piscina (que) serviria para incutir, em crianças, hábitos de asseio e de exercício, e contribuir, por essa fórmula, para ‘o melhoramento da hygiene de milhares de famílias’” (AZEVEDO, 1930, p. 78-79). Desse modo, a higiene da cidade, por meio, inicialmente, do controle das várzeas, bem como de produção de zonas verdes entrecortando os bairros operários e suas chaminés que se formavam no meio urbano, também deveria alcançar a higiene de cada um, a começar pelas crianças.

A natureza foi considerada por essa política como um ambiente ideal para a prevenção da saúde e a cura de doenças, além de contribuir para o fortalecimento e a educação do corpo, por intermédio de exercícios físicos como a ginástica, o esporte, os jogos e as práticas terapêuticas. Portanto, os parques foram importantes para integrar o imaginário de natureza curativa à educação (DALBEN, 2016; SOARES, 2016; SOARES; SANTOS NETO, 2018).

No que concerne à relação entre educação e infância naquele período, salientamos ainda o trabalho de Danailof (2006; 2013). A pesquisadora buscou compreender a educação do corpo nos parques infantis, evidenciando que se configuraram como espaços capazes de alterar as experiências corporais, modificando substancialmente a educação de crianças que viviam nos centros urbanos no país, a partir do início do século XX.

À infância, conforme se pode constatar nas fontes delimitadas em nossa pesquisa, foi dedicada uma atenção especial no âmbito dessa nova política. Note-se que, no contexto da ordem industrial em estruturação, crianças e jovens formavam uma parcela em risco. Ao mesmo tempo que, desde Fröbel (1982), na primeira metade do século XIX, já se considerava a necessidade de estímulos e atividades lúdicas para assegurar seu bom desenvolvimento, as ruas degradadas pelas indústrias, automóveis, bondes e outras tecnologias não ofereciam mais as condições adequadas para as brincadeiras, jogos e socialização entre pares. Diante desse paradoxo se fez necessária a especialização de uma tipologia de espaços recreativos, que o urbanismo emergente viria a atender. O Projeto Parques Infantis de São Paulo representou, como veremos em seu percurso, um bem-sucedido programa de educação e recreação sem precedentes (NIEMEYER, 2002).

Para Fernando de Azevedo, o Projeto Parques Infantis era parte de uma política educacional mais ampla, que viria a promover a educação física como um elemento importante desse projeto¹⁷. Segundo ele, “nas escolas, entre nós, ainda se oppõe, quando deveriam alliar-se para a mesma finalidade educativa, o estudo ao jogo, e a immobilidade e o silêncio á expansão ruidosa do movimento e ás estouvadas alegrias infantis” (AZEVEDO, 1930, p. 61). A proposição de Fernando de Azevedo enfatiza, assim, uma perspectiva para além dos benefícios da natureza, como provedora de educação higiênica e preservação social diante dos efeitos da cidade consumida pela

17 Estudos anteriores já analisaram o interesse de Fernando de Azevedo pela educação física, entre eles o de Soares (1990) e o de Pagni (1994), evidenciando a importância desse intelectual para a área, sobretudo para sua justificação e inclusão no currículo escolar no Brasil, de forma sistemática a partir do início do século XX.

indústria e comércio. A finalidade educativa dos parques se baseava em uma visão renovadora que valoriza a educação física como parte da educação, destacando a prática do jogo e da brincadeira como atividades educacionais relevantes. O autor enfatiza que novos conhecimentos sobre a psicologia infantil identificaram a importância do jogo para o desenvolvimento das crianças e, portanto, essas devem experimentar em seu cotidiano a liberdade para jogar.

Contudo, instrutores dos parques deveriam mediar preferencialmente os jogos relativos às tradições, evitando “jogos esportivos, franceses ou ingleses, que, pouco adequados à primeira idade, podem determinar perturbações fisiológicas” (AZEVEDO, 1930, p. 82). Queria o educador que os mesmos servissem a uma obra de restauração dos jogos nacionais, evitando o seu esquecimento diante da modernização, bem como do que ele denominou de distrações sedentárias, como o cinema e o teatro. Esse aspecto sugere que o pensamento de Fernando de Azevedo, ao mesmo tempo que se fundamentava na renovação da educação, buscava preservar tradições e seus valores na educação de crianças.

Nesse sentido, cabe ressaltar que outros estudos evidenciaram o vínculo dos parques infantis a uma perspectiva de controle social de crianças paulistas, especialmente dos filhos de imigrantes que necessitavam de assistência médica, dentária e alimentar. O caráter disciplinador e autoritário de tais instituições era, de acordo com Paula (1997), camuflado pelo ambiente recreativo. Com efeito, Miranda (1940) protagonizou pesquisa nos parques, destacando a necessidade da organização dos jogos por parte dos adultos, mais precisamente, por especialistas, como instrutores e professores de educação física. Essa organização se estruturou em diversos elementos, como a seleção do local, do material, do número de participantes, bem como da classificação dos jogos conforme a faixa etária. Sob a “sombra das árvores”, as crianças deveriam ser protegidas, participando de práticas pedagógicas voltadas à formação da consciência nacionalista, bem como de ideais de solidariedade, obediência e determinação. Desse modo, os parques mediavam uma política de prevenção da criminalidade e do ócio delinquente infantil (SANDRONI, 1998; RAFFAINI, 2001). Visavam sobretudo contribuir para a formação de uma identidade nacional entre os descendentes de imigrantes, bem como promover a docilização dos corpos infantis para o trabalho na fábrica (GUEDES, 2006; DALBEN, 2009). Essa perspectiva estabelece clara correspondência com aquela da lapidação da criança na formação do adulto moderno, já indicada por Benjamin (1984).

Interessante notar, que, de acordo com a análise de Niemeyer (2002), o projeto dos parques infantis era marcado por uma diversidade de discursos vigentes naquele período. Por isso sua compreensão perpassa visões educacionais controversas, ou seja, por um lado, de cunho progressista e, por outro, conservador. Os parques configuraram instituições pioneiras, conforme anteriormente assinalado, que promoviam o acesso da população infantil à cultura e à educação, destacando-se brincadeiras e atividades artísticas. Ao mesmo tempo, representaram políticas de controle social das crianças. Essa dualidade favoreceu a propagação desse projeto em diferentes ambientes políticos da municipalidade de São Paulo.

BRINCADEIRAS E JOGOS AO AR LIVRE

Ao abordarmos como fonte de nosso estudo a coleção de desenhos infantis presentes no acervo de Mário de Andrade, logo observamos que há inúmeros temas que foram representados pelas crianças. São cenários urbanos, como edificações, casas, meios de transporte, animais, flores, frutas, legumes, figuras humanas, ambientes domésticos, móveis, jardins, paisagens naturais, objetos pessoais, personagens de histórias em quadrinhos, bandeiras, utensílios, entre outros. Ao tomar esses desenhos como fonte, nosso objetivo foi identificar em seus traços brincadeiras e jogos, considerando os parques infantis como espaços projetados para a educação das crianças de forma mais ampla, onde a recreação e os divertimentos têm lugar garantido.

Em primeiro plano, destacam-se representações de brincadeiras tradicionais, como, por exemplo, empinar papagaio (Coleção de Artes Visuais IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-1873) e pular corda (Coleção de Artes Visuais IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-1618 e MA-DI-2023). Há muitas variações dessa última, que requer coordenação motora ampla, força de membros, resistência aeróbica e ritmo. Na coleção examinada representou-se a modalidade tanto individual de pular corda, como em grupo. Trata-se de uma brincadeira que parece resistir ao tempo, pois até hoje é indicada em pesquisas com crianças como uma das preferidas (WIGGERS; OLIVEIRA; FERREIRA, 2018).

Os desenhos registraram também brincadeiras nos equipamentos que os parques infantis ofereciam, destacando o balanço (Coleção de Artes Visuais IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-0392 e MA-DI-0368) e o chamado “passo do gigante”, uma espécie de carrossel que gira com o impulso de grandes passadas dadas pelas próprias crianças (Coleção de Artes Visuais IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-0416). Como sabemos, esses brinquedos exercem forte atração entre elas, pois proporcionam desafios corporais que mobilizam qualidades físicas como força e resistência, ao mesmo tempo que oferecem alegria e prazer. Os parques norte-americanos, precursores desse tipo de equipamentos e atividades, foram os primeiros a construir a caixa de areia como um lugar de brincadeiras e jogos (MERO, 1908). Tais espaços, pouco a pouco, foram se transformando no que veio a ser denominado de *playground*, um terreno equipado com gangorra, escorregador, carrossel e tanque de água, além de outros brinquedos, produzindo ainda maior adesão por parte da meninada. Esses equipamentos projetados especialmente para as crianças ofereceram uma novidade nos ambientes urbanos no início do século XX, vulgarizando-se ao longo do tempo. Todavia, se por um lado os balanços ainda estão presentes nos parquinhos de hoje em dia, por outro não encontramos mais exemplares do passo do gigante. Ambos provocam aquela sensação de vertigem, demonstrada em risos ou gargalhadas, como sinais ambíguos do relaxamento ou da ansiedade.

Enquanto objeto de representação nos desenhos encontramos, além das brincadeiras tradicionais e aquelas realizadas nos equipamentos, a presença de jogos esportivos, como, por exemplo, o voleibol e o futebol. Sem dúvida que essas práticas esportivas encontraram grande possibilidade de desenvolvimento dada a topografia dos parques infantis, que se caracterizavam por amplos espaços abertos e terrenos planos, conforme anteriormente assinalado.

Segundo Linhales (2009), a partir do início do século XX, notou-se a vulgarização de atividades esportivas no país, que serviram de referência para o que a autora denominou de “forma escolar do esporte”. O chamado “surto dos *sports*” que se propagou no país foi, conforme a autora, um conjunto de experiências culturais tomadas como conteúdo para a constituição de saberes de uma nova escola, concorrendo para o processo de modernização da educação nacional. O projeto cultural de escolarização do esporte no país, ressaltou-se, teria sido promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Dessa forma, dava-se visibilidade pública a comportamentos e condutas entendidas como modelares para a vida na sociedade moderna. Carvalho (2003, p. 63) acentuou que, nesse contexto, “o esporte e a vida saudável simbolizavam a energia, o vigor, a força, a operosidade, signos de progresso inscritos no corpo que conhece o movimento adequado e útil para cada ato”.

Contudo, no projeto original dos parques, Fernando de Azevedo recomendou que esses espaços deveriam promover a restauração de jogos e brinquedos nacionais. “Não ha brinquedo ou jogo importado, cujas qualidades educativas sobrelevem ás os jogos locais” (AZEVEDO, 1930, p. 82). Por outro lado, ainda, ao mesmo tempo que o pioneiro da educação defendia uma representação tradicional, contemporizava, pois o convívio entre o nacional e o estrangeiro parecia inevitável, refletindo um dilema experimentado pelos modernistas brasileiros (JOBIM, 2017). Observa-se, portanto, um movimento contraditório na história, a exemplo do considerado por Chartier (2002) e Certeau (2014). Atravessando o século XX, o futebol viria a se tornar uma preferência observada nos pátios escolares, praças e ruas.

Todos os paizes cultos esforçam-se por conservar e propagar seus jogos próprios, que devem compor a base do seu systema, enriquecido, evidentemente, de todos aquellos que, pela experiência universal, são dignos de ser incorporados ao patrimônio dos jogos nacionais. (AZEVEDO, 1930, p. 82).

De outro modo, em conformidade com as orientações do projeto de Fernando de Azevedo, as brincadeiras também foram lembradas no âmbito de manifestações folclóricas. É o caso da “Nau Catarineta”¹⁸, que se caracteriza como um bailado dramático, de origem portuguesa, composto de cinco partes, tal como uma suíte. Narra uma história em torno de imigrantes portugueses que vieram ao Brasil em busca de melhores condições de vida. A saga da caravela ao atravessar o Atlântico é cantada em verso trágico, pois a nau demora a chegar ao seu destino, ameaçando de morte os seus tripulantes, de fome e sede. A certa altura um diabo atormenta o capitão, até que a chegada de um anjo afugenta o maldito. Ao fim, a terra prometida se avista e todos se salvam (ANDRADE, 1941). Identificamos muitas caravelas desenhadas na coleção, o que provavelmente reflete essa vivência da brincadeira cantada (Figura 1).

18 Também conhecida como “Marujada” (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938).

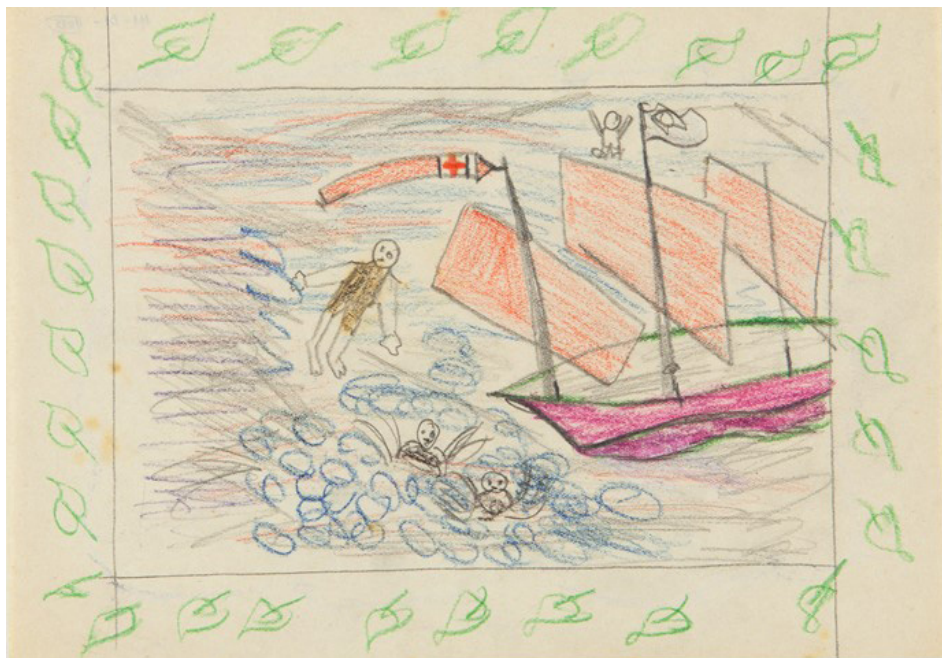


Figura 1 – Desenho representando a saga “Nau Catarineta”, destacando o perigo do mar que se materializa mediante as tempestades. Fonte: Coleção de Artes Visuais IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-1085

A literatura infantojuvenil do período divulgava o drama dos marujos, vulgarizando manifestações típicas como essa. Na Biblioteca do IEB/USP, no Fundo Mário de Andrade, encontramos um exemplar da *Contribuição do folk-lore brasileiro para bibliotheca infantil*, contendo uma reprodução completa do poema formado por dezenove estrofes (PINTO, 1907, p. 186).

Vinha a náu Catharineta
Já farta de navegar,
Sete anos e um dia
Era nas ondas do mar
[...]
Vamos, vamos meu gageiro,
Meu gageirinho real!
Ei-nos em terras d’Hespanha,
Areias de Portugal!

Identificamos outros vestígios dessa expressão que alimentava a imaginação infantil. Cenas do bailado “Nau Catarineta” dramatizadas pelas próprias crianças no âmbito de atividades dos parques infantis também foram registradas em fotografias (Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, Tombo DC/0000130/A). Para

além desses traços, de acordo com um “programa”¹⁹ encontrado na coleção de desenhos, em 17 de outubro de 1937, teria acontecido uma apresentação dessa estória. Interessante notar que o documento ressalta a necessidade de adaptar o bailado tradicional ao nosso idioma, estabelecendo a pronúncia cantada da língua brasileira. Sobretudo, observam-se as possibilidades das crianças, acompanhando tendências emergentes da psicologia do desenvolvimento.

Nos nossos bailados tradicionais, com exceção única no chamado “Pastoril”, não entram mulheres. Mas como não se trata de executar a tradição tal como ela persiste ainda entre as populações nordestinas, mas de realizar uma adaptação de acordo com as exigências infantís e as nossas possibilidades atuais, faremos entrar também meninas, que formarão uma espécie de còro a parte, comentando a representação, segundo o processo dos còros da tragédia grega. (Coleção de Artes Visuais IEB/-USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI- 1277).

Esse bailado fora recuperado por meio de pesquisas folclóricas, segundo Filizzola (2002), pelo próprio Mário de Andrade para compor o repertório de atividades dos parques infantís. Considerando sua origem portuguesa, bem como sua fixação em diversas regiões do Brasil desde o século XVIII, de certa forma, o mesmo representava uma tentativa de contribuir para nacionalização dos filhos de imigrantes. Pretendeu-se, assim, reviver costumes tradicionais, por meio de jogos e brincadeiras, evitando o contágio e a influência das massas populares de imigrantes na cultura brasileira.

Se, por um lado, nota-se o movimento de abasileiramento da música e adaptação de peças clássicas, por outro, Mário de Andrade não parecia concordar com o processo de moralização infantil mediado por manifestações de caráter folclórico como essa. Por essa razão, insistiu que trechos tidos como imorais fossem mantidos naquela adaptação voltada às crianças parquianas.

Até que ponto um texto popular pode ser considerado prejudicial à constituição do indivíduo futuro? Até que ponto a moralização dos textos não os tornará rançosos, estupidamente rígidos, repulsivos ao recreio infantil e provocadores mesmo de represálias e dasabafos psicológicos noutro lugar mais desgovernado?. (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 10).

Há muitos tipos de navios, barcos e veleiros, de diversos tamanhos, cores e formatos, entre os desenhos das crianças paulistas, filhas de imigrantes, da década de 1930. Diversas inscrições como, por exemplo, “Um navio europeu que vem para o Brasil”, evidenciam claramente o imaginário do imigrante (Coleção de Artes Visuais IEB/-USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-0319). Para além desses dados, o que mais poderia tanto estimular a representação do mar e seus elementos? A grande quantidade de embarcações representadas interroga o apreciador da coleção, pois São Paulo não está à beira-mar (Figura 2).

19 Provavelmente, trata-se do programa do I Congresso de Língua Nacional Cantada.



Figura 2 – Desenho representando uma paisagem marítima. Fonte: Coleção de Artes Visuais IEB/USP, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-1392

O livro de Nicanor Miranda (1938) intitulado *O significado de um parque infantil em Santo Amaro* suscita outras interpretações, pois é ilustrado por fotografias do entorno do parque, entre elas, da represa de Santo Amaro, do elegante Clube de Iatismo e dos barcos velejando em regata nas águas calmas. A represa, conforme evidenciou Jorge (2016), era tida como um espaço privilegiado para recreação e esportes náuticos desde a sua construção no início do século XX. Mas não apenas essa represa oferecia o contato da população paulista com a água. Os rios Tietê e Pinheiros, que cortam a capital, foram palco privilegiado de diversas atividades aquáticas e esportivas como parte da cultura vibrante do início do século XX (SEVCENKO, 1992; NICOLINI, 2001; JORGE, 2006; SANT'ANNA, 2007).

Outra associação pode também ser considerada entre os temas marítimos, presentes em grande quantidade nos desenhos das crianças paulistas da década de 1930, e a cultura visual infantil. Trata-se de levar em conta a literatura infantojuvenil do período e, nesse caso, mais especificamente, os pequenos livros de colorir, que faziam parte das bibliotecas dos parques infantis. O contato com essa literatura foi confirmado por uma parquiana em entrevista concedida a Filizzola (2002, p. 228): “a gente brincava, ia para a biblioteca, pois por mais que você não sabia [sic] ler tinha aqueles livros que você pintava... eles davam tudo!”. Exemplos deles podem ser encontrados no Fundo Mário de Andrade da Biblioteca do IEB/USP, contendo ilustrações de mar, rios, lagos, barcos, peixes, casas, frutas, flores, além de paisagens (Figura 3). Essas imagens podem ter sido uma referência visual no processo de busca

de soluções que cada criança empreendeu para realizar seu desenho (MARTINS; TOURINHO, 2010).

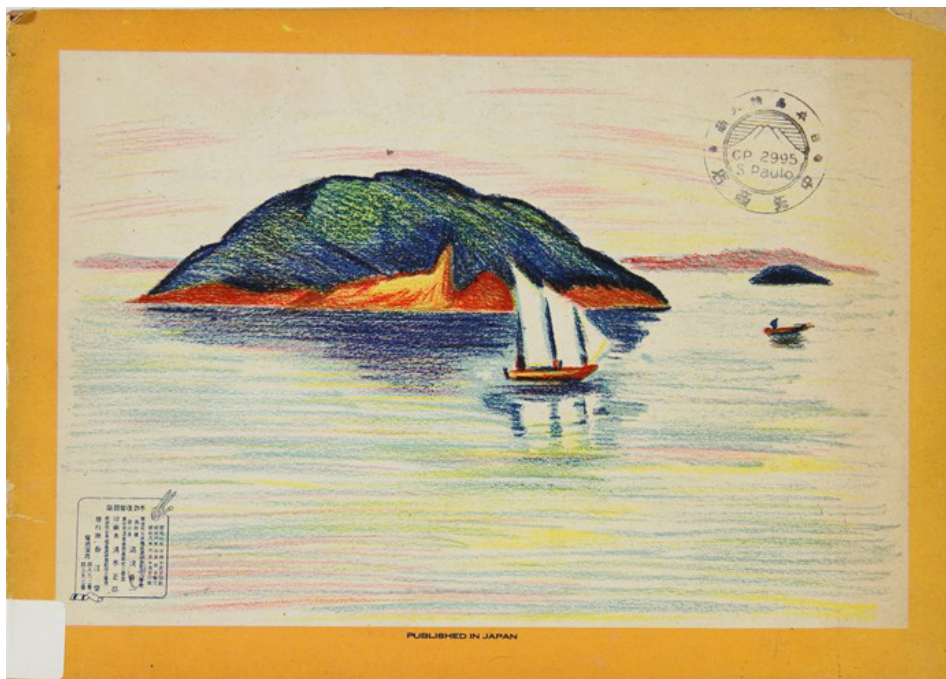


Figura 3 – Contracapa de livro de colorir da Biblioteca do IEB/USP, Fundo Mário de Andrade. Uma paisagem marítima está representada. Fonte: Kurepasu Jishû gachô, v. I, 3, 5, 6 (YUASA, 1933)

A partir da observação dos desenhos é possível inferir que os elementos da natureza, tais quais os raios de sol ou a placidez da lua e das estrelas, estão presentes na maioria dos trabalhos em que as águas de rios e do mar surgem em diferentes composições. As muitas formas das nuvens que cobrem o céu são também ali representadas, assim como as árvores, os pássaros, as borboletas, além das montanhas, compondo uma cultura visual do desenho infantil. A natureza e seus elementos, contudo, não surgem somente na composição das paisagens ou em cenas individualizadas, mas também no formato de jardins ou quintais, em contextos urbanos, remetendo, assim, à ideia de uma “natureza controlada” (DALBEN; SOARES, 2011; SOARES, 2016).

Da mesma forma, o ambiente da cidade, de indústrias e de tecnologias, sugeria a entrada do país em um mundo modernizado e de costumes renovados. A tradição simbolizava um paradoxo. Por um lado, o passado deveria ser esquecido para que a modernidade pudesse ser projetada. Por outro, para muitos educadores da época, o desabrochar de um Brasil novo deveria ser “alicerçado num povo ativo, jovem e saudável – mas que conta com uma tradição a ser preservada” (BATISTA, 2002, p. 15). Nos parques infantis, a formação de hábitos pautados em valores nacionais era

permeada por essa ambiguidade. “A arquitetura neocolonial, as plantas e árvores brasileiras, em conjunto com os modernos aparelhos arquitetônicos, como ‘argola a uma altura graduada conforme o tamanho das crianças’, realçam um silencioso discurso” (DALBEN; DANAILOF, 2009, p. 163). Desse modo, ao tempo que os desenhos infantis registram a natureza como uma dimensão significativa da vida, expressam um período cruzado por elementos culturais tecnológicos, ilustrados pelos novos meios de transporte que se desenvolviam no período (Figura 4).



Figura 4 – Desenho representando um carro de corrida, além de outras figuras como a bandeira brasileira, céu e vegetação. Fonte: Coleção de Artes Visuais, Fundo Mário de Andrade, MA-DI-0066.

O intenso processo de urbanização do período parecia provocar, em contraste, uma reação no sentido de valorização da experiência da natureza e da vida ao ar livre, gerando uma dinâmica histórica de tensões e novas perspectivas. Desse modo, a partir da análise dos desenhos, foi possível considerar a natureza e seus elementos como uma dimensão que dialoga, de modo profundo, com tudo o que a cidade de São Paulo significava no que concerne ao progresso tecnológico, o que pode ser constatado pela presença constante de meios de transporte, assim como de grandes obras da arquitetura. Em uma cidade banhada por muitos rios, as pontes e os barcos não ficaram ausentes dos desenhos analisados, assim como aviões, trens, bondes, ônibus e carros, que se misturam com a fumaça das fábricas, flores e frutas, jardins e montanhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Parques Infantis de São Paulo teve lugar de relevo nas ações do Departamento de Cultura e Recreação, sob a gestão de Mário de Andrade, entre 1935 e 1938. Nos anos subsequentes, sua repercussão deu-se em prol de uma política da educação infantil. Como assinalamos, a pedagogia dos parques articulava a natureza e seus elementos à educação higiênica e assistência infantil, bem como a brincadeira e o jogo como atividades fundamentais para a socialização, a educação estética e a formação da identidade nacional das crianças paulistas. Nesse ambiente, elas foram estimuladas a vivenciar brincadeiras, jogos e expressões artísticas diversas e, assim, exercer sua imaginação e criatividade. Os desenhos da coleção de Mário de Andrade, por sua vez, também provocam a nossa imaginação, colocando-nos em contato com a formidável memória infantil.

Destacamos, a partir da análise da coleção, que foram representadas brincadeiras tradicionais, brincadeiras nos equipamentos dos parques, jogos esportivos, bem como manifestações folclóricas, evidenciando interfaces entre tradicional e novo. Outros aspectos ressaltaram, levando em conta a presença de elementos da natureza nos traços, além de figuras ligadas ao desenvolvimento tecnológico que marcaram significativamente o período.

O desenho, ato estritamente humano e uma das manifestações da infância, realiza a integração entre pensamento e imaginação, podendo expressar a cultura infantil de um tempo e de um lugar. A coleção por nós apreciada sugere que diferentes mediações permearam os motivos das ilustrações produzidas pelas crianças paulistas, pois evidenciamos a presença de brincadeiras, esportes, manifestações culturais, assim como a linguagem visual acessível, por exemplo, em livros de colorir. A expectativa das instrutoras dos parques também teria influenciado a produção gráfica, assim como as origens familiares, além da própria idade. Mais do que determinar quais dessas mediações prevaleceram nas decisões e possibilidades das crianças, a análise da coleção evidencia escolhas que elas fizeram diante de suas experiências culturais e sociais. Salientamos, por fim, que o desenho é, também, uma brincadeira, dimensão não esquecida em nossa análise, pois representa o testemunho de um tempo e lugar.

SOBRE AS AUTORAS

INGRID DITTRICH WIGGERS é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UnB) e líder do Imagem – Grupo de Pesquisa sobre Corpo e Educação da Faculdade de Educação Física (FEF/UnB).

E-mail: ingridwiggers@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5412-7021>

CARMEN LUCIA SOARES é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), membro do Focus – Grupo de Pesquisa sobre Educação, Instituições e Desigualdade da Faculdade de Educação (FE/Unicamp) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: carmenls@unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0002-4347-1924>

REFERÊNCIAS

- ACERVO Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Acervos culturais e artísticos da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirAcervo.aspx?cdAcervo=10>>. Acesso em: set. 2019.
- AMIN, Raquel Carneiro; REILLY, Lucia. Artistas colecionadores de desenhos infantis. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 4., 2008, Campinas, *Anais...* Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008. p. 36-42. 2008. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2008/AMIN,%20Raquel%20Carneiro%20-%20IVEHA.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- ANDRADE, Mário de. Pintura infantil. *Diário Nacional*, São Paulo, 23 nov. 1930.
- _____. A nau catarineta. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 73, jan. 1941, p. 61-75.
- AZEVEDO, Fernando. *A evolução do esporte no Brasil*. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1930.
- BATISTA, Marta Rossetti. Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Mário de Andrade*, Brasília: Iphan, n. 30, 2002, p. 6-23. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
- BRITO, Priscila F. “Foi respeitada a expressão da criança quando disse o que fez?” – artes nos parques infantis através das fotografias de Benedito Junqueira Duarte. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.
- CAVALLO, Dominick. *Muscles and morals: organized playgrounds and urban reform, 1880-1920*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.
- CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2003.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difusão Cultural, 2002.
- COUTINHO, Rejane G. *A coleção de desenhos infantis do acervo Mário de Andrade*. 2002. 144 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Artes). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2002.
- DALBEN, André. *Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)*. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- _____. Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 8, n. 2 [13], maio/ago. 2016, p. 3-27.

- DALBEN; André; DANAILOF, Kátia. Natureza urbana: parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930-1940). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 31, n. 1, set. 2009, p. 163-177.
- DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. Uma educação pela natureza: vida ao ar livre e métodos terapêuticos nas colônias de férias infantis do estado de São Paulo (1940). *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 1, jan./abr. 2011, p. 167-182.
- DANAILOF, Kátia. *Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos parques infantis de São Paulo dos anos 1930*. 2006. 176 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- _____. A “educação física” nos parques infantis de São Paulo (1935-1938). *Movimento*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, abr./jun. 2013, p. 167-184. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/32324/25259>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- DEPARTAMENTO DE CULTURA. Divisão de Educação Física e Recreio. *A Marujada*. São Paulo, 1938.
- DIAS, Silvana Moreli Vicente. Crônicas e cartas como laboratório multidisciplinar: a infância como topos e o esboço de um ethos da província do Modernismo brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 67, ago. 2017, p. 204-220. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742017000200204&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- FARIA, Ana Lucia Goulart. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 69, dez. 1999a, p. 60-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400004&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- _____. *Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil*. Campinas: Cortez/Unicamp, 1999b.
- FEIX, Eneida. *Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública*. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- FERREIRA, Flávia Martinelli; WIGGERS, Ingrid Dittrich. Childhood and urbanity in São Paulo city's playgrounds. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v45/en_1517-9702-ep-45-e194024.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.
- FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. *Na rua, a “troça”, no parque, a troca: os parques infantis da cidade de São Paulo na década de 1930*. 2002. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2002.
- FONSECA, João Pedro da. *Educar, assistir, recrear: um estudo de objetivos da pré-escola*. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1981.
- _____. O cinquentenário dos parques infantis de São Paulo: 1935/1985. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. II, n. 1-2, p. 135-148. jan./dez, 1985. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33341/36079>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- FRÖBEL, Friedrich Wilhelm August. *Kommt, lasst uns unsern Kindern leben!* Band 3. Berlin: Volkseigener, 1982.
- GOBBL, Marcia. Mário de Andrade e os desenhos das crianças pequenas: olhares de “turista aprendiz”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 175-205.
- _____. *Desenhos de outrora, desenhos de agora*. Mário de Andrade colecionador de desenhos e desenhista. São Paulo: Annablume, 2011.
- _____. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 1, n. 43, p.

- 135-147, jan./mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000100010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- GUEDES, Lizandra. *Novas velhas formas de dominação: os parques infantis e o novo projeto de dominação social*. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2006.
- INAUGURA-SE hoje, às 10 horas, o “play-ground” do parque d. Pedro II. *Diário Nacional*, n. 1062, 25 de dezembro de 1930.
- JOBIM, José Luís. Francesismo ou nacionalismo? Dilemas do modernismo brasileiro nas cartas dos anos 1920. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 68, dez. 2017, p. 208-226. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0020-38742017000300208&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- JORGE, Janes. *Tietê: o rio que a cidade perdeu*, São Paulo, 1980-1940. São Paulo: Alameda, 2006.
- _____. A represa do Guarapiranga e os esportes na região de São Paulo (1905-1963). In: SOARES, Carmen Lucia (Org.). *Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana*. São Paulo: Autores Associados, 2016, p. 181-204.
- LINHALES, Meily Assbú. *A escola e o esporte: uma história de práticas corporais*. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). *Cultura visual e infância: quando as imagens invadem a escola*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.
- MEDA, Juri. Sgorbi e scarabocchi: guida ragionata alle collezioni storiche di disegni infantili. *History of Education & Children's Literature*, Macerata, v. 2, n. 1, 2007, p. 349-372. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11393/37714>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- _____. Los dibujos infantiles como fuentes históricas: perspectivas heurísticas y cuestiones metodológicas. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 14, n. 3 (36), set.-dez. 2014, p. 151-177. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38897/pdf_41>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- MELLO, Luiz G. R. de Anhaia. Problemas de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, 1929, p. 24-26.
- MERO, Everett Bird. *American playgrounds: their construction, equipment, maintenance and utility*. Boston: American Gymnasia, 1908.
- MIRANDA, Nicanor. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro*. São Paulo: Subprefeitura de Santo Amaro, 1938.
- _____. Técnica do jogo infantil organizado. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 6, n. 74, out. 1940, p. 7-71.
- _____. Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.
- _____. *A harmonia entre o corpo e o espírito: ensaios de educação física*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- NICOLINI, Henrique. *Tietê: o rio do esporte*. São Paulo: Phorte, 2001.
- NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão da cidadania*. São Paulo: Annablume, 2002.
- NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. Uma contribuição para a pesquisa em história do paisagismo: os parques infantis e as ressonâncias da tipologia *reform park* em São Paulo. *Paisagens em Debate*. São Paulo, n. 3, nov. 2005, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/deprojeto/gdpa/paisagens/artigos/2005Niemeyer-ParquesInfantis.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- PAGNI, Pedro Angelo. *Fernando Azevedo educador do corpo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Progra-

- ma de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.
- PAULA, David Ferreira de. O treinamento físico da criança pobre no Estado Novo: a experiência do parque infantil na cidade de São Paulo. *Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História*, v. 5, 1997, p. 171-183.
- PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.
- PINTO, Alexina de Magalhães. *Contribuição ao folk-lore brasileiro para a biblioteca infantil*. Rio de Janeiro: G. Ribeiro dos Santos, 1907.
- RAFFAINI, Patricia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaima: cultura e política em Mário de Andrade*. São Paulo: Vértice, 1998.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos dos rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Senac, 2007.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Carolina da Costa e. *O álbum Parques Infantis como objeto cultural: São Paulo, 1937*. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, Giovanna Camila. *A partir da inspetoria de educação física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da educação física no estado*. 228 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SOARES, Carmen Lucia. *O pensamento médico higienista e a educação física no Brasil: 1850-1930*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.
- _____. Três notas sobre a natureza, educação do corpo e ordem urbana (1900-1940). In: _____. *Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana*. São Paulo: Autores Associados, 2016, p. 9-45.
- SOARES, Carmen Lucia; SANTOS NETO, Samuel Ribeiro dos. À sombra das árvores... respirando ar puro: educação e divertimentos junto à natureza na São Paulo dos anos 1920. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100178&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698193539>.
- WIGGERS, Ingrid Dittrich; OLIVEIRA, Mariana da Silva de; FERREIRA, Ivan Vilela. Infância e educação do corpo: as mídias diante das brincadeiras tradicionais. *Em Aberto*, Brasília, v. 31, n. 102, maio-ago. 2018, p. 177-190.
- YUASA, Yûichi. *Kurepasu jishû gachô*. Tokyo: Shunk-Shunkô-dô, 1933, v. 1, 3, 5, 6.



COMPANHIA DAS LETRAS



RESENHAS • BOOK REVIEWS)

SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO

*Lilia Moritz
Schwarcz*

A história e a disputa de sentidos: sobre o autoritarismo brasileiro

[*History and the dispute of meanings: about the Brazilian authoritarianism*

Silvio Luiz de Almeida^I

[SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RESUMO • *Sobre o autoritarismo brasileiro* se propõe a apresentar de forma acessível e didática as raízes históricas do autoritarismo brasileiro. Trata-se de livro que surge ligado a um contexto político de crise e que se propõe a tarefa de disputar os sentidos da história diante dos perigos do revisionismo, da falsificação e da naturalização da violência política. •

PALAVRAS-CHAVE • Autoritarismo; história do Brasil; pensamento social brasileiro. •

ABSTRACT • “About Brazilian authoritarianism” proposes to present in an accessible and didactic way the historical roots of Brazilian authoritarianism. This book is linked to a political context of crisis and proposes the task of disputing the meanings of history in the face of the dangers of revisionism, falsification and naturalization of political violence. •

KEYWORDS • Authoritarianism; Brazilian history; Brazilian social thought. •

Recebido em 2 de outubro de 2019

Aprovado em 2 de dezembro de 2019

ALMEIDA, Silvio Luiz de. A história e a disputa de sentidos: sobre o autoritarismo brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p 324-328, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i74p.324-328>

I Fundação Getúlio Vargas (FGV, São Paulo, SP, Brasil).

Para um historiador soaria redundante e até ingênua a afirmação de que a escrita da história não se resume a uma catalogação de eventos em ordem cronológica e nem a uma descrição de eventos passados. Soaria, não estivéssemos nós em tempos tão estranhos em que é preciso reafirmar o óbvio. E o que é o “óbvio”? Há de fato algo que seja óbvio? Essas perguntas – que nada têm de óbvias – talvez tragam a questão que anima o historiador: o que nos fez chegar até aqui? Mesmo diante das múltiplas possibilidades que as vidas de homens e mulheres assumiram no decorrer da história, o historiador é aquele que, em certa medida, acredita que há certos fios que tecem a trama do que pode ser a “humanidade”. São fios que só podem ser vistos com leitura, análise e com o manejo do método, o que é o mister do historiador.

Portanto, o “óbvio” poderia ser a afirmação da nossa humanidade, o que atrela a vida de cada um de nós à história da política, do direito, da economia e da cultura. A humanidade é o resultado de caminhos tortuosos, de contingências, de decisões planejadas e também inconsequentes; de conflitos, de conciliação, de lembranças e de esquecimentos. Há, portanto, uma luta pelos sentidos do “óbvio” humano, o que nos leva à conclusão de que também existe uma disputa acirrada sobre o sentido histórico dos processos de constituição da vida social. Essas disputas são políticas, na medida em que a disputa pelos sentidos da história irá construir os sustentáculos ideológicos do poder, do valor da vida humana, dos limites da liberdade e do significado da nação.

É a partir dessa ideia da história como disputa de sentidos que se pode compreender a nova empreitada da historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, que lança o livro *Sobre o autoritarismo no Brasil*, em que a autora perpassa alguns aspectos da história do Brasil, com ênfase na formação dos elementos constitutivos do autoritarismo brasileiro.

A autora, cuja produção intelectual abrange livros importantes como *O espetáculo das raças* (1993), *As barbas do imperador* (1998) e *Lima Barreto: triste visionário* (2018), demonstra, com esse novo livro, uma tomada de posição mais aguda frente ao atual cenário político brasileiro. O título da obra, somado ao contexto da publicação, já seria suficiente para indicar a emergência política do texto. Mas não é só isso. A ilustração

de capa (que traz a obra *Memória*², de Sonia Gomes), a gênese dos textos – que faz uso de dados do livro *Brasil: uma biografia* (SCHWARCZ; STARLING, 2014) e de artigos publicados no *Nexo Jornal* nos últimos cinco anos –, a organização da obra e o título dos capítulos revelam a franca preocupação de entrar na disputa sobre os sentidos da história em um momento em que a crise destampa o bueiro do autoritarismo no Brasil.

Não é por acaso que a introdução contém a afirmação de que, “de uma forma ou de outra, a narrativa histórica produz sempre batalhas pelo monopólio da verdade” (p. 20). E por isso alerta para o fato de que tais “momentos [de crise] costumam desaguar em disputas pela melhor versão do passado, que vira um tipo de jogo de cartas marcadas, condicionado pelas questões do presente” (p. 21). Por isso que, prossegue a autora, nessa “hora, a história se transforma numa sorte de justificativa, enredo e canto de torcida organizada” (p. 21).

Mas que não se compreenda o que disse a autora como um elogio da neutralidade. O que se faz no livro é reafirmar que a escrita da história é feita de disputas e que não há história “desinteressada”, de tal sorte que é papel do historiador, seja qual for a sua posição no mundo, anunciar essas tensões, dialogar com as diversas possibilidades, não se render ao senso comum e às formas de “naturalização”, seja de processos sociais, seja de versões “oficiais” da história. Ao desfiar intelectualmente o autoritarismo, o livro manda um recado contra ele.

A disputa de sentido é feita com o oferecimento de subsídios para uma compreensão do país que nos apresente o “óbvio”, que só quem se dedica à escrita da história pode nos revelar: que a sociedade brasileira resulta de um processo político e culturalmente autoritário. Dizer isso é, hoje em dia, uma tarefa fundamental em tempos de desinformação utilizada como arma política e de revisionismos que pretendem transformar senhores de escravo em “empregadores”, e escravos, em “colaboradores”; que responsabiliza minorias pela violência que sofrem e que afirma sem pudor que o “nazismo é de esquerda”.

É claro que não seria necessário, *a priori*, escrever um livro de história ou de sociologia para refutar tais absurdos. Não seria, não estivéssemos afogados no mundo da pós-verdade, das *fake news*, da mentira autorizada, do anti-intelectualismo. Estamos sob o jugo da *Dumheit* (palavra que pode ser traduzida do alemão por “burrice” ou “tolice”), tal como nos alertou Adorno ao se referir ao modo como a recusa do conhecimento abre espaço para regimes totalitários ou autoritários, como o foi o nazismo.

A falsificação da história em nome de projetos antidemocráticos não é feita apenas em redes sociais. Pode ser vista em livros que, a pretexto da “simplicidade”, retorcem a história para propagar mentiras que, não por acaso, reforçam discursos contra trabalhadores, contra minorias raciais e sexuais, contra as religiões de matriz africana, e a favor da violência como forma de imposição da ordem social. Tais livros, que mais parecem compilados de *tweets*, são verdadeiros *best-sellers* e ganham cada vez mais espaços na mídia e até em discursos proferidos por autoridades da República.

2 Nessa obra, tecidos (recolhidos ao acaso ou oferecidos à artista) são transformados em escultura, remetendo à ideia de que, ao remexer fios e tecidos da memória, novas formas se apresentam no tempo atual, interpolando nossa própria contemporaneidade.

Sobre a forma, é importante destacar que o texto é escrito de maneira bastante acessível, e sua pretensão é declaradamente didática. Não é um livro de teses ou do qual se possam esperar grandes debates acadêmicos. É um livro voltado para um público que não está habituado com as várias nuances da história do pensamento social brasileiro, e, exatamente por não mirar tão somente a comunidade acadêmica, o texto parte de posições específicas acerca de autores e conceitos que na academia são extremamente controversos, como é exemplo o próprio conceito de “autoritarismo”. A própria autora afirma o caráter de sobrevoos do livro ao dizer que o “objetivo deste pequeno livro é reconhecer algumas das raízes do autoritarismo no Brasil, que têm aflorado no tempo presente, mas que, não obstante, encontram-se emaranhadas nesta nossa história de pouco mais de cinco séculos” (p. 26). Por isso, pode-se dizer que a relevância do livro está principalmente em reinserir no contexto político atual um debate sobre um dos temas centrais do pensamento social brasileiro, que é o autoritarismo, ao mesmo tempo que traz à tona a relação desse conceito com as chamadas “políticas de identidade”.

Não chegamos até o autoritarismo presente de uma hora para outra. Não foi só contingência, mas também não foi tão somente um “projeto”. É preciso entender como se forjou a alma de um país tão desigual, em que o número de pessoas LGBT mortas a cada ano é assombroso e que assistiu atônito a uma vereadora, mulher negra e lésbica, ser assassinada nas ruas do centro da cidade brasileira mais famosa no mundo.

Assim, o reconhecimento de que nosso “autoritarismo” presente tem raízes em nosso autoritarismo “passado” não pode ser visto sem mediações. “Não existe uma continuidade mecânica entre nosso passado e o presente, mas a raiz autoritária de nossa política corre o perigo de prolongar-se, a despeito dos novos estilos de governabilidade”, alerta a autora. A proposta do livro é justamente compreender essas “mediações” cujo balanço nos leva a concluir pela existência de um autoritarismo especificamente brasileiro, construído à nossa imagem e semelhança.

Mas como se apresentariam, segundo o livro, essas mediações históricas capazes de explicitar nossas raízes autoritárias? A resposta se desdobra em cada um dos oito capítulos do livro em que os elementos formadores do autoritarismo brasileiro são apresentados, a saber: escravidão e racismo; mandonismo; patrimonialismo; corrupção; desigualdade social; violência; sexismo; intolerância. É uma divisão que visa a atender os objetivos didáticos do livro, pois se nota que todos esses elementos estão entrelaçados e se revelam no que a autora chama de “déficit republicano” (p. 236). Esse déficit republicano, consequência do autoritarismo, como frisa a autora algumas vezes, estaria até mesmo impedindo saídas para impasses nacionais que não se limitassem a depositar todas as fichas em lideranças carismáticas capazes de nos redimir. É como se o autoritarismo, que nunca fora expurgado da “alma” nacional, se apresentasse até mesmo como solução para os problemas que o próprio autoritarismo potencializa.

Merece especial atenção o destaque dado à questão racial ao longo do livro. Embora a escravidão seja tratada como uma espécie de “ponto de ignição” do autoritarismo nacional, é interessante notar como de forma acertada e coerente o livro não estabelece uma continuidade mecânica entre a escravidão e o racismo. É inegável que o racismo tem relação com a escravidão, mas a autora reforça que a

sociedade brasileira reproduz o racismo com as novas estruturas sociais criadas após a abolição. Ou seja, a desigualdade racial que marca o autoritarismo não é apenas “herança” da escravidão; o racismo tornou-se independente da escravidão e se atualizou, ganhou novas formas de se reproduzir para além da escravidão. É essa “plasticidade” do racismo que permite ao autoritarismo brasileiro adaptar-se aos mais variados contextos sócio-históricos.

São as identidades de raça, gênero e sexualidade que abrem espaço para a naturalização da violência cotidiana que bloqueia o advento de uma cultura democrática e da consolidação de estruturas republicanas, uma vez que se constituem em “marcadores de diferença”. Assim, um dos méritos do livro é o de não se render a uma crítica vazia ao “identitarismo”, reconhecendo as identidades como parte do processo de formação nacional. Lilia Schwarcz nota que as identidades são produzidas no caldo da violência estruturalmente organizada pelo Estado e é este o cerne do autoritarismo enquanto ideologia fundante das mazelas nacionais.

SOBRE O AUTOR

SILVIO LUIZ DE ALMEIDA é professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de Filosofia e Ética e de Compliance, Governança Corporativa e Implementação de Práticas Antidiscriminatórias da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Instituto Luiz Gama.

E-mail: silviovlq@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0990-9707>

REFERÊNCIAS

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____; STARLING, Heloisa Murgel. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

P.S. logo que o meu manuscrito ou parte d'ê estiver
apresentado, mando para você lê e criticar.

L. Felipe.

Luiz Felipe de Alencastro, identificando-se como amigo de Roberto Schwarz, pede que Caio Prado Jr. leia um manuscrito seu e informa sobre seus esforços em apresentar as pesquisas sobre a história do Brasil na França (1976)

Arquivo IEB/USP, Acervo Caio Prado Júnior, código de referência CPJ-CP-ALENCAS003

DOCUMENTAÇÃO •
DOCUMENTS)

Schwarz-Adorno: *Unbekannt verzogen* – endereço desconhecido. Apresentação de uma correspondência

[Schwarz-Adorno: *Unbekannt verzogen* – returned to sender. A letter exchange

Eduardo Soares Neves Silva¹

RESUMO • O artigo busca estabelecer a posição relativa das teorias de Theodor W. Adorno e Roberto Schwarz a partir da apresentação de uma breve troca de cartas entre os autores nos anos de 1961 e 1962. • **PALAVRAS-CHAVE** • Roberto Schwarz; Theodor W. Adorno; correspondência. • **ABSTRACT** • The paper

tries to analyze the relative positioning of two sets of theories, with reference to a brief letter exchange between Theodor W. Adorno and Roberto Schwarz, carried out in the years of 1961 and 1962. • **KEYWORDS** • Roberto Schwarz; Theodor W. Adorno; correspondence.

Recebido em 30 de setembro de 2019

Aprovado em 7 de novembro de 2019

SILVA, Eduardo Soares Neves. Schwarz-Adorno: *Unbekannt verzogen* – endereço desconhecido. Apresentação de uma correspondência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 330-344, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p330-344>

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil).

Em um curto artigo de memória e crítica, Davi Arrigucci Jr. (1991, p. 67) comenta que “(d)entre as manias que teve Alexandre Eulálio, uma – das mais persistentes – foi sem dúvida a de gostar de Brito Broca”. Era nessa indireta consideração do problema do cânone que eu pensava ao começar a escrever esta apresentação. Rapidamente me arrependi de reter essa frase, por mais de um motivo. Lá se tratava de revalorizar a obra de um cronista, Brito Broca, de “olhar excêntrico”, cuja leitura “parece mais indiciar problemas históricos das relações literárias [...] do que demonstrar consciência crítica desses problemas” (ARRIGUCCI JR., 1991, p. 68-69). Ademais, isso era feito pelo recurso ao testemunho de Alexandre Eulálio, que se dedicou à obra de Brito Broca como se dela fizesse a curadoria. À parte o efeito imediato da retomada de uma obra, tudo o mais é diverso na ocasião presente. No contraste com Brito Broca, o legado de Roberto Schwarz é outro: uma obra eminentemente crítica, que dispensa qualquer intermediário como atestação de valor. Não apenas isso crava como erro o início deste texto. Parece impossível salvar algum paralelo mesmo se desconsideradas as distintas histórias de produção e recepção de suas obras. Aplicada sem mais consideração, a frase ficaria assim: “dentre as manias que tem Roberto Schwarz, uma – das mais persistentes – é sem dúvida a de gostar de x”. Pelo gosto do contraditório, em algo que já é quase peça ficcional, eu me pergunto quem seria esse “x” de Schwarz. Tomada meramente conforme um índice de recorrência, a incógnita deveria ser Antonio Candido.

Contra essa resposta pesa o fato de que influência decisiva não é o mesmo que mania. Razões para tomar Antonio Candido, autor de *Formação da literatura brasileira*, como figura-chave de toda nossa tradição crítica foram expostas em profusão por, entre outras pessoas, o próprio Schwarz. A referência a Candido aparece na consideração por Schwarz da dialética da ordem e da desordem como princípio de generalização, ora condição estrutural, ora formalização estética da realidade e da ficção nacionais (SCHWARZ, 1979; 1987b). Ela é recomposta no recurso à noção de redução estrutural para a composição de uma das matrizes de *Um mestre na periferia do capitalismo* (SCHWARZ, 1990). Se por um lado essa influência é visível em Schwarz ao menos desde o ponto de partida de *Ao vencedor as batatas* (SCHWARZ, 1977), poder-se-ia por outro lado dizer que o apontamento dos limites históricos do diagnóstico de Candido se põe como uma tarefa a mais para o aparato crítico que dali se espria. Por tudo isso, conclui-se, sem mais, que não é Antonio Candido aquela suposta incógnita.

A fim de descobrir uma influência em relação à qual não haja sequer angústia – pois é dessa gratuidade do “gostar” que Arrigucci parece tratar na relação de Alexandre Eulálio com Brito Broca –, um indício importante é que ela se configura menos como excentricidade e mais conforme seu caráter supérfluo. Ou seja, se buscássemos responder ao que coloquei no início do texto, a boa estratégia seria perguntar por aquelas obras ou referências que Schwarz toma como significativas para seu próprio percurso, sem que sejam, de fato, necessárias. Com este volteio, introduzo uma descoberta, um tipo particular, aquela sobre a qual se comenta antes mesmo de vir à tona como documento. No caso, falo da correspondência entre Roberto Schwarz e Theodor W. Adorno².

O ano de 1961 é um ano singularmente importante na trajetória intelectual de Adorno, expoente da primeira geração, ou geração frankfurtiana da teoria crítica da sociedade. Logo no início do ano, em 27 de fevereiro, ocorre “um dos maiores momentos na vida de Adorno”³, a se fiar nas palavras de Wolfram Schütte (2003, p. 264) acerca do evento organizado pela editora Suhrkamp em honra a Samuel Beckett, de quem Adorno fez a *laudatio* (cf. ADORNO, 1998), tomando-o, desde então, como o mais representativo escritor contemporâneo. Na manhã do dia 13 de março, ao lado de Gretel Karplus-Adorno, sua esposa, ele segue para Paris, em “um bimotor da Air France”⁴, e depois para a Itália, uma viagem que durará até 17 de abril. Poucos momentos são tão propícios como essa viagem para compreender o modo pelo qual Adorno via a si mesmo, avaliava sua posição como intelectual, mensurava seu legado. “Adorno tinha ainda mais familiaridade com Paris do que com Roma. A cidade de Paris foi para ele, durante um tempo de sua vida, um mito” (MÜLLER-DOOHM, 2003,

2 A descoberta da troca de cartas entre os autores não teria sido possível sem o concurso de vários fatores. Apenas recentemente vieram à tona, ainda como documentos do Theodor W. Adorno Archiv, as pastas com cartas que ele escreveu na condição de diretor do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. Embora grande parte da correspondência de Adorno já tenha sido publicada e, em alguns casos, exaustivamente estudada, essas pastas ainda não haviam sido examinadas porque compõem o lado institucional de sua correspondência e foram, por isso, guardadas e compiladas em outro setor do Arquivo. Foi justamente em uma dessas pastas que a carta de Roberto Schwarz e a resposta de Adorno foram arquivadas, ainda na década de 1960, e lá ficaram. Há desde muito um rumor acerca da existência dessa correspondência, mas faltava um material a dar contornos ao testemunho. Além disso, calhou de eu estar na Akademie der Künste, uma das sedes do Theodor W. Adorno Archiv, em Berlim, quando Michael Schwarz, um dos responsáveis pelo acervo, concluiu a edição desse material. Sabendo que eu teria interesse, pois gentilmente colabora com minhas pesquisas desde 2013, Michael Schwarz concedeu o acesso aos documentos. Esta nota expressa não apenas meu agradecimento ao colega, meu reconhecimento pelo inestimável trabalho prestado pelo corpo técnico da Akademie der Künste e pela Hamburger Stiftung zur Förderung von Wissenschaft und Kultur, detentora dos direitos sobre a obra de Adorno, como também minha satisfação em ter contado com o apoio do próprio Roberto Schwarz na tarefa.

3 A tradução de todas as citações de textos originalmente escritos em alemão é de minha responsabilidade.

4 Primeira entrada em um dos diários de Adorno, o *Notizbuch “J”*, que leva o nome “Viagem para Paris e Itália”. Material depositado no Theodor W. Adorno Archiv e editado por Gabriele Ewenz, Christoph Gödde, Henri Lonitz e Michael Schwarz no volume intitulado *Adorno. Eine Bildmonographie* (THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 252).

p. 617). Com essa sentença, seu biógrafo busca indicar o impacto do momento sobre a autocompreensão do autor, algo que ele mesmo, Adorno, evidencia nas entradas de seu diário de viagem. Em Paris, nos dias 15, 18 e 21 de março, Adorno dá três conferências no Collège de France: “Le besoin d’une ontologie”, “Être et existence” e “Vers und dialectique négative”. Falando em francês para uma plateia numerosa, Adorno define e submete a teste os marcos iniciais de sua obra filosófica de maior envergadura, a *Dialética negativa*, concluída seis anos depois. As respectivas entradas no seu diário são muitíssimo expressivas. No dia 15 de março: “Conferência dada, muito difícil, Merleau-Ponty chocado. Deus e o mundo estavam lá” (in THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 254). Em 18 de março: “Conferência lotada, foi muito melhor” (in THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 256). Por fim, em 21 de março, Adorno pondera: “A última conferência foi muito bem, brilhou como uma estrela. Merleau-Ponty e Jean Wahl presentes, mas não falaram” (in THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 257)⁵. Outras entradas no diário favorecem a compreensão da importância dessa viagem: de um lado, Adorno elabora nuances de sua teoria em notas curtas, porém significativas, como, por exemplo, a revisão da relação entre ontologia e dialética⁶, que havia sido objeto de seu curso do semestre de inverno 1960-1961, e a proposição concisa de um problema estético⁷, que viria a ser tratado no curso subsequente, no verão de 1961; de outro lado, em notas muito pessoais, Adorno reflete acerca de sua condição, inclusive a de saúde, tema que se espalha por todo o diário⁸.

No retorno à Alemanha, logo nas primeiras semanas, Adorno dará sequência aos seus dois principais projetos do período. Em 4 de maio, paralelamente às anotações para o curso de verão de 1961, voltado à estética (cf. MÜLLER-DOOHM, 2003, p. 948)⁹, ele dita alguns parágrafos que estruturam uma primeira versão de sua *Teoria estética*¹⁰. Publicada apenas postumamente, em 1970, a obra ganhará corpo ao longo da década, porém sua composição, naquele momento, cederá espaço à preparação de outra obra que então recebia seus primeiros aportes, a já mencionada *Dialética negativa*.

5 A expressão brilhou como uma estrela traduz, de modo atenuado, o sentido da expressão alemã *brillte wie ein Ochs*, cuja tradução literal, berrou como um boi, não tem equivalente direto em português. Fica, pois, a nota. Além de Maurice Merleau-Ponty e Jean Wahl, estavam presentes nas conferências outras importantes personalidades do cenário intelectual francês, como Robert Minder, Roger Callois, Georges Friedmann e Frederick Goldbeck (cf. MÜLLER-DOOHM, 2003, p. 618).

6 Cf. a nota do dia 12 de abril (in THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 269) e a do dia 15 de abril de 1961 (in THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 272-273).

7 Cf. a nota do dia 14 de abril (in THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 273).

8 Menções a um permanente cansaço e incapacidade de dormir são frequentes. Em particular, destaca-se a entrada do dia 16 de abril: “Sentado profundamente deprimido no hotel. Estou envelhecendo: let’s face it” (in THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 273).

9 No mesmo período, em setembro de 1961, Adorno apresenta o ensaio “Vers une musique informelle”. Compreendido no contexto das Conferências de Kranichstein, reunião de suas sucessivas participações no Festival de Darmstadt (Internationale Ferienkurse für Neue Musik), esse ensaio é talvez o marco mais importante de sua reflexão madura acerca do atonalismo na nova música (cf. ADORNO, 2014b).

10 Nota dos editores, em *Ästhetische Theorie* (ADORNO, 1995, p. 539).

Além de ser ponto nodal desses dois polos da reflexão de Adorno à época, o ano de 1961 verás, ainda, dois momentos de suma importância para sua recepção posterior, bem como para a ressignificação da teoria crítica. Em primeiro lugar, data desse período a assim chamada “controvérsia do positivismo”¹¹. Sem qualquer ambição de sumariar a série de contribuições, debates e mal-entendidos que lhe dá forma, retomo o pessimismo exegético das considerações do melhor historiador dessa controvérsia, Hans-Joachim Dahms: se é possível afirmar com certeza que, entre 19 e 21 de outubro de 1961, houve um encontro de trabalho da Sociedade Alemã para Sociologia (Deutschen Gesellschaft für Soziologie), na cidade de Tübingen, com a participação de Theodor W. Adorno, Hans Albert, Ralf Dahrendorf, Jürgen Habermas, Harald Pilot e Karl Popper, é uma tarefa quase impossível explicar como o encontro foi planejado, onde exatamente começa e quando termina (DAHMS, 1994)¹². Seu sentido só se deixa capturar, se tanto, no largo espectro de outras controvérsias sociológicas (RITSERT, 2010) e, ademais, parafraseando Dahms (1994, p. 401-403), ela vive o paradoxo de ser, ao mesmo tempo, concluída e inconclusa. Em segundo lugar, o ano de 1961 marcaria tanto Adorno como o legado da teoria crítica devido a uma inflexão de amplas e ainda não decididas consequências. Segundo a conjectura de Hans-Georg Backhaus, seu aluno no semestre de verão de 1962, teria sido no ano anterior – e justamente em vista da controvérsia com Popper – que Adorno teria voltado a Marx com os olhos no método ali desenvolvido, mais especificamente, no modo como a crítica da economia política aparece immanentemente articulada a uma análise das categorias de troca e valor, ou seja, em uma frase, ali teria sido dado o passo fundante do que veio a se chamar crítica do valor, da qual Backhaus viria a ser um dos expoentes (BACKHAUS, 1997)¹³.

Para reatar o fio, observo que, desde 1958, em consequência da aposentadoria de seu colega Max Horkheimer, Adorno era o diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, sediado na Universidade de Frankfurt. Em 7 de outubro de 1961, quando Roberto Schwarz lhe escreve da Universidade de Yale, em New Haven, Connecticut, era essa sua condição institucional (Figura 1). A menção desse fato não é vã. Embora contasse com sua secretária pessoal, Elfriede Olbrich, que o acompanhou desde seu retorno à Alemanha, vindo justamente dos Estados Unidos da América, em agosto de 1953, Adorno viu a dinâmica de seu trabalho no Instituto ser bruscamente alterada a partir do momento em que o assumiu. Se em 1954, quando foi nomeado

11 As atas foram reunidas em Theodor W. Adorno et al. (1989).

12 Noto que, rigorosamente, a controvérsia só se instala plenamente a partir de sua segunda rodada, depois das conferências de Popper e Adorno, ou seja, com Habermas e Albert e, de modo enfático, com a “Introdução” escrita por Adorno, em 1969, para o volume de atas. As implicações mais diretas desse fato são tiradas por vários comentaristas, como os mencionados Dahms (1994, p. 351 ss.) e Müller-Doohm (2003, p. 645 ss).

13 Cf. o anexo “Theodor W. Adorno über Marx und die Grundbegriffe der soziologischen Theorie. Aus einer Seminarmitrchrift im Sommersemester 1962” (BACKHAUS, 1997, p. 501-513). Devo essa pista a uma conversa com Luiz Philipe de Caux, a quem agradeço.

temporariamente para o cargo de diretor¹⁴, Adorno ainda não tinha sido atingido por dilemas tipicamente institucionais, essa condição se alteraria completamente a partir de 1958, algo exemplificado de modo eloquente e pitoresco no que veio a ser conhecido como o caso do “Semáforo Adorno”¹⁵. De todo modo, a carta de Roberto Schwarz que compõe a metade de cá da correspondência pega Adorno, por assim dizer, no contrapé.

Tomo emprestada essa expressão não apenas para indicar que Adorno estava com a vida atribulada, em meio a rodopios teóricos e reveses práticos. Na verdade, se voltarmos a atenção a Schwarz, veremos com maior clareza a a razão do contrapé.

14 Foi nesse período, aliás, que Adorno cuidou de estreitar vínculos com luminares da sociologia alemã, algo que prepara sua entrada na controvérsia do positivismo alguns anos depois (cf. MÜLLER-DOOHM, 2003, p. 935).

15 Em uma sequência de cartas iniciadas por Adorno, em 12 de maio de 1958, e que terminou por envolver, além da Reitoria e os Conselhos Superiores da Universidade de Frankfurt, também a Prefeitura e Superintendência de Polícia da cidade de Frankfurt, discute-se a necessidade da instalação de um semáforo para pedestres no cruzamento da Senckenberganlage, na esquina do Instituto de Pesquisa Social. O *affaire* culmina em uma carta desolada de Adorno ao *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, em 18 de julho de 1962, e tem sua resolução de fato apenas em 1987, quando, enfim, o cruzamento recebe o semáforo (cf. THEODOR W ADORNO ARCHIV, 2003, p. 236-241).

Roberto Schwarz
Yale Station 2676
New Haven, Conn.

7. Oktober 1961

Sehr geehrter Prof. Adorno:

verzeihen Sie den uneingeleiteten Brief und das schlechte Deutsch, ich wusste mir nicht anders zu helfen. Ich bin Brasilianer, gerade in Sao Paulo mit dem Soziologie-Studium fertig geworden, und soll zukuenftig in dem "Departamento" fuer Literatur-Theorie mitarbeiten. Ich interessiere mich intensiv fuer Ihre Schriften, und will ein eventuelles Stipendium, das ab Oktober 62 laufen wuerde, zum hoeren Ihrer Vorlesungen ueber Aesthetik benutzen. Nun muesste ~~ich~~ ich wissen ob Sie diese Vorlesungen in der Periode 1962-63 weiterhin halten werden, was ~~aus~~ aus dem vorliegenden 61-62 Katalog natuerlich nicht zu entnehmen ist.

Gegenwaertig sitze ich in Yale, und aergere mich ueber die untheoretische Literatur-Theorie die hier betrieben wird.

Ich hoffe dass Sie die Belaeastigung entschuldigen werden.

Mit bestem Dank,

Ihr

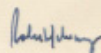


Figura 1 – Schwarz escreve a Adorno em 1961. Fonte: Theodor W. Adorno Archiv, Frankfurt am Main, Un 494

Schwarz
Yale Station 2676
New Haven, Conn.

7 de outubro de 1961

Caro Prof. Adorno,

perdoe esta carta que lhe dirijo sem ter sido introduzido e o meu mau alemão, eu não tinha outra alternativa. Sou brasileiro, acabo de concluir em São Paulo a graduação em sociologia e devo trabalhar futuramente como colaborador no “Departamento” [em português no original] de Literatura. Eu me interesso profundamente pelos seus escritos e gostaria de utilizar uma eventual bolsa que iniciaria em outubro de 1962 para assistir suas aulas de estética. Gostaria, então, de saber se o senhor seguirá lecionando esse curso no período de 1962-63, o que, é claro, não se pode ainda depreender do catálogo disponível de 61-62.

Atualmente me encontro em Yale e me irrita a falta de teoria da teoria literária que se faz aqui.

Espero que o senhor desculpe o incômodo.

Muito obrigado,

do seu,

Roberto Schwarz escreve da Universidade de Yale na condição de bolsista de mestrado, mas já em cadência acadêmica¹⁶. Ainda que jovem, Schwarz não estava meramente em busca de concluir um processo formativo: ao se queixar da ausência de teoria na teoria literária de Yale, como faz na carta a Adorno, o que Schwarz realiza não é um chiste inconsequente ou um gracejo movido por interesse, ao contrário, o que há ali é um diagnóstico, sucinto e preciso, como exigido pela circunstância. Se é necessário conceder que a compreensão de si, como o amor, “começa tarde”, e portanto Schwarz ainda levaria algum tempo para amadurecer o conjunto de intuições e argumentos, tanto os herdados como os próprios, que ganham sua forma mais debatida no ensaio “As ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 1973), não deve restar dúvida, todavia, acerca da pertinência da posição de Schwarz em relação ao ambiente intelectual que encontra em Yale. Ao chamar a atenção para as intuições e argumentos que a sustentariam, devo notar que não se trata de dizer que Schwarz defenda ali uma *específica* proposição teórica, fechada em si, mas sim que ele busca pensar a partir de um diagnóstico, o que tem como implicação adicional o estabelecimento

16 Sua ida para o Estados Unidos da América, não no que concerne às possibilidades acadêmicas, mas às condições institucionais, é – nesses termos – parte de um intrincado processo vinculado à posição precária de Antonio Candido na Universidade de São Paulo e à criação do curso de Teoria Literária e Literatura Comparada, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCL/USP). A questão se encontra detalhada na tese de Lidiane Soares Rodrigues (2012). De modo inesperado, pois fruto de uma descoberta ao acaso, o que aqui se apresenta é um documento que complementa a tese de Rodrigues, cuja leitura aconselho vivamente.

de um modo crítico de lidar com teorias que pretendem fazer crítica imanente, mas recaem, sob certas condições, seja em uma teoria da imanência, seja em uma teoria da crítica.

É certo que o desenvolvimento implicado no que acabo de notar não tem a menor chance de ser contemplado neste breve texto. Entretanto, de modo a dar algumas pistas a quem se interessar, faço três observações.

Em primeiro lugar, embora o ensaio tenha feito convergir sobre si uma compreensão sintética do que seria “essa” hipótese de Schwarz, faz-se necessário pensar na posição do texto em sua obra e, em especial, na maneira como ela veio a ser recebida. Por isso, caso não se possa imediatamente ler Schwarz na íntegra, uma estratégia plausível é acompanhar a composição que se estabelece entre “As ideias fora do lugar”, de 1973, “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, de 1979, e “Nacional por subtração” (SCHWARZ, 1987c), de 1986, sobretudo com referência a um texto anterior a todos esses, “Cultura e política, 1964-1969. Alguns esquemas” (SCHWARZ, 1992b), escrito entre 1969 e 1970¹⁷.

Em segundo lugar, a hipótese de Schwarz não é “essa” por dois motivos: porque não é una, impermeável ao tempo, como acabei de indicar, e porque, como observou o próprio autor acerca de “As ideias fora do lugar”,

O mal-entendido principal nasceu do próprio título. Este último teve sorte, pois se tornou conhecido, mas também atrapalhou bastante, pois fixou a discussão num falso problema, ou no problema que o ensaio procurava superar. [...] Ideias funcionam diferentemente segundo as circunstâncias. Mesmo aquelas que parecem mais deslocadas, não deixam de estar no lugar segundo outro ponto de vista. (SCHWARZ, 2012a, p. 165).

Em terceiro lugar, cabe perguntar a qual tradição remeteria a questão, qual é a fonte daquelas intuições e argumentos. Sobre isso, volto a uma citação do próprio Roberto Schwarz:

A possível correspondência entre o estilo machadiano e as particularidades da sociedade brasileira, escravista e burguesa ao mesmo tempo, me ocorreu pouco antes de 1964. A ideia traz as preocupações dialéticas daquele período, às quais se acrescentou o contravapor do período seguinte. No que diz respeito à interpretação social, o raciocínio depende de argumentos desenvolvidos na Universidade de São Paulo pela geração de meus professores, em especial um grupo que se reunia para estudar *O capital* com vistas à compreensão do Brasil. O grupo chegara à audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do atraso brasileiro não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso. [...] Devo uma nota especial a Antonio Candido, de cujos livros e pontos de vista me impregnei muito, o que as notas de pé-de-página não têm como refletir. Meu trabalho seria impensável igualmente sem

17 Um grande número de textos lida com esse arco de tensões. Para os fins aqui perseguidos, destacam-se: Paulo Eduardo Arantes (1992, p. 90 ss.); Rodrigues (2012, p. 477 ss.); Maria Elisa Cevalco (2007); e Bernardo Ricupero (2013).

a tradição – contraditória – formada por Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno, e sem a inspiração de Marx. (SCHWARZ, 1990, p. 12-13).

Gostaria de destacar dois aspectos importantes nessa fecunda autocompreensão de Roberto Schwarz acerca de sua posição no debate. De um lado, cumpre notar a ênfase em um princípio relacional na consideração da situação brasileira, de outro lado, há que se frisar o aceno a uma compreensão da tradição dialética, aquela que, atenta ao processo de conformação do real, se observa a si mesma como contraditória e *assim* se abre ao princípio da crítica imanente. De passagem, reitero que, em face dessa ordem da reflexão, claro fica por que o ambiente teórico americano será visto por Roberto, na carta a Adorno, como carente de teoria. Em todo caso, de volta à tradição contraditória, que se faça o contraste com uma das passagens nas quais Schwarz lida diretamente com Adorno, no mesmo livro:

Segundo a boa teoria de Adorno, quanto mais alto o nível, menos contingentes as fraquezas artísticas de uma obra. Estas deixam de remeter a limitações do autor, para indicarem impossibilidades objetivas, cujo fundamento é social. Aos olhos do crítico dialético a fratura da forma aponta para impasses históricos. Sem prejuízo do sinal esteticamente negativo, ela representa um fato cultural de peso, que requer interpretação por sua vez. (SCHWARZ, 1990, p. 161).

De olho nos aspectos que acabo de levantar, será que não poderíamos aplicar essa “boa teoria” ao próprio Adorno? Não deveríamos encontrar em sua obra fraturas necessárias que remetem, objetivamente, à condicionalidades históricas? Certamente, e o próprio Schwarz o diz, em 2003, ao ser entrevistado acerca do legado de Adorno:

Não tenho dúvida de que o ensaísmo periférico de qualidade sugere a existência de certa linearidade indevida nas construções dialéticas de Adorno e do próprio Marx – uma homogeneização que faz supor que a periferia vá ou possa repetir os passos do centro. [...] ou seja, o que há entre as formas sociais da periferia e do centro é uma relação de discrepância e de complementaridade, capaz de evoluir, mas que não é contingente nem tende a se dissolver em igualdade. (SCHWARZ, 2012b, p. 49).

Entretanto, e com isso eu retomo o exame da posição de Adorno nos anos de 1961-1962, parece-me plausível dizer ainda mais do que é dito por Schwarz. Se concordarmos com os argumentos anteriores, o que diz das impossibilidades objetivas inerentes a toda grande obra e o que alude ao peso da circunstância periférica sobre uma concepção dialética da verdade, soa ao menos plausível uma hipótese ainda mais interna ao trabalho do conceito, a saber, a de que toda teoria elaborada no centro tende a ser, em sentido restrito, idealista. Com efeito, como mencionado anteriormente, é razoável seguir Backhaus e identificar o ano de 1961 como aquele no qual Marx é finalmente tomado por Adorno a partir do problema do método. Mais do que isso, se referida a uma questão que marca seu trabalho ensaístico, segundo o que defendi em outro lugar (SILVA, 2006, p. 132 ss.), então talvez seja válido indicar que a obra de Adorno – marcada pelo esforço de consecução da doutrina benjaminiana da submersão, uma visada

que se põe ao lado do objeto, em seu fluxo contraditório e real – se viu desde sempre acompanhada por seu próprio corcundinha (BENJAMIN, 1995, p. 141-142), a abstração. O fato de Adorno, no Prefácio da *Dialética negativa*, ainda remeter a Benjamin ao tratar o problema, na conhecida passagem que diz que “é preciso atravessar o deserto de gelo da abstração para alcançar definitivamente o filosofar concreto” (ADORNO, 2009, p. 7-8), não deve ser visto como sintoma ou denegação, mas como índice de uma necessidade objetiva, um impasse levado à forma, para fazer valer o argumento de Schwarz.

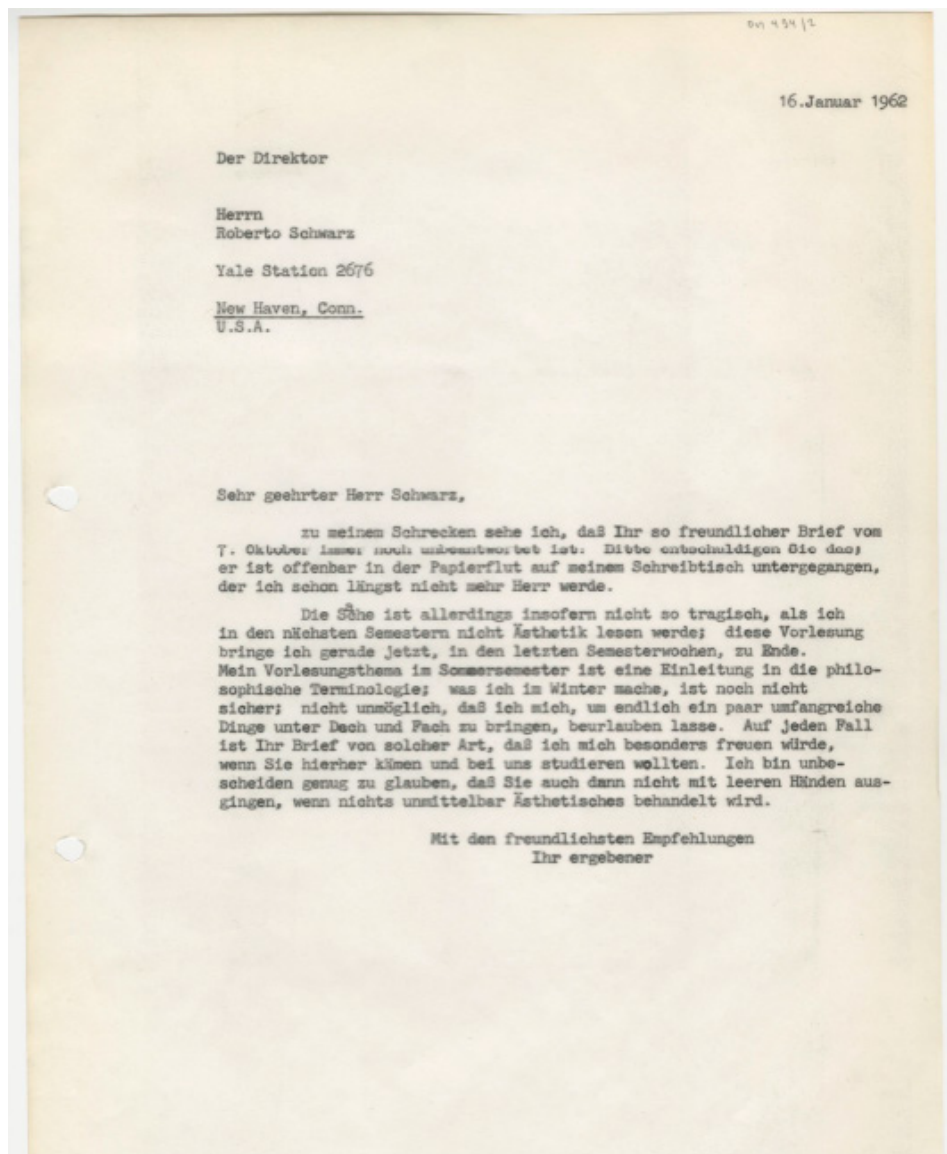


Figura 2 – Adorno responde a Schwarz em 1962. Fonte: Theodor W. Adorno Archiv, Frankfurt am Main, Un 494

16 de janeiro de 1962

O diretor

Ao senhor
Roberto Schwarz

Yale Station 2676

New Haven, Conn.
U.S.A.

Caro senhor Schwarz,

para meu espanto, vejo que a sua tão gentil carta de 7 de outubro continua ainda sem uma resposta. Peço que me desculpe; pelo visto ela afundou na inundação de papéis em minha escrivaninha, sobre a qual há tempos eu já não tenho mais o domínio.

A coisa não é, no entanto, tão trágica assim, porquanto nos próximos semestres não lecionarei estética; eu estou terminando esse curso agora, nas últimas semanas do semestre. O tema de meu curso no semestre de verão é uma introdução à terminologia filosófica. Ainda não tenho certeza do que será no de inverno; não é impossível que eu tire um período sabático para finalmente concluir algumas coisas mais extensas. Em todo caso, a sua carta é de tal natureza que eu ficaria particularmente contente se o senhor viesse para cá e quisesse estudar conosco. Sou imodesto o bastante para crer que o senhor não partiria de mãos vazias se nada imediatamente concernente à estética fosse tratado.

Com as mais cordiais recomendações,
do seu fiel,

Logo, o que revela o contraste entre a posição de Schwarz “pouco antes de 1964”, remetida à tradição audaciosa de seus professores brasileiros, e a posição de Adorno em 1961-1962, remetida seja ao materialismo de matiz benjaminiano, o da submersão, seja à concepção do concreto como “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”, segundo o modo aberto por Marx (2011, p. 77-78) nos *Grundrisse*, não é somente um erro de atribuição, ou seja, não é apenas o caso da história ser vista de outro modo do lado de cá. No sentido expresso por Schwarz (2012b, p. 49), há uma “relação de discrepância e de complementaridade” entre o que é o material de uma análise materialista com olhos no centro e a mesma análise com olhos na periferia, o que confere à obra de Adorno uma limitação objetiva, “certa linearidade indevida” (2012b, p. 49) justamente ali onde vige sua força, a crítica imanente. Porém, também é possível igualmente dizer que a Adorno faltava a leitura de um Marx materialista *neste sentido*, a de um método de crítica imanente, algo que só aparece

nos seus cursos a partir dos anos 1960, mas que entre nós já era o caso desde alguns anos antes, com o Seminário sobre *O capital*. Se tomamos a obra de Adorno para além dos textos consagrados, nos quais essa questão só aparece em foco teórico, é quase sempre possível perceber um ligeiro desajuste entre o material recolhido em estudos empíricos e a reflexão que se constrói em relação a esses estudos: tudo ocorre como se a reflexão se fizesse sempre em relação a um mundo que já não é mais, um mundo que se deixa ver apenas *residualmente* nos estudos empíricos¹⁸. Não se trata de oposição, talvez de uma variação daquela mesma discrepância notada por Schwarz: a melhor análise concreta da situação social depende do reconhecimento da categoria central a ser examinada em cada momento, algo que sempre esteve à plena luz na periferia, “parte integrante da reprodução da sociedade moderna”, como notou Schwarz (1990, p. 10), porém “como indicativo de uma forma perversa de progresso”. Ora, no marco aberto por Adorno, tal tarefa só é levada à plena consequência, depois de sua morte, por um conjunto heterogêneo de enfoques, desde as teorias da crise até a mencionada crítica do valor.

Tudo isso somado, e de volta ao início, o que temos? Como notei, a carta de Roberto Schwarz, na qual ele solicita estagiar com Adorno em Frankfurt, pega esse último entre dilemas institucionais e inflexões teóricas, no contrapé. Mas por que Adorno? Resguardadas todas as razões, a ausência de teoria em Yale, a importância dessa tradição contraditória para Schwarz, a boa teoria de Adorno, à parte tudo isso, não teria sido um passo atrás ir a Frankfurt?

Depois que tomei conhecimento da correspondência, depois que a tive em mãos e comecei a lidar com essas ideias, peguei-me pensando, como disse lá no início, nas manias de Alexandre Eulálio, nas manias de cada pessoa. Ocupei-me daquelas questões que dão fundo à abertura do texto: o que é fazer curadoria, o que é o cânone, o que é influência e o que é somente gosto. Foi pensando nisso que repus a sentença de Arrigucci Jr.: “dentre as manias que tem Roberto Schwarz, uma – das mais persistentes – é sem dúvida a de gostar de x”. Se a incógnita não foi Antonio Candido, terá sido Adorno? Será que é de Adorno que Schwarz gosta sem precisar? Ando achando que sim.

18 “Quase sempre” porque os trabalhos *coletivos* do Instituto – sobretudo os experimentos de grupo e o estudo sobre a personalidade autoritária – escapam largamente desse diagnóstico. Os trabalhos de Adorno no exílio americano são um caso particular dessa regra porque a concepção de pesquisa nos Estados Unidos já refletia, como indica o próprio Adorno posteriormente, um princípio mecânico de divisão entre o tratamento e a análise dos dados, condição que reserva lugar marginal à reflexão.

SOBRE O AUTOR

EDUARDO SOARES NEVES SILVA é pós-doutor pela Leuphana Universität Lüneburg (2013) e pelo Theodor W. Adorno Archiv (2014). Atualmente é professor associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: eduardosns@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0002-8601-7617>

REFERÊNCIAS

- ADORNO, *Ästhetische Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.
- _____. Versuch, das Endspiel zu verstehen. In: _____. *Noten zur Literatur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998, p. 281-321.
- _____. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. *Nachgelassene Schriften. Abteilung IV: Vorlesungen – Band 17: Kranichsteiner Vorlesungen*. Herausgegeben von Klaus Reichert und Michael Schwarz. Berlin: Suhrkamp, 2014.
- _____. Vers une musique informelle (1961). In: _____. *Nachgelassene Schriften. Abteilung IV: Vorlesungen – Band 17: Kranichsteiner Vorlesungen*. Herausgegeben von Klaus Reichert und Michael Schwarz. Berlin: Suhrkamp, 2014b, p. 381-446
- ADORNO, Theodor W. et al. (1969). *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Darmstadt: Luchterhand, 1989.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Conversa entre fantasmas (Brito Broca e os Americanos). *Remate de Males*, Campinas, n. 11, 1991, p. 67-72.
- BACKHAUS, Hans-Georg. *Dialektik der Wertform: Untersuchungen zur Marxschen Ökonomiekritik*. Freiburg im Breisgau: Ça Ira, 1997.
- BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: _____. *Rua de mão única. Obras escolhidas* v. II. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 71-142.
- CEVASCO, Maria Elisa. O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 16, 2007, p. 9-26.
- DAHMS, Hans-Joachim. *Positivismusstreit. Die Auseinandersetzung der Frankfurter Schule mit dem logischen Positivismus, dem amerikanischen Pragmatismus und dem kritischen Rationalismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MÜLLER-DOOHM, Stefan. *Adorno: Eine Biographie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.
- RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, n. 6, 2013, p. 525-556.
- RITSERT, Jürgen. Der Positivismusstreit. In: KNEER, Georg; MOEBIUS, Stephan (Org.). *Soziologische Kon-*

- troversen*: Beiträge zu einer anderen Geschichte der Wissenschaft vom Sozialen. Berlin: Suhrkamp, 2010, p. 102-130.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “Um Seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.
- SCHÜTTE, Wolfram (Org.). *Adorno in Frankfurt*. Ein Kaleidoskop mit Texten und Bildern. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 3, 1973.
- _____. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- _____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: Vários autores. *Esboço de figura*: homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 133-154.
- _____. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a.
- _____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987b, p. 129-155.
- _____. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987c, p. 29-48.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- _____. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992a.
- _____. Cultura e política, 1964-1969. Alguns esquemas. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992b, p. 61-92.
- _____. Por que “ideias fora do lugar”? In: _____. *Martinha versus Lucrécia*: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a, p. 165-172.
- _____. Sobre Adorno (Entrevista). In: *Martinha versus Lucrécia*: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p. 44-51.
- SILVA, Eduardo Soares Neves. *Filosofia e arte em Theodor W. Adorno*: a categoria de constelação, 2006. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- THEODOR W ADORNO ARCHIV (Ed.). *Adorno: eine Bildmonographie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.

O pensamento intelectual e sua preservação: uma análise a partir do Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri

[*Intellectual thought and its preservation: an analysis based on the Waldisa Rússio Camargo Guarnieri Fund*]

Viviane Panelli Sarraf¹

Karoliny Aparecida de Lima Borges²

RESUMO • Este artigo tem como objetivo discutir a utilização de documentos presentes no Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, salvaguardado no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), na tentativa de retomada do pensamento da professora e museóloga brasileira Waldisa Rússio, com a apresentação de análise de documentos feitos fora de uma lógica de produção teórica e que, portanto, não foram pensados por sua produtora como forma de síntese de seu pensamento. • **PALAVRAS-CHAVE** • Arquivos pessoais; museologia; preservação patrimonial; Waldisa Rússio

Camargo Guarnieri. • **ABSTRACT** • This article aims to discuss the use of documents present in the Waldisa Rússio Camargo Guarnieri Fund, safeguarded in the Archive of the Institute of Brazilian Studies of University of Sao Paulo (IEB/USP), in an attempt to resume the thought of the Brazilian teacher and museologist Waldisa Rússio, with a presentation of analysis of documents made out of a theoretical production logic, and that, therefore, were not thought by their producer as a form of synthesis of their thought. • **KEYWORDS** • Personal papers; museology; patrimonial preservation; Waldisa Rússio Camargo Guarnieri.

Recebido em 30 de setembro de 2019

Aprovado em 7 de novembro de 2019

SARRAF, Viviane Panelli; BORGES, Karoliny Aparecida de Lima. O pensamento intelectual e sua preservação: uma análise a partir do Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 345-350, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi74p345-350>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Este artigo, fruto da pesquisa de mestrado *“Preservação patrimonial” na teoria e na prática: uma análise a partir do Fundo Waldisa Rússio*, tem como objetivo discutir a utilização de documentos presentes no Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, salvaguardado no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), na tentativa de retomada do pensamento da professora e museóloga brasileira Waldisa Rússio.

Rússio, que se inseriu no campo da museologia na década de 1970, permanecendo nele até seu falecimento em 1990, é uma figura-chave para compreender as discussões e mudanças presentes nos campos da museologia e da preservação do patrimônio por ter se articulado com outros teóricos do campo museológico ao mesmo tempo que se fez presente no dia a dia de instituições de memória e cultura em cargos técnicos e/ou administrativos, ficando claro que “ela e a [sua] formação pós-graduada da FESP não refutavam o conhecimento técnico que decorre da necessidade de lidar com a materialidade do acervo [museológico]” (GOUVEIA, 2018, p. 7).

Essa dupla atuação da museóloga permite que se busque entender como pressupostos teóricos elaborados por Waldisa eram colocados em prática, ao mesmo tempo que o dia a dia das instituições de memória colaboravam para a formulação de seu pensamento teórico em um processo de caráter dialético que se reflete no acúmulo da documentação presente em seu fundo pessoal.

Atualmente, o Fundo Waldisa Rússio se encontra em processo de tratamento documental feito a partir do projeto Jovem Pesquisador Fapesp “O legado teórico de Waldisa Rússio para a museologia internacional”, coordenado pela professora Viviane Panelli Sarraf, que conta com a criação (em andamento) de um instrumento de pesquisa para o fundo³, o que facilitará o acesso a ele e dará uma melhor compreensão de sua documentação como um todo. Levando em conta a necessidade de entender o documento de arquivo no interior de seu contexto de produção, visto que em um arquivo pessoal “os documentos do titular compõem-se de inúmeros registros acumulados, cuja função se descola, muitas vezes, dos aspectos informativos imediatos” (LOPEZ, 2003, p. 76), é possível investigar diferentes níveis de informação

3 Segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005, p. 108), o *instrumento de pesquisa* é um: “Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas”.

presentes no documento a partir de uma compreensão do conjunto se nos atentarmos para o seu contexto junto à massa documental, o que faz com que seja essencial analisá-lo sempre em relação ao restante da documentação acumulada pelo seu titular.

Ao mesmo tempo, é importante que se perceba que a documentação foi acumulada por uma pessoa específica, dentro de um contexto específico, entendendo que é “a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo” (HEYMANN, 1997, p. 42), o que algumas vezes significa a seleção e mesmo a remoção intencional de documentação por parte do titular do fundo, mas ao mesmo tempo pode corroborar a ideia de que um fundo é um tipo de reflexo de seu acumulador, sendo possível, através dele, depreender um recorte específico da vida ou da obra de seu titular, como, por exemplo, o processo de formação do pensamento na formulação de um tema.

No caso de Waldisa Rússio, que, infelizmente, faleceu precocemente, não foi possível uma revisão do fundo por parte de sua titular antes de sua doação ao IEB, ao mesmo tempo que ela não pôde revisar e compilar sua obra, sendo seu fundo pessoal uma das maneiras mais viáveis de para ter acesso a suas proposições teóricas, como as que estão colocadas nos documentos apresentados a seguir.

O primeiro documento selecionado é uma anotação que faz parte de um conjunto de anotações curtas que versam, em geral, sobre museus e preservação. Ela apresenta um esquema com palavras-chave como “objeto”, “classificar”, “catalogar”, “numerar” e “etiquetar”.

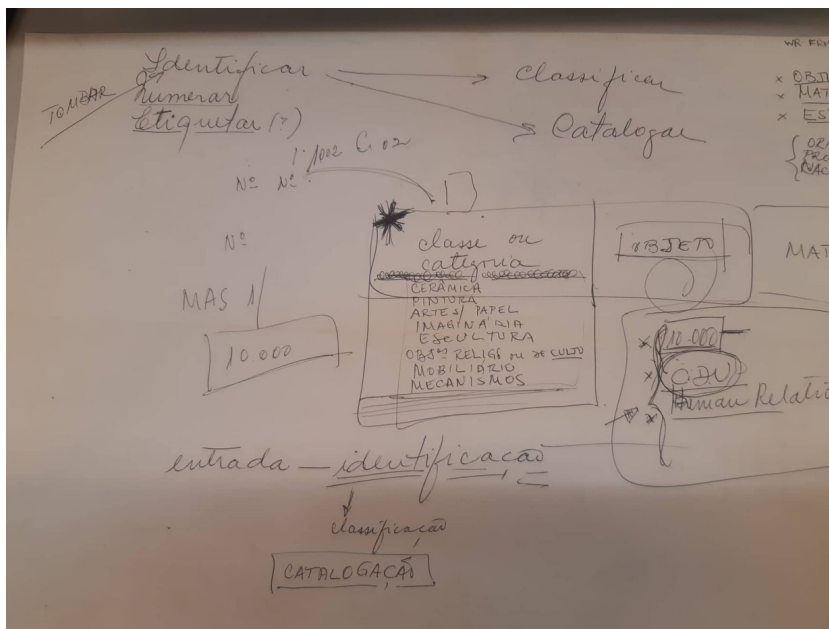


Figura 1 – Anotação com desenhos esquemáticos e palavras-chave. Arquivo IEB/USP, Fundo Waldisa Rússio, código WR-FRM-0018

O esquema, quando analisado em relação ao seu conjunto e pensado em um possível contexto de produção, é uma representação do processo de identificação de um bem a partir de sua entrada em uma instituição de memória. Ele contempla as partes subjetivas e técnicas de identificação de um objeto – sua classificação e sua catalogação – e as partes materiais de identificação – numeração e etiquetagem –, que, na prática, são elementos que configuram o processo de musealização de um objeto.

A discussão sobre a questão da musealização perpassa os documentos do Fundo, estando presente, por exemplo, em texto de comunicação apresentada por Rússio no Simpósio sobre Memória e Patrimônio Cultural, realizado em Mogi das Cruzes em 1986:

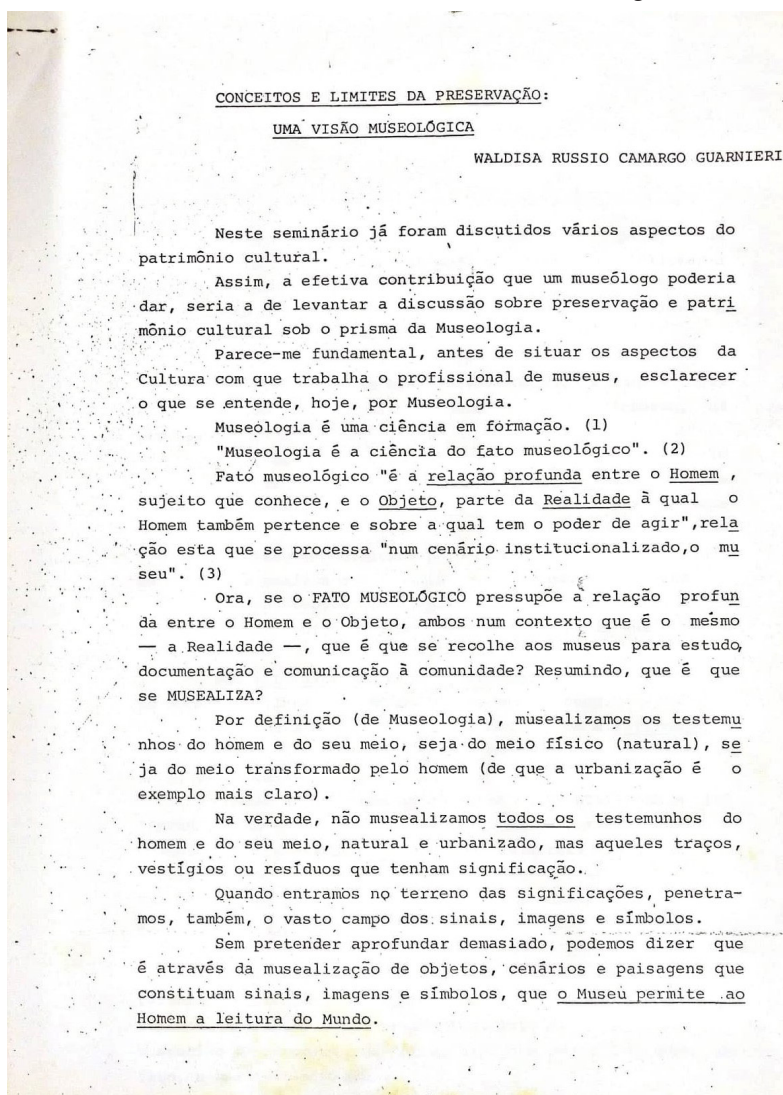


Figura 2 – Primeira página da comunicação “Conceitos e limites da preservação: uma visão museológica”. Arquivo IEB/USP, Fundo Waldisa Rússio, código WR-DOC-0196

Com a proposta de reunião de funcionários públicos municipais de diversas cidades da grande São Paulo para a discussão sobre preservação da memória, o Simpósio foi voltado para a formulação de propostas de trabalho delineadas para cada município participante, e contou ainda com comunicações de dois tipos: estudos de caso e as que apresentavam propostas teóricas referentes a atividades realizadas em bibliotecas, arquivos e museus; dentre as falas apresentadas, Waldisa apresentou a intitulada “Conceitos e limites da preservação: uma visão museológica”. No trecho reproduzido, Waldisa apresenta seus argumentos sobre o sentido da musealização, apontando-a como forma de preservar o testemunho do homem e sua relação com a realidade. A identificação (classificação, catalogação, numeração e etiquetagem) e a incorporação dos objetos (e cenários e paisagens) às instituições de memória passam, portanto, pela compreensão dos traços de significação atribuídos a esses objetos.

A questão da atribuição de significado aos objetos reconhecidos como patrimônio será abordada ainda em outro texto de Rússio, encontrado junto à correspondência trocada com o então presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), Antonio Augusto Arantes, escrito para o Seminário: Cultura, Patrimônio e Preservação, onde ela aponta:

Nós temos feito muito uma exploração que me parece um pouco superficial da questão “patrimônio”, colocando simplesmente que o patrimônio é um conjunto de bens, e o patrimônio cultural é um conjunto de bens culturais, esquecendo que eles são bens na medida em que o homem atribuiu a eles significados. E a atribuição de significados é um dado estritamente cultural. A partir daí, acho que há toda uma outra gama, além do reconhecimento de objetos (ou seja, de elementos naturais existentes fora do homem) aos quais o homem pode atribuir função, e no atribuir função ele pode inclusive intervir sobre esse dado natural e construir o artefato. (Arquivo IEB/USP, Fundo Waldisa Rússio, código WR-PT-0030, p. 4).

Rússio se coloca em contraponto à visão estabelecida em órgãos oficiais de preservação, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), onde a “falsa noção de critério seletivo do tempo sacralizou o monumental, o senhorial e o raro, o excepcional, em detrimento do documental, do social, do testemunhal” (Arquivo IEB/USP, Fundo Waldisa Rússio, código WR-DOC-0168, p. 25), como apontado por ela em fala em reunião sobre legislação patrimonial. A compreensão de que é a atribuição cultural dada aos objetos que constitui o patrimônio cultural é uma questão-chave para o entendimento do que é patrimônio e, conseqüentemente, dos pressupostos e das conseqüências relativos à sua preservação. Assim, pode-se entender que o objeto é preservado e musealizado a partir de prerrogativas estabelecidas pela sociedade à qual ele pertence como bem cultural.

Essa “narrativa conceitual”, feita a partir de documentos que apresentam uma síntese teórica, mas que estavam inseridos em um contexto de produção de nível prático para a profissão, e que mostram Rússio inserida em diferentes espaços, como simpósios para a discussão de legislação cultural, ou de capacitação de funcionários públicos, ou em diálogos com instituições como o Condephaat, permite observar possíveis caminhos de pesquisa que retomem a formulação de um pensamento, a

partir da utilização de arquivos pessoais, compreendendo que estes se apresentam como parte do processo de produção de ideias.

SOBRE AS AUTORAS

VIVIANE PANELLI SARRAF é pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), pesquisadora responsável e principal do Auxílio à Pesquisa – Jovem Pesquisador Fapesp e coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa Acessibilidade em Museus (Gepam).
E-mail: vsarrafa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7748-0052>

KAROLINY APARECIDA DE LIMA BORGES é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do IEB/USP.
E-mail: karoliny.borges@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-3060-6575>

REFERÊNCIAS

- DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- GOUVEIA, Inês. Waldisa Rússio e a política museológica. In: ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS, 10., São Paulo, Memorial da América Latina, 2018.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul. 1997, p. 41-60. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041/1180>>. Acesso em: 25 set. 2019.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá – Revista dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF, Niterói*, v. 8, n. 15, p. 69-82, 2. sem. 2003.

MISSÃO

A *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (RIEB)* tem como missão refletir sobre a sociedade brasileira articulando múltiplas áreas do saber. Nesse sentido, empenha-se na publicação de artigos originais e inéditos, resenhas e documentos relacionados aos estudos brasileiros.

CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

CONDIÇÕES GERAIS

- A *RIEB*, de periodicidade quadrimestral, tem caráter multidisciplinar e publica artigos originais e inéditos, resenhas e documentos relacionados aos estudos brasileiros (em português, espanhol, francês, italiano e inglês).
- A *RIEB* aceita artigos de portadores de título de doutor, bem como de doutorandos inscritos em programas regulares de pós-graduação no Brasil e no exterior.
- Os artigos a serem apresentados para apreciação e eventual publicação pela *RIEB* devem ser submetidos em formato digital através do portal SciELO de submissões: <http://submission.scielo.br/index.php/rieb/user/register>.
- Os artigos serão submetidos à avaliação de dois pareceristas, sendo consideradas a autenticidade e a originalidade do trabalho.
 - a) Em caso de divergência, será ouvido um terceiro parecerista.
 - b) Os pareceristas têm 30 dias para emitirem seus pareceres.
 - c) O prazo médio de resposta para os autores é de quatro meses.
- A revista reserva-se o direito de adequar o material enviado ao seu projeto editorial e padrão gráfico.

RESPONSABILIDADES

- Os autores se comprometem a informar a futuros interessados em adquirir quaisquer direitos autorais sobre seus textos acerca do teor do Termo de Autorização assinado para a publicação das obras na *RIEB*.

- Os autores comprometem-se a autorizar a revista a divulgar os textos sob os termos da licença Creative Commons BY-NC (<http://creativecommons.org/>).
- As traduções deverão ser autorizadas pelo(s) autor(es) do texto original.
- Fica estritamente restrita aos autores dos artigos a responsabilidade pela reprodução das imagens e pelos termos de autorização se houver detentor de direitos autorais. Essas imagens devem conter créditos e legendas.
- A RIEB não se responsabiliza pela redação nem pelos conceitos emitidos pelos colaboradores/autores dos artigos.
- Os autores asseguram que o artigo é inédito e não está sendo avaliado por nenhuma outra publicação. Não são considerados inéditos artigos cujo conteúdo advém diretamente de capítulos de mestrados e doutorados disponíveis em bancos digitais de teses e dissertações.

FORMA E PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Padronização do trabalho enviado

1. Formatação

- Programa: word, edição 97-2003, formato .doc; dimensão da página: A4; margens: 2,5 cm; fonte: times new roman; corpo: 12; entrelinha: 1,5.

2. Quantidade de caracteres

- Artigos: entre 30 mil e 52 mil caracteres (incluindo espaços).
- Resenhas: entre 5 mil e 20 mil caracteres (incluindo espaços).
- Notícias e documentação: até 20 mil caracteres (incluindo espaços).

3. Citações

A forma de citação deve seguir o padrão ABNT NBR 10520/2002 (Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação).

- Para a indicação da fonte, deve-se utilizar o sistema (AUTOR, data, p.) logo após a citação.
- Caso o nome do autor já esteja incluído na sentença e a citação seja dire-

ta, é necessário acrescentar data e número de página entre parênteses. Ex.: De acordo com Candido (1988, p. 53), “a literatura comparada foi instituída...”. Ver: item 6.3 Sistema autor-data (ABNT NBR 10520/2002).

- Citações diretas com até três linhas devem entrar no corpo normal do texto, entre aspas duplas. Aspas simples devem ser utilizadas para indicar citação dentro de citação. Incluir (AUTOR, ano, p.) logo após a citação.
- A partir de quatro linhas, as citações, sem aspas, devem estar separadas por uma linha (antes e depois), corpo 11, a 2 cm da margem, texto justificado, com indicação (AUTOR, ano, p.) logo depois.
- Supressões, interpolações, comentários devem estar indicados com o uso de colchetes: [...], [ainda de acordo com ele] etc.
- Quando a citação incluir texto traduzido ou destaque tipográfico realizado pelo autor, além dos dados da obra de que foi extraído o trecho, na nota de rodapé relacionada à citação deve constar: (tradução nossa/minha) ou (grifos nossos/meus).
- Toda citação deve ser seguida da indicação (AUTOR, ano, p.), permitindo sua identificação nas referências. Se houver duas ou mais obras de mesmo autor no mesmo ano, é necessário acrescentar letras (a, b, c...) ao lado do ano para que a publicação possa ser identificada.
- Se houver mais autores com o mesmo sobrenome e mesmo ano de obra, indicar o prenome: (SOUZA, Américo, ano).

4. Notas, referências, resumo/abstract

- Caso o trabalho tenha apoio financeiro de alguma instituição ou tenha sido baseado em algum outro artigo, essa informação deve ser mencionada no início do texto, abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es), e conter, no máximo, 360 caracteres.
- Resumo e *abstract* – incluindo de três a cinco palavras-chave/*keywords* – devem conter, juntos, de 1.300 a 1.700 caracteres (incluindo espaços).
- Ilustrações, gráficos e tabelas devem trazer as respectivas legendas e créditos.
- O artigo deve obedecer à norma ABNT NBR 6023/2002 (Informação e documentação – Referências – Elaboração), colocando-se as referências logo após a citação no sistema (AUTOR, data, p.).

- Notas explicativas devem ser inseridas no rodapé com números arábicos (corpo 10, espaço simples). O número das notas no corpo do texto deve ser elevado.
- A lista de referências deve ser incluída no final do texto, em ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Todas as indicações de fontes que foram utilizadas no artigo devem constar nas referências, com recuo da segunda linha na terceira letra da primeira linha (corpo 11).

SOBRENOME, Nome. *Título do livro*: subtítulo. 2. ed. Cidade: editora, ano. (Nome da coleção).

BASTOS, Rodrigo Almeida. A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. In: PEREIRA, Sônia Gomes (Org.). COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 6. *Anais...* Rio de Janeiro: CBHA/UFRJ/UERJ/PUC-Rio, 2004. v. 2, p. 667-677.

BN – Fundação Biblioteca Nacional. Catálogo de discos. Disponível em: <http://catcrd.bn.br/scripts/odwpowrzk.dll?INDEXLIST=discos_pr:discos>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.

GARCIA, Walter. Cordialidade, melancolia, modernidade: o trabalho de João Gilberto. Conferência de encerramento. Comunicação oral. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO: LITERATURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA DA LITERATURA, 2. Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

HEMEROTECA Digital. Acervo de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: ago. 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. cap. 4, p. 93-138.

_____. *Visão do paraíso – os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

IMS – Instituto Moreira Salles. Acervo musical. Disponível em: <<http://acervo.ims.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2018

IVAN, o Terrível. Direção de Sergei Eisenstein. URSS: Mosfilm, 1944-1958. (187 min.), 35 mm, PB.

MANO BROWN. Mano Brown. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 46, nov./2000-jan. 2001, sem paginação. Entrevista concedida a Spensy Pimentel. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2000/11/15/mano-brown>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. *Studium*, Campinas, v. 15, 2004. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>>. Acesso em: 27 fev. 2007.

O NOME da rosa. Produção de Jean-Jaques Annaud. São Paulo: Tw Vídeo distribuidora, 1986. 1 Videocassete (130 min.): VHS, Ntsc, son., color. Legendado. Port.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *A urbanização e o urbanismo na região das Minas*. São Paulo: FAU/USP, 1999. (Cadernos do LAP, 30).

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS, I., 2015. *Anais...*

Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/oB8SmiNUcsztGYt8oUXhRdHZlcDg/view>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?* – a cidade colonial na América portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). 2004. 338 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

- É necessário inserir o DOI (Digital Object Identifier) de cada referência bibliográfica – quando houver – (que pode ser encontrado no *site* www.crossref.org), conforme o exemplo abaixo:

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Sur la muséologie. *Culture et Musées*, v. 6, n. 1, 2005, p. 131-155. <https://doi.org/10.3406/pumus.2005.1377>.

UTILIZAÇÃO DO OPEN JOURNAL SYSTEMS – OJS NO PORTAL SCIELO

I. Cadastro

- Os autores devem realizar seu registro através do *link*: <<http://submission.scielo.br/index.php/rieb/user/register>>.

II. Avaliação cega por pares

Para assegurar a integridade da avaliação por pares cega, para submissões à revista, deve-se tomar todos os cuidados possíveis para não revelar a identidade de autores e avaliadores entre os mesmos durante o processo. Isso exige que autores, editores e avaliadores (que podem enviar documentos para o sistema como parte do processo de avaliação) tomem algumas precauções com o texto e as propriedades do documento:

1. O autor do documento deve excluir do texto seu nome, substituindo por “Autor”.
2. A filiação do autor à respectiva instituição, e-mail e minicurrículo também devem ser excluídos.
3. Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento:

Passo 1

- a) Arquive o texto original e faça a verificação numa cópia do documento.
- b) Abra a cópia e exclua nome do autor (substituindo por “Autor”), sua filiação (*), identificação de “patrocínio” ou origem do texto (**) etc., colocando em seu lugar asteriscos. Verifique todo o arquivo, excluindo minicurrículo e e-mail, por exemplo.
- c) Clique no **Botão do Microsoft Office**  (no alto, à esquerda). Vá em **Preparar** e clique em **Inspecionar documento**.
- d) Na caixa de diálogo **Inspetor de documentos**, selecione todas as caixas que aparecem.
- e) Clique em **Inspecionar**.
- f) Ao lado de cada caixa selecionada, clique em **Remover Tudo**.
- g) Feche o arquivo, salvando suas alterações.

Passo 2

- a) Localize o arquivo na pasta em que foi salvo. Clique nele com o botão direito do mouse e abra suas **Propriedades**.
- b) Na aba **Detalhes**, clique em **Remover propriedades e informações pessoais**, que aparece (geralmente em azul) na parte de baixo da janela.
- c) Selecione a caixa **Remover as seguintes propriedades deste arquivo**.
- d) Clique em **Selecionar tudo** (embaixo, à direita) e em **Ok**.

4. É de responsabilidade do autor o envio de arquivo que não o identifique para garantir avaliação imparcial dos pareceristas e para que seu texto não seja descartado.
5. Caso o artigo seja aprovado, ao receber a súmula com as orientações dos pareceristas, o autor deve incluir no arquivo todos os dados extraídos para não identificar a autoria do texto: nome, instituição a que está afiliado (nome por extenso, sigla, cidade, estado, país), minicurrículo/pequena apresentação (no máximo, 5 linhas), e-mail etc.

III. *Submissão on-line*

- Os autores poderão enviar seus trabalhos a partir do seguinte *link*: <<http://submission.scielo.br/index.php/rieb/user/register>>.
- Os artigos devem ser enviados de acordo com as normas de formatação e condições para submissão de artigos da *RIEB*.
- O tamanho máximo permitido para *upload* de arquivos no sistema OJS é de 10MB.
- As imagens, bem como as respectivas legendas (com referência completa de autoria, instituição detentora de direitos autorais e autorização para publicação), devem ser numeradas e inseridas no corpo do texto.

